ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 56

Brasília - DF, quinta-feira, 22 de março de 2018

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Executivo ... 2
Presidência da República ... 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 10
Ministério da Cultura ... 14
Ministério da Defesa ... 20
Ministério da Educação ... 22
Ministério da Fazenda ... 28
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 50
Ministério da Integração Nacional ... 52
Ministério da Justiça ... 53
Ministério da Saúde ... 58
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ... 77
Ministério das Cidades ... 77
Ministério de Minas e Energia ... 86
Ministério do Esporte ... 92
Ministério do Meio Ambiente ... 117
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 118
Ministério do Trabalho ... 119
Ministério dos Direitos Humanos ... 124
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 125
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 126
Ministério Público da União ... 128
Tribunal de Contas da União ... 131
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 188

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (1) 4.066

ORIGEM : ADI - 44806 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO - ANPT
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (5939/DF)
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S) : ANA FRAZÃO (12847/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS DE FIBROCIMENTO - ABIFIBRO
ADV.(A/S) : OSCAVO CORDEIRO CORRÊA NETTO (44856/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DO CRISOTILA - IBC
ADV.(A/S) : CARLOS MIGUEL CASTEX AIDAR (22838/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁLCALIS, CLORO E DERIVADOS - ABICLOR
ADV.(A/S) : TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR (0016854/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPOSTOS AO AMIANTO - ABREA
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (5939/DF)
AM. CURIAE. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD (1474A/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI
ADV.(A/S) : MAURÍCIO CORRÊA (000407/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO AL/SE
ADV.(A/S) : LAERÇO SALUSTIANO BEZERRA (24567/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS DE MINAÇU-GO
ADV.(A/S) : JOAO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS (DF001663/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): ANTÔNIO SILVIO MAGALHÃES JÚNIOR (119231/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB
ADV.(A/S) : SILVANA FERNANDES SOUZA SAPUCAIA (11665/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (PI002525/)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM
ADV.(A/S) : LUIZ RODRIGUES WAMBIER (7295/PR) E OUTRO(A/S)

Decisão: Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Impedidos os Ministros Roberto Barroso e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram: pela requerente Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pela requerente Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas; pelo amicus curiae Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA, o Dr. Mauro de Azevedo Menezes; pelo amicus curiae Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, o Dr. Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira; pelo amicus curiae Instituto Brasileiro do Crisotila - IBC, o Dr. Carlos Mário da Silva Velloso Filho**;** pelo amicus curiae Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, o Dr. Rodrigo Alberto Correia da Silva; pelo amicus curiae Associação Brasileira da Indústria de Álcalis Cloro e Derivados - ABICLOR, o Dr. Tercio Sampaio Ferraz Junior**.** Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.8.2017.

Decisão: Inicialmente, o Tribunal, por maioria, conheceu da ação direita, reconhecendo a legitimidade ativa das autoras, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio. No mérito, após o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), julgando procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.055/1995, e fixando a seguinte tese: "A tolerância ao uso do amianto crisotila, da forma como encartada no art. 2º da Lei 9.055/1995, é incompatível com os artigos 7º, inciso XXII, 196 e 225 da Constituição Federal", o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 17.8.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, acompanhando o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), e o voto do Ministro Alexandre de Moraes, julgando improcedente a ação, no que foi acompanhado pelos Ministros Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, o julgamento foi suspenso. Impedidos os Ministros Roberto Barroso e Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.8.2017.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação, reconhecendo a legitimidade ativa das autoras, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio. No mérito, o Tribunal computou cinco votos (dos Ministros Rosa Weber (Relatora), Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Cármen Lúcia) pela procedência da ação, e quatro votos (dos Ministros Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio) pela improcedência da ação, e, por não se ter atingido o quorum exigido pelo artigo 97 da Constituição, não se pronunciou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.055/1995, em julgamento destituído de eficácia vinculante. Impedidos os Ministros Roberto Barroso e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 24.8.2017.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.055/1995. EXTRAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DO ASBESTO/AMIANTO E DOS PRODUTOS QUE O CONTENHAM. AMIANTO CRISOTILA. LESIVIDADE À SAÚDE HUMANA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE NÍVEIS SEGUROS DE EXPOSIÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO - ANPT. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REPRESENTATIVIDADE NACIONAL. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. MÉRITO. AMIANTO. VARIEDADE CRISOTILA (ASBESTO BRANCO). FIBRA MINERAL. CONSENSO MÉDICO ATUAL NO SENTIDO DE QUE A EXPOSIÇÃO AO AMIANTO TEM, COMO EFEITO DIRETO, A CONTRAÇÃO DE DIVERSAS E GRAVES MORBIDADES. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. RECONHECIMENTO OFICIAL. PORTARIA Nº 1.339/1999 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. POSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. RISCO CARCINOGÊNICO DO ASBESTO CRISOTILA. INEXISTÊNCIA DE NÍVEIS SEGUROS DE EXPOSIÇÃO. LIMITES DA COGNIÇÃO JURISDICIONAL. QUESTÃO JURÍDICO-NORMATIVA E QUESTÕES DE FATO. ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA. ART. 2º DA LEI Nº 9.055/1995. FONTE POSITIVA DA AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO ASBESTO CRISOTILA. LEI Nº 9.976/2000. LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA E POSTERIOR. INDÚSTRIA DE CLORO. USO RESIDUAL. TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA. SITUAÇÃO ESPECÍFICA NÃO ALCANÇADA PELA PRESENTE IMPUGNAÇÃO. TOLERÂNCIA AO USO DO AMIANTO CRISOTILA NO ART. 2º DA LEI Nº 9.055/1995. EQUACIONAMENTO. LIVRE INICIATIVA. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALOR SOCIAL DO TRABALHO. DIREITO À SAÚDE. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROGRESSO SOCIAL E BEM-ESTAR COLETIVO. LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. COMPATIBILIZAÇÃO. ARTS. 1º, IV, 170, CAPUT, 196 E 225, CAPUT E § 1º, V, DA CF. AUDIÊNCIA PÚBLICA (ADI 3.937/SP) E AMICI CURIAE. CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE. JURISPRUDÊNCIA DO ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO - OMC. PROIBIÇÃO À IMPORTAÇÃO DE ASBESTO. MEDIDA JUSTIFICADA. ART. XX DO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO - GATT. PROTEÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE HUMANA. CONVENÇÕES NºS 139 E 162 DA OIT. CONVENÇÃO DE BASILEIA SOBRE O CONTROLE DE MOVIMENTOS TRANSFRONTEIRIÇOS DE RESÍDUOS PERIGOSOS E SEU DEPÓSITO. REGIMES PROTETIVOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. SUPRALEGALIDADE. COMPROMISSOS INTERNACIONAIS. INOBSERVÂNCIA. ART. 2º DA LEI Nº 9.055/1995. PROTEÇÃO INSUFICIENTE. ARTS. 6º, 7º, XXII, 196 E 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. QUÓRUM CONSTITUÍDO POR NOVE MINISTROS, CONSIDERADOS OS IMPEDIMENTOS. CINCO VOTOS PELA PROCEDÊNCIA E QUATRO VOTOS PELA IMPROCEDÊNCIA. ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ART. 23 DA

LEI Nº 9.868/1999. NÃO ATINGIDO O QUÓRUM PARA PRONÚNCIA DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º DA LEI Nº 9.055/1995.

1. Evidenciada a representatividade nacional das entidades de classe autoras, nos moldes do art. 103, IX, da Constituição da República e do art. 2º, IX, da Lei nº 9.868/1999. Atendido o requisito da pertinência temática, presente a correlação entre a norma impugnada e as finalidades institucionais das associações autoras. Discussão envolvendo matéria ínsita ao campo de atuação institucional tanto da magistratura do trabalho quanto dos membros do Ministério Público do Trabalho, a saber, a alegada existência de consenso médico-científico no tocante ao efeito prejudicial da exploração do amianto crisotila para a saúde dos trabalhadores da indústria e da mineração, questão de saúde, higiene e segurança do trabalho. Precedente: ADI 5458 (Relator Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 02.8.2017). Preliminar de ilegitimidade ativa ad causam rejeitada.

2. O consenso médico atual identifica, para além de qualquer dúvida razoável, a contração de diversas doenças graves como efeito direto da exposição ao amianto. A Portaria nº 1.339/1999 do Ministério da Saúde imprime reconhecimento oficial à relação de causalidade entre a exposição ao asbesto ou amianto, inclusive da variedade crisotila, e as seguintes doenças: neoplasia maligna do estômago, neoplasia maligna da laringe, neoplasia maligna dos brônquios e do pulmão, mesotelioma da pleura, mesotelioma do peritônio, mesotelioma do pericárdio, placas epicárdicas ou pericárdicas, asbestose, derrame pleural e placas pleurais.

3. Posição oficial da Organização Mundial da Saúde - OMS no sentido de que: (a) todos os tipos de amianto causam câncer no ser humano, não tendo sido identificado limite algum para o risco carcinogênico do crisotila; (b) o aumento do risco de desenvolvimento de câncer tem sido observado mesmo em populações submetidas a níveis muito baixos de exposição; (c) o meio mais eficiente de eliminar as doenças relacionadas ao mineral é eliminar o uso de todos os tipos de asbesto.

4. Risco significativo de exposição presente não apenas na cadeia produtiva do amianto, mas também para familiares que vivem com trabalhadores desse setor, para a população nas proximidades de minas e indústrias de amianto, para a população consumidora de produtos finais contendo amianto na composição e para pessoas expostas a rejeitos ou descartes de materiais contendo amianto. Quadro justificador da adoção de instrumentos normativos, nos planos doméstico e internacional, voltados ao controle e eliminação progressiva do uso do amianto.

5. Limites da cognição jurisdicional. Residem fora da alçada do Supremo Tribunal Federal os juízos de natureza técnico-científica sobre questões de fato, acessíveis pela investigação técnica e científica, como a nocividade ou o nível de nocividade da exposição ao amianto crisotila e a viabilidade da sua exploração econômica segura. A tarefa da Corte - de caráter normativo - há de se fazer inescapavelmente embasada nas conclusões da comunidade científica - de natureza descritiva. Questão jurídica a decidir: se, em face do que afirma o consenso médico e científico atual, a exploração do amianto crisotila, na forma como autorizada pela Lei nº 9.055/1995, é compatível com a escolha política, efetuada pelo Poder Constituinte, de assegurar, a todos os brasileiros, os direitos à saúde e à fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Precedente: ADPF 101 (Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 24.6.2009).

6. Análise da jurisprudência: ADI 2.396/MS, Relatora Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 01.8.2003; ADI 2.656/SP, Relator Ministro Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 01.8.2003; ADI 3.937-MC/SP, Relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJ 10.10.2008. Art. 2º da Lei nº 9.055/1995 como fonte positiva da autorização para a extração, a industrialização, a comercialização e a utilização do asbesto/amianto da variedade crisotila (asbesto branco).

7. O uso residual e transitório do amianto crisotila na indústria química para a obtenção de cloro pelo processo de eletrólise com diafragma de amianto é disciplinado em legislação específica e posterior à Lei nº 9.055/1995 (Lei nº 9.976/2000), não objeto da presente impugnação.

8. Legitimidade constitucional da tolerância ao uso do amianto crisotila, como estampada no preceito impugnado, equacionada à luz da livre iniciativa, da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, do direito à saúde e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desenvolvimento econômico, progresso social e bem-estar coletivo. A Constituição autoriza a imposição de limites aos direitos fundamentais quando necessários à conformação com outros direitos fundamentais igualmente protegidos. O direito fundamental à liberdade de iniciativa (arts. 1º, IV, e 170, caput, da CF) há de ser compatibilizado com a proteção da saúde e a preservação do meio ambiente. Precedente: AC 1.657, Tribunal Pleno, Relator Ministro Cezar Peluso, DJe 30.8.2007. Dever estatal de agir positivamente quanto à regulação da utilização, na indústria, de matérias-primas comprovadamente nocivas à saúde humana. A cláusula constitucional da proteção à saúde constrange e ampara o legislador - Federal, Estadual, Distrital e Municipal - ao excluir previamente certos arranjos normativos, com ela incompatíveis, do leque de escolhas políticas possíveis, ao mesmo tempo em que cria uma esfera de legitimação para intervenções político-normativas que, democraticamente legitimadas, traduzem inferências autorizadas pelo preceito constitucional.

9. O art. 225, § 1º, V, da CF (a) legitima medidas de controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportam risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, sempre que necessárias, adequadas e suficientes para assegurar a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; (b) deslegitima, por insuficientes, medidas incapazes de aliviar satisfatoriamente o risco gerado para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente; e (c) ampara eventual vedação, banimento ou proibição dirigida a técnicas, métodos e substâncias, quando nenhuma outra medida de controle se mostrar efetiva.

10. Contribuições ao debate trazidas em audiência pública (ADI 3.937/SP) e por amici curiae. Estado da arte da pesquisa médico-científica. Dados e subsídios técnicos a referendar, no seu conjunto, a conclusão de que, no estágio atual, o conhecimento científico acumulado permite afirmar, para além da dúvida razoável, a nocividade do amianto crisotila à saúde humana e ao meio ambiente. Consenso técnico e científico hoje estabelecido, no tocante às premissas fáticas de que (i) todos os tipos de amianto provocam câncer, não tendo sido identificado nenhum limite para o risco carcinogênico do crisotila, e (ii) a sua substituição, para os usos regulados pela Lei nº 9.055/1995, se mostra absolutamente viável sob o aspecto econômico.

11. Convenção nº 139 da OIT, sobre a Prevenção e o Controle de Riscos Profissionais causados pelas Substâncias ou Agentes Cancerígenos. Convenção nº 162 da OIT, sobre o uso do asbesto. Resolução da OIT sobre o Asbesto (2006). Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito. Status de supralegalidade dos regimes protetivos de direitos fundamentais. Inobservância das obrigações, assumidas no plano internacional, de (i) promover a redução dos níveis de exposição de forma consistente e progressiva, (ii) substituir, sempre que possível, o uso do amianto crisotila por materiais menos perigosos e (iii) reduzir a geração de resíduos perigosos ao mínimo possível.

12. A jurisprudência do Órgão de Apelação da Organização Internacional do Comércio - OMC é no sentido de que a proibição à importação de asbesto e de produtos que o contenham, em legislação doméstica, é consistente com acordos celebrados no âmbito da OMC, não configura discriminação arbitrária nem injustificada, tampouco restrição disfarçada ao comércio internacional, e tem amparo no Artigo XX do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT, que autoriza medidas restritivas ao comércio que sejam necessárias para proteger a vida ou a saúde humana, no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e no Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

13. À luz do conhecimento científico acumulado sobre a extensão dos efeitos nocivos do amianto para a saúde e o meio ambiente e à evidência da ineficácia das medidas de controle nela contempladas, a tolerância ao uso do amianto crisotila, tal como positivada no art. 2º da Lei nº 9.055/1995, não protege adequada e suficientemente os direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente equilibrado (arts. 6º, 7º, XXII, 196, e 225 da CF), tampouco se alinha aos compromissos internacionais de caráter supralegal assumidos pelo Brasil e que moldaram o conteúdo desses direitos, especialmente as Convenções nºs 139 e 162 da OIT e a Convenção de Basileia. Juízo de procedência da ação no voto da Relatora.

14. Quórum de julgamento constituído por nove Ministros, considerados os impedimentos. Cinco votos pela procedência da ação direta, a fim de declarar a inconstitucionalidade, por proteção deficiente, da tolerância ao uso do amianto crisotila, da forma como encartada no art. 2º da Lei nº 9.055/1995, em face dos arts. 7º, XXII, 196 e 225 da Constituição da República. Quatro votos pela improcedência. Não atingido o quórum de seis votos (art. 23 da Lei nº 9.868/1999), maioria absoluta (art. 97 da Constituição da República), para proclamação da constitucionalidade ou inconstitucionalidade do dispositivo impugnado, a destituir de eficácia vinculante o julgado.

15. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e, no mérito, não atingido o quórum exigido pelo art. 97 da Constituição da República para a pronúncia da inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 9.055/1995.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.319, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional para a Transformação Digital - SinDigital, composto pela Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital, seus eixos temáticos e sua estrutura de governança, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 1º A E-Digital, fundamentada nos eixos temáticos constantes do Anexo I a este Decreto, visa à harmonização das iniciativas do Poder Executivo federal ligadas ao ambiente digital, com o objetivo de aproveitar o potencial das tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País.

§ 2º A E-Digital será estruturada conforme os seguintes eixos temáticos:

I - eixos habilitadores:

a) infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação: objetiva promover a ampliação do acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade;

b) pesquisa, desenvolvimento e inovação: objetiva estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, com a ampliação da produção científica e tecnológica, e buscar soluções para desafios nacionais;

c) confiança no ambiente digital: objetiva assegurar que o ambiente digital seja seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos;

d) educação e capacitação profissional: objetiva promover a formação da sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro; e

e) dimensão internacional: objetiva fortalecer a liderança brasileira nos fóruns globais relativos a temas digitais, estimular a competitividade e a presença das empresas brasileiras no exterior, e promover a integração regional em economia digital; e

II - eixos de transformação digital:

a) transformação digital da economia: objetiva estimular a informatização, o dinamismo, a produtividade e a competitividade da economia brasileira, de forma a acompanhar a economia mundial; e

b) cidadania e transformação digital do Governo: tornar o Governo federal mais acessível à população e mais eficiente em prover serviços ao cidadão, em consonância com a Estratégia de Governança Digital - EGD, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.

§ 3º A E-Digital será regulamentada em ato do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e servirá de referência para o SinDigital.

Art. 2º O SinDigital, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, será composto pelos seguintes órgãos e instâncias:

I - Comitê Interministerial para a Transformação Digital - CITDigital, composto por representantes do Poder Público federal, nos termos do art. 5º;

II - instância técnica multissetorial para a transformação digital, composta por especialistas e pessoas de notório saber representantes da comunidade científica, da sociedade civil e do setor produtivo; e

III - demais órgãos, entidades e instâncias vinculados às políticas de transformação digital.

Art. 3º A implantação, o monitoramento e a atualização da E-Digital observará as seguintes diretrizes:

I - engajamento permanente com a comunidade científica, o setor produtivo e a sociedade civil;

II - fortalecimento da articulação e da cooperação entre os diferentes órgãos e entidades do Poder Público com competências relacionadas à temática digital; e

III - atualização periódica, em ciclos de quatro anos.

Art. 4º Fica criado o Comitê Interministerial para a Transformação Digital - CITDigital, ao qual compete:

I - elaborar anualmente seu plano de trabalho, que conterá cronograma e estabelecerá as ações prioritárias da E-Digital;

II - atuar para que os programas, os projetos e as iniciativas dos diferentes órgãos e entidades públicos com competências ligadas à temática digital sejam apoiados em evidências e coerentes com a E-Digital;

III - promover o compartilhamento de informações e analisar o impacto das iniciativas setoriais no ambiente digital, visando à harmonização e à promoção de eficiência e sinergia entre as ações de diferentes órgãos e entidades;

IV - acompanhar e avaliar, periodicamente, os resultados da E-Digital, a partir de indicadores e metas predefinidas, e oferecer subsídios, sempre que solicitado, às atividades de articulação e de monitoramento de programas de governo da Presidência da República;

V - articular-se com instâncias similares de outros países, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VI - expedir recomendações necessárias ao exercício de sua competência;

VII - propor às instâncias competentes a adoção de medidas e a edição de atos normativos necessários à execução das ações estratégicas definidas na E-Digital;

VIII - deliberar sobre a atualização e a revisão periódica da E-Digital;

IX - opinar sobre qualquer tema relacionado às suas competências; e

X - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Caberá ao CITDigital deliberar acerca da instituição da instância técnica multissetorial referida no inciso II do art. 2º, com a finalidade de propiciar o permanente diálogo e articulação entre o Poder Público e representantes da comunidade científica, do setor produtivo e da sociedade civil, no que se refere à avaliação, implantação e atualização da E-Digital.

Art. 5º O CITDigital será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministério da Fazenda;

III - Ministério da Educação;

IV - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

V - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

VI - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º A presidência do CITDigital será exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º Os membros do CITDigital serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado entre agentes públicos com poder decisório relacionado às políticas disciplinadas por este Decreto no âmbito de seus órgãos.

§ 3º Os membros do CITDigital, titulares e suplentes, serão designados por ato do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões e atividades do CITDigital representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, assim como representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, nos termos de seu regimento interno.

Art. 6º As reuniões do CITDigital serão realizadas com a presença mínima de três membros e as deliberações serão por maioria simples, e caberá ao seu presidente o voto de qualidade.

Art. 7º O CITDigital poderá deliberar quanto à instituição de subcomitês temáticos e estabelecer seus objetivos específicos, composição, coordenação e prazo.

§ 1º As atividades associadas aos eixos temáticos de que trata o § 2º do art. 1º poderão ser acompanhadas por meio de subcomitês, para os quais serão convidados a participar os órgãos e as entidades com competências relativas ao tema.

§ 2º Os subcomitês deverão, sempre que possível, coordenar-se com outras instâncias colegiadas com atuação na temática digital, de modo a promover a harmonização, a eficiência e a sinergia das políticas e ações nesse campo.

Art. 8º A participação no CITDigital e em seus subcomitês será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º O CITDigital se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que for convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 10. O CITDigital encaminhará anualmente à Presidência da República relatório de atividades e plano de trabalho com ações a serem implementadas no período subsequente.

Art. 11. A Secretaria-Executiva do CITDigital será exercida pela Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que prestará o apoio técnico e administrativo ao CITDigital.

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva do CITDigital:

I - apoiar a realização das atividades operacionais do CITDigital, em articulação com o seu Ppresidente;

II - realizar estudos e fornecer insumos técnicos necessários para subsidiar as decisões do CITDigital;

III - acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CITDigital;

IV - elaborar relatórios de avaliação da implementação das ações estratégicas definidas na E-Digital, a serem apreciadas e aprovadas pelo CITDigital;

V - facilitar a interlocução e a interação entre os diferentes órgãos e entidades que compõem o SinDigital, inclusive com aqueles não representados no CITDigital;

VI - acompanhar e propor encaminhamentos quanto aos temas digitais ainda não designados a nenhum órgão ou entidade;

VII - estimular e apoiar os órgãos e as entidades do Poder Público no processo de transformação digital;

VIII - solicitar informações e apoio técnico aos órgãos e às entidades integrantes do SinDigital para consecução de suas competências; e

IX - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CITDigital.

Art. 12. O Anexo I ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

II - .....

.....

e) Secretaria de Políticas Digitais:

1. Departamento de Políticas para a Transformação Digital;

....." (NR)

"Art. 28. À Secretaria de Políticas Digitais compete:

I - atuar como Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial para Transformação Digital - CITDigital;

.....

XII - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito da Secretaria de Políticas Digitais." (NR)

"Art. 29. Ao Departamento de Políticas para a Transformação Digital compete:

.....

V - subsidiar a atuação do representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na coordenação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br;

VI - auxiliar na interação com os órgãos e as entidades competentes em relação às atividades destinadas ao uso e à expansão da infraestrutura para o desenvolvimento da internet no País; e

VII - apoiar a atuação da Secretaria de Políticas Digitais, no exercício das competências previstas no inciso I do **caput** do art. 28." (NR)

Parágrafo único. A Secretaria de Políticas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sucederá a Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 13. O Anexo II ao Decreto nº 8.877, de 2016, passa a vigorar com as alterações do Anexo II a este Decreto.

Art. 14. O CITDigital será instalado no prazo de sessenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 15. O CITDigital elaborará seu regimento interno no prazo de trinta dias, contado da data da sua primeira reunião.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

ANEXO I

EIXOS TEMÁTICOS DA ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - E-DIGITAL

I - Eixos habilitadores

1. Infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação

A existência de abrangente infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação é requisito essencial para o processo de transformação digital do País. É prioritária a expansão das redes de transporte e de acesso à internet em alta velocidade, assim como a integração, por redes, de instituições de pesquisa, educação, saúde e segurança pública.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- levar redes de transporte de dados de alta capacidade a todos os Municípios brasileiros;

- expandir as redes de acesso em banda larga móvel e fixa, em áreas urbanas e rurais; e

- disseminar as iniciativas de inclusão digital.

2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As iniciativas brasileiras para pesquisa, desenvolvimento e inovação devem almejar o protagonismo do País no cenário mundial em tecnologias digitais, com avanço nas posições relativas em produção científica e desenvolvimento tecnológico. Devem, também, ter em vista a solução dos grandes problemas nacionais, a fim de propiciar ganhos de produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico e social.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- integrar os instrumentos viabilizadores de promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I, bem como as infraestruturas de pesquisa destinadas ao desenvolvimento das tecnologias digitais;

- aprimorar os marcos legais de ciência, tecnologia e informação - CT&I; e

- utilizar o poder de compra público para estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas em tecnologias digitais.

3. Confiança no ambiente digital

O desenvolvimento da economia digital requer confiança no ambiente digital. Nesse sentido, a ação governamental deve estar focada em duas áreas: (i) proteção de direitos e privacidade; e (ii) defesa e segurança no ambiente digital.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- aprimorar os mecanismos de proteção de direitos no meio digital, inclusive nos aspectos relativos à privacidade e à proteção de dados pessoais, e reconhecer as especificidades desse ambiente;

- fortalecer a segurança cibernética no País, com estabelecimento de mecanismos de cooperação entre entes governamentais, entes federados e setor privado, com vistas à adoção de melhores práticas, coordenação de resposta a incidentes e proteção da infraestrutura crítica; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- reforçar os instrumentos de cooperação internacional entre autoridades e empresas de diferentes países, de maneira a garantir a aplicação da lei no ambiente digital.

4. Educação e capacitação profissional

No campo educacional, deve-se promover o amplo acesso de alunos e professores a recursos didáticos de qualidade e possibilitar práticas pedagógicas inovadoras, por meio da disseminação do acesso à internet de alta velocidade em escolas públicas.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- conectar escolas públicas, urbanas e rurais, com acessos de banda larga, e disponibilizar equipamentos para acesso a tecnologias digitais;

- incorporar as tecnologias digitais nas práticas escolares, com desenvolvimento do pensamento computacional entre as competências dos estudantes;

- reforçar as disciplinas matemática, ciências, tecnologias e engenharias e as trilhas de formação técnica para atuação em setores da economia digital, com foco no empreendedorismo; e

- promover o aprimoramento das formações inicial e continuada dos professores, no que se refere ao uso da tecnologia em sala de aula.

5. Dimensão Internacional

Considerando o caráter global da economia digital, o Brasil deve intensificar sua atuação nos fóruns internacionais relacionados ao tema e contribuir para a ampliação dos espaços multilaterais e multissetorais de negociação, em especial nos temas relacionados à governança da internet.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- promover a ativa participação do País nas iniciativas de coordenação e de integração regional em economia digital, assim como nas instâncias internacionais que tratam o tema com prioridade;

- estimular a competitividade e a presença no exterior das empresas brasileiras com atuação nos segmentos digitais; e

- promover a expansão de exportações por meio do comércio eletrônicoe apoiar a inserção de pequenas e médias empresas brasileiras neste segmento.

II - Eixos de transformação digital

1. Transformação digital da economia

(a) Economia baseada em dados

A moderna economia digital é uma economia baseada em dados. O aproveitamento das oportunidades advindas da crescente disponibilidade do grande volume de dados é, assim, elemento estratégico para o crescimento do País.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- promover a criação de forte ecossistema para desenvolvimento da economia de dados, com incentivos ao desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações e à atração de **data centers** ao País;

- aprimorar capacidades técnicas e humanas relativas ao uso e tratamento de grandes volumes de dados; e

- promover um ambiente jurídico-regulatório que estimule investimentos e inovação, a fim de conferir segurança aos dados tratados e adequada proteção aos dados pessoais;

(b) Um Mundo de Dispositivos Conectados

Ao reconhecer o potencial transformador das aplicações da Internet das Coisas, devem ser estabelecidos ações e incentivos destinados à contínua evolução e disseminação dos dispositivos e das tecnologias digitais associadas.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- apoiar a formação e a capacitação profissional em habilidades necessárias para o desenvolvimento e a utilização das novas tecnologias digitais relacionadas aos dispositivos conectados;

- promover o desenvolvimento de soluções tecnológicas nas áreas prioritárias de saúde, agropecuária, indústria e cidades inteligentes; e

- fomentar o ambiente normativo e de negócios que promova a atração de novos investimentos em dispositivos conectados, a fim de assegurar a confiança e a preservação de direitos dos usuários; e

(c) Novos Modelos de Negócio

O ambiente digital, em especial aquele viabilizado pela internet, reduz barreiras de entrada, gera novos mercados e viabiliza o surgimento de modelos de negócios disruptivos. Ao mesmo tempo, a velocidade das transformações exige de reguladores e formuladores de políticas agilidade e flexibilidade na criação de um ambiente de negócios competitivo e propício ao desenvolvimento da economia digital.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- reforçar a atuação de empresas brasileiras no ambiente de negócios digital;

- estimular e apoiar empresas nascentes de base tecnológica; e

- desenvolver ambientes regulatórios flexíveis para experimentação de modelos de negócios inovadores.

2. Cidadania e Transformação Digital do Governo

O propósito da transformação digital no governo é torná-lo mais dinâmico e próximo da população, de forma a utilizar as tecnologias digitais para catalisar forças sociais e dinâmicas produtivas, para benefício da sociedade. O Estado deve se inserir de maneira eficaz no ambiente digital, com atendimento eficiente ao cidadão, integração de serviços e políticas públicas e transparência.

Os objetivos a serem alcançados incluem:

- oferecer serviços públicos digitais consolidados em plataforma única;

- conceder amplo acesso à informação e a dados abertos governamentais, que possibilitem o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais;

- promover a integração e interoperabilidade de bases de dados governamentais; e

- adotar tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos diversos serviços e setores da administração pública.

ANEXO II

(Anexo II ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016)

"a) .....

.....

Coordenação-Geral de Articulação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Cibernéticos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Agenda Digital	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3

....." (NR)

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande-Oficial, o Almirante JULIO LEIVA MOLINA, Comandante em Chefe da Armada do Chile.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande-Oficial, o Contra-Almirante RENÁN RUIZ CORNEJO, Comandante-Geral da Armada do Equador.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares estrangeiros:

I - no grau de Grande-Oficial:

Tenente-General PAUL FRANCIS WYNNYK, Comandante do Exército canadense; e

II - no grau de Cavaleiro:

Suboficial ALAIN GUIMOND, Adjunto de Comando do Comandante do Exército canadense.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12, e art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2018, no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, ao grau de Grã-Cruz, o Almirante de Esquadra CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

CONCEDER,

a Insígnia de Bandeira da Ordem do Mérito Militar às seguintes organizações militares e instituições brasileiras:

GABINETE DO COMANDANTE DA MARINHA;
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO;
DIRETORIA DE OBRAS MILITARES DO COMANDO DO EXÉRCITO;
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA;
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO; e
FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares das Forças Armadas e personalidades brasileiras:

I - no grau de Grande-Oficial:

a) Comando da Aeronáutica:

Major-Brigadeiro do Ar RICARDO CESAR MANGRICH; e

b) personalidades brasileiras:

ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Embaixador;
MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
ALESSANDRO WARLEY CANDEAS, Embaixador; e
ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO, Diretor-Geral da Polícia Federal;

II - no grau de Comendador:

a) Comando da Marinha:

Contra-Almirante GILBERTO CEZAR LOURENÇO;
Contra-Almirante NEWTON CALVOSO PINTO HOMEM; e
Contra-Almirante (FN) ROGÉRIO RAMOS LAGE; e

b) Comando da Aeronáutica:

Brigadeiro do Ar MOZART DE OLIVEIRA FARIAS;
Brigadeiro do Ar RICARDO JOSÉ FREIRE DE CAMPOS;
Brigadeiro Intendente MARCO AURELIO PEREIRA SILVA;
Brigadeiro do Ar ARY SOARES MESQUITA;
Brigadeiro do Ar ARNALDO SILVA LIMA FILHO;
Brigadeiro do Ar ANTONIO RAMIREZ LORENZO; e
Brigadeiro do Ar VALTER BORGES MALTA;

III - no grau de Oficial:

a) Comando da Marinha:

Capitão de Mar e Guerra SERGIO GAGO GUIDA;
Capitão de Mar e Guerra ALAN KARDEC MOTA;
Capitão de Mar e Guerra ANTONIO CESAR DA ROCHA MARTINS;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS;
Capitão de Mar e Guerra (IM) DECIO MAIA DE SALES; e
Capitão de Mar e Guerra (RM1) RICARDO IBSEN PENNAFORTE DE CAMPOS; e

b) Comando da Aeronáutica:

Coronel Aviador FLÁVIO EDUARDO MENDONÇA TARRAF;
Coronel Aviador EDMILSON ANCARLU KÜL;
Coronel Aviador MARCOS AURÉLIO VILELA VALENÇA;
Coronel Aviador ALVARO MARCELO ALEXANDRE FREIXO;
Coronel Aviador R/1 LUCIANO MARTINS MENNA;
Capitão de Fragata JOSUÉ FONSECA TEIXEIRA JUNIOR;
Tenente-Coronel Intendente TALLES LEMOS BATISTA; e
Tenente-Coronel de Infantaria GUSTAVO DO AMARAL GAMA; e

IV - no grau de Cavaleiro:

Suboficial (FN-IF) EGBERTO AFONSO DA SILVA TEIXEIRA;
Suboficial (CA) CLAUDIO JOSE DA SILVA ALMEIDA; e
Suboficial (ET) ANTÔNIO JOSÉ SIMÕES DO NASCIMENTO.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares do Exército:

I - no Quadro Ordinário, no grau de Cavaleiro:

Coronel de Engenharia ROBERTO TAILOR SOUZA DA SILVA;
Coronel de Engenharia PAULO DA SILVA MEDEIROS;
Coronel de Infantaria EVALDO FERREIRA BAPTISTA;
Coronel de Infantaria SAMUEL VIEIRA DE SOUZA;
Coronel de Artilharia LAURO FERREIRA DA SILVA JUNIOR;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares JOSÉ VICENTE MEDLIG DE SOUSA;
Coronel de Infantaria GILBERTO DA SILVA BREVILIERE;
Coronel de Infantaria OSWALDO LUIZ GUIMARÃES SANT'ANNA;
Coronel de Artilharia EVANDRO LUIS LOPES FERREIRA;
Coronel de Infantaria MARIO ANSELMO MARSZALEK;
Coronel de Cavalaria AMARO SOARES DE OLIVEIRA NETO;
Coronel de Cavalaria ROGÉRIO MARQUES NUNES;
Coronel de Cavalaria CLAUDIO EMMANUEL FAULSTICH ALVES;
Coronel do Quadro de Material Bélico GILVAN ALVES FLÔRES;
Coronel de Intendência ANDRÉ LUIZ SANTOS DA SILVA;
Coronel de Comunicações JOSÉ FERNANDO CHAGAS MADEIRA;
Coronel de Infantaria ALVARO DUARTE DE OLIVEIRA JUNIOR;
Coronel de Infantaria REINALDO SALGADO BEATO;
Coronel de Infantaria MAURO FIALHO DE LIMA E SOUZA;
Coronel de Infantaria MÁRCIO LUIZ PASSOS TIBÉRIO;
Coronel de Intendência GUILHERME LOURO BRAGA;
Coronel de Artilharia EDUARDO GOMES DA SILVA;
Coronel de Artilharia REINALDO COSTA DE ALMEIDA RÊGO;
Coronel de Comunicações JORGE LUIS DOMINGOS FERREIRA;
Coronel de Infantaria JOÃO HENRIQUE DA SILVA MARINHO;
Coronel de Cavalaria RICARDO DE CASTRO TROVIZO;
Coronel de Artilharia FRED ANTONIO TIGRE MARINHO;
Coronel de Artilharia AMÉRICO DINIS REBELO DA CUNHA PEREIRA;
Coronel de Artilharia MÁRCIO ROBERTO BEZERRA MORGADO;
Coronel de Cavalaria PAULO CAETANO MARTINS DE OLIVEIRA;
Coronel de Cavalaria KLEBER TORRES CAMERINO;
Coronel de Artilharia HALLEY DE FARIA OLIVEIRA;
Coronel de Infantaria JOSÉ JACAÚNA DE SOUZA NETO;
Coronel de Infantaria ALFREDO GUNTER ZWIENER;
Coronel de Cavalaria MAURÍCIO DE AGUIAR VILLAR;
Coronel de Infantaria JOÃO ALBERTO NUNES DE PAULA;
Coronel de Infantaria CARLOS JOSE ROCHA LIMA;
Coronel de Infantaria LUIZ HENRIQUE LIBERALI;
Coronel de Infantaria RUBEM MENDES DA COSTA NETO;
Coronel Médico AMANTINO CAMILO MACHADO FILHO;
Coronel Médico GALVANE TEIXEIRA GOMES;
Coronel de Artilharia ANTÔNIO BISPO DE OLIVEIRA FILHO;
Coronel de Infantaria ALESSANDRO VISACRO;
Coronel de Infantaria SERGIO BORGES MEDEIROS DA SILVA;
Coronel de Infantaria MARCO ANTONIO GUIMARÃES INNECCO;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares JURACI FERREIRA GALDINO;
Coronel de Intendência NELSON JOAQUIM RODRIGUES FILHO;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais SIVALDO ROBERTO DA SILVA;
Coronel de Infantaria ANDERSON PEDREIRA SILVA;
Coronel de Infantaria MARCELO BAPTISTA VARGAS;
Coronel do Quadro de Material Bélico MARCO ANTONIO BREDA;
Coronel de Comunicações VITOLDO OLSTAN JUNIOR;
Coronel de Intendência JOÃO BATISTA COSTA FILHO;
Coronel de Cavalaria PAULO ESTEVÃO GOMES DUMANI;
Coronel de Cavalaria CARLOS ALBERTO KLINGUELFUS MENDES;
Coronel de Intendência OLIVAN PEREIRA DE MELO JUNIOR;
Coronel do Quadro de Material Bélico MILTON HIDEO HARADA;
Coronel de Cavalaria FABIANO CORRÊA LOURENÇO DE LIMA;
Coronel de Cavalaria MARCO ANTONIO DIEL;
Coronel Médico JOÃO LUIZ DA SILVA JUNIOR;
Coronel do Quadro de Material Bélico ALEXANDRE JOSÉ DORNELAS;
Coronel de Comunicações DANIEL CORREIA DE MORAIS;
Coronel de Intendência RENATO CALDEIRA IGREJA;
Coronel de Engenharia FRANCISCO ALEXANDRE DO COUTO DA PAIXAO;
Coronel de Engenharia RONALDO ISABEL DOS REIS;
Coronel de Engenharia CLÁUDIO JOSÉ DOS SANTOS MENEZES;
Coronel de Artilharia CEZAR CARRIEL BENETTI;
Coronel de Artilharia DENILSON SILVA DE MIRANDA;
Coronel de Cavalaria ARCENIO FRANCO JUNIOR;
Coronel de Cavalaria WILLIAN KOJI KAMEI;
Coronel de Cavalaria VLADIMIR GUSTAVO GOUVEIA MAIA;
Coronel de Artilharia FABIANO LIMA DE CARVALHO;
Coronel de Artilharia CARLOS MARCELO TEIXEIRA COSTA;
Coronel de Infantaria AGNALDO OLIVEIRA SANTOS;
Coronel de Infantaria AGENOR LOBO DE LIMA JUNIOR;
Coronel de Infantaria RODNEI SILVA DOS SANTOS;
Coronel de Infantaria ANDERSON XAVIER DA SILVA;
Coronel de Infantaria MARCELO ZANON HARNISCH;
Coronel de Infantaria CESAR HUMBERTO ALBERTO DE SOUZA;
Coronel de Infantaria JULIO CESAR BELAGUARDA NAGY DE OLIVEIRA;
Coronel de Intendência ANDERSON PAES DA COSTA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE MARCOS DE JESUS;
Coronel de Engenharia PAULO SILAS GOMES MOREIRA;
Coronel de Cavalaria JORGE OLIVEIRA MAIA FILHO;
Coronel de Infantaria ROBERTO GLICÉRIO CABRAL JUNIOR;
Coronel de Infantaria JOSÉ REIS CHAVES JUNIOR;
Coronel de Intendência RICARDO SÉRGIO DE SOUZA;
Coronel de Engenharia LUÍS CLAUDIO BRION CARDOSO;
Coronel de Cavalaria MARCELLO YOSHIDA;
Coronel de Cavalaria MAURO SANTOS TEIXEIRA;
Coronel de Artilharia EMERSON ALEXANDRE JANUÁRIO;
Coronel de Artilharia HENRIQUE FERNANDES MARQUES;
Coronel de Artilharia RICARDO SANTOS TARANTO;
Coronel de Artilharia ALEXANDRE DE ALMEIDA MELNISKI;
Coronel de Artilharia MARIO EDUARDO MOURA SASSONE;
Coronel de Infantaria KURT EVERTON WERBERICH;
Coronel de Infantaria RICARDO MOUSSALLEM;
Coronel de Infantaria ROBSON MONTEIRO MATTOS;
Coronel de Infantaria MARCIO COSSICH TRINDADE;
Coronel de Infantaria EMILIO VANDERLEI RIBEIRO;
Coronel de Infantaria FÁBIO EL-AMME PARANHOS;
Coronel de Infantaria MARCUS VINICIUS MANSUR MESSEDER;
Coronel de Infantaria MARCELO MACEDO DE OLIVEIRA;
Coronel Médico RUBENS RICARDO BRITTO COIMBRA;
Coronel de Infantaria NILTON DINIZ RODRIGUES;
Coronel do Quadro de Material Bélico HELDER LIMA DE QUEIROZ;
Coronel de Artilharia ROGÉRIO PEREIRA GONÇALVES;
Coronel de Artilharia RICHARD ALVES FIORAVANTE;
Coronel de Infantaria EDUARDO DA VEIGA CABRAL;
Coronel de Infantaria ERALDO FRANCISCO FERREIRA JUNIOR;
Coronel de Infantaria MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA;
Coronel Médico MANOEL ROBERTO PEREIRA DE SOUZA;
Coronel de Comunicações FELIPE DRUMOND MORAES;
Coronel de Cavalaria ALEXANDRE PFAENDER JUNIOR;
Coronel de Infantaria ANDRÉ LUIZ DE FRANÇA SANTOS;
Coronel de Infantaria RODRIGO LOTT DE MORAES;
Coronel de Infantaria CARLOS MAGNO DE CARVALHO CORRÊA;
Tenente-Coronel de Infantaria LUCIANO FAGUNDES RODRIGUES;
Tenente-Coronel de Infantaria MARCELO LUIZ ZENI;
Tenente-Coronel de Infantaria MARCEL CORDEIRO FREIRE;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tenente-Coronel de Artilharia PAULO CESAR BESSA NEVES JÚNIOR;
Tenente-Coronel de Infantaria PEDRO HENRIQUE CORRÊA NETTO;
Tenente-Coronel de Artilharia RAFAEL DELLANE DE AMORIM PIRES;
Tenente-Coronel de Infantaria MARCELO MASSETTI PEREIRA;
Major do Quadro Complementar de Oficiais ALONSO LUIZ PEREIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais IDERALDO SÁVIO DOS SANTOS;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais EUCLIDES MARQUES DA FONSECA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais OTONIEL BIANCHI RODRIGUES;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais RONALDO PEREIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais SIRIO SEBASTIÃO FRÖHLICH;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MARINEU MINORU KAWAGOSHI;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO SERGIO ANDRADE DE ALBUQUERQUE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ALDORI JUNKER JARDIM;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIS SARMENTO VIEIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ ARINO DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais EDISSON DA CUNHA FIALHO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JOAO MAIA JUNIOR;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ILSON ORANDIL MIRANDA DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais IVANOEL SILVA DE OLIVEIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE SOUZA DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ ANTONIO SOBREIRO PEREIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ROMILDO SALVINO PEREIRA JUNIOR;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE ANTONIO TAVARES RODRIGUES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MOABE HENRIQUE DA ROCHA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais OSCAR HOMERO DE LIMA MARSICO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais TARAS LEBID;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais GENILDO ANTONIO DE CARVALHO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CARLOS PEREIRA DA COSTA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais BEN-HUR AUGUSTO RODRIGUES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EUTACIO RIBEIRO DA HORA JUNIOR;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MAURO LUIZ RIBEIRO DE SOUZA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE MAURÍCIO NÓBREGA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE IZAR COSTA FONTELA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ERNANI ANTONIO BECKER RITT;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SILVIO DALA ROSA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JEFERSON BARCELOS DORNELES;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais RIVANILDO GOMES DOS SANTOS;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VITAL VIANNÊS DA SILVA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSE CARLOS DE OLIVEIRA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ VAGNER CANESCHI;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ADALBERTO CASTRO DE MOURA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JULIANE ASSUNÇÃO PINTO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SERGIO EVANDRO RAMOS TAKACHI;
Subtenente de Comunicações RÊIGES VICENTE DE AQUINO;
Subtenente de Infantaria MARCIO MACEDO DE CARVALHO;
Subtenente de Infantaria ALEX SANDRO BATISTA SANTANA;
Subtenente de Infantaria JOSÉ VALGÉRIO MELO SOARES;
Subtenente de Infantaria WILLIAM PONTES MENDES;
Subtenente do Quadro de Material Bélico CARLOS HERNANDES BARBOSA;
Subtenente de Engenharia PEDRO PEREIRA DE SOUSA FILHO;
Subtenente do Quadro de Material Bélico ALAIR BARBOSA DA SILVA;
Subtenente de Cavalaria FERNANDO ADALBERTO THEOBALD;
Subtenente de Comunicações EDISON PRESTES DA SILVA;
Subtenente de Infantaria MARCO ANTONIO GREGOL;
Subtenente de Infantaria JOILDO DA SILVA OLIVEIRA;
Subtenente de Artilharia PAULO RICARDO VENES KAUS;
Subtenente de Intendência JOEL CARVALHO DE AGUIAR;
Subtenente de Cavalaria MAURO FRANCISCO PAZ MACEDO;
Subtenente de Cavalaria DORIVAL ALVES DE LIMA;
Subtenente de Comunicações RONALDO DE OLIVEIRA FREITAS;
Subtenente de Infantaria CARLOS HENRIQUE XAVIER PINNA;
Subtenente de Infantaria ADERBAL CARDOSO;
Subtenente de Cavalaria WAGNER CASTRO;
Subtenente de Artilharia ISAAC ESPINDOLA CORRÊA;
Subtenente do Quadro de Material Bélico ENIO LUIZ BRAGA;
Subtenente Músico JONAS CHAGAS MEDINA;
Subtenente de Engenharia LUIZ CLAUDIO DE PAIVA;
Subtenente de Comunicações HAROLDO TAVARES DE ALBUQUERQUE CAMARA JUNIOR;
Subtenente de Infantaria JOÃO EVANGELISTA CORRÊA NETO;
Subtenente de Engenharia FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA;
Subtenente de Saúde IVANILDO DE SOUZA COELHO;
Subtenente de Infantaria SILVIO RIBEIRO CAMPOS;
Subtenente de Infantaria RENATO PEREIRA UDUWANAGE;
Subtenente de Infantaria EDSON AMANCIO DE MORAES;
Subtenente de Infantaria MÁRCIO COSTA RAMALHO;
Subtenente de Artilharia MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA;
Subtenente do Quadro de Material Bélico WILLIAM LIMA DOS SANTOS;
Subtenente de Cavalaria MOISES SHALON GONÇALVES DE ALMEIDA;
Subtenente Topógrafo ADILSON DOS REIS;
Subtenente de Comunicações MARCO AURÉLIO TEIXEIRA DA COSTA;
Subtenente de Artilharia GILBERTO LIMA DA SILVA;
Subtenente de Infantaria REGIS PAULA PEREIRA;
Subtenente de Cavalaria ANIBAL MARTINS PINTO;
Subtenente de Infantaria MARCELIO COUTINHO DE SÁ;
Subtenente de Infantaria ROGÉRIO MARCIO SOARES;
Subtenente de Comunicações REGINALDO ARAÚJO LUZ;
Subtenente de Infantaria WASTHER RIVELINO AVILA;
Primeiro-Sargento de Infantaria LUCIANO BORBA TAVEIRA;
Primeiro-Sargento de Infantaria ODAIR CILMAR DE ALMEIDA GOULART;
Primeiro-Sargento de Infantaria WANDERSON ELIAS TOSTES;
Segundo-Sargento do Quadro Especial MARCELO XAVIER DA SILVA; e
Segundo-Sargento do Quadro Especial BALBINO CRUZ DA COSTA; e

II - no Quadro Suplementar:

a) no grau de Oficial:

Coronel de Cavalaria R/1 CAMÉL ANDRÉ DE GODOY FARAH; e

b) no grau de Cavaleiro:

Coronel de Comunicações R/1 GERSON GOMES NOVO;
Coronel de Engenharia R/1 TARQUINIO MARCONDES DE FRANÇA;
Coronel de Artilharia R/1 ALMIRANTE PEDRO ALVARES CABRAL;
Coronel de Engenharia R/1 FERNANDO DOS ANJOS SOUZA;
Coronel de Infantaria R/1 ANTONIO CARLOS DUARTE SOARES;
Coronel de Infantaria R/1 SILVIO SATURNO CORRÊA FILHO;
Coronel de Infantaria R/1 WILSON SOARES JUNIOR;
Coronel de Comunicações R/1 SILVIO RENAN PIMENTEL BETAT;
Coronel de Artilharia R/1 SERGIO HENRIQUE CUNHA FREIRE;
Coronel de Infantaria R/1 JUAREZ GONÇALVES DE LIMA;
Coronel de Comunicações R/1 SÉRGIO LUIZ GOMES DE MELO;
Coronel de Artilharia R/1 HUMBERTO SUPPES;
Coronel de Comunicações R/1 MARCOS MARQUES PINTO;
Tenente-Coronel de Infantaria R/1 CARLOS SANTOS DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais R/1 NILSON CARNEIRO LAURINDO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais R/1 ANISIO CARVALHO DE SOUSA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais R/1 CLAUDEMIR AMIANTI;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais R/1 RAIMUNDO CLAUDIO VIEIRA;
Segundo-Tenente R/1 JOSE PEDRO DE OLIVEIRA;
Segundo-Tenente R/1 HERALDO MELO DE SANTANA; e
Segundo-Sargento do Quadro Especial R/1 ISRAEL FIRMINO DOS SANTOS.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares das Forças Armadas e personalidades brasileiras:

I - ao grau de Grande-Oficial:

a) Comando da Marinha:

Almirante de Esquadra (FN) ALEXANDRE JOSÉ BARRETO DE MATTOS;
Almirante de Esquadra CELSO LUIZ NAZARETH;
Almirante de Esquadra LEONARDO PUNTEL;
Vice-Almirante ALMIR GARNIER SANTOS;
Vice-Almirante ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO;
Vice-Almirante CARLOS ALBERTO MATIAS;
Vice-Almirante EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU FILHO; e
Vice-Almirante RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE;

b) Comando da Aeronáutica:

Major-Brigadeiro Engenheiro FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS;
Major-Brigadeiro do Ar HERALDO LUIZ RODRIGUES;
Major-Brigadeiro do Ar HUDSON COSTA POTIGUARA;
Major-Brigadeiro do Ar JOÃO TADEU FIORENTINI;
Major-Brigadeiro do Ar MÁRIO LUÍS DA SILVA JORDÃO;
Major-Brigadeiro do Ar MAURO MARTINS MACHADO;
Major-Brigadeiro do Ar RUI CHAGAS MESQUITA;
Major-Brigadeiro do Ar SÉRGIO ROBERTO DE ALMEIDA; e
Major-Brigadeiro Intendente VILMAR GARGALHONE CORRÊA; e

c) personalidades brasileiras:

ALEXANDRE DE MORAES, Ministro do Supremo Tribunal Federal; e
NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Embaixador.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

no Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares do Exército:

I - no Quadro Ordinário, ao grau de Oficial:

Coronel de Cavalaria ERNESTO PRIMO ARAGÃO BARROS;
Coronel de Artilharia JORGE GONÇALVES;
Coronel de Comunicações LUIZ HENRIQUE PEDROZA MENDES;
Coronel de Artilharia JOSÉ GERINO BEZERRA CORDEIRO;
Coronel de Cavalaria MARCUS ANTONIO FERREIRA PEREIRA;
Coronel de Infantaria EUSTÁQUIO ALVES DA COSTA NETO;
Coronel de Comunicações CÁSSIO MURILO GARCIA COUTINHO;
Coronel de Artilharia EDSON ALLEMANY DOS SANTOS;
Coronel de Artilharia GILSON PASSOS DE OLIVEIRA;
Coronel de Infantaria MÁRCIO SANTOS E SILVA;
Coronel de Infantaria ANTÔNIO CEZAR DE OLIVEIRA MENDES;
Coronel de Intendência ROBERTO CARLOS MOREIRA SILVA;
Coronel de Comunicações CRISTIANO MENDONÇA PINTO;
Coronel de Cavalaria OSWALDO UNGARETTI JÚNIOR;
Coronel de Infantaria WILSON ROBERTO AGOSTINHO DO NASCIMENTO;
Coronel do Quadro de Material Bélico OSWALDO BENEDITO ROMÃO DA SILVA;
Coronel de Artilharia LUCIANO BATISTA DE LIMA;
Coronel de Artilharia CARLOS ALBERTO FERREIRA LOPES CORA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE OLIVEIRA CANTANHEDE LAGO;
Coronel de Infantaria PAULO ROBERTO CORIOLANO;
Coronel de Engenharia PAULO AFONSO BRUNO DE MELO;
Coronel de Infantaria MARCO JOSÉ DOS SANTOS;
Coronel de Comunicações JOSÉ AUGUSTO BOGNONI LÓS REIS;
Coronel de Cavalaria EDUARDO TAVARES MARTINS;
Coronel de Artilharia EDUARDO RANGEL DE CARVALHO;
Coronel de Engenharia MARCIO TOMAZ DE AQUINO;
Coronel de Infantaria NEILSON MENDES BEZERRA;
Coronel de Infantaria MARCOS ANDRÉ GUEIROS TAULOIS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coronel de Infantaria CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE MELLO;
Coronel de Engenharia CARLOS EDUARDO MACHADO GOUVÊA;
Coronel de Infantaria PAULO MARCIO CAMARGO;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE GUERRA;
Coronel de Infantaria PAULO CHAMUM AGUIAR;
Coronel de Infantaria MARCELO PINHEIRO PINTO;
Coronel de Comunicações PAULO SERGIO REIS FILHO;
Coronel de Infantaria JUCENILIO EVANGELISTA DA SILVA;
Coronel de Infantaria MÁRIO FLÁVIO DE ALBUQUERQUE BRAYNER;
Coronel de Cavalaria MARCO ANTONIO MARTINS DOS SANTOS;
Coronel de Cavalaria MARCELO TEODORO DE SIQUEIRA;
Coronel de Cavalaria MARCELO LORENZINI ZUCCO;
Coronel de Infantaria HIDENOBU YATABE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ SERGIO MENDES;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CLEZIO ADEL TAVARES MOREIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais SOCORRO DO PILAR FERREIRA FARIAS;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais IZAIAS CAMILO DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS MONTEIRO ALBUQUERQUE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS JOSÉ DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO DE ASSIS MORAIS PRESTES;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO EDSON ARAÚJO CASEMIRO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais FLODIZIO SILVA DOS SANTOS;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MOACIR MALHEIROS DE FARIA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais RENIVALDO APARECIDO SANTANA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais DÉO FERNANDES CORDEIRO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais EDILCEU THOMÉ DA CRUZ;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MANOEL MISSIAS DE AZEVÊDO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais EDSON CORREIA DE QUEIROZ;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ ALEXANDRE MOREIRA PEIXOTO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JOÃO CEZAR GUISOLFI FRAGOSO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais DONIZETE APARECIDO REPUKNA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JULIO CÉSAR DA COSTA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais RÔMULO BOLSON;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ WELHINGTON GOMES DE SÁ;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CESAR DE MAGALHÃES PIOMONTE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais DONIZETTI DE FREITAS LEMES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ RICARDO VIEIRA DO CARMO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais FERNANDO FERREIRA BARROS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VLADIMIR DA COSTA REZENDE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS DOS SANTOS BARBOSA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ATAIDE LUCENA DE MEDEIROS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CICERO ALVES JACINTO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JUSSIMÁRIO PINTO VIEIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EDMILSON LIMA DE SOUZA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CARLOS ALBERTO LOPES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais IVANOR JOSÉ DA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JAIRO LUÍS DA ROSA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais AMAURI OLIVEIRA ARCANJO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ISMAR BOLFE SABALLA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO ROGÉRIO BELLINASO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ANTONIO CARLOS DIAS TEIXEIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ADRIANO NARCISO MÜCKE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EVENILTON PRÓSPERO E SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CLAUDIO EDUARDO KROGER GALO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ELTON EDGAR GUEDES SOARES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais RENALDO DIAS NEVES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ALBERTO NASCIMENTO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCO ANTÔNIO MARTINEZ DE SOARES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais WALMIR MATHIAS TEIXEIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO NETO DA SILVA REIS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EDSON LUIZ MARQUES DE ANDRADE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARTINHO ALOISIO LENZ;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais AIRTON ADRIANO PAIXÃO ROSA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais GILSON FERRAZ DE OLIVEIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARLON SANDRO ALVARENGA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOÃO LUIZ MEDEIROS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ANTONIO EZEQUIEL DE SOUSA BARROS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO HILMER GRAÇA ALCÂNTARA DE CARVALHO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ DANILO BRAVIM FIGUEIREDO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SAULO MAGESTE FRANÇA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais RUI JOSÉ DE ARAÚJO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais GELSON PICCININI;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOÃO MARCELO DE CAMARGO MOTA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO EDUARDO LEIVAS DUTRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JAIR JOSÉ FERREIRA ALVES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ROGERIO SANY FREIRE;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JESSÉ DA PAZ SILVA; e
Subtenente de Infantaria MARCIO LIMA; e

II - no Quadro Suplementar, ao grau de Oficial:

Coronel de Engenharia R/1 ABELMÍDIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO;
Coronel R/1 OTÁVIO JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA;
Coronel do Quadro de Material Bélico R/1 RENATO ANTÔNIO MACHADO LIMA;
Coronel de Infantaria R/1 AMADEU HELDER JANJA FAÇANHA;
Coronel de Engenharia R/1 AGUINALDO DA SILVA RIBEIRO;
Coronel do Quadro de Material Bélico R/1 WAGNER RIBEIRO DA SILVA FILHO;
Coronel de Infantaria R/1 ALBERTO BARBOSA FRAZÃO PEREIRA; e
Segundo-Sargento do Quadro Especial R/1 EDILSON BARBOSA DE SOUZA.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

a partir de 31 de março de 2018, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro, o General de Brigada ROBERTH ALEXANDRE EICKHOFF.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2018, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS;
General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA; e
General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS;

II - ao grau de Grande-Oficial:

General de Divisão ACHILLES FURLAN NETO;
General de Divisão ANTONIO MANOEL DE BARROS;
General de Divisão LUCIANO JOSE PENNA;
General de Divisão ANDRÉ LUIZ SILVEIRA;
General de Divisão RICHARD FERNANDEZ NUNES;
General de Divisão RUI YUTAKA MATSUDA;
General de Divisão JORGE ANTONIO SMICELATO;
General de Divisão ROLEMBERG FERREIRA DA CUNHA;
General de Divisão RICARDO RODRIGUES CANHACI;
General de Divisão EDUARDO PAZUELLO;
General de Divisão ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR;
General de Divisão FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA;
General de Divisão DANILO CEZAR AGUIAR DE SOUZA; e
General de Divisão ALEXANDRE FALCÃO CORRÊA; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada CARLOS DUARTE PONTUAL DE LEMOS;
General de Brigada MARCO ANTÔNIO MARTIN DA SILVA;
General de Brigada LUÍS CLÁUDIO DE MATTOS BASTO;
General de Brigada OTÁVIO RODRIGUES DE MIRANDA FILHO;
General de Brigada ROBERTH ALEXANDRE EICKHOFF;
General de Brigada CARLOS AUGUSTO FECURY SYDRIÃO FERREIRA;
General de Brigada ALCIDES VALERIANO DE FARIA JUNIOR;
General de Brigada PAULO ROBERTO RODRIGUES PIMENTEL;
General de Brigada ERNESTO DE LIMA GIL;
General de Brigada ANTONIO RIBEIRO DA ROCHA NETO;
General de Brigada RICARDO PIAI CARMONA;
General de Brigada ALEXANDRE DE ALMEIDA PORTO;
General de Brigada MARCUS VINÍCIUS FONTOURA DE MELO;
General de Brigada ALAN DENILSON LIMA COSTA;
General de Brigada CARLOS WALDYR AGUIAR;
General de Brigada ANDRÉ BASTOS SILVA;
General de Brigada FLÁVIO MAYON FERREIRA NEIVA;
General de Brigada OTHILIO FRAGA NETO; e
General de Brigada JOSÉ OITICICA MOREIRA.

Brasília, 21 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 144, de 21 de março de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.902.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 817, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.000898/2017-55, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento da empresa CONTROL UNION LTDA., sob o número BR PR 634, CNPJ: 53.281.382/0003-05, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1366, Bairro Alto São Sebastião, Paranaguá/PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Fumigação em Porão de Navio (FPN - Fosfina).

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 76, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX , do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de nove de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802; de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no processo eletrônico 21044.005730/2017-17, RESOLVE:

Art. 1° - Renovar o credenciamento BR-RJ271, da empresa NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ 01.811.362/0005-59, localizada na rua Vinte de Janeiro, s/nº- Eixo 01-02/B-D, Galeão, Rio de Janeiro-RJ, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar as seguintes modalidades de tratamento: Fumigação em Contêineres (brometo de metila e fosfina); Fumigação em Câmara de Lona (brometo de metila e fosfina); Fumigação em Silos Herméticos (fosfina); Fumigação em Porões de Navios (fosfina) e Tratamento Térmico

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, conforme estabelecido no § 4º, do Artigo 1º - Anexo I - da Instrução Normativa nº 66/2006, podendo ser renovada por igual período mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro - SFA/RJ.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ESSIOMAR GOMES DA SILVA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto n.º 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.009701/2018-11, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para importação de frutos frescos (Categoria 3, Classe 4) de mirtilo (*Vaccinium corymbosum*) produzidos na Espanha.

Art. 2º Os frutos frescos de mirtilo devem estar acondicionados em caixas de papelão de primeiro uso, livres de material de solo e de resíduos vegetais.

Art. 3º O envio do produto especificado no art. 2º desta Instrução Normativa deverá estar acompanhado de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Espanha com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "Os frutos de mirtilo se encontram livres de *Adoxophyes orana*, *Spodoptera littoralis* e *Tropinota squalida*";

II - "Os frutos de mirtilo foram tratados a frio a 0°C ou menos, durante 10 dias; ou a 0,55°C ou menos, durante 11 dias; ou a 1,11°C ou menos, durante 12 dias, para o controle de *Lobesia botrana*, sob supervisão oficial";

III - "O lugar de produção de frutos de mirtilo foi submetido a inspeção oficial durante o período de produção e não foi detectada a praga *Monilinia fructigena*";

IV - Alternativamente, para quaisquer das pragas indicadas nos incisos I, II e III desse artigo, pode se declarar apenas: "Os frutos de mirtilo foram produzidos em uma área reconhecida pela ONPF do Brasil como livre de (praga(s)), de acordo com a NIMF Nº 4 da FAO".

Art. 4º As partidas importadas especificadas no artigo 2º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), podendo ser coletadas amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Ocorrendo a coleta de amostras, os custos do envio e das análises serão com ônus para o interessado, que poderá, a critério da fiscalização agropecuária, ficar depositário da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 5º No caso de interceptação de pragas quarentenárias, a partida será destruída ou rechaçada e a ONPF da Espanha será notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações até a revisão da análise de risco de pragas.

Art. 6º A ONPF da Espanha deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer alteração na condição fitossanitária das regiões de produção de frutos de mirtilo a serem exportados ao Brasil.

Art. 7° O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016 e o artigo 14 da Instrução Normativa nº 13, de 24 de março de 2011 e, tendo em vista o que consta do Processo 21000.006939/2018-95, resolve:

Art. 1º Homologar o Banco de Germoplasma denominado "Coleção de Culturas de Microrganismos Multifuncionais da Embrapa Soja: Bactérias Diazotróficas e Promotoras do Crescimento de Plantas", CNPJ nº 00.348.003/0042-99, situado na Rodovia Carlos João Strass, S/N - Acesso Orlando Amaral - Bairro Distrito de Warta CEP 86001970 - Londrina-PR, para conservar um banco de germoplasma de microrganismos de interesse agrícola e disponibilizar as estirpes microbianas autorizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a produção de inoculantes.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 26 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta nos processos nº 21034.001190/2018-01 e 21034.000925/2015-28, resolve:

Art. 1º Designar o Médico Veterinário Mauro Ferreira dos Santos, conforme disposto no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o MAPA e a Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, publicado no Diário Oficial da União nº 171, Seção 3, pág. 09, na data de 08 de setembro de 2015, para prestar serviços junto ao SIF 4701 - THRUSTFUL ALIMENTOS EIRELI - ME - ABATEDOURO FRIGORÍFICO - C15 / EQUINO - MAIS DE 50/H - AE1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 20 de 15 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 55, de 21 de março de 2018 - Seção 1, página 9,

onde se lê: "III - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO - ABIN",

leia-se: "III - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN".

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO N° 18, DE 21 DE MARÇO DE 2018

1. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ nº 60.744.463/0001-90 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ nº 60.744.463/0010-80 - Paulínia/SP, a importar o produto Viance, registro nº 28917, conforme o processo nº 21000.009878/2018-18.

2. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Acetamiprid Crop, registro nº 27817, de acordo com processo nº 21000.009751/2018-07.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ nº 23.361.306/0001-79 - Uberaba/MG, e Filial: CNPJ nº 23.361.306/0007-64 - Igarapava/SP, a importar o produto Ortus Técnico 960, registro nº 3793, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Ortus 50 SC, registro nº 3893, de acordo com processo nº 21000.009791/2018-41.

4. De acordo com Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ nº 23.361.306/0001-79 - Uberaba/MG, e Filial: CNPJ nº 23.361.306/0007-64 - Igarapava/SP, a importar o produto Applaud Técnico 980, registro nº 1297, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Applaud 250, registro nº 4097, de acordo com processo nº 21000.009788/2018-27.

5. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Nortox, registro nº 2418795, Diuron Técnico 970 BR, registro nº 2194, Diurex Agricur Técnico, registro nº 1768702, no produto formulado Diuron 500 SC Milenia, registro nº 408905, conforme processo nº 21000.006631/2015-05.

6. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço da empresa De Sangosse Agroquímica Ltda - endereço Rua Raymundo Ramos Ferreira, nº 134, Curitiba/PR para Avenida Ricardo Eik Mendes Borges, nº 5800, CEP: 86200-000, Bairro Zona Industrial, Ibiporã/PR, conforme processo nº 21000.009926/2018-78.

7. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Shyper 250 EC, registro nº 39617, da empresa Allierbrasil Agro Ltda. - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP: 01307-013- São Paulo/SP, para a empresa Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda. - sito à Rua da Consolação 222, conj. 608, CEP: 01302-000 - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.010198/2018-47.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, no produto Banzai, registro nº 14916, foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura da uva, conforme processo nº 21000.042018/2017-13.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o pleito de registro do produto Vertimec Flora, processo nº 21000.026617/2016-09.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, no produto Banzai, registro nº 14916, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas do Subgrupo: Batata e Tomate - CSFI - Alho, Cebola, Abóbora, Abobrinha, Chuchu e Pepino, conforme processo nº 21000.016468/2017-42.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Atrazina Nortox 500 SC, registro n° 0596, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de aplicação aérea nas culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo, conforme processo nº 21000.026387/2017-51.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Ampligo registro nº 610, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do sorgo para controle da praga *Spodoptera frugiperda*, e inclusão do alvo biológico *Helicoverpa armígera* na cultura da soja, conforme processo nº 21000.008467/2014-81.

13. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, torna sem efeito o item 9, Seção 1, página 64, em Ato nº 72 de 13 de dezembro de 2016, publicado em 21 de dezembro de 2016, no produto Onix, processo nº 21000.007267/2014-10.

14. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, torna sem efeito o item 10, Seção 1, página 64, em Ato nº 72 de 13 de dezembro de 2016, publicado em 21 de dezembro de 2016, no produto Rizos, processo nº 21000.007268/2014-56.

15. De acordo com Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Focker, registro nº 7517, conforme processo nº 21000.010374/2018-41.

16. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Temible, registro nº 15917, conforme processo nº 21000.010371/2018-15.

17. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Adama Brasil S.A. - CNPJ nº 02.290.510/0001-76 - Londrina/PR, Filial: CNPJ nº 02.290.510/0004-19 - Taquari/RS, a importar o produto Mancozeb Técnico Indofil, registro nº 11011, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Cronnos, registro nº 13417, conforme processo nº 21000.010368/2018-93.

18. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Viance, registro nº 28917, conforme processo nº 21000.010367/2018-49.

19. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Nimitz, registro n° 8518, para a marca comercial Legado, de acordo com processo nº 21000.010344/2018-34.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Nimitz BR, registro n° 9018, para a marca comercial Blindado, de acordo com processo nº 21000.010347/2018-78.

21. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Kabuki, registro nº 8004, da empresa Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. - sito à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - Torre E - 12º andar, CEP: 04543-011 - São Paulo/SP para a empresa Nichino do Brasil Agroquímicos Ltda. - sito à Alameda Araguaia, 751, CJ 101, 102 e 106, Alphaville Industrial, CEP: 06.455-000 - Barueri/SP, conforme processo nº 21000.010334/2018-07.

22. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Albauch Agro Brasil Ltda. - CNPJ nº01.789.121/0001-27 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ nº01.789.121/0004-70 - Resende/RJ, a importar o produto Shyper 250 EC, registro nº 39617, conforme processo nº 21000.010201/2018-22.

23. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, no produto Ballvéria, registro nº 7312, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *Cosmopolites sordidus, Tetranychus urticae, Dalbulus maidis, Gonipterus scutellatus* e *Hypothenemus hampei* em todas as culturas de ocorrência destes alvos biológicos, e com aumento de dose, conforme processo nº 21000.061340/2016-52.

24. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, no produto Nemat, registro nº 5713, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *Meloidogyne javanica e Pratylenchus brachyurus* em todas as culturas de ocorrência destes alvos biológicos, e com aumento de dose, conforme processo nº 21000.005032/2017-28.

25. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, no produto Metiê registro nº 4212, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *Mahanarva fimbriolata e Deois flavopicta* em todas as culturas de ocorrência destes alvos biológicos, e com aumento de dose, conforme processo nº 21000.061342/2016-41.

26. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, no produto Ecotrich WP, registro nº 4213, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico*Rhizoctonia solani* em todas as culturas de ocorrência deste alvo biológico, e com aumento de dose, conforme processo nº 21000.005025/2017-26.

27. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Onix, registro n° 15216, para a marca comercial Onix OG, de acordo com processo nº 21000.045731/2017-19.

28. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Rizos, registro nº 15116, para a marca comercial Rizos OG, de acordo com processo nº 21000.045730/2017-66.

29. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico GHA, registro nº 2216, no produto formulado 2,4-D Fersol, registro nº 1228803, conforme processo nº 21000.022067/2016-41.

30.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Biorisk, registro nº 4215, no produto formulado 2,4-D Fersol, registro nº 1228803, conforme processo nº 21000.050347/2016-49.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 22 de abril de 2015, em Ato nº 30, de 16 de abril de 2015, Seção 1, item 07 - onde se lê: ... indicação de uso pretendido: para todas as culturas com ocorrência do alvo biológico Helicoverpa armígera; leia-se: ... indicação de uso pretendido: para todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos *Helicoverpa armígera, Ecdytolopha aurantiana, Oxydia apidania e Heliothys virescens*.

No DOU de 27 de dezembro de 2017, em Ato nº 114, de 21 de dezembro de 2017, Seção 1 item 02, onde se lê: ... no produto Select One Pack, registro nº 2102, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de abacaxi, algodão, alho, batata, batata-doce, batata-yacon, berinjela, café, cará, cebola, cenoura, feijão, fumo, gengibre, inhame, jiló, quiabo,mandioca, mandioquinha-salsa,melancia, milho, pimenta, tomate e trigo e a inclusão dos alvos biológicos *Eleusine indica, Setaria geniculata, Pcnnisetum setosum, Echinochloa crusgali, Rottboellia cxaltata, Eragrostis ciliarcs, Zea mays* (milho voluntário), *Pennisetum americanum* (Milheto voluntário), *Triticum aestivum* (Trigo voluntário), *Oryza sativa* (Arroz voluntário), *Panicum maximum, Sorghum halepense, Lolium multiflorum*, *Avena strigosa, Digitaria insularis*, leia-se: ... no produto Select One Pack, registro nº 2102, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de abacaxi, algodão, alho, batata, batata-doce, batata vacon, berinjela, café, cará, cebola, cenoura, feijão, fumo, gengibre, inhame, jiló, quiabo,mandioca, mandioquinha-salsa, melancia, milho, pimenta, tomate e trigo, pimentão e a inclusão dos alvos biológicos *Eleusine indica, Setaria geniculata, Pcnnisetum setosum, Echinochloa crusgali, Rottboellia cxaltata, Eragrostis ciliarcs, Zea mays* (milho voluntário), *Pennisetum americanum* (Milheto voluntário), *Triticum aestivum* (Trigo voluntário), *Oryza sativa* (Arroz voluntário), *Panicum maximum, Sorghum halepense, Lolium multiflorum, Avena strigosa e Digitaria insularis*.

No DOU de 27 de dezembro de 2017, em Ato nº 114, de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, item 07, onde se lê: ... no produto Artys, registro nº 13408, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *Solanum aculcatissimum, Sidastrum paniculatum, Waltheria inidica, Vernonia polyanthes e Vernonia westiniana* na cultura de pastagem, leia-se: ... no produto Artys, registro nº 13408, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *Solanum aculcatissimum, Sidastrum paniculatum, Waltheria inidica, Vernonia westiniana e Sidastrum micranthum*.

No DOU de 27 de novembro de 2017, em Ato nº 106, de 30 de novembro de 2017, Seção 1, item 01, onde se lê: ... no produto Eminent Excell, registro n° 3814, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Ramularia aréola* na cultura de algodão *e Cercospora zeae-maydis* na cultura de milho; leia-se: ... no produto Eminent Excell, registro nº 3814, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão e milho.

No DOU de 16 de março de 2018, em Ato nº 16, Seção 1, item 1,

onde se lê: ... produto Chaser EW,

leia-se: ... Chaser.

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 553/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso I, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019629/2014-50, resolve:

Art. 1° Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13/07/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Santiago, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 291E, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2002.

Art. 2° A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 614/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068261/2017-02 e da Nota Técnica nº 1738/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 618/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BAURU, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51(cinquenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.064705/2017-22 e da Nota Técnica nº 1862/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 713/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3815, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2017, que extinguiu a outorga concedida à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Curitiba / PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1° Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.098/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1° Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.166/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043380/2012-85, resolve:

Art. 1° Outorgar permissão à Fundação João Matias de Oliveira, CNPJ nº 07.448.186/0001-95, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barras, estado do Piauí, por meio do canal 290E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.111/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TAQUARITINGA, estado de São Paulo, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.006263/2018-81 e da Nota Técnica nº 3428/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.114/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049573/2017-17 e da Nota Técnica nº 3237/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.235/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028636/2017-93 e da Nota Técnica nº 4151/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.239/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARARAQUARA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059033/2017-33 e da Nota Técnica nº 3073/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.376/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.018642/2013-54, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 48 D (quarenta e oito - Digital), classe C, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD, na localidade de Barão de Melgaço/MT, aprovando, ainda, o local de instalação e a utilização de equipamentos.

Art. 2º A autorização para funcionamento em caráter provisório fica condicionada à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.532, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.000466/2017-82, de 4 de janeiro de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Nansen S/A Instrumentos de Precisão, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 17.155.276/0001-41, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Contador de eletricidade monofásico, digital.

Modelo: MODELO LUMEN 2 MD3F.

Produto 2: Contador de eletricidade bifásico, digital.

Modelos: VECTOR 2 PA; VECTOR 2 PAR.

Produto 3: Medidor trifásico digital de energia elétrica.

Modelos: VECTOR 2 PA; VECTOR 2 PAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.533, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.006805/2017-34, de 3 de fevereiro de 2017, que o produto e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa IONICS Informática e Automação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.361.644/0001-07, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho para supervisão e acionamento de bombas de combustível, para utilização em caminhões-tanque, baseado em técnica digital.

Modelos: TERMINAL COMBOIO 850 SOLUCAO; TERMINAL COMBOIO 850.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.534, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.021832/2017-37, de 12 de abril de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Seva Engenharia Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 71.336.218/0001-60, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Rastreador para veículos automotores com GPS e comunicação via telefone celular.

Modelos: RASTREADOR RAPTOR 2; RASTREADOR RAPTOR 2 PORTATIL.

Produto 2: Tacógrafo eletrônico digital.

Modelos: TACÓGRAFO DIGITAL DT-1050 - G; TACÓGRAFO DIGITAL DT-1050 - WGA; TACÓGRAFO DIGITAL DT-1050C - WGA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.536, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.030608/2017-36, de 26 de maio de 2017, que o produto, e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido pela empresa Sweda Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 53.485.215/0001-06, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho para autenticação e transmissão de documento fiscal eletrônico.

Modelo: SAT SWEDA SS-2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.539, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.006700/2017-85, de 2 de fevereiro de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Khomp Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.277.298/0001-44, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Terminal IP para transmissão e recepção de voz/dados (Telefone IP).

Modelo : KVOICE 101.

Produto 2: Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (Gateway).

Modelos: UMG 104; UMG SERVER MODULAR 300; UMG FXS 240; UMG SERVER 104.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.540, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.028945/2017-63, de 18 de maio de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa GL Eletro-Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 52.618.139/0030-31, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Aparelho para conversão de protocolos de comunicação, próprio para monitoramento remoto de nobreaks, em rede com fio, baseado em técnica digital.

Modelos: NET ADAPTER II EXTERNO; NET ADAPTER II INTERNO.

Produto 2: Equipamento de alimentação ininterrupta de energia microprocessado (UPS ou No-break).

Modelo: KEOR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.556, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Aprova a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital)

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o disposto no art. 3º do Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em sua 46ª reunião, em 7 de março de 2017, recomendando a elaboração de estratégia de longo prazo para a economia digital;

CONSIDERANDO a finalização das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Portaria nº 842/2017/SEI-MCTIC, de 17 de fevereiro de 2017, visando à articulação de diferentes instâncias nacionais para a definição dos pilares da transformação digital brasileira, nos termos dos arts. 28 e 29 do Anexo I ao Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016; e

CONSIDERANDO as contribuições recebidas na Consulta Pública nº 1/DETIC/SEPIN/2017, de 1º de agosto de 2017; resolve:

Art. 1º Fica aprovada, na forma do Anexo, a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), cuja íntegra ficará disponível no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.852/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000228/1999 e nº 53900.034153/2015-68, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DOS COMUNICADORES DE GANDU E REGIÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Gandu / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 56/2018

Processo 53500.053366/2017-63. Interessados: Telefônica Brasil S.A. 1 - retificar o " item 1" do Despacho Decisório nº 41/2018/SEI/CPRP/SCP (SEI nº 2457791) nos termos a seguir: onde se lê "Grupo OI", leia-se "Grupo TELEFÔNICA".

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.925, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53516.001265/2018-19. Expede autorização à MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 1.865, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53528.000743/2018-34. Expede autorização à CONSORCIO PARKSHOPPINGCANOAS, CNPJ nº 28905815000139, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 882, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.004355/2018-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MAR LTDA, CNPJ 57.728.743/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Peruíbe/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 890, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.004459/2018-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São João da Boa Vista/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.268, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53508.000728/2018-24. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedida à MTN DO BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 14.421.991/0001-90 por meio do Ato nº 2.487, de 02/05/2012, publicado no DOU de 08/05/2012, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 134 e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.330, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.006818/2018-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SOBRAL LTDA, CNPJ 02.391.395/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Juazeiro do Norte/CE.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.378 - Processo nº 53500.007160/2018-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE RADIODIFUSAO TIJUCAS FM LTDA, CNPJ 03.859.878/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Bombinhas/SC.

Nº 1.379 - Processo nº 53500.007161/2018-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE RADIODIFUSAO TIJUCAS FM LTDA, CNPJ 03.859.878/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nova Trento/SC.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 5 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.410 - Processo nº 53500.007368/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE COMUNICACAO SAMPAIO LTDA, CNPJ 10.889.111/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmeira dos Índios/AL.

Nº 1.411 - Processo nº 53500.007371/2018-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Conceição do Coité/BA.

Nº 1.413 - Processo nº 53500.007373/2018-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Utinga/BA.

Nº 1.415 - Processo nº 53500.007397/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CETAMA DE BARBALHA S/A, CNPJ 07.052.962/0001-33, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Barbalha/CE.

Nº 1.432 - Processo nº 53500.007538/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO CLUBE RIO DO OURO LTDA, CNPJ 14.545.826/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Jacobina/BA.

Nº 1.433 - Processo nº 53500.007551/2018-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO O DIA FM LTDA, CNPJ 40.377.293/0001-45, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio de Janeiro/RJ.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 6 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.442 - Processo nº 53500.007576/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL PEDRO TRES, CNPJ 00.599.744/0001-74, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vila Velha/ES.

Nº 1.443 - Processo nº 53500.007577/2018-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM LTDA, CNPJ 27.185.685/0001-44, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Nº 1.444 - Processo nº 53500.007580/2018-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ALO FM - SOCIEDADE LTDA, CNPJ 11.474.686/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Francisco Sá/MG.

Nº 1.449 - Processo nº 53500.007602/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Xique-Xique/BA.

Nº 1.456 - Processo nº 53500.007720/2018-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO NAIPI LTDA, CNPJ 77.689.032/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Foz do Iguaçu/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.470, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.070898/2017-65. Expede autorização à DU PONT DO BRASIL S A, CNPJ/MF nº 61.064.929/0001-79, para executar o Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais, de interesse restrito, pelo prazo de 02 anos, tendo como área de prestação do serviço os municípios de Brasília/DF, Porto Nacional/TO, Itumbiara/GO, Toledo/PR, Sorriso/MT e Passo Fundo/RS, e outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução do Serviço.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.570 - Processo nº 53500.018783/2010-93. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à P.S. DE SOUSA - COMUNICACAO, por meio do Ato n° 7.673, de 25/11/2010, publicado no DOU de 06/12/2010, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

Nº 1.573 - Processo nº 53504.011667/2017-80. Expede Autorização, mediante assinatura de correspondente Termo e do pagamento do PPDESS, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) por Termo de Autorização, à NOVA LINK TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 20.877.748/0001-84, para exploração do Serviço Móvel Pessoal, de interesse coletivo, no regime privado, por prazo indeterminado, na Área de Prestação delimitada pelas Regiões I, II e III do PGA-SMP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.591, DE 11 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53504.010745/2017-29. Declara extinta, por renúncia, a partir de 18/09/2017, a autorização outorgada à COOPERVALE COOPERATIVA DOS TAXISTAS DE S. J. DOS CAMPOS, CNPJ/MF nº 02.221.644/0001-35, por intermédio do Ato n° 4344, de 02/08/1999, publicado no DOU de 11/08/1999, para explorar o Serviço Limitado Privado, submodalidade de Radiotáxi Privado (078), de interesse restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.689 - Processo nº 53500.007152/2018-04. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à AONET TELECOM EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 05.690.288/0001-97, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.701 - Processo nº 53524.001472/2018-74. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à WKVE ASSESSORIA EM SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.718 - Processo nº 53500.008931/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Limoeiro do Norte/CE.

Nº 1.722 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA NOVA JUVENTUDE CASTELANDENSE, CNPJ 05.890.069/0001-51, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Castelândia/GO.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.759 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA, CNPJ 07.487.601/0001-10, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Conceição da Barra/ES.

Nº 1.775 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO, CNPJ 09.336.148/0001-76, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fortaleza do Tabocão/TO.

Nº 1.779 - Processo nº 53500.008128/2018-84. Declara extinta, por renúncia, a partir de 08/03/2018, a autorização outorgada à JOSE SANTANA DIAS CARREIRO - ME, CNPJ/MF nº 09.322.189/0001-03, por intermédio do Ato n° 6381, de 20/09/2011, publicado no DOU de 21/09/2011, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.830 - Processo nº 53500.007932/2018-46. Expede autorização à D N VILELA TECNOLOGIA - ME, CNPJ/MF nº 12.376.097/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.835 - Processo nº 53500.007584/2018-15. Expede autorização à L. DA ROSA SOARES - NET, CNPJ/MF nº 27.746.368/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.836 - Processo nº 53500.007178/2018-44. Expede autorização à R. N. V. DA COSTA JUNIOR - ME, CNPJ/MF nº 28.200.440/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.837 - Processo nº 53500.007008/2018-60. Expede autorização à RIO ONLINE TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 28.390.768/0001-38, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.846 - Processo nº 53500.006900/2018-23. Expede autorização à ERIQUELSON SILVA DE SOUTO, CNPJ/MF nº 20.769.514/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.863 - Processo nº 53500.009864/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCAR-SUL BRASIL, CNPJ 04.698.468/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pinhais/PR.

Nº 1.866 - Processo nº 53500.006631/2018-03. Expede autorização à JOELMIR MURILO FARIAS DE LIMA, CNPJ/MF nº 06.079.747/0001-63, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.867 - Processo nº 53500.009041/2018-24. Expede autorização à MASTERSUL TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 28.800.238/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.884, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇOES COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Pinhais/PR, no período de 21/03/2018 a 08/04/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 21 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.901 - Autoriza KOFRE REPRESENTACAO E COMERCIO DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 34.303.693/0001-03, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Ilhéus/BA, no período de 21/03/2018 a 19/05/2018.

Nº 1.902 - Autoriza RICALLRADIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.072.154/0001-75, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 22/03/2018 a 25/03/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.350/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.012009/2018-11, resolve:

Art. 1º Consignar à SISTEMA VENEZA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Belém/PA, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.371/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no Município de MOGI DAS CRUZES, estado de São Paulo, por meio do canal 34 (trinta e quatro), reuso do canal de São Paulo-SP, visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.004974/2018-11 e da Nota Técnica 4807/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 377/SEI, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.013828/2017-03, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 5585/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela RÁDIO TAQUARA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Taquara, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 221/SEI, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.002619/2018-15, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PALMEIRA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 29 (vinte e nove), nos termos da Nota Técnica nº 3026/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 292/SEI, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.011539/2016-81, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SÃO ROQUE, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 3457/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 319/SEI, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.069404/2017-95, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia analógica da estação da GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, estado de PERNAMBUCO, utilizando o canal analógico nº 51 (cinquenta e um) em substituição ao canal 31 (trinta e um), nos termos da Nota Técnica nº 4665/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.151/SEI, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.001565/2008-36, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de BURITIS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 26 (vinte e seis), nos termos da Nota Técnica nº 29988/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 368/SEI, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.059908/2017-05, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rebouças-PR, utilizando o canal n.º 273 (duzentos e setenta e três), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 5376/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 374/SEI, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.004681/2018-33, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO RIO CORRENTE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Maria da Vitória-BA, utilizando o canal n.º 216 (duzentos e dezesseis), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 5546/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 413/SEI, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso IV, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.013828/2017-03, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 5585/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de prorrogação de prazo para apresentação de projeto técnico de instalação, formulado pela RÁDIO TAQUARA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Taquara, estado do Rio Grande do Sul.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 430/SEI, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013641/2018-82, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da ALÔ FM - SOCIEDADE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Francisco Sá-MG, utilizando o canal n.º 203 (duzentos e três), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 5937/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 27, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) - e seu portal web - e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, INTERINA, considerando o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no §6º, do art. 3º e nos art. 9º e 10º da Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, criado pela Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, tem como objetivo o monitoramento, avaliação, produção e difusão de estatísticas, indicadores e outros dados das atividades no campo cultural, de modo a subsidiar o acompanhamento das políticas culturais em geral e do Plano Nacional de Cultura - PNC.

§ 1º O SNIIC é dotado de um portal web, denominado SIMCULTURA (Sistema de Informações e Monitoramento da Cultura), gerenciado exclusivamente pelo Ministério da Cultura, e acessível à colaboração direta de usuários internos e externos à esta instituição na inserção de dados e acompanhamento de projetos, programas e políticas culturais, em processo de "governança colaborativa".

§ 2º O portal web SIMCULTURA de governança colaborativa também prevê o uso de ferramentas que propiciem a interação de seus usuários, em ambiente computacional com funcionalidades típicas de redes sociais, por meio de software livre com padrões de publicação de dados abertos.

§ 3º O portal web SIMCULTURA, gerenciado pelo MinC, tem ainda a função de disponibilizar estatísticas, indicadores, informações e dados abertos sobre:

I - bens culturais;
II - serviços culturais;
III - infraestrutura cultural;
IV - investimentos em cultura;
V - acesso à cultura;
VI - produção cultural;
VII - consumo cultural;
VIII - agentes culturais;
IX - políticas governamentais e do setor privado;
X - instituições e empreendimentos culturais.

Art. 2º A Coordenação-Geral de Estatísticas e Indicadores da Cultura - CGEST, da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva-SGE, do Ministério da Cultura, subsidiará a Coordenação Executiva do PNC e será responsável pela gestão e coordenação do SNIIC e de seu portal web (SIMCULTURA).

Art. 3º Fica criado, no âmbito do Ministério da Cultura, o Comitê Gestor do SNIIC ao qual compete:

I - acompanhar o processo de produção, captação, processamento, difusão e atualização de dados, estatísticas, indicadores e informações culturais no âmbito do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas, com vistas à alimentação de dados no SNIIC e respectivo portal web (SIMCULTURA);

II - facilitar a integração de sistemas de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) existentes no âmbito do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas, que contenham conteúdos compatíveis com os eixos propostos pelo SNIIC, buscando o aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos sistemas e funcionalidades potenciais;

III - estabelecer critérios para os processos de produção, captação, processamento, difusão e atualização de estatísticas, indicadores e informações culturais no âmbito do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas;

IV - desenvolver cestas de indicadores culturais estratégicos elaborados a partir dos dados, estatísticas e informações contempladas no SNIIC;

V - orientar a elaboração e atualização das ontologias, glossários e vocabulários utilizados no SNIIC;

VI - contribuir para a manutenção e continuidade da governança do SNIIC, independentemente de transições governamentais.

VII - estabelecer periodicidade para o lançamento de estatísticas, indicadores e informações sobre os projetos, programas e políticas do MinC;

VIII - propor veiculação de conteúdos e instituir curadoria para validação de publicações propostas por outros entes e pela sociedade;

IX - propor soluções tecnológicas e metodológicas para melhoria contínua do portal web SIMCULTURA.

Art. 4º O Comitê Gestor do SNIIC será integrado por um representante, e respectivo suplente, dos seguintes órgãos do Ministério da Cultura:

I - Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva- SGE;
II - Secretaria Articulação e Desenvolvimento Institucional - SADI;
III - Secretaria da Economia da Cultura - SEC
IV - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - SEFIC;
V - Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC;
VI - Secretaria de Infraestrutura Cultural - SEINFRA;
VII - Secretaria do Audiovisual - SAV;
VIII - Fundação Nacional de Artes - FUNARTE
IX - Fundação Biblioteca Nacional - FBN;
X - Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM;
XI - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
XII - Fundação Cultural Palmares - FCP;
XIII - Agência Nacional do Cinema - ANCINE; e
XIV - Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB.

§ 1º O Comitê será presidido pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica - SGE, com a coordenação técnico-executiva a cargo da Coordenação Geral de Estatísticas e Indicadores da Cultura - CGEST/SGE/SE.

§ 2º A Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica - CGTEC participará do Comitê Gestor do SNIIC, na qualidade de órgão consultivo, representada por seu titular ou por quem este designar.

§ 3º As reuniões ocorrerão trimestralmente em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocatória de seu coordenador, e realizadas mediante a presença da maioria simples de seus membros.

§ 4º As deliberações do Comitê serão tomadas pelo voto da maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 5º O Comitê elaborará relatórios anuais das atividades desenvolvidas.

§ 6º A atuação de representantes no Comitê Gestor não será considerada atividade remunerada para qualquer fim.

Art. 5° A Coordenação-Geral de Estatísticas e Indicadores da Cultura - CGEST na qualidade de coordenação técnico-executiva do Comitê Gestor do SNIIC, detém as seguintes competências:

a) prestar apoio às atividades técnico-operacionais do Comitê Gestor do SNIIC;

b) manifestar-se acerca de proposições que envolvam a implementação de medidas para manutenção e aprimoramento do SNIIC, apresentadas pelos membros da Coordenação Executiva do PNC e do SNIIC;

c) promover sinergia e integração entre as iniciativas de disponibilização de conteúdos públicos de cultura;

d) difundir informações e indicadores sobre o campo cultural, inclusive por meio de publicações;

e) promover a articulação entre as Unidades e Entidades Vinculadas do Ministério da Cultura e outras instituições públicas e privadas, com vistas à disponibilização de conteúdos culturais na internet;

Art. 6° A elaboração de indicadores, bem como a produção e a sistematização de estatísticas e outras informações relevantes às atividades do campo da Cultura serão definidas em conjunto com a unidade ou órgão responsável pela política, programa ou projeto em monitoramento, e terão como objetivo identificar indicadores estratégicos para o acompanhamento e avaliação das políticas públicas e do ambiente em que estas se desenvolvem.

Art. 7º O portal web SIMCULTURA será o meio oficial de consolidação e divulgação dos dados e indicadores de caráter estratégico gerados pelo Ministério da Cultura e suas Entidades Vinculadas.

Art. 8º Compete à Coordenação Geral de Infraestrutura Tecnológica - CGTEC, prover as condições necessárias para o desenvolvimento dos módulos e funcionalidades do portal web SIMCULTURA, e outros que venham a integrar o SNIIC e participar do Comitê Gestor do SNIIC como órgão consultivo.

Art. 9º Os titulares dos órgãos e entidades referidos no caput do artigo 4º terão o prazo de 15 (quinze) dias para indicação dos seus representantes, a contar da publicação desta portaria.

Art. 10 No prazo de 30 dias a partir da publicação desta portaria, o Presidente do Comitê do SNIIC convocará o pleno do colegiado, com vistas à pactuação do respectivo calendário de atividades.

Art. 11 Ficam revogadas as Portarias nº 96, de 31 de agosto de 2010 e 124, de 13 de dezembro de 2011.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Altera o Anexo I da Portaria nº 40, de 20 de abril de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, INTERINA, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I e IV da Constituição, e considerando às disposições previstas na Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966, bem como no art. 5º do Decreto nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 3º do Anexo I da Portaria nº 40, de 20 de abril de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, o parágrafo 6º com a seguinte redação:

"§ 6º O Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa é, em regra, substituído em seus afastamentos legais e regulamentares ou vacância do cargo, pelo Diretor Executivo da FCRB."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

PORTARIA Nº 35, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Divulga, no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, os limites finais de movimentação e empenho para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2017.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, INTERINA, considerando o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto n.º 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Divulgar os limites finais de movimentação e empenho no exercício de 2017 para a concessão de diárias e a emissão de passagens no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, conforme os valores constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os limites previstos nesta portaria estão em conformidade com os limites globais estabelecidos pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma do art. 4º do Decreto nº 7.689, de 2012, pela Portaria MP nº 28, de 16 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO

R$ 1,00

Unidades Administrativas e Vinculadas	Limite Autorizado
Ministério da Cultura - Ad. Direta	3.192.500
Secretaria Executiva	385.000
Gabinete do Ministro	685.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	143.000
Secretaria do Audiovisual	151.000
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	380.000
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	255.500
Secretaria da Economia da Cultura	450.000
Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional	620.000
Secretaria de Infraestrutura Cultural	123.000
Entidades Vinculadas	7.230.187
Fundação Casa de Rui Barbosa	115.223
Fundação Biblioteca Nacional	116.087
Fundação Cultural Palmares	1.155.877
Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional	3.500.000
Fundação Nacional de Artes	693.000
Agencia Nacional do Cinema	1.050.000
Instituto Brasileiro de Museus	600.000
TOTAL MINC	10.422.687

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 18, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.013680/2006-85
PRONAC nº 06-11240

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Câmara Capixaba do Livro, CNPJ 27.470.038/0001-84, nos autos do Processo nº 01400.013680/2006-85 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00048/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 561/2017/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 19, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.003298/2008-25
PRONAC nº 08-3795

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Gabriel de Carvalho Guerra, CPF nº 016.478.186-21, nos autos do Processo nº 01400.003298/2008-25 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00100/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 04/2018/SEFIC/PASSIVO/GERÊNCIA 2 da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 20, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.009941/2004-09
PRONAC nº 04-5905

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Mississipi Produções LTDA., CNPJ nº 01.221.439/0001-07, nos autos do Processo nº 01400.009941/2004-09 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL mantendo-se a reprovação da prestação de contas com a redução dos recursos a serem devolvidos ao erário, com base nas razões contidas no Parecer nº 00102/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Laudo de Revisão nº 772/2017/G3/Passivo/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 21, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01545.000374/2008-04
PRONAC nº 08-2834

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Base Sete Projetos Culturais, CNPJ 05.155.740/0001-10, nos autos do Processo nº 01545.000374/2008-04 e NEGO PROVIMENTO com base nas razões contidas no Parecer nº 00084/2018/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório Revisional de Recurso no 57/2018/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 22, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.005416/2013-05
PRONAC nº 13-2207

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste, CNPJ 01.122.214/0001-01, nos autos do Processo nº 01400.005416/2013-05 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL mantendo-se a reprovação da prestação de contas com a redução dos recursos a serem devolvidos ao erário, com base nas razões contidas no Parecer nº 716/2017/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 0512076/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 23, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.006543/2003-41
PRONAC nº 04-5057

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pela proponente Sociedade Ginástica Desportiva São Bento, CNPJ nº 86.048.774/0001-08, nos autos do Processo nº 01400.006543/2003-41 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00099/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 35/2017 - SEFIC/PASSIVO/G2, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 24, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.009780/2003-64
PRONAC nº 03-7080

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente The Oz Produções Ltda., CNPJ nº 05.667.895/0001-36, nos autos do Processo nº 01400.009780/2003-64 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00105/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e na Nota Técnica nº 6/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 25, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.026035/2009-75
PRONAC nº 09-7153

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Cult Brasil Produções Culturais Ltda., CNPJ nº 07.245.771/0001-96, nos autos do Processo nº 01400.026035/2009-75 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00078/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Parecer de Análise de Recurso nº 754/2017/G03/PASSIVO/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 26, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.027593/2009-58
PRONAC nº 09-5064

Nos termos do art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o pedido de revisão interposto pela proponente Associação Sinfônica Jovem - ASJOV, CNPJ 11.196.278/0001-00, nos autos do Processo nº 01400.027593/2009-58, e DOU-LHE PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00111/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 05/2018 SEFIC/PASSIVO/GERÊNCIA 2, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 27, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.014878/2013-13
PRONAC nº 13-4086

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo os recursos interpostos pela proponente Pacatu Cultura, Educação e Aviação Ltda. - ME, CNPJ nº 72.783.608/0001-40 e pelos sócios, Senhor Fabio Luiz Ralston Salles, CPF 012.559.198-59, e Senhora Vera de Azevedo Becker Von Sothen, CPF 729.483.887-91, nos autos do Processo nº 01400.014878/2013-13 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00123/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 0496791/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

DESPACHO Nº 28, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.008076/2004-75
PRONAC nº 04-5057

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Instituto Cidade de Cataguases, CNPJ nº 06.081.355/0001-39, nos autos do Processo nº 01400.008076/2004-75 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00076/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 008/2018/G3/ PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 866, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0014 SANTOS = DUMONT
Processo: 01416.028169/2017-61
Proponente: KN PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro /RJ
CNPJ: 02.208.389/0001-90
Valor total aprovado: R$ 1.518.906,36
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.442.961,00
Banco: 001- agência: 3097-X conta corrente: 22802-8

18-0088 AMAZONAS FERIDA
Processo: 01416.000698/2018-81
Proponente: RAIZES PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: Belo Horizonte /MG
CNPJ: 08.643.391/0001-74
Valor total aprovado: R$ 2.753.834,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.616.142,30
Banco: 001- agência: 1585-7 conta corrente: 28594-3

Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 865-E, DE 21 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.

18-0148 ROSA A LUTADORA.
Processo: 01416.001184/2018-43
Proponente: ARGUMENTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.988.545/0001-13
Valor total aprovado: R$ 3.960.000,00
Valor aprovado no Art. 41, MP nº 2.228-1/01: R$ 60.000,00
Banco: 001 - agência: 0383-2 conta corrente: 44179-1
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001 - agência: 0383-2 conta corrente: 44161-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 0383-2 conta corrente: 44162-7
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 0383-2 conta corrente: 44163-5

18-0185 A DOR DO MUNDO.
Processo: 01416.002595/2018-56
Proponente: MULTIVERSO FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 29.121.096/0001-28
Valor total aprovado: R$ 100.000,00
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 42.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41737-8
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 42.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41740-8
18-0186 MAQUIAGEM.
Processo: 01416.002582/2018-87
Proponente: MULTIVERSO FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 29.121.096/0001-28
Valor total aprovado: R$ 90.000,00
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 40.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41738-6
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 40.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41741-6
18-0191 EU QUERIA TE CONTAR UMA COISA.
Processo: 01416.002645/2018-03
Proponente: MULTIVERSO FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 29.121.096/0001-28
Valor total aprovado: R$ 75.000,00
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 35.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41739-4
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 30.000,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41742-4

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0165 RESIDUO ALL - ECCONSCIÊNCIA: O CHAMADO DO AMANHÃ.
Processo: 01416.001056/2018-08
Proponente: ARARUNA FILMES EIRELI.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 17.258.788/0001-33
Valor total aprovado: R$ 873.166,18
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 316.341,69
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 9616-4
18-0171 PRIMAVERA.
Processo: 01416.001671/2018-14
Proponente: PARANOID FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.140.814/0001-48
Valor total aprovado: R$ 490.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 165.500,00
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 9605-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 9607-5
18-0179 SOMOS NOSSAS MONTANHAS.
Processo: 01416.002342/2018-82
Proponente: KINOOSFERA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.465.974/0001-52
Valor total aprovado: R$ 320.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 304.000,00
Banco: 001 - agência: 6805-5 conta corrente: 38650-2
18-0182 A REUNIÃO.
Processo: 01416.001473/2018-42
Proponente: ANA PAULA SILVA PRODUCAO AUDIOVISUAL - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 20.070.248/0001-36
Valor total aprovado: R$ 620.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 2348-5 conta corrente: 15535-7
18-0183 MAIOR QUE O MITO.
Processo: 01416.002541/2018-91
Proponente: GAVULINO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 11.581.901/0001-30
Valor total aprovado: R$ 500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 475.000,00
Banco: 001 - agência: 3474-6 conta corrente: 54034-X
18-0184 ORGULHO NACIONAL.
Processo: 01416.002562/2018-14
Proponente: VITE PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.359.610/0001-08
Valor total aprovado: R$ 620.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47543-2
18-0188 SIM.
Processo: 01416.002544/2018-24
Proponente: CARVALHO ADAMS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 31.604.127/0001-43
Valor total aprovado: R$ 670.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47553-X
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 435.000,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47545-9
18-0189 ARTE NA FOTOGRAFIA.
Processo: 01416.000177/2018-24
Proponente: RJ SERVICOS CINE GROUP LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.021.376/0001-24
Valor total aprovado: R$ 3.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 23910-0
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 540.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 23912-7
18-0190 BRASILEIRO SOCRATES - A VIDA NUM PASSE DE CALCANHAR.
Processo: 01416.002594/2018-10
Proponente: TRATOR FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.164.917/0001-33
Valor total aprovado: R$ 1.819.428,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 928.428,00
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 15386-9

Art. 3º Aprovar a troca de titularidade de "BLACK BIRD FILMES LTDA." para "CANINOPOLIS PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA - ME" do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0703 - CANINÓPOLIS
Processo: 01580.079321/2015-19
Proponente: CANINOPOLIS PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA - ME
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 23.883.894/0001-00
Valor total aprovado: R$ 500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 475.000,00
Banco: 001 - agência: 0452-9 conta corrente: 49.369-4
Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 32, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, e considerando a previsão estatutária da Fundação Biblioteca Nacional de representação dos servidores da Instituição nas reuniões de Diretoria Colegiada, prevista no § 6º do art. 4º do Estatuto vigente, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas do processo eleitoral para a escolha de 01 representante e de seu respectivo suplente para ter assento nas reuniões de Diretoria Colegiada da Fundação Biblioteca Nacional - FBN.

Seção I
Das Definições

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Eleitores: servidores ativos do quadro da FBN, em exercício na Instituição;

II - Candidatos: servidores ativos do quadro da FBN, em exercício na Instituição e não ocupantes de cargo comissionado ou função de confiança, que se inscreverem junto à Comissão Eleitoral; e

III - Comissão Eleitoral: comissão composta por dois servidores titulares e dois suplentes, todos em exercício na FBN, indicados pelo Presidente.

Seção II
Das Eleições

Art. 3º A apresentação dos candidatos será feita em evento público no auditório da Fundação Biblioteca Nacional, organizado pela comissão eleitoral em até 15 dias a contar do encerramento das inscrições das candidaturas.

Art. 4º A propaganda eleitoral será feita por mídia eletrônica e expressão oral.

Art. 5º O processo eleitoral será realizado em um único turno, mediante votação direta, e secreta, considerando a maioria simples dos votos dos servidores em exercício na Fundação Biblioteca Nacional;

Art. 6º Será declarado como representante dos servidores na Diretoria Colegiada da Fundação Biblioteca Nacional o candidato mais votado.Art. 5º - O processo eleitoral será realizado em um único turno, mediante votação direta, e secreta, considerando a maioria simples dos votos dos servidores em exercício na Fundação Biblioteca Nacional;

§ 1º O representante dos servidores e seu suplente cumprirão mandato de dois anos a contar da homologação do resultado das eleições, sendo admitida uma recondução por igual período.

§ 2º Em caso de empate, o candidato de maior idade ocupará o cargo de titular da representação dos servidores.

§ 3º Perderá o mandato o representante dos servidores que, após eleito para a representação na Diretoria Colegiada, seja cedido a outro órgão ou assuma cargo comissionado ou função de confiança, devendo ser imediatamente substituído por seu suplente.

Seção III
Da Comissão Eleitoral

Art. 7º Caberá à Comissão Eleitoral:

I - realizar a inscrição dos candidatos na eleição;

II - habilitar os candidatos;

III - promover a divulgação dos nomes e propostas dos candidatos;

IV - supervisionar a regularidade da campanha dos candidatos;

V - coordenar a divulgação do processo eleitoral;

VI - padronizar uma cédula de votação;

VII - receber os votos dos eleitores;

VIII - decidir imediatamente todas as dificuldades e dúvidas que ocorrerem;

IX - custodiar todos os papéis que tiverem sido produzidos durante a recepção dos votos;

X - Garantir a idoneidade do processo eleitoral

XI - Realizar a contagem dos votos;

XII - Elaborar ata e submeter o resultado das eleições à homologação do Presidente; e

XIII - Divulgar o resultado do processo eleitoral em até 48 horas da homologação.

§ 1º A cédula de votação não poderá conter nome dos candidatos, devendo ser disponibilizada uma unidade em branco rubricada pelo Presidente da Comissão para a oposição dos nomes dos candidatos pelos próprios eleitores.

§ 2º A Comissão Eleitoral deverá registrar em ata suas reuniões e o dia da eleição.

§ 3º Após homologação das eleições, a Comissão Eleitoral deverá adotar medidas para ampla publicidade do resultado, em até 48 horas, mediante a publicação em Boletim Interno, meios eletrônicos e murais no prédio-sede e em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional.

§ 4º O prazo para interposição de recurso será de 24 horas a contar da divulgação do resultado

§ 5º cada membro da comissão terá um suplente.

Seção IV
Disposições Finais

Art 8° Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão decididos pelo Presidente da Biblioteca Nacional, após pronunciamento da Comissão Eleitoral.

HELENA SEVERO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 204, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180572 - Eu, Beethoven
Dinâmica Cultural Produtora Artistica LTDA
CNPJ/CPF: 05.071.173/0001-14
Processo: 01400004043201851
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.904.991,50
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Espetáculo sobre a vida e a obra Ludwig van Beethoven. A Cia. De Atores Duplô transformará o teatro em uma espécie de festa rave, misturando a sonoridade clássica de Beethoven com a música eletrônica, com um pianista e um Dj em cena. Com forte impacto visual e musical, o espectador entrará em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

um transe de projeções e sensações distintas, penetrando assim na psique do Gênio. Em um processo catártico, vivenciará seus próprios conflitos. Alémdo espetáculo teatral haverá a produção de CD, vídeo e Livro como desdobramentos da obra.

180582 - A Cena tá Preta ANO IX
BANDO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.628.389/0001-26
Processo: 01400004126201841
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 442.610,22
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 07/10/2018

Resumo do Projeto: Em 2018 o Festival a Cena Tá Preta realizará a sua 9ª edição movimentando o cenário teatral soteropolitano. O Festival configura-se como uma ação cultural em Salvador de grande porte, cuja programação envolve diversas linguagens artísticas além de atividades de formação e qualificação para as artes e temáticas étnico-raciais. É também uma oportunidade para espetáculos nacionais, de outros estados e regiões do Brasil. Um projeto do Bando de Teatro Olodum, grupo teatral composto por atores baianos negros, que trabalha com a temática étnico-racial na cidade de Salvador, no Brasil e mundo afora.

180556 - Ballet com anjos: Seja a mudança que você quer no futuro.

Luiz Alberto Gusman Pinheiro
CNPJ/CPF: 021.056.338-97
Processo: 01400003977201876
Cidade: Itararé - SP;
Valor Aprovado: R$ 11.480,86
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O ballet é conhecido como uma bela forma de movimentar o corpo, mas além disso é também um ótimo resgate a cidadania, ao recuperar a auto estima de diversas crianças que vivem em comunidades carentes, oferecendo a elas uma nova perspectiva de vida.os bailarinos e bailarinasterão oconhecimento da dança, onde terão a capacidade de superar seus limites impostos pela exposição a pobreza, como a violência, insalubridade, e a criminalidade. Os bailarinos aprenderão seus direitos a cidadania, a uma vida melhor e mais feliz, vivendo em um mundo novo com novas perspectivas.

180516 - BOLEADEIRAS & DANÇARES
Mário Sergio Arruda Antunes
CNPJ/CPF: 422.529.629-68
Processo: 01400003730201850
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 265.890,25
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é a relalização de apresentações do espetáculo de dança "Boleadeiras & Dançares", numa ação de preservação do patrimônio cultural imaterial, envolvendo elementos culturais do Sul do Brasil e da América do Sul. O trabalho será realizado pelo Grupo de Projeção Folclórica "Barbicacho Dança Show" de Lages. Contemplando a Dança Gaúcha, Dança Tropeira, Dança Sul Americana, Boleadeiras e Bombos. Habilidades dos dançarinos, o colorido dos trajes e a plasticidade do show será colocado ao alcance do público em geral, turistas, universitários, alunos da rede municipal de ensino, tradicionalistas e idosos. O projeto prevê portanto a produção destes espetáculos no Estado de Santa Catarina. Consolidando a transversalidade da cultura com apresentações em vários estabelecimentos.

180584 - Caliban - Circuito Sul e Sudeste
TERREIRA DA TRIBO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.850.913/0001-60
Processo: 01400004128201830
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 665.861,50
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Projeto "Caliban - Circuito Sul e Sudeste" prevê apresentações do espetáculo de teatro de rua "Caliban - A Tempestade de Augusto Boal" com a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz em cidades das regiões Sul e Sudeste, assim como oficina e debate (formação de plateia) com artistas e grupos locais sobre o teatro brasileiro contemporâneo. Todas as atividades serão gratuitas e abertas.

180543 - Contrações - Circulação Nacional
3 DE TEATRO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.363.565/0001-97
Processo: 01400003850201857
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.125.525,50
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O espetáculo Contrações, que recebeu 7 prêmios e teve grande sucesso de público e crítica em todas as suas apresentacões, fará circulação por 10 cidades Brasileiras, sendo elas Goiânia, Salvador, Fortaleza, Manaus, Brasília, Campinas, João Pessoa, São Luís do Maranhão, São Paulo e Belém.

180537 - DESCOBRINDO O MAR - APRENDENDO A PRESERVAR
BERTUSSI - DESIGNDUSTRIAL LTDA
CNPJ/CPF: 07.164.501/0001-52
Processo: 01400003823201884
Cidade: Flores da Cunha - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.455.258,40
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto prevê a circulação da peça teatral, Descobrindo o mar - Aprendendo a Preservar, com foco na formação de platéia, visando contribuir ativamente para a geração de uma sociedade consciente e comprometida com a construção de um planeta sustentável. A peça pretende estabelecer um processo de aprendizagem que provoque a reflexão e a construção de uma nova visão, tendo como foco crianças, adolescentes e seus educadores, usando como ferramenta a arte do teatro. As apresentações serão realizadas em espaços públicos privados em diversas cidades do Sul e Sudeste do País em áreas de atividade cultural cedidas em shopping centers e acolherá público infantil de todas as camadas da sociedade e seus educadores. Os cenários ficarão expostos para interação com o público durante todo o período, independente dos horários pré estabelecidos para a realização das apresentações e os personagens da história se revezarão no espaço para promover atividades ludicas de recreação educativa.

180533 - Elis: Eu também tenho algo a dizer
CULTURA INVEST LTDA ME
CNPJ/CPF: 03.584.714/0001-82
Processo: 01400003810201813
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.614.410,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata-se de apresentações teatrais, no gênero musical, em que os atores narram episódios vivenciados por Elis Regina e compõem as cenas com músicos no palco, tocando ao vivo, para acompanhar a própria cantora que se fará presente nas vídeo projeções integradas às cenas, interpretando canções que a consagraram, além de trechos de entrevistas, nas quais expõe suas ideias e opiniões.

180569 - Espetáculo de Dança Performance /SUSPIRO
Jackson Willian Silva Brum
CNPJ/CPF: 980.640.020-87
Processo: 01400004039201893
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 365.647,89
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Espetáculo de Dança Suspiro busca promover a circulação de um espetáculo de dança com a utilização de diferentes estilos e técnicas de dança, incluindo desde a dança contemporânea, passando por estilos diversos da dança de rua, com a utilização de recursos cênicos e elementos visuais que contribuem para a narração desta "história" de interpretação e movimento.

180583 - Expotigre - Parte Cultural
Marca Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.793.081/0001-73
Processo: 01400004127201895
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Aprovado: R$ 139.484,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto visa à realização das atividades culturais que serão realizadas em paralelo à ExpoTigre, sendo um espetáculocircence, uma orquestra e três espetáculos de danças folclóricas, além de apresentações de artistas locais.

180550 - Festival Folclórico de Bois Pintadinhos de Samba
ASSOCIACAO DE BOIS PINTADINHOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-ABOIPIC
CNPJ/CPF: 14.570.072/0001-89
Processo: 01400003940201848
Cidade: Campos dos Goytacazes - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.163.976,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto se trata da produção e realização do Desfile do Bloco dos "Bois Pintadinhas de Samba", da cidade de Campos dos Goytacazes.

180540 - Isso não é um sacrifício
FICCOES EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 01.071.480/0001-44
Processo: 01400003829201851
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 596.020,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: É um monólogo sobre a perseguição, sobre a intolerância, mas principalmente sobre o apedrejamento diário no convívio social, onde cada um tem sua própria ideia de vida e a defende com unhas e dentes sem se importar com o outro lado dos muros que ergueram. É, antes, sobre o feminino, como essência em contraponto a um masculino que representa a violência e o poder.

180528 - JORNADA - Montagem e Circulação de Espetáculo Teatral
YAMATO PROPAGANDA E MARKETING LTDA
CNPJ/CPF: 12.077.539/0001-28
Processo: 01400003778201868
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 712.198,90
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 30/11/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e circulação do espetáculo teatral inédito "JORNADA", que trata das aventuras dos primeiros imigrantes japoneses, que chegaram no Brasil à bordo do emblemático Kasato Maru.

180568 - Natal no Parque IV - Casa do Papai Noel
MIND ESTRATEGIAS DE RESULTADOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.373.846/0001-20
Processo: 01400004038201849
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.073.986,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Viabilizará a produção deum espetáculo múltiplo de artes cênicas e música, de cunho natalino, integrando-se ao conjunto de atividades do calendário de Natal do município que sediará o evento, ampliando o alcance das ações culturais de caráter integrativo comunitário, utilizando cenografia valiosa e variedade de conteúdo (teatros, corais, artesanato, oficinas). Esta será a quarta edição do projeto, que congrega ainda outras atividades, como mostra de artesanatos e visitação à casa do Papai Noel.

180586 - Nem princesas nem escravas
FICCOES EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 01.071.480/0001-44
Processo: 01400004130201817
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 894.347,50
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: É uma peça teatral que rompe paradigmas, trata-se de puro " Entretenimento Transformacional". O seu tema é muito atual e é extremamentedebatido por tratar sobre as questões da mulher na sociedade moderna.

180593 - O Jogador
ESTAMOS AQUI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.149.994/0001-02
Processo: 01400004138201875
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.500.298,25
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Montagem e temporada do espetáculo O Jogador (titulo provisório).

180523 - SALTOS, PANTUFAS & LINGERIES - SPL
ANA MARIA AVALLONE MERIGO
CNPJ/CPF: 121.840.518-02
Processo: 01400003772201891
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Aprovado: R$ 695.280,72
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Produção e Apresentação do monólogo teatral Saltos, Pantufas & Lingeries - SPL. Uma comédia que retrata a realidade do universo feminino contemporâneo.Resgata de maneira leve e divertida a autoestima da mulher e a liberta das amarras impostas pela sociedade. Provoca a reflexão do público sobre o enfrentamento de pontos relevantes do dia-a-dia da mulher em seu complexo mundo imaginário da perfeição.

180534 - SUA EXCELÊNCIA O CANDIDATO
FOCO3 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EVENTOS
CNPJ/CPF: 17.509.982/0001-44
Processo: 01400003811201850
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.237.360,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 25/11/2018

Resumo do Projeto: Produção e realização do espetáculo teatral "Sua Excelência o Candidato", obra dos renomados dramaturgos Marcos Caruso e Jandira Martini.

180552 - TransformAção
Fundação Cultural Camponovense
CNPJ/CPF: 74.097.114/0001-38
Processo: 01400003944201826
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado: R$ 179.023,92
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: TransformAção é um projeto que prevê ações educacionais, culturais e artísticas com foco no trabalho de prevenção antidrogas, no fomento do desenvolvimento cultural do município e região e transformação da vida dos envolvidos através das artes cênicas. As ações envolverão crianças, adolescentes, jovens e adultos do município e região através de Mostra de Dança, Espetáculo de Artes Cênicas e Festival de Música trabalhando assuntos como cultura e diversidade cultural, drogas, violência, desigualdade social e sustentabilidade.

180590 - Uirapuru Mirim
ASSOCIACAO IRMAS AUXILIADORAS DEIAS DO BRASIL
CNPJ/CPF: 26.714.671/0001-08
Processo: 01400004135201831
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 354.263,96
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto Multidisciplinar Socioeducativo para a formação cultural de público infantil-juvenil de baixa renda, e a título de assistência social, através da arte-educação, envolvendo as temáticas: meio-ambiente, sustentabilidade e cidadania no exercício prático de processo criativo e coletivo para a montagem de uma peça de teatro musical inspirada na lenda brasileira do pássaro Uirapuru,através deoficinas semanais gratuitas, além de visitas técnicas e palestras para formação de publico.

180567 - Um Divertido Passeio pelo Mundo da Dislexia
JOSE RICARDO GARCIA LIBANORI
CNPJ/CPF: 115.915.338-80
Processo: 01400004037201802
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.893,24
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Projeto visa montar e circular a turnê da "Cia Teatral Triatinhos" com o espetáculo voltado para crianças "Um Divertido Passeio pelo Mundo da Dislexia", concebida e escrita pelo autor José Ricardo Garcia Libanori, em 2010, decorrente de suas vivências como educador em diversas instituições educacionais. Esse projeto surgiu do desejo dos idealizadores em trazer ao público uma delicada reflexão sobre o quão difícil é deparar-se com crianças portadoras da Dislexia, sem o devido conhecimento, trazendo de forma leve e descontraída informação e conhecimento sobre os temos Dislexia, Bullying e participação da família na vida escolar das crianças que serão tratados do ponto de vista das relações interpessoais e das práticas no cotidiano escolar e familiar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

180558 - Banda Elyte e Convidados

IRANI PIRES

CNPJ/CPF: 441.607.390-91

Processo: 01400003981201834

Cidade: Blumenau - SC;

Valor Aprovado: R$ 611.400,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata-se da montagem do espetáculo musical instrumental inédito denominado "Banda Elyte e Convidados" que visa promover a música regional brasileira, sertaneja de raiz, com o enfoque na valorização do músico instrumentista. Será realizada uma turnê de apresentações e gravação de CD. As apresentaçõesocorrerão no ano de 2018, entre os meses de outubro a dezembro

180592 - Brasileiros no Mundo

SEIKO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME

CNPJ/CPF: 27.912.952/0001-38

Processo: 01400004137201821

Cidade: Vargem Grande Paulista - SP;

Valor Aprovado: R$ 334.088,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Pretende-se com o projeto Brasileiros no Mundo levar ao público das cidades da região metropolitana de São Paulo e Interior do Estado concertos gratuitos de música clássica com jovens brasileiros que recebem bolsas de estudos para estudar música fora do Brasil.

180549 - CD - CAMPO DOS SONHOS

ADRIANO ALEXANDRE RIVAS ORELLANA 03221123620

CNPJ/CPF: 14.320.522/0001-85

Processo: 01400003937201824

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado: R$ 79.856,08

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto o qual propõe a gravação de um CD autoral do músico instrumentista e compositor mineiro, ADRIANO RIVAS, como produto principal e formação de plateia para música instrumental como produto secundário e para tanto haverá apresentações, gratuitas e acessíveis, ressaltando-se que uma delas será em uma Casa de Atendimento a pessoas da 3ª. Idade ou atendimento hospitalar.

180563 - Concertos do Samba

P4 Produções Culturais e Artísticas Ltda - ME

CNPJ/CPF: 08.145.004/0001-70

Processo: 01400004033201816

Cidade: Campinas - SP;

Valor Aprovado: R$ 1.071.000,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar a primeira edição do projeto "Concertos do Samba", com espetáculos de samba instrumental em cidades do estado de São Paulo. A Orquestra "Da Silva Samba" será a orquestra contratada para a realização dessas apresentações.

180585 - Coral Nova Alvorada 2018

SKENE - ADMINISTRACAO E PRODUCAO DE PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 05.403.160/0001-03

Processo: 01400004129201884

Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;

Valor Aprovado: R$ 147.060,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Dar continuidade à formação artística, reestruturação e manutenção do Coral de Nova Alvorada a partir do grupo já constituído, enfatizando o desenvolvimento e a capacitação técnico-musical de seus integrantes bem como a ampliação do repertório erudito a fim de promover apresentações públicas e ações que estimulem a participação e o interesse de novos integrantes. O projeto terá encontros regulares e semanais com tempo de estudo e prática musical. Ao final do projeto, haverá um concerto público com um convidado especial e aberto a toda a população, bem como a gravação em vídeo para futura disponibilização online gratuita.

180519 - Música Clássica Japonesa Instrumental 2018

SEIKO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME

CNPJ/CPF: 27.912.952/0001-38

Processo: 01400003740201895

Cidade: Vargem Grande Paulista - SP;

Valor Aprovado: R$ 100.141,90

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização de uma série de concertos de música clássica japonesa instrumental.

180544 - TURNE DO RE MI - TEMPORADA 2018

MP ENTRETENIMENTO LTDA

CNPJ/CPF: 18.508.357/0001-40

Processo: 01400003851201800

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 718.357,80

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização da Turnê do grupo DO RE MI, cujos integrantes são alunos de escolas públicas municipais da cidade de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro.

180588 - VEM CANTAR COM A GENTE

Rafael Daniel Huch

CNPJ/CPF: 048.823.849-81

Processo: 01400004133201842

Cidade: Joinville - SC;

Valor Aprovado: R$ 133.520,30

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo realizar apresentações musicais gratuitas nos idiomas alemão e português, com um Coral de Joinville. O projeto irá oportunizar coristas que tenham conhecimento na língua alemã, como também munícipes que têm interesse em aperfeiçoá-la. Durante o projeto, serão disponibilizadas oficinas de conversação em alemão para melhorar o desempenho dos participantes. Nesta finalidade, estão previstas a preparação e a realização de uma série de apresentações musicais de caráter didático e performático na cidade de Joinville.

180524 - VIOLA DE CORDA

T. GUIOTTO & CIA LTDA - ME

CNPJ/CPF: 21.321.353/0001-63

Processo: 01400003773201835

Cidade: Candói - PR;

Valor Aprovado: R$ 657.452,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto de musica instrumental que visa o resgate da viola caipira, com orquestra de violeiros.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

180576 - ARTE SONORA: A REIVENÇÃO DA NOSSA PERCEPÇÃO DO SOM

FILE - Festival Internacional de Linguagem Eletrônica

CNPJ/CPF: 03.659.709/0001-91

Processo: 01400004047201830

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 5.429.920,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O FILE festival internacional de linguagem eletrônica é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne trabalhos de expressão estética, com as principais tendências da cultura contemporânea; tais como: Sonoridade Eletrônica, Arte Interativa, Linguagem Digital. O projeto de exposição ARTE SONORA: A REIVENÇÃO DA NOSSA PERCEPÇÃO DO SOM, será uma exposição de artes organizada pelo FILE itinerante. O projeto tem como proposta trazer uma exposição de arte visual, sonora, que mostra como os artistas de arte eletrônica vem modificando a arte contemporânea, no que tange a Arte e a Sonoridade. O projeto pretende realizar a exposição nas unidades dos Centros Culturais Banco do Brasil e desenvolver um catálogo/livro de arte com o conteúdo das 4 exposições realizadas nas unidades do CCBB. Se destina ao público infantil, jovem e adulto. A seleção de obras e artistas será realizada oportunamente, de acordo com a agenda dos artistas.

180612 - Olhares do Interior | Oficina de Fotografia

GRACE KELLY SANCHES MANHA

CNPJ/CPF: 354.421.698-11

Processo: 01400004239201846

Cidade: Jundiaí - SP;

Valor Aprovado: R$ 229.729,50

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Olhares do Interior | Oficina de Fotografia" foi modelado para realizar aulas teóricas e práticas de fotografia artística, incluindo a exposição do material obtido. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através do ensino sobre fotografia de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

180580 - Ciranda Brasileira: nas bordas do Rio

TEARNUCLEO DE ATIVIDADES CRIATIVAS LTDA ME

CNPJ/CPF: 30.918.437/0001-70

Processo: 01400004124201851

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 370.463,44

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Ciranda Brasileira: nas bordas do Rio se expressa na realização de uma ocupação artístico literária como culminância de ações formativas voltadas à inclusão social e ao estímulo da cidadania, à memória e patrimônio e à diversidade cultural.

180561 - COLEÇÃO MUNDO DE TODOS

EDITORIAL VINTE E CINCO LTDA

CNPJ/CPF: 07.275.637/0001-30

Processo: 01400003986201867

Cidade: Barueri - SP;

Valor Aprovado: R$ 621.950,50

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 28/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo viabilizar uma tiragem de cada exemplar de uma coleção de livros infantis da Editorial 25.

180573 - Cozinha Capixaba

SESI - Serviço Social Da Indústria

CNPJ/CPF: 03.810.480/0001-44

Processo: 01400004044201804

Cidade: Vitória - ES;

Valor Aprovado: R$ 192.518,75

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto viabiliza a terceira edição do livro Cozinha Capixaba, um produto cultural diferenciado, específico e baseado em receitas criadas por renomados chefes da cozinha do Estado do Espírito Santo, que contam a história da região através de seus sabores e tradições ancestrais. A obra terá distribuição gratuita e dirigida, e pretende colaborar para a preservação da história e dos costumes alimentares trazidos pelos imigrantes das mais diversas origens, além de perenizar a prática da culinária regional. Com este trabalho pretendemos ainda valorizar as riquezas naturais do Espírito Santo utilizando seus alimentos típicos, relevantes e abundantes em nosso estado. O livro agrega conteúdo histórico à tradição oral, através da trajetória dos povos e de suas receitas; instiga novos leitores e pretende deixar como legado um registro desta tradição dos sabores de um povo.

180597 - LIVRO ILUSTRADO DE ARTE - VIDA E OBRA DE NEWTON MESQUITA

INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL

CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84

Processo: 01400004204201815

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 794.108,25

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Difusão ao grande público das obras e pensamento de grandes artistas das artes visuais, resgatando o panorama cultural do país e contribuindo para o acesso da sociedade aos bens artísticos nacionais e à sua história por meio de um livro sobre o artista NEWTON MESQUITA (produto principal) e uma exposição com suas obras de arte (produto secundário). Ainda, haverá, como medida de ampliação de acesso/formação de plateia, uma ação paralela, educativa, em áreas com alta vulnerabilidade social.

180520 - Memória da Umbanda do Planalto Central

VERA LUCIA CHIODI

CNPJ/CPF: 004.066.271-34

Processo: 01400003742201884

Cidade: Brasília - DF;

Valor Aprovado: R$ 209.962,50

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção de um livro sobre a história, a origem e os aspectos culturais da Umbanda no Distrito Federal. Trazendo, de forma não evangelizadora, um olhar humanístico e sócio-cultural de uma raíz tão importante para a formação da cultura brasileira.

180546 - Ouro Preto na História - protagonismos, paradigmas e revisões

ROSANGELA DE JESUS SILVA - ME

CNPJ/CPF: 07.944.673/0001-49

Processo: 01400003854201835

Cidade: Ouro Preto - MG;

Valor Aprovado: R$ 115.998,80

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Produção de um livro com uma releitura contemporânea de Ouro Preto, sua singularidade e exemplaridade, protagonismos e paradigmas desde os primeiros momentos de ocupação do território e sua formação e evolução, passando por seus principais personagens e momentos, registrando e difundindo a importância da Cidade Patrimônio Cultural da Humanaidade em diversos cenários do Brasil. O livro terá aproximadamente 300 páginas e terá como autor/pesquisador o jornalista e escritor mineiro Mauro Werkema.

180565 - Portos do Espirito Santo

PRO TEXTO SERVIÇOS E PROJETOS CULTURAIS LTDA

CNPJ/CPF: 11.991.566/0001-49

Processo: 01400004035201813

Cidade: Vitória - ES;

Valor Aprovado: R$ 322.375,00

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Produção de livro bilíngue (Português/Inglês) sobre a história dos portos capixabas, que se inicia em 1534, quando o rei de Portugal emitiu uma Carta dispondo sobre o comércio, o funcionamento da Alfândega, pagamento de impostos no embarque e desembarque de mercadorias, licenças para proceder ao carregamento de gêneros e saída de navios das capitanias hereditárias. O comércio só podia ser feito entre colônia e metrópole. O livro também abordará a evolução do transporte marítimo até os dias atuais, quando existem cerca de 10 terminais portuários em terras capixabas.

180526 - PROJETO DE INCENTIVO À LEITURA: RODAS LITERÁRIAS NA ESCOLA COM A OBRA EMÍLIO E OS LUMENS: O QUINTO PODER

OCÉLIO JACKSON BRAGA

CNPJ/CPF: 527.863.583-53

Processo: 01400003776201879

Cidade: Fortaleza - CE;

Valor Aprovado: R$ 56.112,22

Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar 20 Encontros Literários de Incentivo à Leitura em Escolas Públicas e Particulares com a doação de livros; publicar 2.000 exemplares do livro "Emílio e os Lumens: o Quinto Poder" e divulgá-lo na forma de Rodas Literárias nas Escolas discutindo a importância da leitura na formação educacional e profissional e abordando temáticas do interesse dos adolescentes e jovens; e, por fim, criar um site para divulgar o projeto, os encontros literários e as contribuições dos participantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

180564 - Projeto Livro Para Todos
Daniel Marcelo Goncalves dos Santos
CNPJ/CPF: 303.065.368-46
Processo: 01400004034201861
Cidade: Taubaté - SP;
Valor Aprovado: R$ 149.071,30
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende publicar 3000 unidades do livro de poesias INTIMIDADES escrito por DANIEL MARCELO GONÇALVES e fazer distribuição gratuita.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
180577 - Museu Nacional: Exposição Mineralogia-Geologia Econômica
Associação Amigos do Museu Nacional
CNPJ/CPF: 30.024.681/0001-99
Processo: 01400004104201881
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.942.308,86
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar exposição permanente apresentando o acervo histórico de mineralogia do Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
180570 - Pedro Mariano DNA
PPR Produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.021.559/0001-11
Processo: 01400004041201862
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 907.580,16
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Para dar continuidade ao Projeto Pronac 163866, já realizado (que está em processo de prestaçõa de contas), este projeto novo que inscrevo, tem como "Produto" a realização de shows da Nova Turnê do Artista Pedro Mariano. Sendo um show em cada cidade. Com venda de ingressos nos Teatros, divididos em Plateia e Balcão, conforme plano de Distribuição.
180575 - Apresentações e gravação DVD So Vibe
SOVIBE LTDA ME
CNPJ/CPF: 23.119.850/0001-09
Processo: 01400004046201895
Cidade: Visconde do Rio Branco - MG;
Valor Aprovado: R$ 323.379,26
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 30/11/2018
Resumo do Projeto: Projeto Sô Vibe, visa gravação de um dvd e turnê da banda, para divulgar seus trabalhos. Com uma sonoridade pop, influenciada pelo rock, surf, reggae e música brasileira, a banda Sô Vibe apresenta canções que passam muita energia e romantismo. Com este trabalho a banda vai mostar o que há de melhor na musica Brasileira.
180624 - O Cerrado Também Canta
OSVAMIR INACIO DA SILVA
CNPJ/CPF: 802.945.291-87
Processo: 01400004313201824
Cidade: Morrinhos - GO;
Valor Aprovado: R$ 692.841,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "O Cerrado Também Canta" foi modelado para realizar oficinas de música instrumental e canto, sendo finalizado por festivais de música e gravação de CD. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
180557 - PÉ NA ESTRADA COM O MUSICO BRUNO LIANO
BRUNO AURELIANO
CNPJ/CPF: 323.615.258-36
Processo: 01400003978201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 636.843,75
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto buscará através da tradição de estrada da figura do musico Bruno Liano, desmitificar e superar preconceitos em relação à música sertaneja que ainda existe no imaginário de algumas camadas sociais do nosso País.
180566 - Turnê Acordando
Rodrigo Freitas Leite Pinto
CNPJ/CPF: 138.377.837-07
Processo: 01400004036201850
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 585.450,00
Prazo de Captação: 22/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem o intuito de realizar a Turnê "Acordando" do cantor Rodrigo Freitas.

PORTARIA N° 205, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 9300 - EU ME LEMBRO ...
Eduardo Jacsenis
CNPJ/CPF: 951.785.118-91
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7965 - GÓLGOTA - PAIXÃO DE CRISTO DE FORTALEZA
- CELEBRAÇÃO DE 25 ANOS
expedito garcia souza filho
CNPJ/CPF: 710.311.703-91
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/03/2018 a 31/05/2018
17 9092 - CASA DE CULTURA E CIDADANIA
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - INDES
CNPJ/CPF: 07.581.967/0001-53
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7995 - Dançando nossas origens
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
RS - Encantado
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8500 - Circuito Nordeste - Riso na Praça: O Surto, a comédia.
ROMILDO RODRIGUES DA COSTA 05501063409
CNPJ/CPF: 26.944.764/0001-29
PB - João Pessoa
Período de captação: 02/03/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 8639 - SANTO DE CASA TAMBÉM FAZ MILAGRE
Alexandre Nunes Navarro
CNPJ/CPF: 248.655.798-93
SP - Araras
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 1138 - Oficina de Música da Banda Marcial Manoel Ribas
Associação Amigos Banda Manoel Ribas/Santa Maria-RS
CNPJ/CPF: 94.445.699/0001-47
RS - Santa Maria
Período de captação: 01/03/2018 a 28/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
16 2375 - De Peito Aberto e Godê exposições
vilma kano
CNPJ/CPF: 147.795.228-46
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)
17 7268 - Antigo Liceu Maranhense/Centro Cultural Vale
Maranhão: Plano Bienal de Manutenção - 2018/2019
ASSOCIAO CENTRO CULTURAL VALE MARANHO
CNPJ/CPF: 14.226.967/0001-09
MA - São Luís
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7800 - MANUTENÇÃO DO MUSEU CONGONHAS
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO -
FUMCULT
CNPJ/CPF: 19.141.308/0001-85
MG - Congonhas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7300 - Plano Anual de Atividades Midrash 2018
Centro de Estudos e Cultura Midrash
CNPJ/CPF: 11.152.344/0001-32
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
17 6598 - Ramon Cardoso - 2018
MARX RAMON MELO CARDOSO LOBO
CNPJ/CPF: 906.898.442-04
DF - Brasília
Período de captação: 01/03/2018 a 31/12/2018
17 9426 - O CULTO À CIÊNCIA - ESPETÁCULO LÍTERO-MUSICAL
Wellington Silva
CNPJ/CPF: 062.501.018-37
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 206, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178682 - CAZUMBÁ 2018 - Plano Anual
Companhia Cazumba de Teatro e Dança
CNPJ/CPF: 86.773.512/0001-06
Cidade: São Luís - MA;
Valor Reduzido: R$ 82.320,01
Valor total atual: R$ 1.920.779,99
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
178612 - Panorama (Título provisório)
EXPOMUS EXPOSICOES MUSEUS PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 17.248,00
Valor total atual: R$ 794.270,40

PORTARIA N° 207, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.
Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.
Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
08-7531	Aquisição de Instrumentos - Guri Santa Marcelina	Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina	10.462.524/0001-58	Adquirir instrumentos musicais para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos atendidos nos cursos de música do programa G Uri Santa Marcelina.	R$ 748.971,70	R$ 450.000,00
09-8517	Neojibá - Turnê Sinfônica Juvenil 2 de Julho	Artematriz - Soluções Culturais LTDA - EPP	07.506.882/0001-00	Este projeto visa a realização da Turnê da Sinfônica Juvenil 2 de Julho, pertencente ao projeto NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), pela região Sudeste e centro-Oeste do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. A orquestra é formada por 81 integrantes de 11 a 25 anos de idade, sem distinção de classe social, estimulando e facilitando dessa forma, o convívio entre crianças e jovens de vários segmentos da sociedade.	R$ 877.643,80	R$ 400.000,00
13-2074	Museu do Território	Associação Casa Azul	05.241.493/0001-75	Desenvolver e implantar uma exposição permanente, online e 24 (vinte e quatro) horas, chamada Museu do Território de Paraty, acerca da história, cultura, arte, arcabouço ambiental, arquitetura, saberes, memórias e costumes da região de Paraty, disponibilizando, ainda, acesso à população de sede física do escritório do Museu virtual, além da elaboração de outros subprodutos: publicações, fomento de palestras e debates e exposições multimídia na cidade de Paraty.	R$ 3.164.640,00	R$ 798.560,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
12-4309	FestRio Vocal	RioAcappella Produções Artísticas Ltda.	04.130.335/0001-85	Festival de música vocal com a realização de shows de grupos vocais e corais, oferecendo ainda ao público palestras e oficinas voltadas especificamente para a música vocal. O projeto original desse festival está patrocinado pela Prefeitura do Rio e tem abrangência municipal. Essa proposta cultural tem como finalidade aumentar o número de shows, palestras e oficinas do festival e transformá-lo em um evento internacional. Serão realizadas 14 apresentações e 45 palestras/oficinas vocais.	R$ 97.548,00	R$ 85.900,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 25 /DADM, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Centro de Distribuição de Uniformes da Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro CDU-BAMRJ, Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE- Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Avenidda Brasil, nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21012-350.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 91/DPC, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento de empresa para exercer as funções de "ASP" (Application Service Provider) concernente ao sistema LRIT (Long-Range Identification and Tracking of Ships).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Reconhecer a empresa ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 05.520.402/0001-30, para exercer as atividades correlatas ao "ASP" (Application Service Provider), em conformidade ao que estabelecem as Resoluções MSC.202(81) (Adoção de emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda de Vida Humana no Mar, 1974, como emendada), MSC. 263(84), MSC. 330(90) e MSC. 400(95) (Padrões de Performance Revisado e Requisitos Funcionais para o LONG-RANGE IDENTIFICATION AND TRACKING OF SHIPS) e a Circular MSC.1/Circ.1307 (Orientações para vistoria e certificação de conformidade de navios com os requisitos para transmissões das informações LRIT) e todas emitidas pela IMO (International Maritime Organization).

Art. 2º Fica a referida empresa, autorizada a realizar o teste de conformidade (Conformance Test) nos equipamentos instalados a bordo de navios de bandeira brasileira, bem como emitir o respectivo relatório de teste de conformidade, até 04 de janeiro de 2023, em consonância ao que estabelecem as Resoluções e a Circular citadas no Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO Nº 40, DE 6 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Reversão de frações de bem imóvel próprio nacional sob administração do Comando do Exército situado no Rio de Janeiro à Secretaria do Patrimônio da União, para posterior transferência àquele Município, com a finalidade de implantação de alargamento de logradouros públicos e melhoria da mobilidade urbana naquela região.

1. Processo originário do Comando da 1ª Região Militar (1ª RM), propondo a reversão de frações com áreas de 525,37 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados) e 785,23 m² (setecentos e oitenta e cinco metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados), do imóvel próprio nacional matriculado sob nº 42325, ficha nº 01, Livro Nº 2, do Cartório do 9º Ofício da Comarca do Rio de Janeiro, de RIP nº 6001003765009, cadastrado no Comando do Exército como RJ 01-0182 (Monumento Pantheon Duque de Caxias), situado na Av. Presidente Vargas, Praça Duque de Caxias s/nº, Bairro Centro-RJ à Secretaria de Patrimônio da União para posterior transferência, sob as formas admitidas na legislação vigente, ao Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de implantação de alargamento de logradouros públicos e melhoria na mobilidade urbana naquela região.

2. Considerando:

a. as frações do imóvel objeto de reversão serão destinadas tão somente àquela municipalidade, a fim de implantação de melhoria na mobilidade urbana naquela região, não implicando em inibição na utilização do bem imóvel remanescente;

b. aquela municipalidade já empreendeu o alargamento dos logradouros públicos necessário à melhoria da mobilidade urbana com aquiescência do Comando Militar do Leste (CML);

c. a finalidade a ser dada às frações ora revertidas se constituem em relevante interesse publico;

d. o art. 77, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, prevê que a administração dos próprios nacionais aplicados em serviço público compete às repartições que os tenham a seu cargo, enquanto durar a aplicação; cessada esta, passarão os referidos imóveis à administração da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e

e. finalmente, os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do CML, da 1ª RM e o contido no art. 16, das Instruções Gerais Sobre Utilização de Bens Imóveis do Acervo Imobiliário sob Jurisdição do Exército (IG 10-03), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 513, de 11 de julho de 2005, dou o seguinte despacho:

1) AUTORIZO, no que concerne à aplicabilidade das legislações anteriormente citadas, a reversão das frações do imóvel de que trata o item 1 deste Despacho Decisório à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para posterior transferência àquela municipalidade a fim de cumprimento da finalidade estabelecida.

2) Encaminhe-se o presente Despacho ao DEC para conhecimento e encaminhamento ao Comando da 1ª RM, a fim de seu cumprimento.

3) Após sua ultimação, encaminhamento à SPU-RJ, visando à efetivação dos atos administrativos subsequentes; e

4) O EME e o CML tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

DESPACHO Nº 45, DE 9 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Revogação da Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para a construção do complexo de infraestruturas da FIOCRUZ/Instituto Leônidas e Maria Deane.

1. Processo originário do 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E), propondo a revogação da autorização para Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), gratuita, de uma parcela de 21.586,44 m² (vinte e um mil, quinhentos e oitenta e seis metros quadrados e quarenta e quatro decímetros) do imóvel cadastrado sob nº AM 12-0056 (Centro de Instrução de Guerra na Selva-CIGS), situado na Estrada da Ponta Negra, 750, Bairro São Jorge - Manaus-AM, para a construção do complexo de infraestruturas da FIOCRUZ/Instituto Leônidas e Maria Deane, destinado a realização de pesquisas, cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados e administração da Fundação.

2. Considerando:

a. que a cessão de uso autorizada pelo Despacho Decisório nº 004, de 7 de janeiro de 2016, corresponde a área de remanescente Florestal Amazônico, havendo necessidade de solicitar Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e consultar previamente o órgão ambiental competente, sobre a necessidade ou não de licenciamento ambiental;

b. a orientação da Seção de Meio Ambiente da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), por meio do seu parecer técnico nº 59, de 26 de outubro de 2015, que sugeriu avaliar, do ponto de vista técnico e ambiental, a possibilidade de uso de outras áreas já antropizadas (degradadas); e

c. a decisão conjunta entre a FIOCRUZ, o Exército Brasileiro e a Superintendência do Patrimônio da União no estado do Amazonas (SPU-AM) pelo cancelamento do processo de CDRUR uma vez que ocorrerá a mudança do local a ser concedido à FIOCRUZ, dou o seguinte despacho:

1) REVOGO, a Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de que trata o item 1 deste Despacho Decisório.

2) Torno sem efeito o Despacho Decisório nº 004/2016, de 7 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Exército nº 2, de 15 de janeiro de 2016; e

3) O DEC, o EME e o CMA tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6/SEORI/MD, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Estabelece procedimentos administrativos para a realização de transferência de recursos mediante Termo de Execução Descentralizada pelos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 32, incisos XI e XII, do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o art. 1º, §1º, inciso I, e os arts. 12-A e 12-B do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, os arts. 2º e 3º do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e o art. 54 do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 60580.000173/2017-22, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos para a realização de transferências de recursos mediante Termo de Execução Descentralizada - TED, pelos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa, exceto o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, para as seguintes finalidades:

I - execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco em regime de mútua colaboração;

II - realização de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora dos recursos;

III - execução de ações que se encontram organizadas em sistema e que são coordenadas e supervisionadas por um órgão central; ou

IV - ressarcimento de despesas.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, poderá ser dispensada a formalização do instrumento, nos termos do § 2º do art. 12-A do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Termo de Execução Descentralizada - TED: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no plano de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática;

II - unidade gestora repassadora ou descentralizadora: órgão da Administração Pública federal direta, autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

III - unidade gestora recebedora ou descentralizada: órgão da Administração Pública federal direta, autarquia, fundação pública ou empresa estatal, que recebe formalmente a dotação orçamentária e recursos financeiros, podendo ser a unidade executora ou não;

IV - unidade interessada, proponente ou setor demandante: órgão do Ministério da Defesa que manifeste, por meio de proposta de trabalho, interesse em firmar TED com órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, desempenhando a função de interveniente quando da avença;

V - unidade gestora executora: órgão da Administração Pública federal direta, autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente, responsável pela execução do objeto do TED;

VI - unidade gestora intermediária: é a Unidade Gestora - UG indicada como favorecida da Nota de Movimentação de Crédito - NC e da Nota de Programação Financeira - PF emitidas pelo órgão repassador, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, podendo ser distinta das unidades gestoras responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do TED;

VII - termo aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação do TED já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado;

VIII - objeto: compreende o produto almejado, observados o plano de trabalho e as suas finalidades; e

IX - gestor do Termo de Execução Descentralizada: militar/servidor, indicado pela unidade interessada e designado mediante portaria específica do Departamento de Administração Interna - DEADI, para realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do TED.

§ 1º A unidade que figurará como unidade gestora descentralizadora ou descentralizada, conforme o caso, será o DEADI (UG 110404).

§ 2º A unidade que figurará como unidade gestora intermediária, no Ministério da Defesa, será o Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças - DEORF (UG 110407).

Art. 3º O processo administrativo para a formalização do TED deverá ser autuado de forma eletrônica e autônoma, bem como instruído com os seguintes documentos básicos:

I - nota técnica da unidade interessada, expondo as razões e as expectativas para a formalização do termo, com as devidas justificativas e fiel descrição do objeto, declarando de forma robusta a importância da parceria pretendida;

II - documento oficial do órgão, com o qual se pretende celebrar o termo, contendo a devida anuência, acrescida dos documentos e informações necessários à confecção do termo (indicação das autoridades signatárias, cópia dos correspondentes documentos de identidade e das portarias de delegação de competência), sem prejuízo de outros esclarecimentos que se fizerem necessários para a completa instrução processual;

III - indicação formal dos agentes públicos que irão fiscalizar o TED, no âmbito no Ministério da Defesa, composta do nome completo do Gestor do TED e do substituto e a indicação de seus números de CPF, para fins de formalização pelo DEADI em portaria própria;

IV - minuta padrão do TED, conforme o Anexo I desta Instrução Normativa, em versão editável, em compactado (arquivo ZIP ou RAR), contendo:

a) identificação completa das partes;

b) objeto e correspondente justificativa;

c) responsabilidades e compromissos a cargo de cada um dos partícipes;

d) cláusula de prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto;

e) regras de prestação de contas, com estipulação de prazos e responsáveis;

f) previsão orçamentária, com classificação orçamentária da despesa institucional e funcional-programática da dotação orçamentária, além do detalhamento da fonte de recurso e do grupo de despesa;

g) vigência fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas no plano de trabalho;

h) cláusula de prorrogação "de ofício";

i) cláusula sobre denúncia e rescisão;

j) regra de publicação;

k) indicação da instância de conciliação; e

l) assinaturas;

V - minuta padrão do Plano de Trabalho, conforme o Anexo II desta Instrução Normativa, em versão editável, em formato compactado (arquivo ZIP ou RAR), contendo:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) justificativa;

c) metas a serem atingidas;

d) etapas ou fases de execução;

e) plano de aplicação dos recursos financeiros;

f) cronograma de desembolso; e

g) previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

§ 1º Caso o objeto do TED envolva contratação de solução de Tecnologia da Informação, a unidade gestora executora deverá atestar conformidade com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do órgão, conforme o Anexo IV desta Instrução Normativa.

§ 2º Deverão constar da nota técnica, referida no inciso I do caput deste artigo, a análise acerca dos seguintes aspectos:

I - compatibilidade dos recursos transferidos com o custo de execução do objeto do TED;

II - capacidade de execução direta do objeto pela unidade gestora executora;

III - não incidência nas vedações previstas em Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

IV - eventual execução do objeto pelas Forças Armadas, quando for o caso.

Art. 4º O processo, devidamente instruído, deve ser remetido à Gerência de Orçamento e Finanças - GEOFI/DEADI, com antecedência mínima de trinta dias da data pretendida para consecução do objeto a ser realizado com a formalização do TED, a fim de garantir tempo hábil ao regular trâmite processual.

Art. 5º Será obrigatório o encaminhamento do processo para análise da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa - CONJUR/MD, podendo ser dispensado o exame jurídico sempre que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I - adoção da minuta-padrão previamente aprovada pelo órgão jurídico; e

II - identidade do objeto em relação a TED pretérito, de igual escopo, já analisado pela CONJUR/MD.

Art. 6º Quando do retorno do processo, a GEOFI/DEADI examinará os questionamentos e recomendações, porventura apresentados pela CONJUR/MD, restituindo os autos, caso necessário, à unidade interessada, para que, mediante a emissão de uma certidão, preste esclarecimentos e/ou tome providências de saneamento, adotando o entendimento que julgar melhor atender ao interesse público.

Art. 7º Emitida a certidão, de que trata o art. 6º, ou no caso em que não estejam presentes questionamentos ou recomendações da CONJUR/MD, a GEOFI/DEADI, por intermédio da Coordenação de Licitações e Contratos - COLIC/GEOFI, emitirá análise de conformidade do processo e orientará a unidade interessada visando a assinatura do TED e do Plano de Trabalho, inserindo os documentos na plataforma SEI e disponibilizando os devidos links de acesso externo, para assinatura pelo órgão parceiro, caso a incumbência de elaboração dos documentos seja do Ministério da Defesa.

Art. 8º O repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso ficará condicionado à liquidação da despesa pela unidade gestora executora, ressalvadas as situações devidamente justificadas e autorizadas pelo ordenador de despesa da unidade descentralizadora.

Art. 9º Caberá ao Gestor do TED:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto pactuado junto à unidade gestora executora, conforme o caso;

II - autuar um processo administrativo, vinculado ao processo original, para registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando providências que forem necessárias à regularização de faltas ou defeitos observados;

III - recepcionar o Relatório de Cumprimento do Objeto, conforme do Anexo III desta Instrução Normativa, realizando a análise prévia quanto ao nele contido, emitindo parecer quanto ao seu cumprimento ou observações julgadas pertinentes;

IV - encaminhar o processo ao dirigente da unidade interessada fazendo constar seu parecer e o relatório de cumprimento do objeto emitido pela unidade gestora executora, conforme o caso;

V - observar os prazos de vigência do TED, bem como os estipulados para a prestação de contas, adotando medidas tempestivas aos seus atendimentos; e

VI - no caso da descentralização de créditos orçamentários pelo Ministério da Defesa, realizar o acompanhamento no SIAFI junto ao setor competente da Gerência de Orçamento e Finanças, que visará a prática dos atos administrativos inerentes à prestação de contas.

Art. 10. Caberá à unidade gestora executora, com comunicação às unidades interessada e intermediária, quando for o caso:

I - proceder a restituição à unidade descentralizadora, que estipulará o prazo:

a) dos saldos eventualmente existentes na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED; e

b) do valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED;

II - informar à unidade descentralizadora:

a) a liquidação da despesa via "comunica SIAFI";

b) as situações geradoras de atraso na execução do cronograma físico previsto, com as devidas justificativas; e

c) o valor total a ser inscrito em restos a pagar até o quinto dia que antecede o encerramento de cada exercício financeiro;

III - manter arquivados os documentos relacionados ao TED, pelo prazo de dez anos, contados da data em que for aprovado o Relatório de Cumprimento do Objeto pela unidade descentralizadora; e

IV - mencionar a unidade descentralizadora quando da divulgação dos dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando for o caso.

§ 1º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos, preferencialmente, em até quinze dias antes da data limite para emissão de empenhos estabelecida anualmente pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do correspondente exercício financeiro.

§ 2º A unidade descentralizadora deverá registrar no SIAFI, até o final do exercício financeiro, os valores formalizados por TED, de forma a garantir a liberação dos recursos financeiros no exercício seguinte.

Art. 11. O TED poderá ser alterado mediante proposta de termo aditivo, a ser apresentada à unidade descentralizadora ou, no âmbito do Ministério da Defesa ao DEADI, em, no mínimo, trinta dias do término de sua vigência.

Art. 12. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá ser encaminhado pela unidade gestora executora à unidade descentralizadora por intermédio da unidade interessada, em até sessenta dias após o fim da vigência do TED e deverá conter:

I - descrição do objeto executado e dos objetivos atingidos; e

II - demonstrativo de execução financeira que contenha dados sobre o Programa de Trabalho, Ação Governamental, Produto ou Meta Física, Natureza de Despesa, valor da despesa empenhada e liquidada.

Art. 13. Após apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto, na hipótese de descentralização de recursos pelo Ministério da Defesa, caberá à unidade interessada emitir parecer técnico acerca do cumprimento do objeto, com encaminhamento ao DEADI, que efetuará os competentes lançamentos de encerramento no SIAFI.

Parágrafo único. Compete à unidade interessada o acompanhamento e a fiscalização dos resultados físicos das ações desenvolvidas e dos objetivos pretendidos pela unidade gestora executora.

Art. 14. A prestação de contas dos créditos descentralizados executados deverá integrar, oportunamente, as contas anuais da unidade gestora executora, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos das normas vigentes.

Art. 15. As dotações descentralizadas deverão ser empregadas de forma obrigatória e integral na consecução do objeto previsto no TED, respeitada a classificação funcional programática.

Art. 16. A íntegra desta Instrução Normativa e seus anexos serão publicados no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7/SEORI/MD, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Estabelece a diretriz que regulamenta a utilização, as especificações e os critérios de distribuição e uso de equipamentos e recursos de impressão corporativa.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 32, incisos IX e XII, do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 60586.000264/2017-16, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A presente Instrução Normativa estabelece a diretriz que regulamenta a utilização, as especificações e os critérios de distribuição e uso de equipamentos e recursos de impressão corporativa.

Parágrafo único. Para os fins desta Instrução Normativa, são considerados os equipamentos e recursos de impressão e digitalização disponibilizados no edifício-sede do Ministério da Defesa (Bloco "Q") e seu Anexo (Bloco "O").

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 2º A presente Diretriz visa a racionalização e otimização da utilização dos recursos de impressão e digitalização corporativa, inclusive equipamentos e insumos.

CAPÍTULO II

ESPECIFICAÇÕES DOS RECURSOS DE IMPRESSÃO

Art. 3º As impressoras utilizadas pelas unidades organizacionais serão classificadas em:

I - impressora policromática laser do tipo 1: impressora colorida A4 de, no mínimo, vinte e cinco páginas por minuto;

II - multifuncional monocromática do tipo 2: impressora multifuncional monocromática A4 de, no mínimo, quarenta páginas por minuto;

III - multifuncional policromática do tipo 3: impressora multifuncional colorida A3 de, no mínimo, cinquenta páginas por minuto com finalizador; e

IV - multifuncional policromática do tipo 4: impressora multifuncional colorida A3 de, no mínimo, vinte páginas por minuto.

CAPÍTULO III

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE IMPRESSÃO

Art. 4º A utilização dos recursos de impressão de que trata esta Instrução Normativa observará as seguintes orientações:

I - só poderão ser impressos documentos que tenham relação direta com os trabalhos e propósitos da Administração, sendo vedada a impressão de documentos particulares;

II - antes de imprimir, os usuários devem avaliar a necessidade do procedimento, evitando-se a impressão de documentos quando os mesmos puderem ser lidos, transmitidos e arquivados em meio eletrônico;

III - deverá ser priorizada a impressão monocromática na função "frente e verso", sempre que possível;

IV - as impressões deverão ser objeto de controle mensal dentro de cada setor do Ministério da Defesa; e

V - as impressões de documentos sigilosos ou de segurança nacional terão um tratamento diferenciado, conforme normatização específica.

Parágrafo único. Caberá ao Departamento de Administração Interna realizar o controle das impressões corporativas no âmbito das unidades organizacionais do edifício-sede do Ministério da Defesa (Bloco "Q") e seu Anexo (Bloco "O"), divulgando periodicamente os gastos em cada setor.

CAPÍTULO IV

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E USO

Art. 5º A partir da implementação da solução de impressão corporativa, a distribuição padrão de impressoras será realizada segundo as seguintes quantidades de referência, observadas as especificações previstas no art. 3º desta Instrução Normativa:

I - servidores ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) de níveis 5 e 6 e superiores e oficiais generais ocupantes de cargo de chefia: até uma impressora do tipo 1;

II - andares e subsolos do edifício-sede do Ministério da Defesa (Bloco "Q") e seu Anexo (Bloco "O"): até três equipamentos de impressão corporativa do tipo 2;

III - setor de reprografia: um equipamento de impressão corporativa do tipo 2 e um equipamento de impressão corporativa do tipo 3 com finalizador; e

IV - setores com necessidade de impressões periódicas tipo A3: até um equipamento de impressão do tipo 4.

Parágrafo único. Além da distribuição padrão estabelecida neste artigo, poderá ser adotado quantitativo adicional de equipamentos de impressão em função dos requisitos de segurança da informação e confidencialidade ou outras necessidades devidamente justificadas, inerentes a setores específicos do Ministério da Defesa, mediante análise e aprovação prévia da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os equipamentos próprios de impressão existentes no edifício-sede do Ministério da Defesa (Bloco "Q") e seu Anexo (Bloco "O") serão desativados e recolhidos.

Art. 7º Sem prejuízo do disposto nesta Instrução Normativa, aplicam-se as boas práticas, vedações e orientações expedidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pelo Secretário de Orçamento e Organização Institucional.

Art. 9º Fica revogada a Instrução Normativa nº 04/SEORI/MD, de 20 de setembro de 2017.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 666, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 094/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Letras - FLET	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Auxiliar com Especialização, Nível 1, 40h.	Gustavo Luna Maia Correira Fernandes	1º
Faculdade de Educação - FACED	Metodologia da Alfabetização e Conteúdo e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (anos iniciais do Ensino Fundamental)	Auxiliar com Especialização, Nível 1, 40h.	Antonia Silva de Lima	1º
			Katiuisa de Oliveira Mendes	2º
			Davi Nogueira da Silva	3º
			Mariana da Silva Cassemiro	4º
Faculdade de Medicina - FM	Anatomia Patológica (Geral e Bucal)	Auxiliar com Especialização, Nível 1, 40h.	Renata Gualberto da Cunha	1º
			Moyara Mendonça Lima de Farias	2º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

PORTARIAS DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

N° 670 - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do o Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Tecnologia - FT	Engenharia e Segurança do Trabalho	Adjunto A, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Não houve candidatos aprovados	

N° 671 - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do o Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Tecnologia - FT	Engenharia Elétrica - Telecomunicações	Assistente A, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Não houve candidatos aprovados	

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2018

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Nº 107 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Farmacociências, instituído pelo Edital nº 57, de 27/12/2017, publicado no DOU de 27/12/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Química Geral e Analítica
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Josias de Oliveira Merib - 8,30
2º - Dênio Emanuel Pires Souto - 7,73
3º - Andrea Anilda Hoffmann da Rocha - 7,66
4º - Géssica Domingos da Silveira - 7,37
5º - Luiz Frederico Rodrigues - 7,34
6º - Ariane Vanessa Zmozinski - 7,24
7º - Karine Primieri Nicolli - 7,00
8º - Tiele Medianeira Rizzetti - 6,78
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 108 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, do Departamento de Patologia e Medicina Legal, instituído pelo Edital nº 03, de 03/01/2018, publicado no DOU de 02/01/2018 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Deontologia e Medicina Legal
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final

1º - Adriana Ubirajara Silva Petry - 6,54
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

LUCIA CAMPOS PELLANDA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 186, DE 17 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201506663	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE	INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO	GLEBA PAIÇANDU, S/N, LOTE 80, ZONA RURAL, IVATUBA/PR
2.	201602302	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	RUA DURVALINO COUTO, 1220, JOCKEY CLUB, TERESINA/PI
3.	201605911	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNA DE SETE LAGOAS	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA SECRETÁRIO DIVINO PADRÃO, 1.411, A, SANTO ANTÔNIO, SETE LAGOAS/MG
4.	201606618	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PARAÍSO DO CEARÁ	FIUSA EDUCACIONAL S/SIMPLES LTDA - EPP	RUA SÃO BENEDITO, 344, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
5.	201606960	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PROMOVE DE BELO HORIZONTE	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA JOSÉ DIAS VIEIRA, 46, RIO BRANCO, BELO HORIZONTE/MG
6.	201607017	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE ANHANGUERA JARAGUÁ DO SUL	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA MAJOR JÚLIO FERREIRA, S/N, VILA LALAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
7.	201607047	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
8.	201607845	ENGENHARIA AGRÍCOLA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE VILHENA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA	RUA CLEBER MAFRA DE SOUZA, 8735, RESIDENCIAL ORLEANS, VILHENA/RO
9.	201607977	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE METROPOLITANA DE ANÁPOLIS	INSTITUTO METROPOLITANO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - ME	AVENIDA FERNANDO COSTA, 49, VILA JAIARA, ANÁPOLIS/GO
10.	201608103	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEM, 60, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR
11.	201608156	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
12.	201608158	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE CURITIBA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 116 - KM 106,5, 18.805, PINHEIRINHO, CURITIBA/PR
13.	201608253	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DO CENTRO LESTE - CARIACICA	U.C.L. - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DO CENTRO LESTE	RUA BOLÍVIA, S/N, JARDIM AMÉRICA, CARIACICA/ES
14.	201608321	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES ATIBAIA	INSTITUICAO EDUCACIONAL ATIBAIENSE LIMITADA	ESTRADA MUNICIPAL JUCA SANCHES, 1050, - DE 633/634 AO FIM, JARDIM BROGOTÁ, ATIBAIA/SP
15.	201608374	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CETEC EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 882, JARDIM ESPLANADA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
16.	201608847	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE CURITIBA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 116 - KM 106,5, 18.805, PINHEIRINHO, CURITIBA/PR
17.	201608923	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
18.	201700421	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO FUTURO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MANHUACU LTDA	RUA DUARTE PEIXOTO, 259, COQUEIRO, MANHUAÇU/MG
19.	201700619	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
20.	201700633	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEM, 60, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR
21.	201700981	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITACAO LTDA	AVENIDA DAS AMÉRICAS, 2603, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
22.	201701469	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS	DINAMICA ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA - ME	RUA 210, 386, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA/GO
23.	201701523	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUNDACAO CARMELITANA MARIO PALMERIO	AVENIDA BRASIL OESTE, S/N, JARDIM ZENITH II, MONTE CARMELO/MG
24.	201702349	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	UNINGA - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGA LTDA	RODOVIA PR-317, 6114, (SAÍDA PARA IGUARAÇU), PARQUE INDUSTRIAL 200, MARINGÁ/PR
25.	201702770	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JURACY MAGALHÃES JÚNIOR, 209, (SENT LARGO DA MARIQUITA-ITAIGARA) , RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
26.	201709159	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE GOIÁS	INSTITUTO DE TECNOLOGIA E EDUCACAO DE GOIAS - EIRELI - ME	RUA ITAPEVA QD: 34 LT: 04., VILA SANTA ROSA., SENADOR CANEDO/GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 187, DE 17 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201709438	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ATENEU	CV & C CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP	AVENIDA DONA BEATRIZ BRAGA, 481, , CENTRO, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE
2.	201607826	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ENGENHARIA DE MINAS GERAIS - FEAMIG	INSTITUTO EDUCACIONAL CANDIDA DE SOUZA	RUA GASTÃO BRÁULIO DOS SANTOS, 837, , NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE/MG
3.	201600351	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	FUNDACAO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE	RUA PE.JOÃO LEONIR DALL'ALBA, S/N, , MURIALDO, ORLEANS/SC
4.	201708636	PEDAGOGIA (Licenciatura)	180 (cento e oitenta)	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO	SOCIEDADE CIVIL CONSERVATORIO BRASILEIRO DE MUSICA	RUA GENERAL OLÍMPIO, 181, - DE 181 AO FIM - LADO ÍMPAR, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ
5.	201709479	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	70 (setenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
6.	201709259	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UNIAO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGOCIOS LTDA.	AVENIDA SERTÓRIO, 253, , NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
7.	201708531	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UNIAO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGOCIOS LTDA.	AVENIDA SERTÓRIO, 253, , NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
8.	201608328	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	IPADE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO LTDA.	RUA JOÃO ADOLFO GURGEL, 133, , PAPICU, FORTALEZA/CE
9.	201709123	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA CAPITÃO MOR AGUIAR, 798, , CENTRO, SÃO VICENTE/SP
10.	201307123	MÚSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA ESTANISLAU FROTA, S/N, , CENTRO, SOBRAL/CE
11.	201506090	ENGENHARIA AEROESPACIAL (Bacharelado)	112 (cento e doze)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	ÁREA ESPECIAL DE INDÚSTRIA PROJEÇÃO A - UNB, S/N, , SETOR LESTE (GAMA), BRASÍLIA/DF
12.	201507881	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Estácio do Recife	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA ENGENHEIRO ABDIAS DE CARVALHO, 1678, MADALENA, RECIFE/PE
13.	201709533	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, , SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
14.	201709532	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, , SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
15.	201610505	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL "PS" LTDA - ME	RUA ANÍSIO SERRÃO, 2325, - DE 2170/2171 A 2518/2519, CENTRO, CACOAL/RO
16.	201709681	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	ROD. PA 140 KM 3, S/N, , AÇAIZAL, TOMÉ-AÇU/PA
17.	201607898	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICENTRO AGES	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 23, PARQUE DAS PALMEIRAS, CENTRO, PARIPIRANGA/BA
18.	201708731	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio da Paraíba	IDEZ EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	AVENIDA GOVERNADOR FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO, 115, MANAÍRA, JOÃO PESSOA/PB
19.	201709680	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	ROD. PA 140 KM 3, S/N, , AÇAIZAL, TOMÉ-AÇU/PA
20.	201611157	INTERDISCIPLINAR EM LINGUAGENS E CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS (Licenciatura)	24 (vinte e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	BR 367, KM 10, S/N, , RODOVIA PORTO SEGURO/EUNÁPOLIS, PORTO SEGURO/BA
21.	201502522	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	UNINGA - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGA LTDA	GLEBA RIBEIRÃO MORANGUEIRO, 21, LOTE 21, GLEBA MORANGUEIRO, MARINGÁ/PR
22.	201709717	GASTRONOMIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, , BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
23.	201610227	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	RODOVIA LAURI SIMÕES DE BARROS , KM 12, , , ARARAÇÚ, BURI/SP
24.	201610006	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA SÃO VICENTE DE PAULO, 300, UNIDADE ACADÊMICA SÃO VICENTE, ANTONIO BEZERRA, FORTALEZA/CE
25.	201708517	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA	VERA CLAUDINO EDUCACAO SUPERIOR LIMITADA - ME	AVENIDA BRASIL, S/N, RODOVIA 393, JARDIM ADALGISA, CAJAZEIRAS/PB
26.	201708533	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UNIAO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGOCIOS LTDA.	AVENIDA SERTÓRIO, 253, , NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
27.	201709718	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, , BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
28.	201709719	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, , BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
29.	201605016	QUÍMICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE FERNANDOPOLIS	AVENIDA TEOTÔNIO VILELA, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, FERNANDÓPOLIS/SP
30.	201709107	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão	SOCIEDADE DE EDUCACAO, CULTURA E TECNOLOGIA SAO FIDELIS LTDA - EPP	RUA EMYDIO MAIA SANTOS, 1035, FUNDOS COM RUA JOÃO BATISTA MAIA, VILA DOS COROADOS, SÃO FIDÉLIS/RJ
31.	201708804	JORNALISMO (Bacharelado)	40 (quarenta)	Faculdade de Comunicação e Marketing da Fundação Armando Álvares Penteado	FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO	RUA ALAGOAS, 903, PRÉDIO 5, HIGIENÓPPOLIS, SÃO PAULO/SP
32.	201709426	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PROFESSORA AIDA MAINARTINA PARAÍSO, 80, , IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG
33.	201709309	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário Fanor Wyden	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, , SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
34.	201708931	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 2293, , UNIVERSITÁRIO, SANTA CRUZ DO SUL/RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35.	201502778	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	AVENIDA BPS, 1303, CAMPUS PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES SEABRA, PINHEIRINHO, ITAJUBÁ/MG
36.	201500873	ENGENHARIA BIOMÉDICA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	AVENIDA CESARE MANSUETO GIULIO LATTES, 1201, PARQUE TECNOLÓGICO, EUGÊNIO DE MELLO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
37.	201708592	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHAO LTDA - ME	RUA AARÃO REIS, 1000, CENTRO, CAXIAS/MA
38.	201708817	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	ASSOCIACAO INTERNACIONAL UNIAO DAS AMERICAS	AVENIDA DAS CATARATAS, 1118, , VILA YOLANDA, FOZ DO IGUAÇU/PR
39.	201609454	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	RUA JOSÉ DE ALENCAR, S/N, , FAROL, MACEIÓ/AL
40.	201609803	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA	SOESA - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE LTDA - ME	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 98, ELDORADO, ARAPIRACA/AL
41.	201607876	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA.	RUA ANTONIO AFONSO DE TOLEDO, 595, TÉRREO, JARDIM SUMARÉ, ARAÇATUBA/SP
42.	201709806	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE APOGEU	APOGEU CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO LTDA - ME	QUADRA 39 - LOTES 34/43, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA, SETOR CENTRAL, BRASÍLIA/DF
43.	201708581	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	AVENIDA PARAGUAI, 01, QD. 56 , LOTEAMENTO ARAGUAÍNA SUL, ARAGUAÍNA/TO
44.	201602128	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	RODOVIA SENADOR TEOTÔNIO VILELA, KM 8,5, , ALVORADA, ARAÇATUBA/SP
45.	201507509	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA 67-A, 216, QUADRA 140, SETOR NORTE FERROVIÁRIO, GOIÂNIA/GO
46.	201709411	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	200 (duzentas)	Centro Universitário Fanor Wyden	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, , SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
47.	201602175	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE GETÚLIO VARGAS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JACOB GREMMELMAIER, 215, , CENTRO, GETÚLIO VARGAS/RS
48.	201608795	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	AVENIDA SENADOR ATTÍLIO FONTANA, 591, E, EFAPI, CHAPECÓ/SC
49.	201508065	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA	SGA/SUL - QUADRA 903 CONJUNTO D LOTE 79, , ASA SUL, BRASÍLIA/DF
50.	201604536	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNIESP S.A	RUA SÃO SEBASTIÃO, 1324, , VILA SEIXAS, RIBEIRÃO PRETO/SP

PORTARIA Nº 188, DE 17 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201709311	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	QS 01 RUA 212 LOTES 11,13 E 15, S/N, AREAL (ÁGUAS CLARAS), REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
2.	201608327	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	IPADE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO LTDA.	AV. DOM LUÍS, 911, , MEIRELES, FORTALEZA/CE
3.	201709299	ZOOTECNIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	RODOVIA MACHADO PARAGUAÇU, KM 3, CAMPUS MACHADO, SANTO ANTÔNIO, MACHADO/MG
4.	201709429	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA S/S LTDA	RODOVIA FRANCISCO ALVES NEGRÃO (SP 258), KM 285, PILÃO D'ÁGUA, ITAPEVA/SP
5.	201610294	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PORTO ALEGRE	QI ESCOLAS E FACULDADES LTDA	AVENIDA JÚLIO DE CASTILHOS, 435, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
6.	201709724	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA LUIS VIANNA FILHO, 6775, , PARALELA, SALVADOR/BA
7.	201709276	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário FACEX	CENTRO INTEGRADO PARA FORMACAO DE EXECUTIVOS	RUA ORLANDO SILVA, 2896, CAPIM MACIO, NATAL/RN
8.	201600069	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	RUA NEREU RAMOS, 3777-D, , SEMINÁRIO, CHAPECÓ/SC
9.	201600081	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	SC 135 - KM 180, 2500, , BOA VISTA, CAMPOS NOVOS/SC
10.	201609248	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	AVENIDA GUSTAVO PAIVA, 5.017, , CRUZ DAS ALMAS, MACEIÓ/AL
11.	201709418	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário DeVry Metrocamp	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
12.	201608554	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANOPOLIS - AESGF	RUA SALVADOR DI BERNARDI, 503, , CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC
13.	201610240	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	RUA CORONEL ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 700, DOM EXPEDITO, SOBRAL/CE
14.	201505773	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE LA SALLE	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	AV. VICTOR BARRETO, 2288, , CENTRO, CANOAS/RS
15.	201609467	MEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	AV. JOCKEY CLUB, 485, CAMPUS LONDRINA, VILA HÍPICA, LONDRINA/PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16.	201708742	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DON DOMÊNICO	ASSOCIACAO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJA	AV. DR. ARTHUR COSTA FILHO, 20, , VILA MAIA, GUARUJÁ/SP
17.	201708664	GEOGRAFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	AVENIDA DO TRABALHADOR, 179, BAIRRO JACUECANGA, VEROLME, ANGRA DOS REIS/RJ
18.	201708559	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO	RUA BELARMINO VILELA JUNQUEIRA, S/N, , NOVO TEMPO 2, ITUIUTABA/MG
19.	201710668	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FTEC	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA	RUA SILVEIRA MARTINS, 780, , CENTRO, NOVO HAMBURGO/RS
20.	201709789	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	RODOVIA MIGUEL CURRY CARNEIRO, 799, , SANTA LUZIA, NOVA VENÉCIA/ES
21.	201602300	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	RODOVIA ERS 135, KM 72, 200, , ZONA RURAL, ERECHIM/RS
22.	201709595	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	45 (quarenta e cinco)	CENTRO TÉCNICO-EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	UNIMEO-UNIAO EDUCACIONAL DO MEDIO OESTE PARANAENSE LTDA - EPP	AVENIDA BRASIL, 1441, JARDIM PARANÁ, ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
23.	201709423	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UniDeVry FBV	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
24.	201709368	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA PRINCESA ISABEL, 60, , VILA RICA, FELIZ/RS
25.	201709720	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, , BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
26.	201708713	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS VIANNA JÚNIOR	INSTITUTO VIANNA JUNIOR LTDA	AVENIDA DOS ANDRADAS, 415, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG
27.	201709399	LOGÍSTICA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA PE. JOÃO PIAMARTA, 161, , MONTESE, FORTALEZA/CE
28.	201610220	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDACAO SAO PAULO	RUA MONTE ALEGRE, 984, PERDIZES, SÃO PAULO/SP
29.	201709512	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA OBJETIVO	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	ACSU-SE, 40, CONJUNTO 02 - LOTE 07, CENTRO, PALMAS/TO
30.	201708850	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, , JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
31.	201507291	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU SALVADOR	ABES - SOCIEDADE BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA DOS MAÇONS, 364, , PITUBA, SALVADOR/BA
32.	201609403	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS - DR. EDMUNDO ULSON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE ARARAS	AVENIDA ERNANI LACERDA DE OLIVEIRA, 100, , PARQUE SANTA CÂNDIDA, ARARAS/SP
33.	201501964	LETRAS - PORTUGUÊS E ITALIANO (Licenciatura)	24 (vinte e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA HORÁCIO MACEDO, S/N, ILHA DO FUNDÃO, CIDADE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO/RJ
34.	201501962	NANOTECNOLOGIA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ESTRADA DE XERÉM, 127, XERÉM, DUQUE DE CAXIAS/RJ
35.	201708898	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Faculdade dos Guararapes	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 110, , BOA VISTA, RECIFE/PE
36.	201708599	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE - FSPOA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR/RS	RUA CORONEL GENUÍNO, 130, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
37.	201709413	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Fanor Wyden	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, , SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
38.	201610105	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, , BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
39.	201501448	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	AVENIDA MURILO DANTAS, 300, , FAROLÂNDIA, ARACAJU/SE
40.	201709798	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	Faculdade Positivo Londrina	CESA - COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR ARTHUR THOMAS S/S LTDA - ME	RUA PREFEITO FARIA LIMA, 400, JARDIM MARINGÁ, LONDRINA/PR
41.	201415183	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO	AVENIDA DOS PORTUGUESES, 1966, , VILA BACANGA, SÃO LUÍS/MA
42.	201708857	QUÍMICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	RUA STÉFANO D'AVASSI, 625, , NOVA CIDADE, MATÃO/SP
43.	201710548	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE SANTO AMARO	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	RUA ISABEL SCHIMDT, 349, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
44.	201602392	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	RODOVIA BR 158, KM 405, S/N, , ÁREA RURAL, LARANJEIRAS DO SUL/PR
45.	201506965	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PIMENTA BUENO	SOCIEDADE PIMENTENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CASTELO BRANCO, 780, BAIRRO PIONEIROS, CENTRO, PIMENTA BUENO/RO
46.	201708998	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI	CONGREGACAO DOS OBLATOS DE SAO JOSE	RUA CAETANO MARCHESINI, 952, , PORTÃO, CURITIBA/PR
47.	201708789	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS PADRE ARNALDO JANSSEN	ASSOCIACAO PROPAGADORA ESDEVA	PRAÇA JOÃO PESSOA, 200, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
48.	201709723	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA LUIS VIANNA FILHO, 6775, , PARALELA, SALVADOR/BA
49.	201607640	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte - Estácio BH	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA ERÊ, 207, , PRADO, BELO HORIZONTE/MG
50.	201607858	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE IPORÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE IPORA LTDA - EPP	RUA SERRA CANA BRAVA - QUADRA 02 - LOTE 04, 512, JARDIM NOVO HORIZONTE II, IPORÁ/GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 189, DE 17 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201609532	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO SAO FRANCISCO LTDA - ME	RUA PARAÍSO, 800, , SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA
2.	201708634	FÍSICA (Licenciatura)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	PR 466, GLEBA PINDAÚVA SECÇÃO C, PARTE 2, , , GLEBA PINDAÚVA, IVAIPORÃ/PR
3.	201709648	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário DeVry Metrocamp	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
4.	201604560	FARMÁCIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	ASSOCIACAO RANIERI DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA RODOLFINA DIAS DOMINGUES, 11, QUINTA RANIERI, JARDIM FERRAZ, BAURU/SP
5.	201709571	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	70 (setenta)	FACULDADES INTEGRADAS ASMEC	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	AVENIDA PROF. DR. ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, 100, JARDIM DOS IPÊS, OURO FINO/MG

PORTARIA Nº 190, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo e-MEC 201601494, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Engenharia de Produção, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, pleiteado pela Faculdade Meta (2613), mantida pela União Educacional Meta Ltda. - ME, a ser ministrado na Estrada Alberto Torres, 947, - até 799/800, Conjunto Mariana, Rio Branco/AC.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA N° 191, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo nº 00732.000265/2018-81 e do Despacho Ministerial de 12 de março de 2018, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 29/2018, referente ao processo e-MEC 201505376, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu - FAESI (1500), com sede na Rua Valentim Celeste Palavro, nº 1.501, bairro Conjunto Panorama, no município de São Miguel do Iguaçu, no estado do Paraná, mantida pela União de Ensino Superior do Iguaçu Ltda. - ME (987).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA N° 192, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo nº 00732.000246/2018-54 e do Despacho Ministerial de 12 de março de 2018, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 14/2018, referente ao processo e-MEC 201506502, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista - FTC (1364), com sede na Rua Ubaldino Figuera, nº 200, bairro Exposição, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME (1564).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 1.077, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais, estatutárias e regimentais, e tendo e vista o que estabelece o item 02, alínea "d" do Ofício Circular n°.53/2018-MP, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Dispensar do processo de reposição ao erário os pagamentos realizados a título de efeitos retroativos à data do requerimento da progressão funcional dos docentes da UFC com portarias expedidas e/ou publicadas em data anterior a 1º de agosto de 2016, conforme dispõe a Súmula TCU nº 249.

Parágrafo único. As Portarias de progressão/promoção de docentes emitidas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP em data anterior a 1º de agosto de 2016 permanecem válidas e eficazes.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº 1049/PROGEP/UFC, de 15 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura (Processo nº 23067.011272/2018-01).

HENRY DE HOLANDA CAMPOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 219, DE 21 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.004976/2018-41 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Psicologia - PSI/CFH, instituído pelo Edital nº 15/DDP/2018, de 15 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 32, Seção 3, de 16/02/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Psicologia/ Psicologia clínica
Áreas afins: Saúde Coletiva/ Saúde Pública/ Saúde Mental.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Carolina Duarte de Souza	8,82
2º	Cibele Cunha Lima da Motta	8,74
3º	Alex Simon Lodetti	8,60
4º	Carolina Seibel Chassot	8,59
5º	Alana Dallacosta Fantin	7,78
6º	Cristine Gabrielle da Costa dos Reis	7,37
7º	Altieres Edemar Frei	7,29

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 220, DE 21 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.035153/2017-87, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Saúde, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Clínica Médica , objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Campo de Conhecimento: Medicina/Doenças Infecciosas e Parasitárias
Regime de Trabalho: 20h
Vagas: 1 (uma)sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	GUSTAVO DE ARAUJO PINTO	9,24
2º	LETÍCIA DE MELO MOTA	9,07

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 227, DE 21 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001622/2018-45 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas - EPS/CTC, instituído pelo Edital nº 025/DDP/PRODEGESP/2018, de 01 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 42, Seção 3, de 02/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Engenharia de Produção.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Leonardo Boechat Tavares Pereira	8,49

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: Processo 17944.000704/97-11 (Processo SEI nº 17944.101632/2017-99).
Interessado: Estado do Rio Grande do Sul.
Assunto: Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 014/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A e do Banco do Brasil S/A, em 15 de abril de 1998, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, assim como o deferimento de tutela provisória nos autos da Petição nº 7.444/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, autorizo, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais. Fica revogada a autorização concedida mediante despacho do dia 22 de dezembro de 2017.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÀREA DE REGULAÇÃO
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL

CARTA CIRCULAR Nº 3.870, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Altera a redação da Carta Circular nº 3.853, de 19 de dezembro de 2017, que detalha rubricas contábeis a serem utilizadas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) no que se refere ao risco de crédito.

O Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial (Dereg), no uso das atribuições que lhe conferem os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1° O art. 1º da Carta Circular nº 3.853, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

IX - .....

.....

ae) 1.2.1.20.70-3 - Títulos de Responsabilidade da União no Exterior;

.....

XXII - operações para as quais não haja Fator de Ponderação de Risco (FPR) específico estabelecido, que correspondem:

a) ao somatório dos valores das demais contas de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e de Ativo Permanente elencadas no Cosif referentes a operações consistentes com os requisitos de perfil de risco simplificado de que tratam os arts. 4º e 5º da Resolução nº 4.606, de 2017, e não deduzidas do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), mencionadas na Carta Circular nº 3.850, de 19 de dezembro de 2017;

b) aos valores da conta 3.0.1.00.00-4 - Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas." (NR)

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO LARA PINTO COELHO

BANCO DO BRASIL S/A
BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2017

I. DATA, HORA, LOCAL: Em dezessete de julho de dois mil e dezessete, às quatorze horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Elo Cartões Participações S.A. (CNPJ: 05.105.802/0001-80; NIRE: 5330001236-9), na Sede Social da Empresa, situada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, Torre I, 2º andar (parte), Asa Norte - Brasília (DF). II. PRESENÇA Banco do Brasil S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rogério Magno Panca, Diretor-Gerente da BB Elo Cartões Participações S.A., que ao instalar a Assembleia convidou o Sr. Lincoln Moreira Jorge Júnior, Conselheiro Fiscal, e a Sra. Luísa de Abreu Martino Rondon, para atuar como Secretária. V. ORDEM DO DIA: Eleição de Conselheiro Fiscal. VI. DELIBERAÇÕES: Em virtude do final do mandato 2016/2017 e ausência de indicação de conselheiro fiscal suplente na AGO de 26.04.2017, o acionista decidiu eleger o Sr. Daniel Araújo e Borges, a seguir qualificado, para completar o mandato 2017/2018 no cargo de conselheiro fiscal suplente esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda: SUPLENTE: DANIEL ARAÚJO E BORGES, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 505.936.921-87, portador da Carteira de Identidade n° 1.584.508, expedida em 03.08.2017 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, ala B, Térreo, Sala 26, Brasília (DF). VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do acionista da BB Elo Cartões Participações S.A., da qual eu, ass.) Luísa de Abreu Martino Rondon, Secretária, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Rogério Magno Panca, Diretor-Gerente da BB Elo Cartões Participações S.A., Presidente da Assembleia e Alberto Monteiro Queiroz Netto, Representante do Acionista. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL DO ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 09, FOLHAS 125 E 126. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 11.01.2018 sob o número 1005304 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
GERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO CUIABÁ - MT

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE CJP/MT-CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/2016 REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2018

Ao(s) treze dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 10:00 horas, de forma presencial, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2300, 5º Andar, bairro Bosque da Saúde, Cuiaba/MT, reuniu-se a COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE MATO GROSSO com a seguinte pauta: Análise dos pareceres técnicos referente às análises das propostas apresentadas pelas empresas RESECOM CONSTRUTORA LTDA CNPJ 04.401.250/0001-94, ILHA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ 14.209.372/0001-37 e CONSTRUTORA PACTO LTDA CNPJ 05.912.295/0001-96, visando retomada e conclusão dos empreendimentos VIDA NOVA II em Lucas do Rio Verde e CARVALHO I, II e III em Barra do Garças. DELIBERAÇÕES: Referente aos empreendimento Carvalho I, II e III fica selecionada a empresa RESECOM CONSTRUTORA LTDA CNPJ 04.401.250/0001-94, para prosseguimento das análises jurídica e de capacidade financeira visando contratação. Referente ao empreendimento Vida Nova II, fica selecionada a empresa ILHA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 14.209.372/0001-37, para prosseguimento das análises jurídica e de capacidade financeira visando contratação.

LIDIANE DE O MARCONSINI PALOMBO
Presidente da Comissão

JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
Gerente

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

1 - Processo nº: 18186.000187/2007-61 - Recorrentes: ACCENTURE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 19515.721280/2014-25 - Recorrentes: ACCENTURE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA

3 - Processo nº: 18186.000079/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACCENTURE DO BRASIL LTDA

TEMA 3: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO

Relator(a): DIONE JESABEL WASILEWSKI

4 - Processo nº: 15504.726133/2013-39 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: SALÁRIO INDIRETO E TERCEIROS

5 - Processo nº: 15504.726138/2013-61 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 15504.726139/2013-14 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 15504.726132/2013-94 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 15504.726137/2013-17 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 15504.726134/2013-83 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 15504.726135/2013-28 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 15504.726136/2013-72 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO E PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

12 - Processo nº: 14041.720105/2015-00 - Recorrente: REDE D'OR SAO LUIZ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 14041.720106/2015-46 - Recorrente: REDE D'OR SAO LUIZ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13888.722157/2014-15 - Recorrente: RESOURCE AMERICANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: SALÁRIO INDIRETO, TERCEIROS E PRELIMINAR/NULIDADE

15 - Processo nº: 13888.004115/2010-67 - Recorrente: RESOURCE AMERICANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DIONE JESABEL WASILEWSKI

16 - Processo nº: 10680.725172/2010-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: RIO BRANCO ALIMENTOS S/A

17 - Processo nº: 15504.021487/2008-26 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15504.724670/2011-82 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15504.021488/2008-71 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: ACRÉSCIMOS LEGAIS / JUROS DE MORA

20 - Processo nº: 15504.013016/2008-44 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 15504.000290/2008-53 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: PENALIDADES/MULTA

22 - Processo nº: 15504.000082/2008-54 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15504.724667/2011-69 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10680.723378/2010-15 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: EXCLUSÃO SIMPLES

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

25 - Processo nº: 10665.003515/2008-67 - Recorrente: CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10665.003514/2008-12 - Recorrente: CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA E TERCEIROS

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

27 - Processo nº: 10665.002922/2008-57 - Recorrente: IMOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10665.002921/2008-11 - Recorrente: IMOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10665.002920/2008-68 - Recorrente: IMOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10665.002919/2008-33 - Recorrente: IMOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10665.002918/2008-99 - Recorrente: IMOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

32 - Processo nº: 19515.003789/2009-25 - Recorrente: GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SAO PAULO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

33 - Processo nº: 14751.000791/2009-36 - Recorrente: OMEGA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 14751.000789/2009-67 - Recorrente: OMEGA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 14751.000794/2009-70 - Recorrente: OMEGA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 14751.000793/2009-25 - Recorrente: OMEGA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: SEGURO ACIDENTES DO TRABALHO: SAT/GILRAT, PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO E OUTROS

37 - Processo nº: 14751.000790/2009-91 - Recorrente: OMEGA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

38 - Processo nº: 16539.720002/2017-37 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 16682.720575/2014-64 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

40 - Processo nº: 37005.009015/2006-05 - Recorrente: MRS LOGISTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 37005.001742/2007-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MRS LOGISTICA S/A

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

42 - Processo nº: 12448.729157/2014-54 - Recorrente: MARCIO JOSE GURJAO COTRIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

43 - Processo nº: 36216.005713/2005-02 - Embargante: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

44 - Processo nº: 10580.726878/2014-52 - Recorrente: MUNICIPIO DE SIMOES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

45 - Processo nº: 15374.900015/2008-64 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 15374.900026/2008-44 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 15374.900046/2008-15 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 15374.900025/2008-08 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 15374.900045/2008-71 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 15374.901181/2008-88 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 15374.900022/2008-66 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 15374.900044/2008-26 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 15374.901158/2008-93 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 15374.903703/2008-86 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15374.900021/2008-11 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 15374.900039/2008-13 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 15374.901145/2008-14 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 15374.903669/2008-40 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 15374.900020/2008-77 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 15374.900036/2008-80 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 15374.901142/2008-81 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 15374.903656/2008-71 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 15374.900018/2008-06 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 15374.900030/2008-11 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 15374.900049/2008-59 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 15374.903578/2008-12 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 15374.900017/2008-53 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 15374.900029/2008-88 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 15374.900047/2008-60 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 15374.901296/2008-72 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: ACRÉSCIMOS LEGAIS / JUROS DE MORA E DCTF

71 - Processo nº: 19740.000073/2008-21 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 15374.901217/2008-23 - Recorrente: BANCO BANERJ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

73 - Processo nº: 16327.904846/2010-58 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 16327.901200/2009-85 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 16327.914234/2009-30 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 16327.901199/2009-99 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 16327.910429/2009-19 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 16327.901196/2009-55 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 16327.910428/2009-66 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 16327.914246/2009-64 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 16327.914245/2009-10 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 16327.914244/2009-75 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16327.914243/2009-21 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16327.914235/2009-84 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: ACRÉSCIMOS LEGAIS / JUROS DE MORA E DCTF

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

85 - Processo nº: 10530.902577/2011-84 - Recorrente: TERMOBAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10530.902053/2008-98 - Recorrente: TERMOBAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS E GANHO DE CAPITAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

87 - Processo nº: 18471.000366/2007-82 - Recorrente: HENRY STIPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 18471.000367/2007-27 - Recorrente: DANIELLE STIPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 11060.724059/2011-60 - Recorrente: HERMINDO FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

90 - Processo nº: 10680.907052/2012-01 - Recorrente: JOSE CARNEIRO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS E GANHO DE CAPITAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

91 - Processo nº: 19515.004502/2003-99 - Recorrente: PEDRO ROCCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

92 - Processo nº: 10909.005558/2007-96 - Recorrente: ALCEU DOS SANTOS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

93 - Processo nº: 18471.001622/2006-78 - Recorrente: MICHEL POPULO DA COSTA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 18471.000937/2007-89 - Recorrente: MARA LUCIA MATTOS PESSANHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 18471.000674/2004-65 - Recorrente: MILTON LUIZ KELMANSON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS E GANHO DE CAPITAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

96 - Processo nº: 11080.722429/2011-96 - Recorrente: ALTAIR ANTONIO TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

97 - Processo nº: 13888.002715/2003-61 - Recorrente: IVANI APARECIDA MARZOLA GERCIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão extraordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: COMPENSAÇÃO

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

1 - Processo nº: 11080.728718/2014-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA

2 - Processo nº: 11080.729059/2015-41 - Recorrente: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: SALÁRIO INDIRETO

3 - Processo nº: 11516.722854/2013-80 - Recorrente: A. ANGELONI & CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 3: NULIDADE DA DECISÃO
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
4 - Processo: 11330.001357/2007-74 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e PLANAVE S A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA)
TEMA 4: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
5 - Processo nº: 11330.000723/2007-78 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL PROFESSOR JOSE DE S HERDY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: CONTRIBUINTE INDIVIDUAL
6 - Processo nº: 14474.000298/2007-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
TEMA 6: AÇÃO JUDICIAL - CONCOMITÂNCIA
7 - Processo nº: 16024.000184/2008-35 - Recorrente: FIORELLA PRODUTOS TEXTEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: DESISTÊNCIA
8 - Processo nº: 17988.000002/2008-09 - Recorrente: SANTA MARIA AGRICOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO
9 - Processo nº: 10830.004550/2007-63 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: CONSTRUÇÃO CIVIL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
10 - Processo nº: 16707.005909/2008-01 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16707.006588/2009-34 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16707.002135/2009-39 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16707.002132/2009-03 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 16707.002130/2009-14 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 16707.005907/2008-11 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16707.005905/2008-14 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16707.006590/2009-11 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 16707.006589/2009-89 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
19 - Processo nº: 16707.005903/2008-25 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16707.006597/2009-25 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 16707.002129/2009-81 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 16707.005901/2008-36 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16707.006586/2009-45 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16707.006585/2009-09 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16707.006591/2009-58 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: SALÁRIO INDIRETO
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
26 - Processo nº: 11052.000578/2010-57 - Embargante: SERES SERVICOS DE RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL LTDA.
TEMA 12: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
27 - Processo nº: 13855.002707/2007-26 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13855.002661/2007-45 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13855.002697/2007-29 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
30 - Processo nº: 13855.002706/2007-81 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13855.002591/2007-25 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT EDUC DE FCA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13855.002666/2007-78 - Recorrente: ACEF S/A SUCES DE ACEF CULT EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
33 - Processo nº: 13855.002704/2007-92 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13855.002721/2007-20 - Recorrente: ACEF S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13855.002709/2007-15 - Recorrente: ACEF S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: PROVA
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
36 - Processo nº: 18088.720063/2012-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA
37 - Processo nº: 18088.720062/2012-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA
TEMA 16: AJUSTE-GLOSA
38 - Processo nº: 10380.722693/2016-97 - Recorrente: ANTONIO CARLOS LIMA DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15463.722800/2015-08 - Recorrente: HELIO JOAO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 16696.720721/2014-01 - Recorrente: JOAO LUIZ DOS SANTOS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10283.721709/2015-61 - Recorrente: JORGE TENORIO LUCCHESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10140.720035/2016-93 - Recorrente: ALICE FETTER TORRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13605.000388/2007-66 - Recorrente: ANTONIO CARLOS RIBEIRO MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 12448.722136/2016-70 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE MORENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10840.002719/2006-41 - Recorrente: FRANCISCO JOSE RESENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11610.723695/2014-43 - Recorrente: GUIDO AMILCAR OROZCO DURAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 12448.728932/2015-35 - Recorrente: KADIA DE MOURA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
48 - Processo nº: 16327.001378/2010-68 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.
TEMA 17: SALÁRIO INDIRETO
49 - Processo nº: 16327.001377/2010-13 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.
50 - Processo nº: 16327.001376/2010-79 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.
TEMA 18: AÇÃO JUDICIAL - CONCOMITÂNCIA
51 - Processo: 11634.001025/2009-37 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA/PR e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e CENTRO INTEGRADO DE APOIO PROFISSIONAL)
TEMA 19: NULIDADE DA DECISÃO
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
52 - Processo: 10380.014208/2007-17 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ASSOCIACAO CEARENSE DO MINISTERIO PUBLICO)
TEMA 20: COMPENSAÇÃO
53 - Processo nº: 19839.002868/2009-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CEMAPE TRANSPORTES S A
54 - Processo nº: 13840.000427/2007-42 - Recorrente: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO
55 - Processo nº: 16832.000714/2009-10 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16832.000715/2009-56 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16832.000712/2009-12 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16832.000713/2009-67 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16832.000716/2009-09 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 16832.000718/2009-90 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO
61 - Processo nº: 15758.000497/2010-61 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15758.000498/2010-13 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 15758.000499/2010-50 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 15758.000501/2010-91 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 15758.000500/2010-46 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: SALÁRIO INDIRETO
66 - Processo nº: 12448.720381/2010-57 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 12448.720379/2010-88 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 12448.720380/2010-11 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 12448.720382/2010-00 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 12448.720383/2010-46 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 24: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
71 - Processo nº: 10580.730878/2010-23 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10580.730879/2010-78 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10580.730877/2010-89 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10580.730874/2010-45 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10580.730873/2010-09 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10580.730883/2010-36 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10580.730882/2010-91 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10580.730880/2010-01 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: SALÁRIO INDIRETO
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
1 - Processo nº: 36918.000052/2005-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIAT AUTOMOVEIS SA
TEMA 2: MATÉRIA SUMULADA
2 - Processo: 17546.001007/2007-69 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP e Embargada: 3ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e FRIGORIFICO CAMPOS DE SAO JOSE LTDA - ME)
TEMA 3: CESSÃO DE MÃO DE OBRA
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
3 - Processo nº: 35570.005723/2006-19 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 35570.005721/2006-20 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5 - Processo nº: 37048.267000/2006-55 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 17883.000208/2010-13 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10073.001989/2007-53 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10073.001985/2007-75 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10073.001983/2007-86 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10073.001967/2007-93 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10073.001986/2007-10 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

12 - Processo nº: 17883.000261/2010-14 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: SEGURO ACIDENTES DO TRABALHO - SAT/GILRAT

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

13 - Processo nº: 35387.000566/2005-41 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

14 - Processo nº: 10073.001990/2007-88 - Recorrente: CSN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 37048.291300/2006-55 - Recorrente: CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 37048.331600/2006-84 - Recorrente: CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

17 - Processo nº: 10120.723266/2014-25 - Recorrente: COLEGIO OLIMPO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

18 - Processo nº: 10120.722232/2014-13 - Recorrente: ENGEFORT CONSTRUTORA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

19 - Processo: 10540.720239/2010-26 - Embargante: Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista - BA e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MUNICIPIO DE GUANAMBI)

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

20 - Processo nº: 35011.001095/2007-19 - Recorrente: JOAO SOCORRO CAVALCANTE DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: NULIDADE DO LANÇAMENTO

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

21 - Processo nº: 15586.000299/2008-00 - Embargante: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO

22 - Processo nº: 15586.000297/2008-11 - Embargante: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO

TEMA 11: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

23 - Processo nº: 16327.720960/2014-51 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

24 - Processo nº: 15211.720029/2014-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS CHAGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

25 - Processo nº: 19515.720432/2012-19 - Recorrente: EDISON SCROBACK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

26 - Processo nº: 10950.004608/2007-11 - Recorrente: CARLOS DE OLIVEIRA BELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10940.720237/2011-13 - Recorrente: DARI ARAUJO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10746.720616/2013-63 - Recorrente: RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 13984.000819/2009-39 - Recorrente: VALDOMIRO LEOPOLDO SCHONS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

30 - Processo nº: 10935.005610/2009-59 - Recorrente: MARIONILCE GATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11080.732355/2015-20 - Recorrente: GUNTHER WOLFGANG PLANGG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 15: AJUSTE - GLOSA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

32 - Processo nº: 10183.726963/2015-84 - Recorrente: ELDEMIR PEREIRA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 16095.000394/2006-28 - Recorrente: ENEDINA DOS SANTOS TORRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 12448.728371/2015-74 - Recorrente: JOSE ASSARUHY FRANCO DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: GANHO DE CAPITAL - GERAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

35 - Processo nº: 15504.724180/2011-86 - Recorrente: JOSE MARIA DE CASTRO TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 15504.724221/2011-34 - Recorrente: MARIA OLGA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

37 - Processo nº: 12897.000264/2009-41 - Recorrente: OLIMPIO UCHOA VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: AÇÃO JUDICIAL - CONCOMITÂNCIA

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

38 - Processo nº: 10830.006989/2009-92 - Recorrente: FABIO FERREIRA ALBIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10830.006988/2009-48 - Recorrente: ROGERIO FERREIRA ALBIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 19: INTEMPESTIVIDADE

40 - Processo nº: 11070.721605/2011-91 - Recorrente: LEOCLIDES MOACIR QUINZZANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 18088.000356/2008-51 - Recorrente: EDUARDO DE MORAES URQUIZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 20: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

42 - Processo nº: 10166.723117/2010-14 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10166.723121/2010-74 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10166.723123/2010-63 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10166.723122/2010-19 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10166.723124/2010-16 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

47 - Processo nº: 10166.723118/2010-51 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 21: APROPRIAÇÃO INDÉBITA

48 - Processo nº: 10580.722325/2010-05 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 22: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

49 - Processo nº: 10580.722330/2010-18 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10580.722329/2010-85 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10580.722328/2010-31 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10580.722326/2010-41 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10580.722331/2010-54 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10580.722327/2010-96 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 23: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO

55 - Processo nº: 10580.722322/2010-63 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10580.732469/2012-23 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10580.732468/2012-89 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10580.722324/2010-52 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10580.722323/2010-16 - Recorrente: UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 24: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

60 - Processo nº: 10140.720479/2010-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SERVANGIO SERVICOS MEDICOS S/S - EPP

TEMA 25: COMPENSAÇÃO

61 - Processo nº: 10580.723145/2012-02 - Recorrente: PROMEDICA PATRIMONIAL S A PROPAT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 26: AJUSTE - GLOSA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

62 - Processo nº: 17613.720604/2015-55 - Recorrente: PAULO WEIMAR PERDIGAO MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 19985.720633/2015-14 - Recorrente: CLAUDIO GOBETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10855.722347/2015-02 - Recorrente: OSWALDO FERREIRA DE ALENCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 27: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

65 - Processo nº: 13629.720397/2011-85 - Recorrente: MARCIO MORAES DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 28: AJUSTE - GLOSA

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

66 - Processo nº: 12448.726572/2013-75 - Recorrente: RONALDO CAVALIERI VARGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10730.005255/2001-67 - Embargante: Conselheiro Marco Aurélio de Oliveira Barbosa e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e LUIZ CARLOS MENEZES JUNIOR)

TEMA 29: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

68 - Processo nº: 10508.720556/2013-91 - Recorrente: ARILDO SILVA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 30: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

69 - Processo nº: 14751.720063/2011-69 - Recorrente: AFONSO NUNES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 11060.000247/2011-07 - Recorrente: ALFREDO WILLIAM LOSCO SOUTHALL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13603.723511/2011-17 - Recorrente: ANGELA SEMAAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 11080.006349/2005-41 - Recorrente: ANGELO GARBARSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10940.720326/2011-51 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BUCH PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 11080.003381/2005-75 - Recorrente: CERILO PILAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 31: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

75 - Processo nº: 10830.722254/2011-24 - Recorrentes: ORLANDO RUFO GONZALEZ e FAZENDA NACIONAL

TEMA 32: AJUSTE - GLOSA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

76 - Processo nº: 12448.725761/2013-21 - Recorrente: JOSE ROBERTO ZIMMERMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10980.724547/2015-56 - Recorrente: NEWTON ALVES DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13305.720033/2015-81 - Recorrente: OSVALDINO ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10580.726983/2014-91 - Recorrente: ROBERTO ALEXANDRE SCHLAEPFER FADUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 12448.721320/2013-50 - Recorrente: RUY CARLOS BIZARRO WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 17335.720070/2016-74 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 17335.720069/2016-40 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 17335.720068/2016-03 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 33: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

84 - Processo nº: 11080.721630/2010-75 - Recorrente: DORIS REVERBEL DA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

85 - Processo nº: 13855.000651/2011-51 - Recorrente: FRANCISCO BERNARDINO BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 11040.720574/2011-17 - Recorrente: LUIS ROBERTO SILVA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10675.002952/2007-63 - Recorrente: MARCOS DE MELO GONTIJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 34: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

88 - Processo nº: 19311.000019/2010-51 - Recorrente: ANA TOME MAMPRIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 19311.000018/2010-14 - Recorrente: ANTONIO ROMILDO ROVERE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 19311.000017/2010-61 - Recorrente: ELINOR CELIA MAMPRIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 19311.000016/2010-17 - Recorrente: IVETE ROVERE CHIQUETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 19311.000013/2010-83 - Recorrente: IVONE ROVERE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 19311.000015/2010-72 - Recorrente: JOSE CESAR TRIVELLATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 19311.000014/2010-28 - Recorrente: VALMIK ANTONIO MAMPRIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 35: AJUSTE-GLOSA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

95 - Processo nº: 10380.011704/2007-19 - Recorrente: MARIA CARMELIA FERNANDES MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10660.722837/2012-35 - Recorrente: MARIANNA DOS REIS TEIXEIRA TIBURCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 13839.723414/2015-94 - Recorrente: MARLI DA SILVA FARCIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 13706.000349/2009-92 - Recorrente: MERCEDES CORREA DA SILVA AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10140.720817/2013-80 - Recorrente: OROZINA FERREIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 13771.720279/2013-95 - Recorrente: REYNALDO LUIZ FASSARELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 13706.006678/2008-66 - Recorrente: SEBASTIANA BANDEIRA ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 13637.720372/2015-14 - Recorrente: SEBASTIAO SILVANO DA SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 11065.724088/2015-13 - Recorrente: VENANCIO AGUIAR CEZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 13749.720115/2013-45 - Recorrente: WALTER SARMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 36: INTEMPESTIVIDADE

105 - Processo nº: 11543.720370/2014-50 - Recorrente: CARLOS FERREIRA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 37: VTN - VALOR DA TERRA NUA

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

106 - Processo nº: 10980.725971/2010-11 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10980.725977/2010-81 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 38: JUROS DE MORA

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

108 - Processo nº: 10830.001556/2005-17 - Recorrente: ALFREDO DE ALCANTARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 39: AJUSTE - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

109 - Processo nº: 10930.001606/2007-08 - Recorrente: SANTINO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10930.005828/2008-72 - Recorrente: SANTINO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 40: ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

111 - Processo nº: 10980.011229/2008-01 - Recorrente: ZM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 41: LANÇAMENTO

112 - Processo nº: 10183.721797/2009-81 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10183.721768/2009-10 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10183.721822/2009-27 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 42: PAGAMENTO A RESIDENTE NO EXTERIOR

115 - Processo nº: 10872.720069/2015-32 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 43: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

116 - Processo nº: 16561.720011/2015-89 - Recorrente: VANGUARDA AGRO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 44: NULIDADE DA DECISÃO

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

117 - Processo: 10840.002715/2004-09 - Embargante: 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MAURO TODESCHINI)

118 - Processo: 13971.720402/2011-50 - Embargante: Conselheiro Marco Aurélio de Oliveira Barbosa e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e RUI ALTENBURG)

TEMA 45: OUTROS

119 - Processo nº: 19515.002963/2009-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TAM LINHAS AEREAS S/A.

TEMA 46: GANHO DE CAPITAL - CESSÃO DE DIREITOS

120 - Processo nº: 13005.722221/2013-67 - Embargante: AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

121 - Processo nº: 10730.001844/2007-61 - Recorrente: JOSE CARLOS PIRES COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 15586.002317/2008-80 - Recorrente: BELINE JOSE SALLES RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 47: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

123 - Processo nº: 12963.000006/2010-68 - Recorrente: OLYNTHO PAULINO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 11516.720185/2014-92 - Recorrente: PAULO HENRIQUE MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 13839.002357/2004-53 - Recorrente: ANTONIO ROBERTO BEVILACQUA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 15868.720177/2012-45 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DENARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão extraordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: GANHO DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

1 - Processo nº: 10830.008387/2009-70 - Recorrente: EDUARDO PECINI VALVERDE RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 15956.720124/2013-16 - Recorrente: GERALDO ALBERTO BORGES DE OLIVEIRA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10830.722253/2012-61 - Recorrente: HIGINO DE VASCONCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10835.000809/2003-23 - Recorrente: JOSE JORGE ROMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10830.008386/2009-25 - Recorrente: JULIANA PECINI VALVERDE RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13893.000698/2003-59 - Recorrente: MIGUEL GOMES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 15889.000282/2008-30 - Recorrente: NELSON PASCHOALOTTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 15868.720175/2012-56 - Recorrente: PEDRO DENARDI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 15868.001150/2009-54 - Recorrente: ROSILENE RAHAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 19515.002512/2006-32 - Recorrente: SERGIO ROBERTO GONCALVES BARBATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS

11 - Processo nº: 10865.001229/2005-68 - Recorrente: ADEMIR DURAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

12 - Processo nº: 10855.003354/2004-41 - Recorrente: AMERICO LEVATTI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10120.009557/2009-40 - Recorrente: ANDRE LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

14 - Processo nº: 10865.001535/2007-66 - Recorrente: ANTONIO JORGE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10865.002529/2006-45 - Recorrente: ANTONIO JORGE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

16 - Processo nº: 19707.000259/2007-14 - Recorrente: ANTONIO LINCOLN CARVALHO DE SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

17 - Processo nº: 10469.720409/2007-87 - Embargante: ARIMAR FRANCA FILHO

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

18 - Processo nº: 10680.003876/2007-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CARLOS EDUARDO MAZONI ANDRADE

TEMA 3: VALOR DA TERRA NUA (VTN)

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

19 - Processo nº: 10215.720849/2011-01 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10215.720854/2011-13 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10215.720852/2011-16 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: GLOSA DE ÁREA DECLARADA

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

22 - Processo nº: 11080.720203/2007-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ANTONIO JOSE VELHO MARTINS

23 - Processo nº: 10280.721107/2015-34 - Recorrente: AURELINO JOSE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: PENALIDADES/MULTA ISOLADA

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

24 - Processo nº: 16327.720053/2015-92 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: AGROINDÚSTRIA OU CONTRIBUIÇÃO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

25 - Processo nº: 17460.000333/2007-07 - Recorrente: ACUCAR GUARANI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: SALÁRIO INDIRETO

26 - Processo nº: 19515.008243/2008-80 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 19515.008244/2008-24 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 19515.008245/2008-79 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 19515.008247/2008-68 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 35564.006098/2006-10 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

31 - Processo nº: 16327.001909/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

TEMA 9: SALÁRIO INDIRETO

32 - Processo nº: 16327.001460/2009-59 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 16327.720471/2010-75 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

34 - Processo nº: 16327.001463/2009-92 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 16327.001466/2009-26 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 16327.001469/2009-60 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 16327.001465/2009-81 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 16327.001468/2009-15 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

39 - Processo nº: 16327.001893/2008-23 - Recorrente: BANCO SANTANDER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: SALÁRIO INDIRETO

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

40 - Processo nº: 35415.000153/2007-44 - Recorrentes: C&A MODAS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

41 - Processo nº: 10680.726246/2011-18 - Embargante: CEMIG DISTRIBUICAO S.A

42 - Processo nº: 13603.721886/2014-95 - Recorrente: CEVA LOGISTICS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

43 - Processo nº: 10580.725811/2009-33 - Recorrentes: DARKE MAGALHAES DE ABREU e FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10730.722156/2015-49 - Recorrente: ESMERALDA THEREZINHA DE JESUS ANDERSON DE PENNA CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 11080.729284/2015-88 - Recorrente: FAKHRI MUSA BAKRI QADAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

46 - Processo nº: 18471.004107/2008-10 - Recorrente: CLARK SETTON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10950.003634/2010-19 - Recorrente: JOSE MANOEL MARTIN HERNANDES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: GANHO DE CAPITAL

48 - Processo nº: 11060.003242/2007-41 - Recorrente: ELZA MARIA VIDAL MARCON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: FALTA DE RETENÇÃO/RECOLHIMENTO

49 - Processo nº: 15586.720367/2014-91 - Recorrente: YMPACTUS COMERCIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 15: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

50 - Processo nº: 10820.004584/2008-58 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10820.004583/2008-11 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10820.004585/2008-01 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

53 - Processo nº: 10820.004588/2008-36 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10820.004586/2008-47 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: AGROINDÚSTRIA OU CONTRIBUIÇÃO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

55 - Processo nº: 37094.000742/2007-28 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUARIA & INDUSTRIAL

56 - Processo nº: 37094.000744/2007-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COTRIJUI COOP AGROPECUARIA & INDUSTRIAL

TEMA 18: COOPERATIVA DE TRABALHO

57 - Processo nº: 12269.000158/2007-01 - Recorrentes: FUNDACAO GERDAU e FAZENDA NACIONAL

TEMA 19: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

58 - Processo nº: 17460.000332/2007-54 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 20: SALÁRIO INDIRETO

59 - Processo nº: 17460.000251/2007-54 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 17460.000330/2007-65 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 17460.000331/2007-18 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 21: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

62 - Processo nº: 12267.000344/2008-32 - Embargante: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A

TEMA 22: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): WALTIR DE CARVALHO

63 - Processo nº: 15956.000442/2007-19 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 23: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

64 - Processo nº: 15956.000444/2007-16 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 15956.000446/2007-05 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 15956.000447/2007-41 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 15956.000443/2007-63 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 24: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

68 - Processo nº: 17546.000174/2007-92 - Recorrente: MUNICIPIO DE JUNDIAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 25: SALÁRIO INDIRETO

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

69 - Processo nº: 16682.721842/2015-00 - Recorrente: OI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 26: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA (CPRB)

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

70 - Processo nº: 10825.722534/2015-35 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10825.722553/2014-81 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10825.722491/2014-15 - Recorrentes: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS S/A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 27: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): WALTIR DE CARVALHO

73 - Processo nº: 14485.001407/2007-48 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 14485.000709/2007-07 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 14485.000707/2007-18 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 18186.000072/2007-76 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 28: CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

77 - Processo nº: 10380.724685/2010-90 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10380.724695/2010-25 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10380.724692/2010-91 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 29: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

80 - Processo nº: 10380.724699/2010-11 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10380.724696/2010-70 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10380.724689/2010-78 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 30: SALÁRIO INDIRETO

83 - Processo nº: 10380.724693/2010-36 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10380.724690/2010-01 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10380.724687/2010-89 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 31: EXCLUSÃO SIMPLES

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

86 - Processo nº: 10930.720306/2011-08 - Recorrente: V O DA GUIA COM RCIO DE CAL ADOS - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

3ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE MARÇO DE 2018 A 09 DE MARÇO DE 2018

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão extraordinária desta 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 10166.722862/2010-38 - PIRES E LESSA LTDA ME - Retirado de pauta.

Processo: 14120.000025/2010-31 - BURITI COMERCIO DE CARNES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10680.009809/2007-23 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO, CIENCIA, E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - FUNDACAO RENATO AZEREDO - Retirado de pauta.

Processo: 10530.001590/2007-38 - SANTANA & SOLEDADE LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10803.000159/2008-06 - MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10803.000160/2008-22 - MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13609.002066/2008-01 - VEREDAS SIDERURGIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13609.002067/2008-47 - VEREDAS SIDERURGIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13609.002072/2008-50 - VEREDAS SIDERURGIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13609.002073/2008-02 - VEREDAS SIDERURGIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 14098.720130/2016-19 - FRIGORIFICO REDENTOR S/A. - Retirado de pauta.

Processo: 13227.720236/2015-48 - IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13227.720237/2015-92 - IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13227.720238/2015-37 - IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 14098.720046/2015-14 - SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A - Retirado de pauta.

Processo: 11330.001307/2007-97 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 36958.004566/2006-42 - MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A - Retirado de pauta.

Processo: 18108.000942/2007-30 - GELRE TRABALHO TEMPORARIO S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004178/2010-12 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004177/2010-78 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004176/2010-23 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004184/2010-70 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004181/2010-36 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004186/2010-69 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004185/2010-14 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004188/2010-58 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004187/2010-11 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004180/2010-91 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10935.004179/2010-67 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10935.004189/2010-01 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10935.004190/2010-27 - SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 15563.000409/2008-93 - MARCELO DE SOUZA FIALHO - Retirado de pauta.
Processo: 10240.721129/2013-17 - RICARDO BORGES ARANTES - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª SEJUL

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão extraordinária desta 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 13896.001253/2010-95 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13896.001256/2010-29 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13896.001254/2010-30 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13896.001255/2010-84 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13896.001251/2010-04 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13896.001252/2010-41 - MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000500/2009-10 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000499/2009-23 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000497/2009-34 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000496/2009-90 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000494/2009-09 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000498/2009-89 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000495/2009-45 - GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10980.720740/2014-37 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.720739/2014-11 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.728343/2013-22 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.720363/2014-36 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.720362/2014-91 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.728342/2013-88 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.720361/2014-47 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.728341/2013-33 - META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720662/2010-88 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720664/2010-77 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720663/2010-22 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720660/2010-99 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720658/2010-10 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720666/2010-66 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.720661/2010-33 - DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11330.000261/2007-99 - ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11330.000256/2007-86 - ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11330.000275/2007-11 - ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11330.000271/2007-24 - A T L - TELECOM LESTE S.A. - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª SEJUL

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente), Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13609.721178/2013-13 - LAZARO SILVEIRA MACHADO - Acórdão: 2301-005.187
Processo: 13609.721177/2013-79 - LAZARO SILVEIRA MACHADO - Acórdão: 2301-005.188
Processo: 16370.720002/2012-92 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720004/2013-62 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720006/2012-71 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720008/2012-60 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720015/2012-61 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720019/2012-40 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 16370.720025/2013-88 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 10930.006354/2008-86 - MUNICIPIO DE LONDRINA - Retirado de pauta.
Processo: 15504.000491/2007-70 - SAMARCO MINERACAO S.A. - Acórdão: 2301-005.189
Processo: 15586.720601/2012-18 - MUNICIPIO DE RIO BANANAL - Retirado de pauta.
Processo: 10783.721749/2012-20 - MUNICIPIO DE RIO BANANAL - Retirado de pauta.
Processo: 15586.720605/2012-04 - MUNICIPIO DE RIO BANANAL - Retirado de pauta.
Processo: 10945.721085/2011-18 - MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU - Retirado de pauta.
Processo: 11070.721069/2012-13 - MUNICIPIO DE SANTA ROSA - Acórdão: 2301-005.190

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente), Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 16327.721498/2012-47 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Acórdão: 2301-005.191
Processo: 16327.720779/2014-44 - BANCO ITAU BBA S.A. - Acórdão: 2301-005.192
Processo: 10680.721277/2010-00 - COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG - Retirado de pauta.
Processo: 13888.004848/2010-00 - ARCOR DO BRASIL LTDA. - Resolução: 2301-000.678
Processo: 13888.004847/2010-57 - ARCOR DO BRASIL LTDA. - Resolução: 2301-000.679
Processo: 13888.004849/2010-46 - ARCOR DO BRASIL LTDA. - Resolução: 2301-000.680
Processo: 11516.722769/2013-11 - MUTUA PRESTADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 10314.722131/2014-75 - LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 15586.720703/2012-33 - MUNICIPIO DE VILA VELHA - Retirado de pauta.
Processo: 15586.720653/2012-94 - MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS - Retirado de pauta.

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente), Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 36624.003262/2004-78 - RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES S.A. - Pedido de vista.
Processo: 10860.720908/2014-71 - MUNICIPIO DE LORENA - Retirado de pauta.
Processo: 11065.721410/2012-00 - CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 11065.721414/2012-80 - CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 13888.720244/2014-20 - RONDON AGRO-PASTORIL LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.727709/2014-30 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 18050.003948/2008-52 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LT - Pedido de vista.
Processo: 11046.001957/2008-29 - TELENGE TELENGE TELEC. E ENGENHARIA LTDA - Pedido de vista.
Processo: 10580.009412/2007-60 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LT - Retirado de pauta.
Processo: 10580.729056/2010-08 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.193
Processo: 10580.729059/2010-33 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.194
Processo: 10580.729053/2010-66 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.195
Processo: 10580.729057/2010-44 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.196
Processo: 10580.729061/2010-11 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.197
Processo: 10580.729062/2010-57 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Pedido de vista.
Processo: 10580.729052/2010-11 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2301-005.198
Processo: 18050.003155/2008-33 - TELENGE TELECOMUNICACOES E ENG LTDA - Retirado de pauta.

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente), Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10120.725607/2011-54 - TULIO INACIO JUNQUEIRA - Resolução: 2301-000.681
Processo: 10120.725609/2011-43 - TULIO INACIO JUNQUEIRA - Resolução: 2301-000.682
Processo: 15504.018783/2009-21 - KATIA FARIA LISBOA - Acórdão: 2301-005.199
Processo: 10166.723701/2013-12 - OSVALDINO XAVIER DE OLIVEIRA - Pedido de vista.
Processo: 19515.004322/2007-31 - NARA HELENA DA COSTA LIMA ROESLER - Resolução: 2301-000.683
Processo: 10660.000863/2005-80 - ROGERIO ROCHA DOS SANTOS - Acórdão: 2301-005.200
Processo: 10580.721203/2009-50 - CARLOS ALBERTO ABREU GOMES - Acórdão: 2301-005.201
Processo: 16561.000006/2009-16 - JOSE LUIZ SLAVIERO - Retirado de pauta.
Processo: 10640.001207/2007-02 - ANARITA ALVES GAMA DE ARAGAO - Acórdão: 2301-005.202
Processo: 10120.010994/2007-44 - ANTONIO CARLOS RODRIGUES SILVA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.002282/2007-34 - DANIEL BAUER LONDERO - Retirado de pauta.
Processo: 10380.008633/2006-96 - FRANCISCO HUMBERTO CASTELO BRANCO ARAUJO - Retirado de pauta.
Processo: 10425.000976/2007-20 - GILVANDO CARNEIRO LEAL - Retirado de pauta.
Processo: 10640.002979/2007-53 - ILZA DAS GRACAS SIMOES - Retirado de pauta.
Processo: 10384.000131/2010-63 - JOAO CARLOS DE CAMPOS NETTO - Retirado de pauta.
Processo: 15504.725986/2014-34 - VILMA BARBOSA COTTA GOMES - Pedido de vista.

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 19515.007423/2008-44 - OLIMPIO MATARAZZO NETO - Acórdão: 2301-005.203

Processo: 10140.721760/2013-36 - MAURA BARBOSA DODERO - Retirado de pauta.

Processo: 10880.721351/2014-57 - RODOLFO RIECHERT - Retirado de pauta.

Processo: 10746.001037/2005-16 - CELSO MOURAO FILHO - Retirado de pauta.

Processo: 15586.721208/2012-41 - JOSE MARIA VIEIRA DE NOVAES - Retirado de pauta.

Processo: 10880.721160/2013-12 - JOSELITO GOLIN - Retirado de pauta.

Processo: 10580.720905/2009-16 - JOSE ALBERTO LEAL TELES - Acórdão: 2301-005.204

Processo: 13819.723072/2013-89 - JOSE BENTO SOBRINHO - Retirado de pauta.

Processo: 10380.730350/2013-53 - JOSE RENATO COSTA LIMA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722477/2008-85 - VILMA COSTA VEIGA - Acórdão: 2301-005.205

Processo: 10580.727360/2009-79 - AMARILIO BISPO DOS SANTOS - Acórdão: 2301-005.206

Processo: 10580.728117/2009-78 - ARION D ALMEIDA MONTEIRO FILHO - Acórdão: 2301-005.207

Processo: 10580.721471/2009-71 - RAMIRES TYRONE DE ALMEIDA CARVALHO - Acórdão: 2301-005.208

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros João Bellini Júnior (Presidente), Antônio Sávio Nastureles, Alexandre Evaristo Pinto, Andrea Brose Adolfo, Juliana Marteli Fais Feriato, Marcelo Freitas de Souza Costa, João Maurício Vital e Wesley Rocha, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13706.001356/2007-40 - BHP BILLITON METAIS SA - Acórdão: 2301-005.209

Processo: 13884.000576/2011-81 - GLORIA MARIA MARTINS - Retirado de pauta.

Processo: 19515.720518/2013-14 - JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO - Retirado de pauta.

Processo: 11041.000361/2004-28 - UIRASSU TRINDADE DE BEM - Retirado de pauta.

Processo: 10680.006795/2002-81 - AUGUSTO OCTAVIO LEITE CANABRAVA - Retirado de pauta.

Processo: 10735.720516/2012-85 - JORGE FERNANDO CURY - Retirado de pauta.

Processo: 18239.008046/2008-12 - JOSE BONIFACIO DE OLIVEIRA SOBRINHO - Retirado de pauta.

Processo: 13884.000082/2009-82 - LUIZ AUGUSTO DE SALLES VIEIRA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.725581/2011-21 - VERA MARIA BASTOS DUARTE DE ALBUQUERQUE - Retirado de pauta.

Processo: 19515.721294/2011-04 - CARGILL AGRICOLA S A - Resolução: 2301-000.684

Processo: 10240.001605/2006-42 - INSTITUTO DE ONCOLOGIA E RADIOTERAPIA SAO PELLEGRINO LTDA - Retirado de pauta.

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da Turma

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão extraordinária desta 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 10950.720136/2013-87 - COOPERVAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10680.726917/2011-41 - GERDAU ACOMINAS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 15504.726790/2011-14 - GERDAU ACOMINAS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10140.722386/2013-96 - HAROLDO SAMPAIO RIBEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 10140.722385/2013-41 - HAROLDO SAMPAIO RIBEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 10950.726256/2012-15 - ELOISA GUERRA NOGAROLI - Retirado de pauta.

Processo: 10830.012368/2008-67 - STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 18108.001350/2007-35 - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DE INFRA -ESTRUTURA EMPRESARIAL-COOPEROESTE - EM LIQUIDACAO - Retirado de pauta.

Processo: 13971.002231/2010-01 - INDUSTRIA DE RELOGIOS HERWEG S/A - Retirado de pauta.

Processo: 13971.002230/2010-58 - INDUSTRIA DE RELOGIOS HERWEG S/A - Retirado de pauta.

Processo: 11020.002175/2010-10 - SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15586.001022/2007-13 - LORENGE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35464.004554/2006-15 - PEPSICO DO BRASIL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35464.004723/2006-17 - PEPSICO DO BRASIL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35464.004721/2006-10 - PEPSICO DO BRASIL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001835/2006-11 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001830/2006-98 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001822/2006-41 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001819/2006-28 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001816/2006-94 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001840/2006-23 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001838/2006-54 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 35226.001837/2006-18 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª SEJUL

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão extraordinária desta 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 13896.001144/2007-72 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001275/2007-50 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001274/2007-13 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001272/2007-16 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001276/2007-02 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001184/2007-14 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001279/2007-38 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001145/2007-17 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001183/2007-70 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001182/2007-25 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001171/2007-45 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001181/2007-81 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001277/2007-49 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001283/2007-04 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.001180/2007-36 - QUATRO MARCOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16095.720297/2012-01 - BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO - Retirado de pauta.

Processo: 16095.720296/2012-59 - BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO - Retirado de pauta.

Processo: 16095.720298/2012-48 - BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO - Retirado de pauta.

Processo: 14485.002968/2007-64 - DAUTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.722944/2013-38 - INSELETRO MONTAGENS ELETRICAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11516.722422/2013-79 - EZATA COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP - Retirado de pauta.

Processo: 10830.017241/2009-15 - SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10830.017242/2009-60 - SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10830.017239/2009-46 - SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13838.000252/2007-12 - TETRA PAK LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 17546.000775/2007-03 - TETRA PAK LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10830.010513/2007-94 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA - Retirado de pauta.

Processo: 37324.005754/2006-15 - ANTONIO FERREIRA SEBASTIAO E CIA LIMITADA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.015579/2008-77 - CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.015577/2008-88 - CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.015576/2008-33 - CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.014452/2008-31 - CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.015575/2008-99 - CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª SEJUL

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

1 - Processo nº: 35570.001367/2007-45 - Recorrente: ADECI TELES DOS SANTOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 37324.005754/2006-15 - Recorrente: ANTONIO FERREIRA SEBASTIAO E CIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

3 - Processo nº: 19647.014043/2008-61 - Embargante: ASSOCIACAO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

4 - Processo nº: 16327.001462/2009-48 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Relator(a): WESLEY ROCHA

5 - Processo: 19515.721154/2011-28 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO/SP e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e BASSO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA.)

6 - Processo nº: 16095.720297/2012-01 - Embargante: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

7 - Processo nº: 16095.720296/2012-59 - Embargante: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

8 - Processo nº: 16095.720298/2012-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

9 - Processo: 13896.001589/2007-52 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e BUDAI INDUSTRIA METALURGICA LTDA)

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

10 - Processo nº: 14120.000025/2010-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BURITI COMERCIO DE CARNES LTDA

11 - Processo nº: 15586.000258/2008-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COLINA VERDE CAFE LTDA.

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

12 - Processo nº: 10166.723109/2010-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

13 - Processo nº: 10166.723107/2010-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

14 - Processo nº: 10166.723108/2010-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

15 - Processo nº: 10166.723106/2010-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO

16 - Processo nº: 18108.001350/2007-35 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DE INFRA - ESTRUTURA EMPRESARIAL-COOPEROESTE - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

17 - Processo nº: 11516.721686/2013-13 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SUL CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

18 - Processo nº: 10480.720660/2010-99 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10480.720658/2010-10 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10480.720666/2010-66 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10480.720661/2010-33 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10480.720662/2010-88 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10480.720664/2010-77 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10480.720663/2010-22 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

25 - Processo: 14485.002968/2007-64 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO

SÃO PAULO/SP e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e DAUTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA)

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

26 - Processo nº: 10320.722963/2012-41 - Recorrente: ELETROMECANICA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

27 - Processo nº: 16024.000116/2007-95 - Embargante: EUCATEX S A INDUSTRIA E COMERCIO

Relator(a): WESLEY ROCHA

28 - Processo nº: 11516.722422/2013-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: EZATA COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP

29 - Processo nº: 15586.720477/2012-91 - Embargante: FORTE BOI - INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

30 - Processo nº: 14098.720130/2016-19 - Recorrente: FRIGORIFICO REDENTOR S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

31 - Processo nº: 10680.009809/2007-23 - Recorrente: FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO, CIENCIA, E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - FUNDACAO RENATO AZEREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

32 - Processo nº: 13656.720148/2011-62 - Recorrente: G M COSTA PRESTADORA DE SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

33 - Processo: 18108.000942/2007-30 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e GELRE TRABALHO TEMPORARIO S/A)

Relator(a): WESLEY ROCHA

34 - Processo nº: 12898.000500/2009-10 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 12898.000499/2009-23 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 12898.000497/2009-34 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12898.000496/2009-90 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 12898.000494/2009-09 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 12898.000498/2009-89 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 12898.000495/2009-45 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOPERATIVA DE PROF EMPREENDEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

41 - Processo: 10670.001648/2010-44 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG e Embargada: 3ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE BRASILIA DE MINAS)

Relator(a): WESLEY ROCHA

42 - Processo nº: 11080.722944/2013-38 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INSELETRO MONTAGENS ELETRICAS LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

43 - Processo nº: 19515.721410/2012-68 - Recorrente: INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

44 - Processo nº: 13227.720236/2015-48 - Recorrente: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13227.720237/2015-92 - Recorrente: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13227.720238/2015-37 - Recorrente: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

47 - Processo nº: 19515.722716/2012-31 - Embargante: JBS CONFINAMENTO LTDA

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

48 - Processo nº: 15889.000072/2008-41 - Recorrente: KEPLER WEBER INOX LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

49 - Processo: 16682.721100/2012-23 - Embargantes: FAZENDA NACIONAL e LOJAS AMERICANAS S.A. e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

50 - Processo nº: 15586.001022/2007-13 - Recorrente: LORENGE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

51 - Processo nº: 11516.721828/2011-72 - Embargante: MAESTRO DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

52 - Processo nº: 36958.004566/2006-42 - Recorrente: MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 12259.000998/2008-65 - Recorrente: MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

54 - Processo nº: 13896.001253/2010-95 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13896.001256/2010-29 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13896.001254/2010-30 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13896.001255/2010-84 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13896.001251/2010-04 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13896.001252/2010-41 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

60 - Processo nº: 10803.000159/2008-06 - Embargante: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA.

61 - Processo nº: 10803.000160/2008-22 - Embargante: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

62 - Processo nº: 35464.004721/2006-10 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 35464.004554/2006-15 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO-SP e Embargada: 3ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PEPSICO DO BRASIL LTDA)

64 - Processo nº: 35464.004723/2006-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PEPSICO DO BRASIL LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

65 - Processo nº: 15540.720219/2011-50 - Recorrente: PIRAMBU COMERCIO DE CARNES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

66 - Processo: 10166.722862/2010-38 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PIRES E LESSA LTDA ME

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

1 - Processo nº: 16370.720002/2012-92 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16370.720006/2012-71 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16370.720008/2012-60 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 16370.720015/2012-61 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 16370.720004/2013-62 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 16370.720019/2012-40 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 16370.720025/2013-88 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

8 - Processo nº: 15586.720605/2012-04 - Recorrente: MUNICIPIO DE RIO BANANAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: COMPENSAÇÃO

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

9 - Processo nº: 10930.006354/2008-86 - Recorrente: MUNICIPIO DE LONDRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

10 - Processo nº: 15586.720601/2012-18 - Recorrente: MUNICIPIO DE RIO BANANAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10783.721749/2012-20 - Recorrente: MUNICIPIO DE RIO BANANAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10945.721085/2011-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

13 - Processo nº: 10980.720740/2014-37 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10980.720739/2014-11 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10980.728343/2013-22 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10980.720363/2014-36 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10980.720362/2014-91 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10980.728342/2013-88 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10980.720361/2014-47 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10980.728341/2013-33 - Recorrente: META METALURGICA E EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

21 - Processo nº: 15504.015576/2008-33 - Recorrente: CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22 - Processo nº: 15504.015577/2008-88 - Recorrente: CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15504.015579/2008-77 - Recorrente: CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 15504.014452/2008-31 - Recorrente: CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 15504.015575/2008-99 - Recorrente: CARLOS FERNANDO VICTOR BOLIVAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: - DECISÃO JUDICIAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

26 - Processo nº: 15586.720653/2012-94 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS

27 - Processo nº: 15586.720703/2012-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE VILA VELHA

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

28 - Processo nº: 36624.003262/2004-78 - Recorrentes: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES S.A. e FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11065.721410/2012-00 - Recorrente: CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11065.721414/2012-80 - Recorrente: CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10860.720908/2014-71 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MUNICIPIO DE LORENA)

Relator(a): WESLEY ROCHA

32 - Processo nº: 10830.012368/2008-67 - Recorrente: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

33 - Processo nº: 18050.003948/2008-52 - Recorrentes: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LT e FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11046.001957/2008-29 - Recorrente: TELENGE TELENGE TELEC. E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10580.729062/2010-57 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10580.009412/2007-60 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10580.727709/2014-30 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 18050.003155/2008-33 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 18050.003291/2008-23 - Recorrente: TELENGE TELECOMINICACOES E ENG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: OUTROS

Relator(a): WESLEY ROCHA

40 - Processo nº: 11516.722769/2013-11 - Embargante: MUTUA PRESTADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA - ME

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

41 - Processo nº: 13888.720244/2014-20 - Recorrente: RONDON AGRO-PASTORIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

42 - Processo nº: 10950.720136/2013-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COOPERVAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

43 - Processo nº: 10680.721277/2010-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

44 - Processo nº: 11330.000261/2007-99 - Recorrente: ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 11330.000271/2007-24 - Recorrente: A T L - TELECOM LESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 11330.000256/2007-86 - Recorrente: ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 11330.000275/2007-11 - Recorrente: ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: SEGURO ACIDENTES DO TRABALHO - SAT/GILRAT

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

48 - Processo nº: 10314.722131/2014-75 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 15504.726790/2011-14 - Recorrente: GERDAU ACOMINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10680.726917/2011-41 - Recorrente: GERDAU ACOMINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO

Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO

51 - Processo: 13971.002231/2010-01 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC e Embargada: 3ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e INDUSTRIA DE RELOGIOS HERWEG S/A)

52 - Processo: 13971.002230/2010-58 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC e Embargada: 3ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e INDUSTRIA DE RELOGIOS HERWEG S/A)

53 - Processo nº: 35226.001835/2006-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 35226.001830/2006-98 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 35226.001822/2006-41 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 35226.001819/2006-28 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 35226.001816/2006-94 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 35226.001840/2006-23 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 35226.001838/2006-54 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 35226.001837/2006-18 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: DEPÓSITOS BANCÁRIOS: COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS DEPÓSITOS

Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO

61 - Processo nº: 16561.000006/2009-16 - Recorrente: JOSE LUIZ SLAVIERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

62 - Processo nº: 15563.000409/2008-93 - Recorrente: MARCELO DE SOUZA FIALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

63 - Processo nº: 10166.723701/2013-12 - Recorrente: OSVALDINO XAVIER DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

64 - Processo nº: 10240.721129/2013-17 - Recorrentes: RICARDO BORGES ARANTES e FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: GANHO DE CAPITAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

65 - Processo nº: 10880.721160/2013-12 - Recorrente: JOSELITO GOLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 15586.721208/2012-41 - Recorrente: JOSE MARIA VIEIRA DE NOVAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

67 - Processo nº: 10746.001037/2005-16 - Recorrente: CELSO MOURAO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

68 - Processo nº: 10880.721351/2014-57 - Recorrente: RODOLFO RIECHERT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10140.721760/2013-36 - Recorrente: MAURA BARBOSA DODERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10680.006795/2002-81 - Recorrente: AUGUSTO OCTAVIO LEITE CANABRAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: AJUSTE/GLOSA

Relator(a): WESLEY ROCHA

71 - Processo nº: 18239.008046/2008-12 - Recorrente: JOSE BONIFACIO DE OLIVEIRA SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10735.720516/2012-85 - Recorrente: JORGE FERNANDO CURY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 11080.725581/2011-21 - Recorrente: VERA MARIA BASTOS DUARTE DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13884.000082/2009-82 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DE SALLES VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 19515.720518/2013-14 - Recorrente: JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11041.000361/2004-28 - Recorrente: UIRASSU TRINDADE DE BEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10950.726256/2012-15 - Recorrente: ELOISA GUERRA NOGAROLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 13884.000576/2011-81 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e GLORIA MARIA MARTINS)

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

79 - Processo nº: 10380.730350/2013-53 - Recorrente: JOSE RENATO COSTA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13819.723072/2013-89 - Recorrente: JOSE BENTO SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: AJUSTE/GLOSA

Relator(a): WESLEY ROCHA

81 - Processo nº: 10120.010994/2007-44 - Recorrente: ANTONIO CARLOS RODRIGUES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10640.002979/2007-53 - Recorrente: ILZA DAS GRACAS SIMOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10425.000976/2007-20 - Recorrente: GILVANDO CARNEIRO LEAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10580.002282/2007-34 - Recorrente: DANIEL BAUER LONDERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10384.000131/2010-63 - Recorrente: JOAO CARLOS DE CAMPOS NETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 15504.725986/2014-34 - Recorrente: VILMA BARBOSA COTTA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10240.001605/2006-42 - Recorrente: INSTITUTO DE ONCOLOGIA E RADIOTERAPIA SAO PELLEGRINO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

1 - Processo nº: 37280.002220/2006-82 - Recorrente: PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGACAO DA MISSAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

2 - Processo nº: 13896.001144/2007-72 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13896.001275/2007-50 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13896.001274/2007-13 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13896.001272/2007-16 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13896.001276/2007-02 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13896.001184/2007-14 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13896.001279/2007-38 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13896.001145/2007-17 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13896.001183/2007-70 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11 - Processo nº: 13896.001182/2007-25 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13896.001171/2007-45 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13896.001181/2007-81 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13896.001277/2007-49 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13896.001283/2007-04 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13896.001180/2007-36 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES
17 - Processo nº: 10830.011279/2008-01 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10530.001590/2007-38 - Recorrente: SANTANA & SOLEDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
19 - Processo nº: 10830.017239/2009-46 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10830.017241/2009-15 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.017242/2009-60 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA
22 - Processo nº: 14098.720046/2015-14 - Recorrente: SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
23 - Processo nº: 10830.010513/2007-94 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
24 - Processo nº: 10120.731097/2012-35 - Recorrente: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10120.006427/2009-55 - Recorrente: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
26 - Processo nº: 10935.004178/2010-12 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10935.004177/2010-78 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10935.004176/2010-23 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10935.004184/2010-70 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10935.004181/2010-36 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10935.004189/2010-01 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10935.004190/2010-27 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10935.004180/2010-91 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10935.004179/2010-67 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10935.004186/2010-69 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10935.004185/2010-14 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10935.004188/2010-58 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10935.004187/2010-11 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
39 - Processo nº: 10803.720084/2012-51 - Recorrente: SUPERMERCADOS IRMAOS LOPES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
40 - Processo nº: 11020.002175/2010-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
41 - Processo nº: 13838.000255/2007-56 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13838.000254/2007-10 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13838.000253/2007-67 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 17546.000775/2007-03 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13838.000252/2007-12 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES
46 - Processo nº: 37311.002125/2007-55 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
47 - Processo nº: 10580.733921/2011-93 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
48 - Processo nº: 11065.721415/2011-43 - Recorrente: VERCELLI INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA
49 - Processo: 13609.002066/2008-01 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS/MG e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e VEREDAS SIDERURGIA LTDA)
50 - Processo: 13609.002067/2008-47 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS/MG e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e VEREDAS SIDERURGIA LTDA)
51 - Processo: 13609.002072/2008-50 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS/MG e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e VEREDAS SIDERURGIA LTDA)
52 - Processo: 13609.002073/2008-02 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS/MG e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e VEREDAS SIDERURGIA LTDA)
Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES
53 - Processo nº: 35415.000425/2007-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: WAL MART BRASIL LTDA
Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA
54 - Processo nº: 11330.001307/2007-97 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO
55 - Processo nº: 10140.722386/2013-96 - Recorrente: HAROLDO SAMPAIO RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10140.722385/2013-41 - Recorrente: HAROLDO SAMPAIO RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
57 - Processo nº: 11080.722128/2015-96 - Recorrente: LINO PAULO ZARDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10803.000064/2009-65 - Embargante: MARCELO NAOKI IKEDA
Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO
59 - Processo nº: 10410.002067/2008-76 - Recorrente: REGINALDO BATISTA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
60 - Processo nº: 10660.003098/2008-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ALBERTO MORETTI
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
61 - Processo: 19515.722787/2013-15 - Embargante: Presidente Substituta da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ALIPIO JOSE GUSMAO DOS SANTOS)
62 - Processo nº: 10630.720367/2007-65 - Recorrente: EDYR CORDEIRO DE PAULA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
63 - Processo nº: 13602.720288/2016-71 - Recorrente: ANA TERESA VIANNA PAMPLONA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13602.720287/2016-26 - Recorrente: ANA TERESA VIANNA PAMPLONA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
65 - Processo nº: 10166.727635/2013-41 - Recorrente: JOSE CELSO GONTIJO ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA BROSE ADOLFO
66 - Processo nº: 11080.733119/2013-69 - Recorrentes: MANOEL MARQUES DE SOUZA ALVARES DA CUNHA e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 2ª Seção

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS - VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
1 - Processo nº: 10166.730487/2013-42 - Recorrente: JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CS - EMBARGOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
2 - Processo nº: 15586.000732/2010-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
3 - Processo nº: 15586.000736/2010-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
4 - Processo nº: 15586.000735/2010-57 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
5 - Processo nº: 15586.000733/2010-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
6 - Processo nº: 15586.000738/2010-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
7 - Processo nº: 15586.000739/2010-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO EDUCACIONAL CASA DO ESTUDANTE LTDA
8 - Processo nº: 18471.001576/2008-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
9 - Processo nº: 14485.000273/2007-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
10 - Processo nº: 10552.000464/2007-16 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SINDICATO DOS MUNICIPARIOS PORTO ALEGRE
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
11 - Processo nº: 10580.733578/2011-87 - Embargante: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
12 - Processo nº: 10640.003897/2009-98 - Embargante: BRASILCENTER COMUNICACOES LTDA
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
13 - Processo nº: 16327.720133/2009-08 - Embargante: BANCO ITAUCARD S.A.
14 - Processo nº: 16327.720131/2009-19 - Embargante: BANCO ITAUCARD S.A.
15 - Processo nº: 16327.720130/2009-66 - Embargante: BANCO ITAUCARD S.A.
16 - Processo nº: 16327.720129/2009-31 - Embargante: BANCO ITAUCARD S.A.
17 - Processo nº: 14367.000531/2009-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PLATINUM CONSTRUCOES LTDA
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
18 - Processo nº: 13603.722329/2010-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MINAS LOGISTICA OURO FINO LTDA
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
19 - Processo nº: 14479.000766/2007-67 - Embargante: JBS S/A

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: CS - CONTRIBUIÇÕES
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
20 - Processo nº: 10830.012369/2008-10 - Embargante: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A
21 - Processo nº: 35601.001929/2007-46 - Recorrente: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS
22 - Processo nº: 15983.720290/2014-76 - Recorrente: OLAM AGRICOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
23 - Processo nº: 16327.001371/2010-46 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16327.001372/2010-91 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16327.001369/2010-77 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
26 - Processo nº: 12269.002050/2009-14 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BENTO B DA SILVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 12269.002051/2009-51 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BENTO B DA SILVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 12269.002052/2009-03 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BENTO B DA SILVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11080.722485/2010-40 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10380.001217/2009-18 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
31 - Processo nº: 35318.000039/2007-12 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRABALHO DE NAVEGACAO MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
32 - Processo nº: 16327.001910/2008-22 - Recorrente: BANCO SANTANDER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 16327.001448/2009-44 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
34 - Processo nº: 10530.721119/2011-46 - Recorrente: MARCELINO FLORES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10325.721252/2011-28 - Recorrente: MUNICIPIO DE ITINGA DO MARANHAO - CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15983.001141/2008-66 - Recorrente: FUNDACAO LUSIADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 4: IRPF - VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
37 - Processo nº: 18471.001510/2005-36 - Recorrente: CLAUDIO ARTUR G DUARTE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
38 - Processo nº: 11060.003724/2010-05 - Recorrente: MARIA ODILA ABREU TERRA PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11030.722212/2011-71 - Recorrente: LEONARDO SEGATT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: IRPF - EMBARGOS
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
40 - Processo nº: 18471.001976/2005-31 - Embargante: MAX DOLINGER
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
41 - Processo nº: 10820.720888/2011-61 - Embargante: GENOVEVA MUNARI GATTO
42 - Processo nº: 19311.000081/2010-42 - Embargante: ARY CANDIDO DA SILVA JUNIOR
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
43 - Processo nº: 11543.002267/2003-71 - Embargante: OSMAR PRATES CHAMON
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
44 - Processo nº: 10830.726324/2014-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CARLOS ANTONIO SAAD
45 - Processo nº: 10580.726444/2009-95 - Embargante: MARIA ALICE MIRANDA DA SILVA
TEMA 6: IRPF - AJUSTE/OMISSÃO RENDIMENTOS
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
46 - Processo nº: 10580.720849/2009-10 - Recorrente: OSENEIDE DE CALASANS BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
47 - Processo nº: 19515.721526/2011-16 - Recorrentes: ARIOVALDO MASSI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
48 - Processo nº: 10746.720758/2014-10 - Recorrentes: ROSSINE AIRES GUIMARAES e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
49 - Processo nº: 12448.721679/2011-65 - Recorrente: SABINO DA SILVA MORAIS NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
50 - Processo nº: 19515.000108/2010-19 - Recorrente: ARIEL HOROVITZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10580.726058/2009-01 - Recorrente: EDUARDO FREITAS PARANHOS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA
52 - Processo nº: 11060.722714/2012-26 - Recorrente: MARIA DA GRACA SOARES SKREBSKY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11080.729235/2012-01 - Recorrente: SALIM BARROS NIGRI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: ITR - RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS
54 - Processo nº: 10183.720130/2007-08 - Embargante: TAUFICK MIGUEL CHEDICK
55 - Processo nº: 10855.720023/2008-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A.
TEMA 8: ITR - EMBARGOS
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
56 - Processo nº: 10183.005827/2005-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ADEVANIL APARECIDO BRAGA
57 - Processo nº: 10980.017410/2008-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: EINAR ALBERTO KOK
58 - Processo nº: 13726.000004/2004-96 - Embargante: ROBERTO SATURNINO BRAGA
59 - Processo nº: 10530.720016/2008-63 - Embargante: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
60 - Processo nº: 10530.720234/2007-17 - Embargante: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
61 - Processo nº: 10530.720214/2007-46 - Embargante: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
62 - Processo nº: 10530.720190/2007-25 - Embargante: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
63 - Processo nº: 10073.720473/2013-50 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
64 - Processo nº: 10630.000401/2005-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ABILIO MONTANHA DA SILVA NETO
65 - Processo nº: 10183.005182/2005-81 - Embargante: AGROJU AGROPECUARIA LTDA
66 - Processo nº: 10950.002841/2005-99 - Embargante: ANGELA CRISTINA MASSI
67 - Processo nº: 10675.004759/2004-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: JOAO DE ALMEIDA E SILVA

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 8: ITR - EMBARGOS
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
68 - Processo nº: 10183.003908/2006-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MADEIREIRA E AGROPECUARIA SOPAU SA
69 - Processo nº: 13558.000939/2002-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUCURI AGROFLORESTAL S/A
70 - Processo nº: 10670.001306/2004-86 - Embargante: ADIRON RIBEIRO
71 - Processo nº: 10950.002842/2005-33 - Embargante: ANGELA CRISTINA MASSI
TEMA 9: ITR - GLOSA ÁREA DECLARADA
72 - Processo nº: 10183.003579/2005-38 - Recorrentes: AGRO PECUARIA TAMAKAVY SA e FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10215.720130/2008-66 - Recorrentes: ANTONIO CABRAL ABREU e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS
74 - Processo nº: 13971.002460/2005-50 - Recorrente: BERNARDO HERMANN WOLFGANG WERNER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10218.720189/2007-43 - Recorrente: JOAO SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.721494/2006-59 - Recorrente: JOSE CARLOS SARTORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 9: ITR - GLOSA ÁREA DECLARADA
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
77 - Processo nº: 13161.720404/2012-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE JACINTHO NETO
78 - Processo nº: 10183.003873/2006-21 - Recorrente: ZUER SOARES LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS
79 - Processo nº: 10820.720005/2006-56 - Recorrente: ZUER SOARES LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10820.720007/2006-45 - Recorrente: ZUER SOARES LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10580.000988/2001-76 - Recorrente: PEDRO RAJO CAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: ITR - OUTROS
82 - Processo nº: 10930.001544/2005-64 - Recorrente: ADALBERTO LUIZ NIERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
83 - Processo nº: 10480.725340/2013-78 - Recorrentes: USINA SAO JOSE S/A e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
1 - Processo nº: 12268.000481/2008-67 - Recorrente: 3PL SOLUCOES EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 12268.000480/2008-12 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 12268.000479/2008-98 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 12268.000498/2008-14 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 14485.000276/2007-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA.
6 - Processo nº: 12963.000814/2009-91 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 12963.000812/2009-01 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 12963.000809/2009-89 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 12963.000818/2009-70 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 12963.000808/2009-34 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 12963.000807/2009-90 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 12963.000816/2009-81 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 12963.000815/2009-36 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 12963.000810/2009-11 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10950.722676/2011-33 - Recorrente: GLADEMIR LUIZ FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10840.721019/2011-16 - Recorrente: JOSE CARLOS MEDEIROS D ESPIRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 12448.731204/2011-87 - Recorrente: LILIA MARIA SALVINI REZENDE CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13837.720896/2014-60 - Embargante: LILIA MARIA SALVINI REZENDE CUNHA
19 - Processo nº: 13708.001427/2005-22 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO LAS NIEVES PORTO SEPULVEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11065.721534/2011-04 - Recorrente: MARIA SUSANA VOGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
21 - Processo nº: 15504.723003/2011-82 - Recorrente: CARLOS AMERICO VEIGA DAMASCENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22 - Processo nº: 13804.002023/2001-34 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BONADIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 11610.001703/2011-54 - Recorrente: CAROLINA BARBOSA DO AMARAL GURGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 15463.000438/2009-64 - Recorrente: FERNANDO JOSE COUTINHO BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13876.720410/2011-84 - Recorrente: HERMELINO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 12448.728153/2011-14 - Recorrente: IVAN DA CUNHA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10580.724027/2009-16 - Recorrente: JOSE PERDIZ COUNAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 13896.721004/2011-09 - Recorrente: JOSE ROBERTO BRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10166.720364/2013-01 - Recorrente: JULIO ENRIQUE GARCIA SALDIVAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11080.730523/2012-08 - Recorrente: LEO FREDI RIFFEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13706.001145/2009-79 - Recorrente: MAURICIO VAISMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

32 - Processo nº: 11060.724072/2011-19 - Recorrente: BALTAZAR SCHIRMER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11070.720187/2012-04 - Recorrente: BENNO ARNS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 19515.000913/2009-09 - Recorrente: HELOISA SCHWARZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 15868.000279/2010-89 - Recorrente: JOSE AUGUSTO MARTINS BEOZZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10315.720550/2013-81 - Recorrente: JOSE GILBERTO MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10120.009151/2009-67 - Recorrente: JOSE ROBERTO NOGUEIRA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13603.001913/2007-81 - Recorrente: JULIO LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 11060.003487/2010-74 - Recorrente: MARIA JOSE FAGUNDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10166.723112/2010-83 - Recorrente: MAX FREDERICO SCHLISCHKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

41 - Processo nº: 11065.003140/2010-81 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 11065.003141/2010-26 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 11065.003142/2010-71 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 11065.003143/2010-15 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 11065.003144/2010-60 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 11065.003145/2010-12 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 11065.003146/2010-59 - Recorrente: BALANCAS SATURNO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 16561.720073/2016-71 - Recorrente: CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 15540.720378/2014-05 - Recorrente: ENEL BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 16682.722942/2016-26 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 12259.000582/2008-47 - Recorrente: INEPAR SA IND E CONSTRUCOES E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 16561.720061/2014-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MORZAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

53 - Processo nº: 19515.720072/2013-28 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 19515.720073/2013-72 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

55 - Processo nº: 11624.720072/2013-89 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 11624.720201/2012-58 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10980.725975/2010-91 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 11624.720209/2012-14 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10980.725974/2010-47 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10980.725973/2010-01 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10980.013814/2008-37 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10980.011705/2008-85 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10980.010394/2008-37 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10980.009166/2009-03 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10980.010393/2008-92 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10980.008675/2008-20 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

67 - Processo nº: 10920.001434/2010-89 - Recorrente: SIMONE DEPNER TESSARO BERTOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10680.002569/2007-36 - Recorrente: VALTER FRANCISCO BASSANEZI KURTZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13888.003554/2010-52 - Recorrente: VILSON COVOLAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13603.724185/2012-46 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13603.724184/2012-00 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13603.724183/2012-57 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13603.724182/2012-11 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13603.724186/2012-91 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13603.724187/2012-35 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13603.724038/2012-76 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13603.724037/2012-21 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 14489.000584/2008-58 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 14489.000601/2008-57 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 11330.000854/2007-55 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 11330.000450/2007-61 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 14489.000588/2008-36 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 14489.000587/2008-91 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 14489.000585/2008-01 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 14489.000602/2008-00 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 14489.000593/2008-49 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 14489.000592/2008-02 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 14489.000590/2008-13 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

89 - Processo nº: 13897.000374/2010-18 - Recorrente: OG POZZOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10845.720652/2011-47 - Recorrente: SEBASTIAO ROBERTO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 13839.721067/2012-12 - Recorrente: VITO VICENTE GAPIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

92 - Processo nº: 10380.010634/2003-58 - Recorrente: NELSON DAMASCENO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10380.010231/2004-90 - Recorrente: NELSON DAMASCENO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10640.723073/2012-33 - Embargante: PAULO ANTONIO ZIMERMANN

95 - Processo nº: 15504.020542/2009-41 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 15504.020545/2009-85 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 15504.020544/2009-31 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 15504.020543/2009-96 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10680.724481/2010-74 - Recorrentes: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10680.724478/2010-51 - Recorrentes: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10680.724477/2010-14 - Recorrentes: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10680.724493/2010-07 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10680.724489/2010-31 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 15504.721074/2011-41 - Recorrente: RENATO MUSSI LARA SAFAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10820.720458/2011-40 - Recorrentes: REZEK NAMETALLA REZEK e FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10166.723101/2014-27 - Recorrente: SAULO GARCIA QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 13833.720047/2014-46 - Recorrente: VISMA IVONE REDOVIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

1 - Processo nº: 15540.000555/2010-00 - Recorrente: DALMO DE SOUZA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

2 - Processo nº: 16327.720119/2015-44 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

3 - Processo nº: 10380.004186/2009-49 - Recorrente: HOSPITAL ANTONIO PRUDENTE S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

4 - Processo nº: 18471.004337/2008-71 - Recorrente: ARMINIO FRAGA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

5 - Processo nº: 15504.730626/2013-73 - Recorrentes: REFRAMAX ENGENHARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 19515.004112/2008-23 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19515.004118/2008-09 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 19515.004117/2008-56 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 19515.004114/2008-12 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 19515.004113/2008-78 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 19515.004115/2008-67 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

12 - Processo nº: 10320.003882/2007-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
13 - Processo nº: 15540.000206/2010-80 - Recorrente: RUY CASTANHEIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
14 - Processo nº: 13502.000338/2008-18 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
15 - Processo nº: 15983.720473/2011-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLORA ALEXANDRINA GUIMARAES CASTELO BRANCO MACHADO

DIA 03 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
16 - Processo nº: 19515.720031/2012-51 - Recorrente: GP INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA
17 - Processo nº: 36252.000377/2006-48 - Recorrente: PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 36252.000375/2006-59 - Recorrente: PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 16020.000195/2007-74 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16020.000196/2007-19 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 23034.000016/2004-62 - Recorrente: ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
22 - Processo nº: 10580.724725/2010-47 - Recorrente: ACF- EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10580.724722/2010-11 - Recorrente: ACF- EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10580.724721/2010-69 - Recorrente: ACF- EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10580.724724/2010-01 - Recorrente: ACF- EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10580.726798/2014-05 - Recorrente: ACF- EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
27 - Processo nº: 19515.720586/2012-01 - Recorrente: JOHANN DAVID SCHNELL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11516.002719/2010-71 - Recorrente: ANTONIO CESAR DE SANT ANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10945.721075/2014-25 - Recorrente: OTAVIO JOSE GUZZI TAURISANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
30 - Processo nº: 19515.005476/2009-10 - Recorrente: PEDRO BASILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15521.000290/2009-26 - Recorrente: ANTONIO ALEXANDRE NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10166.013087/2008-10 - Embargante: BRENT HAYES MILLIKAN
33 - Processo nº: 11080.728919/2014-49 - Recorrente: AIRTON FERNANDO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13807.004518/99-47 - Recorrente: MESSOD COHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
35 - Processo nº: 10665.001302/2007-10 - Recorrente: NACIONAL DE GRAFITE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 19515.004314/2009-56 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 19515.004315/2009-09 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 19515.004316/2009-45 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11065.002707/2009-69 - Recorrente: PL FUNDICAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10320.004200/2009-19 - Recorrente: RECANTO DA ILHA REFEICOES E DIVERSOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
41 - Processo nº: 16327.720671/2012-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
42 - Processo nº: 10480.733718/2013-15 - Recorrente: VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
43 - Processo nº: 10242.000206/2007-25 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10242.000213/2007-27 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10242.000215/2007-16 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10242.000216/2007-61 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11555.001395/2010-98 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11555.001405/2010-95 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11555.001407/2010-84 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11555.001409/2010-73 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11555.001411/2010-42 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11555.001418/2010-64 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11555.001421/2010-88 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11555.001423/2010-77 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
55 - Processo nº: 10980.720178/2015-22 - Recorrente: R. FRANCO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10980.720174/2015-44 - Recorrente: R. FRANCO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10980.720177/2015-88 - Recorrente: R. FRANCO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10980.720179/2015-77 - Recorrente: R. FRANCO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10980.720180/2015-00 - Recorrente: R. FRANCO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 35366.000566/2007-51 - Recorrente: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 35366.000326/2007-57 - Recorrentes: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 14485.000203/2008-71 - Recorrente: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 14485.000202/2008-26 - Recorrente: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
64 - Processo nº: 13888.724438/2011-51 - Recorrente: ELIAS FAUSTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13888.724407/2011-09 - Recorrente: MUNICIPIO DE ELIAS FAUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 35226.001817/2006-39 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 19515.007648/2008-09 - Recorrente: FIRPAVI CONST E PAVIMENTADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 18192.000228/2007-30 - Recorrente: DEPART.MUNIC. DE ELETRICIDADE P. CALDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
69 - Processo nº: 35096.000434/2005-95 - Recorrente: ORGANIZACOES UNIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 35096.000432/2005-04 - Recorrente: ORGANIZACOES UNIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 14367.000210/2010-33 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 14367.000212/2010-22 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 14367.000211/2010-88 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 14367.000217/2010-55 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
75 - Processo nº: 10410.720922/2011-20 - Recorrente: ALBERTO NONO DE CARVALHO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.011721/2008-52 - Recorrente: MILTON DE SOUZA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10980.723823/2015-69 - Recorrente: SERGIO ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA SIMIONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13864.000129/2010-80 - Recorrente: GILMAR GUARNIERI GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15868.000233/2010-60 - Recorrente: SILMARA APARECIDA VERONESE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15889.000209/2010-82 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10920.003702/2010-05 - Recorrente: RENATO BREIS PATRUNI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11080.732846/2011-47 - Recorrente: FERNANDO FABRICIO DE FARIA CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 19515.000142/2011-66 - Recorrentes: LUIZ AMANDO MANN PRADO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
84 - Processo nº: 10469.726559/2013-42 - Recorrente: ETELVINO PATRICIO DE MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 18471.000531/2007-04 - Recorrente: ALCIDES GASPAR DE PINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA
86 - Processo nº: 11080.006030/2005-16 - Recorrente: LUIS ANTONIO SOSTER DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
87 - Processo nº: 10950.000144/2001-70 - Recorrente: SALINE ATIE RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA
88 - Processo nº: 13819.720270/2013-91 - Recorrente: MARIA SILVIA CAETANO MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10580.730231/2014-25 - Recorrente: EREMITA NERI DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13971.000596/2011-73 - Recorrente: DILVA REJANE STANGELIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10680.004076/2007-31 - Recorrente: LUIS FILIPE LIQUITO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11080.724699/2012-12 - Recorrente: CLOVIS FERNANDO DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 12448.722577/2011-67 - Recorrente: PAULO ANTONIO MEIRELES MANCEBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15504.724815/2012-26 - Recorrente: THIERS CUNHA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 15471.001144/2010-94 - Embargante: Conselheiro da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MARIA JOSE SALGADO AMORIM LIMA)
96 - Processo nº: 12326.000616/2010-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MARCO AURELIO DOS SANTOS
97 - Processo nº: 19515.720754/2011-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CIWAL ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA

DIA 05 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO/VISTAS/DIVERSOS
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
98 - Processo nº: 15504.005263/2010-91 - Recorrente: SHAFT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 15504.005264/2010-36 - Recorrente: SHAFT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

100 - Processo nº: 15504.005265/2010-81 - Recorrente: SHAFT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 15504.005412/2010-12 - Recorrente: SHAFT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

102 - Processo nº: 16542.000456/2007-67 - Embargante: PAR8 PARTICIPACOES LTDA - EPP

TEMA 3: PRELIMINAR/NULIDADE

103 - Processo: 19515.007840/2008-97 - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO - DERAT e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e PRO MICRO COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA)

104 - Processo nº: 17883.000053/2010-15 - Embargante: VIACAO SANTO ANTONIO E TURISMO LTDA. - EPP

105 - Processo: 12268.000629/2008-63 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC)

TEMA 4: CONHECIMENTO

106 - Processo: 19740.000110/2008-00 - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO - DEMAC/RJO e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e FAPES FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES)

TEMA 5: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO

107 - Processo nº: 10680.011914/2007-22 - Embargante: ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERACAO LTDA.

108 - Processo nº: 16095.000577/2007-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CUMMINS BRASIL LIMITADA

TEMA 6: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

109 - Processo nº: 10680.011931/2007-60 - Embargante: ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERACAO LTDA.

TEMA 7: CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

110 - Processo nº: 16832.000057/2010-36 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

111 - Processo nº: 15504.012974/2008-06 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 15504.012979/2008-21 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 15922.000016/2007-72 - Recorrente: INL - CONSULTORIA E COBRANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 15504.018351/2008-39 - Recorrente: EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MANGABEIRAS S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 12897.000908/2009-00 - Recorrente: TUSSOR CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: GANHO DE CAPITAL

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

116 - Processo nº: 18471.000043/2004-46 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CHARLES ECHOLS SPRAGINS JUNIOR

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ACORDO TRABALHISTA

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

1 - Processo nº: 10166.729979/2012-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TC/BR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA LTDA

TEMA 2: AGROINDÚSTRIA OU CONTRIBUIÇÃO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

2 - Processo nº: 19515.721897/2011-06 - Recorrente: AGROPECUARIA SCHIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11516.723422/2013-96 - Embargante: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

4 - Processo nº: 10242.000211/2007-38 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: AJUSTE/GLOSA

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

5 - Processo nº: 16624.001313/2010-68 - Recorrente: ANTONIO ARTUR DA CRUZ FORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10845.000389/2011-76 - Recorrente: CLAUDINO GUERRA ZENAIDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10840.720287/2012-00 - Recorrente: MARIA TEREZA DE ANDRADE SICHIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10480.731075/2012-86 - Recorrente: NEUMA MARIA DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

9 - Processo nº: 10825.721232/2012-05 - Recorrente: SIDNEI SERGIO LAMOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

10 - Processo nº: 11080.735981/2012-25 - Recorrente: VITOR OSVALDO DELLA MEA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

11 - Processo nº: 13707.003293/2008-37 - Recorrente: HELIO AUGUSTO DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

12 - Processo nº: 10821.000634/2006-56 - Recorrente: EDWARD CHARLES KARPINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

13 - Processo nº: 15463.720550/2014-82 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 15463.720229/2014-06 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 13739.001552/2007-37 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITEROI/RJ e Embargada: 1ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e SIDNEI DOS SANTOS MAIA)

TEMA 5: APROPRIAÇÃO INDÉBITA

16 - Processo nº: 11444.001828/2008-48 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11444.001829/2008-92 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: CESSÃO DE MÃO DE OBRA

18 - Processo nº: 13830.720853/2013-63 - Recorrente: MUNICIPIO DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: CONHECIMENTO

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

19 - Processo nº: 10166.721806/2013-29 - Embargante: PLANALTO SERVICE LTDA

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

20 - Processo: 19985.722209/2014-23 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e CARLOS NICOLA BALSANO)

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

21 - Processo nº: 10932.720010/2011-69 - Embargante: MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS

22 - Processo nº: 11060.724071/2011-74 - Recorrente: CARLOS HERMINDO FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 11060.724074/2011-16 - Recorrente: VALDIR JOSE FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11060.724075/2011-52 - Recorrente: VANILDA BOLZAN DENARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 19515.721567/2012-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IBRATI-INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-EM LIQUIDACAO

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

26 - Processo nº: 11444.001838/2008-83 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11444.001827/2008-01 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

28 - Processo nº: 11080.723219/2012-04 - Embargante: RESTAURANTE BOCCADO - EIRELI - EPP

TEMA 8: CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

29 - Processo nº: 10970.000038/2008-24 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: EXCLUSÃO SIMPLES

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

30 - Processo nº: 10935.720837/2011-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ROCAMP INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

31 - Processo nº: 16004.720153/2012-19 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE VOTUPORANGA

TEMA 10: GANHO DE CAPITAL

32 - Processo nº: 14041.001390/2008-29 - Recorrente: LUIZ RIBEIRO PETRUCCE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11065.002689/2008-34 - Recorrente: CESAR HENRIQUE BUNDCHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

34 - Processo nº: 15940.720144/2013-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: LUIZ ANTONIO MARTOS

TEMA 11: GLOSA DE ÁREA DECLARADA

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

35 - Processo nº: 10240.720259/2008-67 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10240.720273/2008-61 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10240.720159/2007-50 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10240.720160/2007-84 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10240.720161/2007-29 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10240.720165/2007-15 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10240.720166/2007-51 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10240.720167/2007-04 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10240.720257/2008-78 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10240.720258/2008-12 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10240.720260/2008-91 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10240.720274/2008-13 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10240.720275/2008-50 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

48 - Processo nº: 10970.000044/2008-81 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

49 - Processo nº: 11444.001836/2008-94 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

50 - Processo nº: 15504.018036/2008-10 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10970.000042/2008-92 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 15504.018035/2008-67 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 15504.018037/2008-56 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

54 - Processo nº: 10970.000045/2008-26 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15504.018034/2008-12 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10970.000043/2008-37 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

57 - Processo nº: 11065.723720/2013-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: OFICINA DA MADEIRA IVOTI INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - EPP

TEMA 13: PENALIDADES/MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

58 - Processo nº: 10240.000560/2004-27 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10240.000562/2004-16 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10240.000561/2004-71 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: PRELIMINAR/NULIDADE

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

61 - Processo: 10540.721684/2011-94 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA e Embargada: 3ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MUNICIPIO DE PRESIDENTE JANIO QUADROS)

TEMA 15: PRELIMINAR/RESPONSABILIDADE

62 - Processo nº: 10670.002157/2009-87 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10670.002146/2009-05 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10670.002147/2009-41 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10670.002148/2009-96 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10670.002149/2009-31 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10670.002150/2009-65 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10670.002151/2009-18 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10670.002152/2009-54 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10670.002153/2009-07 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10670.002154/2009-43 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10670.002155/2009-98 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10670.002156/2009-32 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10670.002158/2009-21 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10670.002159/2009-76 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: SALÁRIO INDIRETO

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

76 - Processo nº: 15504.018031/2008-89 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

77 - Processo nº: 11444.000764/2007-87 - Recorrente: FUND DE ENSINO EURIPEDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

78 - Processo nº: 16327.720237/2015-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO ABC BRASIL S.A.

TEMA 17: TERCEIROS

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

79 - Processo nº: 23034.024360/2003-66 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 23034.000143/2004-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 23034.024659/2001-59 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 23034.024661/2001-28 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 23034.024662/2001-72 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 23034.024664/2001-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 23034.000075/2002-79 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 23034.000077/2002-68 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 23034.000082/2002-71 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 23034.000084/2002-60 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 23034.000090/2002-17 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 23034.000091/2002-61 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 23034.000093/2002-51 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

92 - Processo nº: 11444.001831/2008-61 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: VALOR DA TERRA NUA (VTN)

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

93 - Processo nº: 10240.720271/2008-71 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 15504.017615/2008-37 - Recorrente: SHAFT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.800, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar e regula o processo de credenciamento de órgãos, entidades e peritos.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 813 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º A perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar e a emissão de laudos periciais sobre o estado e o valor residual de bens serão realizadas de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

Capítulo I

Do credenciamento de órgãos ou entidades da administração pública

Art. 2º O serviço de perícia e a emissão de laudos periciais para os fins previstos no art. 1º serão realizados por laboratórios da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por órgãos ou entidades da Administração Pública previamente credenciados ou por entidades privadas ou peritos, especializados, previamente credenciados.

Parágrafo único. A perícia prestada por órgãos ou entidades da Administração Pública poderá ser realizada em laboratórios instalados na unidade da RFB onde se encontra a mercadoria a ser periciada.

Art. 3º O credenciamento de órgãos, entidades ou peritos, o acompanhamento dos credenciados e os serviços de perícias serão realizados sempre que a autoridade credenciadora julgar necessário no âmbito da respectiva jurisdição.

§ 1º São autoridades credenciadoras:

I - em âmbito nacional, o Coordenador-Geral de Administração Aduaneira; e

II - em âmbito regional:

a) o Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região; e

b) o chefe da unidade local de jurisdição aduaneira da RFB.

§ 2º O Coordenador-Geral de Administração Aduaneira e o Superintendente da Receita Federal do Brasil poderão delegar:

a) ao chefe de unidade local da RFB, a competência para credenciamento de peritos em âmbito nacional e regional; e

b) ao chefe de unidade local da RFB onde houver a prestação de serviços de perícia, a competência para o gerenciamento dos credenciados e das solicitações de perícias.

§ 3º Se houver a delegação de que trata a alínea "b" do inciso II do § 2º, a responsabilidade pela apuração de infração cometida por credenciado será do chefe da unidade local credenciadora quanto a fato ocorrido sob sua jurisdição.

Art. 4º O credenciamento de órgãos ou entidades da Administração Pública será efetivado mediante convênio, celebrado entre a RFB e a instituição pública interessada, nos termos da legislação específica.

§ 1º O pedido do credenciamento a que se refere o caput deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - cópia do ato constitutivo do órgão ou entidade pública, ou de sua última consolidação; e

II - relação e qualificação profissional dos peritos que atuarão em nome do órgão ou entidade, por área de especialização, atendidos os requisitos previstos no art. 9º.

§ 2º O credenciamento fica condicionado à regularidade fiscal do órgão ou entidade, nos termos do art. 7º.

§ 3º O órgão ou entidade conveniada deverá comunicar formalmente as alterações havidas na relação de profissionais entregue à RFB no ato do credenciamento, nos termos do inciso II do § 1º.

§ 4º Ficará impedido de realizar perícia o profissional cujo nome não consta da relação atualizada entregue à RFB.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS

Art. 5º O credenciamento de entidades privadas será realizado por meio de processo seletivo público.

§ 1º Serão exigidos no ato da inscrição no processo seletivo a que se refere o caput:

I - habilitação jurídica na forma prevista nos incisos I a IV do art. 6º;

II - regularidade fiscal, nos termos do art. 7º;

III - relação nominal dos profissionais constantes do seu quadro de funcionários ou de dirigentes, credenciados na forma prevista no art. 9º, que realizarão as perícias e por elas se responsabilizarão; e

IV - declaração de que a entidade não atuará em perícia e não mantém nem manterá, diretamente ou por intermédio de seus sócios, acionistas ou administradores, enquanto credenciada pela RFB, vínculo:

a) de qualquer natureza com empresa importadora ou exportadora, despachante aduaneiro, empresa vistoriadora ou supervisora de cargas, transportador ou depositário de mercadoria sujeita a controle aduaneiro; ou

b) de prestação de serviço com entidade representativa de classe empresarial cujos interesses possam conflitar com o objeto desta Instrução Normativa.

§ 2º Fica vedada a participação em novo processo seletivo de entidade cujo credenciamento para prestação de serviços de perícia tenha sido cancelado nos 2 (dois) últimos anos, nos termos do § 6º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º Para firmar a declaração a que se refere a alínea "b" do inciso IV do § 1º a entidade poderá formalizar consulta à autoridade que autoriza o credenciamento sobre a existência de conflito de interesses entre o objeto do contrato de prestação de serviço e o objeto desta Instrução Normativa.

Art. 6º Deverão compor a documentação relativa à habilitação jurídica a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º:

I - documento de identificação dos dirigentes ou responsáveis legais da entidade privada;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - se sociedade comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado no órgão competente e, se sociedade por ações, comprovante de eleição de seus administradores; e

IV - se sociedade civil, registro do ato constitutivo e comprovante de eleição da diretoria em exercício.

Parágrafo único. O objeto social da entidade requerente deverá ser compatível com a área de atuação para a qual pretende habilitar-se.

Art. 7º A regularidade fiscal a que se refere o inciso II do § 1º do art. 5º será verificada no ato do credenciamento da entidade privada e consistirá:

I - no preenchimento de condições para emissão de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União;

II - na comprovação, pela entidade, da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da entidade; e

III - na comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 8º A entidade credenciada será responsável pelos serviços prestados, juntamente com o perito a ela vinculado.

Parágrafo único. No caso de desligamento de perito vinculado, a entidade credenciada deverá comunicar a ocorrência do fato à autoridade credenciadora e apresentar a relação nominal atualizada dos profissionais que integram seu quadro de funcionários ou dirigentes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do desligamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO DE PERITOS

Art. 9º O credenciamento de peritos será realizado por meio de processo seletivo público em que serão exigidos do candidato o preenchimento das condições para emissão da certidão de que trata o inciso I do art. 7º e a apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de vinculação ao órgão regulador da profissão, quando existente;

II - certidão de regularidade de situação relativa ao pagamento:

a) das contribuições previdenciárias devidas na condição de contribuinte individual, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) do Imposto Sobre Serviços (ISS); e

c) das contribuições exigidas para o exercício profissional;

III - de identificação do candidato;

IV - currículo do candidato, instruído com os seguintes documentos:

a) atestado do órgão regulador do exercício profissional, comprobatório da habilitação ao exercício da profissão e da especialização na área técnica pretendida, quando for o caso;

b) certificados dos cursos de especialização pertinentes à área técnica pretendida, com carga horária superior a 60 (sessenta) horas/aula; e

c) comprovante de experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área técnica pretendida, com ou sem vínculo empregatício; e

V - declaração de que não mantém e não manterá, enquanto credenciado pela RFB, vínculo:

a) societário ou empregatício com empresa importadora ou exportadora de qualquer natureza, despachante aduaneiro, empresa vistoriadora ou supervisora de cargas, transportador ou depositário de mercadoria sujeita a controle aduaneiro; e

b) empregatício com entidade representativa de classe empresarial cujos interesses possam conflitar com o objeto desta Instrução Normativa;

VI - termo de adesão, no qual o perito se compromete a cumprir todas as disposições estabelecidas nesta Instrução Normativa, inclusive as relativas às tabelas de remuneração constantes do Anexo Único; e

VII - outros documentos que a autoridade credenciadora julgar necessários para garantir a prestação eficaz do serviço de perícia.

§ 1º Fica vedada a participação em novo processo seletivo de perito cujo credenciamento para prestação de serviços tenha sido cancelado nos 2 (dois) últimos anos, nos termos do § 6º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003.

§ 2º Para firmar a declaração a que se refere a alínea "b" do inciso V do caput o interessado poderá formalizar consulta à autoridade que autoriza o credenciamento sobre a existência de conflito de interesses entre o objeto do contrato de prestação de serviço e o objeto desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO, da OUTORGA E da VALIDADE DO CREDENCIAMENTO

Art. 10. O credenciamento de peritos autônomos ou vinculados às entidades privadas a que se refere o art. 2º compete à autoridade credenciadora e será realizado mediante processo seletivo público, precedido de edital a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>, que conterá, no mínimo:

I - a indicação da área de atuação e o quantitativo a ser credenciado, discriminado por jurisdição, quando for o caso;

II - a relação dos documentos exigidos, o prazo e o local de entrega desses documentos;

III - indicação expressa de que o credenciamento será feito em caráter precário e sem vínculo empregatício com a RFB; e

IV - data de divulgação do resultado.

Parágrafo único. O processo seletivo destina-se à seleção de peritos ou entidades, ou de ambos, por área de atuação.

Art. 11. No processo de seleção para credenciamento de profissionais por área de atuação serão observados os seguintes critérios no cálculo da pontuação, para fins de classificação:

I - tempo de atuação como perito credenciado pela unidade local: 1 (um) ponto a cada 2 (dois) anos, limitado a 5 (cinco) pontos;

II - tempo de experiência como empregado ou autônomo na área específica: 1 (um) ponto a cada 2 (dois) anos, limitado a 4 (quatro) pontos; e

III - participação em cursos diretamente relacionados à área de atuação:

a) curso de pós-graduação:

1. lato sensu, na área específica, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas-aula: 1 (um) ponto por curso, limitado a 4 (quatro) pontos;

2. stricto sensu, na área específica: 2 (dois) pontos por curso, limitado a 4 (quatro) pontos; e

b) curso de especialização na área específica com carga horária superior a 60 (sessenta) horas-aula: 0,5 (meio) ponto por curso, limitado a 1 (um) ponto.

§ 1º Serão classificados os candidatos que obtiverem a maior pontuação, apurada na forma dos incisos I a III, observado o número de vagas previsto no edital, nos termos do inciso I do art. 10.

§ 2º Em caso de empate entre candidatos classificados, será selecionado o candidato que obtiver maior pontuação atribuída segundo os critérios previstos no inciso I, no inciso II e no inciso III, nessa ordem.

§ 3º Aplicados os critérios de desempate estabelecidos no § 2º, e persistindo o empate, será selecionado o candidato mais velho, computado o número exato de dias de vida.

§ 4º No caso de desistência de candidato ou de cancelamento da habilitação de perito credenciado, a autoridade credenciadora poderá convocar candidato cujo nome conste da lista de classificados no último processo seletivo, observada a ordem de classificação, o qual será credenciado pelo prazo previsto no § 2º do art. 13 desta Instrução Normativa.

§ 5º A comprovação do tempo de atuação como perito credenciado pela RFB, do tempo de experiência como empregado na área específica e do tempo de serviço como autônomo será feita mediante apresentação de cópia do ato que formalizou o credenciamento, da carteira de trabalho que contenha o registro do contrato de trabalho para o cargo específico e das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), emitidas pelo órgão regulador da profissão, respectivamente.

Art. 12. Compete à autoridade credenciadora, no âmbito da respectiva jurisdição:

I - informar a quantidade de peritos a serem habilitados, por área de especialização;

II - designar a comissão encarregada da seleção dos candidatos; e

III - homologar e divulgar o resultado do processo seletivo.

Parágrafo único. Se o processo seletivo para credenciamento de entidades privadas ou de peritos abranger mais de uma localidade, a seleção poderá ser feita de forma conjunta, em processo seletivo único, hipótese em que a competência prevista no caput será deferida às autoridades credenciadoras sob cuja jurisdição estiverem as localidades abrangidas.

Art. 13. O credenciamento de órgão ou entidade da Administração Pública, de entidades privadas e de perito pessoa física será autorizado por autoridade credenciadora competente, conforme disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 3º, mediante Ato Declaratório Executivo (ADE) publicado no DOU, do qual deverá constar o nome do perito autônomo ou do perito vinculado e da respectiva entidade privada, a área de atuação do credenciado, o prazo de validade do credenciamento e a localidade onde o credenciado exercerá a atividade.

§ 1º Na hipótese prevista no parágrafo único do art. 12, o ADE de credenciamento será emitido de forma individualizada pela autoridade credenciadora que instaurou o processo seletivo, a qual exercerá também o controle do credenciamento.

§ 2º O credenciamento a que se refere o caput terá validade de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, por decisão da autoridade credenciadora.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES DE ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

Art. 14. Aplicam-se ao credenciado as sanções de advertência, suspensão e cancelamento do credenciamento previstas nos incisos I a III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003.

Parágrafo único. É vedada a divulgação de laudos periciais emitidos em decorrência de perícia solicitada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, nos termos do inciso I do caput do art. 15.

CAPÍTULO VI

DA SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA

Art. 15. A perícia será solicitada por:

I - Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício de atividade fiscal; ou

II - importador, exportador, transportador ou depositário da mercadoria.

§ 1º Quando a perícia for solicitada por um dos intervenientes referidos no inciso II do caput, caberá ao chefe da unidade local de despacho:

I - decidir quanto à conveniência e oportunidade da realização da perícia, inclusive nos casos de instrução processual ou como elemento de formação da convicção da autoridade administrativa para a tomada de decisão em processo administrativo; e

II - designar o órgão, a entidade ou o perito encarregado de realizar a perícia.

§ 2º Quando a mercadoria a ser periciada se encontrar em local sob jurisdição de unidade da RFB distinta da unidade interessada no procedimento fiscal, o chefe desta poderá solicitar ao chefe daquela a designação de órgão, entidade ou perito, para realização da perícia.

§ 3º Na solicitação de perícia, os quesitos deverão ser formulados de maneira clara e concisa e guardar estreita relação com o objeto da análise.

Art. 16. A autoridade credenciadora adotará sistema de rodízio na designação de perito, que poderá ser por prazo determinado, observada a área de atuação.

§ 1º O perito designado manifestará ciência de sua designação , preferencialmente, por meios digitais, na forma definida no edital de credenciamento.

§ 2º Os peritos designados poderão ser substituídos, por decisão da autoridade credenciadora, mediante nova designação.

Art. 17. Se for necessária a realização de perícia sobre matéria para a qual inexista credenciado, o chefe da unidade local da RFB poderá designar, ad hoc, perito não credenciado, de comprovada especialização ou experiência profissional.

Art. 18. Quando houver impedimento de qualquer natureza que determine a recusa da prestação de serviço de perícia, o órgão, a entidade ou perito indicado deverá declarar o fato e justificar as razões da recusa.

Art. 19. É vedado ao órgão, ao perito e à entidade privada credenciada autorizar a realização, por terceiro, de qualquer procedimento relacionado à perícia para a qual tenha sido designado.

§ 1º Uma vez iniciado o procedimento de quantificação ou identificação de mercadorias, o perito poderá solicitar à autoridade aduaneira que o designou permissão para que outros peritos credenciados da mesma unidade da RFB o auxiliem no cumprimento da tarefa.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º o perito designado e o perito colaborador, responsáveis pela execução do procedimento, emitirão apenas um laudo pericial.

Art. 20. O acesso aos locais onde se encontram armazenadas mercadorias importadas ou a exportar será permitido apenas ao perito designado para a prestação dos serviços para os quais tenha sido indicado.

CAPÍTULO VII

DA QUANTIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS

Art. 21. O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo despacho aduaneiro poderá solicitar laudo de órgão ou entidade da administração pública ou entidade privada ou laudo de perito, credenciados, caso o relatório de quantificação de mercadoria emitido por empresa de inspetoria independente se mostrar inconclusivo para a apuração da quantificação.

Parágrafo único. O relatório de quantificação a que se refere o caput será aceito se tiver sido produzido para atender interesse:

I - do transportador;

II - do depositário;

III - do exportador, no caso de importação; ou

IV - do importador, quando se tratar de exportação.

Art. 22. A quantificação de mercadoria a granel, transportada por veículo aquático ou terrestre, será realizada por meio de pesagem, medição direta ou mensuração.

§ 1º A pesagem será realizada em:

I - balança rodoviária ou ferroviária;

II - balança de fluxo intermitente; ou

III - balança de fluxo contínuo.

§ 2º A medição direta será realizada por instrumento medidor do fluxo de granel, líquido ou gasoso.

§ 3º A mensuração será efetuada:

I - pelo cálculo da variação do deslocamento (diferença dos deslocamentos em função da variação dos calados ou draft survey);

II - pela medição do espaço vazio do tanque;

III - pela medição do espaço cheio do tanque;

IV - por meio da utilização de equipamentos automatizados de medição; ou

V - por outros critérios estabelecidos por órgão oficial ou entidade autorizada.

§ 4º A quantificação da mercadoria a granel, transportada por veículos aquáticos, será realizada por amostragem, segundo critérios de gestão de riscos.

§ 5º A pesagem, a medição direta e a mensuração na forma prevista no inciso IV do § 3º são consideradas modalidades automatizadas de quantificação da mercadoria a granel.

§ 6º Na mensuração serão efetuadas medições inicial e final, admitindo-se aferições intermediárias durante a operação quando a embarcação mudar de berço de atracação ou a pedido do interessado deferido pela autoridade aduaneira.

§ 7º A quantificação de mercadoria a granel realizada de forma automatizada ou por empresa de inspetoria independente será aceita preferencialmente em relação à mensuração efetuada por órgão ou entidade da administração pública ou entidade privada ou perito credenciados.

§ 8º A disponibilização de medidor de fluxo para tanques e recintos destinados a armazenagem de cargas de granel líquido pode ser dispensada pelo chefe da unidade de despacho da RFB, desde que seja possível estabelecer com precisão as quantidades embarcadas ou desembarcadas mediante mensuração do volume dos tanques realizada por outros equipamentos automatizados, tais como radares, com medição de nível ou outro meio de efeito equivalente.

§ 9º A aceitação da quantificação de mercadoria de que trata o § 7º e a dispensa a que se refere o § 8º levarão em consideração o histórico de diferenças entre essas quantificações e as correspondentes mensurações executadas por peritos, as quais deverão ser realizadas aleatoriamente e segundo critérios resultantes de gestão de riscos.

Art. 23. A quantificação de granel sólido em operação de importação ou de exportação, quando realizada por via terrestre, e na descarga direta de embarcação para veículos terrestres, será realizada, preferencialmente, por meio de pesagem em balança rodoviária ou ferroviária, utilizada na expedição ou recepção.

Parágrafo único. A unidade de despacho da RFB poderá aceitar as informações do conhecimento de carga ou do documento que acompanhar o veículo ou unidade de carga, hipótese em que fará a verificação por amostragem, segundo critérios de gestão de riscos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 24. A quantificação de granel na importação ou na exportação, quando efetuada a bordo por perito designado pela unidade local da RFB, exclui a medição em terra efetuada pelo terminal, salvo se o chefe da unidade da RFB exigir a medição, em casos justificáveis.

Art. 25. A quantificação de mercadoria será acompanhada pela autoridade aduaneira, pelos intervenientes diretos e por pessoas que comprovem legítimo interesse na operação.

§ 1º São intervenientes diretos no ato de quantificação:

I - o transportador;

II - o depositário;

III - o importador; e

IV - o exportador.

§ 2º A ausência de interveniente direto no procedimento de quantificação implica a concordância deste com a execução e com o resultado da quantificação.

Art. 26. Ao interveniente direto é facultado impugnar o procedimento e, aos demais, notificar a autoridade aduaneira de qualquer irregularidade observada.

§ 1º Quando a impugnação referir-se a questão que possa ser solucionada imediatamente, caberá ao interveniente direto solucioná-la no ato e no local do procedimento.

§ 2º Nas demais situações, em que a impugnação ou notificação do interveniente direto na quantificação for decorrente de circunstância capaz de prejudicar a fidedignidade da quantificação, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil interromperá a operação e, sem prejuízo das sanções fiscais e penais cabíveis, adotará a seguinte providência:

I - se a irregularidade for sanável no ato e não houver indício de que o resultado até então obtido esteja prejudicado, permitirá o prosseguimento da quantificação depois de sanada a irregularidade; ou

II - se a irregularidade for sanável no ato e houver evidência de vício no resultado obtido, determinará mensuração da quantidade anterior e poderá permitir o prosseguimento da operação pelo critério mais adequado à quantificação do restante da mercadoria.

Art. 27. Na hipótese de a autoridade aduaneira não reconhecer, na impugnação, razão bastante para interromper a operação, poderá o impugnante consignar ressalva, que deverá ser fundamentada e instruída com elementos de prova.

Parágrafo único. A ressalva consignada na forma prevista no caput não prejudicará a continuidade dos procedimentos fiscais vinculados à operação.

Art. 28. No caso de mensuração de granel a bordo, será emitido um laudo pericial para cada tipo de mercadoria e por unidade de despacho da RFB, ainda que pertencente a mais de um importador ou exportador.

§ 1º O chefe da unidade local poderá determinar a emissão de um laudo pericial para cada ponto de atracação da embarcação.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, o custo em moeda corrente do laudo emitido será rateado entre os interessados, proporcionalmente à quantidade de produto.

§ 3º No caso de produtos embarcados ou descarregados simultaneamente, será emitido um único laudo para a totalidade dos produtos.

§ 4º Para os efeitos do disposto neste artigo, quando se tratar de quantificação a bordo, que envolva mais de um despacho aduaneiro, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil poderá determinar a emissão de laudos suplementares.

Art. 29. O laudo referente à mensuração de granel só terá validade se acompanhado de planilhas que evidenciem os métodos e os cálculos utilizados para fundamentar as suas conclusões.

Art. 30. A quantificação pelos métodos de mensuração de mercadoria descarregada ou embarcada será realizada sempre no início e no final da operação correspondente, independentemente do número de importadores ou exportadores em cada terminal de descarga ou embarque.

Art. 31. A coleta de amostra de mercadoria para fins da quantificação de que tratam os arts. 21 a 30 deverá ser feita, preferencialmente, pelo perito designado nos termos do § 1º do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.063, de 10 de agosto de 2010.

§ 1º Não será devida qualquer remuneração pelo serviço de coleta de amostra, por ser inerente ao procedimento de emissão de laudo pericial.

§ 2º A coleta de amostra em armazém não alfandegado será realizada mediante autorização expressa do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela solicitação do laudo pericial.

CAPÍTULO VIII

DA EMISSÃO DE LAUDOS

Art. 32. Os laudos periciais destinados a identificar e a quantificar mercadoria importada ou a exportar deverão conter, de forma expressa, conforme o caso:

I - a explicitação e a fundamentação técnica das verificações, testes, ensaios ou análises laboratoriais empregados na identificação da mercadoria;

II - a exposição dos métodos e dos cálculos utilizados para fundamentar as conclusões do laudo referente à quantificação de mercadoria a granel; e

III - a indicação das fontes, referências bibliográficas e normas nacionais e internacionais empregadas na elaboração do laudo, e cópia daquelas que tenham relação direta com a mercadoria objeto de verificação, teste, ensaio ou análise laboratorial.

§ 1º Os laudos não poderão conter quaisquer indicações sobre posições, subposições, itens ou códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

§ 2º Os laudos emitidos por órgãos ou por entidades da Administração Pública deverão ser assinados pelo perito responsável e por pessoa regimentalmente competente ou, na ausência de previsão regimental, pelo responsável por esses órgãos ou entidades, com indicação do ato que lhe confere os pertinentes poderes.

§ 3º Os laudos emitidos por peritos vinculados deverão ser assinados pelo responsável técnico e pelo representante legal da entidade privada.

§ 4º Os laudos deverão ser emitidos em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via para a RFB e outra para o interveniente, devendo, caso solicitado pela fiscalização, estar acompanhados do respectivo comprovante de registro da ART, sem prejuízo no disposto no art. 28.

§ 5º A via do laudo pericial será entregue diretamente à RFB e deverá estar acompanhada de uma cópia da solicitação de perícia que designou o perito e de uma via do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) ou do boleto de cobrança ou da nota fiscal de serviço.

§ 6º O prazo para emissão e entrega à RFB dos laudos periciais de identificação de mercadoria importada ou a exportar será fixado pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela perícia.

§ 7º O prazo para emissão e entrega à RFB dos laudos periciais de quantificação de mercadoria importada ou a exportar será, obrigatoriamente, de 2 (dois) dias úteis na importação e 5 (cinco) dias úteis na exportação, contado da desatracação ou do desfundeio da embarcação, conforme registro no módulo de controle de carga aquaviária do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), denominado Siscomex Carga, salvo se outro prazo for determinado pelo chefe da unidade local da RFB, por motivo justificável.

§ 8º Os laudos periciais poderão ser entregues à RFB por meio eletrônico, conforme dispuser a autoridade credenciadora.

Art. 33. Os laudos periciais que não atenderem aos requisitos previstos no art. 32 não serão aceitos se não forem sanadas as falhas ou omissões neles apontadas, no prazo de 2 (dois) dias úteis da ciência da intimação da autoridade fiscal da unidade local da RFB, da Superintendência Regional da RFB ou da Coana, conforme o caso.

CAPÍTULO IX

DA REMUNERAÇÃO

Art. 34. Os serviços de perícia de que trata esta Instrução Normativa serão remunerados com base nas seguintes Tabelas, constantes do Anexo Único:

I - Tabela "A": valor de remuneração de parecer técnico ou laudo pericial relativo a identificação ou caracterização de mercadoria encaminhada para análise laboratorial, devido pelo importador, exportador, transportador ou depositário;

II - Tabela "B": valor de remuneração de parecer técnico ou laudo pericial relativo a identificação ou caracterização de mercadoria realizada por perícia credenciada pela RFB, devido pelo importador, exportador, transportador ou depositário;

III - Tabela "C": valores de remuneração de laudo pericial relativo a quantificação de mercadoria a granel devidos:

a) na importação, pelo transportador, quando se tratar de medições a bordo, ou pelo importador, quando por este solicitadas;

b) na exportação, pelo exportador, quando se tratar de medições a bordo; e

c) pelo importador ou pelo exportador, quando se tratar de medições de granéis líquidos ou gasosos;

IV - Tabela "D": valor de remuneração de parecer técnico ou laudo pericial relativo a quantificação de mercadoria a granel localizada em plataforma de petróleo ou monoboia, devido pelo importador, exportador, transportador ou depositário;

V - Tabela "E": valor de remuneração para emissão de laudo suplementar; e

VI - Tabela "F": valor de ressarcimento de despesa de transporte, por deslocamento de ida e volta, quando o serviço for executado em local distinto daquele para o qual o perito está credenciado, devido pelo interveniente direto.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VI, considera-se deslocamento a distância percorrida entre a unidade local ou recinto aduaneiro para o qual o perito foi credenciado e o local da prestação do serviço.

§ 2º No caso de perito autônomo, o pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), com o regular cumprimento das obrigações tributárias eventualmente devidas, emitido em 2 (duas) vias, uma das quais deverá ser anexada ao processo ou declaração aduaneira correspondente, sem prejuízo do seu regular prosseguimento.

§ 3º No caso de perito vinculado, a entidade privada receberá diretamente, como receita própria, a remuneração pelos serviços prestados.

§ 4º No caso de órgão ou entidade da Administração Pública, o convênio estabelecerá a forma de recolhimento da remuneração devida pelos serviços prestados, que poderá ser efetuada ao órgão ou à entidade conveniados ou diretamente aos peritos.

§ 5º A unidade local da RFB responsável pela solicitação da perícia deverá zelar pela fiel observância das tabelas de remuneração de laudos ou pareceres técnicos constantes do Anexo Único desta Instrução Normativa.

§ 6º Na hipótese de indisponibilidade de meio de transporte para o local onde será realizada a perícia, caberá ao importador, ao exportador ou a outro interveniente direto providenciar, às suas expensas, o transporte do perito.

§ 7º A partir do momento em que estiver disponível no Portal Único de Comércio Exterior, o pagamento de perícias deverá ser realizado por meio da função própria do sistema, e ficará dispensada a juntada do RPA para instrução do despacho aduaneiro.

Art. 35. As despesas com a estada do perito serão ressarcidas pelo valor correspondente à diária devida a servidor público de nível superior da Administração Pública Federal direta para a localidade onde será prestada a perícia, observados os mesmos critérios de cálculo para a concessão.

Parágrafo único. O ressarcimento previsto no caput será feito pelo responsável pela remuneração dos correspondentes serviços de perícia.

Art. 36. Poderão ser realizados, por requisição do perito designado, testes, ensaios ou análises laboratoriais em laboratório por ele indicado, desde que previamente autorizados pelo chefe da unidade local da RFB.

Parágrafo único. Os testes, ensaios ou análises a que se refere o caput serão pagos diretamente ao laboratório pelo importador, pelo exportador ou pelo transportador, responsável por remunerar os correspondentes serviços de perícia.

Art. 37. A remuneração pela quantificação da carga de granel em determinado porão ou tanque do navio será cabível somente se, na designação do perito, constar explicitamente que a carga desse porão ou tanque deve ser quantificada.

Art. 38. A remuneração pela quantificação de granel a bordo será efetuada somente em relação aos porões ou tanques da embarcação que transportarem a mesma mercadoria a ser quantificada.

Art. 39. Não será remunerada a medição de tanques de água de lastro, tanques de água doce ou tanques de outros líquidos do navio, por ocasião do procedimento de quantificação da carga de granel importada ou a exportar.

Art. 40. O valor constante da Tabela "D" do Anexo Único desta Instrução Normativa será acrescido do adicional previsto no § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. As autoridades credenciadoras deverão registrar no Cadastro Nacional de Intervenientes Aduaneiros de comércio exterior, no Portal Único de Comércio Exterior, as pessoas físicas e jurídicas credenciadas para a prestação de serviços de que trata esta Instrução Normativa, no qual deverão ser registradas também as sanções administrativas aplicadas.

Parágrafo único. Enquanto não for implantado o cadastro referido no caput, as autoridades credenciadoras manterão prontuários dos órgãos ou entidades da Administração Pública, das entidades privadas e dos peritos, autônomos e vinculados, com menção aos dados contidos nos processos de credenciamento, em que serão anotadas as sucessivas designações para a prestação de serviço e demais ocorrências.

Art. 42. As autoridades credenciadoras deverão observar, no que se refere à exigência de documentação comprobatória para o processo de credenciamento de órgãos, entidades e peritos, o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

Art. 43. O chefe da unidade local da RFB poderá, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, estabelecer rotinas operacionais que atendam às peculiaridades locais.

Art. 44. Os credenciamentos em vigor na data de publicação desta Instrução Normativa permanecerão válidos pelo prazo previsto nos respectivos atos de outorga.

Parágrafo único. Os processos seletivos para credenciamento iniciados e não concluídos na data de publicação desta Instrução Normativa deverão se adequar às regras nela estabelecidas.

Art. 45. Os laudos periciais farão parte do Banco Nacional de Laudos e poderão ser, a qualquer tempo, utilizados pela fiscalização aduaneira na instrução processual e em outros procedimentos de interesse da RFB ou da Fazenda Nacional.

Art. 46. A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira poderá estabelecer:

I - os critérios e níveis de amostragem a que se referem os §§ 4º e 9º do art. 22 e o parágrafo único do art. 23;

II - edital padrão para seleção de peritos; e

III - padrões de quesitos para laudos técnicos.

Art. 47. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010.

Art. 48. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

TABELAS DE REMUNERAÇÃO
Tabela "A" - Parecer técnico ou laudo pericial relativo a identificação ou caracterização de mercadoria encaminhada para análise laboratorial:

Parecer técnico ou laudo pericial	R$ 3.088,85

Tabela "B" - Parecer técnico ou laudo pericial relativo a identificação ou caracterização de mercadoria realizada por perícia credenciada pela RFB:

Parecer técnico ou laudo pericial	R$ 3.380,00

Tabela "C" - Laudo pericial relativo a quantificação de mercadoria a granel:

Draft Survey (inicial/final) (por navio)	R$ 3.380,00
Draft Survey (intermediária) (por navio)	R$ 1.690,00
Tanque de terra e/ou bordo (por unidade)	R$ 600,00
Caminhão/barcaça/vagão/contêiner/isotanque (por unidade)	R$ 400,00

Obs. O valor máximo a ser cobrado por solicitação de perícia para mensuração de tanques de terra e/ou bordo ou para mensuração de caminhões/barcaças/vagões/contêineres/isotanques é o valor referente à perícia do tipo Draft Survey (inicial/final)
Tabela "D" - Parecer técnico ou laudo pericial relativo a quantificação de mercadoria a granel localizada em plataforma de petróleo ou monoboia:

Plataforma de petróleo ou monoboia (unidade)	R$ 3.380,00

Tabela "E" - Laudo suplementar emitido, inclusive o primeiro:

Valor individual por laudo suplementar	R$ 48,00

Obs. Não se aplica, para a emissão de laudo suplementar, o ressarcimento de despesa de transporte da Tabela "F"
Tabela "F" - Ressarcimento de despesa de transporte (por deslocamento de ida e volta):

Distância percorrida/via terrestre (por Km)	R$ 1,18

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 412, DE 19 DE MARÇO DE 2018, que Institui o Índice de Eficiência Institucional da Secretaria da Receita Federal do Brasil para o ano de 2018, publicada no DOU de 20/03/2018, seção 1, página 24:

Onde se lê:

Art. 2º Os cálculos para mensuração do IEI-RFB serão efetuados mediante aplicação da fórmula:

$$Índice = \left(\sum_{i=1}^{11} C_i \times P_i \right) \times F$$

em que:

Ci = contribuição do indicador "i", no período de apuração;

Pi = ponderação do indicador "i" na composição do índice;

F = fator de multiplicação para o cálculo do índice.

§ 1º Os 11 indicadores utilizados para cálculo do IEI-RFB terão suas contribuições e ponderações indicadas no Anexo I desta Portaria.

§ 2º O fator de multiplicação (F) a ser utilizado no cálculo do IEI-RFB será obtido com base nos resultados apurados para o Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação Bruta definido no Indicador 12 constante do Anexo I desta Portaria.

§ 3º A expressão numérica dos indicadores, das contribuições e do fator de multiplicação utilizados para o cálculo do IEI-RFB conterá até 4 (quatro) casas decimais depois da vírgula, observada a Norma NBR 5891:2014 expedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para os arredondamentos necessários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Leia-se:

Art. 2º Os cálculos para mensuração do IEI-RFB serão efetuados mediante aplicação da fórmula:

$$Índice = \left(\sum_{i=1}^{11} C_i \times P_i \right) \times F$$

em que:

Ci = contribuição do indicador "i", no período de apuração;

Pi = ponderação do indicador "i" na composição do índice;

F = fator de multiplicação para o cálculo do índice.

§ 1º Os 11 indicadores utilizados para cálculo do IEI-RFB terão suas contribuições e ponderações indicadas no Anexo I desta Portaria.

§ 2º O fator de multiplicação (F) a ser utilizado no cálculo do IEI-RFB será obtido com base nos resultados apurados para o Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação Bruta definido no Indicador 12 constante do Anexo I desta Portaria.

§ 3º A expressão numérica dos indicadores, das contribuições e do fator de multiplicação utilizados para o cálculo do IEI-RFB conterá até 4 (quatro) casas decimais depois da vírgula, observada a Norma NBR 5891:2014 expedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para os arredondamentos necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720485/2018-18, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Plaza Gold KS	3.1) R$ 6,75 / vintena	4.1) 1.800.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Maço	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720500/2018-10, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Chile	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Dunhill Fine Cut Of London Flow Filter	3.1) R$ 9,75 / vintena	4.1) 1.080.000
5) Cigarro	Fine Cut 94mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas IN RFB n.º 778, de 2007; nº 955, de 2009; nº 1.237, de 2012; nº 1.267, de 2012; e n° 1.367, de 2013,, e considerando o que consta no processo nº 10120.722596/2018-27, resolve:

Art. 1º Habilitar a empresa CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A., CNPJ nº 07.779.299/0001-73, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto de reforços na Subestação Cachoeira Dourada (Resolução Autorizativa ANEEL n o 6.800, de 21 de dezembro de 2017), detalhado no Anexo da Portaria nº 58, de 2 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 5 de março de 2018, de titularidade da pessoa jurídica supra, e com prazo para execução da obra estimado até maio de 2020.

Art. 3º Concluída a participação da Habilitada no projeto, deverá ser pedido o cancelamento da presente habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 9º c/c o artigo 12, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007.

Art. 4° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM , no uso da(s) atribuição(ões) que lhe conferem os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando o que consta do processo administrativo 12266.720170/2018-18 declara:

Art. 1º Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa HIBRAPEL MANAUS INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS DE PAPEL LTDA- CNPJ nº 13.544.588/0001-96 nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

Art. 2º A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Cancelamento de CND.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU 03/10/2014; e em conformidade com o e-dossiê 10010.008515/0318-19, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, Nº 002722016-88888124, emitida em 16/11/2016, referente a matrícula CEI 51.230.98124/76.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Cancelamento de CND.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU 03/10/2014; e em conformidade com o e-dossiê 10010.008515/0318-19, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, Nº 00542016--88888124, emitida em 08/03/2016, referente a matrícula CEI 51.230.98124/76.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e retificada em 28 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 15504.722833/2016-05, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE, , CNPJ nº 16.636.540/0001-04,, sita à ROD. PAPA JOAO PAULO II, 4001 EDIF. GERAIS, SERRA VERDE - Belo Horizonte/MG - CEP 31630-901, o Registro Especial nº GP-06101/00244 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Concede coabilitação ao Regime Especialde Incentivos para o Desenvolvimento daInfraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13603.720720/2015-32, declara:

Art. 1º - Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa OENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 21.471.093/0001-02, com o projeto de geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Jacaré, de titularidade da empresa PCH JACARÉ S.A., CNPJ nº 18.471.064/0001-36, cujo prazo estimado de execução foi previsto para 30/01/2015, o projeto foi aprovado pela Portaria nº 471, de 9 de dezembro de 2009, do Ministro de Estado de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2009, Seção 1, página 67, e pela Resolução Autorizativa nº 4.586, de 18 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2014, Seção 1, página 74.

Art. 2º - A empresa OENGENHARIA LTDA. participa do Consórcio Construtor PCH´S Guanhães - CCPG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.131.965/0001-16.

Art. 3º - Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º - A presente coabilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DE BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 20, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Delegação de Competência.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, e, considerando a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiras desta Alfândega, resolve:

Art. 1º Delegar competência, com base nos incisos I e IV do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para o Inspetor Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional em Confins - IRF/CFS gerenciar as ações e coordenar as atividades desenvolvidas pela Seção de Vigilância Aduaneira - Savig, no âmbito do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Parágrafo Único. Subordinar à Seção de Vigilância Aduaneira - Savig a Equipe de Vigilância e Repressão - ALFBHE/EVR.

Art. 2º Delegar competência para supervisionar, orientar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas respectivas equipes:

I - à Seção de Despacho Aduaneiro - Sadad relativa às Equipes Aduaneiras ALFBHE/EAD3 (TECA) e ALFBHE/EAD1 (CLIA); e

II - à Equipe Logística - ALFBHE/ELG relativa à Equipe Aduaneira ALFBHE/EAD2.

Art. 3º Delegar competência ao Delegado Adjunto para praticar os atos de que tratam os arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil e outras atribuições delegadas ao Delegado desta Alfândega.

Parágrafo único. Excluem-se da delegação de competência de que trata este artigo (art. 13 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999):

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos; e

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 4º Delegar competência, em caráter geral, aos Chefes de Serviços, aos Chefes de Seções, aos Chefes de Equipes e ao Chefe do CAC desta Alfândega e a seus respectivos substitutos eventuais para, restringindo-se às suas áreas de atuação, praticar os seguintes atos:

I - publicar editais e outros expedientes nos órgãos oficiais e na imprensa privada no âmbito de sua competência originária ou delegada;

II - autorizar a entrega, por ordem judicial, de mercadorias retidas ou apreendidas, no âmbito dos procedimentos fiscais e administrativos a cargo do setor;

III - requisitar de outras autoridades públicas, inclusive tabeliães e oficiais de registros de imóveis, informações de interesse da administração fiscal, relacionadas à instrução de processos e a procedimentos afetos à área de atuação do respectivo Chefe de Serviço, Chefe de Seção, Chefe de Equipe e Chefe do CAC;

IV - providenciar o encaminhamento, ao Ministério Público Federal, de representações fiscais para fins penais, na sua área de competência;

V - expedir atos declaratórios referentes à competência original ou delegada do Serviço, da Seção, da Equipe e do CAC e publicá-los no Diário Oficial da União.

VI - definir rotinas de trabalho no âmbito de suas competências e zelar pela manutenção e atualização dos manuais de procedimentos relacionados às atividades de sua área;

VII - gerenciar a distribuição e a execução das atividades entre os servidores;

VIII - expedir memorandos internos à Receita Federal do Brasil e a outros órgãos do Ministério da Fazenda, para envio ou requisição de informações e documentos de interesse fiscal, relacionados a matérias de sua competência originária ou delegada, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para o seu atendimento, se for o caso;

IX - coordenar a elaboração de informações versando sobre assuntos de sua área de atuação, para responder ou subsidiar ofícios da ALF/BHE, destinados a contribuintes ou órgãos externos do Ministério da Fazenda;

X - acompanhar a respectiva caixa de entrada de processos do sistema e-Processo, distribuindo-os para sua equipe, acompanhando o andamento e o prazo de resolução;

XI - participar do processo de seleção de estagiários relativo aos seus respectivos setores;

XII - requisitar processos a outras unidades administrativas do Ministério da Fazenda, bem como processos arquivados, e autorizar o arquivamento;

XIII - observada a competência legal, propor a nulidade de Auto de Infração e de Notificação de Lançamento, quando constatado vício formal antes da ciência do Interessado; e

XIV - receber notificações e intimações judiciais na ausência do Delegado e do Delegado Adjunto.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Gabinete desta Alfândega para praticar os atos definidos nos incisos X e XIV do art. 4º.

Art. 6º Delegar competência ao chefe da Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA e ao seu substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - converter a pena de perdimento de mercadorias em multa, nas hipóteses a que se referem os incisos II e III do art. 23 do Decreto-lei 1.455/1976, a requerimento do importador e antes de iniciada a destinação legal, mediante despacho fundamentado;

II - denegar seguimento às impugnações e aos recursos que não atendam aos requisitos de admissibilidade nos processos na esfera de competência da SAATA;

III - prestar assistência às unidades jurisdicionadas, quanto à matéria tratada no âmbito da unidade, no que se refere a ações judiciais e acompanhar os respectivos processos administrativos respeitadas as competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

IV - preparar informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público;

V - disseminar informações relativas a julgamentos administrativos e decisões judiciais; e

VI - fazer acompanhamento de ações judiciais relativas à aplicação da pena de perdimento de mercadorias;

Art. 7º Delegar competência ao Chefe da Seção de Despacho Aduaneiro - Sadad e ao seu substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - autorizar, antes da lavratura do respectivo auto de infração de perdimento, o início de despacho de mercadorias em abandono ou o reinício de despacho cuja declaração tenha sido interrompida por ação ou omissão do importador, exceto no caso do importador estar submetido a procedimento especial (Instrução Normativa SRF nº 69, de 16 de junho de 1999, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 109, de 2 de setembro de 1999);

II - autorizar a aplicação de selos de controle em bebidas e relógios estrangeiros no domicílio do importador ou em local por este indicado, comunicando tal fato ao titular da unidade da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o local indicado para a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

selagem dos produtos (art. 30 e parágrafos da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e art. 14 e parágrafos da Instrução Normativa RFB nº 1539, de 26 de dezembro de 2014);

III - autorizar que a verificação da mercadoria seja realizada, total ou parcialmente, no estabelecimento do importador ou em outro recinto não alfandegado nas hipóteses previstas na legislação específica (art. 35 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006);

IV - autorizar o desembaraço aduaneiro de mercadoria objeto de litígio fiscal, mediante prestação de garantia, antes de decisão administrativa definitiva do litígio (art. 39 do Decreto-Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976, combinado com a Portaria MF nº 389, de 13 de outubro de 1976);

V - autorizar o cancelamento de Declaração Simplificada de Importação - DSI, no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, nos casos previstos na legislação (art. 27 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006);

VI - autorizar o cancelamento de Declaração Simplificada de Importação - DSI quando a importação for cursada através de formulário próprio impresso, nos casos previstos na legislação (art. 2º, parágrafo único, e art. 27 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006);

VII - autorizar a utilização dos formulários em papel de DSI e DSE em casos justificados e não previstos na legislação específica, observada a exigência de informar à COANA sobre a autorização concedida no prazo máximo de 30 (trinta) dias (art. 52 e caput da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006);

VIII - autorizar a regularização de despacho aduaneiro de exportação realizado fora do prazo previsto em legislação específica, nos casos de registro de declaração posterior ao embarque de mercadoria, à vista de requerimento fundamentado do exportador (arts. 52 e 56, inciso I e § 1º, da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994);

IX - designar peritos credenciados pela ALF/BHE para elaboração de perícias técnicas necessárias à identificação e quantificação de mercadorias, inclusive granel, por requisição de órgãos julgadores ou da própria Alfândega (§ 1º e caput do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010);

X - designar peritos credenciados pela ALF/BHE para a elaboração de perícias técnicas necessárias à identificação e quantificação de mercadorias por requisição do importador, exportador, transportador ou depositário, além de decidir quanto à sua conveniência e oportunidade, inclusive nos casos de instrução ou decisão em processo quando a perícia for solicitada por um destes intervenientes (art. 15, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010);

XI - designar, ad hoc, perito não credenciado, de comprovada especialização ou experiência profissional na hipótese de necessidade de perícia sobre matéria para a qual inexista credenciado na ALF/BHE (art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010);

XII - autorizar, por requisição do perito designado, testes, ensaios ou análises laboratoriais em laboratório por ele indicado (art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010);

XIII - decidir sobre pedidos de relevação de irregularidades relacionadas ao despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem (art. 1º, inciso III, da Portaria SRF nº 1.703, de 27 de julho de 1998);

XIV - decidir sobre pedidos de relevação da inobservância de normas processuais relativas à exportação temporária de bens, atendidas as condições estabelecidas na legislação (art. 1º, inciso II, da Portaria SRF nº 1.703, de 27 de julho de 1998);

XV - decidir sobre a seleção para conferência aduaneira das DSI e DSE relativas a bens integrantes de bagagem desacompanhada, previamente à distribuição, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (COANA) e demais critérios de análise de risco aplicáveis ao despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada (artigos 14 e 39 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006);

XVI - autorizar as operações de substituição de mercadorias importadas, em situações especiais, justificadas, nos quais se processe o despacho aduaneiro da mercadoria de reposição antes de efetuada a exportação ou destruição da mercadoria defeituosa;

XVII - apreciar e autorizar a entrega antecipada de mercadoria ao importador após o registro da declaração de importação (DI) e antes de totalmente realizada a conferência aduaneira, bem como a verificação de mercadorias no estabelecimento do importador ou em outro local adequado para essa finalidade, atendendo a circunstâncias excepcionais, nos termos da legislação em vigor;

XVIII - autorizar o acesso aos recintos alfandegados de servidor do órgão responsável pela inspeção prévia de mercadorias;

XIX - apreciar e decidir sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação temporária e sobre os pedidos de prorrogação por prazo não superior, no total, a dois anos;

XX - decidir sobre pedido de prorrogação de prazo do regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação; e

XXI - designar Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil para emitir Auto de Infração para constituição do crédito tributário apurado no curso do despacho aduaneiro, nos casos de descumprimento dos regimes aduaneiros especiais de admissão e exportação temporária e ainda para emissão de Auto de Infração visando prevenir a decadência, nos casos de ações judiciais.

Parágrafo único. Delegar competência aos Chefes das Equipes Aduaneira ALFBHE/EAD3 (TECA) e ALFBHE/EAD1 (CLIA), no que se referir aos despachos a serem realizados nas respectivas áreas de atuação, para exercerem as competências definidas nos incisos IX, XVIII.

Art. 8º Delegar competência aos Servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, localizados na Seção de Gestão de Risco Aduaneiros - Sarad, para, em sua área de atuação e competência, praticar os seguintes atos:

I - conceder ou indeferir os requerimentos de habilitação das empresas interessadas em transportar mercadorias sob o regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro, nos termos da norma vigente;

II - realizar pesquisa fiscal aduaneira compreendendo a coleta e análise de informações com vistas a subsidiar a seleção de sujeitos passivos e a determinação de operações adequadas à realização de procedimentos fiscais de controle aduaneiro pós-despacho, bem como na coleta de dados e informações para atendimento a solicitações de órgãos externos;

III - efetuar diligências e intimações para coleta de informações destinadas a subsidiar a seleção de sujeitos passivos, para atendimento de exigência de instrução processual e para atendimento de demanda requisitória;

IV - elaborar o Dossiê de Pesquisa Fiscal Aduaneira (DPFA), nos moldes estabelecidos pela COANA;

V - manter o controle apropriado da elaboração, organização, sistematização e movimentação dos DPFA produzidos; e

VI - proceder a seleção das importações parametrizadas para o canal verde de conferência, a serem submetidas a procedimentos especiais de controle aduaneiro, na forma da legislação em vigor, em face de situação suspeita de irregularidade que exija a retenção da mercadoria como medida acautelatória de interessa da Fazenda Nacional.

Art. 9º Delegar competência aos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil integrantes da Equipe do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), para:

I - elaborar e transmitir para registro as declarações simplificadas de importação em nome de pessoas físicas, nos termos da legislação em vigor, concomitantemente com as Equipes Aduaneiras ALFBHE/EAD3 (TECA) e ALFBHE/EAD1 (CLIA);

II - elaborar e transmitir para registro as declarações simplificadas de exportação em nome de pessoas físicas, nos termos da legislação em vigor, concomitantemente com as Equipes Aduaneiras ALFBHE/EAD3 (TECA) e ALFBHE/EAD1 (CLIA);

III - fornecer selos de Controle para aplicação em produtos de origem estrangeira;

IV - realizar pré-cadastro no sistema RENAVAM de veículos importados por pessoa física, concomitantemente com a Equipe Aduaneira ALFBHE/EAD1 (CLIA);

V - proceder à retificação de dados do Conhecimento de Carga no Sistema Mantra, no caso de erro de preenchimento no sistema, exceto nos casos de mudança de consignatário e/ou antecipação de data de embarque;

VI - vincular pessoas jurídicas para importação por encomenda ou por conta e ordem, concomitantemente com a Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros da Unidade;

VII - habilitar pessoa física para operar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, concomitantemente com a Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros da Unidade;

VIII - credenciar representante legal de pessoa física e pessoa jurídica, no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX / Mercante, concomitantemente com a Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros da Unidade;

IX - vincular no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX (cadastro de representantes) o CPF constante da relação de prepostos do transportador (Sistema Trânsito / Web) ao CNPJ do transportador, quando comprovada operação de regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro com destino ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

X - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação, e emitir DARF;

XI - promover ciência pessoal ao interessado de intimações e decisões exaradas em processo; e

XII - planejar, coordenar e direcionar as ações de educação fiscal no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte;

Art. 10 Delegar competência ao Chefe da Seção de Vigilância Aduaneira - Savig e ao seu Substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - autorizar o trânsito aduaneiro simplificado, na forma do disposto na legislação em vigor;

II - autorizar o trânsito aduaneiro para conferência física de bens de caráter cultural no local de realização do evento, nos termos e condições da legislação em vigor;

III - decidir sobre os pedidos de correção de conhecimento de carga e manifesto por meio de carta de correção;

IV - determinar a realização de conferência final de manifesto, a pedido ou de ofício, sempre que tiver conhecimento de fato que a justifique;

V - apreciar pedido de desdobramento de conhecimento de carga aérea, observados os limites legais.

VI - decidir sobre pedidos de baldeação, transbordo e redestinação;

VII - designar Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, mediante a distribuição do Processo Administrativo, para excluir do sistema, mediante justificativa, ocorrências leves e médias no trânsito aduaneiro, relativas às declarações de trânsito;

VIII - autorizar a saída de cargas no regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro amparadas por Documento Subsidiário de Identificação de Carga - DSIC;

IX - autorizar a operação de descarga no Aeroporto Internacional Tancredo Neves de mercadorias originalmente manifestadas para outro local, mediante prévio requerimento do transportador;

X - designar Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, mediante a abertura de TDPF, para lavratura de Auto de Infração para constituição de crédito tributário apurado em conferência final de manifesto e na fiscalização das operações de trânsito aduaneiro;

XI - expedir certidões de falta, descarga, embarque de volumes e de outros dados relativos às atividades de controle aduaneiro exercidas no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, solicitadas para comprovação perante outras repartições;

XII - designar Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, mediante a distribuição das Declarações de Movimentação de Carga Abandonada (TECA) e Fichas de Mercadorias Abandonadas (CLIA - Betim), para lavratura de Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de mercadorias consideradas abandonadas nos recintos alfandegados desta Unidade;

XIII - proceder à exclusão e inclusão de vinculação e desembaraço de Declaração de Importação (DI), para efeito de aceite de Carta de Correção que não produza efeitos fiscais, objetivando alterar informação no Sistema Mantra relativamente ao conhecimento de carga;

XIV - selecionar voos domésticos e determinar a sua fiscalização no âmbito do Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

XV - determinar a realização de operações de vigilância nos armazéns domésticos do Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

XVI - elaborar escala de serviço e definir horário de trabalho dos servidores da Seção, exceto daqueles já alocados em turnos predefinidos, de modo a realizar com maior eficácia os trabalhos de vigilância;

XVII - liberar mala diplomática ou consular conduzida como bagagem acompanhada ou confiada ao comandante da aeronave, nos termos da legislação em vigor, quando, em razão de suas características específicas, seu embarque ou desembarque não puder ser efetuado através dos Terminais de Passageiros;

XVIII - expedir e prorrogar os Termos de Entrada e Admissão Temporária de aeronaves civis estrangeiras, em voos não remunerados, de que trata a legislação específica (SIAVANAC); e

XIX - proceder ao desembaraço de urnas funerárias e animais vivos que chegarem, amparados por conhecimento aéreo no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, fora do horário normal de expediente.

§1º. A delegação de competência de que tratam os incisos XVII e XIX estende-se aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil designados, por meio de portaria específica, para as atividades de vigilância, adstritas aos respectivos plantões;

§2º. Estender as competências previstas nos incisos VII e X deste artigo ao Chefe da Equipe ALFBHE/EAD1 (CLIA em Betim);

§3º. Estender subsidiariamente as competências previstas nos incisos XVII e XIX deste artigo ao Chefe da Equipe de Vigilância e Repressão ALFBHE/EVR e aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil designados, por meio de portaria específica, para as atividades de supervisão e apoio à fiscalização de voos internacionais, adstritas aos respectivos plantões.

Art. 11. Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Equipe Aduaneira ALFBHE/EAD1 (CLIA - Betim) e na Seção de Vigilância Aduaneira - Savig para, atendida a distribuição a ser efetuada pelas respectivas Chefias, praticar os seguintes atos:

I - conceder o regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro;

II - exigir ou dispensar garantias das obrigações fiscais suspensas pela concessão do regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro; e

III - proceder à ação fiscal pertinente, a qualquer tempo, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram conferência dos volumes, de verificação da mercadoria, ou aplicação de procedimento aduaneiro especial, direcionando a declaração de trânsito aduaneiro - DTA para o canal vermelho de conferência, nos termos do art. 41 da Instrução Normativa SRF n° 248/2002.

Art. 12. Delegar competência ao Chefe da Equipe de Vigilância e Repressão ALFBHE/EVR e ao seu Substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - apreciar toda e qualquer solicitação referente à bagagem acompanhada retida;

II - apreciar pedido de relevação de irregularidades relacionadas ao despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem acompanhada proveniente do exterior, nos termos da legislação em vigor;

III - autorizar encaminhamento de ativos financeiros retidos para custódia no Banco Central do Brasil;

IV - autorizar ingresso em recinto alfandegado de funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e agentes diplomáticos e consulares, assim definidos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consulares, quando no efetivo exercício de suas funções, respeitadas as normas emanadas pelos demais Órgãos e Agências reguladores da segurança aeroportuária;

V - decidir sobre pedido de retomada do despacho de bagagem acompanhada objeto de declaração de abandono;

VI - adotar critérios de seleção de passageiros, nos termos da legislação de vigência;

VII - autorizar a redestinação ou reembarque de bagagem acompanhada ao seu correto destino;

VIII - determinar a realização de operações de fiscalização no embarque internacional de passageiros;

IX - apreciar solicitação de alteração dos valores arbitrados em decorrência da retenção de bagagem acompanhada;

X - designar servidor da equipe para recepcionar e acompanhar autoridades, chefes de Estado, agentes diplomáticos e consulares quando do ingresso em recinto alfandegado;

XI - autorizar alteração do motivo da retenção de bagagem acompanhada; e

XII - apreciar pedido de reexportação de bens integrantes de bagagem acompanhada.

§1°. Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Equipe de Vigilância e Repressão ALFBHE/EVR do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves para, atendida a distribuição a ser efetuada pela respectiva Chefia, praticar os seguintes atos:

I - declarar o abandono de bagagem acompanhada, após decorridos os prazos previstos na legislação de vigência, e lavrar os correspondentes autos de infração propondo o perdimento, com posterior encaminhamento das mercadorias objeto da autuação para o depósito de mercadorias da Unidade;

II - lavrar os autos de infração propondo o perdimento de valores em espécie retidos em operações de embarque e desembarque internacional em decorrência da falta de declaração do porte, quando as quantias portadas excederem os limites previstos na legislação de vigência;

III - proceder ao despacho de trânsito aduaneiro por meio de Declaração de Trânsito de Transferência (DTT), nas operações que envolvam as transferências, não acobertadas por conhecimento de transporte internacional, nos termos da legislação de vigência;

IV - apreciar pleito de concessão do regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro à bagagem acompanhada de viajante;

V - emitir o extrato do Regime de Tributação Especial para constituição de crédito tributário apurado em conferência aduaneira de bagagem acompanhada; e

VI - apreciar pedido de autorização especial para passageiro procedente do exterior em voo particular, que pretender adquirir mercadoria em loja franca, nos termos e condições da legislação de vigência.

§2º. Estender subsidiariamente as competências previstas nos incisos I, III e V do §1º aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Seção de Vigilância Aduaneira - Savig, adstritas aos respectivos plantões.

Art. 13. Delegar competência ao Chefe da Equipe Aduaneira ALFBHE/EAD2 (EQUIMA) e ao seu Substituto eventual para, em sua área de atuação, praticar os seguintes atos:

I - coordenar e orientar as atividades de entrega e recebimento de mercadorias e veículos no depósito de mercadorias apreendidas;

II - promover o gerenciamento do estoque de mercadorias e veículos no sistema de controle de mercadorias apreendidas - CTMA;

III - gerenciar o incremento das saídas de mercadorias e veículos do depósito nas suas diversas formas de destinação;

IV - realizar os procedimentos para destinação de mercadorias apreendidas; e

V - efetuar e controlar a movimentação física e contábil de mercadorias apreendidas, inclusive aquelas em decorrência de ação fiscal em zona secundária.

Art. 14. A autoridade delegada não pode subdelegar as atividades cujas competências foram delegadas por meio desta Portaria.

Art. 15. A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão do assunto objeto da presente delegação, ou subdelegá-la, sem que o ato implique revogação total ou parcial da presente Portaria.

Art. 16. As comissões permanentes formadas no âmbito desta Alfândega serão regidas pelas respectivas Portarias de constituição.

Art. 17. As competências não previstas expressamente nesta portaria poderão ser objeto de proposta de atendimento e submetidas pelos serviços, seções, equipes e CAC, dentro de suas atribuições regimentais, à apreciação do gabinete desta Alfândega.

Art. 18. As competências ora delegadas serão exercidas com estrita observância dos termos, limites e condições previstos nas respectivas legislações em vigor, dentro das respectivas áreas de atribuição e no interesse da administração fiscal, com as cautelas devidas e observada a legislação referente ao sigilo fiscal.

Art. 19. As competências delegadas neste ato continuam vigentes mesmo com a revogação tácita ou expressa da legislação referida nesta Portaria, desde que não sejam contrárias à legislação superveniente.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 MARÇO DE 2018

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 06 de Maio de 2016 (publicada no D.O.U. de 09/05/2016).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, pelo presente Ato Declaratório, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e considerando o estabelecido nos Arts. 11; 40, inciso II; 42, inciso I e § 3º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 06 de maio de 2016, tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal Nº 10073-720.012/2018-91, resolve:

Art 1º - Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária STOCK EDJ APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME, CNPJ nº 06.951.084/0001-25, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ.

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

ALEXANDRE LISBOA CORREA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Promove a baixa de ofício da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - PROMOVER A BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade abaixo, conforme artigos 29, IV (com registro cancelado no respectivo órgão de registro), e 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
15463.721545/2017-30	33.038.506/0001-49	PIENCO PIRANDA ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

A presente baixa de ofício baseia-se em informação do órgão de registro competente, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. As devidas apurações constam do processo administrativo relacionado.

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União, produzindo efeitos 10 anos contados a partir do último arquivamento no órgão de registro para a entidade..

MONICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.041135/0817-11, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "b", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica subcontratada para prestação de serviços BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 07.864.634/0001-31, extensivo a todas as suas filiais, até 30/06/2018, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS -, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, caput, e 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo n° 13851.720292/2018-69, resolve:

Art. 1° Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, nos exatos termos da Portaria nº 108, de 14 de Março de 2018, do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U. de 15 de Março de 2018.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 975 hectares.

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA

N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87

CNPJ Estabelecimento/Projeto: 33.010.786/0012-30

N° de matrícula CEI: 51.242.60492/74

Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional

N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 108, de 14 de Março de 2018

Prazo estimado para conclusão da Obra: 30/06/2019

Art. 3° O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 3, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, caput, e 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo n° 13851.720.296/2018-47, resolve:

Art. 1° Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, nos exatos termos da Portaria nº 107, de 14 de Março de 2018, do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U. de 15 de Março de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 706 hectares.

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA

N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87

CNPJ Estabelecimento/Projeto: 33.010.786/0009-34

N° de matrícula CEI: 51.242.60564/72

Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional

N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 107, de 14 de Março de 2018

Prazo estimado para conclusão da Obra: 30/10/2019

Art. 3° O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Cancela Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuição Previdenciária e de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430 de 09 de Outubro de 2017, publicada do Diário Oficial da União em 11 de Outubro de 2017, e, considerando o disposto no art. 15 da PORTARIA PGFN / RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuição Previdenciária e de Terceiros, nº 00056/2018 - 88888468, emitida em nome da empresa ESSEX PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 79.583.027/0001-04, matrícula CEI 51.227.83468/70, desde a sua emissão em 05/03/2018.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Aplica a sanção administrativa de cancelamento da autorização para o exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no art. 31, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016, e com base no contido no processo 11075.721334/2016-39, resolve:

Art. 1° Declarar Baixada por Inexistência de Fato a empresa CINEL ALIMENTOS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 12.105.844/0001-86.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de sua publicação.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RETIFICAÇÃO

No Estatuto Social, publicado no DOU de 19/03/2018, Seção 1, pág. 48, identificou erros materiais na numeração dos capítulos do Estatuto. Em razão disso, retifica-se o Estatuto no seguinte sentido, onde se lê: Capítulo VII; Leia-se: Capítulo VI. Onde se lê: Capítulo VIII, Leia-se: Capítulo VII. Onde se lê: Capítulo IX; Leia-se: Capítulo VIII. Onde se lê: Capítulo X; Leia-se: Capítulo IX. Onde se lê: Capítulo XI; Leia-se: Capítulo X. O texto completo do Estatuto Social do Serpro, já retificado, encontra-se disponível em: ww.serpro.gov.brHYPERLINK "http://www.serpro.gov.br/" \t "_blank" w.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 220, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 425523766 e Juntada nº 0105089, resolve:

Art. 1º Aprovar o primeiro termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Companhia Paranaense de Gás - Compagás, CNPJ nº 00.535.681/0001-92, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários III, CNPB nº 1998.0052-83, e a entidade Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 223, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 411823875 e Juntada nº 0105196, resolve:

Art. 1º Aprovar o primeiro termo aditivo ao convênio de adesão das empresas Companhia Paranaense de Energia - Copel (Holding), CNPJ nº 76.483.817/0001-20, Copel Comercialização S.A., CNPJ nº 19.125.927/0001-86, e Copel Renováveis S.A., CNPJ nº 19.126.003/0001-02, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Previdenciários III, CNPB nº 1998.0052-83, e a entidade Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 224, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 425526834 e Juntada nº 0105166, resolve:

Art. 1º Aprovar o primeiro termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Copel Distribuição S.A, CNPJ nº 04.368.898/0001-06, Copel Geração e Transmissão S.A, CNPJ nº 04.370.282/0001-70, Copel Telecomunicações S.A, CNPJ nº 04.368.865/0001-66, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Previdenciários III, CNPB nº 1998.0052-83, e a entidade Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 226, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000543/2018-19 e Documento SEI nº 0103588, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Sulgasprev, CNPB nº 2010.0040-19, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 835, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603825/2018-23, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ANGELUS SEGUROS S.A., CNPJ n. 18.133.809/0001-57, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 836, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.606224/2018-72, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 14, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições previstas no art. 3º da Resolução CAMEX nº 80, de 9 de novembro de 2010, regulamentada pela Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, e tendo em vista a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e o disposto no Acordo sobre Regras de Origem da Organização Mundial de Comércio - OMC, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, decide:

Art. 1º Encerrar a revisão do procedimento especial de verificação de origem não preferencial, com a manutenção da desqualificação da origem Tailândia para o produto objetos de louça para mesa, classificado nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), declarado como produzido pela empresa ARTWAY CO. LTD.

Art. 2º Indeferir as licenças de importação solicitadas pelos importadores brasileiros referentes ao produto e produtor mencionados no art. 1º, quando a origem declarada for Tailândia.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1. Conforme estabelecido pela Resolução CAMEX nº 3, de 16 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 17 de janeiro de 2014, foi aplicado o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de objetos de louça para mesa, classificados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), quando originárias da República Popular da China.

2. Em decorrência da publicação da referida Resolução, que instituiu a cobrança de direito antidumping, as importações de objetos de louça para mesa estão sujeitas a licenciamento não automático, conforme previsto no art. 15 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

3. Em 11 de junho de 2014, o Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana de Blumenau, doravante denominado denunciante, por meio de seu representante legal, apresentou denúncia ao Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), protocolada sob o nº 52014.003937/2014-95, solicitando, com base na Portaria SECEX nº 39, de 11 de novembro de 2011, abertura de Procedimento Especial de Verificação de Origem para o produto objetos de louça, classificados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, para averiguar falsidades de origem nas importações oriundas da Malásia.

4. Posteriormente, em 25 de junho de 2014, o denunciante, por meio de seu representante legal, apresentou denúncia ao Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), protocolada sob o nº 52014.004157/2014-62, solicitando, com base na Portaria SECEX nº 39, de 11 de novembro de 2011, abertura de Procedimento Especial de Verificação de Origem para o produto objetos de louça, classificados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, para averiguar falsidades de origem nas importações oriundas da Índia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Após análise, constatou-se que havia indícios suficientes e riscos relevantes de descumprimento das regras de origem não preferenciais nas importações de objetos de louça para mesa com origens declaradas Malásia e Índia. A análise do DEINT considerou que também havia indícios suficientes de falsa declaração de origem nas importações de objetos de louça com origem declarada Indonésia e Tailândia. Assim, conforme previsto na Portaria SECEX nº 39, de 11 de novembro de 2011, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) passou a fazer análise de risco das importações de objetos de louça para mesa com origens declaradas Malásia, Índia, Indonésia e Tailândia.

6. Em 11 de dezembro de 2014, o denunciante, por meio de seu representante legal, apresentou nova denúncia ao DEINT, protocolada sob o nº 52014.008031/2014-67, solicitando abertura de Procedimento Especial de Verificação de Origem para o produto objetos de louça para averiguar potenciais falsidades de origem nas importações, desta vez, oriundas de Bangladesh. Após análise da denúncia, a SECEX também passou a fazer análise de risco das importações de objetos de louça de Bangladesh.

7. Em nova denúncia, datada de 23 de fevereiro de 2016, protocolada sob o nº 52014.000253/2016-01, solicitou-se abertura de Procedimento Especial de Verificação de Origem para o produto objetos de louça para averiguar potenciais falsidades de origem nas importações oriundas de Taiwan. Considerando-se os indícios observados, a SECEX também passou a fazer análise de risco das importações de objetos de louça declaradas como originárias de Taiwan.

8. Informa-se que, em 22 de janeiro de 2016, de posse da Declaração de Origem e com base na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a SECEX instaurou procedimento especial de verificação de origem não preferencial para o produto objetos de louça para mesa, declarado como produzido e exportado pela empresa ARTWAY CO. LTD.

9. Conjuntamente com a notificação de abertura do procedimento especial de verificação de origem, foram enviados, aos endereços físico e eletrônico constantes na Declaração de Origem, questionário solicitando informações destinadas a comprovar o cumprimento das regras de origem para o produto objeto da verificação. Determinou-se como prazo máximo para resposta o dia 23 de fevereiro de 2016.

10. Complementa-se que em 19 de fevereiro de 2016, a empresa produtora solicitou prorrogação de prazo para apresentação da resposta. O DEINT concedeu prorrogação de dez dias do prazo para resposta do questionário, conforme estabelecido pelo §4º do art. 14 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, qual seja, até o dia 4 de março de 2016.

11. A resposta ao questionário foi protocolada no dia 2 de março de 2016, dentro, portanto, do prazo estipulado.

12. Ato contínuo, o DEINT solicitou informações complementares, com prazo de resposta até o dia 30 de março de 2016, sendo que, em 19 de março do citado ano, a ARTWAY solicitou prorrogação de prazo para apresentar resposta aos esclarecimentos suscitados, o qual foi concedido e o novo prazo para protocolo da resposta passou a ser o dia 11 de abril de 2016.

13. Apesar da prorrogação concedida, a resposta às informações complementares da empresa produtora não foi recebida tempestivamente neste DEINT.

14. Tendo em vista a apresentação intempestiva da resposta às informações complementares, o documento foi desconsiderado, conforme determina o § 2º do art. 17 da Portaria SECEX nº 38, de 2015.

15. Em 14 de abril de 2016, foi enviado ofício à empresa produtora, informando que a resposta às informações complementares, apresentada intempestivamente, não seria considerada no procedimento em questão e, consequentemente, não seria juntada aos autos do processo, estando à disposição da empresa para retirada até o dia 20 de junho de 2016.

16. Por intermédio da Portaria SECEX nº 31, de 13 de junho de 2016, concluiu-se que o produto objetos de louça para mesa, independente do seu grau de porosidade, classificado nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, declarado como produzido e exportado pela empresa ARTWAY, não cumpria com as condições estabelecidas no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011, para ser considerado originário da Tailândia.

2. DO PEDIDO DE REVISÃO E ANÁLISE

17. A ARTWAY, em 16 de outubro de 2017, protocolou, na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, petição de revisão da Portaria SECEX nº 31, de 13 de junho de 2016, que desqualificou a empresa como produtora de objetos de louça para mesa na Tailândia.

18. Para dar suporte à petição, a empresa afirmou que devido a eventos extraordinários não conseguiu cumprir o prazo estabelecido na investigação original para resposta às informações complementares.

19. Ademais, alegou que teve complicações para encontrar algumas faturas de compra de matéria-prima e que perderam o prazo de entrega por apenas um dia.

20. Em que pese a responsabilidade exclusiva da ARTWAY em ter apresentado intempestivamente resposta às informações complementares, frente à apresentação de dados, conforme § 1º do artigo 14 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, que justificam a abertura de revisão, este DEINT recomendou o início de processo de revisão da Portaria SECEX nº 31, de 2016, que desqualificou a ARTWAY como produtora do produto investigado na Tailândia.

3. DAS REGRAS DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAIS APLICADAS AO CASO

21. As regras de origem não preferenciais utilizadas como base para a verificação são aquelas estabelecidas na Lei nº 12.546, de 2011, que dispõe:

Art. 31. Respeitados os critérios decorrentes de ato internacional de que o Brasil seja parte, tem-se por país de origem da mercadoria aquele onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou de mão de obra de mais de um país, aquele onde houver recebido transformação substancial.

§ 1º Considera-se mercadoria produzida, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - os produtos totalmente obtidos, assim entendidos:

a) produtos do reino vegetal colhidos no território do país;

b) animais vivos, nascidos e criados no território do país;

c) produtos obtidos de animais vivos no território do país;

d) mercadorias obtidas de caça, captura com armadilhas ou pesca realizada no território do país;

e) minerais e outros recursos naturais não incluídos nas alíneas "a" a "d", extraídos ou obtidos no território do país;

f) peixes, crustáceos e outras espécies marinhas obtidos do mar fora de suas zonas econômicas exclusivas por barcos registrados ou matriculados no país e autorizados para arvorar a bandeira desse país, ou por barcos arrendados ou fretados a empresas estabelecidas no território do país;

g) mercadorias produzidas a bordo de barcos-fábrica a partir dos produtos identificados nas alíneas "d" e "f" deste inciso, sempre que esses barcos-fábrica estejam registrados, matriculados em um país e estejam autorizados a arvorar a bandeira desse país, ou por barcos-fábrica arrendados ou fretados por empresas estabelecidas no território do país;

h) mercadorias obtidas por uma pessoa jurídica de um país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; e

i) mercadorias obtidas do espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidas por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país;

II - os produtos elaborados integralmente no território do país, quando em sua elaboração forem utilizados, única e exclusivamente, materiais dele originários.

§ 2º Entende-se por transformação substancial, para efeito do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei, os produtos em cuja elaboração forem utilizados materiais não originários do país, quando resultantes de um processo de transformação que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados em uma posição tarifária (primeiros 4 (quatro) dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território, pelo qual adquire a forma final em que será comercializado, quando, na operação ou no processo, for utilizado material ou insumo não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que essas operações alterem a classificação do produto, considerada a 4 (quatro) dígitos.

4. DA NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

22. De acordo com o art. 10 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, as partes interessadas devem ser notificadas da abertura do procedimento especial de verificação de origem pela SECEX. Neste sentido, em 23 de outubro de 2017 foram encaminhadas notificações para:

i) a Embaixada da Tailândia no Brasil;

ii) a empresa ARTWAY, identificada como produtora e exportadora;

iii) a empresa declarada como importadora no processo que culminou com a publicação da Portaria SECEX nº 31, de 2016; e

iv) o denunciante.

23. Adicionalmente, em cumprimento ao art. 44 da Lei nº 12.546, de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil foi notificada sobre a abertura da presente investigação.

5. DO ENVIO DO QUESTIONÁRIO

24. Conjuntamente com a notificação de abertura do procedimento especial de verificação de origem, foi enviado, aos endereços físico e eletrônico da empresa produtora e exportadora, constantes na Declaração de Origem que balizou o processo original, questionário, solicitando informações destinadas a comprovar o cumprimento das regras de origem para o produto objeto da verificação. Determinou-se como prazo máximo para resposta o dia 27 de novembro de 2017.

25. O questionário, enviado à empresa produtora e exportadora, continha instruções detalhadas (em português e em inglês) para o envio das seguintes informações, referentes ao período de julho de 2014 a junho de 2017, separados em três períodos:

P1 - 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015

P2 - 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016

P3 - 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017

I - Informações preliminares

a) descrição detalhada do produto;

b) classificação tarifária sob o Sistema Harmonizado de Classificação e Designação de Mercadorias (SH);

c) nome do fabricante (nome comercial e razão social) e dados de contato (endereço, telefone, correio eletrônico institucional);

d) nome, cargo e dados de contato do responsável pelo preenchimento do questionário; e

e) critério de origem utilizado para considerar a mercadoria como originária do país produtor, de acordo com a Lei nº 12.546, de 2011.

II - Sobre os insumos utilizados e sobre o processo produtivo de objetos de louça:

a) descrição completa dos insumos (classificação no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), coeficiente técnico e estoque), conforme Anexo A;

b) dados sobre as aquisições dos insumos, conforme Anexo B;

c) descrição detalhada do processo produtivo, incluindo indicação de quando os insumos foram usados durante o processo;

d) leiaute da fábrica, incluindo a disposição das máquinas dentro da fábrica; e

e) capacidade de produção da empresa produtora e sua produção efetiva, conforme Anexo C.

III - Sobre as transações comerciais da empresa:

a) importação do produto objeto do procedimento especial, conforme Anexo D;

b) aquisição do produto no mercado doméstico, conforme Anexo E;

c) exportação total do produto, por destino, conforme Anexo F;

d) vendas nacionais do produto, conforme Anexo G; e

e) estoques do produto, conforme Anexo H.

6. DA RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ENVIADO À EMPRESA PRODUTORA E EXPORTADORA

26. Em 22 de novembro de 2017, portanto, tempestivamente, o DEINT recebeu solicitação de prorrogação do prazo de resposta do questionário, sendo que, de acordo com a Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, estendeu-se o prazo até o dia 7 de dezembro, de 2017.

27. Em que pese o dilatamento do prazo, o DEINT não recebeu resposta da empresa declarada como produtora e exportadora.

7. DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO E DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

28. Em descumprimento ao art. 34 da Lei nº 12.546, de 2011, a empresa produtora deixou de fornecer dados essenciais na instrução do processo, não comprovando o cumprimento dos critérios de origem previstos na referida Lei, seja pelo critério de mercadoria produzida (§1º do art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011), seja pelo critério de processo produtivo, caracterizado como uma transformação substancial (§2º do art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011).

29. Dessa forma, conforme estabelecido nos artigos 33 e 34 da referida Portaria, considerou-se encerrada a fase de instrução do Processo MDIC/SECEX 52000.109547/2017-20, e concluiu-se, preliminarmente, que o produto objetos de louça para mesa, classificado nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, cuja empresa produtora informada é ARTWAY CO. LTD, não cumpre com as condições estabelecidas na referida Lei para ser considerado originário da Tailândia.

8. DA NOTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR

30. Cumprindo com o disposto no art. 34 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, em 9 de janeiro de 2018, as partes interessadas foram notificadas a respeito da conclusão preliminar do procedimento especial de verificação de origem não preferencial, tendo sido concedido, para manifestação acerca dos fatos e fundamentos essenciais sob julgamento o prazo de dez dias, contados da ciência da notificação, que se encerrou no dia 25 de janeiro de 2018 para as partes domiciliadas no Brasil e no dia 29 de janeiro de 2018 para as partes domiciliadas no exterior.

9. DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS ACERCA DO RELATÓRIO PRELIMINAR

31. O DEINT não recebeu manifestações das partes interessadas acerca da conclusão preliminar.

10. DA CONCLUSÃO FINAL

32. Tendo em vista a não apresentação de informações na fase de instrução do processo, conforme disposto no §1º do art. 16 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, bem como a não apresentação de manifestação das partes interessadas quanto à decisão preliminar da SECEX, conclui-se que o produto objetos de louça para mesa, classificado nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, cuja empresa produtora informada é ARTWAY CO. LTD, não cumpre com as condições estabelecidas na referida Lei para ser considerado originário da Tailândia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 117, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Arroio do Sal/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Arroio do Sal/RS, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000653/2017-72.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000354, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 118, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Petrópolis/RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Petrópolis/RJ, no valor de R$ 4.547.767,04 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e sessenta e sete reais e quatro centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.001604/2018-48.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 119, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Gaspar/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Gaspar/SC, no valor de R$ 94.754,84 (noventa e quatro mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001563/2018-90.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 120, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Marapanim/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Marapanim/PA, no valor de R$ 455.855,37 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000783/2017-13.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000427, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 121, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Tucuruí/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Tucuruí/PA, no valor de R$ 1.152.760,67 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000345/2017-47.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000448, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 82, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Jaíba	Seca - 1.4.1.2.0	925	01/02/18	59051.005155/2018-17
MG	Padre Carvalho	Estiagem - 1.4.1.1.0	261	21/02/18	59051.005163/2018-63
MS	Deodápolis	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	013	20/02/18	59051.005171/2018-18
MT	Nossa Senhora do Livramento	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	011	21/02/18	59051.005218/2018-35
RJ	Cachoeiras de Macacu	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3690	23/02/18	59051.005191/2018-81
SC	Nova Veneza	Tempestade Local/Convectiva - Granizo - 1.3.2.1.3	125	01/03/18	59051.005172/2018-54

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 84, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em município do Estado de Minas Gerais/MG.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, sumariamente, a situação de emergência no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais/MG, em função de desastre de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, DECRETO Nº 16.862, DATA 20/03/18.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 85, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RJ	Areal	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1611	08/03/18	59051.005203/2018-77

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de março de 2018

Nº 148 - Processo nº: 08505.006433/2013-22. Interessado: Sidy Ka. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 88/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5945399), de 15/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio SIDY KA, nascido em 9/10/1984, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 149 - Processo nº: 08505.006825/2013-91. Interessado: Abdou Fall. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 89/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5945957), de 5/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio ABDOU FALL, nascido em 1º/1/1986, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 150 - Processo: 08444012844201408. Interessado: Ndiap Diop. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 82/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5926835), de 15/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio NDIAP DIOP, nascido em 10/5/1993, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 151 - Processo: 08451.001365/2012-05. Interessado: Macoumba Faim. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 76/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5900162), de 27/2/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MACOUMBA FAIM, nascido em 1º/9/1986, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 152 - Processo: 08505.004865/2012-18. Interessado: Alioune Diouf. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 87/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5942942), de 15/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio ALIOUNE DIOUF, nascido em 28/3/1985, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 153 - Processo: 08460.010370/2012-91. Interessado: Ousamane Gueye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 84/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5929650), de 15/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio OUSAMANE GUEYE, nascido em 22/12/1982, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 154 - Processo: 08505.009825/2012-62. Interessado: Alassame Ngom. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 90/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5947279), de 5/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio ALASSAME NGOM, nascido em 12/7/1980, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 155 - Processo: 08018.009426/2008-15. Interessado: FREDDY CAMPERO.

Indefiro o pedido de reconsideração da expulsão, haja vista não ter sido comprovada a presença de hipótese prevista no art. 193, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 264, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.014797/2011-03, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS JARLAN QUINTERO MONTENEGRO, de nacionalidade colombiana, filho de Luis Quintero e Estela Montenegro, nascido na República da Colômbia, em 28 de fevereiro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 265, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001888/2016-58, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUSTINE EJIMNKEONYE MADU, de nacionalidade nigeriana, filho de Tobias Madu e de Joy Madu, nascido em Iwu State, Nigéria, em 19 de junho de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 266, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500.051809/2012-12, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIO ADOLFO RAMIREZ RAMIREZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Angel Francisco Ramirez Cubilla e Elva Ramona Ramirez Paredes, nascido em Asunción, na República do Paraguai, em 20 de abril de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 267, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017647/2009-30, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA DA ASCENSÃO DE SOUSA JARDIM, de nacionalidade portuguesa, filha de Antônio Sousa Jardim e Maria Assunção Vieira, nascida em Santa Cruz, na República Portuguesa, em 3 de maio de 1951, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos e 10 (dez) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 268, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.008096/2012-19, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GUSTAVO CACERES ALVAREZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Ricardo Caceres Escobar e Tereza Alvarez Pavet, nascido em Pedro Juan Caballero, na República do Paraguai, em 24 de maio de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 269, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000164/2017-14, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BOGDAN BAKAY, de nacionalidade ucraniana, filho de Bohdan Bakay e de Julia Bakay, nascido na Ucrânia, em 21 de fevereiro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 270, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000759/2017-61, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AGNES DOLLY NGCAMA, de nacionalidade sul-africana, filha de Johannes Ngcama e de Sarah Ngcama, nascida na África do Sul, em 16 de junho de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 271, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000369/2017-91, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VITOR MANUEL BARBOSA MARTINS, de nacionalidades portuguesa e francesa, filho de José Adelino Panão Martins e de Maria de Lurdes Porença Martins, nascido em Limoage, França, em 22 de janeiro de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 272, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.012563/2014-39, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FLORIN OBRETIN, de nacionalidade romena, filho de Paulo Obretin e Aleksandra Obretin, nascido na Romênia, em 4 de agosto de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 273, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.017417/2017-99, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SEBASTIJAN PIPENBAHER, de nacionalidade eslovena, filho de Bojo Pipenbaher e de Milena Brkic, nascido em Maribor, Eslovênia, em 4 de agosto de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 274, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003548/2013-19, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YUPIN THATIPAN, de nacionalidade tailandesa, filha de Kusun Thatipan e de Pranee Pongsitisak, nascida em Bankok, Tailândia, em 3 de janeiro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 275, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007001/2017-54, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMILIO VILELA MENDOZA, de nacionalidade peruana, filho de Tomaz Vilela e de Rosa Aurora Mendoza, nascido em Lima, Peru, em 8 de abril de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 9 (nove) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 276, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.007806/2015-99, do Ministério da Justiça, resolve::

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AIDA ORTEGA CHOQUE, de nacionalidade boliviana, filha de Cecílio Ortega e Maxima Choque Ortega, nascida em Santa Cruz de Monteiro, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 30 de maio de 1992, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 277, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008451/2015-64, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DENNIS FRIDAY UGWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Okwoko Ugwo e Caroline Ugwo, nascido em Enugu, na República Federal da Nigéria, em 14 de maio de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 278, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011076/2008-38, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JULIUS DOMINIC RWABULINDA, de nacionalidade tanzaniana, filho de Dominic Rwabulinda e Juliana Leonard, nascido na República Unida da Tanzânia, em 14 de janeiro de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 279, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007836/2016-23, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AYGUL UZEL, de nacionalidade turca, filha de Sabet Uzel e de Layla Uzel, nascida em Hatay, Turquia, em 3 de agosto de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 9 (nove) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 280, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003610/2008-32, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADELIO TORALES FRANCO, de nacionalidade paraguaia, filho de Delosanto Torales e Lídia Franco, nascido na República do Paraguai, em 24 de dezembro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 2 (dois) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 281, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004887/2013-51, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NANNAPIN NGAOKOH, de nacionalidade tailandesa, filha de Aon Ngaokoh e de Bai Ngaokoh, nascida na Tailândia, em 20 de fevereiro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 282, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.029823/2017-85, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIOLY MORENO SAAVEDRA, de nacionalidade boliviana, filha de Aida Saavedra, nascida em 12 de janeiro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 283, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008795/2015-73, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEX CHUKWUEMEKA NWABUIFE ALEOZO, de nacionalidade nigeriana, filho de Francis Nwabuife e Mercy Nwabuife, nascido na República Federal da Nigéria, em 15 de agosto de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 284, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007081/2012-33, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ZILVINAS PETRAUSKAS, de nacionalidade lituana, filho de Vincas Petrauskas e de Aldona Petrauskas, nascido em Baubliu Kaimas, Kretinga, Lituânia, em 11 de julho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 19 (dezenove) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 285, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007873/2014-70, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANGUS CHIBUZOR ANIANULI, de nacionalidade nigeriana, filho de Michael Anianuli e de Patience Anianuli, nascido em Anambra, Nigéria, em 29 de dezembro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 286, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003061/2017-97, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EDWARD AJURUCHUKWU AGASHI, de nacionalidade nigeriana, filho de Patrick Agashi e de Patrical Agashi, nascido em Enugu, Nigéria, em 10 de fevereiro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 287, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.006276/2011-47, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PAULINA THERESA VAN DER MEER, de nacionalidade surinamesa, filha de Claudia Der Meer, nascida na República do Suriname, em 20 de janeiro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 288, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010113/2016-10, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BAHAR GULERMANSUROGLU, de nacionalidade turca, filha de Yusufu Gulermansuroglu e de Semiha Gulermansuroglu, nascida na Turquia, em 4 de abril de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 289, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007601/2016-31, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VANDA MARIA DA SILVA QUEIMADO, de nacionalidade portuguesa, filha de Gilberto Francisco Queimado Filho e de Cecilia Maria Guerreiro da Silva, nascida em Faro (Sé), Portugal, em 10 de outubro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 290, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.010893/2014-90, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RADU FLORIN SENI, de nacionalidade romena, filho de George Seni e de Ana Seni, nascido na Romênia, em 19 de janeiro de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 9 (nove) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 291, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006495/2010-72, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROSEMARY DIKE NTSOWE, de nacionalidade sul-africana, filha de Simom Ntsowe e Betty Ntsowe, nascida em Johannesburgo, na República da África do Sul, em 15 de julho de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 292, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.052023/2016-87, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PHILILE QINISO MASONDO, de nacionalidade sul-africana, filha de Daniel Kuseni e de Sicisini Sibongile, nascida na África do Sul, em 19 de setembro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 293, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.029884/2015-81, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PATRICK ZENCUCH, de nacionalidade eslovena, filho de Stefan Zencuch e de Zdenka Zencuchova, nascido em Stará Eubuoňa, Eslováquia, em 26 de fevereiro de 1995, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 294, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004890/2013-74, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SUKCHAI NONGLAK, de nacionalidade tailandesa, filha de Manee Sekamkhip e Jampa Sekankhip, nascida no Reino da Tailândia, em 4 de janeiro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 295, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001735/2017-20, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DRAGAN SVJETLANOVIC, de nacionalidade eslovena, filho de Nedeljko Svjetlanovic e de Danica Svjetlanovic, nascido em Banja Luka, Bosna Hercegovina, em 25 de março de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 296, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006955/2016-69, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GLADNESS MATSIMELA, de nacionalidade sul-africana, filha de Elizabeth Matsimela, nascida em Johannesburg, África do Sul, em 30 de janeiro de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 297, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.023215/2007-95, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GUSTAVO ALFREDO MORINIGO FERREIRA, de nacionalidade paraguaia, filho de Antonio Morinigo Ortiz e Dionísia Ferreira de Morinigo, nascido em Cidade do Leste, na República do Paraguai, em 1º de setembro de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 298, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.004102/2014-92, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PAJTIM DURDA, de nacionalidade albanesa, filho de Fasli Durda e Bejaze Durda, na Albânia, em 30 de julho de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 299, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000229/2017-13, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HUMBERTO JATACO MELGAREJO, de nacionalidade boliviana, filho de Gregorio Jataco e Nicolasa Melgarejo, nascido em Cochabamba, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 8 de agosto de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 28 (vinte e oito) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 300, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001116/2012-92, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, TANAKA LUANDA LAWRENCE, de nacionalidade guianense, filha de Victor Lawrence e Joyce Harry, nascida na República Cooperativa da Guiana, em 6 de setembro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 301, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003556/2013-65, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LIZ KEILA DEL CARMEN CHACIN PORTILLO, de nacionalidade venezuelana, filha de Vicencio de La Trinidad Chacin Portillo e Yasmeira Portillo Chacin, nascida na República Bolivariana da Venezuela, em 9 de maio de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001683/2017-91, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JEAN JORGE CEPEDA ROBLES, de nacionalidade peruana, filho de Jorge Luis Cepeda Robles e Veronica Robles Palma, nascido em Lima, na República do Peru, em 18 de outubro de 1990, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.009061/2012-69, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALDINA PEREIRA LEAL, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de Carlos Leal Mendes e de Maria de Fatima Afonso, nascida na Cidade de Praia, Cabo Verde, em 5 de dezembro de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 304, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.013300/2008-37, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSE ANTONIO RASCH ESPINOLA, de nacionalidade paraguaia, filho de Erico Rasch Lopes e Maria Antonia Espinola, nascido em Presidente Franco, na República do Paraguai, em 10 de maio de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 305, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.005790/2010-10, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RENATE GERDA ZEH, de nacionalidade alemã, filha de Helmut Zeh e de Erika Zeh, nascida na República Federal da Alemanha, em 25 de dezembro de 1961, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 306, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007114/2015-98, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NUNO MANUEL GUIMARÃES GODINHO, de nacionalidade portuguesa, filho de Leonel Antonio Alípio Godinho e de Ana Maria Guimarães, nascido em Évora, Portugal, em 22 de abril de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 307, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante do respectivo processo administrativo que tramitou no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 249 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017:

ADEMAR WELTER JUNIOR. nascido em 22 de julho de 1982, filho de Ademar Welter e de Maria Alzira de Souza Welter, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036901/2017-06);

DIEGO TRELLES RUSCHEL, nascido em 3 de fevereiro de 1981, filho de Cláudio Fernando Ruschel e de Iara Lourdes Trelles Ruschel, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.052614/2017-35);

EDNA INÁCIO, nascida em 29 de outubro de 1974, filha de Caolino Oscar Inácio e de Otília Peucco Inácio, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.052616/2017-24);

EDILANIO LOPES DE SOUSA, nascido em 4 de maio de 1979, filho de Edival Lopes de Sena e de Maria de Sousa Lopes, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036902/2017-42);

ELIANA KAORI GOMI, nascida em 9 de março de 1962, filha de Takeshi Gomi e de Sayoko Gomi, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.037456/2017-93);

ELIZÉTE DA SILVA SOUSA, nascida em 28 de janeiro de 1971, filha de Antonio Fernandes de Sousa e de Maria Maturina da Silva Sousa, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036896/2017-23);

GABRIELA DAY SANTOS DE FARIA, nascida em 3 de março de 1994, filha de Samuel Rodrigues de Faria e de Andreia Day Santos de Faria, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036900/2017-53);

HENRIQUE JOSÉ BARROS DA SILVA, nascido em 2 de outubro de 1981, filho de José de Nazaré Soares da Silva e de Carmen Cristina Moraes de Barros, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036899/2017-67);

LARISSA HARN HSIUAN DOS SANTOS, nascida em 13 de maio de 1998, filha de Dalva dos Santos, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.052615/2017-80);

LIGIA THOMAZ DE OLIVEIRA E SILVA, nascida em 6 de julho de 1988, filha de Paulo Thomaz da Silva e de Iara Alves de Oliveira e Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036895/2017-89);

RENATO BALTAZAR, nascido em 13 de abril de 1972, filho de Antonio Baltazar e de Maria Boer Baltazar, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036897/2017-78); e

YU GUO ZHEN, nascida em 23 de julho de 1973, filha de Yu Ke Jun e de Yu Gi Ying, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.069168/2017-06).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 308, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante do respectivo processo administrativo que tramitou no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 249 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017:

ALEXANDRE CHUNG, nascido em 9 de setembro de 1997, filho de Hsiao Huo Chung e de Lien Kuei Hsiang, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.064391/2017-59);

ANA CAROLINA GONÇALVES DA SILVA, que passou a assinar ANA CAROLINA GONÇALVES DA SILVA ROHATSCH, nascida em 2 de fevereiro de 1978, filha de Valfrido da Silva Melo e de Marly Gonçalves da Silva, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.064030/2017-11);

ANA VIRGÍNIA DE SOUZA MOREIRA, que passou a assinar ANA VIRGÍNIA VORTISCH, nascida em 12 de março de 1966, filha de Franklin Viana Moreira e de Maria Elenice de Souza Moreira, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.064027/2017-99);

ERIC SOUZA GAZOLA, nascido em 19 de junho de 1989, filho de Alexandre Gazola e de Lenise Maria Souza, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.065116/2017-52);

GRAZIELA YEONG JIE CHANG, nascida em 17 de setembro de 1996, filha de Chang Ve Shin e de Dalva dos Santos, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.052618/2017-13);

LUANA EDUARDA SIMÕES DIAS DA SILVA, nascida em 16 de fevereiro de 1997, filha de Jailson Simões da Silva e de Leda Maria Prazeres Dias, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.064388/2017-35) ;

MAI NIHEI, nascida em 14 de novembro de 1991, filha de Yoshikatsu Nihei e de Marli Sanae Nihei, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.047779/2017-95);

MADOKA NIHEI, nascida 7 de abril de 1994, filha de Yoshikatsu Nihei e de Marli Sanae Nihei, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.047782/2017-17);

MANAMI NIHEI, nascida em 27 de janeiro de 1993, filha de Yoshikatsu Nihei e de Marli Sanae Nihei, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.047777/2017-04);

MARCIA CARMO DE SOUSA, nascida em 10 de abril de 1959, filha de Lauro de Sousa Pereira e de Ana do Carmo de Sousa, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.064402/2017-09);

MARÍLIA AISLYNN RIBEIRO SKREINIG, nascida em 22 de agosto de 1993, filha de Alois Skreinig e de Edineide Ribeiro Xavier Cornell, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.064026/2017-44); e

PAUL ORVILLE LEISHER, nascido em 29 de outubro de 1980, filho de Ronald Paul Leisher e de Barbara Jean Leisher, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.065117/2017-05).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 309, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante do respectivo processo administrativo que tramitou no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 249 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017:

ALINE DIANA COSTA QUEIROZ, nascida em 10 de junho de 1987, filha de Alceu Almeida Queiroz e de Adelina Costa Queiroz, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036831/2017-88);

CAROLINA AYUMI FUJIMOTO, nascida em 10 de junho de 1995, filha de Yoshinori Fujimoto e de Rita de Cassia Alves Santos Fujimoto, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.036812/2017-51);

EDEGLEIDE RODRIGUES DUARTE, nascida em 5 de julho de 1975, filha de Francisco Ananias Duarte e de Francisca Rodrigues Duarte, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035755/2017-93);

EDINEIDE RIBEIRO XAVIER, que passou a assinar EDINEIDE RIBEIRO CORNELL, que passou a assinar EDINEIDE RIBEIRO SKREINIG, nascida em 21 de fevereiro de 1970, filha de Eduardo Lino Xavier e de Maria das Dores Ribeiro Xavier, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.036810/2017-62);

ELENA MARIA BERGER, que passou a assinar ELENA MARIA BERGER HARARI, nascida em 12 de abril de 1961, filha de Estevão Berger e de Anna Maria Berger, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.035363/2017-24);

RICARDO YUJI IQUEDA PRIETO, nascido em 8 de fevereiro de 1982, filho de Rafael Prieto Arrebola e de Astuca Iqueda Prieto Arrebola, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.035743/2017-69);

JHON LENON SILVA FRANÇA, nascido em 29 de julho de 1990, filho de Lucas Hubner França e de Irany Julia da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036836/2017-19);

LUIZ OTAVIO DAMASCENO CASTRO, nascido em 29 de março de 1994, filho de André Luiz Souza Castro e de Francilene de Nazaré Valente Damasceno, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036894/2017-34);

MILENA DOS SANTOS PANTOJA, nascida em 16 de março de 1980, filha de Maximino Santiago Pantoja e de Maria da Conceição Nascimento dos Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036828/2017-64);

MARIA DAS GRAÇAS NUNES DE FRANÇA, que passou a assinar MARIA DAS GRAÇAS MITTERER, nascida em 12 de janeiro de 1979, filha de Luiz Batista de França e de Maria Nunes de França, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.036814/2017-41);

TAKUMA SAKURAI, nascido em 1º de setembro de 1997, filho de Katsuhisa Sakurai e de Roseli Yukie Kubo, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.036807/2017-49); e

WALLISON VINICIUS LIZARDO MARQUES, nascido em 22 de novembro de 1991, filho de Adalton Zacarias Marques e de Maria do Rosario Lizardo Marques, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.036822/2017-97).

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

DESPACHO Nº 3, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 08012.000742/2011-79
Representante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Divisão Anticartel e de Defesa da Ordem Econômica - DACAR/RJ)
Representadas: Angel's Segurança e Vigilância Ltda.; Angel's Serviços Técnicos Ltda.; Bandeirantes do Rio Conservação e Limpeza Ltda.; Best Brasília Empresa de Serviços Técnicos Ltda.; Confederal Rio Vigilância Ltda.; Construir Arquitetura e Serviços Ltda.; Dinâmica Segurança Patrimonial; Elfe Solução em Serviços Ltda.; Facility Central de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serviços Ltda.; Facility Segurança Ltda; Facility Tecnologia Ltda; Hope Consultoria de Recursos Humanos Ltda.; Hope Vig Vigilância e Segurança Ltda.; Nova Rio Serviços Gerais Ltda.; Service Clean Ltda.; Shadow Participações e Empreendimentos Ltda.; Spana Serviços Ltda.; Transegur Vigilância e Segurança Ltda.
Advogados: Adelaide Albudane de Assis; Adriana Akikp de Andrade; Aline Espírito Santo Dantas da Silva; Aline Gonçalves Guidorizzi Muniz; Aline Perna Santos; Ana Clara Rodrigues Rocha; Ana Paula Dias; André Alençar Porto; André Simão Santos; Ângela Ramos Pinheiro; Antônio Ângelo da Silva Neto; Bárbara Alves Lento; Batuira Rogério Meneghesso Lino; Blanca Maria Braga Fantoni; Bruno José Cescato Novaes; Bruno Silva Rodrigues; Bruno Vieira Zanani; Carlos Eduardo Gonçalves Ferreira da Silva; Carlos Fernando Teixeira da Fonseca; Carolina Gattolin de Paula; Claúdio Coelho de Souza Timm; Crislaine Silva de Lima; Cristiane Barbirato de Albuquerque Costa; Daniel Oliveira Andreoli; Dhyâna Buteri; Eduardo Caminati Anders; Elisabeth Mendes Costa; Elisangela Afonso da Silva; Fabio Alessandro Malatesta dos Santos; Fabio Francisco Beraldi; Fábio Nogueira Fernandes; Felipe Araújo Menezes; Fernanda Martins Franco; Gabriela Leite Farias; Giovanny Pereira Pinheiro; Giuliana Marchezi Franceschi Gonçalves; Graciele Cristina da Silva Ferreira; Guáucio Cavalcante de Paiva; Guilherme Henrique Pereira Ramos; Guilherme Mendes Púpio Maia; Henrique Silva Egídio da Costa; Igor Martins Carvalho Rodrigues; Isabela Braga Pompilio; Ivo Teixeira Gico Júnior; Jackson de Freitas Ferreira; Joana Termudo Cianfarani; Joanice Maria Moreno da Costa; João Marcos Amaral; Jonathan de Almeida Landucci; José Ricardo Alves Ferreira da Silva; Josiane Nogueira Guimarães; Juliana Gonçalves de Souza Guimarães; Julia Raquel Haddad; Karla Maia Peixoto de Vasconcellos Rocha; Kelly Cristine Silva Costa; Larissa Baldez Campos de Souza; Larissa Fonseca dos Santos e Silva; Leandro Augusto de Araújo Cunha Bueno; Lídia Maria Benjamim de Oliveira; Lilian Paschoal Silveira; Lucas Salim Vilela Pedras; Lucas Zabulon de Figueiredo; Lucinana dos Santos Martorano; Luís Cláudio Nagaili Guedes de Camargo; Luís Gustavo de Souza Nogueira; Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra; Luiz Filipe Ribeiro; Luiz Henrique Silva Egídio da Costa; Marcel Gaston Nogueira; Marcel Medon Santos; Marcelo Masô Lopes; Marcelo Procópio Calliari; Márcia Bordini Franco; Márcia Gabriele Gomes Trindade; Márcio de Carvalho Silveira Bueno; Maria Amélia Costa Pinheiro Sampaio; Maria Fernanda Caporale Madi; Mario Glauco Pati Neto; Marina Golfieri Burin; Mauro Vinícius Sbrissa Tortorelli; Matheus Pedrosa Fraiz Vasques; Murilo de Oliveira Abdo; Nathália Gomes Bernardes; Nathalie Teyssonneyre; Paolo R. D. Fernandes; Patrícia Bandouk Carvalho; Paula Montilla Tavares Assunção; Paula Müller Ribeiro; Paulo Maurício Braz Siqueira; Paulo Roberto Roque Antônio Khouri; Paulo Roberto Curi; Patrícia Roquete Reis Grumach; Pryscilla Maria Silveira da Fonseca; Rafael Klier da Silva Oliveira; Renata Cristina Veverka Faria; Renata Yamada Bürkle; Roberto Lourenço Belluzzo; Rodrigo Brandão Sé; Rodrigo Almeida Edington; Rodrigo Evangelista Siqueira; Rogério Andrade Cavalcanti Araújo; Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa; Tatiane Alves Costa; Tatiana Lins Cruz; Tatiana Melo de Góes; Vanessa Bicalho Maranhão; Vanessa Laboissiere Villela de Albuquerque; Vinicius Faria de Alcântara; Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda; Wagner Bragança; Weslen Messias Rodrigues.
Conselheira Relatora: Polyanna Ferreira Silva Vilanova

Intimem-se as Representadas para que, querendo, apresentem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 76, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011 e do art. 199 do Regimento Interno do CADE (RICADE).

É o despacho que submeto a homologação.

POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA
Conselheiro Relator

PAUTA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018

Dia: 27.03.2018
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.004446/2017-84
Requerentes: Essilor International (Compagnie Générale D'optique) S.A. e Luxottica Group S.p.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, Joana Cianfarani, Marcel Medon Santos e outros
Terceiros interessados: Carl Zeiss Vision Brasil Indústria Óptica Ltda. e Fotoptica Ltda.
Advogados: André Marques Gilberto, Victoria Malta Corradini, Eduardo Caminati Anders e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Consulta nº 08700.001540/2018-62
Consulentes: SINTRACON - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Contêineres e Cargas em Geral de Itajaí e Região e SEVEICULOS - Sindicato das Empresas de Veículos de Transporte de Carga e Logística de Itajaí e Região
Advogados: André Bona da Silva e Cassio Vieceli
Relatora: Conselheira Paula Azevedo
Requerimento nº 08700.004189/2017-81
Requerente: Acesso Restrito
Advogado: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.005902/2017-11
Requerente: Acesso Restrito
Advogado: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.006233/2017-97
Requerente: Acesso Restrito
Advogado: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.006295/2017-07
Requerente: Acesso Restrito
Advogado: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, no termos do art. 153, do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que os respectivos estrangeiros deverão ser notificados, considerando o disposto no art. 176, § 1°, inciso II, do Decreto em referência.

Processo nº 08460.015974/2017-39 - RICARDO SALADA PINTO CALDEIRA

Processo nº 08506.001900/2017-41 - CHEN MANHONG

Processo nº 08460.001530/2017-16 - MOYILA BONGUANGE ALAIN

Processo nº 08460.000214/2014-46 - OU MEIZHU

Processo nº 08000.063838/2017-72 - RAMON FIGOLS COSTA

Processo nº 08514.006197/2017-69 - MIRIAM BEATRIZ PIETRAFESA MIRANDA

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.018001/2017-51 - KAREN JUDITH ORTIZ BENITEZ

Processo nº 08460.015697/2017-64 - CUILIAN LI

Processo nº 08000.058551/2017-21 - MASSIMILIANO BERTOLI

Processo nº 08460.017407/2017-17 - WILMA ERIKA MARIE HOLLENBACH

Processo nº 08000.064149/2017-85 - GRETA MENCONI

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08492.006348/2008-93 - CATIA VITOREIRA CANGOLA ABREU

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08458.000807/2012-28 - XIAOYING YU

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a Autorização de Residência com base em reunião familiar, conforme consulta no Registro Nacional de Estrangeiros. Processo nº 08460.034687/2009-18 - XIAOJING YANG

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo nº 08505.071341/2017-47 - EMMANUEL AMARACHUKWU OBIBUEZE

Considerando que o presente pedido foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 1º, § único, da referida Resolução. Processo nº 08795.002128/2015-13 - ABDUL WAHAB MULJAN

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 14/03/2018, Seção 1, pág. 52,

Onde se lê: Determino o arquivamento dos pedidos de residência, diante do término dos respectivos cursos, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.017559/2017-10 - NIKOLA PARIZKOVA

Leia-se: DEFIRO o presente pedido de renovação da autorização de residência, até: 12/02/2019, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17.

Processo Nº 08460.017559/2017-10 - NIKOLA PARIZKOVA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 42, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O RESGATE DE ÓRGÃOS - VERSÃO EDITADA 2018 (REPO MEN, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): Miguel Sapochnik
Diretor(es): Miguel Sapochnik
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Ação/Suspense
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08000.006126/2018-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ÁRVORES VERMELHAS (RED TREES, Inglaterra - 2017)
Produtor(es): Cohen Media Group
Diretor(es): Marina Willer
Distribuidor(es): ERIKA GERTRUD FRIEDRICH FROMM
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.009081/2018-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SICÁRIO 2 - SOLDADO (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Richard Middleton
Diretor(es): Stefano Sollima
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.009087/2018-20
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: BLUMHOUSE APRESENTA VERDADE OU DESAFIO (BLUMHOUSE`S TRUTH OR DARE, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Jeff Wadlow
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.009091/2018-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: TODO DIA (EVERYDAY, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Paul Trijbits/Christian Grass/Anthony Bregman/Peter Cron
Diretor(es): Michael Sucsy
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.009094/2018-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MADAME (França - 2017)
Produtor(es): LGM Productions
Diretor(es): Amanda Sthers
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.009321/2018-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CORRENDO ATRÁS (Brasil - 2016)
Produtor(es): Raccord Produções
Diretor(es): Jefferson De
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.009323/2018-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: ANOS RADICAIS - 3ª TEMPORADA (ANOS RADICAIS, Brasil - 2015)
Episódio(s): 1 A 11
Produtor(es): Alexandre Machafer
Diretor(es): Alexandre Machafer
Distribuidor(es): CESGRANRIO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000259/2018-11
Requerente: CESGRANRIO

Filme: RAÍZES (Brasil - 2017)
Produtor(es): Victória Álvarez
Diretor(es): Sebastien Daguerressar
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Cultura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.000289/2018-27
Requerente: TÚLIO HENRIQUE QUEIROZ E SILVA

Trailer: O RENASCIMENTO DO PARTO 2 (Brasil - 2017)
Produtor(es): Eduardo Chauvet
Diretor(es): Eduardo Chauvet
Distribuidor(es): ESPAÇO FILMES / VITRINE FILMES / BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000327/2018-41
Requerente: 808 FILMES FORA DA LATA

Trailer: ESPLENDOR (HIKARI, Japão - 2017)
Produtor(es): Naoya Kinoshtia/Masa Sawada/Yumiko Takebe
Diretor(es): Namoi Kawase
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000333/2018-07
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: OS FANTASMAS DE ISMAEL (LES FANTOMES D`ISMAËL, França - 2017)
Produtor(es): Pascal Caucheteux
Diretor(es): Arnaud Desplechin
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000335/2018-98
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: UMA ESCALA EM PARIS (THIRST STREET, Estados Unidos da América / França - 2017)
Produtor(es): Ruben Amar/Louise Bellicaud/Joshua Blum/Claire Charles-Gervais
Diretor(es): Nathan Silver
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000336/2018-32
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: O TERCEIRO ASSASSINATO (SANDOME NO SATSUJIN, Japão - 2017)
Produtor(es): Hirokazu Kore-Eda
Diretor(es): Hirokazu Kore-Eda
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000341/2018-45
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: CIDADE DO FUTURO (Brasil - 2016)
Produtor(es): Michele Perroni
Diretor(es): Cláudio Marques/Marília Hughes
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000343/2018-34
Requerente: VITRINE FILMES

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

COORDENAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS

PORTARIA Nº 3, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o credenciamento do organismo estrangeiro "Ai.Bi. Associazione Amici dei Bambini" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, considerando o §2º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999; o Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005; a Portaria nº 1.076, de 21 de novembro de 2017, e o constante nos autos do processo nº 08099.017278/2017-32, resolve:

Art. 1º Credenciar o organismo "Ai.Bi. Associazione Amici dei Bambini", com sede em "Via Marignano, 18 - Mezzano de San Giuliano Milanese", em Milão, Itália, para intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia - Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, assim como as disposições do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005 e da Portaria nº 1.076, de 21 de novembro de 2017, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º O credenciamento tem validade de dois anos, contada da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos termos da Portaria nº 1.076, de 21 de novembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 202, DE 30 DE JANEIRO DE 2018 (*)

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Francisco Beltrão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite da 8ª Regional de Saúde - CIB/PR - Deliberação nº 2, de 26 de janeiro de 2018, que aprova a liberação de recursos financeiros à Sociedade Hospitalar Beltronense - Hospital São Francisco - CNES 2666731; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 39/2018 da Coordenação-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde (CGPAS/DRAC/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Francisco Beltrão (PR), em 6 (seis) parcelas mensais, de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

(*)Republicada por ter saído, no DOU nº 23, de 1º-2-2018, Seção 1, pág. 31, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 4.144, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

Estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que aprova o aditivo do Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 3.055/GM/MS, de 16 de novembro de 2017, que altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II no Hospital Salvatoriano Divino Salvador e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina;

Considerando o art. 2º - estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 1º - institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde - do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo III - Do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS - Livro II, Título I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo III - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave - Livro II, Título X da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da rede de atenção às urgências e emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.230.137,60 (um milhão, duzentos e trinta mil cento e trinta e sete reais e sessenta centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Videira.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se ao custeio de 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), adulto, tipo II, previsto no Hospital Salvatoriano Divino Salvador, CNES 2302500, localizado no Município de Videira (SC), contratualizado com a gestão estadual, previstos no aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, conforme Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, em complemento ao custeio estabelecido pela Portaria nº 3.055/GM/MS, de 16 de novembro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto dessa Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de sua publicação.

RICARDO BARROS

(*)Republicada por ter saído, no DOU nº 250, de 30-12-2017, Seção 1, página 61, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 617, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Altera o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente ao Município de Porteirinha (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto n° 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; da Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004; da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; e da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - Título V - Capítulo I (Origem: PRT MS/GM 1.555/2013) (com redação dada pela PRT MS/GM 2.001/2017), que dispõe sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 - Título III (Origem: PRT MS/GM 1.555/2013), que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Retificação do § 4º do art. 537, Capítulo I, Título V da Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n° 36, de 22/02/2018, Página 64;

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG n° 2.416, de 17 de novembro de 2016, que aprova a Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica (ERAF) e as normas de financiamento do Componente Básico do Bloco da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do SUS-MG; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.660, de 29 de janeiro de 2018, que divulga a forma de gestão atual do Município de Porteirinha, resolve:

Art. 1º Alterar os repasses dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referentes ao Município de Porteirinha-MG, que passa a fazer parte da lista de Municípios com pactuação Totalmente Centralizada no Município (TCM).

Parágrafo único. Os recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, correspondentes a R$ 5,58 habitante/ano, deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde diretamente ao respectivo Fundo Municipal de Saúde, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria ao respectivo Fundo de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 620, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Revoga a habilitação em Investimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do anexo da Portaria nº 1.344/GM/MS, de 29 de junho de 2012, e revoga a habilitação em Investimento para aquisição de equipamentos e material permanente do anexo da Portaria nº 1.953/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, para o Município de Concórdia (SC), por solicitação do proponente.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Deliberação nº 291/CIB/2017 que aprova a devolução da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24, Porte I) do Município de Concórdia (SC); e

Considerando a Nota Técnica nº 7-SEI, de 16 de janeiro de 2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica revogada a habilitação em Investimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do anexo da Portaria nº 1.344/GM/MS, de 29 de junho de 2012, do Município de Concórdia (SC), por solicitação do proponente, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a habilitação em investimento para aquisição de equipamentos e material permanente para Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), constante no anexo da Portaria nº 1.953/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, referente ao Município de Concórdia (SC), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Concórdia (SC), para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	Município	Programa da UPA 24h	Categoria	Porte	Proposta	NUP-SEI	Portaria de habilitação em investimento	Valor da Proposta	Valor Repassado
SC	Concórdia	2012 PAC 2	nova	I	83024.257000/1120-02	25000.005609/ 2018-33	PT 1.344/GM/MS DOU 29/6/2012	R$ 1.400.000,00	R$ 1.400.000,00

ANEXO II

UF	Município	Programa da UPA 24h	Categoria	Porte	Proposta	NUP-SEI	Portaria de habilitação equip. material permanente	Valor da Proposta	Valor Repassado
SC	Concórdia	2012 PAC 2	nova	I	10455.823000/1150-01 e 10455.823000/1150-03	25000.005609/ 2018-33	PT 1.953/GM/MS DOU 3/12/2015	R$ 722.115,00	R$ 722.115,00

PORTARIA Nº 621, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Atualiza os registros das Portas de Entrada Hospitalar de Urgência da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 19 da Portaria n° 706/SAS/MS, de 20 de julho de 2012, que institui a Tabela de Incentivos Redes no CNES;

Considerando o Título I, do Livro II, do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS;

Considerando a Seção I, do Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Financiamento do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 42-SEI/2018-CGUE/DAHU/SAS/MS; e

Considerando a necessidade de publicizar os incentivos da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Ficam atualizados os registros das Portas de Entrada Hospitalar de Urgência da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	IBGE	Município	Região de Saúde	CNES	Nome do Estabelecimento de Saúde	Tipologia	Incentivo	Fundo de Repasse	Portaria de Repasse
AC	120020	Cruzeiro do Sul	Juruá e Tarauacá/Envira	5336171	Hospital Regional do Juruá	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.277/GM/MS, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013
AC	120040	Rio Branco	Baixo Acre e Purus	2001578	Hospital Geral de Clínicas de Rio Branco	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.277/GM/MS, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013
AL	270030	Arapiraca	7ª Região de Saúde	2005050	Hospital Regional de Arapiraca	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.919/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
AL	270030	Arapiraca	7ª Região de Saúde	3015408	Unidade de Emergência Dr. Daniel Houly	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.919/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
AL	270430	Maceió	1ª Região de Saúde	2006510	Hospital Geral do Estado Dr. Osvaldo Brandão Vilela	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.919/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
AL	270630	Palmeira dos Índios	8ª Região de Saúde	2010631	Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.584/GM/MS, DE 31 DE JULHO DE 2014
AL	270670	Penedo	6ª Região de Saúde	2003775	Santa Casa de Misericórdia de Penedo	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.584/GM/MS, DE 31 DE JULHO DE 2014
AL	270860	São Miguel dos Campos	5ª Região de Saúde	2010151	Santa Casa de Misericórdia de São Miguel dos Campos	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.584/GM/MS, DE 31 DE JULHO DE 2014
AM	130190	Itacoatiara	Médio Amazonas	2016923	Hospital Regional José Mendes	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130250	Manacapuru	Rio Negro e Solimões	2013258	Hospital Geral de Manacapuru	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130260	Manaus	Entorno Manaus e Alto Rio Negro	2019574	Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lucio Pereira Machado	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130260	Manaus	Entorno Manaus e Alto Rio Negro	2013649	Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130260	Manaus	Entorno Manaus e Alto Rio Negro	5169976	Hospital e Pronto Socorro Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130260	Manaus	Entorno Manaus e Alto Rio Negro	2012030	Hospital e Pronto Socorro da Criança da Zona Leste	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130260	Manaus	Entorno Manaus e Alto Rio Negro	2018071	Hospital e Pronto Socorro da Criança da Zona Oeste	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 636/GM/MS, DE 23 DE ABRIL DE 2014
AM	130406	Tabatinga	Alto Solimões	2016125	Hospital de Guarnição de Tabatinga	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.323/GM/MS, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012
AP	160030	Macapá	Área Central	2020653	SES AP Hospital de Emergência	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.137/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012
AP	160060	Santana	Área Sudoeste	2021064	SES AP Hospital Estadual de Santana	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.137/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012
BA	291360	Ilhéus	Ilhéus	2415844	Hospital Geral Luiz Viana Filho	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 72/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
BA	291480	Itabuna	Itabuna	2385171	Hospital de Base Luis Eduardo Magalhães	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 72/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
BA	291800	Jequié	Jequié	2400693	Hospital Geral Prado Valadares	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 72/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
BA	292740	Salvador	Salvador	0004073	Hospital Geral Ernesto Simões Filho	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.723/GM/MS, DE 14 DE AGOSTO DE 2012
BA	292740	Salvador	Salvador	0004294	Hospital Geral do Estado	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.723/GM/MS, DE 14 DE AGOSTO DE 2012
BA	292740	Salvador	Salvador	0003859	Hospital Geral Roberto Santos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
BA	292740	Salvador	Salvador	6595197	Hospital do Subúrbio	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.723/GM/MS, DE 14 DE AGOSTO DE 2012
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	6414702	Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.723/GM/MS, DE 14 DE AGOSTO DE 2012
BA	293135	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	2301318	Hospital Municipal de Teixeira de Freitas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.141/GM/MS, DE 26 DE MAIO DE 2014
CE	230190	Barbalha	21ª Região Juazeiro do Norte	2564238	Hospital Maternidade Santo Antonio HMSA	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230190	Barbalha	21ª Região Juazeiro do Norte	2564211	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230250	Brejo Santo	19ª Região Brejo Santo	2480646	IMTAVI - Instituto Madre Tereza de Apoio a Vida	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230370	Caucaia	2ª Região Caucaia	2562316	Hospital Municipal Abelardo Gadelha da Rocha	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230410	Crateús	15ª Região Crateús	2481073	Hospital São Lucas	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.036/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
CE	230420	Crato	20ª Região Crato	2415488	Hospital e Maternidade São Francisco de Assis	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230420	Crato	20ª Região Crato	2415496	Hospital São Raimundo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2563681	HIAS - Hospital Infantil Albert Sabin	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2529149	IFJ - Instituto Dr. José Frota Central	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2526638	SOPAI Hospital Infantil	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2561417	Hospital São José de Doenças Infecciosas	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2497654	HGF - Hospital Geral de Fortaleza	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230440	Fortaleza	1ª Região Fortaleza	2479214	HM Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230550	Iguatu	18ª Região Iguatú	2675560	Hospital Regional de Iguatu	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230640	Itapipoca	6ª Região Itapipoca	2552086	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230730	Juazeiro do Norte	21ª Região Juazeiro do Norte	6779522	Hospital Regional do Cariri	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.422/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	230765	Maracanaú	3ª Região Maracanaú	2806215	Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.373/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
CE	231290	Sobral	11ª Região Sobral	3021114	Santa Casa de Misericórdia de Sobral	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.742/GM/MS, DE 20 DE AGOSTO DE 2013
CE	231290	Sobral	11ª Região Sobral	6848710	Hospital Regional Norte	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.742/GM/MS, DE 20 DE AGOSTO DE 2013
CE	231290	Sobral	11ª Região Sobral	2425300	Hospital do Coração	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.742/GM/MS, DE 20 DE AGOSTO DE 2013
CE	231340	Tianguá	13ª Região Tianguá	2560852	Hospital Maternidade Madalena Nunes	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.742/GM/MS, DE 20 DE AGOSTO DE 2013
DF	530010	Brasília	Brasília	0010537	Hospital Materno Infantil de Brasília HMIB	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
DF	530010	Brasília	Brasília	0010456	HBDF Hospital de Base do Distrito Federal	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
DF	530010	Brasília	Brasília	0010464	HRAN Hospital Regional da Asa Norte	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
DF	530040	Brasília	Brasília	0010480	Hospital Regional de Ceilândia	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
DF	530180	Brasília	Brasília	0010499	HRT Hospital Regional de Taguatinga	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
DF	530170	Brasília	Brasília	0010502	HRS Hospital Regional de Sobradinho	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
DF	530060	Brasília	Brasília	0010472	HRG Hospital Regional do Gama	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.238/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320060	Aracruz	Central	2770326	Fundação Hospital Maternidade São Camilo	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320090	Barra de São Francisco	Norte	2445956	Hospital Doutora Rita de Cássia	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	Sul	2485680	Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320150	Colatina	Central	2446030	Hospital e Maternidade Silvio Avidos	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320190	Domingos Martins	Metropolitana	2402882	Hospital e Maternidade Dr. Arthur Gerhardt	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320320	Linhares	Central	2465825	Hospital Geral de Linhares HGL	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320480	São José do Calçado	Sul	2547317	Hospital São José	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320490	São Mateus	Norte	2550687	Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 745/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015
ES	320500	Serra	Metropolitana	7257406	Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 515/GM/MS, DE 27 DE MARÇO DE 2013
ES	320520	Vila Velha	Metropolitana	2546957	Hospital Antônio Bezerra de Farias	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320520	Vila Velha	Metropolitana	2494442	Hospital Evangélico de Vila Velha	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320530	Vitória	Metropolitana	0011819	Hospital São Lucas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320530	Vitória	Metropolitana	0011800	Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
ES	320530	Vitória	Metropolitana	0011746	Hospital Santa Casa de Vitória	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.298/GM/MS, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015
GO	520110	Anápolis	Pirineus	2361787	Santa Casa de Misericórdia de Anápolis	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.808/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
GO	520110	Anápolis	Pirineus	3771962	Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.808/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
GO	520140	Aparecida de Goiânia	Centro Sul	5419662	HUAPA Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.486/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
GO	520860	Goianésia	São Patrício II	2534584	Hospital Municipal Irmã Fanny Duran Goianésia	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 892/GM/MS, DE 31 DE MARÇO DE 2017
GO	520870	Goiânia	Central	2338262	Hospital de Urgências de Goiânia HUGO	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
GO	520870	Goiânia	Central	2339196	Hospital Materno Infantil	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.486/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
GO	521800	Porangatu	Norte	2442477	Hospital Municipal de Porangatu	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.808/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
GO	522140	Trindade	Central	5095808	Hospital de Urgências de Trindade Walda Ferreira dos Santos	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.486/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210005	Açailândia	Açailândia	2463016	Hospital Municipal de Açailândia	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 13/GM/MS, DE 07 DE JANEIRO DE 2014
MA	210060	Amarante do Maranhão	Imperatriz	3667804	Hospital Municipal São José de Ribamar	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.673/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
MA	210300	Caxias	Caxias	3388301	Hospital Geral de Caxias	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.948/GM/MS, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
MA	210330	Codó	Codó	2449641	HGM Hospital Geral Municipal Dr. Marcolino Jr.	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.660/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
MA	210340	Coelho Neto	Caxias	2306697	Casa de Saúde e Maternidade de Coelho Neto	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.948/GM/MS, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
MA	210370	Cururupu	Pinheiro	2454696	Santa Casa de Misericórdia de Cururupu	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 577/GM/MS, DE 01 DE JANEIRO DE 2016
MA	210530	Imperatriz	Imperatriz	2456672	HMI Hospital Municipal de Imperatriz	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.673/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
MA	210845	Peritoró	Codó	7077378	Hospital Geral de Peritoró	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.660/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
MA	210860	Pinheiro	Pinheiro	2310511	Hospital Regional Dr. Antenor Abreu	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 577/GM/MS, DE 01 DE JANEIRO DE 2016
MA	210900	Porto Franco	Imperatriz	2307154	Hospital e Maternidade Aderson Marinho	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.673/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
MA	210910	Presidente Dutra	Presidente Dutra	6483089	Hospital Regional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 576/GM/MS, DE 01 DE ABRIL DE 2016
MA	210990	Santa Inês	Santa Inês	2772299	Hospital Municipal Santa Inês	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 578/GM/MS, DE 01 DE ABRIL DE 2016
MA	211000	Santa Luzia	Santa Inês	2459477	Hospital Municipal Pedro dos Reis Fernandes Neto	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 578/GM/MS, DE 01 DE ABRIL DE 2016
MA	211130	São Luís	São Luís	2458799	Hospital da Criança Dr. Odorico Amaral de Matos	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.101/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012
MA	211130	São Luís	São Luís	2308762	Hospital Municipal Djalma Marques Socorrão I	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.101/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012
MA	211130	São Luís	São Luís	2308800	Socorrão II Hospital Municipal de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.101/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012
MG	310160	Alfenas	Alfenas Machado	2171988	Hospital Universitário Alzira Velano	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.039/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
MG	310560	Barbacena	Barbacena	2138875	Santa Casa Misericórdia Barbacena	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.789/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
MG	310620	Belo Horizonte	Belo Horizonte Nova Lima Caeté	0026948	Hospital Infantil João Paulo II	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.062/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
MG	310620	Belo Horizonte	Belo Horizonte Nova Lima Caeté	0026921	Hospital João XXIII	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.062/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
MG	310620	Belo Horizonte	Belo Horizonte Nova Lima Caeté	2192896	Hospital Metropolitano Odilon Bherens HOB	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.062/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
MG	310670	Betim	Betim	2126494	Hospital Público Regional Prefeito Osvaldo Rezende Franco	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.062/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
MG	310860	Brasília de Minas	Brasília de Minas São Francisco	2119420	Hospital Municipal Senhora Santana	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.085/GM/MS, DE 28 DE ABRIL DE 2017
MG	311330	Carangola	Carangola	2764776	Casa de Caridade de Carangola	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.916/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
MG	311530	Cataguases	Leopoldina Cataguases	2098911	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cataguases	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.916/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
MG	311860	Contagem	Contagem	2200473	Hospital Municipal de Contagem	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.062/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
MG	312160	Diamantina	Diamantina	2135132	Santa Casa de Caridade	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.683/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2014
MG	313510	Janaúba	Janaúba Monte Azul	6920977	Hospital Regional De Janaúba	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.008/GM/MS, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012
MG	313670	Juiz de Fora	Juiz de Fora Lima Duarte Bom Jardim Minas	2153084	Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.916/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
MG	314330	Montes Claros	Montes Claros Bocaiúva	2149990	Hospital Santa Casa de Montes Claros	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.008/GM/MS, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012
MG	314390	Muriaé	Muriaé	4042085	Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.916/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
MG	314790	Passos	Passos Piumhi	2775999	Santa Casa de Misericórdia de Passos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.039/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
MG	315120	Pirapora	Pirapora	2119528	Hospital Dr. Moisés Magalhães Freire	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.008/GM/MS, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012
MG	315180	Poços de Caldas	Poços de Caldas	2129469	Santa Casa de Poços de Caldas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.039/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
MG	315250	Pouso Alegre	Pouso Alegre	2127989	Hospital das Clínicas Samuel Libanio Pouso Alegre	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.039/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
MG	316800	Taiobeiras	Salinas Taiobeiras	2098369	Hospital Santo Antônio	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.008/GM/MS, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012
MG	316860	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni Malacacheta Itambacuri	2208172	Hospital Santa Rosália	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.683/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2014
MG	316990	Ubá	Ubá	2195437	Hospital Santa Isabel	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.916/GM/MS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
MG	317070	Varginha	Varginha	2761092	Hospital Bom Pastor	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.039/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
MS	500110	Aquidauana	Campo Grande	2659417	Hospital da Cidade	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 682/GM/MS, DE 24 DE ABRIL DE 2013
MS	500270	Campo Grande	Campo Grande	0009717	Santa Casa - Associação Beneficente de Campo Grande	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 682/GM/MS, DE 24 DE ABRIL DE 2013
MS	500270	Campo Grande	Campo Grande	0009725	Hospital Regional de Mato Grosso do Sul	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 682/GM/MS, DE 24 DE ABRIL DE 2013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500270	Campo Grande	Campo Grande	0009709	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - UFMS - EBSERH	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 153/GM/MS, DE 18 DE JANEIRO DE 2018
MS	500320	Corumbá	Corumbá	2558815	Pronto Socorro Municipal de Corumbá	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 682/GM/MS, DE 24 DE ABRIL DE 2013
MS	500330	Coxim	Campo Grande	6426190	Hospital Regional Dr. Álvaro Fontoura Silva	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 682/GM/MS, DE 24 DE ABRIL DE 2013
MS	500370	Dourados	Dourados	5610044	Hospital da Vida	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 764/GM/MS, DE 05 DE MAIO DE 2013
MS	500570	Naviraí	Dourados	2710498	Hospital Municipal de Naviraí	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 764/GM/MS, DE 05 DE MAIO DE 2013
MS	500620	Nova Andradina	Dourados	2371243	Hospital Regional	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 764/GM/MS, DE 05 DE MAIO DE 2013
MS	500630	Paranaíba	Três Lagoas	2375850	Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 811/GM/MS, DE 10 DE MAIO DE 2013
MS	500660	Ponta Porã	Dourados	2651610	Hospital Regional Dr. José de Simone Netto	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 764/GM/MS, DE 05 DE MAIO DE 2013
MS	500830	Três Lagoas	Três Lagoas	2756951	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 811/GM/MS, DE 10 DE MAIO DE 2013
MT	510340	Cuiabá	Baixada Cuiabana	2495015	Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.412/GM/MS, DE 06 DE JULHO DE 2012
MT	510340	Cuiabá	Baixada Cuiabana	2659107	Hospital Geral	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.412/GM/MS, DE 06 DE JULHO DE 2012
MT	510340	Cuiabá	Baixada Cuiabana	2655519	Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.412/GM/MS, DE 06 DE JULHO DE 2012
MT	510840	Várzea Grande	Baixada Cuiabana	2391635	Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.412/GM/MS, DE 06 DE JULHO DE 2012
PA	150060	Altamira	Xingu	2330830	Hospital Municipal São Rafael	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150080	Ananindeua	Metropolitana I	3987884	Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150140	Belém	Metropolitana I	2337339	Hospital Pronto Socorro Municipal Mario Pinotti	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150140	Belém	Metropolitana I	2694778	HPSM Dr. Humberto Maradei Pereira	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150180	Breves	Marajó II	2418657	Hospital Municipal Maria Santana Rocha Franco	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150240	Castanhal	Metropolitana III	2674769	Hospital Municipal de Urgência e Emergência Maria Laise Pereira	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150420	Marabá	Carajás	2615797	Hospital Municipal de Marabá	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150442	Marituba	Metropolitana I	2619717	Hospital da Divina Providência	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150680	Santarém	Baixo Amazonas	2329905	Hospital Municipal de Santarém	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PA	150810	Tucuruí	Lago de Tucuruí	2621614	Hospital Regional de Tucuruí	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.649/GM/MS, DE 02 DE AGOSTO DE 2012
PB	250630	Guarabira	2ª Região	2603802	Complexo de Saúde do Município de Guarabira	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.128/GM/MS, DE 23 DE MAIO DE 2014
PB	250750	João Pessoa	1ª Região Mata Atlântica	2593262	Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.128/GM/MS, DE 23 DE MAIO DE 2014
PB	250750	João Pessoa	1ª Região Mata Atlântica	2399628	Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Burity	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.128/GM/MS, DE 23 DE MAIO DE 2014
PB	250750	João Pessoa	1ª Região Mata Atlântica	2400324	Hospital Edson Ramalho	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.128/GM/MS, DE 23 DE MAIO DE 2014
PB	250750	João Pessoa	1ª Região Mata Atlântica	2399636	Hospital Municipal Valentina	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.128/GM/MS, DE 23 DE MAIO DE 2014
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	Recife	6559379	Hospital Dom Helder Camara	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	260410	Caruaru	Caruaru	2427419	Hospital Regional do Agreste Dr. Waldemiro Ferreira	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 99/GM/MS, DE 21 DE JANEIRO DE 2016
PE	261070	Paulista	Recife	6431569	Hospital Miguel Arraes	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261110	Petrolina	Petrolina	6042414	Hospital Universitário de Petrolina	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.805/GM/MS, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013
PE	261160	Recife	Recife	0000426	Hospital Otávio de Freitas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261160	Recife	Recife	3983730	PROCAPE Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261160	Recife	Recife	6908268	Hospital Pelópidas Silveira	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261160	Recife	Recife	0000418	Hospital Agamenon Magalhães	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261160	Recife	Recife	0000655	Hospital da Restauração	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
PE	261160	Recife	Recife	2802783	Hospital Getúlio Vargas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261160	Recife	Recife	0000434	IMIP Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 45/GM/MS, DE 11 DE JANEIRO DE 2016
PE	261220	Salgueiro	Salgueiro	2356287	Hospital Regional Inácio de Sá	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.805/GM/MS, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013
PI	220020	Água Branca	Entre Rios	2323923	Hospital Senador Dirceu Mendes Arcoverde	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.790/GM/MS, DE 22 DE AGOSTO DE 2012
PI	220390	Floriano	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	2365146	Hospital Regional Tibério Nunes	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.494/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220770	Parnaíba	Planície Litorânea	8015899	Hospital Estadual Dirceu Arcoverde	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.493/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
PI	221100	Teresina	Entre Rios	5828856	Unidade de Urgência de Teresina Professor Zenon Rocha HUT	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.790/GM/MS, DE 22 DE AGOSTO DE 2012
PI	221110	União	Entre Rios	2777681	Hospital Municipal de União	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 525/GM/MS, DE 29 DE MARÇO DE 2016
PR	410140	Apucarana	16ª RS Apucarana	2439360	HNSG Hospital da Providência	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	410150	Arapongas	16ª RS Apucarana	2576341	HONPAR Hospital Norte Paranaense	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	410180	Araucária	2ª RS Metropolitana	5995280	Hospital Municipal de Araucária	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410400	Campina Grande do Sul	2ª RS Metropolitana	0013633	Hospital Angelina Caron	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410430	Campo Mourão	11ª RS Campo Mourão	0014109	Hospital Santa Casa de Misericórdia	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.288/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017
PR	410480	Cascavel	10ª RS Cascavel	2738368	Hospital Universitário do Oeste do Paraná	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.949/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
PR	410640	Cornélio Procópio	18ª RS Cornélio Procópio	2582449	Santa Casa de Cornélio Procópio	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	0015563	Hospital Infantil Pequeno Príncipe	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	0015369	Hospital do Trabalhador	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	0015407	Hospital Universitário Cajuru	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	0015245	HEC Hospital Evangélico de Curitiba	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	6388671	Hospital do Idoso Zilda Arns	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410690	Curitiba	2ª RS Metropolitana	0015334	Hospital Santa Casa de Curitiba	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PPORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	410830	Foz do Iguaçu	9ª RS Foz do Iguaçu	5061989	Hospital Municipal Padre Germano Lauck	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.949/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
PR	410840	Francisco Beltrão	8ª RS Francisco Beltrão	6424341	Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits F B	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.949/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
PR	411180	Jacarezinho	19ª RS Jacarezinho	2783800	Santa Casa Misericórdia de Jacarezinho	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	411370	Londrina	17ª RS Londrina	2580055	ISCAL Irmandade da Santa Casa de Londrina	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	411370	Londrina	17ª RS Londrina	2550792	Hospital Evangélico de Londrina	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	411370	Londrina	17ª RS Londrina	2781859	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.66/GM/MS, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PR	411520	Maringá	15ª RS Maringá	2594714	Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.288/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017
PR	411520	Maringá	15ª RS Maringá	2587335	Hospital Universitário Regional de Maringá	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.288/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017
PR	411520	Maringá	15ª RS Maringá	2743469	Hospital e Maternidade Santa Rita	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.923/GM/MS, DE 27 DE JULHO DE 2017
PR	411840	Paranavaí	14ª RS Paranavaí	2754738	Santa Casa de Paranavaí	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.288/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017
PR	412550	São José dos Pinhais	2ª RS Metropolitana	2753278	Hospital e Maternidade Municipal de São José dos Pinhais	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIANº 1.287/GM/MS, DE 22 DE JUNHO DE 2012
PR	412625	Sarandi	15ª RS Maringá	2825589	Metropolitana de Sarandi	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.288/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017
PR	412770	Toledo	20ª RS Toledo	4056752	HOESP Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.949/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
RJ	330040	Barra Mansa	Médio Paraíba	2280051	Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330045	Belford Roxo	Metropolitana I	2289571	Hospital Municipal Jorge Júlio Costa Santos Joca	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	Serrana	2696924	Hospital Municipal Dr. Celso Martins	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 5/GM/MS, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	Norte	2287579	Hospital Ferreira Machado	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.037/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	Norte	3002187	Hospital Geral de Guarus	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.037/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
RJ	330170	Duque de Caxias	Metropolitana I	6007317	Hospital Municipal Moacyr Rodrigues do Carmo	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330170	Duque de Caxias	Metropolitana I	2277751	Hospital Infantil Ismélia Silveira	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330170	Duque de Caxias	Metropolitana I	2290227	SES RJ Hospital Estadual Adão Pereira Nunes	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330240	Macaé	Norte	5412447	Hospital Público Municipal de Macaé HPM	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 3.037/GM/MS, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
RJ	330340	Nova Friburgo	Serrana	2272784	Hospital Municipal Raul Sertã	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 5/GM/MS, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
RJ	330350	Nova Iguaçu	Metropolitana I	2798662	HGNI Hospital Geral de Nova Iguaçu	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330390	Petrópolis	Serrana	2275635	Hospital Santa Tereza	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 5/GM/MS, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330420	Resende	Médio Paraíba	2288893	Hospital Municipal Henrique Sergio Gregori	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330455	Rio de Janeiro	Metropolitana I	2280183	SMS Hospital Municipal Souza Aguiar AP 10	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330455	Rio de Janeiro	Metropolitana I	6995462	SMS Hospital Municipal Pedro II AP 53	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.276/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330455	Rio de Janeiro	Metropolitana I	2298120	SMS Hospital Municipal Albert Schweitzer AP 51	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
RJ	330455	Rio de Janeiro	Metropolitana I	2270269	SMS Hospital Municipal Miguel Couto AP 21	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
RJ	330490	São Gonçalo	Metropolitana II	2298031	SES RJ Hospital Estadual Alberto Torres Geral São Gonçalo	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.27/GM/MS, DE 26 DE JUNHO DE 2013
RJ	330580	Teresópolis	Serrana	2297795	Hospital das Clínicas de Teresópolis	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 5/GM/MS, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
RJ	330600	Três Rios	Centro-Sul	2294923	Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330610	Valença	Médio Paraíba	2292912	Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330620	Vassouras	Centro-Sul	2273748	HUV Hospital Universitário de Vassouras	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330630	Volta Redonda	Médio Paraíba	0025135	Hospital Municipal São João Batista	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RJ	330630	Volta Redonda	Médio Paraíba	0025143	Hospital Municipal Dr. Munir Rafful	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.609/GM/MS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
RN	240810	Natal	7ª Região de Saúde - Metropolitana	2653923	Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.499/GM/MS, DE 12 DE JULHO DE 2012
RN	240810	Natal	7ª Região de Saúde - Metropolitana	2654261	Hospital Maria Alice Fernandes	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.499/GM/MS, DE 12 DE JULHO DE 2012
RN	240810	Natal	7ª Região de Saúde - Metropolitana	2408570	Hospital Dr. José Pedro Bezerra	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.499/GM/MS, DE 12 DE JULHO DE 2012
RN	240325	Parnamirim	7ª Região de Saúde - Metropolitana	3515168	Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.499/GM/MS, DE 12 DE JULHO DE 2012
RO	110002	Ariquemes	Vale do Jamari	2494299	Hospital Regional de Ariquemes	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.737/GM/MS, DE 15 DE AGOSTO DE 2014
RO	110020	Porto Velho	Madeira-Mamoré	2493888	Hospital João Paulo II Porto Velho	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.886/GM/MS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
RO	110020	Porto Velho	Madeira-Mamoré	2493896	Hospital Cosme e Damião Porto Velho	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.886/GM/MS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
RO	110030	Vilhena	Cone Sul	2798484	Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.886/GM/MS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
RR	140010	Boa Vista	Centro Norte	2319659	Hospital Geral de Roraima HGR	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.859/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
RR	140010	Boa Vista	Centro Norte	2320681	Hospital da Criança Santo Antônio	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.859/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
RS	430160	Bagé	Região 22 - Pampa	2261987	Santa Casa de Caridade de Bagé	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	430450	Canguçu	Região 21 - Sul	2232928	Hospital de Caridade de Canguçu	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	430460	Canoas	Região 08 - Vale do Caí e Metropolitana	3626245	Hospital Pronto Socorro de Canoas Dep. Nelson Marchezan	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	430770	Esteio	Região 08 - Vale do Caí e Metropolitana	2232030	Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431340	Novo Hamburgo	Região 07 - Vale dos Sinos	2232146	Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo FSNH	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431440	Pelotas	Região 21 - Sul	2253046	Hospital Universitário São Francisco de Paula	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	431440	Pelotas	Região 21 - Sul	2253054	Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	431460	Piratini	Região 21 - Sul	2233347	Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição Piratini	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2237253	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2262568	Hospital São Lucas da PUCRS	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2693801	Associação Hospitalar Vila Nova	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2778718	HPS Hospital de Pronto Socorro	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2237601	Hospital de Clínicas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2237571	Hospital Nossa Senhora da Conceição AS	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA GM/MS Nº 3.016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431490	Porto Alegre	Região 10 - Capital e Vale do Gravataí	2237822	Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431560	Rio Grande	Região 21 - Sul	2232995	Santa Casa do Rio Grande	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	431870	São Leopoldo	Região 07 - Vale dos Sinos	2232022	Hospital Centenário	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	431880	São Lourenço do Sul	Região 21 - Sul	2233312	Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.506/GM/MS, DE 18 DE JULHO DE 2014
RS	432000	Sapucaia do Sul	Região 08 - Vale do Caí e Metropolitana	2232162	Fundação Hospitalar de Sapucaia do Sul	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
RS	432160	Tramandaí	Região 05 - Bons Ventos	2793008	Hospital Tramandaí	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.661/GM/MS, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
SC	420140	Araranguá	Extremo Sul Catarinense	2691515	SPDM PAIS Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420200	Balneário Camboriú	Foz do Rio Itajaí	6854729	Hospital Municipal Ruth Cardoso	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420240	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	2558254	Hospital Santo Antônio	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420240	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	2558246	Hospital Santa Isabel	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420290	Brusque	Médio Vale do Itajaí	2522411	Hospital Azambuja	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420300	Caçador	Alto Vale do Rio do Peixe	2301830	Hospital Maice	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.35/GM/MS7, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SC	420420	Chapecó	Oeste	2537788	Hospital Regional do Oeste	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420430	Concórdia	Alto Uruguai Catarinense	2303892	Hospital São Francisco	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420460	Criciúma	Carbonífera	2758164	Hospital São José	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420480	Curitibanos	Alto Vale do Rio do Peixe	2302101	Hospital Hélio Anjos Ortiz	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420540	Florianópolis	Grande Florianópolis	2691868	Hospital Infantil Joana de Gusmão	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA GM/MS Nº 2.011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012
SC	420540	Florianópolis	Grande Florianópolis	2691841	Hospital Governador Celso Ramos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA GM/MS Nº 2.011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012
SC	420820	Itajaí	Foz do Rio Itajaí	2522691	Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420820	Itajaí	Foz do Rio Itajaí	2744937	Hospital Universitário UNIVALI	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420890	Jaraguá do Sul	Nordeste	2306336	Hospital São José	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 822/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420890	Jaraguá do Sul	Nordeste	2786125	Hospital e Maternidade Jaraguá	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 4.100/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017
SC	420900	Joaçaba	Meio Oeste	2560771	Hospital Universitário Santa Terezinha	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420910	Joinville	Nordeste	2436469	Hospital Municipal São José	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 822/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420910	Joinville	Nordeste	6048692	Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.396/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016
SC	420910	Joinville	Nordeste	2436450	Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 822/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420930	Lages	Serra Catarinense	2504332	Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	420930	Lages	Serra Catarinense	2662914	Hospital Infantil Seara do Bem	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	420930	Lages	Serra Catarinense	2504316	Sociedade Mãe da Divina Providência Hospital Nossa Senhora dos Prazeres	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	421010	Mafra	Planalto Norte	2379333	Hospital São Vicente de Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 4.044/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017
SC	421480	Rio do Sul	Alto Vale do Itajaí	2568713	Hospital Regional Alto Vale	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	421660	São José	Grande Florianópolis	2302969	ICSC Instituto de Cardiologia	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.011/GM/MS, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012
SC	421660	São José	Grande Florianópolis	2555646	Hospital Regional de São José Dr. Homero Miranda Gomes	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 2.011/GM/MS, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012
SC	421720	São Miguel do Oeste	Extremo Oeste	6683134	Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 2.157/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
SC	421870	Tubarão	Laguna	2491710	Hospital Nossa Senhora da Conceição	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SC	421950	Xanxerê	Xanxerê	2411393	Hospital Regional São Paulo ASSEC	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 821/GM/MS, DE 25 DE ABRIL DE 2016
SE	280030	Aracaju	Aracaju	2816210	Hospital Governador João Alves Filho	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280030	Aracaju	Aracaju	0002283	Hospital de Cirurgia	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280030	Aracaju	Aracaju	0002232	Hospital Santa Izabel	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280210	Estância	Estância	6901743	Hospital Regional de Estância Jesse Fontes	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280290	Itabaiana	Itabaiana	2477661	Hospital Dr. Pedro Garcia Moreno	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280350	Lagarto	Lagarto	6568343	Hospital Regional de Lagarto	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280440	Neópolis	Propriá	2421534	Hospital de Neópolis	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	2421542	Hospital Regional João Alves Filho	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	5129753	Hospital Regional José Franco Sobrinho	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.771/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350280	Araçatuba	Central do DRS II	2078775	Santa Casa de Araçatuba Hospital Sagrado Coração de Jesus	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	350320	Araraquara	Central do DRS III	2082527	Santa Casa de Araraquara	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 71/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	350450	Avaré	Vale do Jurumirim	2083604	Santa Casa de Avaré	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.527/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
SP	350550	Barretos	Norte - Barretos	2092611	Santa Casa de Barretos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 71/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	350600	Bauru	Bauru	2790556	Hospital de Base de Bauru	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.527/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
SP	350950	Campinas	Região Metropolitana de Campinas	2081490	Hospital Municipal Dr. Mario Gatti Campinas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 52/GM/MS, DE 07 DE JANEIRO DE 2014
SP	350950	Campinas	Região Metropolitana de Campinas	2082128	Hospital e Maternidade Celso Pierro	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 52/GM/MS, DE 07 DE JANEIRO DE 2014
SP	350950	Campinas	Região Metropolitana de Campinas	2079798	Hospital das Clínicas da UNICAMP de Campinas	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 52/GM/MS, DE 07 DE JANEIRO DE 2014
SP	351060	Carapicuíba	Rota dos Bandeirantes	2792168	Hospital Geral de Carapicuíba	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 3.124/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	351110	Catanduva	Catanduva	2089327	Hospital Padre Albino Catanduva	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	351380	Diadema	Grande ABC	2080028	Hospital Municipal de Diadema HMD	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 2.201/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014
SP	351550	Fernandópolis	Fernandópolis	2093324	Santa Casa de Fernandópolis	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	351620	Franca	Três Colinas	2705982	Santa Casa de Franca	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 71/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	351870	Guarujá	Baixada Santista	2754843	Hospital Santo Amaro	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.677/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	351880	Guarulhos	Alto do Tietê	5200105	Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manuel de Paiva	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.057/GM/MS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
SP	352220	Itapecerica da Serra	Mananciais	2792176	Hospital Geral de Itapecerica da Serra	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.674/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	352480	Jales	Jales	2079895	Santa Casa de Misericórdia de Jales	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	352530	Jaú	Jaú	2791722	Santa Casa de Jaú	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.527/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
SP	352710	Lins	Lins	2758245	Santa Casa de Lins	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.527/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
SP	352940	Mauá	Grande ABC	2082349	Hospital de Clínicas Dr. Radames Nardini	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.201/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014
SP	353060	Mogi das Cruzes	Alto do Tietê	2080680	Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo Mogi das Cruzes	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.057/GM/MS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
SP	353440	Osasco	Rota dos Bandeirantes	0008052	Hospital Regional Dr. Vivaldo Martins Simões Osasco	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.124/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	353620	Pariquera-Açu	Vale do Ribeira	2077434	Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.677/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	354100	Praia Grande	Baixada Santista	2716097	Hospital Municipal Irmã Dulce O. S. S.	Hospital Geral	82.12	Municipal	PORTARIA Nº 1.677/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	354340	Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	2082187	Hospital das Clinicas FAEPA Ribeirão Preto	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 71/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	354340	Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	2084414	Santa Casa de Ribeirão Preto	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 71/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	354780	Santo André	Grande ABC	0008923	Centro Hospitalar de Santo André Dr. Newton da Costa Brandão	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 2.201/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014
SP	354780	Santo André	Grande ABC	2080273	Hospital Estadual Mário Covas de Santo André	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 2.201/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014
SP	354850	Santos	Baixada Santista	2025752	Santa Casa de Santos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 1.677/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	354870	São Bernardo do Campo	Grande ABC	2069776	Hospital e Pronto Socorro Central	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 2.201/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014
SP	354890	São Carlos	Coração do DRS III	2080931	Santa Casa de São Carlos	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Municipal	PORTARIA Nº 7/GM/MS, DE 09 DE JANEIRO DE 2014
SP	354980	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	2077396	Hospital de Base de São José do Rio Preto	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	354980	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	2798298	Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Municipal	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2078015	HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2077477	Hospital Santa Marcelina São Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2688689	Santa Casa de São Paulo - Hospital Central de São Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 3.016/GM/MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2079240	Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa Guaianases São Paulo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2077620	Hospital Geral Santa Marcelina de Itaim Paulista São Paulo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2077574	Conjunto Hospitalar do Mandaqui São Paulo	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2082225	Hospital Kátia de Souza Rodrigues TaipasSP São Paulo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2077426	Hospital Estadual de Vila Alpina Org. Social Sec-onci São Paulo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355030	São Paulo	São Paulo	2091313	Hospital Regional Sul São Paulo	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355030	São Paulo	São Paulo	2077671	Hospital Geral do Grajaú Liber John Alphonse di Dio SP	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.658/GM/MS, DE 08 DE AGOSTO DE 2013
SP	355280	Taboão da Serra	Mananciais	2079828	Hospital Geral Pirajussara Taboão da Serra	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.674/GM/MS, DE 05 DE AGOSTO DE 2014
SP	355710	Votuporanga	Votuporanga	2081377	Santa Casa de Votuporanga	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 3.218/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
TO	170210	Araguaína	Médio Norte Araguaia	2600536	Hospital Regional de Araguaína	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.495/GM/MS, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
TO	170930	Guaraí	Cerrado Tocantins Araguaia	2765640	Hospital Regional de Guaraí	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.812/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
TO	170950	Gurupi	Ilha do Bananal	2786109	Hospital Regional de Gurupi	Hospital Especializado Tipo I	82.13	Estadual	PORTARIA Nº 1.811/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
TO	171320	Miracema do Tocantins	Capim Dourado	2765659	Hospital Regional de Miracema	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.095/GM/MS, DE 05 DE JUNHO DE 2013
TO	172100	Palmas	Capim Dourado	2786117	Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres	Hospital Especializado Tipo II	82.14	Estadual	PORTARIA Nº 1.095/GM/MS, DE 05 DE JUNHO DE 2013
TO	171610	Paraíso do Tocantins	Cantão	2755149	Hospital Regional de Paraíso Dr. Alfredo O. Barros	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.814/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
TO	171820	Porto Nacional	Amor Perfeito	2786125	Hospital Regional de Porto Nacional	Hospital Geral	82.12	Estadual	PORTARIA Nº 1.813/GM/MS, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº 622, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Exclui o inciso II do art. 11 da Portaria nº 3.491/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.491/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento de projetos de promoção da saúde, vigilância e atenção integral à saúde direcionados para prevenção do suicídio no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS), a onerarem o orçamento de 2017; e

Considerando a Nota técnica nº 26/2018 - CGMAD/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica excluído o inciso II do art. 11 da Portaria nº 3.491/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento de projetos de promoção da saúde, vigilância e atenção integral à saúde direcionados para prevenção do suicídio no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS), a onerarem o orçamento de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, página 123.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 623, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Exclui proposta do anexo da Portaria nº 2.180/GM/MS, de 29 de agosto de 2017, que habilita Municípios e Estados a receberem recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.180/GM/MS, de 29 de agosto de 2017, que habilita Municípios e Estados a receberem recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Anexo da Portaria nº 2.180/GM/MS, de 29 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 30 de agosto de 2017, Seção 1, páginas 43 a 46, a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	COD. EMENDA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMATICA
MS	NAVIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVIRAI	11221619000117003	38430001	R$ 72.865,00	10301201585810054

PORTARIA Nº 624, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Exclui proposta do anexo da Portaria nº 1.951/GM/MS, de 28 de julho de 2017, que habilita Municípios e Estados a receberem recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portara nº 1.951/GM/MS, de 28 de julho de 2017, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 1.951/GM/MS, de 28 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 145, de 31 julho de 2017, Seção 1, páginas 244 e 245 a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	COD. EMENDA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMATICA
RJ	ARRAIAL DO CABO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARRAIAL DO CABO	11144705000117701	37560010	R$ 195.168,00	10301201585810033

PORTARIA Nº 625, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Altera o parágrafo único do art. 3º da Portaria nº 1.171/GM/MS, de 16 de junho de 2016, e da Portaria nº 276/GM/MS, de 27 de janeiro de 2017, que credenciam municípios a receberem incentivos referentes aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 405, de 15 de março de 2016, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia;

Considerando a Portaria nº 1.813/GM/MS, de 11 de novembro de 2015, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por alteração do padrão de ocorrências de microcefalias no Brasil;

Considerando a Portaria nº 2.487/GM/MS, de 18 de novembro de 2016, que altera a Portaria nº 1.171/GM/MS, de 16 de junho de 2016, que credencia Municípios a receberem incentivos referentes aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF);

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a necessidade do acompanhamento das famílias e crianças com risco de alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, a importância da estimulação precoce e sua realização por todos os membros das equipes de Saúde da Família e Atenção Básica, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Portaria nº 1.171/GM/MS, de 16 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 115, de 17 de junho de 2016, Seção 1, página 58 e parágrafo único do art. 3º da Portaria nº 276/GM/MS, de 27 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2017, Seção 1, página 86, passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 3º .....

"Parágrafo único. Recomenda-se que a composição de cada equipe NASF-AB contemple os profissionais fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo ou psicólogo na carga horária preconizada para cada modalidade". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 626, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII Dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dos critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 703/SAS/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das novas equipes que farão parte da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Seções I, V, VI, VII e IX do Capítulo I Dos Profissionais que atuam a Atenção Básica do Título II Do Custeio Da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam a Atenção Básica identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência dezembro/2017 resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira janeiro de 2018, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dos Municípios constantes nos anexos a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

		ANEXO I						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	1	0	0	0	0	0
AC	120080	PORTO ACRE	0	0	0	1	0	5
	Total	2	1	0	0	1	0	5
		ANEXO II						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AL	270030	ARAPIRACA	0	0	0	1	0	5
	Total	1	0	0	0	1	0	5
		ANEXO III						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
BA	290570	CAMAÇARI	0	0	0	1	0	7
BA	290580	CAMAMU	0	0	0	1	0	0
BA	290610	CANÁPOLIS	0	0	0	1	0	0
BA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ	0	0	0	1	0	10
BA	290960	CRISÓPOLIS	0	0	0	1	0	0
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2	0	0	1	0	6
BA	291165	GUAJERU	0	0	0	1	0	9
BA	291470	ITABERABA	1	0	0	0	0	0
BA	291535	ITAGUAÇU DA BAHIA	1	0	0	1	0	11
BA	291685	ITATIM	1	0	0	0	0	0
BA	291720	ITUAÇU	0	0	0	1	0	0
BA	291800	JEQUIÉ	1	0	0	0	0	0
BA	291875	LAGOA REAL	1	0	0	1	0	7
BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	1	0	0	0	0	4
BA	292330	OURIÇANGAS	0	0	0	1	0	5
BA	292610	RETIROLÂNDIA	0	0	0	1	0	0
BA	292730	SALINAS DA MARGARIDA	1	0	0	0	0	10
BA	292850	SANTA TERESINHA	0	0	0	1	0	0
BA	292970	SÁTIRO DIAS	0	0	0	1	0	0
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0	0	0	0	0	4
BA	293300	VALENTE	0	0	0	0	0	7
	Total	21	9	0	0	14	0	80
		ANEXO IV						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
CE	230195	BARREIRA	0	0	0	1	0	0
CE	230370	CAUCAIA	0	0	0	1	0	0
CE	230495	GUAIÚBA	0	0	0	1	0	0
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0	7
CE	230940	NOVO ORIENTE	0	0	0	0	0	9
CE	230945	OCARA	0	0	0	1	0	0
CE	230990	PACUJÁ	1	0	0	0	0	0
CE	231030	PARAMBU	1	0	0	0	0	0
CE	231120	POTENGI	0	0	0	1	0	0
CE	231290	SOBRAL	0	0	0	1	0	0
	Total	12	3	0	0	7	0	16
		ANEXO V						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
ES	320140	CASTELO	0	0	0	0	0	5
ES	320334	MARECHAL FLORIANO	0	0	0	1	0	0
ES	320435	RIO BANANAL	0	0	0	0	0	6
ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	1	0	0	0	0	0
ES	320501	SOORETAMA	0	0	0	0	0	4
ES	320515	VILA PAVÃO	0	0	0	0	0	6
	Total	8	1	0	0	1	0	21

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO VI						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
GO	520450	CALDAS NOVAS	0	0	0	0	0	7
GO	520910	GOIATUBA	1	0	0	0	0	0
GO	521150	ITUMBIARA	0	0	0	0	0	8
GO	521560	PADRE BERNARDO	0	0	0	1	0	0
GO	521565	PALESTINA DE GOIÁS	0	0	0	1	0	9
	Total	5	1	0	0	2	0	24
		ANEXO VII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	0	0	0	0	0	5
MA	210130	BACURI	0	0	0	1	0	8
MA	210312	CENTRAL DO MARANHÃO	0	0	0	1	0	0
MA	210320	CHAPADINHA	0	0	0	0	0	6
MA	210530	IMPERATRIZ	2	0	0	2	0	16
MA	210600	LIMA CAMPOS	1	0	0	0	0	0
MA	210720	NINA RODRIGUES	0	0	0	0	0	5
MA	211003	SANTA LUZIA DO PARUÁ	1	0	0	0	0	0
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	0	0	0	1	0	0
MA	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1	0	0	1	0	11
MA	211220	TIMON	1	0	0	2	0	8
	Total	11	6	0	0	8	0	59
		ANEXO VIII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MG	310110	AIMORÉS	1	0	0	1	0	8
MG	310450	ARINOS	1	0	0	0	0	5
MG	310620	BELO HORIZONTE	1	0	0	0	0	0
MG	310630	BELO ORIENTE	0	0	0	0	1	7
MG	311860	CONTAGEM	0	0	0	0	0	1
MG	312270	DOM SILVÉRIO	0	0	0	1	0	0
MG	312980	IBIRITÉ	1	0	0	0	0	0
MG	313130	IPATINGA	1	0	0	0	0	0
MG	313520	JANUÁRIA	1	0	0	0	0	0
MG	314090	MATIPÓ	0	0	0	1	0	11
MG	314330	MONTES CLAROS	0	0	0	0	0	12
MG	314520	NOVA SERRANA	0	0	0	0	0	8
MG	315340	PRESIDENTE OLEGÁRIO	1	0	0	1	0	5
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2	0	0	0	0	15
MG	315780	SANTA LUZIA	1	0	0	0	0	4
MG	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	1	0	0	0	0	0
MG	316245	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	0	0	0	0	1	8
MG	316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0	0	0	1	0	0
MG	316900	TOCANTINS	0	0	0	0	0	3
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0	0	0	1	0	4
MG	317010	UBERABA	1	0	0	0	0	0
MG	317160	VIRGEM DA LAPA	0	0	0	1	0	0
	Total	22	12	0	0	7	2	91
		ANEXO IX						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MS	500085	ANGÉLICA	0	0	0	1	0	4
MS	500380	FÁTIMA DO SUL	1	0	0	1	0	7
MS	500520	LADÁRIO	1	0	0	0	0	4
	Total	3	2	0	0	2	0	15
		ANEXO X						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MT	510330	COMODORO	2	0	0	0	0	0
MT	510622	NOVA MUTUM	0	0	0	1	0	0
MT	510810	TESOURO	0	0	0	1	0	6
	Total	3	2	0	0	2	0	6
		ANEXO XI						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PA	150010	ABAETETUBA	1	0	0	0	0	0
PA	150120	BAIÃO	1	0	0	0	0	0
PA	150150	BENEVIDES	0	0	0	0	0	3
PA	150170	BRAGANÇA	0	0	0	0	0	7
PA	150350	IRITUIA	1	0	0	0	0	0
PA	150430	MARACANÃ	0	0	0	2	0	13
PA	150442	MARITUBA	1	0	0	0	0	0
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	0	0	1	0	0	0
PA	150670	SANTANA DO ARAGUAIA	1	0	0	0	0	0
	Total	9	5	0	1	2	0	23
		ANEXO XII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	0	0	0	1	0	6
PB	250560	DIAMANTE	0	0	0	1	0	0
PB	250750	JOÃO PESSOA	0	0	0	1	0	0
PB	250890	MAMANGUAPE	0	0	0	1	0	0
PB	250900	MANAÍRA	0	0	0	0	0	4
PB	250915	MARIZÓPOLIS	1	0	0	1	0	5
PB	251090	PAULISTA	1	0	0	0	0	0
PB	251200	POCINHOS	0	0	0	1	0	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251660	TAVARES	0	0	0	1	0	6
PB	251720	VIEIRÓPOLIS	0	0	0	1	0	0
	Total	10	2	0	0	8	0	28
		ANEXO XIII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PE	260110	ARARIPINA	0	0	0	0	0	7
PE	260120	ARCOVERDE	0	0	0	1	0	0
PE	260515	DORMENTES	1	0	0	0	0	0
PE	260610	GLÓRIA DO GOITÁ	1	0	0	0	0	0
PE	260750	ITAÍBA	0	0	0	1	0	8
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0	0	0	1	0	5
PE	260930	MIRANDIBA	2	0	0	1	0	0
PE	260960	OLINDA	0	0	0	0	0	7
PE	261610	VERDEJANTE	0	0	0	1	0	0
	Total	9	4	0	0	5	0	27
		ANEXO XIV						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PI	220550	JOSÉ DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
	Total	1	0	0	0	1	0	0
		ANEXO XV						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PR	410260	BARRACÃO	1	0	0	0	0	0
PR	410360	CAMBARÁ	0	0	0	1	0	6
PR	410405	CAMPO BONITO	1	0	0	0	1	5
PR	410850	GENERAL CARNEIRO	1	0	0	0	0	0
PR	410860	GOIOERÊ	0	0	0	1	0	0
PR	412310	SANTA AMÉLIA	1	0	0	0	1	5
PR	412402	SANTA TEREZA DO OESTE	0	0	0	1	0	0
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0	0	0	0	0	5
	Total	8	4	0	0	3	2	21
		ANEXO XVI						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	1	0	0	1	0	9
RJ	330045	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	4
RJ	330190	ITABORAÍ	1	0	0	0	0	6
RJ	330280	MENDES	1	0	0	1	0	4
RJ	330285	MESQUITA	1	0	0	0	0	6
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	3	0	0	2	0	14
RJ	330390	PETRÓPOLIS	1	0	0	0	0	6
RJ	330414	QUEIMADOS	1	0	0	1	0	4
RJ	330420	RESENDE	1	0	0	0	0	0
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	1	0	0	0	3	9
RJ	330490	SÃO GONÇALO	4	0	0	4	0	16
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	1	0	0	0	0	0
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	0	0	0	0	0	6
RJ	330540	SAPUCAIA	0	0	0	1	0	4
RJ	330560	SILVA JARDIM	1	0	0	2	0	8
RJ	330580	TERESÓPOLIS	1	0	0	0	0	5
RJ	330600	TRÊS RIOS	0	0	0	1	0	0
RJ	330630	VOLTA REDONDA	3	0	0	0	1	4
	Total	18	22	0	0	13	4	105
		ANEXO XVII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RN	240800	MOSSORÓ	0	0	0	1	0	0
	Total	1	0	0	0	1	0	0
		ANEXO XVIII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RO	110004	CACOAL	1	0	0	0	0	5
RO	110007	CORUMBIARA	0	0	0	1	0	9
RO	110020	PORTO VELHO	0	0	0	1	0	0
	Total	3	1	0	0	2	0	14
		ANEXO XIX						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RS	430460	CANOAS	1	0	0	1	0	12
RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	1	0	0	1	0	8
RS	430535	CHARQUEADAS	1	0	0	1	0	5
RS	430830	FONTOURA XAVIER	1	0	0	1	0	8
RS	431070	ITATIBA DO SUL	1	0	0	0	0	0
RS	431130	LAGOA VERMELHA	1	0	0	0	0	7
RS	431490	PORTO ALEGRE	0	0	0	1	0	0
RS	431800	SÃO BORJA	0	0	0	1	0	6
RS	432200	TRIUNFO	1	0	0	0	0	0
	Total	9	7	0	0	6	0	46
		ANEXO XX						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SC	420730	IMBITUBA	1	0	0	0	0	0
SC	420740	IMBUIA	1	0	0	1	0	4
SC	420910	JOINVILLE	0	0	0	0	0	4
	Total	3	2	0	0	1	0	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO XXI						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SE	280050	AREIA BRANCA	0	0	0	1	0	0
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	0	0	0	1	0	5
Total		2	0	0	0	2	0	5
		ANEXO XXII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SP	350400	ASSIS	0	0	0	1	0	0
SP	350840	CABREÚVA	0	0	0	0	0	6
SP	351010	CÂNDIDO RODRIGUES	1	0	0	0	0	0
SP	351380	DIADEMA	0	0	0	1	0	5
SP	352265	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	1	0	0	0	0	0
SP	352940	MAUÁ	1	0	0	3	0	7
SP	354150	PRESIDENTE VENCESLAU	0	0	0	1	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	0	0	6
Total		8	3	0	0	6	0	24
		ANEXO XXIII						
UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
TO	170215	ARAGUANÃ	1	0	0	1	0	9
Total		1	1	0	0	1	0	9

PORTARIA Nº 664, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Reabre, excepcionalmente, o prazo para captação de recursos para os projetos relacionados nesta Portaria, aprovados no exercício fiscal de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando que o art. 60 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n.º 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, estabelece que os recursos financeiros oriundos de doação somente poderão ser captados após a publicação da portaria de aprovação de projeto e de autorização para captação de recursos;

Considerando à Portaria Interministerial nº 3.251/MS/MF, de 30 de novembro de 2017, que fixa o valor global máximo das deduções do imposto sobre a renda correspondentes às doações realizadas no âmbito do PRONON e do PRONAS/PCD para o exercício fiscal de 2017;

Considerando que, no exercício de 2017, a publicação das Portarias de aprovação dos projetos foi possível apenas a partir da competência de dezembro;

Considerando a necessidade de reabertura do prazo de captação de recursos para execução dos projetos especificos constantes no anexo, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) aprovados em 2017, a fim de assegurar tempo suficiente para que as respectivas instituições obtenham doações, resolve:

Art. 1º Os projetos relacionados nesta Portaria, aprovados e autorizados a captar recursos na vigência do exercício fiscal de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), ficam autorizados a receber recursos de doação até o dia 15 de maio de 2018:

I - Instituição: Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte - Hospital Infantil Varela Santiago

CNPJ: 08.337.586/0001-96

Projeto: Capacitação, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Hospital Infantil Varela Santiago

NUP: 25000.003501/2017-25

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 633.455,00 (seiscentos e trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Resumo do projeto: Capacitação, qualificação e desenvolvimento dos profissionais do Hospital.

II - Instituição: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos

CNPJ: 23.278.898/0001-60

Projeto: Sala Cirúrgica Oncológica

NUP: 25000.075364/2015-69

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: RS 1.157.215,00 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil e duzentos e quinze reais)

Resumo do projeto: Potencializar a capacidade de realização de procedimentos cirúrgicos oncológicos e consequentemente o fluxo dos atendimentos, fazendo com que os pacientes sejam beneficiados através de um atendimento ágil, integrado e humanizado.

III - Instituição: Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva

CNPJ: 01.396.800/0001-36

Projeto: Capacitação para o Diagnóstico Precoce do Câncer Infanto-juvenil

NUP: 25000.003336/2017-10

Valor aprovado: R$ 981.557,55 (novecentos e oitenta e um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Resumo do projeto: Capacitação e desenvolvimento dos profissionais de saúde das Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) da I Unidade Regional de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - Sede em São José de Mipibú, sobre o Diagnóstico Precoce do Câncer Infantojuvenil, tendo como objetivo primordial o esclarecimento e a atualização desses profissionais acerca dos sinais e sintomas desta doença.

IV - Instituição: Beneficência Social Bom Samaritano

CNPJ: 22.709.109/0001-35

Projeto: Aquisição de equipamentos e a ampliação da oferta de diagnóstico em oncologia

NUP: 25000.179799/2016-62

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 3.857.305,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e trezentos e cinco reais)

Resumo do projeto: Aquisição de equipamento de uso permanente para as instalações físicas do setor de imagem oncológico do Hospital Samaritano

V - Instituição: Fundação Hospitalar de Blumenau

CNPJ: 82.654.088/0001-20

Projeto: Uso de Tecnologia avançada no tratamento cirúrgico de paciente oncológico

NUP: 25000.198400/2016-42

Valor aprovado: R$ 751.600,00 (setecentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais)

Resumo do projeto: Melhorar e inovar a assistência cirúrgica do paciente oncológico do Hospital Santo Antônio com uso de tecnologia avançada.

VI - Instituição: Fundação Pio XII - Hospital de Câncer de Barretos

CNPJ: 49.150.352/0001-12

Projeto: Estruturação em Tecnologia da Informação, Desenvolvimento e Implementação de Soluções para o Aprimoramento do Atendimento ao Paciente.

NUP: 25000.202764/2016-34

Valor aprovado: R$ 3.872.386,75 (três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

Resumo do projeto: Aprimorar o desenvolvimento de soluções tecnológicas e readequar o parque tecnológico da instituição através da atualização dos equipamentos que suportam a operação. Potencializar o atual sistema de informação utilizando novos recursos tecnológicos, integrar novas funcionalidades e aprimorar processos hospitalares baseando-se em informações seguras no tratamento dos pacientes. Introduzir novos métodos e aprimorar processos atuais de desenvolvimento de software.

VII - Instituição: Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

CNPJ: 05.404.321/0001-75

Projeto: ONCO ENSINO: Treinamento e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Área de Saúde - Fase II

NUP: 25000.201199/2016-98

Valor aprovado: 2.077.498,00 (dois milhões, setenta e sete mil e quatrocentos e noventa e oito reais)

Resumo do projeto: Promover, por meio do Ensino à Distância, a capacitação e o aperfeiçoamento multidisciplinar em oncologia a médicos e profissionais de saúde que atuam na atenção integral ao paciente com câncer na rede pública de saúde de todo o Brasil.

VIII - Instituição: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer - LNRCC

CNPJ: 08.428.765/0001-39

Projeto: Ampliação da Assistência e Atualização do Parque Tecnológico da Liga Norte Riograndense contra o Câncer

NUP: 25000.003075/2017-20

Valor aprovado: R$ 2.266.371,83 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos)

Resumo do projeto: Adequar estrutura física, atualizar equipamentos e mobiliários e capacitar a equipe de colaboradores para tornar a assistência mais humanizada.

Art. 2º O projeto relacionado nesta Portaria, aprovado e autorizado a captar recursos na vigência do exercício fiscal de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), fica autorizado a receber recursos de doação até o dia 15 de maio de 2018:

I - Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande

CNPJ: 40.186.298/0001-90

Projeto: Excelência no atendimento integral

NUP: 25000.001541/2017-32

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 354.655,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais)

Resumo do projeto: Acessibilidade da pessoa com deficiência intelectual, ampliando perante a sociedade a compreensão das diferenças de habilidades e de interações com objetos e espaços. Acesso a educação, a arte, ao lazer e a cultura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 672, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000117705	80.000,00	0000	10302201585350001
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	11850721000117715	190.000,00	0000	10302201585350001
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11831471000117030	700.000,00	0000	10302201585350001
AP	PRACUUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PRACUUBA	11894261000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZINHO- FMST	13991993000117712	190.000,00	0000	10302201585350001
PA	ITAITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAITUBA	11291166000117011	815.900,00	0000	10302201585350001
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PROGRESSO	11287726000117707	821.900,00	0000	10302201585350001
PR	IPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09280787000117016	500.000,00	0000	10302201585350001
PR	PRANCHITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRANCHITA	09182117000117004	169.920,00	0000	10302201585350001
TOTAL			9 PROPOSTAS	3.547.720,00		

PORTARIA Nº 679, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Habilita Serviço Hospitalar de Referência - SHR e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar- MAC do Estado de São Paulo e Município de Barretos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 953/SAS/MS, de 12 de setembro de 2012, que inclui na tabela de habilitação do SCNES a habilitação 0636 - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS;

Considerando o Anexo V, Título I, Capitulo I - sobre as redes do Sistema Único de Saúde que define a Rede de Atenção Psicossocial da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo V, Título III - que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do componente hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial; da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III, Capítulo III, Seção III - do custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social;

Considerando as documentações apresentadas pelos municípios do Estado de São Paulo, que solicitam a habilitação de leitos de saúde mental em hospital geral e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas descrito no Anexo, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.346.426,40 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e do Município de Barretos.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Código do IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação	Número proposta SAIPS	Valor Anual (R$)
SP	Barretos	350550	20	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS	2092611	Municipal	0636	11067	1.346.426,40

PORTARIA Nº 694, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000117008	4.994.202,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	4.994.202,00		

PORTARIA Nº 702, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza o reconhecimento e incorporação das Medicinas Tradicionais e Complementares nos sistemas nacionais de saúde, denominadas pelo Ministério da Saúde do Brasil como Práticas Integrativas e Complementares;

Considerando que as diversas categorias profissionais de saúde no país reconhecem as práticas integrativas e complementares como abordagem de cuidado;

Considerando que Estados, Distrito Federal e Municípios têm promovido em sua rede de saúde as práticas a serem incluídas; e

Considerando a necessidade de inclusão de outras práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, resolve:

Art. 1º Ficam incluídas novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o Anexo XXV à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescido do Anexo 4 e do Anexo A do Anexo 4, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o Anexo 2 do Anexo XXV à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

II - o Anexo A do Anexo 2 do Anexo XXV à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO

ANEXO 4 DO ANEXO XXV

Aprova a definição das práticas de aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, ozonioterapia, terapia de florais e termalismo social/crenoterapia à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares apresentadas no Anexo A .

Art. 1º Ficam incluídas, na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, as seguintes práticas: aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, ozonioterapia, terapia de florais e termalismo social/crenoterapiaapresentadas, nos termos do Anexo A.

Art. 2º As práticas citadas neste Anexo atenderão às diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

ANEXO A DO ANEXO 4 DO ANEXO XXV

Definição das práticas de aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, ozonioterapia, terapia de florais e termalismo social/crenoterapiaapresentadas

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída pela Portaria 971GM/MS de 3 de maio de 2006, trouxe diretrizes norteadoras para Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Medicina Antroposófica, e Termalismo Social/Crenoterapia, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

As Medicinas Tradicionais e Complementares são compostas por abordagens de cuidado e recursos terapêuticos que se desenvolveram e possuem um importante papel na saúde global. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incentiva e fortalece a inserção, reconhecimento e regulamentação destas práticas, produtos e de seus praticantes nos Sistemas Nacionais de Saúde. Neste sentido, atualizou as suas diretrizes a partir do documento "Estratégia da OMS sobre Medicinas Tradicionais para 2014-2023".

A PNPIC define responsabilidades institucionais para a implantação e implementação das práticas integrativas e complementares (PICS) e orienta que estados, distrito federal e municípios instituam suas próprias normativas trazendo para o Sistema único de Saúde (SUS) práticas que atendam as necessidades regionais.

Os 10 anos da Política trouxeram avanços significativos para a qualificação do acesso e da resolutividade na Rede de Atenção à Saúde, com mais de 5.000 estabelecimentos que ofertam PICS. O segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) avaliou mais de 30 mil equipes de atenção básica no território nacional e demonstrou que as 14 práticas a serem incluídas por esta Portaria estão presentes nos serviços de saúde em todo o país.

Esta Portaria, portanto, atende às diretrizes da OMS e visa avançar na institucionalização das PICS no âmbito do SUS.

DESCRIÇÃO

APITERAPIA

A apiterapia é método integrativo que utiliza os produtos produzidos pelas abelhas em suas colmeias para promoção e manutenção da saúde, e auxílio complementar no tratamento de algumas condições alteradas, praticado desde a antiguidade conforme mencionado por Hipócrates em alguns textos, e em textos chineses e egípcios. Esses produtos são denominados apiterápicos e incluem a apitoxina, a geleia real e o pólen, a própolis, o mel, dentre outros, que compõem categorias diferenciadas.

A utilização da apitoxina como prática integrativa e complementar recebe a denominação de apipuntura, quando a estimulação ocorre nos pontos estratégicos do corpo similares aos definidos para a acupuntura, seja pela introdução do próprio ferrão da abelha ou por meio de agulhas apropriadas. Porém, outros modos consistem em aplicação sublingual, subcutânea com agulhas, injeções ou tópicas, com processamento industrializado de doses de apitoxina, o que torna a toxina menos ativa. A apitoxina age como anestésico na pele, com ação da endorfina muito alta, e apesar da dor inicial acaba relaxando a área de aplicação.

Em situações específicas, a apiterapia pode contribuir com o Sistema Único de Saúde principalmente quando analisada comparativamente às melhorias que ela pode proporcionar a alguns pacientes, com economia de gastos da instituição pública por utilizar matéria-prima de baixo custo.

AROMATERAPIA

A aromaterapia é prática terapêutica secular que consiste no uso intencional de concentrados voláteis extraídos de vegetais - os óleos essenciais (OE) - a fim de promover ou melhorar a saúde, o bem-estar e a higiene. Na década de 30, a França e a Inglaterra passaram a adotar e pesquisar o uso terapêutico dos óleos essenciais, sendo considerada prática integrante da aromatologia - ciência que estuda os óleos essenciais e as matérias aromáticas quanto ao seu uso terapêutico em áreas diversas como na psicologia, cosmética, perfumaria, veterinária, agronomia, marketing e outros segmentos.

No Brasil, a aromaterapia é reconhecida como uma prática integrativa e complementar com amplo uso individual e/ou coletivo, podendo ser associada a outras práticas como talassoterapia e naturopatia, e considerada uma possibilidade de intervenção que potencializa os resultados do tratamento adotado. Como prática multiprofissional, tem sido adotada por diversos profissionais de saúde como enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, médicos, veterinários, terapeutas holísticos, naturistas, dentre outros, e empregada nos diferentes setores da área para auxiliar de modo complementar a estabelecer o reequilíbrio físico e/ou emocional do indivíduo.

Somados todos os fatos apresentados, a aromaterapia pode contribuir com o Sistema Único de Saúde, agregando benefícios ao paciente, ao ambiente hospitalar e colaborando com a economia de gastos da instituição pública por utilizar matéria-prima de custo relativamente baixo, principalmente quando analisada comparativamente às grandes vantagens que ela pode proporcionar.

BIOENERGÉTICA

A bioenergética é uma visão diagnóstica que, aliada a uma compreensão etiológica do sofrimento/adoecimento, adota a psicoterapia corporal e os exercícios terapêuticos em grupos, por exemplo, e movimentos sincronizados com a respiração. Trabalha o conteúdo emocional por meio da verbalização, da educação corporal e da respiração, utilizando exercícios direcionados a liberar as tensões do corpo e facilitar a expressão dos sentimentos. Propõe a interação homem-corpo-emoção-razão, sendo conduzida a partir da análise desses componentes por meio de conceitos fundamentais (couraça muscular, anéis ou segmentos da couraça muscular) e técnicas corporais (grounding, respiração e massagem).

A bioenergética considera que o corpo é capaz de traduzir, em linguagem não verbal, as suas necessidades, por meio de simbolismos ou sintomas apresentando uma memória celular que registra experiências e reage a estes padrões. Desta forma, torna-se possível "ler" no corpo, também, as resistências e defesas do indivíduo, uma vez que ele revela expressões emocionais vividas até o momento. Este tipo de defesa, reconhecida como uma couraça, atua tanto na proteção do indivíduo contra ações externas e experiências traumatizantes, quanto na diminuição, de forma gradual, da espontaneidade nas relações humanas, da capacidade de auto percepção, da sensibilidade para o amor, do afeto e compaixão, bem como, dificulta a respiração plena e profunda.

A bioenergética pode contribuir com o Sistema Único de Saúde ao proporcionar ao paciente condições de liberar tensões, facilitar a expressão, favorecer o autoconhecimento e promover uma vida mais saudável.

CONSTELAÇÃO FAMILIAR

A constelação familiar é uma técnica de representação espacial das relações familiares que permite identificar bloqueios emocionais de gerações ou membros da família. Desenvolvida nos anos 80 pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, que defende a existência de um inconsciente familiar - além do inconsciente individual e do inconsciente coletivo - atuando em cada membro de uma família. Hellinger denomina "ordens do amor" às leis básicas do relacionamento humano - a do pertencimento ou vínculo, a da ordem de chegada ou hierarquia, e a do equilíbrio - que atuam ao mesmo tempo, onde houver pessoas convivendo. Segundo Hellinger, as ações realizadas em consonância com essas leis favorece que a vida flua de modo equilibrado e harmônico; quando transgredidas, ocasionam perda da saúde, da vitalidade, da realização, dos bons relacionamentos, com decorrente fracasso nos objetivos de vida.

A constelação familiar é uma abordagem capaz de mostrar com simplicidade, profundidade e praticidade onde está a raiz, a origem, de um distúrbio de relacionamento, psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, levando o indivíduo a um outro nível de consciência em relação ao problema e mostrando uma solução prática e amorosa de pertencimento, respeito e equilíbrio.

A constelação familiar é indicada para todas as idades, classes sociais, e sem qualquer vínculo ou abordagem religiosa, podendo ser indicada para qualquer pessoa doente, em qualquer nível e qualquer idade, como por exemplo, bebês doentes são constelados através dos pais.

CROMOTERAPIA

A cromoterapia é prática terapêutica que utiliza há milênios as cores no tratamento de doenças, sendo utilizada pelo homem desde as antigas civilizações, e atua do nível físico aos mais sutis com o objetivo de harmonizar o corpo. Antigamente, o uso terapêutico era realizado principalmente através da luz solar, pela forte crença no seu potencial de cura.

A partir das abordagens dos distintos sistemas complexos das medicinas tradicionais, as cores em suas frequências podem ser utilizadas para neutralizar as condições excessivas do corpo e restabelecer a saúde, podendo serem utilizadas em regiões específicas do corpo, como os centros de força, pontos de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

acupunturas ou marmas, em consonância com o desequilíbrio identificado no indivíduo. Na concepção cromoterápica, o conceito de complementaridade embasa os efeitos positivos das cores sobre as disfunções de um órgão que, quando hiper estimulado, possui vibrações energéticas de vermelho (e podem ter os movimentos neutralizados e a expansão exagerada pelo tratamento cromoterápico com azul) ou, quando retraído, com funções diminuídas, energeticamente atuando na vibração do azul, pode ser estimulado pelo vermelho.

A cromoterapia, por intermédio das cores, procura estabelecer e restaurar o equilíbrio físico e energético, promovendo a harmonia entre corpo, mente e emoções, pois o desvio da energia vibratória do corpo é responsável por desencadear patologias. Pode ser trabalhada de diferentes formas: por contato, por visualização, com auxílio de instrumentos, com cabines de luz, com luz polarizada, por meditação.

Entre as possibilidades terapêuticas utilizadas pelos profissionais de saúde, a cromoterapia se enquadra como um recurso, associado ou não a outras modalidades (geoterapia, reflexologia, aromaterapia, imposição de mãos etc), demonstrando resultados satisfatórios.

GEOTERAPIA

A geoterapia é prática que contribui com ampliação e melhoramentos nos sistemas de abordagem integrativa, em intervenções clínicas. Prática milenar e de utilização variada pelos povos antigos, alterna desde embalsamentos, conservação de alimentos, tratamentos, manutenção da saúde, até fins estéticos. Tratados antigos mencionam que as argilas eram prescritas para tratamentos de enfermidades e preservação da saúde, destacando grande emprego em casos de doenças osteomusculares, processos inflamatórios, lesões dérmicas, cicatrização de ferimentos, entre outros.

A geoterapia é prática relativamente simples, na qual a argila (cor selecionada de acordo com o objetivo de tratamento) é diluída em água e manipulada até formar um material homogêneo, de textura colóide para ser aplicada no corpo. Essa massa de argila é rica em elementos minerais e estruturas cristalográficas que permitem reações bioquímicas e vibracionais nos tratamentos de saúde. As reações bioquímicas são amplamente discutidas e fundamentadas pela presença de elementos minerais que cada tipo de argila compõe, do tipo de água utilizada para diluição, tempo de contato com pele, temperatura etc. As reações vibracionais, somadas ao contexto anterior, são resultantes da carga elétrica gerada pelas estruturas cristalinas que a formam a argila, instituindo assim, cristalografia como parte integrante da geoterapia.

As possibilidades de aplicação são muitas podendo ser utilizada de modo associado a outras terapias como reflexoterapia, auriculoterapia, massoterapia, fitoterapia, florais, cromoterapia, entre outras, possibilitando ampla atuação nos processos terapêuticos e atendendo as necessidade dos usuários. É um recurso que tem história bem definida, não invasiva, segura e com relatos clínicos de eficácia apresentado em estudos antigos e atuais, passível de incorporar benefícios ao Sistema Único de Saúde.

HIPNOTERAPIA

A hipnoterapia é um conjunto de técnicas que, por meio de intenso relaxamento, concentração e/ou foco, induz a pessoa a alcançar um estado de consciência aumentado que permita alterar uma ampla gama de condições ou comportamentos indesejados como medos, fobias, insônia, depressão, angústia, estresse, dores crônicas. Pode favorecer o autoconhecimento e, em combinação com outras formas de terapia, auxilia na condução de uma série de problemas.

Em 1993, a hipnoterapia foi definida pela American Psychological Association (APA) como procedimento através do qual um profissional de saúde conduz o indivíduo a experimentar sensações, mudanças, percepções, pensamentos ou comportamentos, com o seu uso indicado em diversas condições como transtornos depressivos, ansiedade, neurose depressiva, depressão, baseado em estudos anteriores. Estudos atuais indicam a terapia por hipnose como um tratamento eficaz e relevante na depressão. Algumas revisões de literatura realizadas identificaram artigos, abrangendo populações distintas, nas quais a maioria das pessoas acredita que a hipnoterapia é benéfica, pode melhorar habilidades, especialmente a memória, e consideraria seu uso em circunstâncias adequadas.

Alguns setores de saúde adotam regularmente esta prática em seus protocolos de atendimento, como a odontologia, a psicologia, a fisioterapia, a enfermagem, dentre outras.

IMPOSIÇÃO DE MÃOS

A imposição de mãos é prática terapêutica secular que implica um esforço meditativo para a transferência de energia vital (Qi, prana) por meio das mãos com intuito de reestabelecer o equilíbrio do campo energético humano auxiliando no processo saúde-doença. Sem envolvimento de outros recursos (remédios, essências, aparelhos) faz uso da capacidade humana de conduzir conscientemente o fluxo de energias curativas multidimensionais para dentro do corpo humano e dos seus sistemas energéticos físicos e espirituais a fim de provocar mudanças terapêuticas.

A maioria das formas de cura pela imposição das mãos envolve de fato o posicionamento das mãos sobre ou próximo ao corpo da pessoa para transferência de energia do agente de cura para o paciente. Essa prática fundamenta-se no princípio de que a energia do campo universal sustenta todos os tipos de organismos vivos e que este campo de energia universal tem a ordem e o equilíbrio como base. No estado de saúde, esta energia universal flui livremente dentro, através e fora do campo de energia humano promovendo equilíbrio. Na doença, o fluxo de energia pode estar obstruído, desorganizado ou em desequilíbrio.

Os conceitos da energia essencial da vida receberam vários nomes em diferentes partes do mundo e fazem parte de sistemas médicos milenares: na Índia, a palavra em sânscrito para energia vital é prana; na China, essa energia é descrita fluindo através de uma rede não física de meridianos, é chamada de qi ou ch'i; e no antigo Egito é denominado ká. Prática tradicional de saúde de uso integrativo e complementar a outras práticas e/ou terapias de saúde.

MEDICINA ANTROPOSÓFICA / ANTROPOSOFIA APLICADA À SAÚDE (632)

A Medicina Antroposófica (MA) foi introduzida no Brasil há aproximadamente 60 anos e apresenta-se como uma abordagem médico-terapêutica complementar, de base vitalista, cujo modelo de atenção está organizado de maneira transdisciplinar, buscando a integralidade do cuidado em saúde. Considerada uma abordagem terapêutica integral com base na antroposofia, avalia o ser humano a partir dos conceitos da trimembração, quadrimembração e biografia, oferecendo cuidados e recursos terapêuticos específicos. Atua de maneira integrativa e utiliza diversos recursos terapêuticos para a recuperação ou manutenção da saúde, conciliando medicamentos e terapias convencionais com outros específicos de sua abordagem.

Na abordagem interdisciplinar de cuidados, os diferentes recursos terapêuticos ofertados envolvem:

- terapia medicamentosa: recurso de base antroposófica em que, de acordo com o diagnóstico individualizado, são prescritos medicamentos antroposóficos ou, em alguns casos, alopáticos;

- aplicações externas: uso de substâncias ou de toques na pele - orientado por conhecimentos antroposóficos - que exerce efeito terapêutico, propiciando a absorção de princípios medicamentosos e a cura endógena. Utiliza substâncias como chás medicinais, emulsões de plantas, pomadas de metais ou vegetais, óleos essenciais e raízes de plantas. Banho medicinal, cataplasma, compressa, enfaixamento, escalda-pés, fricção e massagem são exemplos de aplicação externa;

- banhos terapêuticos: Técnica de base antroposófica que utiliza o banho como recurso complementar na promoção da saúde e pode ocorrer com ou sem uso de calor ou de substâncias, como óleos essenciais, emulsão de plantas e chás. Pode ser de escova, de fricção, de assento, entre outros, e obedece a uma sequência rítmica, respeitando-se um período de repouso após o banho.

- massagem rítmica: técnica de base antroposófica que utiliza movimentos rítmicos para manipulação dos tecidos corporais, atuando de forma terapêutica;

- terapia artística: prática expressiva que utiliza elementos artísticos (como cor, forma, volume, luz e sombra) na realização de exercícios específicos, orientados e acompanhados por terapeuta artístico antroposófico - de maneira individualizada, em função dos objetivos do tratamento - visando melhorar a vitalidade, a criatividade, a resiliência e, por consequência, a recuperação do equilíbrio entre corpo e alma na promoção da saúde. As modalidades mais frequentes incluem exercícios com aquarela aplicando pigmentos naturais; desenho de formas; modelagem em argila; ou desenho com carvão;

- euritmia: prática corporal de base antroposófica, com movimentos associados a fonemas - representam sons primordiais - que induzem efeitos anabolizantes, relaxantes ou desintoxicantes, em função harmonizadora e que não apresenta contraindicação ou efeito colateral.

- quirofonética: técnica terapêutica de base antroposófica na qual o terapeuta quirofonético entoa sons da própria fala (vogais, consoantes, versos) enquanto realiza deslizamentos manuais pelo corpo do paciente, para despertar as forças internas de regeneração da saúde. O toque corporal na quirofonética obedece a movimentos específicos realizados especialmente nas costas, braços e pernas e, em geral, com o auxílio de óleos medicinais. Foi desenvolvida pelo médico alemão Alfred Baur, em 1972, e pode ser aplicada em diversas situações de adoecimento físico, psíquico ou deficiências motoras e cognitivas;

- cantoterapia: prática expressiva que utiliza a atividade artística do canto, por meio de exercícios musicais, para atuar sobre o corpo e a emoção, estimulando e propiciando uma forma de autoconhecimento e fortalecimento do eu. Auxilia a destravar emoções reprimidas, trabalhando numa perspectiva de melhorar os aspectos psicológicos e corporais do indivíduo.

- terapia biográfica: técnica de aconselhamento de base antroposófica na qual, orientado pelo terapeuta, o indivíduo revê sua própria biografia para perceber o que pode estar bloqueando seu desenvolvimento pessoal e identificar as possibilidades de transformação.

Inicialmente integrado ao SUS, pela PNPIC, como Observatório das Experiências de Medicina Antroposófica no SUS, articulação institucional voltada para o desenvolvimento de metodologias apropriadas ao acompanhamento e à avaliação de experiências em medicina antroposófica presentes no SUS, bem como ao monitoramento desses serviços e à divulgação dos resultados, envolveu as três esferas de gestão no SUS em sua articulação. Agora, passa a integrar formalmente o rol de PICS institucionalizadas no Sistema.

OZONIOTERAPIA

A ozonioterapia é pratica integrativa e complementar de baixo custo, segurança comprovada e reconhecida, que utiliza a aplicação de uma mistura dos gases oxigênio e ozônio, por diversas vias de administração, com finalidade terapêutica, já utilizada em vários países como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Rússia, Cuba, China, entre outros, há décadas.

Há algum tempo, o potencial terapêutico do ozônio ganhou muita atenção através da sua forte capacidade de induzir o estresse oxidativo controlado e moderado quando administrado em doses terapêuticas precisas. A molécula de ozônio é molécula biológica, presente na natureza e produzida pelo organismo sendo que o ozônio medicinal (sempre uma mistura de ozônio e oxigênio), nos seus diversos mecanismos de ação, representa um estimulo que contribui para a melhora de diversas doenças, uma vez que pode ajudar a recuperar de forma natural a capacidade funcional do organismo humano e animal.

Alguns setores de saúde adotam regularmente esta prática em seus protocolos de atendimento, como a odontologia, a neurologia e a oncologia, dentre outras.

TERAPIA DE FLORAIS

A terapia de florais é uma prática complementar e não medicamentosa que, por meio dos vários sistemas de essências florais, modifica certos estados vibratórios auxiliando a equilibrar e harmonizar o indivíduo. O pioneiro das essências florais foi o médico inglês Edward Bach que, na década de 1930, inspirado nos trabalhos de Paracelso, Hahnemann e Steiner, adota a utilização terapêutica da energia essencial - energia sutil - de algumas flores silvestres que cresciam sem a interferência do ser humano, para o equilíbrio e harmonia da personalidade do indivíduo, reatando laços com a tradição alquímica de Paracelso e Hildegard Von Bingen, numa nova abordagem da saúde.

As essências florais são extratos líquidos naturais, inodoros e altamente diluídos de flores que se destinam ao equilíbrio dos problemas emocionais, operando em níveis sutis e harmonizando a pessoa internamente e no meio em que vive. São preparadas a partir de flores silvestres no auge da floração, nas primeiras horas da manhã, quando as flores ainda se encontram úmidas pelo orvalho, obtidas através da colheita de flores extraídas de lugares da natureza que se encontram intactos. A essência floral que se origina da planta em floração atua nos arquétipos da alma humana, estimulando transformação positiva na forma de pensamento e propiciando o desenvolvimento interior, equilíbrio emocional que conduz a novos comportamentos. Não é fitoterápico, não é fragrância, não é homeopatia, não é droga.

Pode ser adotado em qualquer idade, não interferindo com outros métodos terapêuticos e/ou medicamentos, potencializando-os. Os efeitos podem ser observados de imediato, em indivíduos de maior sensibilidade.

TERMALISMO SOCIAL / CRENOTERAPIA

O uso das águas minerais para tratamento de saúde é um procedimento dos mais antigos, utilizado desde a época do Império Grego. Foi descrito por Heródoto (450 a.C.), autor da primeira publicação científica termal. Como prática terapêutica, compreende as diferentes maneiras de utilização da água mineral - com propriedades físicas, térmicas, radioativas e outras - e eventualmente submetida a ações hidromecânicas - como agente em tratamentos de saúde. A eficiência do termalismo no tratamento de saúde está associada à composição química da água (que pode ser classificada como sulfurada, radioativa, bicarbonatada, ferruginosa etc.), à forma de aplicação (banho, sauna etc.) e à sua temperatura.

A crenoterapia, por sua vez, consiste em prática terapêutica que utiliza águas minerais com propriedades medicinais, de modo preventivo ou curativo, em complemento a outros tratamentos de saúde. Tem por base a crenologia, ciência que estuda as propriedades medicinais das substâncias físico-químicas das águas minerais e sua utilização terapêutica. No Brasil, a crenoterapia foi introduzida junto com a colonização portuguesa, que trouxe ao país os seus hábitos de usar águas minerais para tratamento de saúde. Durante algumas décadas foi disciplina conceituada e valorizada, presente em escolas médicas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Inicialmente integrado ao SUS, pela PNPIC, como Observatório das Experiências de Termalismo no SUS, articulação institucional voltada para o desenvolvimento de metodologias apropriadas ao acompanhamento e à avaliação de experiências em medicina antroposófica presentes no SUS, bem como ao monitoramento desses serviços e à divulgação dos resultados, envolveu as três esferas de gestão no SUS em sua articulação. Agora, passa a integrar formalmente o rol de PICS institucionalizadas no Sistema.

DESPACHO Nº 26

Processo MS/SIPAR nº 25000.132840/2014-75
Interessado: CASAMATER CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE TERESINA LTDA
Assunto: Indeferimento de recurso administrativo. Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS.

À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 32-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER Nº 00064/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela CASAMATER CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE TERESINA LTDA, CNPJ Nº 06.833.917/0001-53, mantendo na íntegra a Portaria nº 1.047/SAS/MS, de 10 de outubro de 2014.

RICARDO BARROS
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 683, DE 19 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o Art. 28 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando a falta de registro do valor exato da temperatura do local de coleta da amostra, podendo o produto ter sido submetido a armazenamento em condições fora das especificações registradas junto à Anvisa, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 2540 de 25/09/2017, publicada no D.O.U. nº 186 de 27 de setembro de 2017, Seção 1, fl. 64, que havia determinado a interdição cautelar, em todo território nacional, do medicamento BETA-LONG,lote nº 1610525 (validade 03/2018) suspensão injetável, da empresa União Química Nacional S/A (CNPJ: 60.665.981/0005-41), por apresentar resultado insatisfatório quanto ao aspecto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 684, DE 19 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o inciso XV, art. 7º e inciso II, § 1º, art. 8º da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o inciso V, inciso X item "e", inciso XI item "f" do art. 4º, e o incisos III e VI do art. 16 da Resolução - RDC nº 14, de 28 de março de 2014;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal Definitivo n. 1136.CP.0/2017, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz - LACEN-SP, com resultado insatisfatório para pesquisa de parasitos;

considerando a publicação do Comunicado CVS n. 07/2018 - GT Alimentos/DITEP, de 24 de janeiro de 2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo n. 18, que determinou a proibição da distribuição e comércio, bem como o recolhimento de lote, resolve:

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 16123116038J do produto "Filé de Polaca do Alasca Congelado", marca Fenix - Magic Fish, validade 30/12/2018, distribuído por Fenix - Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ 61.714.994/0001-00, situada à Rua Dr Laurindo Minhoto, 16, Vila Alpina, São Paulo-SP, CEP: 03.240-060.

Art. 2º Determinar que a empresa citada promova o recolhimento do estoque existente no mercado do lote do produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.103, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria nº 1.179 de 14 de setembro de 2017, que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no exercício da competência que lhe confere o art. 14, inciso VIII, do Estatuto aprovado pelo Decreto 8.867, de 3/10/2016, publicado no D.O.U. de 4/10/2016 e considerando o previsto no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta/MP e CGU n. 1, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 1.179 de 17 de setembro de 2017, que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde - CGRC, que passa a vigorar com as seguintes disposições:

Art. 2º O CGRC será constituído pelo Presidente, que o presidirá, Diretor-Executivo, Diretores dos Departamentos, Procurador-Chefe, Auditor-Chefe e Chefe de Gabinete.

§ 1º A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação, da Diretoria-Executiva, auxiliará administrativamente o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, prestando-se como secretaria do CGRC.

§ 2º O Auditor-Chefe e o Procurador-Chefe prestarão apoio técnico ao CGRC.

§ 3º O Presidente poderá convidar servidores representantes de outras unidades da fundação para participar das reuniões.

§ 4º A participação de servidor público federal no CGRC considerar-se- á relevante prestação de serviço público, e não será remunerada.

§ 5º O Chefe de Gabinete prestará apoio administrativo ao Comitê, sem prejuízo das atribuições cabíveis à Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação, da Diretoria-Executiva, com a expressa e prévia anuência do Presidente, podendo para tanto:

I - Agendar reuniões;

II - Redigir documentos de rotina administrativa pertinentes ao CGRC;

III - Disponibilizar aos membros do Comitê as atas e relatórios provenientes das reuniões.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 290, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Filantrópica Hospital José Venâncio, com sede em Colina (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 60/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.459956/2017-00, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1 Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Filantrópica Hospital José Venâncio, CNPJ nº 47.266.838/0001-95, com sede em Colina (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 20 de setembro de 2018 à 19 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 292, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Pará de Minas, com sede em Pará de Minas (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 166/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.001511/2018-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Pará de Minas, CNPJ nº 01.816.967/0001-09 , com sede em Pará de Minas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 10 de novembro de 2018 à 9 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 295, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede em Maringá (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando Parecer Técnico nº 164/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.427940/2017-20 /MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela execução de ações exclusivamente de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas, desde que comprovem a aplicação de, no mínimo, 20% de sua receita bruta em ações de gratuidade, em conformidade com o art. 8-B da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação Beneficente Casa de Nazaré, CNPJ nº 04.119.501/0001-42, com sede em Maringá(PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 300, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Amparo Social aos Carentes - Projeto Vida, com sede em Maringá (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando Parecer Técnico nº 179/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.077679/2017-11 /MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela execução de ações exclusivamente de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas, desde que comprovem a aplicação de, no mínimo, 20% de sua receita bruta em ações de gratuidade, em conformidade com o art. 8-B da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação de Amparo Social aos Carentes - Projeto Vida, CNPJ nº 01.725.975/0001-40, com sede em Maringá(PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 304, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Semmelweis, com sede em Guarapuava (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 178/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.460024/2017-00, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Semmelweis, CNPJ nº 05.486.268/0001-07, com sede em Guarapuava (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 325, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Exclui do PROSUS, a Santa Casa de Misericórdia de Barretos, com sede em Barretos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando o Ofício nº 63/2017-DRF/FCA/SACAT-LAS da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca/SP, que versa sobre o Despacho Decisório DRF/FCA/SACAT nº 321/2016;

Considerando a Nota Técnica nº 56/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.085117/2014-90/MS, que concluiu pela exclusão do PROSUS em conformidade com o art. 35 da Lei nº 12.873/2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, a Santa Casa de Misericórdia de Barretos, CNPJ nº 44.782.779/0001-10, com sede em Barretos (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 770, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e, ainda, o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 5º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, e no Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016.

R E S O L V E:

Art. 1º O inciso III do artigo 62 da Portaria nº 2.217, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 .....

III - disseminar os conhecimentos adquiridos nas capacitações de longa duração, no âmbito da CGU; e

....."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 21 DE MARÇO DE 2018

Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995,

CONSIDERANDO a Resolução nº 469, de 8 de março de 2005, do Conselho Curador do FGTS, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA), e

CONSIDERANDO a Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, que dispõe sobre as diretrizes gerais de aplicação dos recursos do FGTS, resolve:

Art. 1º O Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA) será executado na forma do regulamento Anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Os contratos de financiamento já firmados até a data imediatamente anterior à publicação desta Instrução Normativa poderão, por comum acordo entre os Agentes Financeiros e Mutuários, serem alterados para as condições operacionais ora estabelecidas.

Art. 3º No exercício de 2018, para o processo de seleção e contratação de propostas de que trata a seção X, do Capítulo 1, do Anexo desta Instrução Normativa, serão admitidas somente propostas na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários de que trata o Capítulo 2.

Parágrafo único. As propostas apresentadas deverão ter o valor de financiamento limitado a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Instrução Normativa n° 02, de 05 de março de 2015, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 06 de março de 2015, Seção 1, pág. 47.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

PROGRAMA DE ATENDIMENTO HABITACIONAL ATRAVÉS DO PODER
PÚBLICO (PRÓ-MORADIA)

CAPÍTULO 1 - Condições Gerais
I Apresentação
II Objetivo Geral
III Modalidades e Objetivos Específicos
IV Origem, Alocação, Remanejamento dos Recursos e Contrapartida
V Quem Pode Pleitear os Recursos
VI Condições dos Financiamentos
VII Execução e Acompanhamento dos Contratos
VIII Acompanhamento e Avaliação do Programa
IX Participantes e Atribuições
X Seleção e Contratação de Propostas
XI Critérios para Priorização de Propostas
XII Diretrizes Gerais e Específicas para Elaboração das Propostas
XIII Critérios Para Seleção de Beneficiários Finais
XIV Comprovação de Titularidade de Área
XV Casos Excepcionais
CAPÍTULO 2 - Modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários
I Objetivo Específico
II Concepção das Intervenções
III Composição do Investimento
IV Limites
V Critérios para Seleção da Área de Intervenção
CAPÍTULO 3 - Modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais
I Objetivo Específico
II Tipos de Intervenções
III Composição do Investimento
IV Limites
CAPÍTULO 4 - Modalidade Desenvolvimento Institucional
I Objetivo Específico
II Concepção das Propostas
III Composição do Investimento
GLOSSÁRIO

CAPÍTULO 1

Condições Gerais

I Apresentação

1. Estabelecer os fundamentos técnicos do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA), acrescidos das orientações necessárias ao processo de apresentação, seleção e análise das propostas.

2. O PRÓ-MORADIA, executado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), está amparado na Resolução nº 469, de 8 de março de 2005, do Conselho Curador do FGTS; e no Programa Moradia Digna, constante do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2016-2019, gerido pelo Ministério das Cidades (MCidades); e cuja operacionalização é realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF), na qualidade de Agente Operador do FGTS.

II Objetivo Geral

1. Oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta.

1.1 Será admitido, exclusivamente nas hipóteses previstas no §3º do art.6º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o atendimento a famílias com renda mensal de até R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) no caso da modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários.

III Modalidades e Objetivos Específicos

a) Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

a.1) Esta modalidade objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações, e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação e uso.

b) Produção de Conjuntos Habitacionais

b.1) Esta modalidade objetiva a execução de obras e serviços que resultem em unidades habitacionais inseridas em parcelas legalmente definidas de uma área e dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, salubridade e segurança definidos pelas posturas municipais.

c) Desenvolvimento Institucional

c.1) Esta modalidade é destinada a propiciar o aumento da eficácia na gestão urbana e na implementação de políticas públicas no setor habitacional, mediante ações que promovam a capacitação técnica, jurídica, financeira e organizacional da administração pública.

IV Origem, Alocação, Remanejamento dos Recursos e Contrapartida

1. Os recursos destinados ao PRÓ-MORADIA são provenientes das seguintes fontes:

a) Plano de Contratações e Metas Físicas do Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em vigor, referente à área orçamentária de Habitação Popular, distribuídos, em ato normativo específico do Gestor da Aplicação, com base nos critérios definidos no art. 14 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS.

b) contrapartida do Mutuário; e

c) outras que vierem a ser definidas.

2. O Agente Operador alocará, aos Agentes Financeiros, os recursos do Orçamento Operacional do FGTS destinados, a cada exercício, ao PRÓ-MORADIA, por intermédio de contrato de empréstimo, no qual constará cláusula prevendo a contratação dos financiamentos com os Mutuários até o dia 30 de junho do exercício orçamentário subsequente.

3. Os eventuais remanejamentos de recursos, entre as 27 (vinte e sete) Unidades da Federação, serão efetuados pelo Gestor da Aplicação, a partir de solicitações técnicas fundamentadas encaminhadas pelo Agente Operador, até o dia 30 de novembro do exercício orçamentário em curso.

4. Os recursos do PRÓ-MORADIA serão concedidos por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta.

5. A contrapartida representa a parcela do valor total de investimento correspondente à somatória dos recursos aportados pelo Mutuário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1 A contrapartida poderá ser integralizada por meio de recursos financeiros próprios do Mutuário ou de terceiros, inclusive internacionais, e de bens imóveis ou serviços, se economicamente mensuráveis e vinculados às intervenções pactuadas, devendo constar do contrato de financiamento cláusula que indique a forma de aferição do valor correspondente, em conformidade com os valores praticados no mercado.

5.1.1 Nos casos de propostas enquadradas na modalidade Desenvolvimento Institucional a contrapartida será, exclusivamente, de caráter financeiro.

5.1.2 Nos casos de propostas enquadradas nas modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários ou Produção de Conjuntos Habitacionais fica admitida como contrapartida, exclusivamente após sua seleção, a execução de itens que componham o investimento, a critério e na forma que vier a ser regulamentada pelo Agente Operador.

5.2 A contrapartida, quando financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do contrato de financiamento, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

5.3 O valor da contrapartida será estabelecido de acordo com a modalidade operacional pretendida e observará os percentuais mínimos a seguir definidos:

a) Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários ou Produção de Conjuntos Habitacionais: 5,0% (cinco por cento) do valor total de investimento; e

b) Desenvolvimento Institucional: 7,5% (sete e meio por cento) do valor total de investimento.

V Quem Pode Pleitear os Recursos

1. As propostas devem ser apresentadas pelos estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta.

VI Condições dos Financiamentos

1. Os financiamentos contratados no âmbito do PRÓ-MORADIA observarão as condições operacionais estabelecidas neste item, além daquelas que vierem a ser definidas pelo Agente Operador e Agentes Financeiros, no âmbito de suas respectivas competências.

2. Os limites de financiamento serão estabelecidos pelos Agentes Financeiros em função da análise de capacidade de pagamento do proponente e à autorização de endividamento emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), observados, ainda, os parâmetros aplicáveis a cada modalidade.

3. As operações de crédito no âmbito do PRÓ-MORADIA observarão prazo de carência correspondente ao prazo necessário à execução das obras e serviços contratados, contado a partir da data de assinatura do contrato de financiamento.

3.1 As operações de crédito no âmbito do PRÓ-MORADIA observarão prazo de carência de até 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato de financiamento, sendo permitida sua prorrogação, a critério do Agente Operador.

3.1.1 Serão passíveis de autorização as solicitações de prorrogação de carência justificadas, exclusivamente, por problemas de natureza técnico-operacional que impeçam a execução das obras e serviços dentro do prazo originalmente pactuado.

3.2 O primeiro desembolso do contrato de financiamento deverá ser efetuado em até 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato, admitida prorrogação por, no máximo, igual período.

3.3 As solicitações de prorrogação de prazo de carência ou prorrogação de primeiro desembolso serão submetidas, pelos Agentes Financeiros, ao Agente Operador.

3.3.1 Esgotado o prazo de que trata o subitem 3.2 deste Capítulo, o Agente Operador deverá promover o distrato das correspondentes operações de crédito.

3.4 Verificada, na fase de desembolso, situação de irregularidade do Mutuário perante o FGTS, o Agente Operador adotará as medidas a seguir especificadas na ordem em que se encontram dispostas neste subitem:

a) desembolso da parcela corrente, condicionando a próxima liberação à regularização das pendências;

b) desembolso de parcela mediante compensação com débitos relativos a retorno ou a recolhimentos de contribuições ao FGTS;

c) desembolso bloqueado com prazo para regularização da pendência; ou

d) outras, que conjuguem, no menor espaço de tempo, o andamento das obras com a regularização das pendências.

4. Os prazos máximos de amortização serão contados a partir do mês subsequente ao do término do prazo de carência e estabelecidos de acordo com a modalidade operacional a ser implementada, conforme segue:

a) Modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários ou Produção de Conjuntos Habitacionais: 20 (vinte) anos; e

b) Modalidade Desenvolvimento Institucional: 15 (quinze) anos.

5. Os juros serão pagos mensalmente nas fases de carência e de amortização, à taxa nominal de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescida da remuneração do Agente Financeiro, limitada a 2% (dois por cento) ao ano, e da taxa de risco de crédito do Agente Financeiro, limitada a 1% (um por cento) ao ano, nos termos definidos nos arts. 32 e 37 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS.

5.1 Fica expressamente vedada a cobrança de outras taxas e tarifas, a qualquer título, ausentes de previsão concedida pelo Conselho Curador do FGTS, nos termos do art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

6. Os valores de investimento por família beneficiada, na modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais, observarão os limites estabelecidos pelo art. 20 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, excetuados os casos de requalificação, que excluirão dos referidos limites as contrapartidas aportadas pelos Mutuários.

VII Execução e Acompanhamento dos Contratos

1. Antes do primeiro desembolso, o Agente Financeiro disponibilizará, para homologação do Gestor da Aplicação, a Síntese do Projeto Aprovado (SPA) de cada operação firmada, conforme modelo fornecido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

1.1 Será admitida a apresentação da SPA de etapa de obras e serviços, desde que esta possua funcionalidade e cumpra as demais exigências para início da execução.

1.2 A SPA referente à etapa de obras e serviços aprovada deverá conter Quadro de Composição do Investimento (QCI) da etapa e do total da intervenção.

1.3 Ocorrendo alterações substanciais em projeto já aprovado, o Agente Financeiro deverá elaborar nova SPA com as devidas atualizações e encaminhar ao Gestor da Aplicação.

1.3.1 Consideram-se alterações substanciais em projetos:

a) alteração acima de 10% (dez por cento) dos quantitativos ou dos valores dos itens do QCI original, total ou da etapa;

b) supressão ou acréscimo de itens do QCI original;

c) alteração da concepção da solução técnica original do projeto, em qualquer extensão, aplicável somente para as obras de saneamento;

d) alteração da área de intervenção, como mudança de bairro beneficiado ou mesmo da bacia ou sub-bacia de drenagem;

e) demais alterações que impliquem em revisão de enquadramento das propostas nos limites e parâmetros do Programa/Modalidade e diretrizes gerais estabelecidas nos Manuais do Gestor da Aplicação.

2. Nos contratos, firmados nas modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários ou Produção de Conjuntos Habitacionais e com pelo menos 1 (uma) parcela já desembolsada, constatada a ausência de desembolso por período superior a 6 (seis) meses, os Agentes Financeiros deverão verificar se a obra se encontra em andamento, com execução física, caso contrário, notificar o Mutuário para a retomada destas, informando sobre a iminência de redução das metas do contrato.

2.1 Constatada a ausência de desembolso por período superior a 12 (doze) meses consecutivos, os Agentes Financeiros deverão promover a redução das metas dos contratos de financiamento, preservando os recursos necessários à execução das metas mínimas indispensáveis para dar funcionalidade às obras iniciadas, excluindo-se as demais metas.

2.2 A redução das metas poderá não ser aplicada, em caráter excepcional, quando constatada pelo Agente Financeiro a efetiva e adequada evolução física da obra ou nos casos em que a paralisação da execução do objeto se der por motivo não atribuível ao Mutuário, assim entendida pela ocorrência de, ao menos, uma das seguintes situações:

a) o resultado da licitação ou chamamento for deserto ou fracassado;

b) a concessão da licença ambiental; a outorga de captação de água ou de lançamento de efluentes; o alvará de construção; e outras autorizações ou aprovações de projeto que se situarem na esfera de competência de outro Ente da Federação;

c) a titularidade da área de intervenção for de outro Ente da Federação;

d) existência de embargo, ação judicial, apontamento de órgãos de controle, que tenham determinado a paralisação da obra.

2.3 Os Agentes Financeiros deverão promover, em conjunto com o Mutuário, avaliação das metas físicas e dos respectivos valores a serem preservados nos contratos de financiamento e encaminhar à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, com a devida justificativa e parecer técnico conclusivo, a proposta de redução de metas, enumerando aquelas a serem preservadas, e as de caráter obrigatório, como a regularização fundiária e o trabalho social, conforme o caso.

2.4 No prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da manifestação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, o Agente Operador deverá promover a supressão das metas e valores das correspondentes operações de crédito.

2.5 Após a repactuação do contrato de financiamento de que trata o subitem 2.1, o Mutuário terá até 12 (doze) meses para retomada do desembolso.

VIII Acompanhamento e Avaliação do Programa

1. O Agente Operador encaminhará, trimestralmente, ao Gestor da Aplicação, relatório de execução orçamentária do programa, observadas as seguintes disposições:

a) os relatórios de execução serão encaminhados em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de encerramento do trimestre de referência, destacando, se for o caso, no último trimestre, as propostas de financiamentos que venham a utilizar a prerrogativa de contratação até o dia 30 de junho, na forma estabelecida pelo art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; e

b) o Agente Operador disponibilizará, ainda, ao Gestor da Aplicação, mantendo devidamente atualizado, o sítio eletrônico https://webp.caixa.gov.br/sicnl/, para fins de acompanhamento e avaliação do programa, sem prejuízo de outros dados e informações que venham ser, a qualquer tempo, solicitados.

IX Participantes e Atribuições

1. Ministério das Cidades (MCidades), na qualidade de Gestor da Aplicação, sem prejuízo do disposto no art. 66 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com redação dada pelo Decreto nº 1522, de 13 de junho de 1995, responsável por:

a) realizar a gestão dos programas, projetos e atividades, mediante:

a.1) definição das diretrizes gerais e procedimentos para sua implementação;

a.2) divulgação de atos normativos e orientações aos Proponentes/Mutuários;

a.3) análise de enquadramento e seleção das propostas apresentadas pelos Proponentes/Mutuários, com vistas à celebração dos contratos de financiamento;

a.4) monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados.

2. Caixa Econômica Federal - CEF, na qualidade de Agente Operador, responsável por:

a) definir e divulgar os procedimentos operacionais necessários à execução do programa, observando os atos normativos expedidos pelo Gestor da Aplicação e demais legislação aplicável à operacionalização de contratos de financiamento;

b) controlar e acompanhar a execução orçamentária dos programas de aplicação dos recursos do FGTS;

c) cadastrar e habilitar os agentes financeiros para atuar nos programas de aplicação dos recursos do FGTS;

d) analisar a capacidade de pagamento do agente financeiro;

e) analisar as propostas de abertura de crédito, pronunciando-se quanto a sua viabilidade e enquadramento nos objetivos do programa;

f) contratar operações de empréstimo com os agentes financeiros, zelando pela correta aplicação dos recursos;

g) acompanhar, por intermédio dos Agentes Financeiros, a atuação dos Proponentes/Mutuários, identificando eventuais irregularidades na sua atuação;

h) acompanhar e orientar a atuação dos Agentes Financeiros, com vistas à correta aplicação dos recursos do FGTS;

i) acompanhar e avaliar a execução dos empreendimentos, sem prejuízo do desenvolvimento dessa atividade pelos agentes financeiros;

j) analisar os relatórios periódicos encaminhados pelos agentes financeiros;

k) avaliar e aperfeiçoar, sistematicamente, os parâmetros operacionais dos programas de aplicação dos recursos do FGTS;

l) apresentar relatórios gerenciais periódicos com a finalidade de proporcionar ao Gestor da Aplicação meios para avaliar o desempenho do programa.

3. Agente Financeiro, além daquelas inerentes à concessão de financiamentos, responsável por:

a) orientar os Proponentes/Mutuários na formulação das propostas de operações de crédito;

b) analisar a capacidade de pagamento dos Proponentes/Mutuários, emitindo conceito de risco de crédito de acordo com as normas recomendadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN);

c) analisar propostas de operações de crédito, em conformidade com os critérios definidos neste anexo, emitindo parecer conclusivo, abordando os aspectos técnicos de engenharia, sociais, jurídicos e econômico-financeiros;

d) solicitar a alocação de recursos ao Agente Operador com vistas à contratação das operações selecionadas pelo Gestor da Aplicação;

e) contratar com os Proponentes/Mutuários as operações de crédito autorizadas pelo Agente Operador;

f) acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento das operações, de maneira a garantir o cumprimento das metas na forma contratualmente estabelecida;

g) realizar o acompanhamento das obras e serviços, na forma prevista neste anexo inclusive do Trabalho Social e das atividades referentes ao Desenvolvimento Institucional;

h) consultar os cadastros corporativos disponíveis, a exemplo do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Cadastro Nacional dos Mutuários (CADMUT), a fim de verificar, respectivamente, a faixa de renda da família beneficiada e registros de financiamentos de imóveis obtidos, que caracterizem situações restritivas à concessão do benefício pretendido, informando ao Proponente/Mutuário as restrições detectadas;

i) orientar os Proponentes/Mutuários quanto aos procedimentos previstos de alterações contratuais;

j) avaliar o desempenho dos Proponentes/Mutuários na execução das obras/serviços, identificando eventuais irregularidades na sua atuação, adotando as providências cabíveis para sua solução.

4. Administração Pública dos Estados, Municípios ou do Distrito Federal, além daquelas inerentes à contração do financiamento, na qualidade de Proponente/Mutuário, responsável por:

a) observar e cumprir a regulamentação que rege o PRÓ-MORADIA;

b) promover ações necessárias ao planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento das obras, serviços ou ações, na forma que estes venham a ser aprovados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) aportar valores referentes à contrapartida mínima, inclusive aqueles oriundos de terceiros, e alocação de recursos adicionais, não previstos no investimento inicial, caso verificada sua necessidade;

d) pagar as prestações e demais encargos referentes aos financiamentos concedidos pelo Agente Financeiro, na forma contratualmente estabelecida;

e) encaminhar, ao Agente Financeiro, os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunindo toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração do contrato de financiamento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentação de documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal ou estadual e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

f) definir por etapa/fase, onde couber, a forma de execução, direta ou indireta, do objeto do contrato de financiamento;

g) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no contrato de financiamento, observando prazos e custos e designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

h) observar, na sua integralidade, os requisitos de qualidade técnica dos projetos e de execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária;

i) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor da Aplicação, podendo estabelecer outros critérios que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social específicas;

j) realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução indireta de obras e serviços;

k) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do Proponente/Mutuário, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

l) fiscalizar o Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF), efetuando os pagamentos ao fornecedor e a retenção de impostos e contribuições previdenciárias incidentes sobre as notas fiscais de insumos e serviços, que tenham por sujeito passivo da obrigação tributária o respectivo executor ou fornecedor, em conformidade com a legislação tributária e previdenciária vigente, bem como a conferência e aceite dos documentos fiscais, verificando as alíquotas de tributos e retenções incidentes, validade de certidões de regularidade fiscal e cadastral do fornecedor;

m) estimular participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto pactuado, na gestão dos recursos financeiros destinados, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

n) operar manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do contrato de financiamento, após a execução deste;

o) fornecer ao Gestor da Aplicação, a qualquer tempo, de informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

p) incluir, no edital de licitação e no CTEF, requisito de que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto do contrato de financiamento;

q) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação dos recursos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do contrato de financiamento, comunicando tal fato ao Gestor da Aplicação;

r) disponibilizar informação, sempre que solicitado pelo Gestor da Aplicação, sobre o estado de conservação, funcionamento e operação do patrimônio gerado pela aplicação dos recursos públicos, ainda que finda a execução do objeto do contrato de financiamento;

s) cadastrar as famílias beneficiadas com unidade ou melhoria habitacional no CadÚnico, sendo esta responsabilidade exclusiva dos entes municipais independente de não atuarem como Proponentes/Mutuários; e

4.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações impõe aos Proponentes/Mutuários a prestação de esclarecimentos perante o Agente Financeiro, que repassará, após sua apreciação e conforme o caso, para conhecimento do Agente Operador e do Gestor da Aplicação.

5. Famílias atendidas, na qualidade de Beneficiários, responsáveis por:

a) fornecer dados cadastrais e socioeconômicos;

b) atender tempestivamente às demandas do Proponente/Mutuário no que tange à apresentação de documentação e comparecimentos necessários à execução das ações de regularização fundiária, do trabalho social e dos demais componentes da intervenção; e

c) apropriar-se corretamente dos bens e serviços colocados a sua disposição.

6. Unidade Executora Local (UEL)

6.1 A concepção e implementação das intervenções objeto de contratos com valor de financiamento superior a R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), deverão, sempre que possível, estar sob a responsabilidade de uma Unidade Executora Local (UEL) constituída, formalmente, por ato administrativo do Proponente/Mutuário.

6.1.1 A UEL deverá estar subordinada ao órgão responsável pela política setorial em que estiverem inseridas as obras e serviços a serem executados.

6.1.2 A estrutura da UEL deverá ser formada, no mínimo, por:

a) coordenador geral;

b) coordenador de engenharia;

c) coordenador de trabalho social;

d) coordenador de regularização fundiária, se for o caso;

e) representante(s) das famílias beneficiárias;

f) equipe técnica composta, pelos seguintes profissionais: um arquiteto ou um engenheiro, preferencialmente com experiência em análise, formulação ou implementação de políticas e programas na área de desenvolvimento urbano e habitacional ou de saneamento; um assistente social ou sociólogo; e um profissional com conhecimento em regularização fundiária.

6.1.3 Os atos de criação da UEL e da indicação dos seus membros, bem como endereço, fax, telefone e e-mail para contato, deverão ser encaminhados ao Departamento de Urbanização (DUR) da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades (MCidades).

X Seleção e Contratação de Propostas

1. No processo de seleção serão consideradas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como a convergência das propostas aos objetivos e às orientações contidas neste anexo.

1.1 Os Proponentes/Mutuários deverão se candidatar por meio de encaminhamento de proposta, na forma da carta-consulta disponível no sítio eletrônico www.cidades.gov.br, para concorrer em processo de seleção, sendo facultado ao Gestor da Aplicação, em situações especiais, selecionar empreendimentos em caráter extraordinário, mediante ato específico.

1.2 As propostas recepcionadas passam à fase de enquadramento, a ser realizada pelo Gestor da Aplicação.

1.2.1 A fase de enquadramento consiste em verificar o atendimento ao objetivo e aos atos normativos que regem o programa e suas respectivas modalidades operacionais.

1.2.2 Caso julgue necessário, o Gestor da Aplicação poderá solicitar aos Proponentes/Mutuários documentação técnica complementar para análise das propostas de financiamento apresentadas.

1.2.3 A fase de seleção consiste em eleger, até o limite dos recursos orçamentários alocados ao programa no exercício, as propostas consideradas prioritárias.

1.2.4 É vedada a seleção de propostas apresentadas por Proponentes/Mutuários titulares de contratos de financiamento, termos de compromisso ou contratos de repasse firmados no âmbito das ações e programas geridos pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que estejam com a execução paralisada, excetuadas aquelas situações em que a paralisação ocorreu por razões não atribuíveis aos Proponentes/Mutuários, tais como:

a) resultado de licitação deserto ou fracassado;

b) licença ambiental, outorga de captação de água e lançamento de efluentes, alvará de construção e outras autorizações ou aprovações de projeto na esfera de competência de outro ente da federação;

c) titularidade da área de intervenção de outro ente da federação; ou

d) existência de embargo, ação judicial ou apontamento de órgãos de controle, que tenham determinado a paralisação da obra.

1.2.4.1 A existência de obras paralisadas não impedirá a seleção de novas propostas quando estiver em processo final de solução atestado pelo Agente Financeiro ou mandatária da União, conforme o caso, ou o Proponente/Mutuário tenha formalizado solicitação de cancelamento da operação com obras paralisadas.

1.2.5 O Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), de que trata o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, poderá, a seu critério, incluir as propostas selecionadas no rol das medidas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

1.3 Em caso de propostas que beneficiam municípios atingidos por desastres naturais, será admitida sua apresentação independente dos prazos estabelecidos no item 2, desde que apresentadas em até 6 (seis) meses após a data de sua ocorrência.

1.3.1 Para fins de qualificação e comprovação da ocorrência dos desastres naturais, serão observados os dispositivos constantes do art. 2º e do caput e § 1º do art. 3º, ambos do Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004.

1.3.2 Essas propostas serão submetidas às fases de enquadramento e seleção, a serem realizadas pelo Gestor da Aplicação, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua recepção dispensada a aplicação dos critérios previstos neste anexo.

2. Os processos de hierarquização e seleção obedecerão ao seguinte calendário:

a) início: a partir da data de publicação, no Diário Oficial da União, deste ato normativo;

b) término: 15 (quinze) dias antes do término do exercício orçamentário;

c) periodicidade: divulgação do resultado da seleção em intervalos de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, considerando as propostas enquadradas recebidas até o último dia útil do mês que antecede a divulgação.

3. É vedada a apresentação de proposta que abranja mais de uma modalidade.

4. Para contratação das propostas selecionadas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos nos prazos especificados, contados da data de divulgação da seleção pelo Gestor da Aplicação:

a) Os Proponentes/Mutuários devem apresentar os documentos técnicos, institucionais e jurídicos exigíveis para contratação, ao Agente Financeiro, em até 30 (trinta) dias;

b) O Agente Financeiro deve apresentar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) documentação necessária para verificação de limites e condições, em até 60 (sessenta) dias;

c) O Agente Financeiro deve firmar os contratos de financiamento com os Proponentes/Mutuários, em até 120 (cento e vinte) dias.

4.1 Para fins de validação das propostas, os Proponentes/Mutuários deverão apresentar, ainda, a qualquer um dos Agentes Financeiros previamente habilitados pelo Agente Operador, documentos que permitam verificar:

a) sua regularidade em relação ao FGTS; e

b) a compatibilidade entre o valor de financiamento solicitado e sua capacidade de pagamento e o percentual de contrapartida mínimo exigido para a modalidade operacional pretendida.

4.2 É vedada a contratação de operações de crédito de empréstimo ou financiamento com proponentes que se encontrem em situação irregular perante o FGTS ou com restrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

5. Ficam os Agentes Financeiros responsáveis por encaminhar à STN/MF a documentação necessária para fins de verificação de limite de endividamento e demais condições relativas à concessão de crédito aos órgãos e entidades do setor público.

5.1 As propostas que contem com parecer favorável da STN/MF passam à fase de análise de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira de contratação, nos termos do art. 67, incisos IV e VI, do Regulamento Consolidado do FGTS.

6. Se, previamente à contratação, os Proponentes/Mutuários apresentarem, para as propostas selecionadas, alterações nos parâmetros a seguir especificados, estas deverão ser submetidas, pelos Agentes Financeiros, ao Gestor da Aplicação:

a) modalidade operacional;

b) área de intervenção; ou

c) valor de financiamento.

XI Critérios para Priorização de Propostas

1. Serão consideradas prioritárias as propostas que observem os seguintes critérios:

1.1 Nas modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários ou Produção de Conjuntos Habitacionais:

1.1.1 Relacionados à concepção das propostas de intervenção:

a) complementação de obras iniciadas, consideradas aquelas que foram contratadas a partir de 2007 no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), PRÓ-MORADIA, Programa Multisetorial Integrado (PMI), Saneamento Integrado e Saneamento Ambiental;

b) reconstrução pós-desastres, cuja área ocupada originalmente foi atingida por sinistro de origem ambiental, envolvendo além da recuperação ou mitigação dos impactos da calamidade na região, a construção de unidades habitacionais para as famílias vitimadas;

c) eliminação de riscos de deslizamento em áreas de encosta, atuando de forma preventiva à ocorrência de desastres, incluindo ou não o reassentamento de famílias;

d) mitigação de danos ao meio ambiente em áreas de mananciais, de preservação ambiental, de preservação permanente, causados por ocupações irregulares; e

e) eliminação de gargalos na infraestrutura logística do país, tais como aquelas que impedem ou prejudicam o funcionamento de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, água tratada e esgoto, observando a necessidade ou não da mitigação do impacto decorrente destas instalações de infraestrutura.

1.1.2 Relacionados à população beneficiária:

a) em áreas sujeitas a situações de risco de vida, tais como erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos, cabeceiras de aeroportos, áreas de servidão de redes de energia elétrica, polidutos, linhas férreas e rodovias;

b) em áreas situadas em locais insalubres, tais como lixões, cortiços, palafitas, alagados, mangues e com ausência de água potável e esgotamento sanitário;

c) em áreas situadas em locais impróprios para moradia, assim consideradas as ocupações em corpos hídricos (rios, córregos, lagoas, nascentes e canais), florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de fauna, áreas de preservação permanente (APP), áreas de proteção ambiental (APA), entre outras;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) em área de conflito fundiário urbano, assim considerado como a disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, objeto de instrumento policial ou judicial de interposição de posse, envolvendo famílias de baixa renda, que demandarem a proteção do Estado na garantia do direito à moradia e à cidade;

e) de alta vulnerabilidade enquadradas nas políticas de erradicação da pobreza extrema;

f) em famílias de menor renda, com idosos, com deficientes e chefiadas por mulheres, na forma da alínea h, do inciso II, do art. 4º, da Lei nº 11.124, de 2005.

1.1.3 Existência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público, para implementação de ações voltadas a solucionar a precariedade identificada na área de intervenção proposta.

1.1.4 Priorização da intervenção proposta por Conselho Municipal ou Estadual ou órgão de caráter equivalente ligado ao setor habitacional.

1.1.5 Relacionados ao nível de desenvolvimento dos projetos técnicos, licença ambiental, outorga de recursos hídricos, regularidade fundiária, entre outros.

1.1.6 Atendimento a proposta de Proponente/Mutuário:

a) em município localizado em Unidade da Federação com índice de inadequação de domicílios ou de déficit habitacional superior à média nacional;

b) em município que apresente índices superiores à média nacional nos indicadores de vulnerabilidade social;

c) que não possua obra paralisada em operações firmadas no âmbito das ações/programas geridos pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

1.2 Na modalidade Desenvolvimento Institucional:

1.2.1 Quando apresentadas pela administração municipal direta ou indireta

a) atendimento a municípios com população superior a 20 (vinte) mil habitantes;

b) atendimento a municípios integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento, aglomerados urbanos ou sede de capital estadual;

c) atendimento a município que apresente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média nacional; ou

d) atendimento a municípios em estados com índices de inadequação de domicílios ou de déficit habitacional superiores à média nacional, conforme projeção mais atualizada realizada pela Fundação João Pinheiro, com base nos dados do Censo ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.2.2 Quando apresentadas pela administração estadual direta ou indireta

a) prevejam ações de aperfeiçoamento da administração estadual relacionadas a questões afetas a regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento ou aglomerados urbanos; ou

b) atendimento a estado que apresente IDH inferior à média nacional.

XII Diretrizes Gerais e Específicas para Elaboração das Propostas

1. As propostas apresentadas nas modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários e Produção de Conjuntos Habitacionais deverão observar as seguintes diretrizes gerais:

a) integração com outras intervenções ou programas da União, em particular com aqueles geridos pelo Ministério das Cidades, assim como pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), bem como com as políticas públicas de saúde, saneamento, educação, cultura e desporto, justiça e trabalho e emprego;

b) atendimento prioritário à população residente em áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental;

c) atendimento prioritário às famílias com menor renda per capita, com maior número de dependentes, à mulher responsável pelo domicílio, aos idosos, às pessoas com deficiência, às comunidades quilombolas ou de etnias negra ou indígena, bem como a demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos de segmentos da população;

d) promoção do ordenamento territorial das cidades, por intermédio da regular ocupação e uso do solo urbano;

e) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, sendo obrigatório agregar às obras e serviços a execução de trabalho social, com o objetivo de criar mecanismos capazes de fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, bem como à gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento;

f) promoção da regularização fundiária por meio de implementação de planos e projetos e de atividades jurídicas e administrativas no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios;

g) compatibilização com Plano Diretor Municipal ou equivalente, ou com Plano de Ação Estadual ou Regional, quando existentes, e com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de que trata a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e com a legislação local, estadual e federal; e

h) compatibilização com o Plano Local de Habitação de Interesse Social, outros planos setoriais existentes, tais como: Plano de Saneamento Básico, Plano de Bacia Hidrográfica, Plano de Mobilidade Urbana, Plano Diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Redução de Riscos;

i) mitigação de conflitos fundiários urbanos, assim considerados como as disputas pela posse ou propriedade de imóvel urbano, objeto de litígio judicial, envolvendo famílias de baixa renda, que demandarem a proteção do Estado na garantia do direito à moradia e à cidade,

j) atendimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei nº 11.124, de 2005,

k) manutenção do homem no campo, nos casos de intervenções em áreas rurais, e

l) plena funcionalidade das obras e serviços propostos que deverão reverter-se, ao seu final, em benefícios imediatos à população;

l.1) independentemente da divisão em etapas, somente será elegível proposta que apresentar a concepção geral da intervenção,

l.2) será admitia proposta cuja execução seja dividida em etapas, desde que estas apresentem funcionalidade em cada uma isoladamente e em seu conjunto.

m) atendimento às normas de preservação ambiental, eliminando ou mitigando os impactos ambientais negativos na área objeto de intervenção e seu respectivo entorno ou, no caso de realocação de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando novas ocupações com a execução de obras de urbanização e recuperação de áreas degradadas;

n) nos projetos que envolvam o atendimento de famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, é indispensável análise e entendimento da especificidade social e institucional da área de intervenção, bem como adequação metodológica, de modo a assegurar integral afinidade entre as intervenções propostas e a realidade e demanda das comunidades objeto da intervenção;

n.1) nesses casos, sempre que possível, o Proponente/Mutuário, deverá buscar interlocução com os órgãos oficiais responsáveis pela questão tais como a Fundação Nacional do Índio do Ministério da Justiça (FUNAI), a Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FUNASA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), assim como organizações do terceiro setor;

o) os projetos que envolvam a construção de unidades habitacionais deverão observar, no tocante a esta, os normativos e especificações do Programa Minha Casa, Minha Vida, na modalidade operada com recursos de integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV/FAR), além de prever, quando possível, ampliação da unidade habitacional e método construtivo que permita a execução desta ampliação com facilidade;

p) adoção de soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade, nos termos da Norma Brasileira ABNT NBR 9050/2004 e Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2017;

q) os projetos e planos decorrentes das propostas deverão ser submetidos ao devido processo de licenciamento ambiental, na forma da lei e dos regulamentos que regem a matéria;

r) os projetos de engenharia deverão atender às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

s) os projetos que envolvam a execução de obras e serviços de pavimentação deverão observar os seguintes aspectos:

s.1) a pavimentação será admitida somente de forma conjugada às soluções de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, ou nos casos em que esses serviços já existam na área a ser pavimentada; e

s.2) devem ser viabilizadas, prioritariamente, soluções alternativas à utilização de asfalto, tais como pisos intertravados, pré-moldados ou pedras naturais que apresentam reduzidos custos de execução e manutenção, favorecem o escoamento das águas pluviais impermeabilizando menos os solos urbanos e podem ser fabricados e executados com mão-de-obra própria da comunidade, proporcionando, com isso, geração de trabalho e renda.

t) atendimento às diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, principalmente, no que diz respeito à utilização de materiais de construção produzidos em conformidade com as normas técnicas e, preferencialmente, de empresas construtoras com certificados de qualidade na área de atuação;

u) são vedados projetos que contemplem exclusivamente a aquisição de bens, materiais ou equipamentos para execução de instalações ou serviços futuros.

u.1) no caso da modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários o remanejamento/reassentamento de famílias é medida extrema que só deverá ocorrer nos casos em que o assentamento precário esteja em área que não seja passível de uso habitacional, exposta a riscos de incêndio, deslizamentos, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próxima a áreas insalubres, às margens de rodovias, ferrovias, rios e lagoas, em área de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística do bairro, para implantação de infraestrutura ou sistema viário e áreas não passíveis de regularização. O reassentamento deverá ser localizado o mais próximo possível do local da intervenção, tendo em vista as relações de vizinhança e emprego estabelecidas, bem como da infraestrutura e equipamentos públicos existentes;

v) no caso da modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais:

v.1) atendimento à população com problemas de coabitação familiar ou ônus excessivo de pagamento de aluguel, na forma definida pelo estudo intitulado "Déficit Habitacional no Brasil", elaborado pela Fundação João Pinheiro, com base nos dados disponíveis à época da seleção, encontrado no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.

v.2) contribuição, sempre que possível, das famílias beneficiadas na modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais, sob a forma de parcelas mensais ou poupança prévia, de forma que cada família contribua, dentro de suas possibilidades, com o retorno dos investimentos aplicados em obras destinadas a sua propriedade individual, de modo a compor recursos do fundo local de habitação de interesse social.

v.3) os limites de participação financeira dos beneficiários devem ser definidos pelo conjunto da comunidade beneficiada a partir de análise da situação socioeconômica de cada uma das famílias, e, quando existente, por deliberação de conselho estadual ou municipal, onde estejam representados o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil.

XIII Critérios Para Seleção de Beneficiários Finais

1. O processo de seleção dos beneficiários é responsabilidade do Proponente/Mutuário, sendo vedado o atendimento com unidade habitacional, com exceção dos casos de reassentamento/remanejamento, de beneficiário final que:

a) seja titular de contrato de financiamento obtido com recursos do FGTS ou em condições equivalentes ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em qualquer parte do país;

b) seja proprietário, promitente comprador ou titular de direito de aquisição, arrendamento ou uso de imóvel residencial, regular, com padrão mínimo de edificação e habitabilidade definido pelas posturas municipais, e dotado de infraestrutura mínima (água, esgoto e energia), em qualquer parte do país;

c) já tenha sido atendido com benefícios similares pelo Proponente/Mutuário ou por órgãos a ele direta ou indiretamente vinculados, por intermédio de programas lastreados com recursos do FGTS ou orçamentários da União.

1.1 Para fins de atendimento ao disposto nesse item, o Proponente/Mutuário deverá solicitar aos beneficiários finais a assinatura de declaração, firmada sob as penas da lei, de atendimento ao disposto nas alíneas "a", "b" e "c", deste item.

2. A renda familiar das famílias atendidas com unidade habitacional não poderá ser superior a R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo admitido, exclusivamente nas hipóteses previstas no §3º do art.6º-A da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, o atendimento a famílias com renda mensal de até R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) no caso da modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários.

2.1 Os valores acima descritos serão automaticamente compatibilizados com os limites de renda estabelecidos para as famílias beneficiárias pelo PMCMV/FAR.

3. Antes da entrega da unidade habitacional, de posse da relação dos beneficiários finais selecionados, o Agente Financeiro consultará os sistemas disponíveis, a fim de verificar a faixa de renda da família beneficiada e registros de financiamentos de imóveis obtidos, que caracterizem situações restritivas à concessão do benefício pretendido, informando ao Proponente/Mutuário as restrições detectadas.

XIV Comprovação de Titularidade de Área

1. Nos contratos, firmados nas modalidades Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o contrato de financiamento tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel.

1.1 Alternativamente, admitem-se, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a seguinte documentação:

a) poderá ser aceita, para início de obra, declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299, do Código Penal, de que o proponente ao crédito é detentor da posse da área objeto da intervenção quando se tratar de área pública, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da vigência do contrato de financiamento;

b) em caso de obras lineares de saneamento básico (adutoras, coletores, interceptores e similares) admite-se que a comprovação da titularidade seja efetuada por Termo de Permissão ou Documento de Autorização do Proprietário;

c) comprovação de ocupação regular de imóvel:

c.1) em área desapropriada por Estado, por Município, pelo Distrito Federal ou pela União, com sentença transitada em julgado no processo de desapropriação;

c.2) em área devoluta;

c.3) recebido em doação da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, já aprovada em lei, conforme o caso, e, se necessária, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite; ou de pessoa física ou jurídica, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite, neste caso, com promessa formal de doação irretratável e irrevogável;

c.4) que, embora ainda não haja sido devidamente consignado no cartório de registro de imóveis competente, pertence a Estado que se instalou em decorrência da transformação de Território Federal, ou mesmo a qualquer de seus Municípios, por força de mandamento constitucional ou legal;

c.5) pertencente a outro ente público que não o proponente ao crédito, desde que a intervenção esteja autorizada pelo proprietário, por meio de ato do chefe do poder executivo ou titular do órgão detentor de delegação para tanto;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c.6) que, independentemente da sua dominialidade, esteja inserido em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), instituída na forma prevista na Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, devendo, neste caso, serem apresentados os seguintes documentos: cópia da publicação, em periódico da Imprensa Oficial, da lei estadual, municipal ou distrital instituidora da ZEIS; demonstração de que o imóvel beneficiário do investimento encontra-se na ZEIS instituída pela lei referida no item anterior; e declaração firmada pelo chefe do Poder Executivo (governador ou prefeito) do ente federativo a que o proponente ao crédito seja vinculado de que os habitantes da ZEIS serão beneficiários de ações visando à regularização fundiária da área habitada para salvaguardar seu direito à moradia.

c.7) objeto de sentença favorável aos ocupantes, transitada em julgado, proferida em ação judicial de usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos do art. 183, da Constituição Federal; da Lei nº. 10.257, de 2001, e da Medida Provisória nº. 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

c.8) tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde que haja aquiescência do Instituto.

1.2 Será admitida a apresentação de contrato ou compromisso irretratável e irrevogável de constituição de direito real sobre o imóvel, na forma de cessão de uso, concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, aforamento ou direito de superfície.

1.3 Será admitida a comprovação de ocupação da área objeto do contrato de financiamento nas condições a seguir especificadas:

a) por comunidade remanescente de quilombos, certificada, nos termos do § 4º, do art. 3º, do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, por ato administrativo que reconheça os limites da área ocupada pela comunidade remanescente de quilombo, expedido pelo órgão do ente federativo responsável pela sua titulação; ou declaração de órgão, de quaisquer dos entes federativos, responsável pelo ordenamento territorial ou regularização fundiária, de que a área objeto do contrato de financiamento é ocupada por comunidade remanescente de quilombo; ou

b) por comunidade indígena, mediante documento expedido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

1.4 Nos casos em que o contrato de financiamento tiver por objeto a execução de obras de prevenção de riscos, poderá ser apresentada, alternativamente à comprovação de titularidade, declaração do responsável pelo órgão público municipal ou estadual integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil de que as obras propostas destinam-se à prevenção de acidentes graves com risco de morte para a população do entorno.

1.5 A comprovação da titularidade da área levará em consideração ainda as seguintes disposições gerais:

a) nas hipóteses previstas na alínea c.1 do subitem 1.1 deste Capítulo, quando o processo de desapropriação não estiver concluído, é permitida a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel via Termo de Imissão Provisória na Posse ou alvará do juízo da vara onde o processo estiver tramitando, admitindo-se, ainda, caso esses documentos não tenham sido emitidos, a apresentação, pelo proponente ao crédito, de cópia da publicação, na Imprensa Oficial, do decreto de desapropriação e do Registro Geral de Imóveis (RGI) do imóvel, acompanhado do acordo extrajudicial firmado com o expropriado;

b) nas hipóteses previstas na alínea c.4, do subitem 1.1 deste Capítulo, é imperativa a apresentação da promessa formal de doação (termo de doação), irretratável e irrevogável, caso o processo de registro da doação ainda não haja sido concluído;

c) no caso de aquisição de unidades habitacionais prontas, quando a unidade a ser adquirida não possuir certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, poderá ser apresentado contrato formal de compra e venda, irretratável e irrevogável, conforme modelo a ser fornecido pelo Agente Financeiro, cabendo fazer parte de cláusula do contrato de financiamento a obrigatoriedade de realizar a regularização fundiária em favor das famílias moradoras; ou

d) no caso de execução de melhorias habitacionais em moradias existentes, poderá ser apresentada declaração do Proponente/Mutuário ao crédito de que as unidades habitacionais que receberão as benfeitorias são de propriedade/posse dos beneficiários finais, cabendo fazer parte de cláusula do contrato de financiamento a obrigatoriedade de realizar a regularização fundiária em favor das famílias moradoras.

1.6 No caso de produção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias fora da área de intervenção, a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel será feita conforme descrito no item 2 a seguir.

2. Nos contratos, firmados nas modalidades Produção de Conjuntos Habitacionais, a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o contrato de financiamento tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel.

2.1 Alternativamente, admite-se, por interesse público ou social, condicionada à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a seguinte documentação para comprovação de ocupação regular de imóvel:

a) em área desapropriada por Estado, por Município, pelo Distrito Federal ou pela União, com sentença transitada em julgado no processo de desapropriação;

b) em área devoluta;

c) recebido em doação da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, já aprovada em lei, conforme o caso, e, se necessária, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite; ou de pessoa física ou jurídica, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite, neste caso, com promessa formal de doação irretratável e irrevogável;

d) que, embora ainda não tenha sido devidamente consignado no cartório de registro de imóveis competente, pertença a Estado que se instalou em decorrência da transformação de Território Federal, ou mesmo a qualquer de seus Municípios, por força de mandamento constitucional ou legal;

e) pertencente a outro ente público que não o proponente ao crédito, desde que a intervenção esteja autorizada pelo proprietário, por meio de ato do chefe do poder executivo ou titular do órgão detentor de delegação para tanto;

f) tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde que haja aquiescência do Instituto.

2.2 Será admitida a apresentação de contrato ou compromisso irretratável e irrevogável de constituição de direito real sobre o imóvel, na forma de cessão de uso, concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, aforamento ou direito de superfície.

2.3 A comprovação da titularidade da área levará em consideração ainda as seguintes disposições gerais:

a) nas hipóteses previstas na alínea a do subitem 2.1 deste Capítulo, quando o processo de desapropriação não estiver concluído, é permitida a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel via Termo de Imissão Provisória na Posse ou alvará do juízo da vara onde o processo estiver tramitando, admitindo-se, ainda, caso esses documentos não tenham sido emitidos, a apresentação, pelo proponente ao crédito, de cópia da publicação, na Imprensa Oficial, do decreto de desapropriação e do Registro Geral de Imóveis (RGI) do imóvel, acompanhado do acordo extrajudicial firmado com o expropriado;

b) nas hipóteses previstas na alínea c do subitem 2.1 deste Capítulo, é imperativa a apresentação da promessa formal de doação (termo de doação), irretratável e irrevogável, caso o processo de registro da doação ainda não tenha sido concluído;

c) no caso de aquisição de unidades habitacionais prontas, quando a unidade a ser adquirida não possuir certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, poderá ser apresentado contrato formal de compra e venda, irretratável e irrevogável, conforme modelo a ser fornecido pelo Agente Financeiro, cabendo fazer parte de cláusula do contrato de financiamento a obrigatoriedade de realizar a regularização fundiária em favor das famílias moradoras; ou

d) no caso de execução de melhorias habitacionais em moradias existentes, poderá ser apresentada declaração do Proponente/Mutuário ao crédito de que as unidades habitacionais que receberão as benfeitorias são de propriedade/posse dos beneficiários finais, cabendo fazer parte de cláusula do contrato de financiamento a obrigatoriedade de realizar a regularização fundiária em favor das famílias moradoras.

XV Casos Excepcionais

1. É facultado, em caráter excepcional, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades autorizar a não aplicação de disposições deste Anexo a determinado caso concreto, a partir de solicitação do Proponente/Mutuário, e após análise técnica, motivada e conclusiva, do Agente Financeiro e do Agente Operador.

CAPÍTULO 2

Modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

I Objetivo Específico

1. Esta modalidade objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações, e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação e uso.

II Concepção das Intervenções

1. A concepção da intervenção é resultado do diagnóstico elaborado, de forma participativa, a partir da definição de uma poligonal em determinado assentamento precário, visando identificar as possíveis soluções, abarcando aspectos como a situação urbanística, ambiental e fundiária, e sobre a condição socioeconômica das famílias moradoras, e considerando, no mínimo, as características em relação à:

a) macroárea, no que diz respeito à sua interação com a poligonal, em especial, o acesso a serviços e equipamentos públicos, o mercado de trabalho, as organizações sociais (comunitárias, organizações não governamentais e movimentos sociais);

b) densidade e dispersão da ocupação;

c) condições topográficas e morfologia urbana;

d) tipologias habitacionais existentes;

e) existência de serviços básicos de infraestrutura, equipamentos públicos e espaços coletivos, verificando ainda, a capacidade do entorno de absorver as demandas;

f) disponibilidade de espaços vazios, passiveis de utilização;

g) existência de locais com fatores de risco à vida, insalubridade e impróprios para moradia;

h) existência de áreas não passíveis de consolidação, que gerem necessidade de remanejamento/reassentamento das famílias, bem como à existência de áreas adequadas para realocação destas;

i) presença de áreas ambientalmente frágeis, como Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Preservação Ambiental, Reservas Extrativistas, entre outras;

j) identificação das situações de vulnerabilidade e potencialidades socioeconômicas das famílias;

k) situação fundiária do assentamento.

1.1 A partir do diagnóstico, a concepção da intervenção deverá propor medidas para:

a) atendimento a todos os residentes na área de intervenção à época da elaboração de projeto - proprietários, ocupantes e inquilinos - adequado a sua situação e necessidades;

b) eliminação do déficit de infraestrutura, especialmente em relação ao saneamento, drenagem, acessibilidade, estabilidade do solo e eliminação de riscos, bem como adequação do sistema viário, de forma a possibilitar acesso a serviços públicos e atendimentos emergenciais;

c) provisão, qualificação e articulação de equipamentos e espaços públicos;

d) adequação ou melhoria das relações funcionais da área de intervenção em relação ao tecido urbano em que se insere;

e) adoção de medidas efetivas para estabilização da expansão da ocupação da área de intervenção;

f) eliminação da precariedade habitacional, promovendo melhoria das condições de habitabilidade das edificações e a construção de unidades novas, quando necessário;

g) recuperação das áreas degradadas;

h) inclusão social das famílias e resgate da cidadania;

i) implementação da regularização jurídico-fundiária do assentamento em favor das famílias moradoras.

1.2 O tamanho, a densidade, a morfologia ou outra característica da área de intervenção pode impedir a solução integral, por intermédio de um único contrato de financiamento, de todas as precariedades diagnosticadas.

1.2.1 Nestes casos, deverá ser submetida para avaliação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades proposta de solução parcial das precariedades diagnosticadas, mediante justificativa técnica do Proponente/Mutuário.

III Composição do Investimento

O valor de investimento é representado pelos custos necessários à execução de todas as obras e serviços necessários para consecução do objeto pactuado, considerando os recursos do FGTS, de contrapartidas e outros que vierem a ser aportados. O Quadro de Composição de Investimento (QCI) da intervenção será composto, exclusivamente, pelos itens discriminados neste Capítulo.

1. Projetos: valor correspondente à atualização ou elaboração dos estudos, planos e projetos técnicos necessários à execução do empreendimento incluindo a área de reassentamento, quando for o caso, sendo o valor de financiamento limitado a 3% (três por cento) dos recursos.

2. Terreno: valor correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, o que for menor, acrescido das correspondentes despesas de legalização, ou seja, aquelas necessárias para que o domínio ou a posse da(s) área(s) que compõem o empreendimento seja(m) regularizada(s) em nome do Proponente/Mutuário.

2.1 O terreno objeto da intervenção deverá ter seu valor atestado e verificada a sua titularidade pelo Agente Financeiro, nos termos do Capítulo I. Quando o bem imóvel urbano for de propriedade do Proponente/Mutuário, seu custo poderá compor a contrapartida.

3. Regularização Fundiária: valor correspondente aos custos necessários à implementação do conjunto de ações que objetivem a regularização jurídico-fundiária do assentamento, objeto da intervenção, em favor das famílias moradoras.

3.1 Poderão compor os custos da regularização fundiária as atividades jurídico - administrativas e técnicas que compõem o plano de regularização fundiária das áreas objeto da intervenção, excetuando-se aquelas cujas isenções já estejam previstas em Lei ou que já estejam contempladas em outros itens de composição do investimento:

a) levantamento fundiário registral realizado perante o Cartório de Registro Geral de Imóveis e órgãos públicos competentes;

b) elaboração ou atualização de levantamento topográfico cadastral, podendo ser planimétrico ou planialtimétrico, preferencialmente georreferenciado;

c) detalhamento de projeto específico para a regularização fundiária;

d) atividades que têm como objetivo viabilizar a coleta de documentos pessoais dos moradores para instrução dos processos de regularização fundiária;

e) medidas administrativas e legais necessárias para aplicação dos instrumentos de regularização fundiária, tais como licenciamento urbanístico e ambiental do assentamento, desafetação de área, criação e regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), bem como de outros instrumentos de regularização fundiária;

f) elaboração e instrução de ações judiciais ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à regularização fundiária, inclusive procedimentos de demarcação urbanística visando à legitimação de posse, excetuando-se os casos de isenção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

previstos na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950;

g) elaboração e formalização de termos, contratos ou atos necessários à emissão de títulos em favor dos beneficiários finais;

h) registro dos títulos em favor dos beneficiários no Cartório de Registro de Imóveis, sendo as custas cartorárias legalmente incidentes a título de contrapartida;

i) despesas decorrentes da elaboração do auto de demarcação urbanística; e

j) atividades de mobilização social que tenham como objetivo específico a regularização fundiária, desde que estas não estejam previstas no trabalho social, tais como reuniões para esclarecimentos sobre instrumentos a serem utilizados e validação do projeto de regularização fundiária.

3.1.1 Os Proponentes/Mutuários deverão atentar-se para o disposto na § 1º do art. 13 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que assegura isenção de custas e emolumentos aos atos registrais que especifica.

3.2 A regularização fundiária é ação indispensável para as metas de produção habitacional e demais novas edificações e deve ser desenvolvida paralelamente à execução das obras, devendo, obrigatoriamente, estar prevista no cronograma físico-financeiro das obras e serviços.

3.2.1 Para o assentamento precário objeto do contrato de financiamento, a meta de regularização fundiária poderá ser considerada concluída, com o respectivo registro dos direitos reais nas matrículas das unidades imobiliárias, observado o disposto no subitem 3.5.

3.2.1.1 No caso de assentamento em áreas da União, a meta de regularização fundiária poderá ser considerada concluída com a comprovação de que as medidas de regularização fundiária encontram-se em andamento em processos administrativos próprios do Proponente/Mutuário e da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

3.3 O registro dos direitos reais poderá ser realizado a partir do registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), de que trata a Lei nº 13.465, de 2017.

3.3.1 A CRF é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo:

a) o nome do núcleo urbano regularizado;

b) a localização;

c) a modalidade da regularização;

d) as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma;

e) a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;

f) a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

3.3.2 O registro da CRF em cartório obedece ao seguinte rito:

a) abertura da matrícula da gleba, se for o caso;

b) registro do projeto de urbanização do assentamento precário;

c) abertura da matrícula individualizada dos lotes e áreas de uso público; e

d) registro dos direitos reais das famílias beneficiárias constantes da relação que compõe a CRF.

3.3.3 Os Proponente/Mutuário deverão atentar para o disposto no art. 75 da Lei nº 13.465, de 2017, que permite também a aplicação dos arts. 288-A a 288-G da Lei nº 6.015, de 1973, e arts. 46 a 71-A da Lei nº 11.977, de 2009, aos processos administrativos de regularização fundiária iniciados pelos entes públicos competentes até a data de publicação da Lei nº 13.465, de 2017.

3.3.4 Alternativamente à transferência de propriedade, poderá ser constituído outro direito real sobre os lotes resultantes do processo de regularização fundiária, em favor das famílias beneficiárias, tais como:

a) cessão de uso;

b) concessão de direito real de uso;

c) concessão de uso especial para fins de moradia;

d) aforamento;

e) direito de superfície; e

f) direito real de laje.

3.3.5 Quando couber, será admitida a legitimação de posse ou a legitimação fundiária, na forma da Lei nº 13.465, de 2017.

3.3.6 Caso o registro de direito real em nome das famílias beneficiárias não tenha alcançado a totalidade do universo previsto inicialmente, esta exigência poderá ser avaliada pelo Agente Operador, desde que o Proponente/Mutuário apresente relatório que explicite os impeditivos, caracterizados por eventos que não estejam sob sua governabilidade, tais como a recusa do beneficiário ao cadastramento ou entrega de documentos, a existência de imóvel vazio ou cujo beneficiário não tenha sido identificado, bem como impedimentos legais.

3.4 Nos casos em que o Proponente/Mutuário julgar adequado em vista do perfil socioeconômico dos beneficiários, em especial moradores em situação de rua, as unidades habitacionais adquiridas, produzidas ou requalificadas poderão ficar na propriedade municipal ou estadual, tendo as famílias acesso à moradia por meio da locação social, ficando a gestão patrimonial e condominial sob-responsabilidade municipal ou estadual, conforme o caso.

4. Aquisição ou Edificação de Unidade Habitacional: valor correspondente ao custo de aquisição ou edificação das unidades habitacionais, somente permitidas nos casos de reassentamento, remanejamento, substituição de unidades irrecuperáveis e coabitação não voluntária.

4.1 A aquisição ou edificação de unidades habitacionais com recursos do contrato de financiamento deverá obedecer aos parâmetros e especificações técnicas do PMCMV/FAR.

4.2 A aquisição de imóveis usados dar-se-á apenas nos casos em que esteja prevista a requalificação deste.

4.2.1 Considera-se requalificação de imóvel urbano as obras destinadas a recuperar estruturas e instalações prediais, promovendo padrões de habitabilidade, bem como aquelas destinadas a adaptá-las ao uso habitacional, quando construído para outros fins.

4.3 O valor de aquisição de unidades habitacionais fica limitado ao valor de venda ou avaliação, o que for menor, sendo a avaliação efetuada unicamente pelo Agente Financeiro, acrescida dos custos necessários à execução de obras de requalificação ou reforma, quando for o caso.

5. Melhorias de Unidades Habitacionais: valor correspondente ao custo de realização das obras de construção ou recuperação de módulo hidráulico-sanitário domiciliar e das obras de recuperação ou melhorias de unidades habitacionais que devem ser vinculadas, exclusivamente, a razões de insalubridade e insegurança, inexistência do padrão mínimo de edificação e habitabilidade definido pelas posturas municipais, ou inadequação do número de integrantes da família à quantidade de cômodos passíveis de serem utilizados como dormitórios ou, ainda, à instalação de equipamentos de aquecimento solar e voltados à redução do consumo de água.

5.1 Módulo hidráulico-sanitário é constituído por vaso sanitário, caixa de descarga, lavatório, chuveiro, tanque de lavar roupa, reservatório, ligação de água; e ligado à rede pública de esgotamento sanitário ou à fossa séptica com instalação para disposição final do efluente, podendo ser aceito o padrão utilizado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

6. Indenização de Benfeitorias: valor correspondente aos custos relacionados à indenização de investimentos realizados pelos beneficiários finais, sem possibilidade de serem aproveitados em função do projeto ou de exigências legais.

6.1 Considera-se para o cálculo do valor mínimo de indenização o montante necessário à recomposição do valor real do imóvel originário, incluindo a posse do terreno, o uso do solo, sua exploração econômica e as potencialidades sociais inerentes ao direito de moradia digna, conforme regulamentação local.

6.2 O valor da indenização deve ser limitado à avaliação efetuada por órgão competente estadual ou municipal e aprovada pelo Agente Financeiro.

6.3 Esse item de investimento é admitido, exclusivamente, nos casos em que o valor do benefício individual gerado pela intervenção seja inferior ao investimento realizado anteriormente pelos beneficiários finais ou nos casos de aquisição de unidade habitacional assistida pelo Proponente/Mutuário.

7. Despesas com Aluguel Provisório: valor correspondente ao custo de aluguel de imóveis destinados à permanência temporária das famílias beneficiárias, nos casos em que não haja possibilidade de residir nas moradias originais, durante o período de execução das obras e serviços contratados.

7.1 Nos casos de necessidade de utilização de soluções transitórias, as unidades deverão cumprir exigências mínimas de adequabilidade, salubridade e sustentabilidade de uso durante o período de ocupação, que não poderá exceder o definido no cronograma da intervenção.

8. Abastecimento de Água: valor correspondente ao custo das obras de perfuração de poço ou implantação de rede de distribuição, com as respectivas ligações intradomiciliares ou, em áreas rurais, chafariz para atendimento da área de intervenção, aceitando-se captação, adução, reservação e tratamento, quando o poder público local atestar a necessidade de tais obras, devendo:

a) incluir o custo das ligações intradomiciliares, bem como instalação de hidrômetros, obrigatoriamente no investimento;

b) definir o manancial abastecedor e a alternativa de tratamento no projeto;

b.1) apresentar testes de vazão do poço e prever tratamento adequado, no mínimo com desinfecção, quando incluir captação subterrânea;

c) assegurar compatibilidade entre a ampliação da rede e a unidade de tratamento;

8.1 Para áreas muito adensadas, com terrenos íngremes e solo impermeável, a distribuição de água pode ser feita sobre telhados ou sobre o terreno com a devida proteção.

9. Pavimentação e Obras Viárias: valor correspondente ao custo das obras de terraplenagem, subleito, encascalhamento, revestimento, meio-fio, calçadas, guias e sarjetas; além de obras de arte especiais, como implantação de pontilhões ou passarelas.

9.1 Não serão custeadas com recursos do financiamento obras de pavimentação asfáltica sobre pavimento existente em paralelepípedos ou blocos de concreto.

9.2 Obras de recapeamento em vias já pavimentadas que necessitam de recuperação dentro da área de intervenção serão admitidas desde que seu valor não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor total deste item.

10. Ligações Domiciliares de Energia Elétrica/Iluminação Pública: valor correspondente ao custo das obras e serviços para ligações domiciliares e implantação de rede a serem executadas na área de intervenção, devendo compor obrigatoriamente o investimento.

11. Esgotamento Sanitário: valor correspondente ao custo das obras de fossa/sumidouro ou rede coletora, com as respectivas ligações intradomiciliares, construção de estação de tratamento de esgoto e de elevatória para atendimento da área de intervenção, devendo o custo das ligações intradomiciliares compor obrigatoriamente o investimento.

12. Drenagem Pluvial: valor correspondente à execução das obras de implantação de rede de drenagem, inclusive de valas ou córregos que atuam como corpo receptor na área de intervenção, incluindo-se os serviços relacionados à microdrenagem e, complementarmente, à macrodrenagem.

12.1 As soluções de macrodrenagem devem, preferencialmente, privilegiar a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, incluindo reservatórios de amortecimento de cheias, adequação de canais para a redução da velocidade de escoamento, sistemas de drenagem por infiltração, entre outros elementos que minimizem o impacto do sistema.

12.2 Obras convencionais de galerias de águas pluviais e de canalização, que aceleram o escoamento, serão admitidas somente nos casos onde as soluções preferenciais se mostrarem inviáveis, quando for comprovado que os impactos gerados pela intervenção são de baixa magnitude, devendo ser previstas ações mitigadoras.

13. Proteção, Contenção e Estabilização do Solo: valor correspondente ao custo das obras para implantação de soluções que visem à proteção, à contenção, à estabilização de encostas e ao direcionamento das águas, por meio de retaludamento, muros de arrimo, grampeamento, escadas de dissipação de energia, banquetas e vegetação adequada, entre outras soluções.

14. Recuperação de Área Degradada: valor correspondente ao custo de execução, na área objeto de intervenção, de ações destinadas a eliminar ou minimizar impactos ambientais negativos ou riscos associados a fenômenos da natureza consistindo-se, prioritariamente, na restituição do ecossistema a uma condição não degradada.

14.1 A recuperação da área degradada poderá, ainda, adotar como solução alternativa ou complementar, a implantação de área verde de domínio público em área urbana, como espaço que desempenhe função ecológica, paisagística ou recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo possível a instalação de equipamentos públicos, desde que respeitadas as características locais.

14.2 O valor de financiamento deste item fica limitado a 5% (cinco por cento) dos recursos.

14.3 As intervenções devem ser precedidas de avaliação dos danos ambientais, da identificação dos fatos geradores e das respectivas intervenções corretivas necessárias.

14.4 É obrigatória a utilização destes recursos nas áreas de origem das famílias a serem remanejadas/reassentadas, adotando ações que impeçam novas ocupações ou o retorno dos antigos moradores, não podendo essas áreas ser objeto de novas solicitações de recursos.

14.5 Os custos de implantação de equipamentos públicos nessas áreas devem ser computados no item 16. Equipamentos Públicos.

15. Resíduos Sólidos: valor correspondente ao custo de aquisição, instalação, construção ou adequação de dispositivos para guarda de equipamentos, acondicionamento de resíduos de origem doméstica, das vias e áreas públicas, e do traçado do sistema de coleta, poda e varrição, adotando, preferencialmente, soluções comunitárias ou destinadas à triagem e coleta seletiva.

16. Equipamentos Públicos: valor correspondente ao custo de aquisição, reforma ou edificação de equipamentos públicos voltados ao atendimento das necessidades identificadas da população beneficiada, observando-se as carências do local e entorno e, principalmente, os equipamentos já existentes na vizinhança, como: segurança, desporto, lazer - parques ecológicos, praças, áreas verdes -, assistência social, convivência comunitária, inclusão produtiva, e atenção à infância, ao idoso, à pessoa com deficiência e à mulher.

16.1 O valor de financiamento desse item fica limitado a 20% (vinte por cento) dos recursos.

17. Trabalho Social: valor correspondente ao custo de realização do conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e das famílias beneficiárias, além das características da intervenção.

17.1 É obrigatória a aplicação de, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos do financiamento.

17.2 A execução do trabalho social é obrigatória para todas as famílias da intervenção e está detalhada em ato normativo específico do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br.

18. Avaliação Pós-Intervenção: valor correspondente ao custo de realização das ações de avaliação da intervenção, que poderá ser apresentada, até 3 (três) meses, após o final do período de extensão do trabalho social pós-conclusão das obras.

18.1 A realização da avaliação pós-intervenção é obrigatória para operações com valor de investimento superior a R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), e optativo para as demais.

18.2 A metodologia e os indicadores a serem utilizados estão detalhados em instrução normativa específica do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19. Assistência Técnica: valor correspondente aos custos de contratação de mão-de-obra para acompanhamento ou execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais executadas em regime de mutirão, autoconstrução, autogestão ou administração direta.

19.1 O valor de financiamento deste item fica limitado a 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos.

20. Gerenciamento: valor correspondente aos custos referentes à contratação de empresa gerenciadora do empreendimento, de forma a suprir eventual deficiência técnica ou institucional do Proponente/Mutuário no acompanhamento, supervisão e fiscalização do andamento das obras e serviços previstos no projeto.

20.1 O gerenciamento deverá ser contratado com vistas a assegurar a execução de todas as ações previstas no empreendimento, sendo sua atuação limitada unicamente à área de intervenção definida pelo contrato de financiamento, garantindo o atendimento às premissas estabelecidas pelos projetos social, ambiental, de engenharia e de regularização fundiária.

20.2 O valor de financiamento deste item fica limitado a 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos.

20.3 A contratação de empresa gerenciadora deverá ocorrer em estrita consonância com as normas jurídicas aplicáveis à contratação de serviços de consultoria, não se permitindo que sejam delegadas atividades inerentes à condição de órgão gestor, ou mesmo aquelas próprias da administração pública.

21. Os custos dos Serviços Preliminares, Instalação de Canteiro/Acampamento, Mobilização e Desmobilização, Terraplenagem e Administração Local deverão ser distribuídos nos demais itens que compõem o investimento, observados os seguintes parâmetros:

21.1 Serviços Preliminares: valor referente ao custo de limpeza do local e locação da obra.

21.2 Instalação de Canteiro/Acampamento: valor referente ao custo de construção das edificações e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, esgotamento) destinadas a abrigar o pessoal (casas, alojamentos, refeitórios, sanitários) e as dependências necessárias à obra (escritórios, laboratórios, oficinas, almoxarifados, balança, guarita), bem como dos arruamentos e caminhos de serviço.

21.3 Mobilização e Desmobilização: valor referente às despesas para transportar, desde sua origem até o local aonde se implantará o canteiro da obra, os recursos humanos, bem como todos os equipamentos e instalações (usinas de asfalto, centrais de britagem, centrais de concreto) necessários às operações que serão realizadas. Estão também incluídas as despesas para execução das bases e fundações requeridas pelas instalações fixas e para sua montagem, colocando-as em condição de funcionamento.

21.4 O valor de financiamento para a soma dos custos das ações descritas nos subitens 21.1 a 21.3 será limitado a 4% (quatro por cento) dos recursos.

21.5 Terraplenagem: valor referente ao custo das atividades de sondagem e ensaios para caracterização das amostras de solo da região, remoção da camada vegetal e solos orgânicos, serviços de cortes, compactação de aterros e importação ou remoção de terra para bota-fora.

21.6 Administração Local: compreende custos diretos não considerados na composição dos custos unitários da planilha orçamentária, referentes às atividades necessárias à condução da obra e à administração do contrato. Seu custo é composto pelo somatório dos salários e encargos despendidos com a equipe da contratada, incluindo pessoal técnico, administrativo e de apoio, despesas com o consumo de telefonia, e os itens de segurança e higiene do trabalho de todos os funcionários. Este custo dependente da estrutura organizacional que a empresa fornecedora vier a montar e deverá ser pago na proporção do andamento da execução das obras e serviços.

21.6.1 O valor de financiamento deste item fica limitado a 5% (cinco por cento) dos recursos.

22. Demolições: valor referente aos custos relacionados à demolição de edificações existentes quando não são passíveis de recuperação, localizadas em locais impróprios ou, ainda, quando necessária à abertura de vias e à criação de espaços públicos.

22.1 O valor de financiamento deste item fica limitado a 5% (cinco por cento) dos recursos.

23. É vedado o pagamento com recursos do FGTS dos custos das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e iluminação pública, em áreas operadas por concessionários privados desses serviços, admitindo-se que seu valor seja considerado como aporte da contrapartida.

24. As ações descritas nos itens 3 a 5 deverão compor, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor do investimento.

25. Quadro resumo dos limites de enquadramento:

Descrição	Limites	Em relação aos recursos de:
Projetos	Máximo 3%	Financiamento
Regularização Fundiária		Investimento
Aquisição ou edificação de unidade habitacional		
Recuperação ou melhorias de unidades habitacionais		
Recuperação de área degradada	Máximo de 5%	Financiamento
Equipamentos públicos	Máximo de 20%	Financiamento
Trabalho social (total de famílias beneficiadas)	Mínimo de 2,5%	Financiamento
Assistência técnica	Máximo de 2,5%	Financiamento
Gerenciamento	Máximo de 2,5%	Financiamento
Serviços preliminares	Máximo de 4%, na somatória dos itens	Financiamento
Instalação de Canteiro / Acampamento		Financiamento
Mobilização e desmobilização		Financiamento
Administração local	Máximo de 5%	Financiamento
Demolições	Máximo de 5%	Financiamento

IV Limites

Tipo de Benefício	Valor máximo de Recursos de Financiamento por família
a) Família beneficiada apenas com urbanização	30% dos valores máximos de aquisição da unidade habitacional horizontal do PMCMV/FAR
b) Família beneficiada com urbanização e melhoria habitacional	Custos de urbanização + 30% dos valores do PMCMV/FAR para melhoria
c) Família beneficiada com unidade habitacional dotada de infraestrutura e ligações intradomiciliares	Valores do PMCMV/FAR

1.1 Os limites descritos nas alíneas "a", "b" e "c" poderão ser acrescidos dos custos relativos ao item Proteção, Contenção e Estabilização do Solo, ao Trabalho Social e às ações de Recuperação de Área Degradada.

1.2 O limite descrito na alínea "c" pode ser acrescido dos custos das ações de urbanização, por meio de recursos do contrato de financiamento, respeitados os limites da alínea "a", nos seguintes casos:

a) quando ocorrer o remanejamento das famílias para unidades habitacionais dentro da própria área de intervenção, pela impossibilidade de distinção da continuidade de serviços custeados pelos recursos de financiamento ou pelo PMCMV/FAR; ou

b) quando a área de reassentamento não for interligada à rede de infraestrutura do município ou aos equipamentos e serviços que atendem àquela comunidade, respeitados os limites da área urbana do município.

1.3 Os parâmetros do PMCMV/FAR são objeto de ato normativo específico do Ministério das Cidades, que poderá ser obtido no sítio eletrônico www.cidades.gov.br ou nas Instituições Financeiras autorizadas a operar o programa.

1.4 Os valores máximos de recursos de financiamento por família beneficiadas terão como parâmetro o valor do PMCMV/FAR vigente à data da homologação da SPA.

V Critérios para Seleção da Área de Intervenção

1. O processo de seleção dos beneficiários e da área de intervenção é responsabilidade dos Proponentes/Mutuários, e observará, no mínimo, os critérios definidos neste item.

1.1 A área de intervenção deverá ser ocupada por, pelo menos, 60% (sessenta por cento) das famílias com renda mensal de até R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), e, ainda:

a) caracterizar-se como assentamentos precários, aqui definidos como:

a.1) favelas, definidas como aglomerados de domicílios autoconstruídos, dispostos de forma desordenada, geralmente densos e carentes de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular);

a.2) cortiços, entendidos como habitação coletiva, constituída por edificações subdivididas em cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; superlotados e com instalações sanitárias de uso comum dos moradores dos diversos cômodos;

a.3) loteamentos irregulares de moradores de baixa renda, como aquele executado sem aprovação do poder público ou sem atender as condições exigidas no processo de aprovação, geralmente caracterizado pela autoconstrução das unidades habitacionais e pela ausência ou precariedade de infraestruturas urbanas básicas;

a.4) conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público estadual ou municipal, que estão degradados por falta de manutenção ou porque sua execução foi incompleta, demandando ações de reabilitação e adequação.

b) ser ocupada há mais de 5 (cinco) anos, ou

c) estar localizada em situação que configure risco ou insalubridade, seja objeto de legislação que proíba a utilização para fins habitacionais, ou em área sinistrada por calamidade pública, nestes casos, em qualquer período de ocupação.

1.1.1 A juízo do Proponente/Mutuário, poderão ser incorporados outros critérios que busquem retratar a situação de precariedade da área, bem como as especificidades de intervenção em área previamente ocupada.

Capítulo 3

Modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais

I Objetivo Específico

1. Esta modalidade objetiva a execução de obras e serviços que resultem em unidades habitacionais inseridas em parcelas legalmente definidas de uma área e dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, salubridade e segurança definidos pelas posturas municipais.

II Tipos de Intervenções

1. As operações na modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais disciplinadas por este anexo serão implementadas por intermédio das ações relacionadas neste item:

a) Construção ou Aquisição de Unidades Habitacionais: contempla intervenções necessárias à construção ou aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

b) Requalificação/Reforma/Melhoria de Imóveis: objetiva oferecer solução de moradia adequada por intermédio de intervenções voltadas ao melhor aproveitamento do espaço urbano, possibilitando a aquisição de imóveis para fins habitacionais, conjugada com a realização de obras e serviços destinados à:

b.1) mudança de uso ou reabilitação/reforma/melhoria de imóveis existentes, ocupado ou não, visando à produção de unidades habitacionais e usos correlatos; ou

b.2) reurbanização ou reparcelamento ou reconstrução de edificações ou terrenos, que resulte em unidades habitacionais.

2. As intervenções deverão prever os investimentos necessários a assegurar que os beneficiários contem, no mínimo, com serviços básicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem, pavimentação, unidades habitacionais que incluam módulos hidráulico-sanitários, direitos de uso ou de propriedade dos terrenos, e com os riscos ambientais devidamente controlados ou mitigados.

3. Numa mesma intervenção, os Proponentes/Mutuários poderão optar por mais de uma ação simultaneamente, desde que não sejam destinadas ao atendimento dos mesmos beneficiários.

4. As unidades habitacionais adquiridas, produzidas ou requalificadas devem refletir compromisso de constituição de direito real sobre o imóvel em favor da família beneficiária, podendo ser utilizados, alternativamente à transferência de propriedade, os seguintes instrumentos:

a) cessão de uso;
b) concessão de direito real de uso;
c) concessão de uso especial para fins de moradia;
d) aforamento;
e) direito de superfície; e
f) direito real de laje.

4.1 Quando couber, será admitida a legitimação de posse ou a legitimação fundiária, na forma da Lei nº 13.465, de 2017.

4.2 Nos casos em que os Proponentes/Mutuários julgarem adequado em vista do perfil socioeconômico dos beneficiários, em especial moradores em situação de rua, as unidades habitacionais adquiridas, produzidas ou requalificadas poderão ficar na propriedade municipal ou estadual, tendo as famílias acesso à moradia por meio da locação social, ficando a gestão patrimonial e condominial sob responsabilidade municipal ou estadual, conforme o caso.

4.3 Será também permitida a manutenção da propriedade ao ente municipal ou estadual, para os casos de construção de Residências Terapêuticas destinadas a abrigar pacientes psiquiátricos, no âmbito do Programa Residências Terapêuticas, do Ministério da Saúde.

III Composição do Investimento

O valor de investimento é representado pelos custos necessários à execução de todas as obras e serviços necessários para consecução do objeto pactuado, de acordo com a ação, considerando os recursos do FGTS, de contrapartidas e outros que vierem a ser aportados. O Quadro de Composição de Investimento (QCI) da intervenção será composto exclusivamente pelos itens discriminados neste Capítulo.

1. Projetos: valor correspondente à elaboração ou atualização dos estudos, planos e projetos técnicos necessários à execução do empreendimento, sendo o valor de financiamento limitado a 3% (três por cento) dos recursos de financiamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Terreno: valor correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, o que for menor, acrescido das correspondentes despesas de legalização, ou seja, aquelas necessárias para que o domínio ou a posse da(s) área(s) que compõem o empreendimento seja(m) regularizada(s) em nome do Proponente/Mutuário.

2.1 O terreno objeto da intervenção deverá ter seu valor atestado e verificada a sua titularidade pela pelo Agente Financeiro, nos termos do I. Quando o bem imóvel urbano for de propriedade do Proponente/Mutuário, seu custo poderá compor a contrapartida.

3. Aquisição ou Edificação de Unidade Habitacional: valor correspondente ao custo de aquisição ou edificação das unidades habitacionais. O valor de financiamento médio aplicável observará os limites definidos e especificações técnicas do PMCMV/FAR, desde que garantido o atendimento ao disposto no art. 20 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS.

3.1 As unidades habitacionais adquiridas ou produzidas devem obedecer aos parâmetros e especificações técnicas e valores do PMCMV/FAR.

3.1.1 Nos casos em que a intervenção for proposta/executada em área rural, as unidades habitacionais adquiridas ou produzidas devem obedecer aos parâmetros e especificações técnicas e valores do PMCMV/Rural.

3.1.2 Os limites estabelecidos no PMCMV/FAR poderão ser acrescidos dos custos das ações passíveis de compor o investimento dispostas neste Anexo, não incluídas na composição dos custos do PMCMV/FAR.

3.2 A aquisição de imóveis usados dar-se-á apenas nos casos em que este possua padrões mínimos de habitabilidade ou esteja prevista sua requalificação.

a) Considera-se Requalificação de imóvel Urbano a obra destinada a recuperar estruturas e instalações prediais, promovendo padrões de habitabilidade, bem como aquelas destinadas a adaptá-las ao uso habitacional, quando construído para outros fins.

3.3 O valor de aquisição de unidades habitacionais fica limitado ao valor de venda ou avaliação, o que for menor, sendo a avaliação efetuada unicamente pelo Agente Financeiro, acrescida dos custos necessários à execução de obras de requalificação ou reforma, quando for o caso.

3.4 A unidade habitacional destinar-se-á a uso residencial, admitindo-se a utilização, para fins laborais, de parte da unidade, nos casos permitidos pelas posturas municipais.

4. Abastecimento de Água: valor correspondente ao custo das obras de perfuração de poço ou implantação de rede de distribuição, com as respectivas ligações intradomiciliares ou, em áreas rurais, chafariz para atendimento da área de intervenção, aceitando-se captação, adução, reservação e tratamento, quando o poder público local atestar a necessidade de tais obras, devendo:

a) incluir o custo das ligações intradomiciliares, bem como instalação de hidrômetros, obrigatoriamente no investimento;

b) definir o manancial abastecedor e a alternativa de tratamento no projeto;

b.1) apresentar testes de vazão do poço e prever tratamento adequado, no mínimo com desinfecção, quando incluir captação subterrânea;

c) assegurar compatibilidade entre a ampliação da rede e a unidade de tratamento.

4.1 Para áreas muito adensadas, com terrenos íngremes e solo impermeável, a distribuição de água pode ser feita sobre telhados ou sobre o terreno com a devida proteção.

5. Pavimentação e Obras Viárias: valor correspondente ao custo das obras de terraplenagem, subleito, encascalhamento, revestimento, meio-fio, calçadas, guias e sarjetas; além de obras de arte especiais, como implantação de pontilhões ou passarelas.

5.1 Não serão custeadas com recursos do financiamento obras de pavimentação asfáltica sobre pavimento existente em paralelepípedos ou blocos de concreto.

5.2 Obras de recapeamento em vias já pavimentadas que necessitam de recuperação dentro da área de intervenção serão admitidas desde que seu valor não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor total deste item.

6. Ligações Domiciliares de Energia Elétrica/Iluminação Pública: valor correspondente ao custo das obras e serviços para ligações domiciliares e implantação de rede a serem executadas na área de intervenção, devendo compor obrigatoriamente o investimento.

7. Esgotamento Sanitário: valor correspondente ao custo das obras de fossa/sumidouro ou rede coletora, com as respectivas ligações intradomiciliares, construção de estação de tratamento de esgoto e elevatória para atendimento da área de intervenção, devendo o custo das ligações intradomiciliares compor obrigatoriamente o investimento.

8. Drenagem Pluvial: valor correspondente à execução das obras de implantação de rede de drenagem, inclusive de valas ou córregos que atuam como corpo receptor na área de intervenção, incluindo-se os serviços relacionados à microdrenagem e, complementarmente, à macrodrenagem.

8.1 As soluções de macrodrenagem devem preferencialmente privilegiar a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, incluindo reservatórios de amortecimento de cheias, adequação de canais para a redução da velocidade de escoamento, sistemas de drenagem por infiltração, entre outros elementos que minimizem o impacto do sistema.

8.2 Obras convencionais de galerias de águas pluviais e de canalização, que aceleram o escoamento, serão admitidas somente nos casos onde as soluções preferenciais se mostrarem inviáveis, quando for comprovado que os impactos gerados pela intervenção são de baixa magnitude, devendo ser previstas ações mitigadoras.

9. Proteção, Contenção e Estabilização do Solo: valor correspondente ao custo das obras para implantação de soluções que visem à proteção, à contenção, à estabilização de encostas e ao direcionamento das águas, por meio de retaludamento, muros de arrimo, grampeamento, escadas de dissipação de energia, banquetas e vegetação adequada, entre outras soluções.

10. Resíduos Sólidos: valor correspondente ao custo de aquisição, instalação, construção ou adequação de dispositivos para guarda de equipamentos, acondicionamento de resíduos de origem doméstica, das vias e áreas públicas, e do traçado do sistema de coleta, poda e varrição, adotando, preferencialmente, soluções comunitárias ou destinadas à triagem e coleta seletiva.

11. Equipamentos Públicos: valor correspondente ao custo de aquisição, reforma ou edificação de equipamentos públicos voltados ao atendimento das necessidades identificadas da população beneficiada, observando-se as carências do local e entorno e, principalmente, os equipamentos já existentes na vizinhança, como: segurança, desporto, lazer - parques ecológicos, praças, áreas verdes - , assistência social, convivência comunitária, inclusão produtiva, e atenção à infância, ao idoso, à pessoa com deficiência e à mulher.

12. Trabalho Social: valor correspondente ao custo de realização do conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e das famílias beneficiárias, além das características da intervenção.

12.1 É obrigatória a aplicação de, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos de financiamento.

12.2 A execução do trabalho social é obrigatória para todas as famílias da intervenção e está detalhada em ato normativo específico do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br.

13. Avaliação Pós-Intervenção: valor correspondente ao custo de realização das ações de avaliação da intervenção, que poderá ser apresentada, até 3 (três) meses, após o final do período de extensão do trabalho social pós-conclusão da intervenção.

13.1 A realização da avaliação pós-intervenção é obrigatória para operações com valor de investimento superior a R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e optativa para as demais.

13.2 A metodologia e os indicadores a serem utilizados estão detalhados em instrução normativa específica do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br.

14. Mão-de-obra das Famílias Beneficiadas: valor correspondente ao custo atribuído para mão-de-obra das famílias beneficiadas, nos casos de obras executadas em regime de mutirão ou autoconstrução.

14.1 Caso o projeto preveja a remuneração da mão-de-obra das famílias beneficiadas, deverá ser apresentado, pelo Proponente/Mutuário, documento comprobatório dos pagamentos efetuados, sujeito à aceitação do Agente Financeiro.

15. Assistência Técnica: valor correspondente aos custos de contratação de mão-de-obra para acompanhamento ou execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais executadas em regime de mutirão, autoconstrução, autogestão ou administração direta.

15.1 O valor de financiamento deste item fica limitado a 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos.

16. Gerenciamento: valor correspondente aos custos referentes à contratação de empresa gerenciadora do empreendimento, de forma a suprir eventual deficiência técnica ou institucional do Proponente/Mutuário no acompanhamento, supervisão e fiscalização do andamento das obras e serviços previstos no projeto.

16.1 O gerenciamento deverá ser contratado com vistas a assegurar a execução de todas as ações previstas no empreendimento, sendo sua atuação limitada unicamente à área de intervenção definida pelo contrato de financiamento, garantindo o atendimento às premissas estabelecidas pelos projetos social, ambiental, de engenharia e de regularização fundiária.

16.2 O valor de financiamento deste item fica limitado a 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos.

16.3 A contratação de empresa gerenciadora deverá ocorrer em estrita consonância com as normas jurídicas aplicáveis à contratação de serviços de consultoria, não se permitindo que sejam delegadas atividades inerentes à condição de órgão gestor, ou mesmo aquelas próprias da administração pública.

17. Os custos dos Serviços Preliminares, Instalação de Canteiro/Acampamento, Mobilização e Desmobilização, Terraplenagem e Administração Local deverão ser distribuídos nos demais itens que compõem o investimento, observados os seguintes parâmetros:

17.1 Serviços Preliminares: valor referente ao custo de limpeza do local e locação da obra.

17.2 Instalação de Canteiro/Acampamento: valor referente ao custo de construção das edificações e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, esgotamento) destinadas a abrigar o pessoal (casas, alojamentos, refeitórios, sanitários) e as dependências necessárias à obra (escritórios, laboratórios, oficinas, almoxarifados, balança, guarita), bem como dos arruamentos e caminhos de serviço.

17.3 Mobilização e Desmobilização: valor referente às despesas para transportar, desde sua origem até o local aonde se implantará o canteiro da obra, os recursos humanos, bem como todos os equipamentos e instalações (usinas de asfalto, centrais de britagem, centrais de concreto) necessários às operações que aí serão realizadas. Estão também incluídas as despesas para execução das bases e fundações requeridas pelas instalações fixas e para sua montagem, colocando-as em condição de funcionamento.

17.4 O valor de financiamento para a soma dos custos das ações descritas nos subitens 17.1 a 17.3 será limitado a 4% (quatro por cento) dos recursos.

17.5 Terraplenagem: valor referente ao custo das atividades de sondagem e ensaios para caracterização das amostras de solo da região, remoção da camada vegetal e solos orgânicos, serviços de cortes, compactação de aterros e importação ou remoção de terra para bota-fora.

17.6 Administração Local: compreende custos diretos não considerados na composição dos custos unitários da planilha orçamentária, referentes às atividades necessárias à condução da obra e à administração do contrato. Seu custo é composto pelo somatório dos salários e encargos despendidos com a equipe da contratada, incluindo pessoal técnico, administrativo e de apoio, despesas com o de consumo de telefonia, e os itens de segurança e higiene do trabalho de todos os funcionários. Este custo dependente da estrutura organizacional que a empresa fornecedora vier a montar e deverá ser pago na proporção do andamento da execução das obras e serviços.

17.6.1 O valor de financiamento deste item fica limitado a 5% (cinco por cento) dos recursos.

18. É vedado o pagamento com recursos do financiamento dos custos das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e iluminação pública, em áreas operadas por concessionários privados desses serviços, admitindo-se que seu valor seja considerado como aporte da contrapartida.

19. Quadro resumo dos limites de enquadramento:

Descrição	Limites em Relação aos Recursos do Financiamento
Projetos	Máximo de 3%
Equipamentos públicos	Máximo de 6%
Trabalho social (total de famílias beneficiadas)	Mínimo de 2,5%
Assistência técnica	Máximo de 2,5%
Gerenciamento	Máximo de 2,5%
Serviços preliminares	Máximo de 4%, na somatória dos itens
Instalação de Canteiro / Acampamento	
Mobilização e desmobilização	
Administração local	Máximo de 5%

20 Os itens de investimento, cujos valores estejam limitados em função do valor de financiamento, poderão, se necessário, sofrer acréscimos, devendo o valor excedente ser aportado pelo Proponente/Mutuário, exclusivamente, a título de contrapartida.

IV Limites

1. Por família beneficiada

1.1 Os valores de financiamento obedecerão aos limites estabelecidos no quadro a seguir, por família beneficiada:

TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR MÁXIMO DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO POR FAMÍLIA
a) Família beneficiada com UNIDADE HABITACIONAL em área urbana	valores do PMCMV/FAR
b) Família beneficiada com UNIDADE HABITACIONAL em área rural	valores do PMCMV/Rural

1.2 Os parâmetros descritos acima poderão ser acrescidos dos valores relativos ao Trabalho Social e aos Equipamentos Públicos, esse último, limitado a 6% (seis por cento) dos valores de financiamento.

1.3 Os parâmetros e especificações do PMCMV/FAR e do PMCMV/Rural são objeto de ato normativo específico do Ministério das Cidades, que poderá ser obtido no sítio eletrônico www.cidades.gov.br ou nas Instituições Financeiras autorizadas a operar os programas.

1.4 Os valores máximos de recursos de financiamento por família beneficiadas terão como parâmetro o valor do PMCMV/FAR ou PMCMV/Rural, conforme o caso, vigente à data da homologação da SPA.

Capítulo 4

Modalidade Desenvolvimento Institucional

I Objetivo Específico

1. Elaboração e implementação de estudos ou planos, treinamento, ou aquisição de bens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II Concepção das Propostas

1. Ficam admitidos, exclusivamente, os estudos ou planos a seguir relacionados:

a) formulação ou revisão da Política Municipal, Estadual ou Distrital de Habitação e respectivos estudos que se fizerem necessário para fundamentar o trabalho, priorizando o atendimento das necessidades habitacionais das famílias de baixa renda;

b) criação de programas e planos nas áreas habitacional e urbana, especialmente de prevenção e controle de assentamentos precários, abrangendo, no mínimo, áreas de risco e de proteção ambiental;

c) estudos técnicos urbanísticos, sociais, jurídicos, ambientais ou econômico-financeiros, que permitam simplificar e modernizar os instrumentos de planejamento, gestão e regulamentação urbana;

d) complementação de sistemas de informação estaduais, distrital ou municipais e de processamento de dados para a inclusão das informações sobre o setor habitacional;

e) revisão e elaboração de planos, leis e normas urbanísticas, objetivando incorporar medidas que possam beneficiar o desempenho do estado, Distrito Federal ou município, particularmente na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda;

f) realização de estudos para estabelecer mecanismos de coordenação de políticas e de investimentos no setor habitacional e de infraestrutura urbana, em especial aqueles voltados para a população de baixa renda;

g) elaboração de manuais e cartilhas voltadas à comunicação social da Política Municipal, Estadual ou Distrital de Habitação e de suas ações;

h) estudos metropolitanos ou regionais urbanos e habitacionais; ou

i) estudos voltados à modernização administrativa e gerencial.

2. Os treinamentos objetivarão, exclusivamente, o aperfeiçoamento de gestores municipais ou de equipes técnicas integrantes do quadro permanente de servidores do Mutuário.

2.1 Ficam admitidos, exclusivamente, treinamentos que envolvam os seguintes temas:

a) legislação urbanística e ambiental;

b) cartografia;

c) cadastro técnico;

d) processamento de dados;

e) elaboração, acompanhamento e avaliação de projeto;

f) planejamento e gestão urbana e habitacional;

g) fiscalização;

h) controle urbanístico;

i) geoprocessamento;

j) gestão de sistemas informatizados;

l) habilitação para utilização de programas ou sistemas de informática; ou

m) comunicação, divulgação ou intercâmbio, exclusivamente para fins educativos, informativos ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

3. A aquisição de bens objetivará, exclusivamente, apoiar a criação ou modernização do setor da administração estadual ou municipal responsável pelo planejamento, gestão e fiscalização da política habitacional.

3.1 A aquisição de bens poderá prever, a título de prestação de serviços, a correspondente capacitação técnica para sua adequada apropriação e utilização.

3.2 É vedada a aquisição de imóveis, veículos, mobiliários, computadores portáteis, agendas eletrônicas ou aparelhos portáteis de comunicação.

III Composição do Investimento

1. O valor de investimento corresponderá ao somatório dos custos diretos necessários para viabilizar os estudos e planos, treinamento ou aquisição de bens, e será composto, exclusivamente, pelos itens relacionados neste item.

a) Elaboração de plano de desenvolvimento institucional: valor correspondente à elaboração de documento que objetiva identificar as necessidades do Mutuário ou detalhar a execução dos itens componentes do investimento, de forma a permitir a análise da viabilidade e o acompanhamento das ações propostas;

b) Estudos ou planos: valor correspondente ao custo de execução das atividades relacionadas no subitem 1.1 deste Anexo;

c) Treinamento: valor correspondente ao custo de capacitação na forma prevista no item II.2 deste Anexo;

d) Aquisição de bens: valor correspondente à aquisição de bens ou prestação de serviços na forma prevista no subitem II.3 deste Anexo;

e) Material de consumo: valor correspondente a material de consumo exclusivamente relacionado com os estudos ou projetos, treinamento ou referente ao processo de aquisição de bens;

f) Remuneração, transporte ou diárias de pessoal técnico ou auxiliar: valor correspondente à remuneração, transporte ou diárias de pessoal técnico ou auxiliar, vedado o pagamento a pessoal com vínculo empregatício com o Mutuário ou com qualquer outro órgão da administração direta ou indireta a nível federal, estadual ou municipal:

g) Acompanhamento da operação: valor limitado a 4% (quatro por cento) do somatório dos itens componentes do investimento, executados aqueles referentes às alíneas "e" e "f".

2. O valor referente a acompanhamento da operação poderá integrar a composição de investimento exclusivamente nos seguintes casos:

a) financiamentos a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta, que venham a contratar serviços de terceiros, incluindo seus órgãos da administração indireta; ou

b) financiamentos a órgãos da administração estadual ou municipal indireta.

GLOSSÁRIO

Agente Operador: Caixa Econômica Federal (CEF), responsável pela gestão da aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Agente Financeiro: instituição que se enquadre no art. 1º da Resolução nº 1.980, de 30 de abril de 1993, do Conselho Monetário Nacional (CMN), suas alterações e aditamentos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS para cada programa de aplicação.

Área de intervenção: na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, área delimitada por uma poligonal, ocupada predominantemente por famílias de baixa renda, que demanda urbanização ou desocupação, total ou parcial, com vistas à adequação urbana e habitacional, e cuja população beneficiária e situação de precariedade serviu para o cálculo dos investimentos a serem realizados. Nos casos em que houver necessidade de remanejamento/reassentamento, trata-se do local de origem das famílias a serem remanejadas/reassentadas. Na modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais, área delimitada por uma poligonal, onde é executada a intervenção objeto do contrato de financiamento.

Área de produção habitacional: na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários se refere a todas as áreas, sejam na área de intervenção ou na área de remanejamento/reassentamento, que vierem a receber produção habitacional.

Área de reassentamento: na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários se refere à área delimitada por uma poligonal, não integrante da área de intervenção, onde serão produzidas unidades habitacionais.

Área de remanejamento: na modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários se refere à área inserida na poligonal de intervenção, onde serão produzidas unidades habitacionais.

Consolidação da área de intervenção: integração do assentamento precário à cidade formal, assegurando a manutenção da ocupação original, dotando-o de condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações de urbanização; adequação habitacional; regularização urbanística e fundiária; e trabalho social.

Contrato de Financiamento: instrumento contratual formalizado a título de financiamento, assinado entre o Agente Financeiro e o poder público, passando este a ser denominado Mutuário.

Diagnóstico socioterritorial: destina-se a apreender e interpretar os aspectos sociais, econômicos, produtivos e político-institucionais do território e da população beneficiária, buscando o envolvimento e a participação dos atores relevantes da comunidade, poderes públicos, setor privado.

Famílias beneficiárias: todas aquelas moradoras na área de intervenção à época da concepção do projeto que venham a receber diretamente benefício decorrente dos investimentos realizados, e cujo número serviu de parâmetro para o cálculo do investimento.

Macroárea: região relativamente homogênea de vulnerabilidades e riscos sociais, que inclui uma ou mais áreas de intervenção física, próximas e seu entorno com o qual tal(ais) área(s) de intervenção interage(m) para acesso a serviços e equipamentos públicos, ao mercado de trabalho, a organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais).

Plano de Desenvolvimento Socioterritorial: é o documento resultante da evolução do Projeto de Trabalho Social, estruturado em objetivos e ações de curto e médio prazo, a fim de promover a ampliação e continuidade dos processos implantados pelo Projeto, durante a sua execução e após a sua conclusão, a partir das articulações realizadas com outros setores.

Plano de reassentamento: instrumento de orientação do processo de reassentamento visando definir medidas que assegurem que as famílias afetadas sejam reparadas de maneira equitativa e adequada, sendo parte integrante dos projetos das intervenções, e devendo ser estruturado de forma articulada com o trabalho social, com a regularização fundiária e com o cronograma de execução do empreendimento.

Poligonal: perímetro demarcado em planta que define uma área de intervenção, cujo objeto seja a urbanização.

Reassentamento: alteração do local de moradia de famílias, implicando na sua remoção para outro terreno, fora da poligonal que define a área de intervenção no assentamento precário a ser urbanizado, devendo ser localizado o mais próximo possível do local de origem das famílias.

Recuperação de área degradada: medida obrigatória para intervenções em áreas restritas à ocupação, por apresentarem risco às famílias, tais como as Áreas de Preservação Permanente (APP), topos de morros, encostas íngremes, manguezais, dunas e margens de rios. A recuperação consiste na restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.

Recursos de Financiamento: valores aportados para o escopo da intervenção, provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), consignados no contrato de financiamento.

Remanejamento: alteração do local de moradia das famílias, implicando na reconstrução da sua unidade habitacional dentro da poligonal que define a área de intervenção no assentamento precário a ser urbanizado.

Reparação de danos: medidas definidas no plano de reassentamento, visando a assegurar que as famílias afetadas sejam reparadas de maneira equitativa e adequada, de forma a restaurar ou melhorar suas condições de vida.

Selagem dos imóveis: é um procedimento que ocorre no momento do cadastramento das famílias. Em cada visita de cadastramento, atribui-se uma marca à moradia que a identifique e localize nos mapas de cadastramento. O "selo" pode ser um número pintado na casa, uma plaqueta pregada, um adesivo, ou qualquer outra forma definida pela equipe do projeto. Nos casos de recadastramento, esse é o momento em que se verificam as mudanças nas informações sobre a família e se registram essas alterações.

Trabalho Social: conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e das famílias beneficiárias, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Valor de investimento: somatória dos valores aportados, necessários à consecução das obras e serviços pactuados, compostos exclusivamente pelos itens discriminados neste anexo, tendo como fonte de recursos o FGTS, as contrapartidas ou outras.

PORTARIA Nº 219, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Altera dispositivos na Portaria nº 481, de 29 de setembro de 2016, que instituiu a Comissão Permanente Disciplinar do Ministério das cidades.

O MINISTRO DAS CIDADES, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria nº 481, de 29 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º (...)

(...)

VI - em conjunto com outro integrante da CPD, emitir controle prévio prescricional e parecer sobre admissibilidade das denúncias e representações recebidas, opinando sobre a necessidade de instaurar processos ou procedimentos disciplinares para apurar os fatos supostamente irregulares e responsáveis, ou sobre o arquivamento destas; (NR)

(...)

XXII - propor ao Secretário-Executivo ordens de serviço e manuais internos que regulamentem a atuação e as atividades das comissões disciplinares;

XXIII - manter inventário e registro atualizado da tramitação e resultado dos processos em curso e baixados;

XXIV - manter o controle e acompanhamento das atividades de correição desempenhadas pelos órgãos e entidades submetidos à sua esfera de competência;

XXV - manter o controle e acompanhamento dos prazos para emissão de juízo de admissibilidade, para assinatura e publicação de portaria designativa de comissão, de vigência das comissões disciplinares e de prescrição das sanções disciplinares;

XXVI - organizar a utilização da sala de oitiva;

XXVII - orientar os membros das comissões em casos de eventuais falhas administrativas na condução de procedimentos disciplinares.

Art. 11 (...)

(...)

XVIII - zelar pela guarda, controle e sigilo dos processos que presidir.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 578, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.002550/2016-24. Interessado: Brejuí Solar Energia SPE Ltda. Decisão: alterar, a pedido da interessada, o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.286, de 17 de maio de 2016, referente à UFV Brejuí 2, concedido em favor da Brejuí Solar Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.835.338/0001-30, a Potência Instalada da usina, passando de 55.000 kW para 30.000 kW; a localização, passando do município de São José da Lagoa Tapada, às coordenadas geográficas 6º55'48"S e 38º6'26"O, estado da Paraíba, para o município de Ribeiro Gonçalves, às coordenadas geográficas 7º37'57,34"S e 45º18'59,39"O, estado do Piauí; o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG), passando de UFV.RS.PB.035755-3.01 para UFV.RS.PI.035755-3.02. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 579, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.002216/2016-71. Interessado: Brejuí Solar Energia SPE Ltda. Decisão: alterar, a pedido da interessada, o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.162, de 9 de maio de 2016, referente à UFV Brejuí 3, concedido em favor da Brejuí Solar Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.835.338/0001-30, a Potência Instalada da usina, passando de 55.000 kW para 30.000 kW; a localização, passando do município de São José da Lagoa Tapada, às coordenadas geográficas 6º59'20,60"S e 38º4'52,48"O, estado da Paraíba, para o município de Ribeiro Gonçalves, às coordenadas geográficas 7º37'38,65"S e 45º18'53,63"O, estado do Piauí; o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG), passando de UFV.RS.PB.035685-9.01 para UFV.RS.PI.035685-9.02. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 584, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.004518/2007-92. Interessado: Bioenergia Cerradão Ltda. Decisão: Revogar, a pedido, o Despacho nº 3.100, de 22 de setembro de 2017, que registrou o DRO da UTE Cerradão, CEG n° UTE.AI.MG.029709-7.01, referente à ampliação em 25.000 kW da sua Potência Instalada e o Despacho nº 146, de 22 de janeiro de 2018, que alterou a potência de ampliação do DRO de 25.000 kW para 40.000 kW. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 621, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.006178/2017-14. Interessados: CEMAR - Companhia Energética do Maranhão. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 252.829,84 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0037-0013-2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 622, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.006078/2017-80. Interessados: CLFM - Companhia Luz e Força Mococa. Decisão: (i) reconhecer o total de R$215.611,60 (duzentos e quinze mil, seiscentos e onze reais e sessenta centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0070-0008-2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 628, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000946/2015-56, decide estabelecer que: (i) os parâmetros das usinas termelétricas UTE Mauá Parte III Bloco Iranduba e UTE Flores constam da tabela a seguir; (ii) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE fica autorizada a ressarcir à Amazonas Geração e Transmissão - AmE GT os custos com a operação das unidades geradoras das usinas termelétricas referidas no item "i", no período de vigência definido na tabela a seguir; (iii) o ressarcimento autorizado no item "ii" será apurado pela CCEE nos termos da Resolução Normativa nº 739, de 4 de outubro de 2016 via Mecanismo Auxiliar de Cálculo e inserido no resultado da contabilização do primeiro mês subsequente à publicação deste despacho; (iv) o valor do ressarcimento de que trata o item "ii" será atualizado monetariamente com data-base referida à liquidação do mês de referência da operação; (v) o pagamento ao ressarcimento autorizado no item "ii" se dará pelo critério de rateio entre os agentes pagadores idêntico ao do Encargo de Serviços do Sistema - ESS por restrição de operação a ser alocado no SIN; e (vi) o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a CCEE deverão tomar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto neste Despacho.

Usina Termelétrica / Código CEG	Lote	Potência Disponibilizada (MW)	CVU (R$/MWh)	Custo Fixo (R$/mês)	Início de vigência	Fim de vigência
UTE Mauá Parte III Bloco Iranduba Código CEG UTE.PE.AM.030274-0.01	-	25,0	784,21	1.678.293,01	1º/1/2018	14/3/2018
UTE Flores Código CEG UTE.PE.AM.029192-7.01	Lote 1	40,0	794,72	2.704.626,24		21/03/2018
	Lote 2	40,0	808,99	2.725.153,43		

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 113, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, e considerando a Resolução de Diretoria nº 0158, de 20 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 47, de 6 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R$)	Quantitativo
CD I	16.681,48	1
CD II	15.847,41	4
CGE I	15.013,32	23
CGE II	13.345,18	4
CGE III	12.511,1	25
CGE IV	8.340,73	22
CA I	13.345,18	11
CA II	12.511,1	8
CA III	3.483,1	12
CAS I	2.634,85	18
CAS II	2.283,53	19
CCT V	3.171,58	48
CCT IV	2.317,66	67
CCT III	1.176,02	96
CCT II	1.036,73	27
CCT I	917,98	16

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 377	AVEX BRASIL COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ nº 08.991.124/0001-98					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000481/2018 - 58	NYCOLUBE 60	SAE 30	OTAN C-642, MIL-PRF-21260E GRADE 30	ÓLEO LUBRIFICANTE	18780
Nº 378	CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 07.129.683/0001-20					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000550/2018 - 23	NUTRIGREASE HP	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5711
Nº 379	FÁBRICA-QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA. - CNPJ nº 05.853.347/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000532/2018 - 41	GIRUX TURBO PLUS CH-4	SAE 20W-50	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	16753

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 380	LEIDINGER REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP - CNPJ nº 01.598.243/0001-36					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000551/2018 - 78	1444	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5710
Nº 381	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 24.055.649/0001-78					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000476/2018 - 45	MOTUL 6100 SAVE-LITE - SAE 0W-20	SAE 0W20	API SN, ILSAC GF 5, DEXOS 1, FORD 947A, CHRYSLER MS 6395, GM 6094A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18224
Nº 382	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000553/2018 - 67	TUTELA ALFA _K	SAE -	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	820

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 248, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.04098/2017-87, autoriza a empresa ECOLUB LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ n.º 07.769.414/0003-90, a construir a base localizada na Rodovia PE-050, s/nº, km 13, Zona Rural, Glória do Goitá, PE, CEP 55620-000. A capacidade total de armazenamento, após construção, será de 90,08 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 249, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201118/2017-58, autoriza a empresa COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A., CNPJ n.º 03.237.583/0053-98, a construir a base localizada na Rua Antônio Frederico Ozanan, 745 - CEP 92420-360 - Canoas - RS [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -29:52:38,200; -51:10:19,870 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento, após construção, será de 760,90 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 250, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e considerando a Resolução ANP nº 03 de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.200602/2018-41, autoriza a empresa WR1 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ n.º 05.385.883/0001-19, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 251, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.014327/2017-63, autoriza a empresa ALL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n.º 07.371.304/0001-04, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 252, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200499/2018-39, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA., CNPJ n.º 46.395.687/0051-71, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 253, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200499/2018-39, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA., CNPJ n.º 46.395.687/0011-84, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 254, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200500/2018-25, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ n.º 46.395.687/0018-50, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 255, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200500/2018-25, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ n.º 46.395.687/0004-55, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 256, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200500/2018-25, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ n.º 46.395.687/0005-36, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 376, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/AM0244397	A. PINTO DOS SANTOS	27.912.495/0001-81	48610.002113/2018-25
GLP/PR0244398	ADAO VIEIRA DURAES 52736601904	19.866.173/0001-15	48610.013719/2017-13
GLP/MS0244399	ADELZO LOURENÇO DA SILVA - ME	04.730.938/0001-18	48610.002065/2018-75
GLP/SP0244400	ALEXANDRE COSTA LUZ EIRELI	21.190.279/0001-93	48610.002247/2018-46
GLP/GO0244401	ANA CLAUDIA DOS SANTOS MARQUES NASCIMENTO	27.766.606/0001-99	48610.014642/2017-91
GLP/MG0244402	ANGELICA DE SOUZA TEIXEIRA ME	29.112.370/0001-00	48610.002828/2018-88
GLP/BA0244403	ATLANTICO COMERCIO DE GAS EIRELI	29.381.559/0001-90	48610.002819/2018-97
GLP/ES0244404	AUTO POSTO SCHUENG EIRELI ME	27.664.597/0001-25	48610.001295/2018-17
GLP/RO0244405	AZOGUE & DORADO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS IMP E EXP LTDA.	09.241.652/0001-92	48610.002436/2018-19
GLP/SE0244406	BRUNO VIEIRA DA SILVA 05550627590	14.473.665/0001-27	48610.002267/2018-17
GLP/AP0244407	CARLOS REIS DE LIMA - ME.	01.470.539/0007-62	48610.014378/2017-95
GLP/SE0244408	CLESIA LEONELA DE FREITAS ME	29.307.645/0001-53	48610.002107/2018-78
GLP/PA0244409	COMERCIAL JF PORTUGAL EIRELI - ME	28.595.860/0001-34	48610.000581/2018-65
GLP/PA0244410	DANIELE CAMPOS DE SOUSA 01121966241	29.175.497/0001-60	48610.002112/2018-81
GLP/RS0244411	DANIELE NEVES LOPES - ME	19.243.876/0001-97	48610.013113/2017-70
GLP/MT0244412	DIOGO BATISTA LENZA 72012170110	26.879.359/0001-74	48610.000324/2018-23
GLP/GO0244413	E A DE MORAIS ME	04.415.526/0001-93	48610.006237/2017-07
GLP/MT0244414	E FERREIRA DO NASCIMENTO ME	28.517.920/0001-09	48610.000262/2018-50
GLP/CE0244415	EDNA BATISTA DOS SANTOS RAMOS	19.373.177/0001-61	48610.013989/2017-16
GLP/PR0244416	EDSON RODRIGUES 02446526942	25.999.549/0001-62	48610.006661/2017-43
GLP/SC0244417	EDSON VIEIRA DECASTRO 05218184942	29.177.774/0001-74	48610.002257/2018-81
GLP/MG0244418	ELAINE BARBOSA SILVA 13226647652	28.425.705/0001-70	48610.014376/2017-04
GLP/SP0244419	FATIMA GOMES 01541513860	24.916.756/0001-43	48610.000787/2018-95
GLP/PA0244420	FERNANDES & FERNANDES COMERCIO DE GÁS LTDA	08.473.044/0002-21	48610.002099/2018-60
GLP/MT0244421	FERNANDES COSTA & LINO COSTA LTDA - ME	10.690.764/0001-00	48610.002072/2018-77
GLP/SE0244422	FRANCISCO MORAES DOS SANTOS ME	28.410.618/0001-49	48610.002428/2018-72
GLP/SP0244423	GABRIEL PINDANGA DIAS - EPP	23.672.668/0001-80	48610.014045/2017-66
GLP/SP0244424	GASBOM TAIPAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	14.500.305/0001-77	48610.011250/2013-46
GLP/RS0244425	GEOVANE DA SILVA BRISOLA - ME	26.598.711/0001-01	48610.014041/2017-88
GLP/ES0244426	GILBERTO DE OLIVEIRA FERREIRA 10386202796	29.147.916/0001-50	48610.002103/2018-90
GLP/GO0244427	GLOBO GAS EIRELI-ME	28.422.910/0001-81	48610.000048/2018-01
GLP/BA0244428	HEEM COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	16.403.958/0003-25	48610.000781/2018-18
GLP/MG0244429	IRACI ELVANDO DA SILVA 03036462686	29.519.455/0001-08	48610.002080/2018-13
GLP/SP0244430	ISAAC ROCHA DA SILVA COMERCIO DE GAS	14.250.162/0001-92	48610.002251/2018-12

GLP/MS0244431	IVONE LEONES PIERIM 63856646191	29.121.971/0001-71	48610.002108/2018-12
GLP/MG0244432	J ABUD COMERCIO DE GAS E ACESSORIOS LTDA - EPP	41.803.958/0005-21	48610.002067/2018-64
GLP/RJ0244433	J BENVINDO DA SILVA ME	24.109.923/0001-44	48610.002116/2018-69
GLP/MA0244434	J. V. L. NOBRE	10.988.909/0008-20	48610.014616/2017-62
GLP/MT0244435	JAIR SIQUEIRA 48197440115	28.532.763/0001-00	48610.002098/2018-15
GLP/MG0244436	JOSE RAIMUNDO VILELA 85005711872	28.352.971/0001-10	48610.015156/2017-90
GLP/PA0244437	JOSUE FERREIRA MENDES 26048566204	18.284.808/0001-03	48610.002109/2018-67
GLP/BA0244438	JUDSON HERMANN PEREIRA SILVA 00621880540	24.508.413/0001-40	48610.002256/2018-37
GLP/SP0244439	JUSCELINO AMBROSIO ME	29.263.527/0001-90	48610.002268/2018-61
GLP/GO0244440	KAREN MURYELLE SILVA SANTANA & CIA LTDA	10.850.412/0001-74	48610.002115/2018-14
GLP/MT0244441	KAROLAYNE DOS SANTOS FERREIRA 05819257189	23.959.933/0001-06	48610.000347/2018-38
GLP/SP0244442	KATIA MALAQUIAS DOMINGUES SANTIAGO 34219513817	29.084.339/0001-03	48610.000329/2018-56
GLP/MT0244443	LILIANE RODRIGUES FERREIRA DE MORAES 58061843153	27.943.672/0001-97	48610.000702/2018-79
GLP/AL0244444	LUCIVALDA DOS SANTOS RAMALHO	28.626.459/0001-14	48610.002079/2018-99
GLP/RN0244445	M A DE MEDEIROS EIRELI ME	28.923.230/0001-41	48610.002094/2018-37
GLP/PI0244446	M DO C Q DE M PORTELA EIRELI ME	28.515.612/0001-36	48610.000575/2018-16
GLP/AM0244447	M DO S A BRAGA LUBRIFICANTES	11.460.909/0001-49	48610.015316/2017-09
GLP/MT0244448	M. DO S.A. BATISTA COMÉRCIO - ME.	05.636.687/0002-50	48610.002102/2018-45
GLP/AM0244449	M N RIBEIRO DA SILVA	28.999.840/0001-29	48610.002100/2018-56
GLP/RO0244450	M R ZAFALON EIRELI - ME	28.441.915/0001-51	48610.002093/2018-92
GLP/SP0244451	MAISGÁS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	58.182.114/0003-41	48610.002269/2018-14
GLP/SC0244452	MARGARETE BORTOLINI KLAUSS - ME	08.201.684/0001-00	48610.002082/2018-11
GLP/PB0244453	MARIA JOSE CUSTODIO FERNANDES DA SILVA 04676527403	29.445.494/0001-08	48610.002104/2018-34
GLP/RJ0244454	MARTINS RJ GAS LTDA ME	29.189.445/0001-43	48610.002117/2018-11
GLP/PR0244455	MEIRE ELEN DA ROSA BENNDORF OLIVEIRA COMERCIO DE GAS	27.676.315/0001-00	48610.002250/2018-60
GLP/AL0244456	M.L. DOS SANTOS GÁS ME	10.553.180/0002-73	48610.002070/2018-88
GLP/SP0244457	MONTE FERREIRA COMERCIO VAREJISTA DE GLP EIRELI ME	25.268.253/0001-71	48610.002266/2018-72
GLP/AL0244458	NEUSVALDO URBANO VANDERLEI 13426320444	28.906.299/0001-67	48610.000104/2018-08
GLP/MT0244459	ONEI A DA SILVA - ME	28.400.291/0001-24	48610.000085/2018-10
GLP/MT0244460	OSMAR CALDEIRA BATISTA 88235980100	28.429.505/0001-95	48610.000327/2018-67
GLP/SC0244461	OSNI LIMA DE OLIVEIRA 023221281979	28.478.747/0001-79	48610.012126/2017-21
GLP/MG0244462	PETTERSON AUGUSTO NUNES SILVEIRA 11652148736	28.737.142/0001-55	48610.002265/2018-28
GLP/SC0244463	PITT & CIA LTDA - ME	29.122.622/0001-74	48610.000795/2018-31
GLP/RS0244464	RAFAEL DOS SANTOS SIMOES 01534081038	20.824.890/0001-63	48610.011416/2017-58
GLP/GO0244465	RAYRON SOARES LOURENÇO EIRELI- ME	28.551.768/0001-72	48610.002083/2018-57
GLP/RO0244466	R.J. DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME	21.648.733/0001-07	48610.002071/2018-22
GLP/RS0244467	SALTO COMERCIO DE GAS LTDA	28.892.035/0001-00	48610.002084/2018-00
GLP/PE0244468	SAMUEL FERREIRA DA SILVA 07349354479	29.090.618/0001-71	48610.002068/2018-17
GLP/SP0244469	SOMOS - DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS EIRELI	29.091.861/0001-04	48610.002114/2018-70
GLP/RS0244470	SONIA MARA BRIZOLA CENCI 00222864036	25.029.031/0001-04	48610.000216/2018-51
GLP/RS0244471	TAIS GRACIELI REBONATTO DA SILVA - ME	27.228.122/0001-96	48610.002096/2018-26
GLP/AL0244472	THAISA KELLY DA SILVA SANTOS 06235289405	26.543.428/0001-74	48610.002111/2018-36
GLP/PR0244473	TJ SUPERMERCADO LTDA	80.836.323/0001-59	48610.013387/2017-69
GLP/BA0244474	VALQUIRIA MUNIZ DOS SANTOS NOVAIS - ME	29.199.996/0001-98	48610.001034/2018-05
GLP/AP0244475	VERIDIANA V DO VALE - ME	28.706.284/0001-55	48610.000796/2018-86

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 383, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, art. 13, da Portaria ANP nº 313/2001, e na alínia c, inciso II, art. 15, da Resolução ANP n.º 43/2009 e no que consta do processo n.º 48610.200687/2018-67, torna público o cancelamento da autorização 276/2017, para o exercício da atividade de importação de diesel e biodiesel, e de seu cadastramento como importador de etanol, a pedido da interessada, E D & F MAN BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 35.829.068/0001-62.

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na autorização A.N.P nº 163, de 01 de março de 2018, publicada no DOU nº 42 de 02 de março de 2018, seção 1, pagina 184:

"Onde se lê:"

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.200356/2018-27, autoriza a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LIMITADA, CNPJ n.º 06.980.319/0170-77, a exercer a atividade de distribuição de G.L.P. Fica revogada a Autorização ANP n.º 623, do DOU de 21/09/2017.

"Leia-se:"

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.200356/2018-27, autoriza a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LIMITADA, CNPJ n.º 06.980.064/0170-77, a exercer a atividade de distribuição de G.L.P. Fica revogada a Autorização ANP n.º 623, do DOU de 21/09/2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48411 - 915.406/2017 - 30
INTERESSADO: ALTO BRAÇO ENERGIA LTDA
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da CGH Chapada Bonita

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Outorga Preventiva do uso da água, emitida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, em favor da Alto Braço Energia Ltda., que prevê a instalação do empreendimento denominado CGH Chapada Bonita, localizada no município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 205,55 ha (duzentos e cinco hectares e cinquenta e cinco ares) para a implantação da área de servidão da CGH Chapada Bonita, situada no Estado de Santa Catarina, conforme memorial descritivo fl. 13, CD-ROM fl. 21 e despacho (Ofício) de folha 37 e 38, constante no processo 48411 - 915.406/2017 - 30.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48401 - 910.207/2017 - 54
INTERESSADO: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da Subestação Santa Maria 3

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 5.440, de 1 de Setembro de 2015, que declara de utilidade publica, para instituição de servidão administrativa, em favor da Eletrosul Centrais Elétricas S.A, de áreas de terra necessárias à implantação da Subestação Santa Maria 3, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos em uma área de 0,39 ha (trinta e nove ares), para a implantação da área de servidão da Subestação Santa Maria 3, situada no Estado do Rio Grande do Sul, conforme memorial descritivo fl. 53 e 54, CD-ROM fl. 65 e despacho de folha 48, constante no processo 48401 - 910.207/2017 - 54.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48401 - 910.224/2017 - 91
INTERESSADO: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da LT 230 kV Guaíba 2 - Guaíba 3 Circuito 1 e Circuito 2

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 6.144, de 06 de Dezembro de 2016, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Eletrosul Centrais Elétricas S.A, de áreas de terra necessárias à implantação da LT 230 kV Guaíba 2 - Guaíba 3 Circuito 1 e Circuito 2, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos em uma área de 80,51 ha (oitenta hectares e cinquenta e um ares), uma área de 78,31 ha (setenta e oito hectares e trinta e um ares) e uma área de 1,84 ha (um hectare e oitenta e quatro ares) para a implantação da área de servidão da LT 230 kV Guaíba 2 - Guaíba 3 Circuito 1 e Circuito 2, situada no Estado do Rio Grande do Sul, conforme memorial descritivo fl. 55 a 58, CD-ROM fl. 108 e despacho de folha 52, constante no processo 48401 - 910.224/2017 - 91.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 18/2018/AP

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Daniel Falcone Hanan - 858078/13 - Not.72/2018 - R$ 14.075,10
Emmanuel Savio Flexa de Almeida - 858038/14 - Not.13/2018 - R$ 3.823,77
Usibritas Mineraçao Ltda - 858112/04 - Not.8/2018 - R$ 3.805,88

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 19/2018/AP

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Usibritas Mineraçao Ltda - 858112/04 - Not.7/2018 - R$ 293,66

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 35/2018/CE

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
800.907/2008-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.-OF. N°2044/2017 e 2045/2017-DOU de 31/10/2017
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 18/11/2015, Relação n° 165/2015, Seção I, pág. 53- ONDE SE LÊ QUARTZITO..., LEIA-SE; GRANITO.
801.009/2012-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI - Publicado DOU de 01/09/2016, Relação n° 104/2016, Seção I, pág. 59- ONDE SE Lê:... FICA ÁREA REDUZIDA DE 989,97 HECTARES , PARA 540,68 HECTARES, LEIA-SE:...FICA A ÁREA REDUZIDA DE 989,27 HECTARES, PARA 540,68 HECTARES.
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
800.744/2010-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA- AI N°088/2015

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 37/2018/CE

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
800.316/2009-UNIVERSAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-OF. N°430/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.004/2011-JOSE GEOVANIO DE LIMA SILVA ME-OF. N°374/2018, 375/2018, 376/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.650/2010-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°432/2018-180 dias
800.422/2011-MINERAÇÃO LOUGON EIRELI EPP-OF. N°390/2018-180 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
800.162/2013-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-CARIDADE/CE - Guia n° 07/2018-10.000TONELADAS-GRANITO- Validade:31/01/2019
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
800.004/2011-JOSÉ GEOVANIO DE LIMA SILVA ME- AI N°54/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

800.192/2004-ITAMIL ITAOCA MINERAÇÃO LTDA- ALVARÁ n° 6614/2005 - Cessionário: GEOCORR GESTORA DA ATIVOS MINERÁRIOS LTDA- CNPJ 05.201.360/0001-73
800.490/2009-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA- ALVARÁ n° 13876/2009 - Cessionário: CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA- CNPJ 10.962.529/0001-40
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
801.042/2008-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°389/2018
800.034/2009-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-OF. N°395/2018
Autoriza transformação do regime de Concessão de Lavra para Licenciamento(1987)
800.907/2008-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.379/1987-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.- FONTE: AZULÃO (marca fantasia Leven - Naturágua); 500 mL e 1,5 (sem gás) e 500 mL (com gás)- FORTALEZA/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.379/1987-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.-OF. N°400/2018 e 401/2018
800.298/1997-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.-OF. N°429/2018 e 425/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.298/1997-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.-OF. N°428/2018, 427/2018 e 426/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendencia

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 38/2018/CE

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
800.347/2010-C. FRNANDO R. DA PAZ E CIA. LTDA; SEGUNDO CLASSIFICADO: ITINGA MINERAÇÃO LTDA.- Substância Aprovada:QUARTZITO
800.533/2013-C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA. LTDA; SEGUNDO CLASSIFICADO: MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA; TERCEIRO CLASSIFICADO: VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:QUARTZITO
800.639/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A; SEGUNDO CLASSIFICADO: SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Substância Aprovada:MINÉRIOS DE COBRE E OURO
800.641/2013-C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA LTDA; SEGUNDO CLASSIFICADO: ITINGA MINERAÇÃO LTDA.- Substância Aprovada:QUARTZITO
800.011/2014-FRANCISCO GENILDO BEZERRA; DESCLASSIFICADO: FRANCISCO PINHEIRO LANDIM.- Substância Aprovada:QUARTZO
800.209/2014-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP; SEGUNDO CLASSIFICADO: VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:QUARTZITO
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
800.440/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
800.445/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
800.467/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendencia

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 40/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Arvoredo Aguas Minerais Ltda - 800136/05 - Not.34/2018 - R$ 746,35
Bonanza Mineração Ltda - 800174/98 - Not.50/2018 - R$ 3.980,62
Estrela Britagem e Premoldados LTDA. - 800532/14 - Not.36/2018 - R$ 507,13
Everest Mineração, Exportação e Importação Eireli - 800150/14 - Not.38/2018 - R$ 513,23, 800091/14 - Not.39/2018 - R$ 769,82
Indústria de Cerâmica Pessoa e Lima Ltda - 800489/07 - Not.41/2018 - R$ 769,82
j a Soares Freire - 800583/10 - Not.43/2018 - R$ 776,37
Marcos Oliveira Garcia - 800354/13 - Not.51/2018 - R$ 802,23
Mineração Casa de Pedra - 800639/86 - Not.46/2018 - R$ 769,52
Mineração Lougon Eireli Epp - 800481/15 - Not.35/2018 - R$ 769,52
Mineradora Bom Princípio LTDA. - 800438/14 - Not.37/2018 - R$ 507,13
Ocs Mineração e Empreendimentos Ltda - 800690/13 - Not.40/2018 - R$ 513,02, 800024/85 - Not.48/2018 - R$ 516,30, 800024/85 - Not.49/2018 - R$ 499,96
Pedreira Dinamite LTDA. - 800133/83 - Not.44/2018 - R$ 525,75
Pedreiras do Brasil s a - 800298/03 - Not.45/2018 - R$ 776,37
Raimundo Eduardo Carvalho me - 801020/12 - Not.52/2018 - R$ 534,84
Valdeci Batista da Silva me - 800126/07 - Not.42/2018 - R$ 776,37

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 14/2018/GO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Agenor Rodrigues de Oliveira - 860819/12 - A.I. 60/18
André Luiz de Deus Maciel - 861187/12 - A.I. 64/18
Antônio Reovaldo Roncen - 861546/12 - A.I. 75/18
Arquilene Regina Mota de Sousa - 861780/11 - A.I. 28/18
Brasil Desenvolvimentos Minerais Ltda - 861676/09 - A.I. 27/18
Catalana Ind e Com de Artefatos de Cimento e Const Ltda - 860953/12 - A.I. 61/18
Cleveland Premier Mineração Ltda - 861128/09 - A.I. 26/18, 862739/11 - A.I. 31/18
Cultivar Comercial Agricola Formosa Ltda - 860772/12 - A.I. 58/18
Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários S.A. - 860562/12 - A.I. 41/18, 860563/12 - A.I. 43/18
Dleon Mineradora Ltda Epp - 861483/12 - A.I. 71/18
Domingos Mendes Santiago - 860743/12 - A.I. 55/18
Eterg Empresa de Terraplenagem e Rental de Goiás Ltda - 861359/12 - A.I. 65/18, 861360/12 - A.I. 66/18
Gerson Menezes - 861089/09 - A.I. 25/18
Gilberto Dias da Silva - 862363/11 - A.I. 30/18
Isadora Hajjar da Costa Ferreira - 860788/12 - A.I. 59/18
J.R. Pereira - 861505/12 - A.I. 72/18
Jose Cesar Pedroso - 860090/12 - A.I. 35/18
José Henrique Sandoval Gonçalves - 862875/11 - A.I. 32/18
José Maria Barros - 861710/11 - A.I. 24/18
Lenismar Cabral de Oliveira - 860467/12 - A.I. 40/18
Leoncio Carlos Medeiros - 860221/12 - A.I. 38/18
Luiz Filipe Teixeira - 860573/12 - A.I. 44/18, 860574/12 - A.I. 45/18, 860575/12 - A.I. 47/18, 860576/12 - A.I. 48/18, 860577/12 - A.I. 49/18, 860578/12 - A.I. 50/18, 860579/12 - A.I. 51/18, 860580/12 - A.I. 52/18, 860582/12 - A.I. 53/18, 860583/12 - A.I. 54/18, 860581/12 - A.I. 69/18
Marco Antonio Cezar Carlos - 862922/11 - A.I. 33/18
Marcos Correia da Silva - 861452/12 - A.I. 70/18
Mineracao Faria Ltda me - 861516/12 - A.I. 73/18
Mineração Rio Claro Ltda - 860764/12 - A.I. 56/18, 860765/12 - A.I. 57/18
Mineração Serra do Cabral - 861522/12 - A.I. 74/18
Neli Fereira Dos Santos - 861731/11 - A.I. 37/18
Pedreiras Contagem LTDA. - 861109/12 - A.I. 63/18
Sebastião Fátima Ferreira - 860010/12 - A.I. 34/18
Silas de Oliveira Brandao - 862280/11 - A.I. 29/18
Tadeu de Pina Jayme - 860322/12 - A.I. 39/18
Tatiane Maria da Costa - 861450/12 - A.I. 67/18, 861451/12 - A.I. 68/18
Valderson Cassiano do Prado me - 861013/12 - A.I. 62/18
William Mendes de Moura - 860453/12 - A.I. 40/18

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 15/2018/GO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
A.A. da Cruz Man Mineradora me - 861920/12 - A.I. 113/18, 861921/12 - A.I. 114/18
ad Bras Mineradora Ltda - 861808/12 - A.I. 91/18, 861809/12 - A.I. 92/18, 861810/12 - A.I. 93/18, 861811/12 - A.I. 94/18, 861812/12 - A.I. 95/18, 861813/12 - A.I. 96/18, 861814/12 - A.I. 97/18, 861815/12 - A.I. 98/18
Adalor Ortenso Rabelo - 861707/12 - A.I. 84/18
Alexandre Marques Pina - 861858/12 - A.I. 103/18
Brasil Minérios S.A. - 861732/12 - A.I. 86/18
Calistrato Libório Costa - 861946/12 - A.I. 122/18
Carlos Henrique Silva Netto - 861857/12 - A.I. 102/18
Construtora Jad Ltda - 861631/12 - A.I. 79/18
Denilson Martins Arruda - 861931/12 - A.I. 116/18
Dorivaldo Ferreira de Oliveira - 861608/12 - A.I. 77/18
Dusolo Mineração Ltda - 861781/12 - A.I. 87/18, 861783/12 - A.I. 88/18, 861784/12 - A.I. 89/18
Eden Maciel Dos Santos - 861720/12 - A.I. 85/18
Emiliano Fonseca Neto - 861935/12 - A.I. 118/18
Erica Dieny Fernandes da Silva - 861899/12 - A.I. 112/18
Eterg Empresa de Terraplenagem e Rental de Goiás Ltda - 861942/12 - A.I. 119/18
Gecal Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda - 861892/12 - A.I. 109/18, 861893/12 - A.I. 110/18, 861894/12 - A.I. 111/18
Idelbrando Cesar de Morais - 861798/12 - A.I. 90/18
Ieda de Araujo Meira Sousa - 861856/12 - A.I. 101/18
José Alves de Faria - 861646/12 - A.I. 80/18
Jose Arnaldo Viana - 861929/12 - A.I. 115/18
Junior da Silva Ribeiro - 861980/12 - A.I. 124/18
Maria Anália Amado Damasceno - 861612/12 - A.I. 78/18
Matheus Matias Arruda - 861873/12 - A.I. 106/18
Mineração e Comercio de Produtos Minerais Caiapó Ltda - 861578/12 - A.I. 76/18
Mineração Eldorado Ltad me - 861981/12 - A.I. 125/18, 861943/12 - A.I. 120/18, 861944/12 - A.I. 121/18
Mineracao rg Ltda Epp - 861884/12 - A.I. 108/18
Mineração Rio Claro Ltda - 861867/12 - A.I. 105/18
Morro Negro Mineração e Participações LTDA. - 861970/12 - A.I. 123/18
Pedreira Itapaci Ltda me - 861932/12 - A.I. 117/18
Ricardo Maia da Rocha - 861877/12 - A.I. 107/18
Rio Vermelho Mineração LTDA. - 861648/12 - A.I. 81/18, 861649/12 - A.I. 82/18
Roberto José Mendanha - 861700/12 - A.I. 83/18
Tania Cristina Peixoto de Paiva - 861864/12 - A.I. 104/18
Wesley Augusto Alves Ferreira - 861853/12 - A.I. 99/18, 861854/12 - A.I. 100/18

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 16/2018/GO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Abadio Alves Teles - 862028/12 - A.I. 130/18
ad Bras Mineradora Ltda - 860104/13 - A.I. 158/18, 860105/13 - A.I. 159/18
Alisson Gonçalves da Trindade - 862136/12 - A.I. 147/18
Andre Malaquias de Queiroz - 862088/12 - A.I. 131/18
Areialto Extração, Comércio e Transporte de Areia Ltda - 860263/13 - A.I. 175/18, 860264/13 - A.I. 176/18
Areião Jaraguá Ltda - 860129/13 - A.I. 164/18
Braz Nelton Montezano - 862105/12 - A.I. 133/18, 862106/12 - A.I. 134/18, 862107/12 - A.I. 135/18
Carita David Gomes - 860119/13 - A.I. 162/18
Celmo Geraldo Amorim - 862104/12 - A.I. 132/18, 860004/13 - A.I. 150/18
Ciplan Cimento Planalto S/a - 862008/12 - A.I. 129/18
Claudemy Pereira da Silva - 860167/13 - A.I. 166/18
d. l. do Prado m. Construcao me - 860099/13 - A.I. 157/18
Deborah Evelyn da Silva e Sousa - 861989/12 - A.I. 126/18
Divino Dos Reis Vasconcelos - 860187/13 - A.I. 170/18
Extração de Areia Ouroana Ltda - 860210/13 - A.I. 174/18
Geoex Geologia e Exploração Mineral Ltda - 860014/13 - A.I. 153/18, 860015/13 - A.I. 154/18
Gusmão Lima Mineradora LTDA. - 860113/13 - A.I. 160/18, 860114/13 - A.I. 161/18
Industria de Água Mineral Ibia Ltda - 862006/12 - A.I. 128/18
Itamar Luiz Meireles Sachetto - 860280/13 - A.I. 179/18, 860283/13 - A.I. 180/18
José Teixeira Dos Santos - 860175/13 - A.I. 169/18
Juvenil Martins Monteiro - 860127/13 - A.I. 163/18
l & d Construtora e Incorporadora Ltda - 860097/13 - A.I. 156/18
Luiz Carlos Moreton - 862112/12 - A.I. 137/18, 862113/12 - A.I. 138/18, 862114/12 - A.I. 139/18, 862115/12 - A.I. 140/18, 862116/12 - A.I. 141/18, 862117/12 - A.I. 142/18, 862118/12 - A.I. 143/18, 862119/12 - A.I. 144/18, 862120/12 - A.I. 145/18, 862121/12 - A.I. 146/18
nc Comércio Varejista de Areias Ltda me - 860006/13 - A.I. 151/18
Nilto Calixto da Silva - 860205/13 - A.I. 173/18
Nilton César da Silva - 860007/13 - A.I. 152/18
Osvaldo Pinto Borges - 860174/13 - A.I. 168/18
Quartziti Mineradora Ltda - 862167/12 - A.I. 149/18
Rafael Bairros Porto - 860168/13 - A.I. 167/18
Roger Paulo Sousa Magalhães - 860268/13 - A.I. 178/18
Rubens Martins Mourão - 860267/13 - A.I. 177/18
Sandro Ferreira Costa - 862145/12 - A.I. 148/18
Tatiane Maria da Costa - 860141/13 - A.I. 165/18
Trimining Mineração do Brasil Ltda - 860204/13 - A.I. 172/18
Valdevam Pereira de Almeida - 862108/12 - A.I. 136/18
Vanessa de Almeida Gomes - 861999/12 - A.I. 127/18
Venâncio Targino Dantas - 860194/13 - A.I. 171/18
Walid el Koury Daoud - 860083/13 - A.I. 155/18

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 44/2018/GO

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
860.912/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
860.913/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

861.183/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
861.497/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
861.517/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
861.518/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP; GIOVANI BONOMI MEI; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 46/2018/GO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Ale Rodrigues Vieira - 860174/17 - Not.181/2018 - R$ 146,78
Brunno Cesar Iwamoto - 861295/16 - Not.151/2018 - R$ 981,00
Celmo Geraldo Amorim - 861456/16 - Not.168/2018 - R$ 3.207,59
Cledston Luciano de Souza - 861387/16 - Not.159/2018 - R$ 7.880,04
Edson da Silva - 861343/16 - Not.156/2018 - R$ 2.733,30
Espaço Construções e Projetos Ltda - 860097/17 - Not.179/2018 - R$ 160,41
Felipe Martins Amorim - 861511/16 - Not.172/2018 - R$ 1.898,26, 861512/16 - Not.174/2018 - R$ 6.057,48
José Maria Filho da Silva - 861207/16 - Not.149/2018 - R$ 8.038,68
Marcos Correia da Silva - 860307/17 - Not.186/2018 - R$ 5.459,64
Messias Rodrigues Costa - 861448/16 - Not.166/2018 - R$ 2.546,32
Mineração Aldeia do Vale Ltda me - 861416/16 - Not.161/2018 - R$ 8.031,81
Rio Fortuna Mineração Comercio Imp e Exp Ltda me - 860202/17 - Not.184/2018 - R$ 6.860,36
Rodrigo Felix Pereira - 861313/16 - Not.153/2018 - R$ 514,82
Romilda Silveira Machado Rêgo - 861447/16 - Not.164/2018 - R$ 1.691,62

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 47/2018/GO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ale Rodrigues Vieira - 860174/17 - Not.182/2018 - R$ 3.953,51
Brunno Cesar Iwamoto - 861295/16 - Not.152/2018 - R$ 3.953,51
Celmo Geraldo Amorim - 861456/16 - Not.169/2018 - R$ 3.953,51
Cledston Luciano de Souza - 861387/16 - Not.160/2018 - R$ 3.953,51
Daniel Barbosa Procopio - 860184/17 - Not.183/2018 - R$ 3.953,51
Edson da Silva - 861343/16 - Not.157/2018 - R$ 3.953,51
Espaço Construções e Projetos Ltda - 860097/17 - Not.180/2018 - R$ 3.953,51
Felipe Martins Amorim - 861511/16 - Not.173/2018 - R$ 3.953,51, 861512/16 - Not.175/2018 - R$ 3.953,51
Francisco Moreira Damascena Filho - 860356/17 - Not.188/2018 - R$ 3.953,51
Gregório Vassilive Ferreira - 861497/16 - Not.170/2018 - R$ 3.953,51
José Maria Filho da Silva - 861207/16 - Not.150/2018 - R$ 3.953,51
Katia Brandão de Souza - 861442/16 - Not.163/2018 - R$ 3.953,51
Marcos Correia da Silva - 860307/17 - Not.187/2018 - R$ 3.953,51
Messias Rodrigues Costa - 861448/16 - Not.167/2018 - R$ 3.953,51
Mineração Aldeia do Vale Ltda me - 861416/16 - Not.162/2018 - R$ 3.953,51
Mineradora Estrela Ltda - 861328/16 - Not.155/2018 - R$ 3.953,51
Nilton César da Silva - 860009/17 - Not.177/2018 - R$ 3.953,51
ps Assessoria e Consultoria Empresarial Eireli me - 860007/17 - Not.176/2018 - R$ 3.953,51, 861508/16 - Not.171/2018 - R$ 3.953,51
Rio Fortuna Mineração Comercio Imp e Exp Ltda me - 860202/17 - Not.185/2018 - R$ 3.953,51
Rodrigo Felix Pereira - 861313/16 - Not.154/2018 - R$ 3.953,51
Romilda Silveira Machado Rêgo - 861447/16 - Not.165/2018 - R$ 3.953,51
Simon Pires de Abreu - 860059/17 - Not.178/2018 - R$ 3.953,51
Uarian Ferreira da Silva - 861358/16 - Not.158/2018 - R$ 3.953,51

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº Nº 30/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Alexandre Luis Franca Ribeiro 94394113334 - 806122/17
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806245/11
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 806119/15
Luís Cláudio Moreira Fonseca - 806001/13
Mário Carlos Sauer Araújo - 806013/11
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806433/10, 806434/10, 806435/10, 806436/10, 806112/15, 806113/15, 806038/16
Moacir João Bergoli - 806228/14
Porto da Casca Mineração e Transportes Ltda - 806214/13
Ricardo Antonio Archer - 806202/08
w j Sousa e Cia Ltda - 806002/16

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 19/2018/PE

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.582/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13220/2013
840.583/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13221/2013
840.584/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13222/2013
840.585/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13223/2013
840.586/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13224/2013
840.587/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13225/2013
840.588/2010-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°13226/2013
840.467/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8473/2014
840.468/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8474/2014
840.472/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8477/2014
840.473/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8478/2014
840.474/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8479/2014
840.475/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°717/2015
840.476/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8480/2014
840.477/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8481/2014
840.750/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8457/2014
840.751/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8483/2014
840.752/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8484/2014
840.236/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°3863/2017
840.255/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1031/2017
840.256/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1032/2017
840.257/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1033/2017
840.258/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1034/2017
840.260/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1036/2017
840.334/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8775/2017
840.335/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8776/2017
840.336/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8777/2017
840.337/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8778/2017
840.351/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8771/2017
840.352/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME -Alvará N°8782/2017
840.360/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2435/2017
840.361/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2436/2017
840.377/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4995/2017
840.051/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°8819/2017
840.114/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7372/2017
840.115/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7373/'2017
840.116/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7374/2017
840.117/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7375/2017
840.118/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7376/2017
840.119/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7377/2017
840.120/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7378/2017
840.121/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7379/2017
840.122/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7380/2017
840.123/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7381/2017
840.124/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7382/2017
840.125/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7383/2017
840.126/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7384/2017
840.127/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°7385/2017
840.148/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°8825/2017

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 20/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.064/2017-MINERAÇÃO PLANALTO S A
840.177/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.181/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.183/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.198/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.318/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
840.343/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.339/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°8640/2011
840.416/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°14954/2011
840.471/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°8476/2014
840.278/2015-CAMACÃN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°11332/2016
840.279/2015-CAMACÃN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°11333/2016
840.234/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°3861/2017
840.235/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°3862/2017
840.263/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°1039/2017
840.353/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3876/2017
840.359/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3877/2017
840.362/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2437/2017
840.363/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2438/2017
840.364/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2439/2017
840.368/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3899/2017
840.371/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2442/2017
840.381/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4997/2017
840.384/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°3900/2017
840.390/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°2444/2017
840.052/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°8820/2017
840.053/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°371/2018
840.069/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A -Alvará N°4990/2017
840.175/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°30/2018
840.176/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°31/2018
840.178/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°32/2018
840.179/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°33/2018
840.180/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°34/2018
840.182/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°35/2018
840.184/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°36/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

840.185/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°37/2018
840.186/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°38/2018
840.187/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°39/2018
840.188/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°40/2018
840.189/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°373/2018
840.190/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°374/2018
840.191/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°375/2018
840.192/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°376/2018
840.193/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°377/2018
840.194/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°378/2018
840.195/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°379/2018
840.196/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°380/2018
840.197/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Alvará N°381/2018
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do licenciamento(784)
840.409/2013-SALGADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S A
840.459/2013-SALGADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S A
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
840.231/2017-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A- Edital n° 3/2013 - Cessionário: Mineração Aurora Ltda.- CNPJ 10.509.915/0001-80
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.508/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-OF. N°959/2017
840.516/2017-LUZANILDA DE SOUZA TORRES-OF. N°932/2017

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 21/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antônio Carlos Ribeiro Dutra - 840290/16 - Not.2/2018 - R$ 3.699,23

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 22/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Antônio Carlos Ribeiro Dutra - 840290/16 - Not.1/2018 - R$ 3.682,30

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 21/2018/RN

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.518/2007-POLIMIX CONCRETO LTDA-OF. N°221.44.007/2018/RN/Fiscalização/SUP/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
848.091/2004-ROCHEDO MÁRMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°221.44.011/2018/RN/Fiscalização/SUP/DNPM/RN
848.228/2006-POLIMIX CONCRETO LTDA-OF. N°221.44.010/2018/RN/Fiscalização/SUP/DNPM/RN
848.518/2007-POLIMIX CONCRETO LTDA-OF. N°221.44.010/2018/RN/Fiscalização/SUP/DNPM/RN
Fase de Lavra Garimpeira
Declara a nulidade da Permissão de Lavra Garimpeira(713)
848.015/2018-ALEXANDRE DA GAMA FERNANDES VIEIRA MINERAÇÃO EPP- PLG N°04/2018, DOU de 19/03/2018

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 22/2018/RS

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
810.815/2006-JOÃO RENÊ MOREIRA - PLG Nº 04/2011 de 23/03/2011- Vencimento em exatos 5 (cinco) anos
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Licenciamento/Prazo para defesa 30 dias.(658)
810.178/2010-IRMÃOS IACZINSKI LTDA- NOT Nº207/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.157/2008-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA.-OF. N°185/2018
810.358/2013-CONSTRUTORA DA VINCI LTDA EPP-OF. N°200/2018
810.359/2013-SANITEC SANEAMENTO TÉCNICO LTDA ME-OF. N°201/2018
810.684/2014-MC SUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA-OF. N°202/2018
810.687/2014-RODASUL LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA-OF. N°203/2018
811.569/2015-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°191/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
810.988/1996-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO- Licenciamento N°:1448/1996 - Prorrogado por Até 19/07/2026 ano(s)
810.343/1997-RIBAS CONSTRUTORA LTDA- Licenciamento N°:1569/2013 - Prorrogado por Até 30/12/2019 ano(s)
810.477/1998-STANGHERLIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME.- Licenciamento N°:1664/1999 - Prorrogado por Até 09/01/2022. ano(s)
810.229/1999-CERÂMICA VAIRES LTDA ME- Licenciamento N°:1811/2000 - Prorrogado por Até 19/01/2023 ano(s)
810.768/2002-MICHEL DEUTSCHMANN MACHADO- Licenciamento N°:2622/2003 - Prorrogado por Até 22/07/2020 ano(s)
810.905/2007-PEDREIRA PARECI LTDA- Licenciamento N°:168/2007 - Prorrogado por Até 11/01/2023 ano(s)
810.008/2008-AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Licenciamento N°:149/2008 - Prorrogado por Até 17/10/2019 ano(s)
810.761/2008-DEPOSITO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA.- Licenciamento N°:278/2009 - Prorrogado por 20/10/2020 ano(s)
811.075/2008-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA- Licenciamento N°:16/2009 - Prorrogado por Até 16/12/2018 ano(s)
810.649/2009-PEDREIRA FERRI LTDA- Licenciamento N°:193/2010 - Prorrogado por Até 21/03/2022 ano(s)
811.111/2010-PEDREIRA TAIMBÉ LTDA- Licenciamento N°:08/2011 - Prorrogado por Até 16/01/2022 ano(s)
811.455/2011-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.- Licenciamento N°:256/2012 - Prorrogado por 06/11/2021 ano(s)
811.305/2012-SERGIO ZANCAN BASALTO ME- Licenciamento N°:141/2013 - Prorrogado por Até 25/05/2022 ano(s)
811.319/2012-TRANSFERRI TRANSPORTADORA FERRI LTDA.- Licenciamento N°:268/2013 - Prorrogado por Até 29/06/2019 ano(s)
811.391/2012-SUL CAVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- Licenciamento N°:276/2013 - Prorrogado por Até 07/10/2020 ano(s)
811.752/2012-RABIEL KLAUS SOSTISSO- Licenciamento N°:98/2015 - Prorrogado por Até 21/02/2023 ano(s)
810.061/2013-COMERCIO DE MATERIAIS SÃO MARCOS LTDA- Licenciamento N°:69/2014 - Prorrogado por Até 09/10/2022 ano(s)
810.084/2013-GABRIEL DEBACCO GARCIA ME- Licenciamento N°:60/2013 - Prorrogado por Até 10/12/2018 ano(s)
810.681/2013-ALPENDRE ARQUITETURA E DECORAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:02/2014 - Prorrogado por Até 11/01/2020 ano(s)
810.211/2014-OSCAR VIEIRA FERREIRA EIRELI ME- Licenciamento N°:245/2015 - Prorrogado por Até 23/01/2021 ano(s)
810.234/2014-CORES TRANSPORTES E MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:115/2017 - Prorrogado por Até 19/01/2022 ano(s)
810.042/2015-PLASMA PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA LTDA- Licenciamento N°:150/2015 - Prorrogado por Até 04/01/2022 ano(s)
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
810.684/2014-MC SUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
811.105/2011-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- AI N°01/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.756/2014-ART PEDRAS INDUSTRIA E EXTRACAO DE BASALTO LTDA ME-Licenciamento N°025/2018 - Prazo: Até 27/06/2019 ano(s)
811.038/2015-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-Licenciamento N°017/2018 - Prazo: Até 06/03/2020 ano(s)
811.108/2015-NAVEGANTES EXTRAÇÃO DE BASALTO LTDA-Licenciamento N°026/2018 - Prazo: Até 21/07/2020 ano(s)
811.524/2015-GILBERTO DE BONA - ME-Licenciamento N°018/2018 - Prazo: Até 01/10/2019 ano(s)
810.295/2016-RL MINERADORA LTDA ME-Licenciamento N°023/2018 - Prazo: Até 24/02/2019 ano(s)
810.689/2016-GRANITO ITAGUAÍBA LTDA.-Licenciamento N°024/2018 - Prazo: Até 06/05/2020 ano(s)
810.791/2016-PEDREIRA MHF LTDA-Licenciamento N°297/2017 - Prazo: Até 05/01/2021 ano(s)
811.470/2016-LUIZ ELENO VINGERT-Licenciamento N°303/2017 - Prazo: Até 24/08/2020 ano(s)
810.380/2017-CERÂMICA PASSO FUNDO LTDA-Licenciamento N°013/2018 - Prazo: Até 17/01/2022 ano(s)
810.797/2017-IRMÃOS SAUER LTDA-Licenciamento N°301/2017 - Prazo: Até 11/12/2021 ano(s)
810.812/2017-QUEIROZ TERRAPLANAGEM E GUINDASTES EIRELI EPP-Licenciamento N°011/2018 - Prazo: Até 27/08/2022 ano(s)
810.878/2017-ESCAVACOM COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA ME-Licenciamento N°031/2018 - Prazo: Até 25/01/2020 ano(s)
810.897/2017-MICHELE VIEIRA DAS NEVES-Licenciamento N°304/2017 - Prazo: Até 09/06/2021 ano(s)
811.053/2017-EXTRAÇÃO DE BASALTO ROMANZINI LTDA-Licenciamento N°032/2018 - Prazo: Até 29/06/2022 ano(s)
811.163/2017-EUNEIDE LUIZ TROMBETTA ME-Licenciamento N°015/2018 - Prazo: Até 18/05/2022 ano(s)
811.184/2017-LUIZ HENRIQUE MEIRELLES ME-Licenciamento N°014/2018 - Prazo: Até 26/12/2019 ano(s)
810.037/2018-COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA-Licenciamento N°029/2018 - Prazo: Até 27/12/2021 ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.803/2013-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-OF. N°2043/2018
811.063/2017-CARLA CRISTINA HUBNER ME-OF. N°2044/2018
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
811.063/2016-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.
811.064/2016-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
811.063/2016-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.
811.064/2016-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.073/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL-OF. N°199/2018
810.086/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO-OF. N°204/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
810.063/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ- Registro de Extração N°49/2018 de 12/03/2018
810.064/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ- Registro de Extração N°50/2018 de 12/03/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.098/2018-PREFEITURA MUINICIPAL DE IBIAÇÁ- Registro de Extração N°51/2018 de 13/03/2018

SIDNEI ECKERT
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Esporte

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 8, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, no uso de suas atribuições legais delegada pela Portaria n° 749, publicado no Diário Oficial, seção 2, n° 97, em 23 de maio de 2016, fundamentado na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000; do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013; do Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; em atenção ao Edital de Chamamento Público SNELIS nº 1/2018, Publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 03 de janeiro de 2018, seção 03, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado final da 2ª Ata da Comissão de Seleção referente ao Chamamento Público nº 1/2018, 1ª Etapa - Da Validação das Propostas, correspondente a Ação Brincando com Esporte, a qual os proponentes terão suas propostas analisadas para fins de admissão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tabela 1: PROPOSTAS VALIDADAS (entes públicos: estaduais, municipais e distrital e instituições públicas: estaduais, municipais e distrital).

Nº	UF	Nº PROPOSTA	ENTIDADE	STATUS (VALIDADA // INVALIDADA)
1	AC	008468/2018	MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO	Validada
2	AC	008217/2018	MUNICIPIO DE EPITACIOLANDIA	Validada
3	AC	007907/2018	MUNICIPIO DE BRASILEIA	Validada
4	AC	007861/2018	MUNICIPIO DE RODRIGUES ALVES	Validada
5	AL	008275/2018	MUNICIPIO DE BRANQUINHA	Validada
6	AL	008223/2018	MUNICIPIO DE MINADOR DO NEGRAO	Validada
7	AL	007867/2018	MUNICIPIO DE IGACI	Validada
8	AL	007841/2018	MUNICIPIO DE INHAPI	Validada
9	AL	007693/2018	MUNICIPIO DE MARECHAL DEODORO	Validada
10	AL	007176/2018	MUNICIPIO DE CARNEIROS	Validada
11	AL	006310/2018	MAJOR IZIDORO PREFEITURA	Validada
12	AL	006288/2018	MUNICIPIO DE JACARE DOS HOMENS	Validada
13	AL	006228/2018	MUNICIPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA	Validada
14	AL	006208/2018	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DAS FLORES	Validada
15	AL	006194/2018	MUNICIPIO DE DOIS RIACHOS	Validada
16	AL	006189/2018	MUNICIPIO DE POCO DAS TRINCHEIRAS	Validada
17	AL	006180/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA	Validada
18	AL	004958/2018	MUNICIPIO DE ARAPIRACA	Validada
19	AL	004269/2018	MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA	Validada
20	AL	003477/2018	MUNICIPIO DE RIO LARGO	Validada
21	AL	008477/2018	MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS	Validada
22	AL	008454/2018	MUNICIPIO DE OLIVENCA	Validada
23	AL	007794/2018	MUNICIPIO DE PIRANHAS	Validada
24	AL	011642/2018	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO	Validada
25	AM	008063/2018	MUNICIPIO DE IRANDUBA	Validada
26	AM	007872/2018	SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	Validada
27	AM	007447/2018	MUNICIPIO DE AUTAZES	Validada
28	AM	007333/2018	MUNICIPIO DE HUMAITA	Validada
29	AM	007017/2018	MUNICIPIO DE BORBA	Validada
30	AM	005074/2018	MUNICIPIO DE ITACOATIARA	Validada
31	AM	004551/2018	MUNICIPIO DE BARREIRINHA	Validada
32	AM	001589/2018	MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE	Validada
33	AM	000776/2018	MUNICIPIO DE BOA VISTA DO RAMOS	Validada
34	AM	000669/2018	MUNICIPIO DE PARINTINS	Validada
35	AP	006601/2018	MUNICIPIO DE SERRA DO NAVIO	Validada
36	AP	006586/2018	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	Validada
37	AP	006576/2018	MUNICIPIO DE FERREIRA GOMES	Validada
38	AP	000089/2018	MUNICIPIO DE SANTANA	Validada
39	BA	008508/2018	ARATACA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
40	BA	008485/2018	MUNICIPIO DE BAIANOPOLIS	Validada
41	BA	008451/2018	MUNICIPIO DE ITAPICURU	Validada
42	BA	008448/2018	MUNICIPIO DE IPECAETA	Validada
43	BA	008369/2018	MUNICIPIO DE RIACHAO DAS NEVES	Validada
44	BA	008351/2018	MUNICIPIO DE IBICARAI	Validada
45	BA	008336/2018	MUNICIPIO DE IRARA	Validada
46	BA	008330/2018	MUNICIPIO DE CAPIM GROSSO	Validada
47	BA	008317/2018	MUNICIPIO DE IRECE	Validada
48	BA	008311/2018	MUNICIPIO DE BOA VISTA DO TUPIM	Validada
49	BA	008309/2018	MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO ALEGRE	Validada
50	BA	008302/2018	MUNICIPIO DE AMELIA RODRIGUES	Validada
51	BA	008227/2018	MUNICIPIO DE CICERO DANTAS	Validada
52	BA	008133/2018	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES	Validada
53	BA	008127/2018	MUNICIPIO DE PLANALTO	Validada
54	BA	008094/2018	MADRE DE DEUS PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
55	BA	007999/2018	MUNICIPIO DE IBIQUERA	Validada
56	BA	007926/2018	MUNICIPIO DE ITAMBE	Validada
57	BA	007924/2018	CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TERRITORIO PORTAL DO SERTAO	Validada
58	BA	007908/2018	MUNICIPIO DE TANQUE NOVO	Validada
59	BA	007891/2018	MUNICIPIO DE ITUBERA	Validada
60	BA	007723/2018	JEQUIE PREFEITURA	Validada
61	BA	007720/2018	MUNICIPIO DE PARAMIRIM	Validada
62	BA	007717/2018	MUNICIPIO DE MANOEL VITORINO	Validada
63	BA	007653/2018	NOVA CANAA PREFEITURA	Validada
64	BA	007598/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DA FEIRA	Validada
65	BA	007595/2018	MUNICIPIO DE NAZARE	Validada
66	BA	007504/2018	MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA	Validada
67	BA	007498/2018	MUNICIPIO DE VALENTE	Validada
68	BA	007444/2018	MUNICIPIO DE JAGUARARI	Validada
69	BA	007433/2018	MUNICIPIO DE CANARANA	Validada
70	BA	007422/2018	MUNICIPIO DE PE DE SERRA	Validada
71	BA	007406/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

72	BA	007395/2018	IRAMAIA PREFEITURA	Validada
73	BA	007383/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE DUTRA	Validada
74	BA	007381/2018	IBIRAPUA PREFEITURA	Validada
75	BA	007268/2018	MUNICIPIO DE BELO CAMPO	Validada
76	BA	007162/2018	MUNICPIO DE PEDRAO	Validada
77	BA	007069/2018	MORTUGABA PREFEITURA	Validada
78	BA	007063/2018	MUNICIPIO DE IBIPEBA	Validada
79	BA	007058/2018	CORDEIROS PREFEITURA	Validada
80	BA	007053/2018	PINTADAS PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
81	BA	007044/2018	MUNICIPIO DE ITORORO	Validada
82	BA	007041/2018	FUNDACAO ITABUNENSE DE CULTURA E CIDADANIA	Validada
83	BA	006990/2018	MUNICIPIO DE POJUCA	Validada
84	BA	006962/2018	MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA	Validada
85	BA	006807/2018	MUNICIPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS	Validada
86	BA	006741/2018	BOM JESUS DA LAPA PREFEITURA	Validada
87	BA	006738/2018	MUNICIPIO DE ITAQUARA	Validada
88	BA	006710/2018	MUNICIPIO DE OURICANGAS	Validada
89	BA	006683/2018	MUNICIPIO DE ALAGOINHAS	Validada
90	BA	006665/2018	MUNICIPIO DE CAMAMU	Validada
91	BA	006579/2018	MUNICIPIO DE JACOBINA	Validada
92	BA	006518/2018	MUNICIPIO DE SOBRADINHO	Validada
93	BA	006226/2018	MUNICIPIO DE CAMPO FORMOSO	Validada
94	BA	006161/2018	MUNICIPIO DE SIMOES FILHO	Validada
95	BA	006065/2018	MUNICIPIO DE ARAMARI	Validada
96	BA	005959/2018	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES	Validada
97	BA	005752/2018	MUNICIPIO DE UMBURANAS	Validada
98	BA	005209/2018	MUNICIPIO DE JAGUAQUARA	Validada
99	BA	004141/2018	MUNICIPIO DE PINDOBACU	Validada
100	BA	003886/2018	MUNICIPIO DE CASA NOVA	Validada
101	BA	003863/2018	MUNICIPIO DE CAMACAN	Validada
102	BA	003762/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA VITORIA	Validada
103	BA	003446/2018	MUNICIPIO DE RIACHAO DO JACUIPE	Validada
104	BA	002380/2018	MUNICIPIO DE NOVA REDENCAO	Validada
105	BA	002263/2018	MUNICIPIO DE SERRA DO RAMALHO	Validada
106	BA	002168/2018	MUNICIPIO DE SAO FELIX DO CORIBE	Validada
107	BA	001961/2018	MUNICIPIO DE SITIO DO MATO	Validada
108	BA	001810/2018	SAPEACU PREFEITURA	Validada
109	BA	001785/2018	MUNICIPIO DE TANQUINHO	Validada
110	BA	000905/2018	MUNICIPIO DE MALHADA DE PEDRAS	Validada
111	BA	000805/2018	AURELINO LEAL PREFEITURA	Validada
112	BA	000804/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE COARACI.	Validada
113	BA	000574/2018	MUNICIPIO DE TUCANO	Validada
114	BA	000379/2018	SAO JOSE DA VITORIA PREFEITURA	Validada
115	BA	000222/2018	MUNICIPIO DE MASCOTE	Validada
116	BA	000210/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO MENDES	Validada
117	BA	000197/2018	MUNICIPIO DE GENTIO DO OURO	Validada
118	BA	000156/2018	MUNICIPIO DE CORRENTINA	Validada
119	BA	000133/2018	MUNICIPIO DE SANTO AMARO	Validada
120	BA	000097/2018	MUNICIPIO DE COCOS	Validada
121	BA	000025/2018	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE	Validada
122	BA	000023/2018	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO PASSE	Validada
123	BA	000022/2018	MUNICIPIO DE ENTRE RIOS	Validada
124	BA	000021/2018	MUNICIPIO DE BOQUIRA	Validada
125	BA	008177/2018	ITAETE PREFEITURA	Validada
126	BA	006044/2018	MUNICIPIO DE ITABERABA	Validada
127	BA	011796/2018	MUNICIPIO DE CANDEAL	Validada
128	BA	008496/2018	MUNICIPIO DE TANHACU	Validada
129	BA	007206/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO CHOCA	Validada
130	BA	005668/2018	MUNICIPIO DE SANTANA	Validada
131	BA	008529/2018	MUNICIPIO DE ARACI	Validada
132	BA	011693/2018	MUNICIPIO DE MUCUGE	Validada
133	CE	008536/2018	MUNICIPIO DE QUIXERE	Validada
134	CE	008494/2018	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE	Validada
135	CE	008472/2018	MUNICIPIO DE PALMACIA	Validada
136	CE	008436/2018	MUNICIPIO DE SOLONOPOLE	Validada
137	CE	008403/2018	MUNICIPIO DE REDENCAO	Validada
138	CE	008399/2018	MUNICIPIO DE GUAIUBA	Validada
139	CE	008358/2018	MUNICIPIO DE MOMBACA	Validada
140	CE	008355/2018	MUNICIPIO DE MILHA	Validada
141	CE	008348/2018	MUNICIPIO DE URUBURETAMA	Validada
142	CE	008342/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM	Validada
143	CE	008337/2018	MUNICIPIO DE TAUA	Validada
144	CE	008296/2018	MUNICIPIO DE GUARAMIRANGA	Validada
145	CE	008252/2018	MUNICIPIO DE ACARAU	Validada
146	CE	008246/2018	MUNICIPIO DE UMIRIM	Validada
147	CE	008170/2018	MUNICIPIO DE SAO J. DO JAGUARIBE - PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
148	CE	008159/2018	MUNICIPIO DE MORRINHOS	Validada
149	CE	008157/2018	MUNICIPIO DE QUITERIANOPOLIS/PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
150	CE	008112/2018	MUNICIPIO DE CAPISTRANO	Validada
151	CE	008106/2018	MUNICIPIO DE BARREIRA	Validada
152	CE	008085/2018	MUNICIPIO DE BEBERIBE	Validada
153	CE	008033/2018	MUNICIPIO DE BARRO	Validada
154	CE	007983/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUNDA	Validada

155	CE	007866/2018	MUNICIPIO DE BATURITE	Validada
156	CE	007838/2018	MUNICIPIO DE IPUEIRAS	Validada
157	CE	007766/2018	MUNICIPIO DE PENTECOSTE	Validada
158	CE	007701/2018	MUNICIPIO DE MULUNGU PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
159	CE	007552/2018	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE	Validada
160	CE	007485/2018	MUNICIPIO DE GRANJA	Validada
161	CE	007483/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORO	Validada
162	CE	007462/2018	MUNICIPIO DE MARCO	Validada
163	CE	007459/2018	MUNICIPIO DE AIUABA	Validada
164	CE	007449/2018	MUNICIPIO DE EUSEBIO	Validada
165	CE	007410/2018	MUNICIPIO DE RUSSAS	Validada
166	CE	007408/2018	MUNICIPIO DE CRATO	Validada
167	CE	007377/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE APUIARES	Validada
168	CE	007306/2018	MUNICIPIO DE BARBALHA	Validada
169	CE	007251/2018	MUNICIPIO DE JAGUARIBARA	Validada
170	CE	007227/2018	MUNICIPIO DE SOBRAL	Validada
171	CE	007223/2018	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA	Validada
172	CE	007187/2018	MUNICIPIO DE OCARA	Validada
173	CE	007120/2018	MUNICIPIO DE PIQUET CARNEIRO	Validada
174	CE	007060/2018	MUNICIPIO DE ARATUBA	Validada
175	CE	007045/2018	MUNICIPIO DE IPAUMIRIM	Validada
176	CE	007043/2018	MUNICIPIO DE PARAMOTI	Validada
177	CE	007036/2018	MUNICIPIO DE CRATEUS	Validada
178	CE	007031/2018	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	Validada
179	CE	007005/2018	MUNICIPIO DE ICAPUI	Validada
180	CE	006968/2018	MUNICIPIO DE GUARACIABA DO NORTE	Validada
181	CE	006912/2018	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE	Validada
182	CE	006864/2018	MUNICIPIO DE ITAPIUNA	Validada
183	CE	006739/2018	MUNICIPIO DE CARIRE	Validada
184	CE	006733/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO CARIRI	Validada
185	CE	006732/2018	MUNICIPIO DE IGUATU	Validada
186	CE	006694/2018	MUNICIPIO DE JAGUARIBE	Validada
187	CE	006605/2018	MUNICIPIO DE IBIAPINA	Validada
188	CE	006580/2018	MUNICIPIO DE IPAPORANGA	Validada
189	CE	006470/2018	MUNICIPIO DE SAO BENEDITO	Validada
190	CE	006442/2018	MUNICIPIO DE MILAGRES	Validada
191	CE	006399/2018	MUNICIPIO DE PINDORETAMA	Validada
192	CE	006304/2018	MUNICIPIO DE CATARINA	Validada
193	CE	006284/2018	MUNICIPIO DE INDEPENDENCIA	Validada
194	CE	006164/2018	MUNICIPIO DE TARRAFAS	Validada
195	CE	006092/2018	MUNICIPIO DE CHOROZINHO	Validada
196	CE	006087/2018	MUNICIPIO DE IBARETAMA - PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
197	CE	006060/2018	SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO CEARA	Validada
198	CE	006057/2018	MUNICIPIO DE JAGUARUANA	Validada
199	CE	005866/2018	MUNICIPIO DE HIDROLANDIA	Validada
200	CE	005776/2018	MUNICIPIO DE JUCAS	Validada
201	CE	005766/2018	MUNICIPIO DE PARAMBU	Validada
202	CE	005762/2018	MUNICIPIO DE FORTALEZA	Validada
203	CE	005620/2018	MUNICIPIO DE PARACURU	Validada
204	CE	005548/2018	MUNICIPIO DE IBICUITINGA	Validada
205	CE	005350/2018	MUNICIPIO DE MERUOCA	Validada
206	CE	005237/2018	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE	Validada
207	CE	005129/2018	MUNICIPIO DE PACAJUS	Validada
208	CE	005101/2018	MUNICIPIO DE ALCANTARAS	Validada
209	CE	005044/2018	MUNICIPIO DE ITATIRA	Validada
210	CE	005015/2018	MUNICIPIO DE TEJUCUOCA	Validada
211	CE	005007/2018	MUNICIPIO DE ITAPAJE	Validada
212	CE	004925/2018	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA	Validada
213	CE	004918/2018	MUNICIPIO DE FORTIM	Validada
214	CE	004868/2018	MUNICIPIO DE BARROQUINHA	Validada
215	CE	004575/2018	MUNICIPIO DE GRACA	Validada
216	CE	004509/2018	MUNICIPIO DE GROAIRAS	Validada
217	CE	003753/2018	MUNICIPIO DE ITAPIPOCA	Validada
218	CE	003731/2018	MUNICIPIO DE IRACEMA	Validada
219	CE	003693/2018	MUNICIPIO DE PORTEIRAS	Validada
220	CE	003366/2018	MUNICIPIO DE JARDIM	Validada
221	CE	003238/2018	MUNICIPIO DE NOVA RUSSAS	Validada
222	CE	003033/2018	MUNICIPIO DE TABULEIRO DO NORTE	Validada
223	CE	002818/2018	MUNICIPIO DE IRAUCUBA	Validada
224	CE	002706/2018	CAMOCIM PREFEITURA	Validada
225	CE	001966/2018	MUNICIPIO DE ANTONINA DO NORTE	Validada
226	CE	001699/2018	MUNICIPIO DE ARACATI	Validada
227	CE	000886/2018	MUNICIPIO DE URUOCA	Validada
228	CE	000877/2018	MUNICIPIO DE SAO LUIS DO CURU	Validada
229	CE	000873/2018	MUNICIPIO DE PIRES FERREIRA	Validada
230	CE	000863/2018	MUNICIPIO DE CHAVAL	Validada
231	CE	000860/2018	MUNICIPIO DE ALTO SANTO	Validada
232	CE	000747/2018	MUNICIPIO DE FARIAS BRITO	Validada
233	CE	000579/2018	MUNICIPIO DE ARACOIABA	Validada
234	CE	000524/2018	MUNICIPIO DE JAGUARETAMA	Validada
235	CE	000466/2018	MUNICIPIO DE ASSARE	Validada
236	CE	000236/2018	MUNICIPIO DE MISSAO VELHA	Validada
237	CE	000228/2018	MUNICIPIO DE CAMPOS SALES	Validada
238	CE	000219/2018	MUNICIPIO DE MORADA NOVA	Validada
239	CE	000167/2018	MUNICIPIO DE ARARIPE	Validada
240	CE	000136/2018	MUNICIPIO DE POTENGI	Validada
241	CE	000050/2018	MUNICIPIO DE CAUCAIA	Validada
242	CE	011758/2018	MUNICIPIO DE TIANGUA	Validada
243	CE	011547/2018	MUNICIPIO DE MIRAIMA	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

244	CE	011304/2018	MUNICIPIO DE AURORA	Validada
245	CE	011214/2018	MUNICIPIO DE QUIXELO	Validada
246	CE	011198/2018	RERIUTABA PREFEITURA	Validada
247	CE	010820/2018	MUNICIPIO DE UMARI	Validada
248	CE	008504/2018	MUNICIPIO DE OROS	Validada
249	CE	007896/2018	MUNICIPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA	Validada
250	CE	007850/2018	MUNICIPIO DE CARIUS	Validada
251	CE	007826/2018	MUNICIPIO DE POTIRETAMA	Validada
252	CE	007503/2018	MUNICIPIO DE BREJO SANTO	Validada
253	CE	003848/2018	MUNICIPIO DE MADALENA	Validada
254	CE	003409/2018	MUNICIPIO DE ITAICABA - PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
255	CE	003060/2018	SENADOR POMPEU PREFEITURA	Validada
256	CE	006549/2018	MUNICIPIO DE ACOPIARA	Validada
257	CE	005299/2018	MUNICIPIO DE MASSAPE	Validada
258	CE	007416/2018	MUNICIPIO DE HORIZONTE	Validada
259	CE	008165/2018	MUNICIPIO DE CARIDADE	Validada
260	CE	010784/2018	MUNICIPIO DE BELA CRUZ	Validada
261	ES	008396/2018	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA	Validada
262	ES	008174/2018	MUNICIPIO DE ITARANA	Validada
263	ES	008036/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Validada
264	ES	007852/2018	MUNICIPIO DE PIUMA	Validada
265	ES	007763/2018	MUNICIPIO DE MUCURICI	Validada
266	ES	007323/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA	Validada
267	ES	007049/2018	MUNICIPIO DE IBIRACU	Validada
268	ES	006766/2018	MUNICIPIO DE MARATAIZES	Validada
269	ES	006081/2018	MUNICIPIO DA SERRA	Validada
270	ES	005774/2018	MUNICIPIO DE IRUPI	Validada
271	ES	004890/2018	MUNICIPIO DE CARIACICA	Validada
272	ES	008547/2018	MUNICIPIO DE IUNA	Validada
273	ES	008528/2018	MUNICIPIO DE MARECHAL FLORIANO	Validada
274	ES	008507/2018	MUNICIPIO DE IBATIBA	Validada
275	ES	000168/2018	MUNICIPIO DE VILA VELHA	Validada
276	GO	008542/2018	MUNICIPIO DE PEROLANDIA	Validada
277	GO	008522/2018	PARANAIGUARA PREFEITURA	Validada
278	GO	008510/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJA	Validada
279	GO	008502/2018	CACU PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
280	GO	008366/2018	MUNICIPIO DE FORMOSA	Validada
281	GO	008168/2018	MUNICIPIO DE MINEIROS	Validada
282	GO	008005/2018	MUNICIPIO DE NAZARIO	Validada
283	GO	007993/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE HEITORAI	Validada
284	GO	007970/2018	MUNICIPIO DE MOSSAMEDES	Validada
285	GO	007967/2018	MUNICIPIO DE PALMEIRAS DE GOIAS	Validada
286	GO	007919/2018	MUNICIPIO DE GUARINOS	Validada
287	GO	007631/2018	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS	Validada
288	GO	007360/2018	MUNICIPIO DE BRAZABRANTES	Validada
289	GO	007173/2018	MUNICIPIO DE GOIAS	Validada
290	GO	007068/2018	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA - FMEC	Validada
291	GO	006100/2018	MUNICIPIO DE IPAMERI	Validada
292	GO	005802/2018	MUNICIPIO DE PIRANHAS	Validada
293	GO	005729/2018	MUNICIPIO DE GOIANIA	Validada
294	GO	004724/2018	MUNICIPIO DE AMORINOPOLIS	Validada
295	GO	004720/2018	MUNICIPIO DE TRINDADE	Validada
296	GO	003839/2018	MUNICIPIO DE MAMBAI	Validada
297	GO	003777/2018	MUNICIPIO DE CABECEIRAS	Validada
298	GO	003628/2018	MUNICIPIO DE AGUA LIMPA	Validada
299	GO	001201/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU	Validada
300	GO	001195/2018	MUNICIPIO DE MAURILANDIA	Validada
301	GO	001184/2018	MUNICIPIO DE APARECIDA DO RIO DOCE	Validada
302	GO	000501/2018	MUNICIPIO DE LUZIANIA	Validada
303	GO	000399/2018	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA	Validada
304	GO	000385/2018	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA	Validada
305	GO	000383/2018	MUNICIPIO DE CALDAZINHA	Validada
306	GO	000370/2018	MUNICIPIO DE NOVO GAMA	Validada
307	GO	008556/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA ALTA	Validada
308	GO	000505/2018	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIENTIFICO E TECNOLOGICO E DE AGRICULTURA, PECUARIA E IRRIGACAO	Validada
309	GO	000292/2018	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS	Validada
310	MA	008428/2018	MUNICIPIO DE NINA RODRIGUES	Validada
311	MA	008388/2018	MUNICIPIO DE BALSAS	Validada
312	MA	008387/2018	MUNICIPIO DE ICATU	Validada
313	MA	008278/2018	MUNICIPIO DE PENALVA	Validada
314	MA	008214/2018	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE	Validada
315	MA	008183/2018	MUNICIPIO DE URBANO SANTOS	Validada
316	MA	008151/2018	MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE	Validada
317	MA	008109/2018	MUNICIPIO DE SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	Validada
318	MA	008103/2018	MUNICIPIO DE ROSARIO	Validada
319	MA	008049/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES	Validada
320	MA	008046/2018	MUNICIPIO DE CEDRAL	Validada
321	MA	007988/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO SOTER	Validada
322	MA	007975/2018	MUNICIPIO DE LIMA CAMPOS	Validada
323	MA	007968/2018	MUNICIPIO DE BOM JESUS DAS SELVAS	Validada
324	MA	007948/2018	MUNICIPIO DE LAGO DOS RODRIGUES	Validada
325	MA	007918/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO LAGO-ACU	Validada
326	MA	007897/2018	MUNICIPIO DE FORMOSA DA SERRA NEGRA	Validada
327	MA	007883/2018	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO MARANHAO	Validada
328	MA	007848/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	Validada
329	MA	007836/2018	MUNICIPIO DE CODO	Validada

330	MA	007784/2018	MUNICIPIO DE ALDEIAS ALTAS	Validada
331	MA	007758/2018	MUNICIPIO DE AMAPA DO MARANHAO	Validada
332	MA	007611/2018	MUNICIPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	Validada
333	MA	007495/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO BREJAO	Validada
334	MA	007486/2018	MUNICIPIO DE JATOBA	Validada
335	MA	007394/2018	MUNICIPIO DE BARAO DE GRAJAU	Validada
336	MA	007330/2018	MUNICIPIO DE PAULINO NEVES	Validada
337	MA	007183/2018	MUNICIPIO DE BOA VISTA DO GURUPI	Validada
338	MA	007001/2018	MUNICIPIO DE ARAIOSES	Validada
339	MA	006725/2018	MUNICIPIO DE PINHEIRO	Validada
340	MA	006522/2018	MUNICIPIO DE COROATA	Validada
341	MA	006511/2018	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	Validada
342	MA	006362/2018	MUNICIPIO DE ESPERANTINOPOLIS	Validada
343	MA	006344/2018	MUNICIPIO DE ITINGA DO MARANHAO	Validada
344	MA	006138/2018	MUNICIPIO DE SENADOR LA ROCQUE	Validada
345	MA	006067/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA	Validada
346	MA	006062/2018	MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO MARANHAO	Validada
347	MA	005782/2018	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS	Validada
348	MA	005779/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	Validada
349	MA	005763/2018	MUNICIPIO DE SITIO NOVO	Validada
350	MA	005755/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	Validada
351	MA	005741/2018	MUNICIPIO DE MONTES ALTOS	Validada
352	MA	005720/2018	MUNICIPIO DE JOAO LISBOA	Validada
353	MA	005705/2018	MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO	Validada
354	MA	005688/2018	MUNICIPIO DE CIDELANDIA	Validada
355	MA	005670/2018	MUNICIPIO DE BURITIRANA	Validada
356	MA	005642/2018	MUNICIPIO DE AMARANTE DO MARANHAO	Validada
357	MA	005398/2018	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO	Validada
358	MA	005347/2018	MUNICIPIO DE BREJO	Validada
359	MA	005297/2018	MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO	Validada
360	MA	004566/2018	MUNICIPIO DE TRIZIDELA DO VALE	Validada
361	MA	003453/2018	MUNICIPIO DE MIRINZAL - PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
362	MA	003372/2018	MUNICIPIO DE GRAJAU	Validada
363	MA	003280/2018	MUNICIPIO DE PERI MIRIM	Validada
364	MA	002725/2018	MUNICIPIO DE ACAILANDIA	Validada
365	MA	002427/2018	MUNICIPIO DE RIBAMAR FIQUENE	Validada
366	MA	002099/2018	MUNICIPIO DE ANAJATUBA	Validada
367	MA	001190/2018	MUNICIPIO DE BACABAL	Validada
368	MA	001158/2018	MUNICIPIO DE BACURITUBA	Validada
369	MA	006526/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAU	Validada
370	MA	006350/2018	MUNICIPIO DE PIO XII	Validada
371	MA	001771/2018	MUNICIPIO DE CAXIAS	Validada
372	MA	011783/2018	MUNICIPIO DE HUMBERTO DE CAMPOS	Validada
373	MA	011658/2018	CONSORCIO DOS MUNICIPIOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJAS NO MARANHAO - COMEFC	Validada
374	MA	011607/2018	MUNICIPIO DE IGARAPE DO MEIO	Validada
375	MA	006994/2018	MUNICIPIO DE PORTO RICO DO MARANHAO	Validada
376	MA	011369/2018	MUNICIPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	Validada
377	MA	011231/2018	MUNICIPIO DE LAGO VERDE	Validada
378	MA	011436/2018	MUNICIPIO DE MARANHAOZINHO	Validada
379	MG	008539/2018	MUNICIPIO DE OURO VERDE DE MINAS	Validada
380	MG	008437/2018	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE PREFEITURA	Validada
381	MG	008413/2018	MUNICIPIO DE PRATAPOLIS	Validada
382	MG	008335/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARANIA	Validada
383	MG	008213/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO MONTE	Validada
384	MG	008199/2018	MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI	Validada
385	MG	008156/2018	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA	Validada
386	MG	008098/2018	MUNICIPIO DE CONTAGEM	Validada
387	MG	008095/2018	MUNICIPIO DE CAMANDUCAIA	Validada
388	MG	008093/2018	MUNICIPIO DE TURMALINA	Validada
389	MG	008067/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE MINAS	Validada
390	MG	008054/2018	MUNICIPIO DE MONTE SANTO DE MINAS	Validada
391	MG	008006/2018	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	Validada
392	MG	007973/2018	MUNICIPIO DE SALINAS	Validada
393	MG	007969/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ANTA	Validada
394	MG	007962/2018	MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS	Validada
395	MG	007952/2018	MUNICIPIO DE PLANURA	Validada
396	MG	007921/2018	MUNICIPIO DE PEDRINOPOLIS	Validada
397	MG	007920/2018	MUNICIPIO DE FARIA LEMOS	Validada
398	MG	007904/2018	MUNICIPIO DE BONITO DE MINAS	Validada
399	MG	007893/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA	Validada
400	MG	007875/2018	MUNICIPIO DE PEDRA DO ANTA	Validada
401	MG	007835/2018	MUNICIPIO DE IBERTIOGA	Validada
402	MG	007825/2018	MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO	Validada
403	MG	007802/2018	MUNICIPIO DE BOM REPOUSO	Validada
404	MG	007799/2018	MUNICIPIO DE IGARATINGA	Validada
405	MG	007786/2018	MUNICIPIO DE JURUAIA	Validada
406	MG	007761/2018	MUNICIPIO DE GUARACIAMA	Validada
407	MG	007740/2018	MUNICIPIO DE LAGOA DOURADA	Validada
408	MG	007713/2018	MUNICIPIO DE BRUMADINHO	Validada
409	MG	007698/2018	MUNICIPIO DE CAMPO BELO	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

410	MG	007687/2018	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE UBERABA - FUNEL	Validada
411	MG	007684/2018	MUNICIPIO DE RIO MANSO	Validada
412	MG	007680/2018	MUNICIPIO DE PRADOS	Validada
413	MG	007623/2018	MUNICIPIO DE PEDRA DOURADA	Validada
414	MG	007609/2018	MUNICIPIO DE VEREDINHA	Validada
415	MG	007602/2018	MUNICIPIO DE TURVOLANDIA	Validada
416	MG	007593/2018	MUNICIPIO DE LAMIM	Validada
417	MG	007590/2018	MUNICIPIO DE ANTONIO PRADO DE MINAS	Validada
418	MG	007583/2018	MUNICIPIO DE MACHACALIS	Validada
419	MG	007558/2018	MUNICIPIO DE LEME DO PRADO	Validada
420	MG	007532/2018	MUNICIPIO DE JAIBA	Validada
421	MG	007473/2018	MUNICIPIO DE DIVISA ALEGRE	Validada
422	MG	007453/2018	MUNICIPIO DE CAIANA	Validada
423	MG	007450/2018	MUNICIPIO DE TOMBOS	Validada
424	MG	007436/2018	MUNICIPIO DE DORES DE GUANHAES	Validada
425	MG	007430/2018	MUNICIPIO DE PEDRA AZUL	Validada
426	MG	007361/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	Validada
427	MG	007326/2018	MUNICIPIO DE ITAJUBA	Validada
428	MG	007321/2018	MUNICIPIO DE CONGONHAS DO NORTE	Validada
429	MG	007316/2018	MUNICIPIO DE NEPOMUCENO	Validada
430	MG	007295/2018	MUNICIPIO DE ARAXA	Validada
431	MG	007294/2018	MUNICIPIO DE LUISBURGO	Validada
432	MG	007291/2018	MUNICIPIO DE PARA DE MINAS	Validada
433	MG	007258/2018	MUNICIPIO DE MINAS NOVAS	Validada
434	MG	007250/2018	MUNICIPIO DE ITAMARATI DE MINAS	Validada
435	MG	007247/2018	MUNICIPIO DE MARIA DA FE	Validada
436	MG	007241/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK	Validada
437	MG	007236/2018	MUNICIPIO DE MALACACHETA	Validada
438	MG	007235/2018	MUNICIPIO DE COQUEIRAL	Validada
439	MG	007226/2018	MUNICIPIO DE CARMO DA MATA	Validada
440	MG	007225/2018	MUNICIPIO DE DORESOPOLIS	Validada
441	MG	007188/2018	MUNICIPIO DE MACHADO	Validada
442	MG	007164/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO JACARE	Validada
443	MG	007161/2018	FRANCISCO BADARO PREFEITURA	Validada
444	MG	007118/2018	MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	Validada
445	MG	007102/2018	MUNICIPIO DE CANDEIAS	Validada
446	MG	007083/2018	MUNICIPIO DE VIEIRAS	Validada
447	MG	007072/2018	MUNICIPIO DE ARCEBURGO	Validada
448	MG	007070/2018	MUNICIPIO DE SILVEIRANIA	Validada
449	MG	007029/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO DOS VOLANTES	Validada
450	MG	006976/2018	MUNICIPIO DE PEDRO TEIXEIRA	Validada
451	MG	006971/2018	MUNICIPIO DE FRUTAL	Validada
452	MG	006921/2018	MUNICIPIO DE VICOSA	Validada
453	MG	006920/2018	MUNICIPIO DE MATERLANDIA	Validada
454	MG	006919/2018	MUNICIPIO DE LIMA DUARTE	Validada
455	MG	006899/2018	MUNICIPIO DE CHALE	Validada
456	MG	006888/2018	MUNICIPIO DE LASSANCE	Validada
457	MG	006859/2018	MUNICIPIO DE EXTREMA	Validada
458	MG	006818/2018	MUNICIPIO DE BOCAIUVA	Validada
459	MG	006809/2018	MUNICIPIO DE LARANJAL	Validada
460	MG	006785/2018	MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO	Validada
461	MG	006774/2018	MUNICIPIO DE DIAMANTINA	Validada
462	MG	006770/2018	MUNICIPIO DE SAO TIAGO	Validada
463	MG	006762/2018	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	Validada
464	MG	006744/2018	MUNICIPIO DE URUANA DE MINAS	Validada
465	MG	006728/2018	MUNICIPIO DE ANTONIO DIAS	Validada
466	MG	006721/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO PARAISO	Validada
467	MG	006656/2018	MUNICIPIO DE ARAPUA	Validada
468	MG	006627/2018	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS	Validada
469	MG	006614/2018	MUNICIPIO DE IGARAPE	Validada
470	MG	006611/2018	MUNICIPIO DE BOM DESPACHO	Validada
471	MG	006610/2018	MUNICIPIO DE PAINS	Validada
472	MG	006585/2018	MUNICIPIO DE SILVIANOPOLIS	Validada
473	MG	006577/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO NEPOMUCENO	Validada
474	MG	006507/2018	MUNICIPIO DE ITUIUTABA	Validada
475	MG	006504/2018	CAMPANARIO PREFEITURA	Validada
476	MG	006498/2018	MUNICIPIO DE VERMELHO NOVO	Validada
477	MG	006476/2018	MUNICIPIO DE MIRADOURO	Validada
478	MG	006437/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA MATA	Validada
479	MG	006394/2018	MUNICIPIO DE CRISTAIS	Validada
480	MG	006387/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE PAULA	Validada
481	MG	006300/2018	MUNICIPIO DE PADRE PARAISO	Validada
482	MG	006267/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA	Validada
483	MG	006266/2018	MUNICIPIO DE INDAIABIRA	Validada
484	MG	006230/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO MANTENINHA	Validada
485	MG	006130/2018	IJACI PREFEITURA	Validada
486	MG	006119/2018	MUNICIPIO DE BUENOPOLIS	Validada
487	MG	006102/2018	MUNICIPIO DE CABECEIRA GRANDE	Validada
488	MG	006101/2018	RIO NOVO PREFEITURA	Validada
489	MG	006051/2018	MUNICIPIO DE CARBONITA	Validada
490	MG	006011/2018	MUNICIPIO DE ITACARAMBI	Validada
491	MG	005923/2018	MUNICIPIO DE ACAIACA	Validada
492	MG	005805/2018	MUNICIPIO DE BERILO	Validada
493	MG	005624/2018	MUNICIPIO DE ASTOLFO DUTRA	Validada
494	MG	005575/2018	MUNICIPIO DE RIO POMBA	Validada
495	MG	005569/2018	MUNICIPIO DE MOEMA	Validada
496	MG	005545/2018	MUNICIPIO DE PARACATU	Validada
497	MG	005416/2018	MUNICIPIO DE MESQUITA	Validada
498	MG	005259/2018	MUNICIPIO DE PERDOES	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

499	MG	005243/2018	MUNICIPIO DE SENADOR FIRMINO	Validada
500	MG	004929/2018	MUNICIPIO DE BOTUMIRIM	Validada
501	MG	004870/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA LAGOA	Validada
502	MG	004827/2018	MUNICIPIO DE ARINOS	Validada
503	MG	004796/2018	MUNICIPIO DE CORACAO DE JESUS	Validada
504	MG	004790/2018	MUNICIPIO DE GUARANESIA	Validada
505	MG	004783/2018	MUNICIPIO DE PRATA	Validada
506	MG	004775/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO	Validada
507	MG	004736/2018	MUNICIPIO DE LAJINHA	Validada
508	MG	004734/2018	MUNICIPIO DE NOVA PORTEIRINHA	Validada
509	MG	004730/2018	MUNICIPIO DE VIRGEM DA LAPA	Validada
510	MG	004687/2018	MUNICIPIO DE DOM BOSCO	Validada
511	MG	004547/2018	MUNICIPIO DE CORONEL FABRICIANO	Validada
512	MG	004305/2018	MUNICIPIO DE IBIRACATU	Validada
513	MG	004156/2018	MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES	Validada
514	MG	004065/2018	MUNICIPIO DE UNAI	Validada
515	MG	003945/2018	MUNICIPIO DE BURITIS	Validada
516	MG	003779/2018	MUNICIPIO DE GLAUCILANDIA	Validada
517	MG	003759/2018	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS	Validada
518	MG	003526/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DE BICAS	Validada
519	MG	003498/2018	MUNICIPIO DE CARAI	Validada
520	MG	003353/2018	MUNICIPIO DE AGUAS FORMOSAS	Validada
521	MG	003322/2018	MUNICIPIO DE LONTRA	Validada
522	MG	003292/2018	MUNICIPIO DE ESTRELA DO SUL	Validada
523	MG	003237/2018	MUNICIPIO DE CRISTALIA	Validada
524	MG	003219/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA PONTE	Validada
525	MG	003207/2018	MUNICIPIO DE NANUQUE	Validada
526	MG	003065/2018	MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA	Validada
527	MG	003027/2018	MUNICIPIO DE DIVINESIA	Validada
528	MG	002982/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCO DUMONT	Validada
529	MG	002941/2018	MUNICIPIO DE CAPARAO	Validada
530	MG	002936/2018	MUNICIPIO DE CATAGUASES	Validada
531	MG	002888/2018	MUNICIPIO DE SANTA JULIANA	Validada
532	MG	002707/2018	MUNICIPIO DE JUVENILIA	Validada
533	MG	002466/2018	MUNICIPIO DE ITACAMBIRA	Validada
534	MG	002415/2018	MUNICIPIO DE BRASILIA DE MINAS	Validada
535	MG	002071/2018	MUNICIPIO DE IPATINGA	Validada
536	MG	002057/2018	MUNICIPIO DE VERDELANDIA	Validada
537	MG	002025/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOURADA	Validada
538	MG	001964/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCOPOLIS	Validada
539	MG	001740/2018	MUNICIPIO DE JAGUARACU	Validada
540	MG	001653/2018	JOAQUIM FELICIO PREFEITURA	Validada
541	MG	001124/2018	MUNICIPIO DE GOIANA	Validada
542	MG	001102/2018	INHAUMA PREFEITURA	Validada
543	MG	001048/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO RETIRO	Validada
544	MG	000871/2018	MUNICIPIO DE BETIM	Validada
545	MG	000756/2018	MUNICIPIO DE TAQUARACU DE MINAS	Validada
546	MG	000744/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRAO DAS NEVES	Validada
547	MG	000566/2018	MUNICIPIO DE BERIZAL	Validada
548	MG	000563/2018	MUNICIPIO DE JEQUITAI	Validada
549	MG	000377/2018	MUNICIPIO DE JACINTO	Validada
550	MG	000343/2018	MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA	Validada
551	MG	000334/2018	MUNICIPIO DE PIRAPORA	Validada
552	MG	000289/2018	MUNICIPIO DE PADRE CARVALHO	Validada
553	MG	000277/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO JACINTO	Validada
554	MG	000261/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DAS ALAGOAS	Validada
555	MG	000257/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO GRAMA	Validada
556	MG	000256/2018	MUNICIPIO DE ORATORIOS	Validada
557	MG	000253/2018	MUNICIPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS	Validada
558	MG	000248/2018	MUNICIPIO DE CATAS ALTAS	Validada
559	MG	000230/2018	MUNICIPIO DE CAPINOPOLIS	Validada
560	MG	000150/2018	MUNICIPIO DE SABARA	Validada
561	MG	000134/2018	MUNICIPIO DE BARAO DE COCAIS	Validada
562	MG	000119/2018	MUNICIPIO DE CANAPOLIS	Validada
563	MG	000104/2018	MUNICIPIO DE JOANESIA	Validada
564	MG	000102/2018	MUNICIPIO DE JOSE GONCALVES DE MINAS	Validada
565	MG	000101/2018	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO	Validada
566	MG	000078/2018	MUNICIPIO DE CHAPADA GAUCHA	Validada
567	MG	000049/2018	MUNICIPIO DE JAPONVAR	Validada
568	MG	000010/2018	MUNICIPIO DE ITAGUARA	Validada
569	MG	008229/2018	MUNICIPIO DE POUSO ALEGRE	Validada
570	MG	007104/2018	PREFEITURA M PIRAPETINGA	Validada
571	MG	011596/2018	MUNICIPIO DE ITANHANDU	Validada
572	MG	011593/2018	GAMELEIRA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
573	MG	011573/2018	MUNICIPIO DE ITAPEVA	Validada
574	MG	011372/2018	MUNICIPIO DE LIBERDADE	Validada
575	MG	007903/2018	MUNICIPIO DE RAPOSOS	Validada
576	MG	004037/2018	MUNICIPIO DE MANGA	Validada
577	MG	008209/2018	MUNICIPIO DE MERCES	Validada
578	MG	011308/2018	MUNICIPIO DE CRISTIANO OTONI	Validada
579	MS	008498/2018	MUNICIPIO DE CASSILANDIA	Validada
580	MS	008487/2018	MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA	Validada
581	MS	008325/2018	MUNICIPIO DE PARANAIBA	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

582	MS	008089/2018	MUNICIPIO DE DOURADINA	Validada
583	MS	007906/2018	MUNICIPIO DE CORGUINHO	Validada
584	MS	007660/2018	MUNICIPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO	Validada
585	MS	007632/2018	MUNICIPIO DE MARACAJU	Validada
586	MS	007629/2018	MUNICIPIO DE PONTA PORA	Validada
587	MS	007375/2018	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DO OESTE	Validada
588	MS	007240/2018	MUNICIPIO DE IGUATEMI	Validada
589	MS	007216/2018	MUNICIPIO DE CORONEL SAPUCAIA	Validada
590	MS	007062/2018	MUNICIPIO DE JARDIM	Validada
591	MS	006822/2018	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO SUL	Validada
592	MS	004803/2018	MUNICIPIO DE VICENTINA	Validada
593	MS	002719/2018	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUNESP	Validada
594	MS	000246/2018	MUNICIPIO DE BATAYPORA	Validada
595	MS	000169/2018	MUNICIPIO DE ARAL MOREIRA	Validada
596	MS	000117/2018	MUNICIPIO DE TACURU	Validada
597	MS	011210/2018	MUNICIPIO DE TRES LAGOAS	Validada
598	MT	008444/2018	MUNICIPIO DE NOVO SAO JOAQUIM	Validada
599	MT	007959/2018	MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE	Validada
600	MT	007894/2018	MUNICIPIO DE AGUA BOA	Validada
601	MT	007376/2018	MUNICIPIO DE JACIARA	Validada
602	MT	006538/2018	JANGADA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
603	MT	006178/2018	MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	Validada
604	MT	006052/2018	MUNICIPIO DE MARCELANDIA	Validada
605	MT	005955/2018	MUNICIPIO DE SAPEZAL	Validada
606	MT	005849/2018	MUNICIPIO DE PEDRA PRETA	Validada
607	MT	004706/2018	MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL	Validada
608	MT	004649/2018	MUNICIPIO DE DIAMANTINO	Validada
609	MT	004450/2018	MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE	Validada
610	MT	003830/2018	ALTO BOA VISTA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
611	MT	003423/2018	MUNICIPIO DE SANTA CARMEM	Validada
612	MT	002715/2018	MUNICIPIO DE CONFRESA	Validada
613	MT	001425/2018	PORTO ALEGRE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
614	MT	000254/2018	MUNICIPIO DE CACERES	Validada
615	MT	000152/2018	MUNICIPIO DE CANABRAVA DO NORTE	Validada
616	MT	008359/2018	MUNICIPIO DE GUIRATINGA	Validada
617	MT	005987/2018	ESTADO DE MATO GROSSO	Validada
618	MT	000054/2018	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE	Validada
619	PA	008532/2018	MUNICIPIO DE MARITUBA	Validada
620	PA	007938/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE PIRABAS	Validada
621	PA	007936/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO PARA	Validada
622	PA	007853/2018	MUNICIPIO DE BARCARENA	Validada
623	PA	007832/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	Validada
624	PA	007747/2018	MUNICIPIO DE ITAITUBA	Validada
625	PA	007744/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO PARA	Validada
626	PA	007739/2018	MUNICIPIO DE BELTERRA	Validada
627	PA	007710/2018	MUNICIPIO DE IGARAPE-ACU	Validada
628	PA	007372/2018	MUNICIPIO DE REDENCAO	Validada
629	PA	007336/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO PARA	Validada
630	PA	006715/2018	MUNICIPIO DE CURUCA	Validada
631	PA	006296/2018	MUNICIPIO DE MARABA	Validada
632	PA	006098/2018	MUNICIPIO DE RUROPOLIS	Validada
633	PA	006074/2018	MUNICIPIO DE OEIRAS DO PARA	Validada
634	PA	006073/2018	MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA	Validada
635	PA	005751/2018	MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI	Validada
636	PA	005621/2018	MUNICIPIO DE BRAGANCA	Validada
637	PA	005381/2018	MAGALHAES BARATA PREFEITURA	Validada
638	PA	005248/2018	MUNICIPIO DE PAU D'ARCO	Validada
639	PA	004990/2018	MUNICIPIO DE ACARA	Validada
640	PA	004898/2018	MUNICIPIO DE MEDICILANDIA	Validada
641	PA	004583/2018	MUNICIPIO DE CASTANHAL	Validada
642	PA	004385/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Validada
643	PA	004349/2018	MUNICIPIO DE AFUA	Validada
644	PA	002922/2018	MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO	Validada
645	PA	002772/2018	MUNICIPIO DE ELDORADO DOS CARAJAS	Validada
646	PA	002332/2018	MUNICIPIO DE FARO	Validada
647	PA	001134/2018	MUNICIPIO DE DOM ELISEU	Validada
648	PA	000979/2018	MUNICIPIO DE SANTAREM NOVO	Validada
649	PA	000974/2018	MUNICIPIO DE PEIXE-BOI	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

650	PA	000966/2018	MUNICIPIO DE URUARA	Validada
651	PA	000962/2018	MUNICIPIO DE QUATIPURU	Validada
652	PA	000961/2018	MUNICIPIO DE PRIMAVERA	Validada
653	PA	000959/2018	MUNICIPIO DE PLACAS	Validada
654	PA	000958/2018	MUNICIPIO DE CURRALINHO	Validada
655	PA	000954/2018	MUNICIPIO DE CHAVES	Validada
656	PA	000950/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI	Validada
657	PA	000947/2018	MUNICIPIO DE AVEIRO	Validada
658	PA	000941/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAMA	Validada
659	PA	000936/2018	MUNICIPIO DE SALINOPOLIS	Validada
660	PA	000932/2018	MUNICIPIO DE OUREM	Validada
661	PA	000925/2018	MUNICIPIO DE MOCAJUBA	Validada
662	PA	000918/2018	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	Validada
663	PA	000410/2018	MUNICIPIO DE SANTAREM	Validada
664	PA	011785/2018	MUNICIPIO DE PONTA DE PEDRAS	Validada
665	PA	011780/2018	MUNICIPIO DE BREVES	Validada
666	PB	007854/2018	MUNICIPIO DE ALAGOA GRANDE	Validada
667	PB	007793/2018	MUNICIPIO DE CALDAS BRANDAO	Validada
668	PB	007785/2018	AMPARO PREFEITURA	Validada
669	PB	007672/2018	MUNICIPIO DE LOGRADOURO	Validada
670	PB	007568/2018	MUNICIPIO DE CABEDELO	Validada
671	PB	007454/2018	MUNICIPIO DE CACIMBA DE DENTRO	Validada
672	PB	007438/2018	MUNICIPIO DE BOA VISTA	Validada
673	PB	007427/2018	MUNICIPIO DE SERRARIA	Validada
674	PB	007425/2018	MUNICIPIO DE TENORIO	Validada
675	PB	007424/2018	MUNICIPIO DE ARARUNA	Validada
676	PB	007312/2018	MUNICIPIO DE VISTA SERRANA	Validada
677	PB	007204/2018	MUNICIPIO DE POMBAL	Validada
678	PB	007190/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CORDEIROS	Validada
679	PB	007186/2018	MUNICIPIO DE ESPERANCA	Validada
680	PB	007020/2018	MUNICIPIO DE CAMALAU	Validada
681	PB	006874/2018	MUNICIPIO DE PRATA	Validada
682	PB	006856/2018	MUNICIPIO DE ZABELE	Validada
683	PB	006690/2018	MUNICIPIO DE CAICARA	Validada
684	PB	006593/2018	MUNICIPIO DE SUME	Validada
685	PB	006525/2018	MUNICIPIO DE LAGOA SECA	Validada
686	PB	006428/2018	MUNICIPIO DE SAO VICENTE DO SERIDO	Validada
687	PB	006249/2018	MUNICIPIO DE TACIMA	Validada
688	PB	006152/2018	MUNICIPIO DE MARIZOPOLIS	Validada
689	PB	006042/2018	PARARI PREFEITURA	Validada
690	PB	005964/2018	ALGODAO DE JANDAIRA PREFEITURA	Validada
691	PB	005627/2018	MUNICIPIO DE SALGADINHO	Validada
692	PB	005022/2018	PAULISTA PREFEITURA	Validada
693	PB	004980/2018	MUNICIPIO DE MASSARANDUBA	Validada
694	PB	004945/2018	MUNICIPIO DE BREJO DOS SANTOS	Validada
695	PB	003826/2018	MUNICIPIO DE TEIXEIRA	Validada
696	PB	003822/2018	MUNICIPIO DE SERRA GRANDE	Validada
697	PB	003815/2018	MUNICIPIO DE SAO MAMEDE	Validada
698	PB	003805/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BONFIM	Validada
699	PB	003790/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DOS GARROTES	Validada
700	PB	003772/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA	Validada
701	PB	003751/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	Validada
702	PB	003741/2018	MUNICIPIO DE SANTA INES	Validada
703	PB	003724/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SABUGI	Validada
704	PB	003709/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	Validada
705	PB	003686/2018	MUNICIPIO DE QUIXABA	Validada
706	PB	003670/2018	MUNICIPIO DE POCO DE JOSE DE MOURA	Validada
707	PB	003445/2018	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA	Validada
708	PB	003436/2018	MUNICIPIO DE PATOS	Validada
709	PB	003427/2018	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA	Validada
710	PB	003407/2018	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA	Validada
711	PB	003391/2018	MUNICIPIO DE MATUREIA	Validada
712	PB	003382/2018	MUNICIPIO DE MANAIRA	Validada
713	PB	003364/2018	MUNICIPIO DE MALTA	Validada
714	PB	003347/2018	MUNICIPIO DE MAE D'AGUA	Validada
715	PB	003331/2018	MUNICIPIO DO LASTRO	Validada
716	PB	003316/2018	MUNICIPIO DE LAGOA	Validada
717	PB	003268/2018	MUNICIPIO DE JURU	Validada
718	PB	003247/2018	MUNICIPIO DE IMACULADA	Validada
719	PB	003230/2018	MUNICIPIO DE IBIARA	Validada
720	PB	003121/2018	MUNICIPIO DE DIAMANTE	Validada
721	PB	003117/2018	MUNICIPIO DE CONGO	Validada
722	PB	003112/2018	MUNICIPIO DE CATOLE DO ROCHA	Validada
723	PB	003104/2018	MUNICIPIO DE CATINGUEIRA	Validada
724	PB	003096/2018	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS	Validada
725	PB	003072/2018	MUNICIPIO DE CACIMBAS	Validada
726	PB	003056/2018	MUNICIPIO DE CACIMBA DE AREIA	Validada
727	PB	003036/2018	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO	Validada
728	PB	003018/2018	MUNICIPIO DE BOA VENTURA	Validada
729	PB	002850/2018	MUNICIPIO DE AGUIAR	Validada
730	PB	002828/2018	MUNICIPIO DE UMBUZEIRO	Validada
731	PB	002815/2018	MUNICIPIO DE UIRAUNA	Validada
732	PB	002457/2018	MUNICIPIO DE QUEIMADAS	Validada
733	PB	002337/2018	MUNICIPIO DE SANTAREM	Validada
734	PB	002121/2018	MUNICIPIO DE JUAZEIRINHO	Validada
735	PB	002080/2018	PIRPIRITUBA PREFEITURA	Validada
736	PB	001066/2018	CABACEIRAS PREFEITURA	Validada
737	PB	001062/2018	BORBOREMA PREFEITURA	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

738	PB	000663/2018	MUNICIPIO DE NOVA PALMEIRA	Validada
739	PB	000172/2018	MUNICIPIO DE SOBRADO	Validada
740	PB	003211/2018	MUNICIPIO DE EMAS	Validada
741	PB	002465/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO TINTO	Validada
742	PB	000171/2018	MUNICIPIO DE FREI MARTINHO	Validada
743	PE	008401/2018	MUNICIPIO DE ARCOVERDE	Validada
744	PE	008353/2018	MUNICIPIO DE SURUBIM	Validada
745	PE	008281/2018	MUNICIPIO DE CARPINA	Validada
746	PE	008247/2018	MUNICIPIO DE PESQUEIRA	Validada
747	PE	008120/2018	MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITA	Validada
748	PE	007989/2018	MUNICIPIO DE SERRITA	Validada
749	PE	007844/2018	MUNICIPIO DE PETROLINA	Validada
750	PE	007830/2018	MUNICIPIO DE ALTINHO	Validada
751	PE	007829/2018	MUNICIPIO DE OROCO	Validada
752	PE	007815/2018	MUNICIPIO DE DORMENTES	Validada
753	PE	007716/2018	MUNICIPIO DE BARRA DE GUABIRABA	Validada
754	PE	007493/2018	MUNICIPIO DE TRIUNFO	Validada
755	PE	007469/2018	MUNICIPIO DE BOM CONSELHO	Validada
756	PE	007033/2018	MUNICIPIO DE VICENCIA	Validada
757	PE	006863/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO	Validada
758	PE	006713/2018	MUNICIPIO DE TRINDADE	Validada
759	PE	006679/2018	MUNICIPIO DE IPUBI	Validada
760	PE	006343/2018	MUNICIPIO DE ITAPETIM	Validada
761	PE	006215/2018	MUNICIPIO DE MOREILANDIA	Validada
762	PE	006193/2018	MUNICIPIO DE EXU	Validada
763	PE	006083/2018	MUNICIPIO DE AGUAS BELAS	Validada
764	PE	006021/2018	QUIXABA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
765	PE	005612/2018	MUNICIPIO DE AGUA PRETA	Validada
766	PE	005363/2018	MUNICIPIO DE INAJA	Validada
767	PE	005147/2018	SANTA TEREZINHA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
768	PE	005089/2018	MUNICIPIO DE LAGOA DO ITAENGA	Validada
769	PE	005043/2018	MUNICIPIO DE SALGUEIRO	Validada
770	PE	004663/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA	Validada
771	PE	003938/2018	MUNICIPIO DE SERTANIA	Validada
772	PE	003249/2018	MUNICIPIO DE PETROLANDIA	Validada
773	PE	002821/2018	MUNICIPIO DE SALGADINHO	Validada
774	PE	002810/2018	MUNICIPIO DE GRAVATA	Validada
775	PE	002693/2018	RIBEIRAO PREFEITURA	Validada
776	PE	002418/2018	MUNICIPIO DO RECIFE	Validada
777	PE	001189/2018	MUNICIPIO DE MANARI	Validada
778	PE	000626/2018	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	Validada
779	PE	000396/2018	MUNICIPIO DE CAETES	Validada
780	PE	000357/2018	MUNICIPIO DE JATOBA	Validada
781	PE	000315/2018	MUNICIPIO DE MACHADOS	Validada
782	PE	000233/2018	MUNICIPIO DE BARREIROS	Validada
783	PE	000232/2018	MUNICIPIO DE ESCADA	Validada
784	PE	000218/2018	BEZERROS PREFEITURA	Validada
785	PE	000173/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Validada
786	PE	000159/2018	MUNICIPIO DE CARUARU	Validada
787	PE	000128/2018	MUNICIPIO DE SANHARO	Validada
788	PE	000127/2018	MUNICIPIO DE SALOA	Validada
789	PE	000125/2018	IATI PREFEITURA	Validada
790	PE	000123/2018	MUNICIPIO DE AGRESTINA	Validada
791	PE	000121/2018	MUNICIPIO DE LAJEDO	Validada
792	PE	000120/2018	MUNICIPIO DE JUREMA	Validada
793	PE	000086/2018	MUNICIPIO DE OLINDA	Validada
794	PE	000085/2018	MUNICIPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	Validada
795	PE	000073/2018	MUNICIPIO DE MARAIAL	Validada
796	PE	000052/2018	MUNICIPIO DE GARANHUNS	Validada
797	PE	000046/2018	MUNICIPIO DE CHA GRANDE	Validada
798	PE	000011/2018	MUNICIPIO DE ARACOIABA	Validada
799	PE	000009/2018	MUNICIPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE	Validada
800	PE	000007/2018	MUNICIPIO DE PAULISTA	Validada
801	PE	000004/2018	MUNICIPIO DE SERRA TALHADA	Validada
802	PE	008460/2018	MUNICIPIO DE SAO CAITANO	Validada
803	PE	002430/2018	MUNICIPIO DE OROBO	Validada
804	PE	005247/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE	Validada
805	PE	004228/2018	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	Validada
806	PE	011789/2018	MUNICIPIO DE TACARATU	Validada
807	PI	008482/2018	MUNICIPIO DE JUREMA	Validada
808	PI	008381/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI	Validada
809	PI	008367/2018	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA	Validada
810	PI	008323/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO PIAUI	Validada
811	PI	008286/2018	MUNICIPIO DE CARIDADE DO PIAUI	Validada
812	PI	007900/2018	MUNICIPIO DE PICOS	Validada
813	PI	007898/2018	MUNICIPIO DE PAJEU DO PIAUI	Validada
814	PI	007882/2018	MUNICIPIO DE TERESINA	Validada
815	PI	007769/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRO GONCALVES	Validada
816	PI	007754/2018	MUNICIPIO DE MASSAPE DO PIAUI	Validada

817	PI	007730/2018	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI	Validada
818	PI	007666/2018	MUNICIPIO DE MONSENHOR GIL	Validada
819	PI	007556/2018	MUNICIPIO DE AMARANTE	Validada
820	PI	007505/2018	MUNICIPIO DE QUEIMADA NOVA	Validada
821	PI	007490/2018	MUNICIPIO DE MIGUEL ALVES	Validada
822	PI	007388/2018	MUNICIPIO DE ALEGRETE DO PIAUI	Validada
823	PI	007308/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA VARJOTA	Validada
824	PI	007194/2018	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	Validada
825	PI	007002/2018	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO PIAUI	Validada
826	PI	006984/2018	DOM EXPEDITO LOPES PREFEITURA	Validada
827	PI	006661/2018	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO PIAUI	Validada
828	PI	006574/2018	MUNICIPIO DE DOM INOCENCIO	Validada
829	PI	006333/2018	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	Validada
830	PI	006169/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA FRONTEIRA	Validada
831	PI	006076/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MILTON BRANDAO	Validada
832	PI	006040/2018	MUNICIPIO DE IPIRANGA DO PIAUI	Validada
833	PI	005393/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE LISBOA	Validada
834	PI	005378/2018	MUNICIPIO DE CORONEL JOSE DIAS	Validada
835	PI	005372/2018	MUNICIPIO DE ALVORADA DO GURGUEIA	Validada
836	PI	005271/2018	MUNICIPIO DE BETANIA DO PIAUI	Validada
837	PI	004686/2018	MUNICIPIO DE BOCAINA	Validada
838	PI	004667/2018	MUNICIPIO DE GEMINIANO	Validada
839	PI	004017/2018	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI	Validada
840	PI	003116/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCO SANTOS	Validada
841	PI	002396/2018	MUNICIPIO DE SAO JULIAO	Validada
842	PI	002354/2018	MUNICIPIO DE AROEIRAS DO ITAIM	Validada
843	PI	002078/2018	MUNICIPIO DE PORTO	Validada
844	PI	001969/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO PIAUI	Validada
845	PI	001790/2018	MUNICIPIO DE SAO LUIS DO PIAUI	Validada
846	PI	001197/2018	MUNICIPIO DE CARAUBAS DO PIAUI	Validada
847	PI	001167/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Validada
848	PI	001155/2018	MUNICIPIO DE CASTELO DO PIAUI	Validada
849	PI	001086/2018	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES	Validada
850	PI	000999/2018	MUNICIPIO DE INHUMA	Validada
851	PI	000927/2018	MUNICIPIO DE PAULISTANA	Validada
852	PI	000917/2018	MUNICIPIO DE PIO IX	Validada
853	PI	000915/2018	MUNICIPIO DE BARRA D'ALCANTARA	Validada
854	PI	000866/2018	MUNICIPIO DE MURICI DOS PORTELAS	Validada
855	PI	000840/2018	MUNICIPIO DE COLONIA DO GURGUEIA	Validada
856	PI	000835/2018	MUNICIPIO DE REDENCAO DO GURGUEIA	Validada
857	PI	000828/2018	MUNICIPIO DE URUCUI	Validada
858	PI	000607/2018	MUNICIPIO DE VARZEA BRANCA	Validada
859	PI	000473/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCO MACEDO	Validada
860	PI	000339/2018	MUNICIPIO DE JERUMENHA	Validada
861	PI	000305/2018	MUNICIPIO DE PAVUSSU	Validada
862	PI	000240/2018	MUNICIPIO DE MARCOLANDIA	Validada
863	PI	000220/2018	MUNICIPIO DE BOA HORA	Validada
864	PI	000195/2018	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU	Validada
865	PI	011676/2018	MUNICIPIO DE SUSSUAPARA	Validada
866	PI	011173/2018	MUNICIPIO DE VERA MENDES	Validada
867	PI	011144/2018	MUNICIPIO DE PAQUETA	Validada
868	PI	008425/2018	MUNICIPIO DE COIVARAS	Validada
869	PI	008310/2018	MUNICIPIO DE GUARIBAS	Validada
870	PI	008287/2018	MUNICIPIO DE MORRO CABECA NO TEMPO	Validada
871	PI	007984/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	Validada
872	PI	007500/2018	MUNICIPIO DE RIO GRANDE DO PIAUI	Validada
873	PI	001203/2018	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS	Validada
874	PI	001200/2018	MUNICIPIO DE LUIZ CORREIA	Validada
875	PI	001199/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARIA	Validada
876	PI	001198/2018	MUNICIPIO DE FLORIANO	Validada
877	PI	011139/2018	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA	Validada
878	PI	010955/2018	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI	Validada
879	PR	008486/2018	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	Validada
880	PR	008293/2018	MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO	Validada
881	PR	008245/2018	MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO	Validada
882	PR	008237/2018	MUNICIPIO DE ARARUNA	Validada
883	PR	008187/2018	MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL	Validada
884	PR	008180/2018	MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE	Validada
885	PR	008154/2018	MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA	Validada
886	PR	008138/2018	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUACU	Validada
887	PR	008080/2018	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU	Validada
888	PR	008032/2018	MUNICIPIO DE SARANDI	Validada
889	PR	008020/2018	MUNICIPIO DE ROLANDIA	Validada
890	PR	007940/2018	MUNICIPIO DE TAPEJARA	Validada
891	PR	007932/2018	MUNICIPIO DE PIEN	Validada
892	PR	007929/2018	MUNICIPIO DE JAPIRA	Validada
893	PR	007783/2018	MUNICIPIO DE FENIX	Validada
894	PR	007738/2018	MUNICIPIO DE LIDIANOPOLIS	Validada
895	PR	007678/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO	Validada
896	PR	007615/2018	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS	Validada
897	PR	007592/2018	MUNICIPIO DE CAMBIRA	Validada
898	PR	007528/2018	MUNICIPIO DE IGUATU	Validada
899	PR	007481/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IVAI	Validada
900	PR	007350/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUCIA	Validada
901	PR	007286/2018	MUNICIPIO DE TERRA BOA	Validada
902	PR	007270/2018	MUNICIPIO DE DOUTOR CAMARGO	Validada
903	PR	007179/2018	MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUACU	Validada
904	PR	007131/2018	MUNICIPIO DE PLANALTO	Validada
905	PR	007116/2018	MUNICIPIO DE MARILANDIA DO SUL	Validada
906	PR	007110/2018	MUNICIPIO DE GUAIRA	Validada
907	PR	007106/2018	MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA	Validada
908	PR	006983/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Validada
909	PR	006842/2018	MUNICIPIO DE URAI	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

910	PR	006821/2018	MUNICIPIO DE INAJA	Validada
911	PR	006801/2018	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA	Validada
912	PR	006756/2018	MUNICIPIO DE PORTO VITORIA	Validada
913	PR	006727/2018	MUNICIPIO DE FAROL	Validada
914	PR	006723/2018	MUNICIPIO DE MAMBORE	Validada
915	PR	006607/2018	MUNICIPIO DE PAICANDU	Validada
916	PR	006556/2018	MUNICIPIO DE ANDIRA	Validada
917	PR	006535/2018	MUNICIPIO DE JANDAIA DO SUL	Validada
918	PR	006491/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO ITARARE	Validada
919	PR	006447/2018	MUNICIPIO DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	Validada
920	PR	006426/2018	MUNICIPIO DE CAPANEMA	Validada
921	PR	006405/2018	MUNICIPIO DE MAUA DA SERRA	Validada
922	PR	006402/2018	MUNICIPIO DE CAMPO BONITO	Validada
923	PR	006299/2018	MUNICIPIO DE QUATRO PONTES	Validada
924	PR	006245/2018	MUNICIPIO DE CATANDUVAS	Validada
925	PR	006170/2018	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU	Validada
926	PR	006160/2018	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES	Validada
927	PR	006110/2018	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ	Validada
928	PR	005965/2018	MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA	Validada
929	PR	005953/2018	MUNICIPIO DE TAPIRA	Validada
930	PR	005948/2018	MUNICIPIO DE MARIA HELENA	Validada
931	PR	005947/2018	MUNICIPIO DE IRATI	Validada
932	PR	005929/2018	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON	Validada
933	PR	005823/2018	MUNICIPIO DE DIAMANTE D'OESTE	Validada
934	PR	005806/2018	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS	Validada
935	PR	005724/2018	MUNICIPIO DE CASCAVEL	Validada
936	PR	005615/2018	MUNICIPIO DE ITAPERUCU	Validada
937	PR	005476/2018	MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA	Validada
938	PR	004935/2018	MUNICIPIO DE SAO CARLOS DO IVAI	Validada
939	PR	004847/2018	DIAMANTE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
940	PR	004829/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRAO DO PINHAL	Validada
941	PR	004419/2018	MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA	Validada
942	PR	004109/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO TRIUNFO	Validada
943	PR	003204/2018	MUNICIPIO DE PATO BRANCO	Validada
944	PR	003023/2018	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL	Validada
945	PR	002987/2018	MUNICIPIO DE CRUZ MACHADO	Validada
946	PR	001942/2018	MUNICIPIO DE CANTAGALO	Validada
947	PR	001601/2018	MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO	Validada
948	PR	001016/2018	MUNICIPIO DE IRETAMA	Validada
949	PR	000533/2018	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO PARAISO	Validada
950	PR	000408/2018	MUNICIPIO DE AMAPORA	Validada
951	PR	000362/2018	MUNICIPIO DE IBAITI	Validada
952	PR	000229/2018	MUNICIPIO DE GODOY MOREIRA	Validada
953	PR	000217/2018	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO	Validada
954	PR	000212/2018	MUNICIPIO DE CURIUVA	Validada
955	PR	000201/2018	MUNICIPIO DE ARAPOTI	Validada
956	PR	000180/2018	MUNICIPIO DE MARUMBI	Validada
957	PR	000179/2018	MUNICIPIO DE KALORE	Validada
958	PR	000165/2018	MUNICIPIO DE SERTANEJA	Validada
959	PR	000164/2018	MUNICIPIO DE SAO TOME	Validada
960	PR	000161/2018	MUNICIPIO DE PATO BRAGADO	Validada
961	PR	000132/2018	MUNICIPIO DE JARDIM ALEGRE	Validada
962	PR	000129/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO IVAI	Validada
963	PR	000111/2018	MUNICIPIO DE FLORESTOPOLIS	Validada
964	PR	000098/2018	MUNICIPIO DE QUARTO CENTENARIO	Validada
965	PR	000091/2018	MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL	Validada
966	PR	000082/2018	MUNICIPIO DE PORECATU	Validada
967	PR	000059/2018	MUNICIPIO DE MANDIRITUBA	Validada
968	PR	000016/2018	MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE	Validada
969	PR	000186/2018	MUNICIPIO DE ROSARIO DO IVAI	Validada
970	PR	008545/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUACU	Validada
971	PR	008178/2018	BELA VISTA DA CAROBA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
972	PR	007702/2018	MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO	Validada
973	PR	007700/2018	MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA	Validada
974	PR	011649/2018	MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE	Validada
975	RJ	008491/2018	MUNICIPIO DE MESQUITA	Validada
976	RJ	008445/2018	MUNICIPIO DE CARMO	Validada
977	RJ	008061/2018	MUNICIPIO DE PINHEIRAL	Validada
978	RJ	008018/2018	MUNICIPIO DE CARDOSO MOREIRA	Validada
979	RJ	007928/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA ALDEIA	Validada
980	RJ	007652/2018	MUNICIPIO DE PARACAMBI	Validada
981	RJ	007566/2018	MUNICIPIO DE NATIVIDADE	Validada
982	RJ	007273/2018	MUNICIPIO DE ITABORAI	Validada
983	RJ	007197/2018	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS	Validada
984	RJ	007103/2018	MUNICIPIO DE ITAOCARA	Validada
985	RJ	006850/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	Validada
986	RJ	006589/2018	MUNICIPIO DE RIO DAS OSTRAS	Validada
987	RJ	006554/2018	MUNICIPIO DE PETROPOLIS	Validada
988	RJ	006521/2018	MUNICIPIO DE RESENDE	Validada
989	RJ	006328/2018	MUNICIPIO DE SAQUAREMA	Validada
990	RJ	006315/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE UBA	Validada
991	RJ	006265/2018	MUNICIPIO DE CABO FRIO	Validada
992	RJ	006258/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DE MACABU	Validada
993	RJ	006191/2018	MUNICIPIO DE ITALVA	Validada
994	RJ	006024/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BARRA	Validada
995	RJ	005950/2018	PARAIBA DO SUL PREFEITURA	Validada
996	RJ	005892/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU	Validada
997	RJ	005490/2018	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

998	RJ	005102/2018	MUNICIPIO DE SAPUCAIA	Validada
999	RJ	004751/2018	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	Validada
1000	RJ	004383/2018	MUNICIPIO DE VALENCA	Validada
1001	RJ	004315/2018	MUNICIPIO DE MAGE	Validada
1002	RJ	004111/2018	MUNICIPIO DE PORTO REAL	Validada
1003	RJ	003730/2018	MUNICIPIO DE ITATIAIA	Validada
1004	RJ	003305/2018	MUNICIPIO DE VASSOURAS	Validada
1005	RJ	002879/2018	MUNICIPIO DE CANTAGALO	Validada
1006	RJ	002826/2018	MUNICIPIO DE SILVA JARDIM	Validada
1007	RJ	000688/2018	MUNICIPIO DE PORCIUNCULA	Validada
1008	RJ	000360/2018	MUNICIPIO DE NOVA IGUACU	Validada
1009	RJ	000028/2018	MUNICIPIO DE CASIMIRO DE ABREU	Validada
1010	RJ	005039/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI	Validada
1011	RJ	004848/2018	MUNICIPIO DE BARRA MANSA	Validada
1012	RJ	000017/2018	MUNICIPIO DE TRAJANO DE MORAES	Validada
1013	RN	008495/2018	MUNICIPIO DE SAO FERNANDO	Validada
1014	RN	008200/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GOSTOSO	Validada
1015	RN	008012/2018	MUNICIPIO DE MAJOR SALES	Validada
1016	RN	007922/2018	MUNICIPIO DE GOIANINHA	Validada
1017	RN	007778/2018	MUNICIPIO DE PASSA E FICA	Validada
1018	RN	007707/2018	MUNICIPIO DE CANGUARETAMA	Validada
1019	RN	007654/2018	MUNICIPIO DE CORONEL JOAO PESSOA	Validada
1020	RN	007622/2018	MUNICIPIO DE PORTO DO MANGUE	Validada
1021	RN	007519/2018	MUNICIPIO DE ASSU	Validada
1022	RN	007487/2018	TRIUNFO POTIGUAR PREFEITURA	Validada
1023	RN	007385/2018	MUNICIPIO DE CAICO	Validada
1024	RN	007373/2018	MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS	Validada
1025	RN	007283/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO	Validada
1026	RN	007019/2018	MUNICIPIO DE RODOLFO FERNANDES	Validada
1027	RN	006900/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS	Validada
1028	RN	006743/2018	MUNICIPIO DE APODI	Validada
1029	RN	006734/2018	MUNICIPIO DE NATAL	Validada
1030	RN	006505/2018	MUNICIPIO DE SERRINHA	Validada
1031	RN	006132/2018	MUNICIPIO DE LUIS GOMES	Validada
1032	RN	006001/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO	Validada
1033	RN	005968/2018	MUNICIPIO DE JOSE DA PENHA	Validada
1034	RN	005745/2018	MUNICIPIO DE JAPI	Validada
1035	RN	004738/2018	MUNICIPIO DE ALEXANDRIA	Validada
1036	RN	004535/2018	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO TRAIRI	Validada
1037	RN	004463/2018	MUNICIPIO DE SAO TOME	Validada
1038	RN	004196/2018	MUNICIPIO DE CAICARA DO RIO DO VENTO	Validada
1039	RN	004048/2018	MUNICIPIO DE TOUROS	Validada
1040	RN	004021/2018	MUNICIPIO DE TANGARA	Validada
1041	RN	004004/2018	MUNICIPIO DE SERRA CAIADA	Validada
1042	RN	003897/2018	MUNICIPIO DE SAO PAULO DO POTENGI	Validada
1043	RN	003840/2018	MUNICIPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO	Validada
1044	RN	003821/2018	MUNICIPIO DE SENADOR ELOI DE SOUZA	Validada
1045	RN	003714/2018	EXTREMOZ PREFEITURA	Validada
1046	RN	003691/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SERIDO	Validada
1047	RN	003637/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO SABUGI	Validada
1048	RN	003397/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA	Validada
1049	RN	003235/2018	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO BORGES	Validada
1050	RN	003113/2018	MUNICIPIO DE MESSIAS TARGINO	Validada
1051	RN	003110/2018	MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS	Validada
1052	RN	003032/2018	MUNICIPIO DE JOAO CAMARA	Validada
1053	RN	002997/2018	MUNICIPIO DE IPANGUACU	Validada
1054	RN	002819/2018	MUNICIPIO DE JARDIM DE ANGICOS	Validada
1055	RN	002764/2018	IPUEIRA PREFEITURA	Validada
1056	RN	002670/2018	MUNICIPIO DE GALINHOS	Validada
1057	RN	002453/2018	MUNICIPIO DE FERNANDO PEDROZA	Validada
1058	RN	002432/2018	MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA	Validada
1059	RN	002388/2018	MUNICIPIO DE CORONEL EZEQUIEL	Validada
1060	RN	002309/2018	MUNICIPIO DE CAMPO REDONDO	Validada
1061	RN	001344/2018	MUNICIPIO DE BENTO FERNANDES	Validada
1062	RN	001320/2018	MUNICIPIO DE BARCELONA	Validada
1063	RN	001098/2018	MUNICIPIO DE AREIA BRANCA	Validada
1064	RN	001082/2018	MUNICIPIO DE ACARI	Validada
1065	RN	000416/2018	MUNICIPIO DE RIO DO FOGO	Validada
1066	RN	000153/2018	MUNICIPIO DE PARAZINHO	Validada
1067	RN	000151/2018	MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL	Validada
1068	RN	000148/2018	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE	Validada
1069	RN	000147/2018	MUNICIPIO DE SITIO NOVO	Validada
1070	RN	000144/2018	MUNICIPIO DE SERRA DE SAO BENTO	Validada
1071	RN	000113/2018	MUNICIPIO DE PEDRO VELHO	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1072	RN	000094/2018	MUNICIPIO DE ALMINO AFONSO	Validada
1073	RN	000031/2018	MUNICIPIO DE BOA SAUDE	Validada
1074	RN	003009/2018	MUNICIPIO DE SAO RAFAEL	Validada
1075	RN	006973/2018	MUNICIPIO DE CARAUBAS	Validada
1076	RO	007006/2018	MUNICIPIO DE ITAPUA DO OESTE	Validada
1077	RO	006712/2018	MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS	Validada
1078	RR	005738/2018	MUNICIPIO DE CARACARAI	Validada
1079	RR	005371/2018	MUNICIPIO DE CANTA	Validada
1080	RR	008019/2018	ESTADO DE RORAIMA	Validada
1081	RR	011148/2018	MUNICIPIO DE MUCAJAI	Validada
1082	RS	008198/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE PAULA	Validada
1083	RS	008075/2018	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL	Validada
1084	RS	008070/2018	MUNICIPIO DE JAQUIRANA	Validada
1085	RS	008059/2018	MUNICIPIO DE IJUI	Validada
1086	RS	007997/2018	MUNICIPIO DE PORTAO	Validada
1087	RS	007990/2018	MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES	Validada
1088	RS	007837/2018	MUNICIPIO DE SANTA MARIA	Validada
1089	RS	007822/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO QUARAI	Validada
1090	RS	007749/2018	MUNICIPIO DE CRISTAL	Validada
1091	RS	007634/2018	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL	Validada
1092	RS	007621/2018	MUNICIPIO DE CACAPAVA DO SUL	Validada
1093	RS	007604/2018	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	Validada
1094	RS	007533/2018	MUNICIPIO DE PAULO BENTO	Validada
1095	RS	007420/2018	MUNICIPIO DE VITORIA DAS MISSOES	Validada
1096	RS	007389/2018	MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	Validada
1097	RS	007335/2018	MUNICIPIO DE BAGE	Validada
1098	RS	007311/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA	Validada
1099	RS	007248/2018	MUNICIPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO	Validada
1100	RS	007135/2018	MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	Validada
1101	RS	006975/2018	MUNICIPIO DO RIO GRANDE	Validada
1102	RS	006867/2018	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO	Validada
1103	RS	006803/2018	MUNICIPIO DE FONTOURA XAVIER	Validada
1104	RS	006783/2018	MUNICIPIO DE BALNEARIO PINHAL	Validada
1105	RS	006654/2018	MUNICIPIO DE SAPUCAIA DO SUL	Validada
1106	RS	006461/2018	MUNICIPIO DE CAPAO DA CANOA	Validada
1107	RS	006377/2018	MUNICIPIO DE VALE DO SOL	Validada
1108	RS	006274/2018	MUNICIPIO DE SEBERI	Validada
1109	RS	006205/2018	MUNICIPIO DE MACAMBARA	Validada
1110	RS	006118/2018	MUNICIPIO DE BENTO GONCALVES	Validada
1111	RS	005868/2018	MUNICIPIO DE MIRAGUAI	Validada
1112	RS	005288/2018	MUNICIPIO DE TAPEJARA	Validada
1113	RS	005257/2018	MUNICIPIO DE PIRAPO	Validada
1114	RS	005180/2018	MUNICIPIO DE CANELA	Validada
1115	RS	004941/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO HERVAL	Validada
1116	RS	004846/2018	MUNICIPIO DE ROCA SALES	Validada
1117	RS	004766/2018	MUNICIPIO DE CAMPOS BORGES	Validada
1118	RS	004242/2018	MUNICIPIO DE CHARQUEADAS	Validada
1119	RS	003512/2018	MUNICIPIO DE URUGUAIANA	Validada
1120	RS	002576/2018	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	Validada
1121	RS	002529/2018	MUNICIPIO DE PELOTAS	Validada
1122	RS	002256/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA	Validada
1123	RS	002228/2018	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO SUL	Validada
1124	RS	001980/2018	MUNICIPIO DE PASSA SETE	Validada
1125	RS	001609/2018	MUNICIPIO DE IPE	Validada
1126	RS	001475/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO	Validada
1127	RS	001174/2018	MUNICIPIO DE BOA VISTA DAS MISSOES	Validada
1128	RS	001154/2018	MUNICIPIO DE DERRUBADAS	Validada
1129	RS	001142/2018	MUNICIPIO DE PALMITINHO	Validada
1130	RS	001132/2018	MUNICIPIO DE PINHEIRINHO DO VALE	Validada
1131	RS	001122/2018	MUNICIPIO DE CAPAO DO LEAO	Validada
1132	RS	000802/2018	MUNICIPIO DE ACEGUA	Validada
1133	RS	000714/2018	MUNICIPIO DE SOLEDADE	Validada
1134	RS	000540/2018	MUNICIPIO DE SAO MARTINHO DA SERRA	Validada
1135	RS	000461/2018	MUNICIPIO DE GRAMADO	Validada
1136	RS	000337/2018	MUNICIPIO DE MULITERNO	Validada
1137	RS	000311/2018	MUNICIPIO DE CHUI	Validada
1138	RS	000239/2018	MUNICIPIO DE LAJEADO	Validada
1139	RS	000224/2018	MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS	Validada
1140	RS	000181/2018	MUNICIPIO DE CANOAS	Validada
1141	RS	000080/2018	MUNICIPIO DE CIRIACO	Validada
1142	RS	008524/2018	MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO	Validada
1143	RS	006849/2018	MUNICIPIO DE TRIUNFO	Validada
1144	SC	008407/2018	MUNICIPIO DE CURITIBANOS	Validada
1145	SC	008331/2018	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS	Validada
1146	SC	008327/2018	MUNICIPIO DE XAXIM	Validada
1147	SC	008194/2018	MUNICIPIO DE IRACEMINHA	Validada
1148	SC	008017/2018	MUNICIPIO DE ICARA	Validada
1149	SC	007941/2018	MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS	Validada
1150	SC	007688/2018	MUNICIPIO DE SCHROEDER	Validada
1151	SC	007649/2018	MUNICIPIO DE RANCHO QUEIMADO	Validada
1152	SC	007618/2018	MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS	Validada
1153	SC	007517/2018	MUNICIPIO DE INDAIAL	Validada
1154	SC	007397/2018	MUNICIPIO DE IBICARE	Validada
1155	SC	007345/2018	MUNICIPIO DE FORQUILHINHA	Validada
1156	SC	007341/2018	MUNICIPIO DE COCAL DO SUL	Validada
1157	SC	007338/2018	MUNICIPIO DE CALMON	Validada
1158	SC	007337/2018	MUNICIPIO DE CATANDUVAS	Validada
1159	SC	007243/2018	MUNICIPIO DE GUABIRUBA	Validada
1160	SC	007127/2018	MUNICIPIO DE PALMITOS	Validada
1161	SC	007056/2018	MORRO DA FUMACA PREFEITURA	Validada
1162	SC	006748/2018	MUNICIPIO DE FRAIBURGO	Validada
1163	SC	006494/2018	MUNICIPIO DE ILHOTA	Validada
1164	SC	006482/2018	MUNICIPIO DE JOINVILLE	Validada
1165	SC	006107/2018	MUNICIPIO DE AGROLANDIA	Validada
1166	SC	005988/2018	MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS	Validada
1167	SC	005894/2018	MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ	Validada
1168	SC	005598/2018	MUNICIPIO DE MIRIM DOCE	Validada
1169	SC	005518/2018	POMERODE PREFEITURA	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1170	SC	005513/2018	MUNICIPIO DE RIO DO SUL	Validada
1171	SC	005292/2018	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA	Validada
1172	SC	005283/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE	Validada
1173	SC	004031/2018	MUNICIPIO DE LAGES	Validada
1174	SC	001166/2018	MUNICIPIO DE CACADOR	Validada
1175	SC	000969/2018	MUNICIPIO DE XAVANTINA	Validada
1176	SC	000497/2018	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO	Validada
1177	SC	000206/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU	Validada
1178	SC	000193/2018	MUNICIPIO DE BALNEARIO DE PICARRAS	Validada
1179	SC	011254/2018	APIUNA PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
1180	SC	000020/2018	MUNICIPIO DE LEBON REGIS	Validada
1181	SE	007833/2018	MUNICIPIO DE LAGARTO	Validada
1182	SE	007742/2018	MUNICIPIO DE ESTANCIA	Validada
1183	SE	007098/2018	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Validada
1184	SE	006988/2018	MUNICIPIO DE SAO CRISTOVAO	Validada
1185	SE	006934/2018	MUNICIPIO DE GARARU	Validada
1186	SE	006056/2018	MONTE ALEGRE DE SERGIPE PREFEITURA	Validada
1187	SE	004680/2018	INDIAROBA PREFEITURA	Validada
1188	SE	008518/2018	ESTADO DE SERGIPE	Validada
1189	SE	003098/2018	MUNICIPIO DE CARMOPOLIS	Validada
1190	SP	008377/2018	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL	Validada
1191	SP	008350/2018	CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA - UNIFAI	Validada
1192	SP	008305/2018	MUNICIPIO DE GUAIRA	Validada
1193	SP	008259/2018	MUNICIPIO DE PANORAMA	Validada
1194	SP	008222/2018	MUNICIPIO DE SANTOS	Validada
1195	SP	008208/2018	MUNICIPIO DE PARDINHO	Validada
1196	SP	008201/2018	MUNICIPIO DE BOITUVA	Validada
1197	SP	008193/2018	MUNICIPIO DE LINDOIA	Validada
1198	SP	008189/2018	MUNICIPIO DE NARANDIBA	Validada
1199	SP	008186/2018	MUNICIPIO DE CHAVANTES	Validada
1200	SP	008130/2018	MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO	Validada
1201	SP	008125/2018	MUNICIPIO DE BASTOS	Validada
1202	SP	008081/2018	MUNICIPIO DE CHARQUEADA	Validada
1203	SP	008053/2018	MUNICIPIO DE SANTO EXPEDITO	Validada
1204	SP	008043/2018	MUNICIPIO DE TUIUTI	Validada
1205	SP	008010/2018	MUNICIPIO DE SUMARE	Validada
1206	SP	007986/2018	MUNICIPIO DE NAZARE PAULISTA	Validada
1207	SP	007978/2018	MUNICIPIO DE MATAO	Validada
1208	SP	007976/2018	MUNICIPIO DE SUZANO	Validada
1209	SP	007956/2018	MUNICIPIO DE IGUAPE	Validada
1210	SP	007953/2018	MUNICIPIO DE DOURADO	Validada
1211	SP	007933/2018	MUNICIPIO DE ANHEMBI	Validada
1212	SP	007915/2018	MUNICIPIO DE VOTORANTIM	Validada
1213	SP	007892/2018	MUNICIPIO DE ITAPECERICA DA SERRA	Validada
1214	SP	007814/2018	MUNICIPIO DE ASSIS	Validada
1215	SP	007795/2018	MUNICIPIO DE SAO CAETANO DO SUL	Validada
1216	SP	007770/2018	MUNICIPIO DE PENAPOLIS	Validada
1217	SP	007751/2018	MUNICIPIO DE SALESOPOLIS	Validada
1218	SP	007697/2018	MUNICIPIO DE GUAIMBE	Validada
1219	SP	007661/2018	MUNICIPIO DE SABINO	Validada
1220	SP	007639/2018	MUNICIPIO DE ITATIBA	Validada
1221	SP	007626/2018	MUNICIPIO DE APIAI	Validada
1222	SP	007620/2018	MUNICIPIO DE PARANAPANEMA	Validada
1223	SP	007612/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA	Validada
1224	SP	007601/2018	MUNICIPIO DE BOCAINA	Validada
1225	SP	007581/2018	MUNICIPIO DE CACONDE	Validada
1226	SP	007555/2018	MUNICIPIO DE MACEDONIA	Validada
1227	SP	007534/2018	MUNICIPIO DE TAIACU	Validada
1228	SP	007518/2018	MUNICIPIO DE GUARANI D'OESTE	Validada
1229	SP	007491/2018	MUNICIPIO DE MONGAGUA	Validada
1230	SP	007455/2018	ICEM PREFEITURA	Validada
1231	SP	007412/2018	MUNICIPIO DE TAQUARITINGA	Validada
1232	SP	007405/2018	MUNICIPIO DE PARAPUA	Validada
1233	SP	007403/2018	MUNICIPIO DE PAULINIA	Validada
1234	SP	007359/2018	MUNICIPIO DE GUARIBA	Validada
1235	SP	007313/2018	MUNICIPIO DE MOGI-GUACU	Validada
1236	SP	007288/2018	MUNICIPIO DE CORDEIROPOLIS	Validada
1237	SP	007209/2018	MUNICIPIO DE REGISTRO	Validada
1238	SP	007181/2018	MUNICIPIO DE IACANGA	Validada
1239	SP	007157/2018	MUNICIPIO DE SAO VICENTE	Validada
1240	SP	007129/2018	MUNICIPIO DE SERRANA	Validada
1241	SP	007100/2018	MUNICIPIO DE TANABI	Validada
1242	SP	006951/2018	ONDA VERDE PREFEITURA	Validada
1243	SP	006936/2018	MUNICIPIO DE ITARARE	Validada
1244	SP	006875/2018	MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA	Validada
1245	SP	006789/2018	MUNICIPIO DE CABREUVA	Validada
1246	SP	006781/2018	MUNICIPIO DE CANITAR	Validada
1247	SP	006779/2018	MUNICIPIO DE ARANDU	Validada
1248	SP	006773/2018	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO	Validada
1249	SP	006768/2018	MUNICIPIO DE PLATINA	Validada
1250	SP	006767/2018	MUNICIPIO DE NOVA GUATAPORANGA	Validada
1251	SP	006758/2018	MUNICIPIO DE AGUAS DE SANTA BARBARA	Validada
1252	SP	006736/2018	MUNICIPIO DE CAJATI	Validada
1253	SP	006617/2018	MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	Validada
1254	SP	006590/2018	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA	Validada
1255	SP	006561/2018	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA	Validada
1256	SP	006515/2018	MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA	Validada
1257	SP	006432/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1258	SP	006368/2018	MUNICIPIO DE LINS	Validada
1259	SP	006202/2018	MUNICIPIO DE GLICERIO	Validada
1260	SP	006201/2018	MUNICIPIO DE PIRACICABA	Validada
1261	SP	006123/2018	MUNICIPIO DE BERTIOGA	Validada
1262	SP	006106/2018	MUNICIPIO DE ITABERA	Validada
1263	SP	005991/2018	MUNICIPIO DE SERTAOZINHO	Validada
1264	SP	005954/2018	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE	Validada
1265	SP	005943/2018	MUNICIPIO DE AMERICO DE CAMPOS	Validada
1266	SP	005873/2018	MUNICIPIO DE MONCOES	Validada
1267	SP	005816/2018	MUNICIPIO DE URUPES	Validada
1268	SP	005800/2018	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE	Validada
1269	SP	005706/2018	MUNICIPIO DE ITAQUAQUECETUBA	Validada
1270	SP	005671/2018	MUNICIPIO DE ITAPETININGA	Validada
1271	SP	005655/2018	MUNICIPIO DE ITAJOBI	Validada
1272	SP	005600/2018	MUNICIPIO DE BANANAL	Validada
1273	SP	005559/2018	MUNICIPIO DE TUPA	Validada
1274	SP	005550/2018	MUNICIPIO DE GUARAREMA	Validada
1275	SP	005539/2018	MUNICIPIO DE NOVA INDEPENDENCIA	Validada
1276	SP	005527/2018	MUNICIPIO DE JUNDIAI	Validada
1277	SP	005522/2018	MUNICIPIO DE LEME	Validada
1278	SP	005245/2018	MUNICIPIO DE ITUPEVA	Validada
1279	SP	005193/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PIRES	Validada
1280	SP	005145/2018	MUNICIPIO DE BOREBI	Validada
1281	SP	004989/2018	MUNICIPIO DE DESCALVADO	Validada
1282	SP	004965/2018	MUNICIPIO DE CATANDUVA	Validada
1283	SP	004957/2018	MUNICIPIO DE SETE BARRAS	Validada
1284	SP	004835/2018	MUNICIPIO DE OURINHOS	Validada
1285	SP	004834/2018	MUNICIPIO DE LUIS ANTONIO	Validada
1286	SP	004811/2018	MUNICIPIO DE COLINA	Validada
1287	SP	004802/2018	SAO JOSE DO BARREIRO PREFEITURA	Validada
1288	SP	004780/2018	MUNICIPIO DE ENGENHEIRO COELHO	Validada
1289	SP	004685/2018	MUNICIPIO DE VERA CRUZ	Validada
1290	SP	004684/2018	URU PREFEITURA	Validada
1291	SP	004681/2018	MUNICIPIO DE SALMOURAO	Validada
1292	SP	004679/2018	MUNICIPIO DE PONGAI	Validada
1293	SP	004675/2018	MUNICIPIO DE PIACATU	Validada
1294	SP	004672/2018	MUNICIPIO DE PAULISTANIA	Validada
1295	SP	004670/2018	MUNICIPIO DE ORIENTE	Validada
1296	SP	004669/2018	MUNICIPIO DE OCAUCU	Validada
1297	SP	004665/2018	MUNICIPIO DE GARCA	Validada
1298	SP	004428/2018	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SAPUCAI	Validada
1299	SP	004425/2018	MUNICIPIO DE AMPARO	Validada
1300	SP	004203/2018	MUNICIPIO DE LUTECIA	Validada
1301	SP	004171/2018	MUNICIPIO DE LUPERCIO	Validada
1302	SP	004127/2018	MUNICIPIO DE LUIZIANIA	Validada
1303	SP	004107/2018	MUNICIPIO DE LUCIANOPOLIS	Validada
1304	SP	004083/2018	MUNICIPIO DE JULIO MESQUITA	Validada
1305	SP	004082/2018	MUNICIPIO DE AREALVA	Validada
1306	SP	004063/2018	MUNICIPIO DE BORBOREMA	Validada
1307	SP	004043/2018	MUNICIPIO DE ALVINLANDIA	Validada
1308	SP	003981/2018	MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE	Validada
1309	SP	003761/2018	MUNICIPIO DE HERCULANDIA	Validada
1310	SP	003747/2018	MUNICIPIO DE ITAPEVI	Validada
1311	SP	003739/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA	Validada
1312	SP	003737/2018	MUNICIPIO DE GUARANTA	Validada
1313	SP	003718/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANDRE	Validada
1314	SP	003634/2018	MUNICIPIO DE GETULINA	Validada
1315	SP	003633/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	Validada
1316	SP	003605/2018	MUNICIPIO DE GALIA	Validada
1317	SP	003533/2018	MUNICIPIO DE FERNAO	Validada
1318	SP	003374/2018	MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	Validada
1319	SP	003257/2018	MUNICIPIO DE CABRALIA PAULISTA	Validada
1320	SP	003236/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PARDO	Validada
1321	SP	003221/2018	MUNICIPIO DE OSCAR BRESSANE	Validada
1322	SP	002910/2018	MUNICIPIO DE OSASCO	Validada
1323	SP	002639/2018	MUNICIPIO DE IGARAPAVA	Validada
1324	SP	002358/2018	MUNICIPIO DE NOVA GRANADA	Validada
1325	SP	001903/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DAS DUAS PONTES	Validada
1326	SP	001854/2018	MUNICIPIO DE IPIGUA	Validada
1327	SP	001615/2018	MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA	Validada
1328	SP	001415/2018	MUNICIPIO DE ITAPOLIS	Validada
1329	SP	001371/2018	MUNICIPIO DE BURITAMA	Validada
1330	SP	001349/2018	MUNICIPIO DE SOROCABA	Validada
1331	SP	001284/2018	MUNICIPIO DE TARUMA	Validada
1332	SP	001214/2018	MUNICIPIO DE ALVARO DE CARVALHO	Validada
1333	SP	001133/2018	MUNICIPIO DE PINDORAMA	Validada
1334	SP	001038/2018	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	Validada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1335	SP	000928/2018	MUNICIPIO DE ALVARES MACHADO	Validada
1336	SP	000855/2018	MUNICIPIO DE GUARUJA	Validada
1337	SP	000708/2018	MUNICIPIO DE ADOLFO	Validada
1338	SP	000631/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO	Validada
1339	SP	000590/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRAO CORRENTE	Validada
1340	SP	000531/2018	MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDOES	Validada
1341	SP	000502/2018	MUNICIPIO DE RINOPOLIS	Validada
1342	SP	000415/2018	MUNICIPIO DE PEDRINHAS PAULISTA	Validada
1343	SP	000369/2018	MUNICIPIO DE MONTE ALTO	Validada
1344	SP	000327/2018	MUNICIPIO DE BORACEIA	Validada
1345	SP	000312/2018	MUNICIPIO DE BEBEDOURO	Validada
1346	SP	000235/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU	Validada
1347	SP	000227/2018	MUNICIPIO DE PEDRO DE TOLEDO	Validada
1348	SP	000223/2018	MUNICIPIO DE UCHOA	Validada
1349	SP	000216/2018	MUNICIPIO DE FLORINEA	Validada
1350	SP	000204/2018	MUNICIPIO DE DIVINOLANDIA	Validada
1351	SP	000199/2018	MUNICIPIO DE CRISTAIS PAULISTA	Validada
1352	SP	000188/2018	MUNICIPIO DE PIRAJU	Validada
1353	SP	000183/2018	MUNICIPIO DE TACIBA	Validada
1354	SP	000182/2018	MUNICIPIO DE MENDONCA	Validada
1355	SP	000149/2018	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO	Validada
1356	SP	000143/2018	MUNICIPIO DE MARABA PAULISTA	Validada
1357	SP	000142/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES	Validada
1358	SP	000139/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA	Validada
1359	SP	000060/2018	MUNICIPIO DE CATIGUA	Validada
1360	SP	000042/2018	MUNICIPIO DE SALES OLIVEIRA	Validada
1361	SP	000018/2018	MUNICIPIO DE BARRETOS	Validada
1362	SP	008228/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA	Validada
1363	SP	011539/2018	MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES	Validada
1364	SP	011362/2018	MUNICIPIO DE PARAIBUNA	Validada
1365	SP	011232/2018	MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	Validada
1366	SP	008385/2018	MUNICIPIO DE NOVA LUZITANIA	Validada
1367	SP	008234/2018	MUNICIPIO DE MARILIA	Validada
1368	SP	006882/2018	MUNICIPIO DE ROSANA	Validada
1369	SP	006243/2018	MUNICIPIO DE URANIA	Validada
1370	SP	005952/2018	MUNICIPIO DE SUD MENNUCCI	Validada
1371	SP	000575/2018	MUNICIPIO DE FLORA RICA	Validada
1372	SP	008424/2018	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA	Validada
1373	SP	007951/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BELA VISTA	Validada
1374	SP	011744/2018	MUNICIPIO DE HOLAMBRA	Validada
1375	SP	010691/2018	MUNICIPIO DE ITAOCA	Validada
1376	TO	008543/2018	MUNICIPIO DE CRISTALANDIA	Validada
1377	TO	008492/2018	MUNICIPIO DE PIRAQUE	Validada
1378	TO	008478/2018	MUNICIPIO DE CARMOLANDIA	Validada
1379	TO	008467/2018	MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA	Validada
1380	TO	008431/2018	LAGOA DO TOCANTINS PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
1381	TO	008391/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS	Validada
1382	TO	008175/2018	MUNICIPIO DE LIZARDA	Validada
1383	TO	008114/2018	MUNICIPIO DE GOIATINS	Validada
1384	TO	007756/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA	Validada
1385	TO	007253/2018	MUNICIPIO DE ARAGUAINA	Validada
1386	TO	007222/2018	MUNICIPIO DE PALMAS	Validada
1387	TO	007022/2018	MUNICIPIO DE IPUEIRAS	Validada
1388	TO	006737/2018	MUNICIPIO DE DUERE	Validada
1389	TO	006097/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO OURO	Validada
1390	TO	006048/2018	MUNICIPIO DE BABACULANDIA	Validada
1391	TO	005747/2018	MUNICIPIO DE PRAIA NORTE	Validada
1392	TO	005446/2018	MUNICIPIO DE ARAGOMINAS	Validada
1393	TO	005366/2018	MUNICIPIO DE PEIXE	Validada
1394	TO	005361/2018	MUNICIPIO DE ARAGUACU	Validada
1395	TO	005348/2018	MUNICIPIO DE ALIANCA DO TOCANTINS	Validada
1396	TO	005322/2018	MUNICIPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS	Validada
1397	TO	004983/2018	MUNICIPIO DE GUARAI	Validada
1398	TO	004454/2018	MUNICIPIO DE MATEIROS	Validada
1399	TO	002067/2018	MUNICIPIO DE ARAGUATINS (PREFEITURA MUNICIPAL)	Validada
1400	TO	000347/2018	MUNICIPIO DE SILVANOPOLIS	Validada
1401	TO	000306/2018	LAGOA DA CONFUSAO PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
1402	TO	011340/2018	MUNICIPIO DE SAMPAIO	Validada
1403	TO	011224/2018	MUNICIPIO DE TOCANTINIA	Validada
1404	TO	011220/2018	MUNICIPIO DE CHAPADA DA NATIVIDADE	Validada
1405	TO	011200/2018	MUNICIPIO DE BURITI DO TOCANTINS	Validada
1406	TO	008376/2018	MUNICIPIO DE ITAPIRATINS	Validada
1407	TO	001001/2018	NAZARE PREFEITURA MUNICIPAL	Validada
1408	TO	011176/2018	MUNICIPIO DE AGUIARNOPOLIS	Validada
1409	TO	011150/2018	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	Validada

Tabela 2: PROPOSTAS INVALIDADAS (entes públicos: estaduais, municipais e distrital e instituições públicas: estaduais, municipais e distrital).

Nº	**UF**	**Nº PROPOSTA**	**ENTIDADE**	**STATUS** (VALIDADA // INVALIDADA)
1	AC	006378/2018	MUNICIPIO DE MANCIO LIMA	Invalidada
2	AC	005794/2018	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO E ESPORTE - SEE	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3	AL	008427/2018	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE	Invalidada
4	AL	008371/2018	MUNICIPIO DE UNIAO DOS PALMARES	Invalidada
5	AL	008338/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO MUNDAU	Invalidada
6	AL	008329/2018	PREFEITURA MUNICIPAL ESTRELA DE ALAGOAS	Invalidada
7	AL	008320/2018	MUNICIPIO DE PORTO DE PEDRAS	Invalidada
8	AL	008292/2018	MUNICIPIO DE PORTO CALVO	Invalidada
9	AL	011778/2018	MUNICIPIO DE MARAGOGI	Invalidada
10	AL	008280/2018	MUNICIPIO DE JUNQUEIRO	Invalidada
11	AL	008257/2018	PASSO DE CAMARAGIBE PREFEITURA	Invalidada
12	AL	008190/2018	MUNICIPIO DE NOVO LINO	Invalidada
13	AL	008161/2018	MUNICIPIO DE JAPARATINGA	Invalidada
14	AL	007979/2018	MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE	Invalidada
15	AL	007964/2018	MUNICIPIO DE BOCA DA MATA	Invalidada
16	AL	007949/2018	COQUEIRO SECO PREFEITURA	Invalidada
17	AL	007930/2018	MUNICIPIO DE BATALHA	Invalidada
18	AL	007910/2018	MUNICIPIO DE ATALAIA	Invalidada
19	AL	007885/2018	MUNICIPIO DE ANADIA	Invalidada
20	AL	007858/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	Invalidada
21	AL	007818/2018	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE	Invalidada
22	AL	007741/2018	MUNICIPIO DE PILAR	Invalidada
23	AL	006181/2018	MUNICIPIO DE PENEDO	Invalidada
24	AL	011800/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA	Invalidada
25	AL	011794/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE COITE DO NOIA	Invalidada
26	AL	011781/2018	MUNICIPIO DE MARIBONDO	Invalidada
27	AL	011659/2018	PAULO JACINTO PREFEITURA	Invalidada
28	AL	011242/2018	MUNICIPIO DE PAO DE ACUCAR	Invalidada
29	AL	011223/2018	MUNICIPIO DE IGREJA NOVA	Invalidada
30	AL	001168/2018	MUNICIPIO DE CHA PRETA	Invalidada
31	AM	008515/2018	MUNICIPIO DE BENJAMIN CONSTANT	Invalidada
32	AM	008412/2018	MUNICIPIO DE BARCELOS	Invalidada
33	AM	008122/2018	MUNICIPIO DE ITAPIRANGA	Invalidada
34	AM	008119/2018	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Invalidada
35	AM	008097/2018	MUNICIPIO DE ALVARAES	Invalidada
36	AM	008047/2018	MUNICIPIO DE IPIXUNA	Invalidada
37	AM	008008/2018	MUNICIPIO DE ITAMARATI	Invalidada
38	AM	007955/2018	MUNICIPIO DE ENVIRA	Invalidada
39	AM	007644/2018	MUNICIPIO DE NOVO AIRAO	Invalidada
40	AM	007484/2018	MUNICIPIO DE URUCURITUBA	Invalidada
41	AM	007463/2018	MUNICIPIO DE FONTE BOA	Invalidada
42	AM	007404/2018	MUNICIPIO DE MANICORE	Invalidada
43	AM	007378/2018	MUNICIPIO DE CAREIRO	Invalidada
44	AM	002863/2018	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	Invalidada
45	AP	000198/2018	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO	Invalidada
46	AP	011235/2018	MUNICIPIO DE MACAPA	Invalidada
47	BA	008550/2018	SAO MIGUEL DAS MATAS PREFEITURA	Invalidada
48	BA	008537/2018	MUNICIPIO DE CORACAO DE MARIA	Invalidada
49	BA	008534/2018	MUNICIPIO DE MILAGRES	Invalidada
50	BA	008526/2018	MUNICIPIO DE MARACAS	Invalidada
51	BA	008525/2018	MUNICIPIO DE RIO REAL	Invalidada
52	BA	008517/2018	IRAJUBA PREFEITURA	Invalidada
53	BA	008516/2018	MUNICIPIO DE MARAGOGIPE	Invalidada
54	BA	008513/2018	MUNICIPIO DE JABORANDI	Invalidada
55	BA	008511/2018	MUNICIPIO DE RETIROLANDIA	Invalidada
56	BA	008505/2018	MUNICIPIO DE ITAGIMIRIM	Invalidada
57	BA	008500/2018	MUNICIPIO DE URUCUCA	Invalidada
58	BA	008497/2018	SEBASTIAO LARANJEIRAS PREFEITURA	Invalidada
59	BA	008481/2018	MUNICIPIO DE ICHU	Invalidada
60	BA	008465/2018	MUNICIPIO DE VARZEDO	Invalidada
61	BA	008313/2018	MUNICIPIO DE DOM BASILIO	Invalidada
62	BA	007800/2018	MUNICIPIO DE RIACHO DE SANTANA	Invalidada
63	BA	007728/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DA CACHOEIRA	Invalidada
64	BA	007721/2018	MUNICIPIO DE APORA	Invalidada
65	BA	007668/2018	MUNICIPIO DE AIQUARA	Invalidada
66	BA	007502/2018	MUNICIPIO DE ITANHEM	Invalidada
67	BA	007472/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS	Invalidada
68	BA	007443/2018	MUNICIPIO DE NOVO TRIUNFO	Invalidada
69	BA	007357/2018	MUNICIPIO DE IBITITA	Invalidada
70	BA	007324/2018	MUNICIPIO DE JANDAIRA	Invalidada
71	BA	007315/2018	MUNICIPIO DE CURACA	Invalidada
72	BA	007003/2018	MUNICIPIO DE CALDEIRAO GRANDE	Invalidada
73	BA	006911/2018	MUNICIPIO DE MAIRI	Invalidada
74	BA	006884/2018	BAIXA GRANDE PREFEITURA	Invalidada
75	BA	006591/2018	MUNICIPIO DE WAGNER	Invalidada
76	BA	006562/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO CONDE	Invalidada
77	BA	006309/2018	RUY BARBOSA PREFEITURA	Invalidada
78	BA	005392/2018	MUNICIPIO DE ITAMARAJU	Invalidada
79	BA	004948/2018	MUNICIPIO DE MAETINGA	Invalidada
80	BA	004936/2018	MUNICIPIO DE GUAJERU	Invalidada
81	BA	004923/2018	MUNICIPIO DE CONDEUBA	Invalidada
82	BA	004865/2018	MUNICIPIO DE PIRIPA	Invalidada
83	BA	003930/2018	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS	Invalidada
84	BA	000038/2018	MUNICIPIO DE VARZEA DA ROCA	Invalidada
85	BA	000032/2018	MUNICIPIO DE SAUBARA	Invalidada
86	BA	000027/2018	MUNICIPIO DE FLORESTA AZUL	Invalidada
87	BA	000026/2018	MUNICIPIO DE CATURAMA	Invalidada
88	BA	000024/2018	MUNICIPIO DE CANDEIAS	Invalidada
89	BA	000014/2018	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DOS CAMPOS	Invalidada
90	BA	008087/2018	MUNICIPIO DE MARCIONILIO SOUZA	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

91	BA	007356/2018	MUNICIPIO DE PIRITIBA	Invalidada
92	BA	011799/2018	MUNICIPIO DE PARIPIRANGA	Invalidada
93	BA	011797/2018	MULUNGU DO MORRO PREFEITURA MINICIPAL	Invalidada
94	BA	011790/2018	MUNICIPIO DE SEABRA	Invalidada
95	BA	011528/2018	MUNICIPIO DE CIPO	Invalidada
96	BA	011409/2018	MUNICIPIO DE IBIRATAIA	Invalidada
97	BA	011001/2018	PRESIDENTE TANCREDO NEVES PREFEITURA	Invalidada
98	BA	000013/2018	MUNICIPIO DE CAMACARI	Invalidada
99	CE	008479/2018	MUNICIPIO DE CASCAVEL	Invalidada
100	CE	008028/2018	MUNICIPIO DE QUIXADA	Invalidada
101	CE	007777/2018	MUNICIPIO DE PACATUBA - PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
102	CE	006345/2018	MUNICIPIO DE VARJOTA	Invalidada
103	CE	006088/2018	MUNICIPIO DE PALHANO	Invalidada
104	CE	006066/2018	MUNICIPIO DE MORAUJO	Invalidada
105	CE	003684/2018	MUNICIPIO DE ICO	Invalidada
106	CE	002733/2018	MUNICIPIO DE ACARAPE	Invalidada
107	CE	001968/2018	MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA	Invalidada
108	CE	006502/2018	MUNICIPIO DE MAURITI	Invalidada
109	ES	008091/2018	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO	Invalidada
110	ES	007965/2018	MUNICIPIO DE LINHARES	Invalidada
111	ES	007961/2018	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Invalidada
112	ES	007712/2018	MUNICIPIO DE DIVINO DE SAO LOURENCO	Invalidada
113	ES	005270/2018	MUNICIPIO DE MARILANDIA	Invalidada
114	ES	003545/2018	MUNICIPIO DE BREJETUBA	Invalidada
115	GO	008553/2018	MUNICIPIO DE GOIANAPOLIS	Invalidada
116	GO	008493/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE APORE	Invalidada
117	GO	008488/2018	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DE GOIAS	Invalidada
118	GO	008483/2018	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS	Invalidada
119	GO	008474/2018	MUNICIPIO DE PORANGATU	Invalidada
120	GO	008473/2018	MUNICIPIO DE ISRAELANDIA	Invalidada
121	GO	008471/2018	MUNICIPIO DE IPORA	Invalidada
122	GO	008461/2018	MUNICIPIO DE GUAPO	Invalidada
123	GO	008457/2018	MUNICIPIO DE FAINA	Invalidada
124	GO	008455/2018	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA	Invalidada
125	GO	008453/2018	MUNICIPIO DE TURVELANDIA	Invalidada
126	GO	008447/2018	MUNICIPIO DE ITARUMA	Invalidada
127	GO	008443/2018	MUNICIPIO DE GOIANIRA	Invalidada
128	GO	008435/2018	MUNICIPIO DE PIRACANJUBA	Invalidada
129	GO	008430/2018	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES	Invalidada
130	GO	008421/2018	MUNICIPIO DE PILAR DE GOIAS	Invalidada
131	GO	008420/2018	MUNICIPIO DE CROMINIA	Invalidada
132	GO	008418/2018	MUNICIPIO DE TEREZOPOLIS DE GOIAS	Invalidada
133	GO	008409/2018	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU	Invalidada
134	GO	008404/2018	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO NORTE	Invalidada
135	GO	008386/2018	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	Invalidada
136	GO	008365/2018	MUNICIPIO DE CAMPINORTE	Invalidada
137	GO	008363/2018	MUNICIPIO DE PROFESSOR JAMIL	Invalidada
138	GO	008354/2018	MUNICIPIO DE ARAGUAPAZ	Invalidada
139	GO	008349/2018	MUNICIPIO DE CEZARINA	Invalidada
140	GO	008347/2018	MUNICIPIO DO CORREGO DO OURO	Invalidada
141	GO	008333/2018	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO	Invalidada
142	GO	008319/2018	MUNICIPIO DE CRISTALINA	Invalidada
143	GO	008315/2018	MUNICIPIO DE CAMPESTRE DE GOIAS	Invalidada
144	GO	008271/2018	MUNICIPIO DE BONOPOLIS	Invalidada
145	GO	008261/2018	MUNICIPIO DE POSSE	Invalidada
146	GO	008248/2018	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DE GOIAS	Invalidada
147	GO	008243/2018	MUNICIPIO DE BARRO ALTO	Invalidada
148	GO	008239/2018	MUNICIPIO DE ARAGOIANIA	Invalidada
149	GO	008206/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE GOIAS	Invalidada
150	GO	008204/2018	MUNICIPIO DE CAMPINACU	Invalidada
151	GO	008196/2018	MUNICIPIO DE OURO VERDE DE GOIAS	Invalidada
152	GO	008173/2018	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS DE GOIAS	Invalidada
153	GO	008145/2018	MUNICIPIO DE AURILANDIA	Invalidada
154	GO	008140/2018	MUNICIPIO DE GUARANI DE GOIAS	Invalidada
155	GO	008117/2018	MUNICIPIO DE RIALMA	Invalidada
156	GO	008096/2018	MUNICIPIO DE COLINAS DO SUL	Invalidada
157	GO	008083/2018	MUNICIPIO DE NOVA CRIXAS	Invalidada
158	GO	008055/2018	MUNICIPIO DE BELA VISTA DE GOIAS	Invalidada
159	GO	008051/2018	MUNICIPIO DE JANDAIA	Invalidada
160	GO	008023/2018	MUNICIPIO DE ARAGARCAS	Invalidada
161	GO	007985/2018	MUNICIPIO DE SANCLERLANDIA	Invalidada
162	GO	007859/2018	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE GOIAS	Invalidada
163	GO	007855/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE GOIAS	Invalidada
164	GO	007798/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA BARRA	Invalidada
165	GO	007792/2018	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO DE GOIAS	Invalidada
166	GO	007782/2018	MUNICIPIO DE DAMIANOPOLIS	Invalidada
167	GO	007676/2018	MUNICIPIO DE FORMOSO	Invalidada
168	GO	007674/2018	PREFEITURA MINICIPAL DE CATURAI	Invalidada
169	GO	007670/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	Invalidada
170	GO	007633/2018	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS	Invalidada
171	GO	007614/2018	MUNICIPIO DE FLORES DE GOIAS	Invalidada
172	GO	007531/2018	MUNICIPIO DE VARJAO	Invalidada
173	GO	007514/2018	MUNICIPIO DE BURITI ALEGRE	Invalidada
174	GO	007371/2018	MUNICIPIO DE NOVA ROMA	Invalidada
175	GO	007363/2018	MUNICIPIO DE SANTA FE DE GOIAS	Invalidada
176	GO	007298/2018	MUNICIPIO DE MAIRIPOTABA	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

177	GO	007296/2018	MUNICIPIO DE URUANA	Invalidada
178	GO	007133/2018	MUNICIPIO DE JESUPOLIS	Invalidada
179	GO	007107/2018	MUNICIPIO DE ITAUCU	Invalidada
180	GO	007084/2018	INDIARA PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
181	GO	006893/2018	MUNICIPIO DE ITAPIRAPUA	Invalidada
182	GO	006873/2018	MUNICIPIO DE INACIOLANDIA	Invalidada
183	GO	006844/2018	MUNICIPIO DE GOUVELANDIA	Invalidada
184	GO	006825/2018	MUNICIPIO DE CRISTIANOPOLIS	Invalidada
185	GO	006796/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOURADA	Invalidada
186	GO	006668/2018	MUNICIPIO DE PALMELO	Invalidada
187	GO	006608/2018	MUNICIPIO DE MUTUNOPOLIS	Invalidada
188	GO	006497/2018	MUNICIPIO DE RUBIATABA	Invalidada
189	GO	006472/2018	MUNICIPIO DE AVELINOPOLIS	Invalidada
190	GO	006441/2018	MUNICIPIO DE MIMOSO DE GOIAS	Invalidada
191	GO	006409/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Invalidada
192	GO	006162/2018	MUNICIPIO DE NIQUELANDIA	Invalidada
193	GO	005967/2018	MUNICIPIO DE JARAGUA	Invalidada
194	GO	005931/2018	MUNICIPIO DE AGUAS LINDAS DE GOIAS	Invalidada
195	GO	005899/2018	MUNICIPIO DE SITIO D'ABADIA	Invalidada
196	GO	003966/2018	MUNICIPIO DE JATAI	Invalidada
197	GO	002632/2018	MUNICIPIO DE NEROPOLIS	Invalidada
198	GO	000510/2018	MUNICIPIO DE MONTIVIDIU DO NORTE	Invalidada
199	GO	000508/2018	MUNICIPIO DE VILA PROPICIO	Invalidada
200	GO	000381/2018	MUNICIPIO DE SIMOLANDIA	Invalidada
201	GO	011747/2018	MUNICIPIO DE ORIZONA	Invalidada
202	GO	011243/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE GOIAS	Invalidada
203	GO	011237/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAUPACI	Invalidada
204	GO	010742/2018	MUNICIPIO DE PARAUNA	Invalidada
205	GO	010629/2018	MUNICIPIO DE ALTO HORIZONTE	Invalidada
206	GO	010550/2018	MUNICIPIO DE ARENOPOLIS	Invalidada
207	GO	010499/2018	MUNICIPIO DE LEOPOLDO DE BULHOES	Invalidada
208	MA	005304/2018	MUNICIPIO DE ESTREITO	Invalidada
209	MA	008405/2018	MUNICIPIO DE RIACHAO	Invalidada
210	MA	008368/2018	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	Invalidada
211	MA	008326/2018	MUNICIPIO DE SAMBAIBA	Invalidada
212	MA	008295/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTOIA	Invalidada
213	MA	008282/2018	MUNICIPIO DE TURILANDIA	Invalidada
214	MA	008269/2018	MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO MARANHAO	Invalidada
215	MA	008262/2018	MUNICIPIO DE PEDRO DO ROSARIO	Invalidada
216	MA	008240/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO CARU	Invalidada
217	MA	008230/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA GRANDE	Invalidada
218	MA	008215/2018	MUNICIPIO DE SERRANO DO MARANHAO	Invalidada
219	MA	008171/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO MARANHAO	Invalidada
220	MA	007909/2018	MUNICIPIO DE SUCUPIRA DO NORTE	Invalidada
221	MA	007887/2018	MUNICIPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHAO	Invalidada
222	MA	007856/2018	MUNICIPIO DE LAGOA DO MATO	Invalidada
223	MA	007597/2018	MUNICIPIO DE BURITI	Invalidada
224	MA	007501/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO PARUA	Invalidada
225	MA	007451/2018	MUNICIPIO DE NOVA IORQUE	Invalidada
226	MA	007423/2018	MUNICIPIO DE MILAGRES DO MARANHAO	Invalidada
227	MA	007012/2018	MUNICIPIO DE SAO VICENTE FERRER	Invalidada
228	MA	007004/2018	MUNICIPIO DE SAO BENTO	Invalidada
229	MA	006997/2018	MUNICIPIO DE MATOES	Invalidada
230	MA	006969/2018	MUNICIPIO DE PINDARE MIRIM	Invalidada
231	MA	006731/2018	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO	Invalidada
232	MA	006706/2018	MUNICIPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS	Invalidada
233	MA	006686/2018	MUNICIPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHAO	Invalidada
234	MA	006621/2018	MUNICIPIO DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA	Invalidada
235	MA	006553/2018	MUNICIPIO DE FERNANDO FALCAO	Invalidada
236	MA	006311/2018	MUNICIPIO DE PRIMEIRA CRUZ	Invalidada
237	MA	006306/2018	MUNICIPIO DE CAROLINA	Invalidada
238	MA	006237/2018	MUNICIPIO DE CENTRAL DO MARANHAO	Invalidada
239	MA	006149/2018	MUNICIPIO DE CAJAPIO	Invalidada
240	MA	006016/2018	MUNICIPIO DE BOM LUGAR	Invalidada
241	MA	005958/2018	MUNICIPIO DE BERNARDO DO MEARIM	Invalidada
242	MA	000045/2018	MUNICIPIO DE TASSO FRAGOSO	Invalidada
243	MA	011795/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONCAO	Invalidada
244	MA	011791/2018	MUNICIPIO DE JUNCO DO MARANHAO	Invalidada
245	MA	011786/2018	MUNICIPIO DE CURURUPU	Invalidada
246	MA	011782/2018	MUNICIPIO DE CAPINZAL DO NORTE	Invalidada
247	MA	011452/2018	MUNICIPIO DE ARAGUANA	Invalidada
248	MG	008332/2018	MUNICIPIO DE CAPIM BRANCO	Invalidada
249	MG	008308/2018	MUNICIPIO DE URUCUIA	Invalidada
250	MG	008268/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO DOS OUROS	Invalidada
251	MG	008264/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO	Invalidada
252	MG	008263/2018	MUNICIPIO DE ARCOS	Invalidada
253	MG	008155/2018	MUNICIPIO DE LAMBARI	Invalidada
254	MG	008113/2018	MUNICIPIO DE ARICANDUVA	Invalidada
255	MG	008090/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PARAISO	Invalidada
256	MG	008064/2018	MUNICIPIO DE TIRADENTES	Invalidada
257	MG	008025/2018	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS DE MINAS	Invalidada
258	MG	007966/2018	COIMBRA PREFEITURA	Invalidada
259	MG	007946/2018	MUNICIPIO DE PEDRO LEOPOLDO	Invalidada
260	MG	007804/2018	MUNICIPIO DE JEQUERI	Invalidada
261	MG	007563/2018	MUNICIPIO DE VARZELANDIA	Invalidada
262	MG	007550/2018	MUNICIPIO DE SETUBINHA	Invalidada
263	MG	007431/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENOPPOLIS	Invalidada
264	MG	007314/2018	MUNICIPIO DE SAPUCAI-MIRIM	Invalidada
265	MG	007304/2018	MUNICIPIO DE CARATINGA	Invalidada
266	MG	007299/2018	MUNICIPIO DE CAETE	Invalidada
267	MG	007265/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	Invalidada
268	MG	007228/2018	MUNICIPIO DE DOM VICOSO	Invalidada
269	MG	007192/2018	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

270	MG	007152/2018	SERRANOPOLIS DE MINAS PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
271	MG	007057/2018	MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE	Invalidada
272	MG	006840/2018	CORDISLANDIA PREFEITURA	Invalidada
273	MG	006793/2018	GUAPE PREFEITURA	Invalidada
274	MG	006688/2018	MUNICIPIO DE TUPACIGUARA	Invalidada
275	MG	006667/2018	MONTE ALEGRE PREFEITURA	Invalidada
276	MG	006650/2018	MUNICIPIO DE CENTRALINA	Invalidada
277	MG	006530/2018	MUNICIPIO DE ARAPORA	Invalidada
278	MG	006408/2018	MUNICIPIO DE RECREIO	Invalidada
279	MG	006077/2018	MUNICIPIO DE ITAMBACURI	Invalidada
280	MG	005933/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	Invalidada
281	MG	005881/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO MANHUACU	Invalidada
282	MG	005646/2018	MUNICIPIO DE ERVALIA	Invalidada
283	MG	005225/2018	MUNICIPIO DE UBERLANDIA	Invalidada
284	MG	004955/2018	MUNICIPIO DE PAULISTAS	Invalidada
285	MG	004735/2018	MUNICIPIO DE TAPIRA	Invalidada
286	MG	004589/2018	MUNICIPIO DE DIVISOPOLIS	Invalidada
287	MG	004438/2018	MUNICIPIO DE MATEUS LEME	Invalidada
288	MG	004413/2018	MUNICIPIO DE TIMOTEO	Invalidada
289	MG	004282/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GLORIA	Invalidada
290	MG	004002/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI	Invalidada
291	MG	003942/2018	MUNICIPIO DE COROACI	Invalidada
292	MG	003505/2018	MUNICIPIO DE FELICIO DOS SANTOS	Invalidada
293	MG	002949/2018	MUNICIPIO DE PIMENTA	Invalidada
294	MG	002774/2018	MUNICIPIO DE IGUATAMA	Invalidada
295	MG	002621/2018	MUNICIPIO DE PIRACEMA	Invalidada
296	MG	002326/2018	MUNICIPIO DE DONA EUZEBIA	Invalidada
297	MG	001673/2018	MUNICIPIO DE GRAO MOGOL	Invalidada
298	MG	001336/2018	MUNICIPIO DE MORRO DO PILAR	Invalidada
299	MG	000569/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	Invalidada
300	MG	000454/2018	MUNICIPIO DE BARROSO	Invalidada
301	MG	000388/2018	MUNICIPIO DE SANTA RITA DE MINAS	Invalidada
302	MG	000368/2018	MUNICIPIO DE RUBELITA	Invalidada
303	MG	000252/2018	MUNICIPIO DE GUARACIABA	Invalidada
304	MG	000238/2018	MUNICIPIO DE MONSENHOR PAULO	Invalidada
305	MG	000237/2018	MUNICIPIO DE POMPEU	Invalidada
306	MG	000202/2018	MUNICIPIO DE CABO VERDE	Invalidada
307	MG	000178/2018	MUNICIPIO DE TUMIRITINGA	Invalidada
308	MG	000135/2018	SAO JOSE DA SAFIRA PREFEITURA	Invalidada
309	MG	008438/2018	MUNICIPIO DE VIRGINOPOLIS	Invalidada
310	MG	007869/2018	UBAI PREFEITURA	Invalidada
311	MG	007073/2018	MUNICIPIO DE JANUARIA	Invalidada
312	MG	011722/2018	MUNICIPIO DE LAGOA DOS PATOS	Invalidada
313	MG	011585/2018	MUNICIPIO DE FRONTEIRA	Invalidada
314	MG	011551/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES	Invalidada
315	MG	011252/2018	CAJURI PREFEITURA	Invalidada
316	MG	011251/2018	MUNICIPIO DE BRASOPOLIS	Invalidada
317	MS	008432/2018	MUNICIPIO DE MIRANDA	Invalidada
318	MS	008417/2018	MUNICIPIO DE NIOAQUE	Invalidada
319	MS	008241/2018	MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO	Invalidada
320	MS	007947/2018	MUNICIPIO DE RIBAS DO RIO PARDO	Invalidada
321	MS	007682/2018	MUNICIPIO DE SIDROLANDIA	Invalidada
322	MS	007034/2018	MUNICIPIO DE ANGELICA	Invalidada
323	MS	006644/2018	MUNICIPIO DE CORUMBA	Invalidada
324	MS	005723/2018	MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO	Invalidada
325	MS	005517/2018	MUNICIPIO DE ANTONIO JOAO	Invalidada
326	MS	004671/2018	MUNICIPIO DE AQUIDAUANA	Invalidada
327	MS	001310/2018	MUNICIPIO DE SETE QUEDAS	Invalidada
328	MS	007755/2018	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS	Invalidada
329	MS	011185/2018	MUNICIPIO DE COSTA RICA	Invalidada
330	MT	008512/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO	Invalidada
331	MT	008499/2018	MUNICIPIO DE COMODORO	Invalidada
332	MT	008397/2018	MUNICIPIO DE ITANHANGA	Invalidada
333	MT	008322/2018	NOVA MARINGA PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
334	MT	008312/2018	MUNICIPIO DE SAO FELIX DO ARAGUAIA	Invalidada
335	MT	007899/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU	Invalidada
336	MT	007237/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA	Invalidada
337	MT	006907/2018	MUNICIPIO DE RIBEIRAO CASCALHEIRA	Invalidada
338	MT	006892/2018	MUNICIPIO DE CLAUDIA	Invalidada
339	MT	006681/2018	MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE	Invalidada
340	MT	006671/2018	MUNICIPIO DE VERA	Invalidada
341	MT	006659/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA	Invalidada
342	MT	006626/2018	MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIAO	Invalidada
343	MT	006594/2018	MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA	Invalidada
344	MT	006564/2018	MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE	Invalidada
345	MT	006537/2018	MUNICIPIO DE ITAUBA	Invalidada
346	MT	006514/2018	MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE	Invalidada
347	MT	006490/2018	MUNICIPIO DE COTRIGUACU	Invalidada
348	MT	006430/2018	MUNICIPIO DE SALTO DO CEU	Invalidada
349	MT	006407/2018	MUNICIPIO DE JAURU	Invalidada
350	MT	006383/2018	MUNICIPIO DE ARIPUANA	Invalidada
351	MT	005368/2018	MUNICIPIO DE BRASNORTE	Invalidada
352	MT	005326/2018	MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA	Invalidada
353	MT	004646/2018	MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS	Invalidada
354	MT	000938/2018	MUNICIPIO DE CASTANHEIRA	Invalidada
355	MT	000806/2018	MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA	Invalidada
356	MT	001465/2018	MUNICIPIO DE CAMPO VERDE	Invalidada
357	MT	011212/2018	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

358	PA	008557/2018	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO PARA	Invalidada
359	PA	008540/2018	MUNICIPIO DE BREU BRANCO	Invalidada
360	PA	008535/2018	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO AJURU	Invalidada
361	PA	008503/2018	MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS	Invalidada
362	PA	008480/2018	MUNICIPIO DE ABAETETUBA	Invalidada
363	PA	008400/2018	MUNICIPIO DE CONCORDIA DO PARA	Invalidada
364	PA	008373/2018	MUNICIPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA	Invalidada
365	PA	008299/2018	MUNICIPIO DE TUCUMA	Invalidada
366	PA	008176/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DO XINGU	Invalidada
367	PA	008058/2018	MUNICIPIO DE ITUPIRANGA	Invalidada
368	PA	007876/2018	MUNICIPIO DE PRAINHA	Invalidada
369	PA	007806/2018	MUNICIPIO DE NOVA TIMBOTEUA	Invalidada
370	PA	007458/2018	MUNICIPIO DE MUANA	Invalidada
371	PA	007399/2018	MUNICIPIO DE CAPANEMA	Invalidada
372	PA	007392/2018	MUNICIPIO DE IPIXUNA DO PARA	Invalidada
373	PA	007018/2018	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	Invalidada
374	PA	006798/2018	MUNICIPIO DE CURUA	Invalidada
375	PA	006719/2018	MUNICIPIO DE JACAREACANGA	Invalidada
376	PA	006129/2018	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE	Invalidada
377	PA	003807/2018	MUNICIPIO DE ORIXIMINA	Invalidada
378	PA	003387/2018	MUNICIPIO DE SALVATERRA	Invalidada
379	PA	000800/2018	MUNICIPIO DE JURUTI	Invalidada
380	PA	007011/2018	MUNICIPIO DE PACAJA	Invalidada
381	PA	011613/2018	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO PARA	Invalidada
382	PA	011550/2018	MUNICIPIO DE PICARRA	Invalidada
383	PB	008394/2018	MUNICIPIO DE JOAO PESSOA	Invalidada
384	PB	008192/2018	MUNICIPIO DE PILAR	Invalidada
385	PB	008086/2018	MUNICIPIO DE SAO BENTO	Invalidada
386	PB	008000/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO CARIRI	Invalidada
387	PB	007849/2018	MUNICIPIO DE ALAGOA NOVA	Invalidada
388	PB	007549/2018	MUNICIPIO DE JACARAU	Invalidada
389	PB	007539/2018	MUNICIPIO DE DONA INES	Invalidada
390	PB	007482/2018	MUNICIPIO DE MATINHAS	Invalidada
391	PB	007480/2018	MUNICIPIO DE JERICO	Invalidada
392	PB	007478/2018	MUNICIPIO DE MAMANGUAPE	Invalidada
393	PB	007476/2018	MUNICIPIO DE JUNCO DO SERIDO	Invalidada
394	PB	007474/2018	MUNICIPIO DE MONTE HOREBE	Invalidada
395	PB	007471/2018	MUNICIPIO DE FAGUNDES	Invalidada
396	PB	007470/2018	MUNICIPIO DE NATUBA	Invalidada
397	PB	007468/2018	MUNICIPIO DE DAMIAO	Invalidada
398	PB	007467/2018	MUNICIPIO DE PILOES	Invalidada
399	PB	007465/2018	MUNICIPIO DE REMIGIO	Invalidada
400	PB	007464/2018	MUNICIPIO DE CUITE	Invalidada
401	PB	007461/2018	MUNICIPIO DE COXIXOLA	Invalidada
402	PB	007460/2018	MUNICIPIO DE RIACHO DOS CAVALOS	Invalidada
403	PB	007457/2018	MUNICIPIO DE CONCEICAO	Invalidada
404	PB	007456/2018	MUNICIPIO DE SALGADO DE SAO FELIX	Invalidada
405	PB	007452/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	Invalidada
406	PB	007448/2018	BONITO DE SANTA FE PREFEITURA	Invalidada
407	PB	007446/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	Invalidada
408	PB	007445/2018	MUNICIPIO DE BOM JESUS	Invalidada
409	PB	007442/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS RAMOS	Invalidada
410	PB	007437/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DE TAIPU	Invalidada
411	PB	007435/2018	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	Invalidada
412	PB	007434/2018	MUNICIPIO DE BELEM DO BREJO DO CRUZ	Invalidada
413	PB	007432/2018	MUNICIPIO DE SERRA DA RAIZ	Invalidada
414	PB	007429/2018	MUNICIPIO DE BARRA DE SANTA ROSA	Invalidada
415	PB	007419/2018	MUNICIPIO DE TRIUNFO	Invalidada
416	PB	007417/2018	MUNICIPIO DE ARACAGI	Invalidada
417	PB	007415/2018	MUNICIPIO DE ALAGOINHA	Invalidada
418	PB	007409/2018	MUNICIPIO DE ALCANTIL	Invalidada
419	PB	007393/2018	MUNICIPIO DE SERTAOZINHO	Invalidada
420	PB	006329/2018	MUNICIPIO DE SANTA RITA	Invalidada
421	PB	005699/2018	MUNICIPIO DE CUITEGI	Invalidada
422	PB	003934/2018	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA	Invalidada
423	PB	003457/2018	MUNICIPIO DE PIANCO	Invalidada
424	PB	003002/2018	MUNICIPIO DE AREIA DE BARAUNAS	Invalidada
425	PB	002849/2018	MUNICIPIO DE VARZEA	Invalidada
426	PB	002809/2018	MUNICIPIO DE TAPEROA	Invalidada
427	PB	002785/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE ESPINHARAS	Invalidada
428	PB	002766/2018	SAO JOSE DE PRINCESA PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
429	PB	002754/2018	SAO JOSE DE PIRANHAS PREFEITURA	Invalidada
430	PB	002743/2018	MUNICIPIO DE SERRA REDONDA	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

431	PB	002473/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	Invalidada
432	PB	002455/2018	MUNICIPIO DE PUXINANA	Invalidada
433	PB	002454/2018	PRINCESA ISABEL PREFEITURA	Invalidada
434	PB	002435/2018	POCINHOS PREFEITURA	Invalidada
435	PB	002395/2018	OLIVEDOS PREFEITURA	Invalidada
436	PB	002387/2018	MUNICIPIO DE NOVA FLORESTA	Invalidada
437	PB	002131/2018	MUNICIPIO DE MARCACAO	Invalidada
438	PB	002106/2018	ITAPOROROCA PREFEITURA	Invalidada
439	PB	002089/2018	MUNICIPIO DE ITATUBA	Invalidada
440	PB	001894/2018	ITABAIANA PREFEITURA	Invalidada
441	PB	001080/2018	MUNICIPIO DE GADO BRAVO	Invalidada
442	PB	001076/2018	MUNICIPIO DE DESTERRO	Invalidada
443	PB	001073/2018	CUBATI PREFEITURA	Invalidada
444	PB	001071/2018	MUNICIPIO DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO	Invalidada
445	PB	001068/2018	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOS INDIOS	Invalidada
446	PB	001057/2018	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO	Invalidada
447	PB	000986/2018	BERNARDINO BATISTA - PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
448	PB	000983/2018	BARRA DE SAO MIGUEL PREFEITURA	Invalidada
449	PB	000982/2018	MUNICIPIO DE AREIAL - PREFEITURA	Invalidada
450	PB	000105/2018	MUNICIPIO DE SOSSEGO	Invalidada
451	PE	008484/2018	MUNICIPIO DE CUSTODIA	Invalidada
452	PE	008464/2018	MUNICIPIO DE IBIRAJUBA	Invalidada
453	PE	007768/2018	MUNICIPIO DE CEDRO	Invalidada
454	PE	007724/2018	MUNICIPIO DE IPOJUCA	Invalidada
455	PE	007439/2018	MUNICIPIO DE TUPARETAMA	Invalidada
456	PE	007426/2018	MUNICIPIO DE JAQUEIRA	Invalidada
457	PE	007347/2018	MUNICIPIO DE OURICURI	Invalidada
458	PE	007309/2018	MUNICIPIO DE VERDEJANTE	Invalidada
459	PE	007015/2018	MUNICIPIO DE CAMOCIM DE SAO FELIX	Invalidada
460	PE	007007/2018	POMBOS PREFEITURA	Invalidada
461	PE	006714/2018	MIRANDIBA PREFEITURA	Invalidada
462	PE	004910/2018	MUNICIPIO DE CABROBO	Invalidada
463	PE	003520/2018	MUNICIPIO DE LAGOA DO CARRO	Invalidada
464	PE	003071/2018	MUNICIPIO DE PARNAMIRIM	Invalidada
465	PE	000245/2018	MUNICIPIO DE BREJINHO	Invalidada
466	PE	000215/2018	MUNICIPIO DE CANHOTINHO	Invalidada
467	PE	002394/2018	MUNICIPIO DE FERREIROS	Invalidada
468	PI	008544/2018	MUNICIPIO DE SIMPLICIO MENDES	Invalidada
469	PI	008527/2018	MUNICIPIO DE SIMOES	Invalidada
470	PI	008470/2018	MUNICIPIO DE GUADALUPE	Invalidada
471	PI	008466/2018	MUNICIPIO DE AROAZES	Invalidada
472	PI	008458/2018	MUNICIPIO DE ASSUNCAO DO PIAUI	Invalidada
473	PI	008449/2018	MUNICIPIO DE AGRICOLANDIA	Invalidada
474	PI	008284/2018	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO PIAUI	Invalidada
475	PI	008060/2018	MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE	Invalidada
476	PI	007923/2018	MUNICIPIO DE CURIMATA	Invalidada
477	PI	007911/2018	MUNICIPIO DE ITAUEIRA	Invalidada
478	PI	007895/2018	MUNICIPIO DE PARNAIBA	Invalidada
479	PI	007880/2018	MUNICIPIO DE VILA NOVA DO PIAUI	Invalidada
480	PI	007847/2018	MUNICIPIO DE DEMERVAL LOBAO	Invalidada
481	PI	007703/2018	MUNICIPIO DE SAO FELIX DO PIAUI	Invalidada
482	PI	007488/2018	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA	Invalidada
483	PI	007391/2018	MUNICIPIO DE ISAIAS COELHO	Invalidada
484	PI	005940/2018	MUNICIPIO DE MADEIRO	Invalidada
485	PI	005586/2018	MUNICIPIO DE JULIO BORGES	Invalidada
486	PI	003912/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA CANABRAVA	Invalidada
487	PI	001202/2018	MUNICIPIO DE CURRAIS	Invalidada
488	PI	001196/2018	MUNICIPIO DE CRISTINO CASTRO	Invalidada
489	PI	000924/2018	MUNICIPIO DE CAMPINAS DO PIAUI	Invalidada
490	PI	000922/2018	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUI	Invalidada
491	PI	000920/2018	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DO PIAUI	Invalidada
492	PI	000919/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO	Invalidada
493	PI	000846/2018	MUNICIPIO DE PALMEIRA DO PIAUI	Invalidada
494	PI	000474/2018	GILBUES PI PREFEITURA	Invalidada
495	PI	000398/2018	MUNICIPIO DE DOMINGOS MOURAO	Invalidada
496	PI	000249/2018	MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	Invalidada
497	PI	000214/2018	MUNICIPIO DE CURRALINHOS	Invalidada
498	PI	008476/2018	MUNICIPIO DE CORRENTE	Invalidada
499	PI	011784/2018	MUNICIPIO DE MATIAS OLIMPIO	Invalidada
500	PI	011777/2018	MUNICIPIO DE TAMBORIL DO PIAUI	Invalidada
501	PI	011770/2018	MUNICIPIO DE UNIAO	Invalidada
502	PI	011766/2018	MUNICIPIO DE LANDRI SALES	Invalidada
503	PI	011761/2018	MUNICIPIO DE BOM PRINCIPIO DO PIAUI	Invalidada
504	PI	011753/2018	MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE DO PIAUI	Invalidada
505	PI	011745/2018	MUNICIPIO DE REGENERACAO	Invalidada
506	PI	011720/2018	MUNICIPIO DE BOM JESUS	Invalidada
507	PI	011617/2018	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS	Invalidada
508	PI	010663/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAIS	Invalidada
509	PI	010628/2018	MUNICIPIO DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	Invalidada
510	PR	008509/2018	MUNICIPIO DE LOBATO	Invalidada
511	PR	008307/2018	MUNICIPIO DE LEOPOLIS	Invalidada
512	PR	008306/2018	MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE	Invalidada
513	PR	008294/2018	SANTA CECILIA DO PAVAO PREFEITURA	Invalidada
514	PR	008274/2018	MUNICIPIO DE CARLOPOLIS	Invalidada
515	PR	008235/2018	MUNICIPIO DE PIRAQUARA	Invalidada
516	PR	008233/2018	MUNICIPIO DE TURVO	Invalidada
517	PR	008099/2018	MUNICIPIO DE REBOUCAS	Invalidada
518	PR	008079/2018	MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE	Invalidada
519	PR	008074/2018	MUNICIPIO DE UMUARAMA	Invalidada
520	PR	008022/2018	MUNICIPIO DE TIBAGI	Invalidada
521	PR	008007/2018	MUNICIPIO DE ALTO PARANA	Invalidada
522	PR	007870/2018	WENCESLAU BRAZ PREFEITURA	Invalidada
523	PR	007686/2018	MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL	Invalidada
524	PR	007636/2018	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

525	PR	007263/2018	MUNICIPIO DE GUAIRACA	Invalidada
526	PR	006876/2018	MUNICIPIO DE GOIOERE	Invalidada
527	PR	006865/2018	MUNICIPIO DE GUARATUBA	Invalidada
528	PR	006838/2018	MUNICIPIO DE GUAPOREMA	Invalidada
529	PR	006786/2018	MUNICIPIO DE COLORADO	Invalidada
530	PR	006726/2018	MUNICIPIO DE PEABIRU	Invalidada
531	PR	006214/2018	MUNICIPIO DE MARIALVA	Invalidada
532	PR	006075/2018	MUNICIPIO DE CRUZMALTINA	Invalidada
533	PR	005750/2018	MUNICIPIO DE PALMAS	Invalidada
534	PR	005111/2018	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES	Invalidada
535	PR	005078/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO PARAISO	Invalidada
536	PR	002219/2018	MUNICIPIO DE BRAGANEY	Invalidada
537	PR	000596/2018	MUNICIPIO DE PINHALAO	Invalidada
538	PR	000298/2018	MUNICIPIO DE CURITIBA	Invalidada
539	PR	000213/2018	MUNICIPIO DE MALLET	Invalidada
540	PR	011531/2018	MUNICIPIO DE ICARAIMA	Invalidada
541	RJ	008419/2018	MUNICIPIO DE RIO CLARO	Invalidada
542	RJ	008143/2018	MUNICIPIO DE TRES RIOS	Invalidada
543	RJ	007864/2018	MUNICIPIO DE MARICA	Invalidada
544	RJ	007734/2018	MUNICIPIO DE JAPERI	Invalidada
545	RJ	007624/2018	MUNICIPIO DE AREAL	Invalidada
546	RJ	007320/2018	MUNICIPIO DE NILOPOLIS	Invalidada
547	RJ	006941/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE	Invalidada
548	RJ	004977/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Invalidada
549	RJ	002891/2018	MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	Invalidada
550	RJ	002735/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI	Invalidada
551	RJ	002118/2018	MUNICIPIO DE CORDEIRO	Invalidada
552	RJ	000900/2018	MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS	Invalidada
553	RJ	000567/2018	MUNICIPIO DE RIO BONITO	Invalidada
554	RJ	000430/2018	MUNICIPIO DE QUEIMADOS	Invalidada
555	RJ	000345/2018	MUNICIPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN	Invalidada
556	RJ	000194/2018	MUNICIPIO DE BELFORD ROXO	Invalidada
557	RN	007508/2018	MUNICIPIO DE MARCELINO VIEIRA	Invalidada
558	RN	007506/2018	MUNICIPIO DE TENENTE ANANIAS	Invalidada
559	RN	007489/2018	MUNICIPIO DE PARELHAS	Invalidada
560	RN	007369/2018	MUNICIPIO DE SEVERIANO MELO	Invalidada
561	RN	007000/2018	MUNICIPIO DE ITAU	Invalidada
562	RN	006824/2018	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO OESTE	Invalidada
563	RN	006395/2018	PARNAMIRIM PREFEITURA	Invalidada
564	RN	004579/2018	MUNICIPIO DE VERA CRUZ	Invalidada
565	RN	004329/2018	MUNICIPIO DE VARZEA	Invalidada
566	RN	003332/2018	RAFAEL GODEIRO PREFEITURA	Invalidada
567	RN	002992/2018	MUNICIPIO DE JARDIM DO SERIDO	Invalidada
568	RN	002094/2018	MUNICIPIO DE CARNAUBAIS	Invalidada
569	RN	000814/2018	MUNICIPIO DE RUY BARBOSA	Invalidada
570	RN	000003/2018	MUNICIPIO DE LAGOA NOVA	Invalidada
571	RN	000002/2018	MUNICIPIO DE BREJINHO	Invalidada
572	RN	011636/2018	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO AMARANTE	Invalidada
573	RO	008343/2018	MUNICIPIO DE JARU	Invalidada
574	RO	008340/2018	MUNICIPIO DE PORTO VELHO	Invalidada
575	RO	008037/2018	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	Invalidada
576	RO	007877/2018	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE	Invalidada
577	RO	007038/2018	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	Invalidada
578	RO	006908/2018	MUNICIPIO DE COSTA MARQUES	Invalidada
579	RO	006718/2018	MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI	Invalidada
580	RO	006708/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Invalidada
581	RO	004873/2018	MUNICIPIO DE RIO CRESPO	Invalidada
582	RO	003829/2018	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS	Invalidada
583	RO	000048/2018	MUNICIPIO DE JI-PARANA	Invalidada
584	RR	011792/2018	MUNICIPIO DE SAO LUIZ	Invalidada
585	RS	008398/2018	MUNICIPIO DE NOVA HARTZ	Invalidada
586	RS	008277/2018	MUNICIPIO DE FAGUNDES VARELA	Invalidada
587	RS	008232/2018	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES	Invalidada
588	RS	007996/2018	BOM RETIRO DO SUL PREFEITURA	Invalidada
589	RS	007790/2018	MUNICIPIO DE CANGUCU	Invalidada
590	RS	007705/2018	MUNICIPIO DE TAQUARA	Invalidada
591	RS	007411/2018	MUNICIPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS	Invalidada
592	RS	007280/2018	MUNICIPIO DE SALVADOR DO SUL	Invalidada
593	RS	007105/2018	MUNICIPIO DE ESTEIO	Invalidada
594	RS	006847/2018	MUNICIPIO DE CONSTANTINA	Invalidada
595	RS	006836/2018	MUNICIPIO DE TRES DE MAIO	Invalidada
596	RS	006823/2018	MUNICIPIO DE FARROUPILHA	Invalidada
597	RS	006811/2018	MUNICIPIO DE MOSTARDAS	Invalidada
598	RS	006792/2018	MUNICIPIO DE GETULIO VARGAS	Invalidada
599	RS	005678/2018	MUNICIPIO DE AMARAL FERRADOR	Invalidada
600	RS	005514/2018	MUNICIPIO DE SARANDI	Invalidada
601	RS	001577/2018	MUNICIPIO DE NOVA BRESCIA	Invalidada
602	RS	001169/2018	MUNICIPIO DE VISTA GAUCHA	Invalidada
603	RS	000838/2018	MUNICIPIO DE LAGOA VERMELHA	Invalidada
604	RS	000363/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS GOMES.	Invalidada
605	RS	000116/2018	MUNICIPIO DE TAVARES	Invalidada
606	RS	011062/2018	MUNICIPIO DE CAMBARA DO SUL	Invalidada
607	SC	008270/2018	MUNICIPIO DE SAUDADES	Invalidada
608	SC	008160/2018	MUNICIPIO DE PONTE SERRADA	Invalidada
609	SC	007673/2018	MUNICIPIO DE ANITA GARIBALDI	Invalidada
610	SC	007368/2018	MUNICIPIO DE ITUPORANGA	Invalidada
611	SC	007364/2018	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM	Invalidada
612	SC	007261/2018	MUNICIPIO DE CORREIA PINTO	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

613	SC	007202/2018	MUNICIPIO DE ITAPOA	Invalidada
614	SC	006952/2018	MUNICIPIO DE RODEIO	Invalidada
615	SC	006652/2018	MUNICIPIO DE RIO RUFINO	Invalidada
616	SC	006458/2018	MUNICIPIO DE CRICIUMA	Invalidada
617	SC	005890/2018	MUNICIPIO DE NAVEGANTES	Invalidada
618	SC	004901/2018	MUNICIPIO DE PAPANDUVA	Invalidada
619	SC	003107/2018	MUNICIPIO DE GAROPABA	Invalidada
620	SC	000251/2018	MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL	Invalidada
621	SC	000205/2018	MUNICIPIO DE AGUAS MORNAS	Invalidada
622	SC	000057/2018	MUNICIPIO DE JABORA	Invalidada
623	SC	005221/2018	MUNICIPIO DE PENHA	Invalidada
624	SC	011291/2018	MUNICIPIO DE SEARA	Invalidada
625	SE	008533/2018	RIACHUELO PREFEITURA	Invalidada
626	SE	008519/2018	MUNICIPIO DE JAPOATA	Invalidada
627	SE	008489/2018	MUNICIPIO DE BOQUIM	Invalidada
628	SE	008410/2018	MUNICIPIO DE NEOPOLIS	Invalidada
629	SE	007886/2018	MUNICIPIO DE ITABAIANA	Invalidada
630	SE	007497/2018	MUNICIPIO DE ARAUA	Invalidada
631	SE	005862/2018	MUNICIPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA	Invalidada
632	SE	011113/2018	MUNICIPIO DE SIRIRI	Invalidada
633	SP	008538/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAI	Invalidada
634	SP	008441/2018	MUNICIPIO DE AGUAS DE LINDOIA	Invalidada
635	SP	008375/2018	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DA SERRA	Invalidada
636	SP	008339/2018	MUNICIPIO DE BOFETE	Invalidada
637	SP	008321/2018	MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO	Invalidada
638	SP	008298/2018	MUNICIPIO DE AMERICO BRASILIENSE	Invalidada
639	SP	008266/2018	MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL	Invalidada
640	SP	008258/2018	MUNICIPIO DE ITATINGA	Invalidada
641	SP	008244/2018	MUNICIPIO DE ARIRANHA	Invalidada
642	SP	008179/2018	MUNICIPIO DE BRAUNA	Invalidada
643	SP	008137/2018	MUNICIPIO DE SEBASTIANOPOLIS DO SUL	Invalidada
644	SP	008065/2018	MUNICIPIO DE SEVERINIA	Invalidada
645	SP	008056/2018	MUNICIPIO DE AGUDOS	Invalidada
646	SP	008041/2018	QUELUZ PREFEITURA	Invalidada
647	SP	008034/2018	RIBEIRAO GRANDE PREFEITURA MUNICIPAL	Invalidada
648	SP	008031/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DA ESPERANCA	Invalidada
649	SP	008029/2018	MUNICIPIO DE SAO ROQUE	Invalidada
650	SP	008027/2018	MUNICIPIO DE SILVEIRAS	Invalidada
651	SP	008026/2018	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS	Invalidada
652	SP	008016/2018	MUNICIPIO DE FERNANDO PRESTES	Invalidada
653	SP	007980/2018	MUNICIPIO DE COLOMBIA	Invalidada
654	SP	007942/2018	MUNICIPIO DE JACUPIRANGA	Invalidada
655	SP	007937/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIROPOLIS	Invalidada
656	SP	007868/2018	MUNICIPIO DE AGUAS DA PRATA	Invalidada
657	SP	007816/2018	MUNICIPIO DE ARAPEI	Invalidada
658	SP	007762/2018	MUNICIPIO DE ANDRADINA	Invalidada
659	SP	007746/2018	MUNICIPIO DE MAIRIPORA	Invalidada
660	SP	007681/2018	MUNICIPIO DE PALESTINA	Invalidada
661	SP	007594/2018	MUNICIPIO DE COROADOS	Invalidada
662	SP	007572/2018	MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE	Invalidada
663	SP	007546/2018	RUBINEIA PREFEITURA	Invalidada
664	SP	007537/2018	MUNICIPIO DE SALTO GRANDE	Invalidada
665	SP	007529/2018	MUNICIPIO DE BARBOSA	Invalidada
666	SP	007367/2018	MUNICIPIO DE SERRA NEGRA	Invalidada
667	SP	007352/2018	MUNICIPIO DE APARECIDA	Invalidada
668	SP	007267/2018	MUNICIPIO DE IRAPUA	Invalidada
669	SP	007257/2018	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO SUL	Invalidada
670	SP	007254/2018	MUNICIPIO DE JAGUARIUNA	Invalidada
671	SP	007219/2018	MUNICIPIO DE JALES	Invalidada
672	SP	007215/2018	MUNICIPIO DE CAJAMAR	Invalidada
673	SP	007196/2018	MUNICIPIO DE TUPI PAULISTA	Invalidada
674	SP	007189/2018	MUNICIPIO DE CUNHA	Invalidada
675	SP	007153/2018	MUNICIPIO DE PIEDADE	Invalidada
676	SP	007128/2018	MUNICIPIO DE PONTES GESTAL	Invalidada
677	SP	006891/2018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE POSSE	Invalidada
678	SP	006817/2018	MUNICIPIO DE ARACATUBA	Invalidada
679	SP	006559/2018	MUNICIPIO DE GUARARAPES	Invalidada
680	SP	006547/2018	MUNICIPIO DE BIRITIBA-MIRIM	Invalidada
681	SP	006510/2018	MUNICIPIO DE CAJOBI	Invalidada
682	SP	006509/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO	Invalidada
683	SP	006391/2018	MUNICIPIO DE GUAPIACU	Invalidada
684	SP	006369/2018	MUNICIPIO DE PIRAPOZINHO	Invalidada
685	SP	006355/2018	MUNICIPIO DE QUINTANA	Invalidada
686	SP	006185/2018	MUNICIPIO DE CAFELANDIA	Invalidada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

687	SP	006158/2018	MUNICIPIO DE PIRAJUI	Invalidada
688	SP	005961/2018	MUNICIPIO DE NANTES	Invalidada
689	SP	005904/2018	MUNICIPIO DE CRAVINHOS	Invalidada
690	SP	005853/2018	MUNICIPIO DE MANDURI	Invalidada
691	SP	005820/2018	MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA	Invalidada
692	SP	005577/2018	MUNICIPIO DE PEDERNEIRAS	Invalidada
693	SP	005475/2018	MUNICIPIO DE FLORIDA PAULISTA	Invalidada
694	SP	005124/2018	MUNICIPIO DE GENERAL SALGADO	Invalidada
695	SP	005058/2018	MUNICIPIO DE AMERICANA	Invalidada
696	SP	004950/2018	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL	Invalidada
697	SP	004688/2018	MUNICIPIO DE CAJURU	Invalidada
698	SP	004682/2018	MUNICIPIO DE UBIRAJARA	Invalidada
699	SP	004182/2018	MUNICIPIO DE TRABIJU	Invalidada
700	SP	003511/2018	MUNICIPIO DE ECHAPORA	Invalidada
701	SP	003434/2018	MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS	Invalidada
702	SP	003059/2018	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE	Invalidada
703	SP	003041/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUA	Invalidada
704	SP	002978/2018	MUNICIPIO DE LAVRINHAS	Invalidada
705	SP	002885/2018	MUNICIPIO DE UBARANA	Invalidada
706	SP	002869/2018	MUNICIPIO DE LOURDES	Invalidada
707	SP	002860/2018	TURIUBA PREFEITURA	Invalidada
708	SP	002389/2018	MUNICIPIO DE MACAUBAL	Invalidada
709	SP	002377/2018	ALVARES FLORENCE PREFEITURA	Invalidada
710	SP	002361/2018	MUNICIPIO DE ALTAIR	Invalidada
711	SP	002344/2018	MUNICIPIO DE ORINDIUVA	Invalidada
712	SP	002329/2018	MUNICIPIO DE NOVA ALIANCA	Invalidada
713	SP	002295/2018	BADY BASSITT PREFEITURA	Invalidada
714	SP	002269/2018	MUNICIPIO DE MONTE APRAZIVEL	Invalidada
715	SP	002253/2018	MUNICIPIO DE BALSAMO	Invalidada
716	SP	002233/2018	MUNICIPIO DE PLANALTO	Invalidada
717	SP	002182/2018	GABRIEL MONTEIRO PREFEITURA	Invalidada
718	SP	002158/2018	MUNICIPIO DE RIOLANDIA	Invalidada
719	SP	002137/2018	POLONI PREFEITURA	Invalidada
720	SP	002117/2018	MUNICIPIO DE NHANDEARA	Invalidada
721	SP	001743/2018	MUNICIPIO DE JOSE BONIFACIO	Invalidada
722	SP	001552/2018	MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO DO TURVO	Invalidada
723	SP	001527/2018	MUNICIPIO DE EMBU-GUACU	Invalidada
724	SP	000759/2018	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DA CONCEICAO	Invalidada
725	SP	000642/2018	MUNICIPIO DE CAIABU	Invalidada
726	SP	000594/2018	MUNICIPIO DE CESARIO LANGE	Invalidada
727	SP	000376/2018	MUNICIPIO DE PALMITAL	Invalidada
728	SP	000203/2018	MUNICIPIO DE MARTINOPOLIS	Invalidada
729	SP	000184/2018	MUNICIPIO DE ANHUMAS	Invalidada
730	SP	000174/2018	MUNICIPIO DE SANTA LUCIA	Invalidada
731	SP	000170/2018	MUNICIPIO DE MOTUCA	Invalidada
732	SP	000166/2018	MUNICIPIO DE EMBAUBA	Invalidada
733	SP	000146/2018	MUNICIPIO DE OSVALDO CRUZ	Invalidada
734	SP	000079/2018	MUNICIPIO DE DOLCINOPOLIS	Invalidada
735	SP	000019/2018	MUNICIPIO DE UNIAO PAULISTA	Invalidada
736	SP	005628/2018	MUNICIPIO DE CAIUA	Invalidada
737	SP	011255/2018	MUNICIPIO DE GUZOLANDIA	Invalidada
738	TO	007662/2018	MUNICIPIO DE CARRASCO BONITO	Invalidada
739	TO	001002/2018	MUNICIPIO DE LUZINOPOLIS	Invalidada
740	TO	006992/2018	MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL	Invalidada

Tabela 3: PROPOSTAS VALIDADAS (instituições públicas federais).

Nº	UF	PROPOSTA	ENTIDADE	STATUS (VALIDADA / INVALIDADA)
1	MG	IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais - Campus Arinos	Validada
2	ES	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Validada
3	PI	UFPI	Universidade Federal do Piauí UFPI	Validada
4	SP	UFSCar	Universidade Federal de São Carlos	Validada

Tabela 4: PROPOSTAS INVALIDADAS (instituições públicas federais).

Nº	UF	PROPOSTA	ENTIDADE	STATUS (VALIDADA / INVALIDADA)
1	RN	IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN - Campus Natal	Invalidada
2	SP	Guarulhos	Organização Eco - Social Água Azul	Invalidada
3	MG	UFV	Universidade Federal de Viçosa	Invalidada

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 65, DE 19 DE MARÇO DE 2018 (*)

Divulga o quantitativo de vagas, no ano de 2018, para a promoção de servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 72 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no § 1º do art. 8º do Decreto nº 8.423, de 30 de março de 2015, e o que consta no Processo Administrativo nº 02000.000660/2015-19, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo desta Portaria, o quantitativo de vagas por classe, disponíveis no Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2018, para a promoção dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Com a aplicação dos percentuais estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 8.423, de 30 de março de 2015, considerado o total geral de 397 (trezentos e noventa e sete) cargos do PECMA no Quadro de Pessoal Efetivo do Ministério do Meio Ambiente, o número de vagas disponíveis para a promoção, no ano de 2018, em cada classe ficará limitado aos seguintes quantitativos:

1.Classe B: 34 (trinta e quatro) vagas;
2.Classe C: 29 (vinte e nove) vagas; e
3.Classe Especial "S": 29 (vinte e nove) vagas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO

ANEXO

QUADRO DE VAGAS PARA FINS DE PROMOÇÃO NO PECMA - ANO DE 2018

Detalhamento das Vagas	TOTAL GERAL DE CARGOS	Classe A		Classe B			Classe C			Classe S		
		25%		35%			20%			20%		
		Total de Cargos	Cargos Ocupados	Total de Cargos	Cargos Ocupados	Vagas para Promoção	Total de Cargos	Cargos Ocupados	Vagas para Promoção	Total de Cargos	Cargos Ocupados	Vagas para Promoção
	397	99	0	139	105	34	79	50	29	80	51	29

Fonte dos Dados: Extrator de Dados - Dez/2017

(*) Republicado por ter saído no no DOU, Seção 1, de 21-3-2018, pág. 61, com incorreção do original.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 3.059, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04972.000936/2005-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, ao Sr. Giovanni Paolo Voltolini, inscrito no CPF nº 016.344.169-37, de espaço físico em águas públicas, com área total de 1.355,71 m², localizada à Rua Manoel Felipe da Silva nº 325, centro, Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as características descritas no Memorial Descritivo de nº (doc. Sei 0751010 do NUP 04972.000936/2005-17).

Parágrafo único. O espaço físico em águas públicas a que se refere o caput é contíguo ao terreno regularmente cadastrado sob o regime de ocupação em nome da pretensa cessionária sob o RIP nº 8265.0100213-20.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização de estrutura constituída no espaço aquático da União com o objetivo de atender demandas de embarcação de turistas e da comunidade local.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica o outorgado cessionário obrigado a pagar anualmente à União, a título de arrendamento, o valor de R$ 4.583,38 (quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), quantia que pode ser também recolhida mensalmente pelo valor proporcional.

§ 1º A retribuição anual deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, utilizando-se a variação do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pelo arrendamento do imóvel será revisado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a superveniência de fatores que tenham alterado o equilíbrio econômico do contrato.

Art. 5º Fica o cessionário obrigado a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação do espaço físico em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º O cessionário deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 3.137, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 2.398/1987; no art. 23 da Lei nº 11.481/2007; no art. 4°, II, c da Lei nº 11.124/2005; na Lei nº 11.977/2009; no artigo 17, I, f da Lei nº 8.666/1993, e nos elementos que integram o processo nº 04902.002786/2013-10, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de provisão habitacional de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, nos termos da Portaria nº 45, de 6 de abril de 2015, os imóveis da União, classificados como nacional interior, localizados na rua Amâncio Pereira dos Santos, lotes nº 7 e nº 42 da quadra 2022, na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, com a capacidade mínima de 32 unidades habitacionais.

§1º Os imóveis da União de que tratam o caput estão cadastrados no SPIUNET nos RIPs 8599 00119.500-3 e 8599 00119.500-4, com a áreas de 3.556,00m² e 1.191,50m², respectivamente, e registrados nas matrículas nº 108.691 e nº 108.692 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul/RS. As áreas mencionadas correspondem às características e confrontações que constam na matrícula.

§2º Os imóveis identificados neste artigo são de interesse público para a destinação à entidade habilitada no âmbito dos programas habitacionais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, para fins de execução de projetos de provisão habitacional direcionado ao atendimento da população de menor renda, com dispensa de licitação nos termos do art. 18, § 6°, da Lei nº 9.636/1998 e art. 17, I, f da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º O Programa Minha Casa, Minha Vida - ENTIDADES, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos termos da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009, regulamentado pelo Ministério das Cidades, tem como objetivo apoiar ENTIDADES privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem no acesso à moradia digna, em localidades urbanas, voltadas às famílias de baixa renda.

Art. 3º A destinação dos imóveis identificados no art. 1º poderão ser feitas à entidade que apresentar proposta e que atenda aos requisitos estabelecidos na Portaria SPU nº 45/2015.

Art. 4º As Entidades poderão manifestar seu interesse pelo imóvel identificado no art.1º encaminhando Carta-Consulta, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da SPU, no endereço http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/habilitacao-de-interesse-social(Anexo II Portaria nº 45), assinada pelo representante legal indicado como responsável no processo de habilitação do Ministério das Cidades, ou por seu sucessor, devidamente identificado e qualificado.

Parágrafo Único. A Entidade deverá entregar a Carta-Consulta preenchida e o restante dos documentos citados no art. 4º da Portaria SPU nº 45/2015, na Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul - SPU/RS, protocolando-a no Setor de Atendimento ao Público da SPU/RS, na Avenida Loureiro da Silva, 445, sala 1028, 10º andar, na cidade de Porto Alegre, no horário entre 9h até 12h e entre 13h30 até 17h (horário de Brasília), até 15 dias consecutivos após a publicação da presente Portaria.

Art. 5º A SPU/RS dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóvel da 2ª Zona de Caxias do Sul e à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 3.139, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista os arts. 18, inciso I, § 5º, e 19, inciso III e V, alínea "a", da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o art. 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 17, parágrafo 2º, inciso I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo nº 00040.800086/3258, resolve:

Art. 1º. Autorizar a cessão de uso em condições especiais, sob o regime de arrendamento, ao Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, do imóvel de domínio da União, caracterizado como ilha costeira, denominado "COROA DO AVIÃO", com área total de 87.449,377m² e perímetro de 2.636,1199 m, situado ao sul da Ilha de Itamaracá, no canal de Santa Cruz.

Paragrafo único. As medidas e confrontações da área a que se refere o caput constam do memorial descritivo, (SEI 2623909).

Art. 2º. A cessão a que se refere o art. 1º, se destina à regularização e implantação do Projeto de Intervenção da Ilha Coroa do Avião, com o objetivo de proporcionar o uso e a exploração da ilha, ancorada na sustentabilidade social, econômica, ecológica, cultural e espacial.

Art. 3º. O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério da administração.

Parágrafo único. O prazo para implantação e funcionamento dos quiosques será de 3 (três) anos, contados da data de assinatura do contrato

Art. 4º. O valor anual atualizado de retribuição à União, a título de arrendamento, da área de 7.036,10 m², é de R$ 53.484,21 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos).

§ 1º Fica concedido o prazo de carência de 3 (três) anos, a contar a data da assinatura do respectivo contrato, para início de pagamento de retribuição à União pelo uso do bem público de sua propriedade.

§ 2º Durante o prazo previsto da carência, fica o cessionário proibido de explorar economicamente a área requerida.

§ 3º Expirado o prazo de carência, durante o restante do prazo previsto no art. 3º, fica o cessionário obrigado a pagar anualmente à União, a título de arrendamento, o valor a ser determinado em nova avaliação pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco, pelo uso da área destinada para fins lucrativos.

§ 4º A retribuição anual deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 5º O valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, utilizando-se a variação do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo.

§ 6º O valor da retribuição pelo arrendamento do imóvel será revisado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a superveniência de fatores que tenham alterado o equilíbrio econômico do contrato.

Art. 5º. Fica o cessionário autorizado a locar ou arrendar partes do imóvel cedido, observados os procedimentos licitatórios previstos em Lei.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pelo Município de Igarassu/PE, de todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à construção e funcionamento dos quiosques de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à observância das normas legais, regulamentos e recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 7º Compete ao cessionário identificar as ocupações irregulares existentes e tomar as providencias necessárias para retomada das áreas invadidas.

Art. 8º. O cessionário deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 3.128, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 18, da Lei 9.639/98, bem como os elementos que integram o Processo nº 04905.000722/2008-97, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Brumado, do imóvel da União, medindo 13,8505 ha, situado no Bairro Apertado do Morro, Município de Brumado/BA, recebido da extinta Rede Ferroviária Federal S.A / RFFSA, pelo Termo de Transferência Nº 016/2008.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se parte ao estabelecimento de Almoxarifado Municipal (33.418,32 m²) e parte à preservação ambiental através de criação de Parque Municipal (105.086,68 m²), em Brumado/BA.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de 10 anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessíveis períodos.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2o desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO SABACK ERUDILHO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 3.111, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, e artigo 40 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os elementos que integram o Processo Administrativo 04962.005358/2016-87, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão com encargo, sob regime de concessão do direito real de uso (CDRU) gratuito resolúvel ao Movimento de Luta de Bairros, Vilas e Favelas - MLB, do imóvel da União, conceituado como nacional interior e localizado na Avenida 21 de Abril, bairro de Afogados, próximo à Estação do Metrô, Município de Recife, Estado de Pernambuco, constituído por um terreno de 24.369,00 m², registrado sob a Matrícula nº 65.923, do Quarto Serviço de Registro de Imóveis de Recife/PE.

Art. 2º - A cessão a que se refere o art. 1º se destina à execução de projeto de interesse social de provisão habitacional, com a finalidade específica de atendimento a aproximadamente 340 (trezentos e quarenta) famílias de baixa renda que se enquadram nas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida, em conformidade com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 5 (cinco) anos para a conclusão do empreendimento, e para a titulação das áreas fracionadas em nome dos beneficiários finais, a contar da data de assinatura do contrato de CDRU, prorrogável por igual período, a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º - A concessão do direito real de uso será por tempo indeterminado.

Art. 4º - Fica o cessionário obrigado a transferir gratuitamente o direito real de uso de parcelas do imóvel aos beneficiários do projeto de regularização fundiária de interesse social conforme art. 7º § 4º do Decreto-Lei nº 271, de 1967.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE FERREIRA LIMA LINS CALDAS

PORTARIA Nº 3.116, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, e artigo 40 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os elementos que integram o Processo Administrativo 04962.001934/2016-17, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão com encargo, sob regime de concessão do direito real de uso (CDRU) gratuito resolúvel à Associação de Apoio ao Sem Teto da Região Nordeste - AAST, do imóvel da União classificado como Quadra I, composta de 20 lotes, localizado no Loteamento José Barros Sobrinho, Vassoural, Município Caruaru, Estado de Pernambuco/PE, totalizando área de 7.200,00m², sendo os lotes registrados sob as Matrículas nº(s) 3675, 3677, 3678, 3679, 3674, 4371, 4372, 4373, 4374, 3680, 3676, 3681, 3682, 3683, 3684, 3685, 4375, 4376, 4377 e 4378, do 1º Cartório do Registro de Imóveis - Nivaldo Freitas Vidal, em Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - A cessão a que se refere o art. 1º se destina à execução de projeto de interesse social de provisão habitacional, com a finalidade específica de atendimento a 192 (cento e noventa e duas) famílias de baixa renda que se enquadram nas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida, em conformidade com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 5 (cinco) anos para a conclusão do empreendimento, e para a titulação das áreas fracionadas em nome dos beneficiários finais, a contar da data de assinatura do contrato de CDRU, prorrogável por igual período, a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º - A concessão do direito real de uso será por tempo indeterminado.

Art. 4º - Fica o cessionário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o direito real de uso de parcelas do imóvel aos beneficiários do projeto de regularização fundiária de interesse social conforme art. 7º § 4º do Decreto-Lei nº 271, de 1967.

Art. 5º - A Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco se compromete a providenciar a unificação das matrículas dos lotes informados no art. 1º.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE FERREIRA LIMA LINS CALDAS

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2018

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, a retificação publicada no DOU n° 054 de 20/03/2018, Seção 1, p. 84, Processo: 47039.010971/2018-21, onde se lê: Mãe: WALBURGA ELEONORE OLIVIA BATLES; Pai: REIMUND HEIKO ROLAND BATLES, leia-se: Mãe: WALBURGA ELEONORE OLIVIA BALTES; Pai: REIMUND HEIKO ROLAND BALTES.

HUGO GALLO MEDEIROS DA SILVA
Coordenador-Geral

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.019161/2015-96	208073507	BRF S.A.	AM
2	46202.019162/2015-31	208073515	BRF S.A.	AM
3	46202.019163/2015-85	208073523	BRF S.A.	AM
4	46202.019164/2015-20	208073531	BRF S.A.	AM
5	46202.019165/2015-74	208073540	BRF S.A.	AM
6	46202.019166/2015-19	208073558	BRF S.A.	AM
7	46202.019167/2015-63	208073566	BRF S.A.	AM
8	46202.019168/2015-16	208073574	BRF S.A.	AM
9	46202.019169/2015-52	208073582	BRF S.A.	AM
10	46202.019170/2015-87	208073591	BRF S.A.	AM
11	46202.019171/2015-21	208073604	BRF S.A.	AM
12	46202.020842/2015-05	208312251	Editora Ana Cassia Ltda	AM
13	46202.020843/2015-41	208312242	Editora Ana Cassia Ltda	AM
14	46202.020844/2015-96	208312315	Editora Ana Cassia Ltda	AM
15	46202.020845/2015-31	208312269	Editora Ana Cassia Ltda	AM
16	46202.016770/2015-93	207879737	HTA Industria e Comercio Ltda	AM
17	46202.016790/2015-64	207956847	HTA Industria e Comercio Ltda	AM
18	47904.013368/2012-60	24790494	Clinica Ortopedica e Traumatologica S/A	BA
19	47904.013369/2012-12	24790508	Clinica Ortopedica e Traumatologica S/A	BA
20	47904.011301/2013-71	201140730	Comercio de Combustiveis Conquista Ltda	BA
21	47904.013680/2012-53	24814318	Consil Empreendimentos Ltda	BA
22	47904.009387/2012-91	24849472	Grupo Hospitalar Matter-Dei Ltda	BA
23	47904.009390/2012-13	24849448	Grupo Hospitalar Matter-Dei Ltda	BA
24	47904.009404/2012-91	24441180	Grupo Hospitalar Matter-Dei Ltda	BA
25	47904.009408/2012-79	24441163	Grupo Hospitalar Matter-Dei Ltda	BA
26	47904.009409/2012-13	24441171	Grupo Hospitalar Matter-Dei Ltda	BA
27	47904.016297/2013-38	201760487	RCA Construcoes Ltda EPP	BA
28	47904.016299/2013-27	201760461	RCA Construcoes Ltda EPP	BA
29	47904.016304/2013-00	201760444	RCA Construcoes Ltda EPP	BA
30	47904.017967/2013-33	202009505	RCA Construcoes Ltda EPP	BA
31	47904.017968/2013-88	202009548	RCA Construcoes Ltda EPP	BA
32	47904.006107/2013-74	200578880	Santa Casa de Misericordia	BA
33	46206.003304/2015-16	206133693	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	DF
34	46207.000638/2014-39	202719707	Enge Urb Ltda	ES
35	46207.000639/2014-83	202719715	Enge Urb Ltda	ES
36	46207.000640/2014-16	202719731	Enge Urb Ltda	ES
37	46207.000642/2014-05	202720152	Enge Urb Ltda	ES
38	46207.000645/2014-31	202720772	Enge Urb Ltda	ES
39	46248.000463/2014-83	203044959	Anjo da Guarda Alarmes Eletronicos Ltda - ME	MG
40	46248.002381/2015-54	207472912	Athletic Way Comércio de Equipamentos para Ginastica e Fisioterapia Ltda	MG
41	46234.002242/2014-07	204074070	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
42	46234.002243/2014-43	204074045	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
43	46234.002244/2014-98	204074061	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
44	46234.002245/2014-32	204074088	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
45	46234.002246/2014-87	204472784	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46	46234.002247/2014-21	204472806	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
47	46234.002257/2014-67	204472831	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
48	46234.002260/2014-81	204074053	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
49	46234.002261/2014-25	204074096	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
50	46234.002263/2014-14	204472814	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
51	46234.002264/2014-69	204472849	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
52	46234.002265/2014-11	204472792	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
53	46234.002266/2014-58	204472822	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
54	46234.002280/2014-51	204074002	Cooperativa dos Extratores Pedras do Patrimonio de São Tomé das Letras Ltda.	MG
55	46241.000113/2014-87	202632857	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
56	46241.000114/2014-21	202632865	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
57	46241.000115/2014-76	202632873	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
58	46241.000116/2014-11	202632881	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
59	46241.000119/2014-54	202632911	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
60	46241.000134/2014-01	202700160	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda.	MG
61	46239.002629/2015-96	208433007	Marisa Lojas S.A.	MG
62	46239.002665/2015-50	208480960	Marisa Lojas S.A.	MG
63	46239.002833/2015-15	208553011	Marisa Lojas S.A.	MG
64	46239.002834/2015-51	208553754	Marisa Lojas S.A.	MG
65	47747.000674/2014-58	202772284	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A	MG
66	46243.000389/2015-26	206028644	MRV Construções Ltda	MG
67	46243.000391/2015-03	206028521	MRV Construções Ltda	MG
68	46243.000393/2015-94	206028504	MRV Construções Ltda	MG
69	46243.000396/2015-28	206028326	MRV Construções Ltda	MG
70	46243.000398/2015-17	206014619	MRV Construções Ltda	MG
71	46502.000112/2015-03	206003510	Raizen Combustíveis S/A	MG
72	46504.002479/2014-52	204376114	Safm Mineracao Ltda	MG
73	46504.002480/2014-87	204376050	Safm Mineracao Ltda	MG
74	46504.002481/2014-21	204376033	Safm Mineracao Ltda	MG
75	46504.002487/2014-07	204343666	Safm Mineracao Ltda	MG
76	46504.002488/2014-43	204339031	Safm Mineracao Ltda	MG
77	46504.002489/2014-98	204339103	Safm Mineracao Ltda	MG
78	46504.002490/2014-12	204339863	Safm Mineracao Ltda	MG
79	46504.002491/2014-67	204338719	Safm Mineracao Ltda	MG
80	46504.002492/2014-10	204340373	Safm Mineracao Ltda	MG
81	46504.002493/2014-56	204346738	Safm Mineracao Ltda	MG
82	46504.002495/2014-45	204355311	Safm Mineracao Ltda	MG
83	46504.002496/2014-90	204354978	Safm Mineracao Ltda	MG
84	46504.002482/2014-76	204376092	Safm Mineração Ltda	MG
85	46504.002483/2014-11	204376041	Safm Mineração Ltda	MG
86	46504.002484/2014-65	204375983	Safm Mineração Ltda	MG
87	46504.002485/2014-18	204375941	Safm Mineração Ltda	MG
88	46504.002486/2014-54	204375967	Safm Mineração Ltda	MG
89	46242.000506/2011-38	22089390	Seara Alimentos S/A	MG
90	46239.000217/2015-11	205733841	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
91	46239.000144/2015-68	205733794	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
92	46239.000146/2015-57	205733824	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
93	46239.000216/2015-77	205733859	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
94	46502.001162/2015-08	206828616	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
95	46502.001163/2015-44	206828608	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
96	46502.001164/2015-99	206828594	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
97	46502.001165/2015-33	206828586	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
98	46502.001166/2015-88	206828560	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
99	46502.001167/2015-22	206761660	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
100	46502.001168/2015-77	206761694	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
101	46502.001169/2015-11	206761686	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
102	46502.001170/2015-46	206761678	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
103	47747.004855/2015-34	206385455	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
104	47747.004856/2015-89	206552271	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
105	47747.004857/2015-23	206563973	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
106	47747.004858/2015-78	206393598	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
107	47747.004525/2015-49	206563965	Viacao Torres Ltda	MG
108	47747.004526/2015-93	206385439	Viacao Torres Ltda	MG
109	47747.004527/2015-38	206393563	Viacao Torres Ltda	MG
110	47747.004528/2015-82	206393601	Viacao Torres Ltda	MG
111	47747.006766/2015-22	206761571	Viacao Torres Ltda	MG
112	47747.006767/2015-77	206761562	Viacao Torres Ltda	MG
113	47747.006768/2015-11	206761554	Viacao Torres Ltda	MG
114	47747.006769/2015-66	206761546	Viacao Torres Ltda	MG
115	47747.006770/2015-91	206836384	Viacao Torres Ltda	MG
116	47747.006771/2015-35	206836368	Viacao Torres Ltda	MG
117	47747.006772/2015-80	206669712	Viacao Torres Ltda	MG
118	47747.006773/2015-24	206669674	Viacao Torres Ltda	MG
119	47747.006774/2015-79	206669691	Viacao Torres Ltda	MG
120	46653.001017/2015-95	205989004	MRV Construções Ltda	MT
121	46653.001018/2015-30	205988997	MRV Construções Ltda	MT
122	46653.001027/2015-21	205989063	MRV Construções Ltda	MT
123	46653.001028/2015-75	205992358	MRV Construções Ltda	MT
124	46653.001029/2015-10	205989047	MRV Construções Ltda	MT
125	46653.001030/2015-44	205989039	MRV Construções Ltda	MT
126	46653.001031/2015-99	205989021	MRV Construções Ltda	MT
127	46653.001032/2015-33	205989012	MRV Construções Ltda	MT
128	46222.011932/2014-88	205612121	Hapvida Assistencia Medica Ltda	PA
129	46222.006738/2005-90	6723322	K. M. Servicos Gerais Ltda	PA
130	46214.006792/2014-25	204559227	Metaco Metalurgica Ltda - EPP	PI
131	46214.007189/2014-61	204702071	Metaco Metalurgica Ltda - EPP	PI
132	47533.005218/2015-91	20631987	Companhia Ultragaz S A	PR
133	47533.007578/2015-27	206973136	Companhia Ultragaz S A	PR
134	47533.016085/2014-05	205354408	Companhia Ultragaz S A	PR
135	47533.016086/2014-41	205354131	Companhia Ultragaz S A	PR
136	47533.016087/2014-96	205354246	Companhia Ultragaz S A	PR
137	47533.015529/2013-04	202602371	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
138	47533.015530/2013-21	202602478	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
139	47533.015532/2013-10	202602010	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
140	47533.015533/2013-64	202602061	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
141	47533.015534/2013-17	202602150	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
142	47533.015535/2013-53	202602311	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
143	47533.015536/2013-06	202601951	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
144	47533.015537/2013-42	202602991	Depila Locadora de Espacos para Profissionais da Beleza	PR
145	47533.017550/2015-06	208375856	MRV Engenharia e Participacoes S.A	PR
146	47533.017551/2015-42	208375929	MRV Engenharia e Participacoes S.A	PR
147	47533.013285/2015-89	207864896	Onça Construções Ltda	PR
148	47533.013286/2015-23	207864934	Onça Construções Ltda	PR
149	47533.013287/2015-78	207864900	Onça Construções Ltda	PR
150	47533.013288/2015-12	207869880	Onça Construções Ltda	PR
151	47533.013289/2015-67	207868174	Onça Construções Ltda	PR
152	47533.013290/2015-91	207869901	Onça Construções Ltda	PR
153	47533.013291/2015-36	207868247	Onça Construções Ltda	PR
154	47533.013495/2015-77	207864888	Onça Construções Ltda	PR
155	47533.013496/2015-11	207868166	Onça Construções Ltda	PR
156	47533.013503/2015-85	207868182	Onça Construções Ltda	PR
157	47533.013504/2015-20	207864942	Onça Construções Ltda	PR
158	47533.013505/2015-74	207868212	Onça Construções Ltda	PR
159	47533.013506/2015-19	207878960	Onça Construções Ltda	PR
160	47533.013507/2015-63	207864918	Onça Construções Ltda	PR
161	47533.013508/2015-16	207878251	Onça Construções Ltda	PR
162	47533.013511/2015-21	207868191	Onça Construções Ltda	PR
163	47533.013512/2015-76	207864861	Onça Construções Ltda	PR
164	47533.013526/2015-90	207868204	Onça Construções Ltda	PR
165	47533.013529/2015-23	207878587	Onça Construções Ltda	PR
166	47533.013284/2015-34	207595542	Onça Construções Ltda.	PR
167	47533.013509/2015-52	207595569	Onça Construções Ltda.	PR
168	47533.013527/2015-34	207595526	Onça Construções Ltda.	PR
169	47533.013528/2015-89	207595518	Onça Construções Ltda.	PR
170	46215.006390/2014-11	203115996	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
171	46215.029173/2013-18	202390225	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
172	46215.029174/2013-62	202390233	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
173	46215.029175/2013-15	202390241	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
174	46215.029177/2013-04	202390276	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
175	46215.029178/2013-41	202390284	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
176	46215.029179/2013-95	202390292	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
177	46215.029180/2013-10	202390314	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
178	46215.029181/2013-64	202390322	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
179	46215.029744/2013-14	202435083	Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A	RJ
180	46215.006391/2014-65	203116283	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

181	46215.006392/2014-18	203116208	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ
182	46215.006428/2014-55	203062191	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ
183	46215.006452/2014-94	203119843	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ
184	46215.006453/2014-39	203119932	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ
185	46215.006463/2014-74	203119908	Construtora Norberto Odebrecht S A	RJ
186	46216.003298/2014-99	204152976	Minerva Industria e Comercio de Alimentos S/A	RO
187	46225.000748/2016-44	208889353	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
188	46225.000763/2016-92	208906860	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
189	46225.003854/2015-07	207619131	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
190	46225.003855/2015-43	207618925	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
191	46225.003856/2015-98	207618216	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
192	46225.004337/2015-47	207826901	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
193	46225.004338/2015-91	207795738	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
194	46225.004339/2015-36	207823669	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
195	46225.004340/2015-61	207826269	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
196	46274.002040/2015-61	207237913	Protasio Petry	RS
197	46274.002043/2015-03	207237930	Protasio Petry	RS
198	46274.002044/2015-40	207237948	Protasio Petry	RS
199	46274.002045/2015-94	207237956	Protasio Petry	RS
200	46274.002046/2015-39	207237964	Protasio Petry	RS
201	46274.002047/2015-83	207237972	Protasio Petry	RS
202	46274.002048/2015-28	207237981	Protasio Petry	RS
203	46274.002049/2015-72	207237999	Protasio Petry	RS
204	46274.002050/2015-05	207238014	Protasio Petry	RS
205	46274.002051/2015-41	207238022	Protasio Petry	RS
206	46274.002052/2015-96	207238031	Protasio Petry	RS
207	46274.002054/2015-85	207238316	Protasio Petry	RS
208	46274.002055/2015-20	207238324	Protasio Petry	RS
209	46274.002056/2015-74	207238006	Protasio Petry	RS
210	46274.002057/2015-19	207238308	Protasio Petry	RS
211	46220.003851/2014-24	203978234	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
212	46220.003853/2014-13	203977904	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
213	46220.003857/2014-00	203975103	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
214	46220.003858/2014-46	203975871	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
215	46220.003859/2014-91	203975669	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
216	46220.003860/2014-15	203976789	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
217	46220.003861/2014-60	203976347	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
218	46220.003862/2014-12	203976681	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
219	46220.003864/2014-01	25916505	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
220	46220.003865/2014-48	204014883	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
221	46220.003866/2014-92	204015316	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
222	46220.003867/2014-37	204015961	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
223	46220.003870/2014-51	204015481	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
224	46220.003873/2014-94	204015782	Inplac Industria de Plasticos S A	SC
225	46258.001020/2011-48	023996714	CVC Steel Estruturas Metálicas Ltda. - EPP	SP
226	46254.005406/2015-92	208335129	Fernando José Zillo e Outros	SP
227	46254.005408/2015-81	208335099	Fernando José ZilloeE Outros	SP
228	46257.003868/2013-83	201136295	Fundação Instituto Tecnologico de Osasco	SP
229	46257.003869/2013-28	201136490	Fundação Instituto Tecnologico de Osasco	SP
230	46257.003870/2013-52	201136376	Fundação Instituto Tecnologico de Osasco	SP
231	46258.000700/2015-78	206078471	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Osvaldo Cruz	SP
232	46258.001404/2015-94	206524595	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Osvaldo Cruz	SP
233	46262.000670/2015-31	206051450	Viacao Cidade de Maua Ltda - ME	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.020841/2015-52	200.625.993	Editora Ana Cassia Ltda.	AM
2	46202.001194/2016-61	200.663.330 - Tret nº 200.744.577	Rouvier Transportes Intermodal Ltda.	AM
3	46203.002311/2013-51	200.092.502	Construtora Tempo Ltda. - ME	AP
4	46204.005628/2010-96	506.405.303 - Tret nº 506.522.431	Albuquerque e Teixeira Ltda.	BA
5	46502.001171/2015-91	200.515.641	Viação Santa Edwiges Ltda.	MG
6	46215.483399/2009-84	506.316.360	Agrisul Agrícola Ltda.	RJ
7	46215.011295/2012-77	506.605.361	Fisioterapia e Requilibrio Corporal Ltda. ME	RJ
8	46219.08676/2007-80	205.873.630 - Tret nº 506.699.790	Eduardo Pacheco de Queiroz - ME	SP
9	46257.003872/2013-41	200.126.571	Fundação Instituto Tecnológico de Osasco	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.002621/2011-83	019884656	Captar Serviços Técnicos Ltda.	DF
2	47533.007589/2015-15	206973675	Companhia Ultragaz S.A.	PR
3	46225.003214/2016-70	209804416	Caixa Econômica Federal	RR
4	46225.000790/2016-65	208916725	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
5	46261.001685/2014-45	200215116	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46225.000753/2016-57	208906762	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
2	46225.000886/2016-23	208934456	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
3	46225.000880/2016-56	208934341	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
4	46225.000862/2016-74	208934006	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
5	46225.000876/2016-98	208934308	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
6	46225.000858/2016-14	208933891	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
7	46225.000875/2016-43	208934294	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
8	46225.000866/2016-52	208934081	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
9	46225.000879/2016-21	208934332	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
10	46225.000871/2016-65	208934171	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
11	46225.000877/2016-32	208934316	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
12	46225.000863/2016-19	208934057	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
13	46225.000882/2016-45	208934375	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
14	46225.000883/2016-90	208934405	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
15	46225.000885/2016-89	208934448	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
16	46225.000853/2016-83	208933786	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
17	46225.000873/2016-54	208934251	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
18	46225.000861/2016-20	208933981	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
19	46225.000855/2016-72	208933808	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
20	46225.000859/2016-51	208933913	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
21	46225.000772/2016-83	208913882	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
22	46225.000769/2016-60	208913831	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
23	46225.000801/2016-15	208917217	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
24	46225.000777/2016-14	208913971	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
25	46225.000773/2016-28	208913912	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
26	46225.000781/2016-74	208914102	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
27	46225.000776/2016-61	208913947	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28	46225.000788/2016-96	208916652	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
29	46225.000800/2016-62	208917195	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
30	46225.000782/2016-19	208914161	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
31	46225.000787/2016-41	208916598	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
32	46225.000789/2016-31	208916695	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
33	46225.000775/2016-17	208913939	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
34	46225.000798/2016-21	208917152	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
35	46225.000799/2016-76	208917179	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
36	46225.000806/2016-30	208917519	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
37	46225.000774/2016-72	208913921	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
38	46225.000770/2016-94	208913858	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
39	46225.000783/2016-63	208914188	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
40	46225.000792/2016-54	208916890	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
41	46225.000796/2016-32	208917128	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
42	46225.000779/2016-03	208914064	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
43	46225.000867/2016-05	208934120	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
44	46225.000786/2016-05	208916504	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
45	46225.000874/2016-07	208934286	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
46	46225.000881/2016-09	208934367	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
47	46225.000752/2016-11	208906754	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
48	46225.000870/2016-11	208934189	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
49	46225.000759/2016-24	208906827	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
50	46225.002118/2016-12	209337842	M das Gracas A Pereira - ME	RR

2.2 Pela procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.019665/2013-08	202233936	Ornato Comércio Ltda. - EPP	BA
2	47533.004779/2015-72	020631979	Companhia Ultragaz S.A.	PR
3	46225.003213/2016-25	209804513	Caixa Econômica Federal	RR
4	46225.000749/2016-99	208906711	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
5	46225.000750/2016-13	208906738	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
6	46225.000751/2016-68	208906746	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
7	46225.000754/2016-00	208906771	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
8	46225.000755/2016-46	208906789	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
9	46225.000756/2016-91	208906797	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
10	46225.000757/2016-35	208906801	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
11	46225.000758/2016-80	208906819	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
12	46225.000760/2016-59	208906835	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
13	46225.000761/2016-01	208906843	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
14	46225.000762/2016-48	208906851	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
15	46225.000764/2016-37	208906878	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
16	46225.000765/2016-81	208906886	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
17	46225.000766/2016-26	208906894	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
18	46225.000767/2016-71	208906908	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
19	46225.000851/2016-94	208931040	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
20	46225.000852/2016-39	208931058	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
21	46225.000887/2016-78	208934464	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
22	46225.000890/2016-91	208917900	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
23	46225.000891/2016-36	208917896	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
24	46225.000895/2016-14	208936076	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
25	46225.002119/2016-59	209337478	M. das Graças A. Pereira - ME	RR
26	46225.002120/2016-83	209337524	M. das Graças A. Pereira - ME	RR

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46225.000771/2016-39	208913866	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
2	46225.000778/2016-51	208913998	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
3	46225.000780/2016-20	208914099	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
4	46225.000784/2016-16	208914218	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
5	46225.000802/2016-51	208917241	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
6	46225.000804/2016-41	208917667	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
7	46225.000856/2016-17	208933824	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
8	46225.000857/2016-61	208933859	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
9	46225.000860/2016-85	208933972	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
10	46225.000864/2016-63	208934031	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
11	46225.000865/2016-16	208934065	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
12	46225.000868/2016-41	208934138	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
13	46225.000869/2016-96	208934154	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
14	46225.000872/2016-18	208934227	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
15	46225.000878/2016-87	208934324	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
16	46225.000884/2016-34	208934430	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
17	46225.000889/2016-67	208917888	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
18	46225.000893/2016-25	208935860	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
19	46225.000894/2016-70	208935886	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
20	46225.000896/2016-69	208936084	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
21	46225.000897/2016-11	208936092	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - CAER	RR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3- Pele sobrestamento dos processos:
3.1 - Pela procedência do auto de infração e encerramento do processo nos termos do art. 42 da Portaria nº 854/2015. O processo deverá ficar sobrestado até decisão judicial definitiva.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47533.015266/2013-25	202417891	Depio XII - Centro de Estética Ltda. - ME	PR
Nº	PROCESSO	NOTIFICA-ÇÃO DE DÉB-ITO DE FGTS	EMPRESA	UF
2	47533.015267/2013-70	200.206.923	Depio XII - Centro de Estética Ltda. - ME	PR

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processo de interdição no seguinte termo:
Negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	47521.000117/2017-24	30320-8/016/2017	Carlos Ricardo Fissmer - ME (K.F. Madeiras Ltda.)	SC

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.009138/2014-33
Entidade	SEESSS - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santiago
CNPJ	91.111.591/0001-20
Fundamento	NT 265/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 263/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ANTONIO JOAO-MS, CNPJ n° 01.988.864/0001-26, Processo n°46312.007278/2014-07, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 256/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ABELARDO LUZ E OURO VERDE, CNPJ n° 82.501.016/0001-42, Processo n°46220.006708/2014-94, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 255/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo n. 46221.006621/2016-79 (SA03521), de interesse da FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE - FETASE, CNPJ: 00.647.378/0001-81, nos termos do artigo 5º, inciso II da Portaria 186/2008 e por analogia o art. 27, I, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 266/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo n. 46204.001546/2014-04 (SC15709), de interesse do SINECAV-UBAITABA - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ATACADISTA E VAREGISTA DE UBAITABA-BA, CNPJ: 19.276.453/0001-73, nos termos do art. 27, I, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46224.004529/2014-82
Entidade	SAFER/ARARA - Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Arara
CNPJ	20.258.559/0001-23
Fundamento	NT 264/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 257 /2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n°46204.010983/2014-19, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Capim Grosso Bahia, (SINSP), CNPJ: 08.691.311/0001-56.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 14 DE MARÇO DE 2018

Tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Judicial n.° 0001318-91.2017.5.10.0010, a Nota Técnica n.° 12/2018/CIP/SRT/MTb e a Portaria 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho no uso de suas atribuições legais, resolve DESARQUIVAR o Processo Administrativo n.° 46215.030484/2013-20 SINDICATO DAS EMPREGADORAS E EMPREGADORES DOMESTICOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ: 19.352.853/0001-10, para reanálise do pedido

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
Secretário

DESPACHO DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 269/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) SICOLESTE - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares da Costa Leste e Região de Mato Grosso do Sul, CNPJ 08.371.113/0001-05, Processo 46312.003290/2014-34; 2) Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Mato Grosso do Sul, CNPJ 15.461.643/0001-00, Carta Sindical L094 P031 A1983, Impugnação 46000.003422/2017-94; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013."

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.014124/2014-51
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, Pecuária, Individuais e Familiares, os Assentados e os Aposentados Rurais dos Municípios de Nova Veneza, Aparecida de Goiânia, Brazabrantes, Goiânia, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo - GO.
CNPJ	01.064.104/0001-22
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*Goiás*: Aparecida de Goiânia, Brazabrantes, Goiânia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo.
Fundamento	NT 268/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Trabalhadores e Trabalhadoras Ativos da Agricultura: a) os pequenos produtores, proprietários rurais ou não, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, os assentados rurais pelo processo da Reforma Agrária, que exerçam suas atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, limitado a 02 (dois) módulos rurais, executado sob mútua dependência e colaboração, com ajuda eventual de terceiros, sem empregados de caráter permanente; b) Inativos: os aposentados rurais deste segmento. São também Trabalhadores e/ou Empregados Ativos da Agricultura: os diaristas, os volantes, os boias-frias, os assalariados em geral, que exercem atividades nos seguintes setores: a) CANAVIEIRO: cortadores e/ou catadores de bitucas, carregadores, plantadores, preparadores de aceiros; b) CITRICULTORES: plantadores, tratadores, colhedores de frutas e carregadores; c) CULTURAS DIVERSIFICADAS: preparadores de terra, operadores de máquinas agrícolas, semeadores, tratadores, colhedores, carregadores de culturas diversas, inclusive, da hortifruticultura, da floricultura, da piscicultura, da apicultura; d) GRANJEIROS: criadores de animais de pequeno porte (aves, coelhos, caprinos, suínos, etc.) para abate ou comercialização de seus produtores; e) criadores e tratadores de animais, incluindo os retireiros (vaqueiros), os inseminadores artificiais, os administradores de propriedades rurais, também aqueles que extraem e congelam o sêmen de equino e do gado bovino; f) reflorestamento, incluindo o plantio, o tratamento e o corte de árvores, bem como a extração de resinas; g) EXTRATIVISMO RURAL: aqueles que desenvolvem a atividade de extração vegetal ou animal, silvicultores, agropecuários, produtores de carvão vegetal; h) INATIVOS: os aposentados rurais deste seguimento.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.009974/2014-67
Entidade	Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Graças - CE.
CNPJ	23.468.424/0001-80
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Graça - CE
Categoria Profissional	Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles ativos ou aposentado, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2(dois) módulo rurais.
Fundamento	NT 267/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46204.005574/2014-92.
Entidade	Sindicato Dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Município de Feira de Santana - SINTRAF.
CNPJ	16.451.288/0001-50.
Abrangência	Municipal.
Base Territorial	*Bahia*: Feira De Santana.
Fundamento	NT 262/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Profissional específica da agricultura familiar abrangendo todos os trabalhadores e as trabalhadoras do município de Feira de Santana - Bahia, proprietários ou não incluindo os aposentados ativos e inativos ou assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, até o limite de 02 (dois) módulos rurais.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46303.000971/2014-50
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAGUARUNA.
CNPJ	82.578.923/0001-90
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Santa Catarina*: Jaguaruna.
Categoria Profissional	Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, e que explora até 02(dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 261/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria n.º 326/2013, e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo:	46245.005293/2014-53 (SA02272)
Entidade:	Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Radiologia de Juiz de Fora
CNPJ:	26.144.048/0001-67
Fundamento:	NOTA TÉCNICA 258/2018/CGRS/SRT/MTb

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 424, de 14 de abril de 2016, e com base na NOTA TÉCNICA 254/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: a) ARQUIVAR as impugnações n.º 46000.014305/2008-31, FETROPAR - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná, CNPJ 81.455.248/0001-49, processo nº L00D P014 A1987; n.º 46000.014305/0008-65, FETTROMINAS - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais, CNPJ 17.434.788/0001-47, processo nº L00B P069 A1960; n.º 46000.014848/2008-82, FECTROESC - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.594.804/0001-93, processo nº L00C P081 A1982; n.º 46000.015252/2008-08, FETRONORTE - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários dos Estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Território Federal do Amapá, CNPJ 34.489.534/0001-45, processo nº L00D P027 A1988, nos termos do art. 534, § 1º, da CLT, do art. 10, incisos IV e VIII, e por não ferir os § 1º e 2º, do artigo 23, da Portaria 186/2008 c/c art. 50 da Portaria 326/2013; b) CONCEDER o registro de alteração estatutária (RAE) à Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos - FENAMOTO, processo n.º 46000.029756/2007-16, CNPJ n.º 07.681.231/0001-57, para a coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria dos trabalhadores Mototaxistas, Motoboys, Motofretistas empregados e autônomos regulamentados pela Lei nº 12.009/09 e trabalhadores motociclistas vinculados a agências, associações, cooperativas e aplicativos, com abrangência Nacional, nos termos do art. 14, inciso II, da Portaria n.º 186/2008 c/c art. 50 da Portaria n.º 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2018

Com fundamento na sentença prolatada nos autos do Processo Judicial nº 0000045-40.2018.5.10.0011, da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 20/2018/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve:

SUSPENDER os efeitos da Nota Técnica RAE nº 1228/2017/CGRS/SRT/MTb, especificamente quanto à exclusão da categoria dos empregados na indústria de fabricação de álcool do município de Campo Florido da representação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação do Açúcar e Álcool de Campo Florido - MG. CNPJ: 13.185.311/0001-14.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Secretário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 36, DE 13 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, Considerando os novos procedimentos a serem adotados no Plantão de Orientação ao Público da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Maranhão, definidos em reunião realizada em 02 de março de 2018; Considerando o grande volume de demandas de fiscalização formuladas pela Sociedade (Trabalhadores, Sindicatos, Ministério Público e Poder Judiciário); Considerando o diminuto quadro de Auditores Fiscais do Trabalho lotado e em exercício na Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Maranhão; Considerando a relevância da prestação de informações ao público; Considerando que a Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho, expediu orientação no sentido de que os Auditores Fiscais do Trabalho sejam direcionados prioritariamente para as atividades de fiscalização; Considerando, ainda, que a Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Maranhão, dispõe de servidores administrativos com formação em Direito, realizando plantões de homologação de rescisões de contrato de trabalho; Considerando, finalmente, entendimentos mantidos entre as Chefias da Seção de Relações do Trabalho e da Seção de Inspeção do Trabalho, resolve:

Artigo 1º - Determinar que o Plantão de Orientação ao Público, no âmbito desta Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Maranhão, será desenvolvido por servidores administrativos, após devidamente capacitados para esse mister, obedecendo a escala elaborada pela Chefia da Seção de Relações do Trabalho - SERET.

Artigo 2º - Determinar às Chefias da Seção de Inspeção do Trabalho e do Núcleo de Fiscalização do Trabalho, e Coordenadores de Projetos, o suporte necessário aos servidores administrativos escalados para o Plantão.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉA CRISTINA DA COSTA SILVA LEDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 13, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo1º, § 1º, da Portaria/GM/MTE N° 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU de 20/05/2010, considerando o que consta nos autos do Processo n° 46224.002865/2017-33 e as disposições contidas no art. 611-A, caput e inciso III, da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1/5/1943), dispositivos esses incluídos pela Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (publicada no DOU de 14/07/2017), resolve:

DESPACHOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46226.006213/2014-13
Entidade	Sindicato dos Profissionais de Análise, Inspeção e Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins: Inspetores de Recursos Naturais, Fiscais Ambientais e Guarda Parques - SINDIFAM-TO.
CNPJ	20.628.542/0001-10
Abrangência	Estadual
Base Territorial	*Tocantins*.
Categoria	Profissionais de Análise, Inspeção e Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins, conforme estabelece a legislação pertinente - Lei nº 2.807 de 12 de dezembro de 2013.
Fundamento	NT 260/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46207.009831/2014-35
Entidade	SINPRO/NV - Sindicato dos Professores do Município de Nova Venécia/ES.
CNPJ	20.125.474/0001-77
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Espírito Santo*: Nova Venécia.
Categoria Profissional	Categoria dos Professores da Rede Particular de Ensino de todos os níveis: Educação Infantil, Creches, Pré-escolar, Ensino Fundamental e Médio, Pré Vestibulares, Cursos Técnicos Profissionalizantes, Ensino à Distância, Cursos de Idiomas, Informática e Cursos preparatórios, desde que sujeitos a autorização ou supervisão do poder público.
Fundamento	NT 259/2018/CGRS/SRT/MTb

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Conceder autorização a Empresa COTEMINAS S.A., com endereço na Rodovia BR 101, Km 3,5, Nº 3620, Distrito Industrial, CEP: 58.082-040 - João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ n° 07.663.140/0004-31, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação de seus empregados para 00:40 (quarenta) minutos, nos turnos de 6:00 às 14:00horas e de 14:00 às 22:00 horas, nos setores de Tecelagem, Preparação, Beneficiamento, Confecção, Depósitos de Matéria-Prima, Divisão e Manutenção, Serviços Gerais, Centro de Distribuição, restaurante e Tinturaria, a contar do dia 05 de outubro de 2017 e até o dia 10 de novembro de 2017. O descumprimento dos requisitos constantes da Portaria Ministerial n° 1.095, de 19/05/2010, torna sem efeito a redução de intervalo, procedendo-se as autuações por descumprimento do previsto no § 3° do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, bem como das outras infrações que forem constatadas.

SEVERINO PEREIRA DANTAS

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 168, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017 e o art. 1º do Decreto de 7 de março de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria nº 72, de 07 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O COPED/MDH será integrado por um representante titular e substituto, indicados pelas seguintes unidades do Ministério:

I - Secretaria-Executiva - SE;

II - Secretaria Nacional de Cidadania - SNC;

III - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD;

IV - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPPIR;

V - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - SNPDDPI; e

VI - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA." (NR)

Art. 2º Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos designará os representantes das unidades administrativas do Ministério dos Direitos Humanos, para integrar o seu Comitê Permanente para Desburocratização.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 74, de 07 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 170, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a instituição e atuação do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles do Ministério dos Direitos Humanos e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e pela Lei n° 13.502, de 1o de novembro de 2017, e considerando a necessidade de alinhamento com a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, indireta e autárquica, instituída pelo Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017, bem como para atender ao disposto no seu art. 14, conjugado com o art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 1, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1° Fica instituído o Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles do Ministério dos Direitos Humanos - CIGRC/MDH, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com as seguintes competências:

I - auxiliar a alta administração, assim considerados o Ministro de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial e ocupantes de cargo de nível DAS 6, na implementação e na manutenção de processos, estruturas, mecanismos, instâncias e práticas de governança adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos, respectivamente, nos arts. 3° e 4° do Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Ministério dos Direitos Humanos, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG) em seus manuais e em suas resoluções;

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência; e

V - expedir resoluções necessárias ao exercício de suas competências.

Parágrafo único. No exercício de suas competências caberá ao CIGRC/MDH:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;

II - propor a institucionalização de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII - aprovar o plano de estabelecimento, manutenção, monitoramento e aprimoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional;

VIII - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais do Ministério, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;

XIII - monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê; e

XIV - aprovar o programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos eixos de que tratam os incisos do caput do art. 19 do Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017.

§ 1° O CIGRC/MDH reunir-se-á ordinariamente trimestralmente para avaliação das ações em execução e deliberação quanto à necessidade e a viabilidade de implementação de novas ações e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento de seus membros, aprovado pelo Presidente.

§ 2° O CIGRC/MDH publicará suas atas e suas resoluções em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

§ 3° As reuniões do CIGRC/MDH serão convocadas pelo seu Presidente.

§ 4º O Presidente do Comitê bem como qualquer de seus membros poderá convocar reuniões extraordinárias por meio de requerimento.

Art. 2° No desenvolvimento de suas atribuições, o CIGRC/MDH deverá ater-se aos seguintes princípios:

I - atuar, prioritariamente, em caráter preventivo;

II - voltar-se, permanentemente, para a correção de eventuais desvios em relação aos procedimentos e normas estabelecidos;

III - privilegiar a definição e implementação de instrumentos auxiliares de gestão; e

IV - operar em nível dos dirigentes das unidades gestoras da Administração Direta.

Parágrafo único. As deliberações do CIGRC/MDH deverão considerar os seguintes mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

a) integridade;

b) competência;

c) responsabilidade; e

d) motivação.

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Art. 3° O CIGRC/MDH será constituído pelas seguintes autoridades:

I - Secretário-Executivo;

II - Secretário Nacional de Cidadania;

III - Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IV - Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e

VI - Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1° O CIGRC/MDH será presidido pelo Secretário-Executivo e, na sua ausência, pelo seu substituto legal.

§ 2° A suplência dos membros titulares será exercida pelos seus substitutos ou por servidor por eles (titulares) designado;

Art. 4° A Coordenação-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos exercerá as funções de Secretaria-Executiva do CIGRC/MDH.

§ 1° Compete à Secretaria-Executiva do CIGRC/MDH:

I - dar suporte ao processo de implantação e avaliação da gestão estratégica;

II - auxiliar o monitoramento da gestão de riscos, conforme regras a ser definidas pelo CIGRC/MDH;

III - receber, instruir e encaminhar aos membros do Comitê as propostas recebidas na forma estabelecida no caput do art. 6°;

IV - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CIGRC/MDH;

V - comunicar aos membros do CIGRC/MDH a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias; e

VI - disponibilizar as atas e as resoluções do CIGRC/MDH em sítio eletrônico ou, quando for confidencial, encaminhá-las aos membros.

Art. 5° O Presidente do CIGRC/MDH poderá convocar servidores das Unidades do Ministério para prestar apoio técnico ao Colegiado, no âmbito de suas respectivas competências.

Parágrafo único. Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos para instituir subcomitês e grupos de trabalho técnicos necessários para a boa gestão dos instrumentos previstos nesta Portaria.

Art. 6° O CIGRC/MDH poderá constituir comissões técnicas ou grupos de trabalho específicos para subsidiá-lo no cumprimento de suas competências.

§ 1° O CIGRC/MDH definirá, no ato de criação das comissões técnicas ou dos grupos de trabalho, seus objetivos específicos e sua composição e, quando for o caso, o prazo para conclusão de seus trabalhos; e

§ 2° A participação no CIGRC/MDH, nas comissões técnicas ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7° Cada Dirigente é responsável, no âmbito da Unidade que dirige, pelo acompanhamento de resultados, pela efetiva implementação das deliberações do CIGRC/MDH, bem como pelo gerenciamento e controle dos processos de trabalho, dos programas, projetos, indicadores e metas estratégicos, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, em cumprimento das disposições do Decreto n° 9.203/2017, bem como da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, devendo observar as diretrizes estabelecidas pelo CIGRC/MDH.

Art. 8° O CIGRC/MDH deverá se reunir em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Portaria para deliberar sobre o seu Regimento Interno e constituir Grupo de Trabalho específico, coordenado pelo Presidente do Comitê, com vistas ao levantamento de informações e apresentação das minutas dos instrumentos previstos nesta Portaria.

Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIA Nº 173, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Estabelece prazo para a aceitação da doação e a retirada da equipagem para os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, de que dispõe a Resolução nº 35, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 1º da Resolução nº 35, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI, e no art. 539 da Lei nº 10.406, de 2002, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a aceitação da doação e a retirada da equipagem para os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa dos Estados, do Distrito Federal e das Capitais, de que dispõe a Resolução nº 35, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI, sob pena de ser considerado declinado o recebimento da doação.

Parágrafo único. No caso de Conselho contemplado declinar do recebimento da doação, o kit será destinado ao Município com maior população no respectivo Estado, segundo o IBGE, que terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua notificação, para a aceitação da doação e a retirada da equipagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 605, de 21 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 9 de março de 2018,

Onde se lê:

"VI - a Instrução Suplementar nº 119-004, Revisão C (IS nº 67-005C) ..."

Leia-se:

"IV - a Instrução Suplementar nº 119-004, Revisão C (IS nº 67-005C) ..."

Onde se lê:

"V - a Instrução Suplementar nº 129-001, Revisão C (IS nº 129-001C) ..."

Leia-se:

"V - a Instrução Suplementar nº 129-001, Revisão B (IS nº 129-001B) ..."

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 886, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.501199/2017-61, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0205-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 887, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.525026/2017-58, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1803-43/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico VMF TURBINAS E CONSULTORIA LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 889, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.537878/2017-06, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1209-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico SKY LIGHT SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO,

PORTARIA Nº 916, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.550627/2017-17, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1606-31/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico TND INSPEÇÕES TÉCNICAS E COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.985, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009671/2017-86, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, data base do EVTEA: janeiro de 2016, com as premissas e parâmetros adotados pela ANTAQ, constante do Documento SEI nº 0445843, com o Valor Presente Líquido - VPL total de R$ 16.647.519,04 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dezenove reais e quatro centavos) e Payback descontado em 10 de agosto de 2039, nos termos do Despacho SOG (SEI nº 0445847).

Art. 2º Reconhecer a possibilidade de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento PRES nº 003/98, celebrado em 5 de fevereiro de 1998, pelo prazo de 20 (vinte) anos, entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, CNPJ nº 44.837.524/0001-07, com sede na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/n, Cidade de Santos, Estado de São Paulo, e a empresa ARGEMIL - Armazéns Gerais Mirambava Ltda., sucedida pela empresa Adonai Química S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.703.755/0001-88, com sede na Rua Frei Gaspar, 51, 8º andar, conjunto 83, Santos, Estado de São Paulo, nos termos do que dispõe o inciso V, do artigo 2º, do Decreto nº 8.033/2013, conjuntamente com o caput do artigo 57, da Lei nº 12.815/2013, com investimentos da ordem de R$ 172.459.529,47 (cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), não previstos originalmente no referido contrato, que não se amortizam no primeiro período contratual, uma vez que o Fluxo de Caixa Marginal apresentou um VPL negativo de -R$ 72.383.868,07 (setenta e dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sete centavos), com data focal em 2016/2017 e com a utilização de WACC de 10,00% a.a.

Art. 3º Recomendar que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA decida acerca do prazo da prorrogação, considerando a recomposição ocorrida no âmbito do Quarto Termo Aditivo.

Art. 4º Determinar o envio dos autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, com a comunicação acerca do contido na presente Deliberação, para fins de adoção das providências cabíveis no âmbito de sua competência frente à legislação de regência.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF - Substituto, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 52 - Autorizar a ocupação longitudinal para implantação de rede de distribuição de energia elétrica, no km 473+788m e o km 474+422m, Sentido Norte e travessia no km 474+422m, na Rodovia BR-163/MS, no Município de Campo Grande/MS, de interesse da ENERGISA Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A. - Processo nº 50520.002387/2018-75.

Nº 53 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco, BR-392/RS, por meio de travessia aérea no km 027+936m, no Município de Rio Grande/RS, de interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. - Processo nº 50520.001688/2018-81.

Nº 54 - Autorizar a readequação de acesso às margens da rodovia BR-101/SC, no km 109+900m, Sentido Norte, no Município de Penha/SC, de interesse da empresa Auto Posto Box X - Rede de Postos Zandoná. - Processo nº 50545.025617/2017-13.

Nº 55 - Autorizar a ocupação longitudinal subterrânea para implantação de rede de distribuição de Gás, na faixa de domínio da rodovia Regis Bittencourt BR - 116/SP, do km 278+960m ao km 279+084m e transversal oblíqua do km 278+910 ao 278+960, pista marginal sul (Avenida Hélio Ossamu Daikuara), no Município de Embu das Artes/SP, de interesse da Companhia de Gás de São Paulo/SP. - Processo nº 50515.055683/2017-67.

Nº 56 - Autorizar a ocupação transversal Aérea por Rede de Distribuição de Energia Elétrica, no km 555+707M, na Pista norte da Rodovia Régis Bittencourt BR-116/PR, no Município de Barra do Turvo/SP, de interesse da ELEKTRO Redes S/A. - Processo nº 50515.055836/2017-76.

Nº 57 - Autorizar a regularização de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-101/ES, no trecho entre o Km 0 e o Km 66, km 202 e km 211+200m e entre o km 278+788 e o km 279+788 e entre km 398 e o km 400, no Estado do Espírito Santo/ES, no interesse da TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Processo nº 50505.045773/2017-69.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

ALESSANDRO REICHERT

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 46, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.334395/2018-16, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à execução de ciclovia no município de Rio Bonito/RJ, pela Prefeitura Municipal do mesmo município, entre os quilômetros 97 e 108 da malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura, cópia do contrato celebrado com o terceiro interessado, bem como cópia de eventuais aditivos formalizados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.221, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102124 - DPF/PGZ/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANACA AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 47.475.223/0002-50 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 441/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.290, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6928 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIBEIRO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.286.027/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 454/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.487, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8209 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORDEPSEG - SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.408.848/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 558/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.491, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12094 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CSN CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 03.983.016/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 550/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.495, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 2018/17176 - DPF/IJI/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0012-43, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

110 (cento e dez) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.505, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13602 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELLATOR SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA-EPP, CNPJ nº 18.341.488/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 540/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.508, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14944 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS, CNPJ nº 03.365.403/0001-22, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.529, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102712 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRIMICIA SERVIÇOS VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI EPP, CNPJ nº 13.750.366/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 572/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.538, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6220 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMANDO G8 - SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 17.521.682/0004-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 577/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.539, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6286 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WCA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 20.465.742/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 573/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.540, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7726 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARRANTOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.602.699/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 565/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.541, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8863 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.764.609/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 555/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.545, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10471 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DETROIT SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.923.136/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 503/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.561, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12795 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UPA UMBUZEIRO PRODUCOES AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 09.431.693/0001-41 para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 592/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.562, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12854 - DPF/CZS/AC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI-EPP, CNPJ nº 07.134.755/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 571/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.579, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/109126 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PARABELUM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.772.768/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 384/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.580, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4539 - DPF/GVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BROMO SEGURANÇA E VIGILANCIA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 16.919.666/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 599/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.584, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10515 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERES SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.917.508/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 594/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.593, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17137 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOREMUS ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.289.830/0001-00 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.605, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13548 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SISEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 18.677.610/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 534/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.634, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97787 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 18.677.610/0002-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 438/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.691, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4258 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILANCIA URBANA EIRELI, CNPJ nº 02.116.723/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 449/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE FEVEREIRO/2018

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS	235	288	30	457	96
MARIA APARECIDA GUGEL[1]	323	114	0	422	15
ANDRÉA ISA RÍPOLI	189	231	16	390	46
ANDRÉ LUÍS SPIES	29	0	18	47	0
LUERCY LINO LOPES	357	203	37	446	151
ABIAEL FRANCO SANTOS	183	440	45	452	216
JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO	207	388	18	541	72
JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA	80	385	9	230	244
MÁRCIA CAMPOS DUARTE[2]	12	386	15	365	48
DÉBORA MONTEIRO LOPES[3]	667	241	16	663	261
ANDRÉ LACERDA	0	144	0	102	42
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	13	1	18	32	0
RODRIGO DE LACERDA CARELLI[4]	0	161	2	90	73
TOTAL	2295	2982	224	4237	1265

Observação: Última distribuição - 26/2/2018 - segunda-feira.
1 - Férias - 14/2 a 1/3/2018;
2 - Férias - 15/1 a 3/2/2018;
3 - Férias - 14/2 a 23/2/2018;
4 - Ativ. Banca Examinadora Concurso MPT - 19 a 23/2/2018
II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	2965
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	2982
Total de procedimentos deliberados no mês	4783
Procedimentos em diligência na Secretaria	344

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2018.
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.382, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando, com base em denúncia reduzida a termo por servidora do quadro do MPT, em face da empresa ONDREPSB RS - SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob a raiz nº 10.853.830, com endereço à Avenida Dom Pedro II, nº 381, B, Bairro São João, Porto Alegre/RS, notícia de que os cartões de ponto não estaria sendo preenchidos pelo trabalhador, e que haveria abuso do poder hierárquico;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas no Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigo 74 e da Constituição Federal 1º, III, 3º, IV, 5º, caput e X, e 7º XXX, todos da Constituição da República, além da Convenção nº 111 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 62.150, de 19/01/1968, como também o artigo 1º da Lei nº 9.029/95;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da ONDREPSB RS - SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003877.2017.04.000/3;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.683, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que foi apresentada ao Ministério Público do Trabalho denúncia informando que no âmbito do empreendimento SUPERMERCADO BIG MIX EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 02.600.330/0002-24, com sede na Avenida do Forte, 1679, Bairro Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, que não seriam observadas normas relativas às condições sanitárias e de conforto no local de trabalho, nem normas relacionadas às edificações;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam o disposto nos artigos 170 ao 174 e artigo 200, inciso VII, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como Normas Regulamentadoras de que se ocupa a Portaria 3214/78;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de SUPERMERCADO BIG MIX EIRELI - EPP, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004768.2017.04.000/3;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.684, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de MINI MERCADO DRAGHETTI LTDA - ME, com endereço na Rua Francisco Carneiro da Rocha, nº 75, bairro São José, Porto Alegre/RS, noticiando irregularidades relativas ao atributo ergonomia;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, na Norma Regulamentadora nº 17, do Ministério do Trabalho e Emprego e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 198, 199, 389 e 390;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento MINI MERCADO DRAGHETTI LTDA - ME, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004779.2017.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 138, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de DIEGO JERONIMO DOS SANTOS EIRELI - ME (Nome Fantasia: IAR EXTREME), inscrito no CNPJ: 27.167.810/0001-93, com endereço na Rua Curitiba, nº 192, bairro Vila Anair,Cachoeirinha/RS, noticiando irregularidade relativa a jornada extraordinária em desacordo com a lei;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposição contida na Constituição Federal, art. 7º, inciso XIII;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuaisindisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento DIEGO JERONIMO DOS SANTOS EIRELI - ME (Nome Fantasia: IAR EXTREME), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000178.2018.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 139, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de DU PONT DO BRASIL SA (Nome Fantasia: DU PONT), inscrita no CNPJ sob a raiz nº 61.064.929, com estabelecimento na BR 116, nº 220, bairro Novo Esteio, Esteio/RS, noticiando irregularidades relativas ao atributo ergonomia;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, e Norma Regulamentadora nº 17;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento DU PONT DO BRASIL SA (Nome Fantasia: DU PONT), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000179.2018.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 224, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de VPORT PORTARIA VIRTUAL LTDA - ME (Nome Fantasia: VPORT PORTARIA VIRTUAL), inscrita no CNPJ: 22.390.349/0001-10, com endereço na Rua Barão do Triunfo, nº 448, Sala 405, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, noticiando irregularidades relativas a atividades e operações insalubres, alteração ilícita do contrato de trabalho, jornada extraordinária e regime de sobreaviso e de prontidão;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, incisos XIII e XXII, e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 189 a 192, 244 §§2º e 3º, e artigo 469; que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Públiço, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento VPORT PORTARIA VIRTUAL LTDA - ME (Nome Fantasia: VPORT PORTARIA VIRTUAL), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000366.2018.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 226, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em fatos descritos envolvendo o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (Nome Fantasia: IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE), inscrito no CNPJ sob nº 10.637.926/0003-08, localizado na Rua Coronel Vicente, nº 281, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, notícia de ocorrência de assédio moral;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (Nome Fantasia: IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000365.2018.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 233, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o teor de denúncia apresentada em face da empresa RODRIGO GUALTIERI DE OLIVEIRA (Nome Fantasia: SERV. SYSTEM SISTEMA INTEGRADO DE PORTARIA E LIMPEZA), inscrita no CNPJ sob nº 07.670.546/0001-07, localizada na Rua General Andrade Neves, nº 90, sala 55, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, relatando a concessão (falta de) regular (dentro do período concessivo) de férias, bem como, da irregularidade do trabalho em feriados

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o teor do inciso XVII ao art. 7º da Constituição federal, ao disposto nos arts. 70 e 129 c/c art. 134, todos da Consolidação das Leis do Trabalho e Lei 605/49;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de RODRIGO GUALTIERI DE OLIVEIRA (Nome Fantasia: SERV. SYSTEM SISTEMA INTEGRADO DE PORTARIA E LIMPEZA), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000415.2018.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 398, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

a partir de denúncia encaminhada ao Ministério Público do Trabalho, notícia de que trabalhadores da PEPSICO DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 31.565.104/0280-04, localizada na Rua Voluntários das Pátria, nº 2083, Bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS, teriam o cartão ponto adulterado, e não estariam fruindo os descansos legais;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XV e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 67 e 74, § 2º.

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa PEPSICO DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 31.565.104/0280-04 a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 000908.2018.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 414, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em descrição de fatos envolvendo o empreendimento QUALIDADE RS (PGQP), inscrito no CNPJ sob nº 03.013.052/0001-90, localizada na Avenida Ipiranga, nº 6681, sala 304, prédio 97B, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS, notícia de ocorrência de assédio moral;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de QUALIDADE RS (PGQP), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000969.2018.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotora de justiça titular da 1ª PROEDUC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e fundamento na Resolução nº 66/2005, alterada pela Resolução 133/2012, ambas do CSMPDFT, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.037.392/18-78, que tem como interessados: Associação dos Servidores da Fundação Educacional do DF - ASEFE. Assunto: ocupação ilegal de imóvel público. Procuradorias de Justiça, código CC-04 (60010096),

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio dos promotores de justiça em exercício junto à Comissão de Proteção dos Dados Pessoais, da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Santa Maria e da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.034272/18-18, que tem como interessados: Cambridge Analytica, A Ponte Estratégia Planejamento e Pesquisa LTDA, Facebook Serviços Online do Brasil LTDA, Facebook Miami, INC., Facebook Global Holding III, LLC e Usuários Brasileiros do Facebook. Assunto: investigar as circunstâncias e as causas do provável uso ilegal dos dados pessoais de brasileiros pelas empresas Cambridge Analytica e A Ponte Estratégia Planejamento e Pesquisa LTDA.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Coordenador da Comissão de Proteção dos Dados Pessoais

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Titular da 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 13, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030508/18-01, que tem como interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE MOBIIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB e TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS, para apurar indícios de irregularidades na gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC.

SÉRGIO EDUARDO CORREIA COSTA GOMIDE

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 712, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

ICP n.º 08190.005293/18-36

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação de consumidor, reclamação a respeito de atraso na entrega de imóveis por parte da Cooperativa Habitacional dos Servidores do Senado Federal, merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. dê-se ciência aos representantes das cooperativas (doc. de fls. 105 e ss.);

5. oficie-se à construtora do empreendimento requisitando comprovante do recolhimento do INSS da obra.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 713, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

ICP n.º 08190.005288/18-04

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação de consumidor, reclamação a respeito das multas rescisórias por parte da empresa Capri Investimentos Imobiliários Ltda., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 714, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ICP n.º 08190.005273/18-29

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que o Extra Hipermercado tem utilizado cartazes informando descontos os quais não são aplicados no momento de pagamento, o que impõe investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. Aguarde-se resposta do ofício de fl. 20

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 6, DE 6 DE MARÇO DE 2018

(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, por motivo de férias, o Ministro Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 5, referente à Sessão realizada em 27 de fevereiro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 004.365/2017-8, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 001.342/2015-0 e 026.369/2015-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 006.549/2017-9, 007.408/1996-0, 009.680/2001-3, 022.150/2012-9, 027.939/2014-6, 030.664/2012-8 e 036.528/2011-0, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro;

- 025.144/2015-4, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo;

- 000.616/2015-0, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- 000.116/2016-5, 015.384/2016-0 e 034.221/2016-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1549 a 1726.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1549/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.274/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto dos Santos (294.556.696-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1550/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.316/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Armando Martins Leite da Silva (431.197.437-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1551/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.860/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abel Pereira da Silva Filho (456.013.998-91); Alcides Ferreira Machado Filho (161.133.814-04); Antonio Marcos de Souza (139.145.454-53); Fernando Vicente dos Santos (086.998.364-49); Joaquim Nogueira de Andrade (161.526.384-53); José Braulio Japiassu (160.965.844-20); José Lima dos Santos (276.932.444-68); Maria Eleonora de Melo Coutinho (136.303.424-34); Maria das Graças da Silva Araujo (250.901.944-91); Maria das Graças de Araújo Bezerra (284.999.214-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1552/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.866/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cláudio Augustinho Kirchhoff (245.522.910-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1553/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.871/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivamar Angelo da Silva (294.228.926-00); Jorge Luiz Leocádio (400.226.337-15); José Raimundo Faustino (391.593.536-00); Maria Inês Sabino Guimarães (476.221.646-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1554/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.878/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aliete Brito Cavalcanti (666.957.407-04); Ana Lucia Ribeiro de Oliveira Azevedo (790.780.287-34); Ana Luzia Soares dos Santos (876.952.277-49); Ana Maria Romano Teixeira (120.938.151-68); Analice Agostinho (748.353.357-91); Angela Nunes Damasceno Gomes (707.161.617-53); Cinthia Henriques Mercante Pereira de Oliveira (857.782.817-49); Clarice Jacinto de Castro (796.191.777-20); Claudia Moreira Franco (755.434.277-00); Emilia Santos da Costa Melo (733.229.387-00)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1555/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.916/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Bernadete Mattos Felix (231.227.900-25)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1556/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.923/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pedro Oliveira (008.203.001-44)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1557/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.930/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sandra Mariza Souza das Neves (217.753.380-53); Vera Regina Guedes (374.697.620-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1558/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.937/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Jorge Lopes Campos (166.953.566-53); José Martins (209.912.746-87); José Mauro Ferreira (332.906.016-68); José Rubens Reis Raposo (210.642.886-34); Juarez Gomes Ferreira (209.704.476-04); Laercio da Silva Rezende (527.241.237-00); Lea Maria Costa Santos (209.696.866-68); Luzia de Fátima Gouveia Lana (411.439.906-25); Marcelo de Freitas Gama (380.255.236-91); Maria Alice Vieira Gonçalves Fabiano (472.481.496-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1559/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.968/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Licia Maria Vitorio dos Santos (282.524.035-49); Maria Lúcia Maia de Brito Nascimento (120.448.735-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1560/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.973/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acacia Figueiredo Aires Rezende (509.471.761-87); Alminda Augusta de Rezende (124.203.101-44); Antonio José Siqueira Borges (170.854.701-00); Deuzelia Rosa Gomes dos Santos (217.105.701-72); Edna Candida da Silva (194.256.271-34); Hildegard Hedwig Seib Wille (592.324.631-72); Jacira Barbosa da Silva (198.609.511-87); Luci Silva Campos (332.031.481-53); Orlando Francisco de Queiroz (227.123.481-68); Rosivaldo Rodrigues Ramos (081.323.721-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1561/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.977/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Kátia Cristina Aguiar (591.193.146-04); Maria Barbara Alves dos Santos (275.413.716-53); Maria Cristina Teixeira (392.092.616-15); Maria Donizette do Carmo (011.984.558-02); Maria Geny Anselmo dos Santos (086.538.366-91); Maria Rosa França Falconieri (776.604.556-72); Marilene Teixeira Cardoso (146.678.785-68); Olinda Disideria Rodrigues (678.824.556-87); Reginaldo Soares Pires (198.475.806-34); Rita de Cassia Dias Araujo (295.687.906-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1562/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.982/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Vania Cartaxo Leite Soares (207.380.304-06); Marta Cristina de Araujo (101.519.584-91); Maura Lúcia Fernandes Penna (296.415.517-87); Paulo Virgolino da Nóbrega (094.831.524-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1563/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.985/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Barbosa Guedes (491.028.509-15); Leonardo Tossiaki Oba (155.920.739-68); Loris Carlos Guesse (059.213.849-68); Márcia Fátima Dlugokenski (500.036.319-15); Márcia Silva (108.223.054-53); Márcia Teresinha Andreatta Dalledone Siqueira (252.864.209-15); Margarete Borelli Kupchak (479.272.329-91); Maria Aparecida Campos da Silva (356.501.689-20); Maria Aparecida da Silva (189.518.729-04); Maria de Lourdes Pereira Esper (227.033.229-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1564/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.989/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Elizabeth Correia Cardoso (293.779.604-44); Carlos Henrique Lopes Pinto (422.360.024-91); Edileuza Pereira da Silva Araujo (376.655.704-10); Francisco Caninde Frutuoso (130.444.514-34); Francisco Domingos Vieira (074.836.194-49); José Edson Lopes Damasceno (107.692.774-20); João Bosco de Castro Guerra (067.001.794-91); Maria da Guia Medeiros Gomes da Silva (336.560.024-87); Maria da Piedade Bezerra da Silva (833.682.217-87); Maria de Lourdes Farias da Rocha (201.003.104-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1565/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d" e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que a Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1. do Acórdão 6.173/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-017.779/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Lucia Tavares Almeida Dantas (133.974.514-34); Edleusa dos Santos Ferreira (153.981.294-49); Eunice Maria da Silva (870.518.184-49); Helena de Fatima Passos Cavalcanti (140.127.314-91); Joao Jose da Silva (140.066.184-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1566/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d" e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que a Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1. do Acórdão 6.174/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-017.780/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida de Vasconcelos Fernandes (207.889.914-34); Maria Verotilia Lessa Mendonca (724.441.004-25); Maria de Fatima Gomes dos Santos (321.494.414-20); Maria de Fatima Silva Couto (116.599.391-00); Marines da Silva Silveira Macena (228.358.814-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1567/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.063/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcelo Martins (459.979.509-72); Márcio Eli Osório (415.974.519-91); Marcos Davi Auras (221.520.919-49); Rogério Melo (341.500.059-15); Sílvia de Bona Medeiros (548.679.599-87); Sionésio Corrêa de Souza (220.609.799-00); Vinício Olinger Filho (378.383.699-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1568/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.125/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedicto Theodoro (271.945.666-72); Luzia da Cruz Salgado de Souza (811.835.188-20); Marcos Raimundo Rodrigues (840.407.778-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1569/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.199/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco José de Moura (057.854.563-20); Genival Pereira de Queiroz (231.215.054-91); Gilberto Henrique de Araujo (229.807.094-68); Gilson Vidal Correia (222.607.814-20); Inalda de Araujo Bezerra Marinho (085.902.904-25); Jeanne Campos de Lemos Vasconcelos (430.253.404-44); Joaci Silva de Medeiros (131.127.084-15); João Adin Soares (067.114.304-25); João Álvares Pereira (031.981.624-91); João Antonio Caridade (155.687.764-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1570/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.201/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Madrian Fernandes de Oliveira (231.173.974-34); Manoel Guedes (076.959.774-20); Marcos Antonio Rodrigues de Oliveira (107.468.204-10); Maria Ângela de Aquino (138.943.404-44); Maria da Conceição Nunes (288.795.204-82); Maria das Graças Cavalcanti (200.532.584-87); Maria das Graças Soares de Araujo (108.519.254-72); Maria das Graças Eufrazio Matoso (275.547.324-04); Maria de Jesus Oliveira (413.475.284-15); Maria dos Navegantes da Costa (202.534.604-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1571/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.209/2017-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jeff Sílvio de Oliveira (344.569.379-04); Jussara Gazzola (266.723.670-04); Lídia Antônia Leonel (595.196.659-00); Luiz Roberto Prudêncio Junior (476.833.509-82); Manoel Pacheco (399.292.999-04); Mara Gabriela Novy Quadri (016.996.358-62); Márcia Dietrich Santiago (293.443.360-91); Márcia Regina Pereira (593.622.789-87); Margarete Norma Dutra (589.879.169-87); Maria Salete Medeiros Vieira (378.014.499-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1572/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.507/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jacira Ferreira Rabelo (059.294.582-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1573/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.148/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diógenes Oliveira de Souza (029.513.869-66); Eduardo Zorzo Sartoretto (066.497.829-04); Jaqueline Rissá Franco (045.057.019-30); Julie Cristie Kessler (078.354.559-27); Khalil Oliveira Portugal (069.086.699-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1574/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.180/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronaldo Flaviano de Souza Junior (082.196.186-12); Sandro Vinicius Sales dos Santos (036.442.916-08)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1575/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.192/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsandro Pereira Soares (973.962.304-20); Dieny Fernandes Lima (018.523.233-70); Franciane Silva Lima (027.257.583-60); Leomar dos Santos Veras (015.820.613-43); Monise de Araujo Borges (001.350.903-93)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1576/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.199/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Fernandes Rimoli (004.165.351-35); Cícera Rosa Segredo Yamamoto (554.646.611-15); Cláudia Yaisa Gonçalves da Silva (060.432.799-40); Cleiton Gonçalves de Almeida (139.094.547-20); Climbiê Ferreira Hall (001.595.741-10)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1577/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.206/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Henrique Prado (347.808.538-18); Juliana Hotta Ansai (370.952.708-21); Kaelly Virgínia de Oliveira Saraiva (291.079.892-53); Larissa Correa Hermeto (704.702.941-91); Leandro Guimarães Bais Martins (023.854.661-63)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1578/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.209/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Milene Holanda Nantes (721.797.401-15); Monik Begname de Castro (091.334.206-88); Nelson Dias (013.169.561-48); Paula Velozo Leal (730.073.401-44); Rafael Araujo de Sousa (710.707.102-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1579/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.214/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Viviane Maria Oliveira dos Santos Nieto (582.671.901-04); Vladmir Oliveira da Silveira (263.980.868-05); Wagner Tolone da Silva Ferreira (026.588.541-88); Wellington Carlos de Jesus (276.189.248-80); Wellington Furtado Ramos (729.747.611-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1580/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.217/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Valcilene Rodrigues da Silva (064.188.444-32)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1581/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.222/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bárbara Cabral de Sousa (827.915.115-04); Darllan Conceição Pinto (022.316.215-92); Eleomarques Ferreira Rocha (770.575.115-15); Gilson Teles Boaventura (090.646.565-68); Gisele André Baptista Canuto (056.861.079-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1582/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.224/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Vinicius Cardoso Pinheiro (020.256.335-99); Monique Pfau (031.092.799-40); Nubia Seyffert (000.834.780-86); Ricardo Ferreira da Rocha (346.481.018-63); Samira Itana de Souza (031.010.055-07)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1583/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.230/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samantha Alves da Silva (011.205.123-52); Sílvia Cristina Costa Gomes (762.317.553-04); Victor Pereira do Nascimento Santos (015.589.383-11); Willy Okoba (015.420.594-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1584/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.241/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Paulino Roriz Junior (014.138.081-07); Maria Anita Silva Leite (989.172.771-87); Maríllia Lima Costa (028.481.051-78); Natalia Del Angelo Aredes (342.849.268-45); Patricia Aparecida Dias Freire (005.003.351-41)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1585/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.253/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rebeca Szczawlinska Mucenieck Ferreira (036.249.399-55); Renata Bragato Futagami (048.105.869-95); Suzana Marques Rodrigues Alvares (148.747.238-29)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1586/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.490/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josany de Souza Alves (000.267.764-48); José Adailton da Silva (056.453.854-03); José Ailton Rodrigues (295.744.123-34); José Antonio Morais Martins (480.991.125-04); José Jorge de Lima Neto (064.113.774-56); José Mário de Castro Ferreira (398.299.953-72); José Neto de Oliveira (085.164.864-94); José Roberto Lira dos Santos (024.598.704-50); José Roberto Rodrigues de Lima (039.525.728-02); José Roberto de Santana Oliveira (481.619.935-72); José Ronaldo Martins Gomes (015.205.931-80); Joselia Aparecida Jardim Assis de Oliveira (102.211.947-89); Joselina Pereira de Oliveira (018.325.583-63); Josemias Nascimento da Silva (811.641.062-87); Josenildo Eugenio da Silva (066.266.184-23); Josenyldes Evelim Carneiro Barbosa (036.108.787-03); Josiane Barros Silva (935.151.545-15); Josiane Sampaio dos Santos (658.436.141-15); Josiele Farias Pereira (014.433.870-02); Joyce de Carvalho Xavier (104.128.926-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1587/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.493/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Katherine Xavier Bastos (037.268.563-31); Kathiane Magalhães Mendes (013.090.576-30); Katia Regia de Oliveira Leal (859.269.141-91); Katia Suely Batista Silva (886.356.005-68); Kayra Estellita Pereira Damasceno (018.924.053-93); Keila Danielle de Melo da Costa (027.268.563-14); Keila Maruze de Franca Albuquerque (027.431.384-75); Keliny Claudia Nogueira Silva Campello (042.251.524-80); Kelliny Lais Dominice Veloso (033.617.963-42); Kelma Maria de Sevilha (008.562.031-90); Kerwin Silveira Kelby (023.624.077-30); Kessiane Barros Almeida (671.765.503-87); Keylla Borges Morais (014.154.856-82); Klecida Nunes Rodrigues (008.365.944-79); Klemmerson Amariz Gomes (071.942.764-96); Kleper Carvalho de Figueiredo Leitao (008.239.414-85); Klevison Carvalho Araujo (509.815.442-15); Kristiane Rocha Moreira (070.141.627-05); Kristina de Aquino Alencar (838.753.013-15); Lady Clecia Oliveira Monteiro (834.857.403-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1588/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.500/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Diego Quirino Lima (013.749.194-89); Samilly Alexandre de Souza (082.904.454-07)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1589/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.506/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando de Souza Arantes (010.313.741-67); Klaubher Feitosa Silva Cruz (977.434.373-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1590/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.511/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Janaina de Andrade Silva (089.636.376-70)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1591/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.513/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Scandolara (047.987.799-89); Douglas Junior Bertoncelli (077.729.169-06); Hernani Batista da Cruz (030.915.839-70); Janaina Vieira Neves (041.159.949-67); Jaqueline Pazinato (055.150.359-92); Juliano Cercal Inacio (076.707.899-30); Leandro Argenta Casagrande (960.996.079-00); Liana Carminati (052.915.629-60); Luciano Vitor Dias Liberato (359.599.268-73); Otavio Rodrigues Filho (273.891.418-75); Paulo Roberto Homem de Góes (307.072.128-12); Raniere Alislan Almeida Cordeiro (097.047.066-50); Rose Kelly Pires Marinho (032.163.716-03); Tamires Santiago Librelon (084.716.276-12); Thaís Goldeff Hahn (062.137.139-48)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1592/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.521/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Efraim Martins Araújo (021.124.583-61); Eliandra de Araujo Spinosa (017.422.203-39); Marcella Moreira e Costa (004.784.423-00); Raquel Diniz Montenegro (063.176.404-67)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1593/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.584/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Marisa de Souza (058.975.119-00); Carla Regina Martins Valle (023.750.099-08); Carolina Merenda Puerto (939.880.280-53); Caroline Bahniuk (042.890.289-85); Elise Leite Vieira (015.061.510-86); Iane Franceschet de Sousa (020.138.369-10); Josa Coelho da Silva Irigoite (045.491.319-26); Magda Camargo Lange Ramos (155.636.349-49); Marcela Padilha (053.444.999-90); Nadine Schubert (013.806.259-55); Patricia Muller Vidal (019.848.329-56)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1594/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.590/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mário Batista Nunes (360.809.261-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1595/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em excluir do sistema SISAC, por terem sido cadastrados em duplicidade, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, bem como o posterior arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-002.034/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Oliveira Barbosa (054.871.134-83); Angelo Luiz de Lima Tetilia (213.089.768-10); Francisco Ferreira Vilela (385.587.341-00); Jefferson Damaceno do Nascimento (842.432.011-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1596/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em excluir do sistema SISAC, por haver sido cadastrado em duplicidade, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como o posterior arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.041/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ruy Alberto Caetano Correa Filho (297.665.401-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1597/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.764/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Matheus Freitas de Oliveira (080.259.806-42)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1598/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.807/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tessio Araujo de Santana (026.834.205-95); Venancio Bonfim Silva (024.283.165-67); William Oliveira do Nascimento (049.610.975-86)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1599/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.811/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Cristina Novaes dos Reis (048.927.566-44); Rodrigo Bruno Santolin (010.750.580-07)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1600/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.816/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elizabeth Regina Carvalho (071.829.729-64); Joana Golin Alves (006.620.809-20); Leonardo de Lima (325.030.508-16)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1601/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.822/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Alves (107.483.357-06); Enoque Teixeira Abreu (117.849.877-86); Eric Assis dos Santos (058.901.897-35); Erika Thadeu de Freitas (098.593.527-80); Eva Nascimento Bernardino (129.546.027-08)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1602/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.824/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Reinaldo Ferreira Ramiro (745.716.482-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1603/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.828/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Glauce Cortez Pinheiro Sarmento (099.101.277-17); Ivan Gomes Doro Filho (123.243.607-05); Maxmiller Silva Laviola (113.228.217-98); Milena Quattrer (228.178.138-04); Munyck Almeida da Silva (024.914.327-57)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1604/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.833/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Awdren de Lima Fontao (911.985.182-00); Bernardo Silva de Seixas (946.955.982-72); Cintia Cardoso Pinheiro (785.379.322-72); Cintia Mara Costa de Oliveira (224.552.212-53); Cristiane Lucia de Freitas (063.827.496-64)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1605/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.836/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivan Monteiro dos Santos (800.095.067-72); Ivana Helena de La Rocque Soares (252.494.102-78); Jerusa Araujo Quintão Arantes Faria (068.567.686-21); João Bosco Martins D Avila (010.448.842-58); Jorge Luiz Pereira de Souza (054.599.627-90)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1606/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.838/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Chaves Cavalcante (529.309.042-91); Luciana Rocha Strieder (007.388.132-57); Luciano Kleber Pinheiro da Rocha (564.451.132-49); Lydia Keila Ribeiro dos Santos (705.233.712-68); Marcia Almeida de Amaral Arcos da Silva (421.476.382-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1607/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.840/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Orlando Amazonas da Rocha Loureiro Paes (961.892.662-15); Patricia dos Santos Guimarães (927.693.062-00); Paulo Fernandes Cavalcante Junior (637.036.702-82); Raymara Fonseca dos Santos (009.676.972-63); Santiago Linorio Ferreyra Ramos (534.656.522-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1608/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.842/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiola do Socorro Figueiredo dos Reis (754.532.582-68); Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos (011.674.739-06); Juliana Pimenta Attie (068.066.776-81); Marinalva Silva de Souza (595.221.192-53); Otavio Luis Siqueira Couto (859.818.502-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1609/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.845/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Carolyne Muniz Gonçalves (106.429.486-31); Claudia Regina Garcia Millas (332.082.338-84)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1610/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.846/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Souza Neves Hora (185.961.718-27); Jessica Renata Bastos Depianti (118.596.747-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1611/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.852/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vinicius Gomes Martins (080.639.594-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1612/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.019/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jesana Sá Damasceno Moraes (071.073.974-51)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1613/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.021/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Marcia Dias Rocha (039.672.404-36); Luciano Schwanck Lopes (964.915.400-06); Luciele Medianeira Oliveira Schifelbein (528.800.360-20); Lucineia da Silva Magalhães (000.846.791-90); Lucio Jablonski Junior (057.518.939-80); Lucio Mauricio do Rego Monteiro Isoni (007.707.774-14); Ludmila da Costa Vasconcelos (997.490.251-72); Ludmilla Barbosa Anghinetti (066.158.906-40); Luis Alberto Rodrigues de Assis (010.882.631-78); Luis Carlos dos Santos Carvalho (735.369.971-04); Luis Henrique de Sá Nunes (059.599.614-07); Luisa Dias da Mota (010.826.840-31); Luiz Carlos de Sousa Queiroga Junior (050.085.754-73); Luiz Claudio José (058.757.247-73); Luiz Ivan Gonçalves Junior (759.958.323-87); Luiz Pereira de Assis Neto (039.560.704-37); Luiza Garcia Rafagnin (045.400.959-35); Marcelo Lucas Araujo (847.035.633-04); Marcelo de Alencar Resende (892.579.286-91); Marcia Alves Ribeiro (074.516.256-80)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1614/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.023/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Vinicius Ferreira da Silva (009.306.181-14); Margarethe Luchi (577.625.387-04); Maria Amelia Gonçalves Carreiro (004.134.125-20); Maria Aparecida Alves Sousa (027.605.267-63); Maria Aparecida da Silva (023.308.384-76); Maria Aparecida de Souza (015.315.877-80)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1615/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.025/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djalma Santos Melo Junior (794.860.705-63); Marcus Vinicius Souza Santos (911.152.725-00); Roniere Silva de Oliveira (769.282.335-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1616/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.027/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Milena da Silva Cavalcante Brotas (030.724.075-41); Rafael José Soares Santos Dutra (032.261.695-64); Rita Kelly Couto Brandão (025.011.325-21); Roberta Binhane Rebouças Publio (013.939.595-47)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1617/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.031/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Miranda Marinho (015.057.531-98); Adrianni Souza de Oliveira (011.215.971-06); Andreia Ribeiro Couto Teixeira (764.518.441-87); Dacio Alves Pereira de Oliveira (959.844.451-15); Fabio dos Anjos Oliveira (021.595.014-33); Jefte Dodth Telles Monteiro (591.796.603-63); Leane Araujo de Oliveira (845.600.611-49); Marcia Lorena Rodrigues de Sousa (039.754.511-81); Milene Lopes dos Santos Queta (058.167.376-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1618/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.034/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Victor Hugo de Lima Mitterofhe (107.614.696-13)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1619/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.037/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edson Luiz Folador (528.696.521-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1620/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.040/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gisele Cristina Vieira (095.534.267-86)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1621/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.043/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Regiane Aparecida Nunes de Siqueira (026.719.679-26); Talícia do Carmo Galan Kuhn (053.763.119-45)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1622/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.045/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Moniky Morais de Freitas (011.601.644-28); Danielle Marie Macedo Sousa (009.932.964-67); Diego Menezes Augusto (047.111.174-07); Jislene Trindade Medeiros (052.374.994-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1623/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.049/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Milena Giselly de Andrade (096.870.794-79); Otto Augusto de Morais Costa (084.147.544-06)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1624/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.050/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Batista da Cunha Pires (400.100.400-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1625/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.059/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Augusto Jordão (354.693.258-73); Aline Grasiele Cardoso de Brito (303.722.878-40); Daisy Alves Fragoso Galvão (327.120.888-32); Debora Dainez (330.431.198-00); Erika Mayumi Shimabukuro (370.247.978-35); Geovani Lopes Silva (113.426.456-93); Gustavo Carvalho Moreira (085.086.346-50); Lorena Avellar de Muniagurria (989.165.210-68); Luiz Marcos da Silva Filho (308.394.728-38); Maria Socorro Gonçalves Torquato (156.855.148-75); Michela Tuchapesk da Silva (283.616.968-06); Monica Fernanda Botiglieri Moretti (350.003.058-09); Pedro Mendonça de Oliveira (368.267.448-99); Rafael Figueira (376.423.038-07); Rafaela Guilherme Monte Cassiano (341.672.988-99); Ricardo Crissiuma (308.492.288-83); Thaís Maria Dalbelo (359.712.228-05); Wender Santana Carvalho (071.910.686-98)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1626/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.060/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karlos Henrique Martins Kalks (043.303.596-00); Susana Puga Ribeiro (492.435.866-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1627/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.065/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Resende Pires (068.100.096-12); Arthur Eduardo Alves Amorim (127.637.717-77); Galdino Rodrigues de Sousa (100.588.496-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1628/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.066/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Liege Policarpo Milhioli (135.424.167-38)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1629/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.067/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Monica Cattafesta (132.831.847-80); Nayra Fernandes Santos (058.054.527-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1630/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.068/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raimundo da Silva (296.217.807-30); Renata Oliveira Bomfim (031.448.157-56)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1631/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.070/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Carlos Zaniratto Junior (019.585.407-14); Herika Luciana Chaves de Mendonça (032.265.166-20); José Raimundo Fernandes (037.366.276-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1632/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.071/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Lucia de Faria e Azevedo (559.141.286-68); Betania Almeida Nadalin Leal (036.099.666-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1633/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.073/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Alves de Oliveira (072.771.434-18); Marcilio Ferreira dos Santos (072.676.124-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1634/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.074/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Reis da Silveira (474.279.900-30); Cassio Barros de Aguiar (028.695.330-71)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1635/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.958/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joacyr Silva dos Santos (002.534.285-13); Jorge Tenorio Barreto Campos (650.985.105-97); Josenilton do Nascimento Sousa (027.875.875-42); José Pereira Torres (013.900.398-38); Jéssica Oliveira de Carvalho (033.415.445-69); Katia Cilene Barreto Santana (923.290.475-68); Laysa Souza Lavanhole (026.920.285-46); Luana Tássia dos Santos Ramos (033.302.665-97); Luciana Helena Cajas Mazzutti (154.235.438-27); Lucineide Rodrigues Santos Brito (625.549.995-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1636/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.555/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jussara Cristina Rodrigues da Silva (278.144.138-42); Katia Cristina Alves Pinto (084.693.567-80); Leumas Castelli (295.203.168-17); Luciana Araujo Lima (259.657.428-43); Márcio Lucio Rodrigues (283.001.168-69); Marina Yoko Ueda Rocha (038.049.818-95); Michele Cristina dos Santos (345.950.378-56); Milton Cesar Rodrigues (092.176.698-06); Monica Facincani Camacho (352.297.628-29); Patricia Barrozo (343.222.178-93)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1637/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.557/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Maria do Nascimento (193.910.338-06); Elida Cassia Santos Souza (012.955.385-98); Joseano Lira Santos (029.076.694-00); Scheilla Conceição Rocha (005.324.995-06); Soraya Cristina Pacheco de Meneses (275.991.165-91); Tiago Viana de Souza (047.698.255-36); Vanessa Ramos de Faria Santana (019.838.295-28)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1638/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.009/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Estevam de Amorim (003.951.667-99); Rejane da Silva Santos (095.231.587-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1639/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.840/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Weltima Teixeira Cunha (211.726.765-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1640/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.261/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Frankie Tiegs (686.542.009-87); Geovane Romeu Ribeiro (066.838.499-94); Geraldo Muzeka (077.192.869-60); Glória de Fátima dos Santos (457.517.902-78); Helen Carolina Ferreira Santos (018.087.015-77); Ivone de Souza Matos (038.630.989-27); Jean Marlon Hulse Merigo (074.466.069-67); Jeferson da Silva Flores (017.354.760-56); Leonardo Aires de Souza (027.082.099-06); Letícia Beatriz Folster (073.766.749-42)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1641/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.266/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldus Marcelo da Silva Nascimento (785.801.109-04); Aloizio da Silva Martins (043.765.709-40); Ana Paula Duarte Ferreira (056.723.799-07); Anderson Alves Nunes (016.012.940-00); Antônio Jorge Birriel (293.893.560-91); Bruno Estuqui Schlichting (071.149.049-08); Bruno Oreques Fonseca (007.106.610-10); Carina da Silva Lima Biancolin (295.125.288-94); Claudionei Reitz (042.104.039-46); Daiana Alves Machado (089.461.239-58)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1642/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.274/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Mochi Galvão (013.919.301-42); Bruno Nunes Machado (020.509.901-70); Camila Centurion Silva (378.025.768-81); Carlos Eduardo Olivas de Campos (662.739.271-20); Caroline Aparecida Sampaio Guimarães (034.941.941-81); Celly Nataly Cavalcante de Souza (509.493.062-15); Claudinei dos Santos Pereira (863.025.311-87); Danilo Augusto Cardoso Pissurno (022.810.651-62); Danilo Tofoli (029.163.501-60); Davi Augusto Fernandes de Souza (046.813.401-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1643/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.279/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marismar Anunciação Santana (000.911.181-66); Maryanna Ferreira Rezende (037.705.021-08); Mauni Lima Oliveira (809.690.030-72); Minelvino Rocha Pacheco (296.023.785-49); Muriel Vieira Teixeira (050.283.271-14); Mylena Iasmim Figueiredo Pires (042.782.301-33); Natália dos Santos Capo (062.499.781-27); Nathalia Lima Fernandes (034.654.391-63); Paloma Gancedo (978.299.191-00); Paulo Henrique da Silva Augusto (992.083.691-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1644/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.287/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jubar Leite de Souza Filho (101.730.756-30); Karina Rodrigues Monteiro (042.560.996-03); Kendson Leandro Alves (076.766.376-43); Kenya Faria Xavier (051.702.436-50); Leandro Evangelista Pereira (012.829.106-04); Luana Jéssica dos Santos (128.705.746-22); Lucas Filipe Araújo Almeida (095.394.166-39); Marcelo Miranda (114.200.136-96); Maria Marta Ferreira Thebit (695.015.806-87); Márcio Ferreira Silva (031.473.076-11)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1645/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.290/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sandra Aparecida de Souza (805.581.516-04); Serenna Tharyne Alves de Souza (037.086.191-45); Sílvia Renata Fernandes (030.840.686-90); Tabatha Helena da Silva (112.079.016-60); Takeshi Junior Kasuo Miki (016.482.656-42); Thiago Santos Rocha (083.203.556-48); Valéria Alves Sousa (041.485.716-07); Vinícius Francisco Alves (326.843.828-83); Vânia Dutra Amorim Cerbino (777.673.906-59); Wilson José Vieira da Costa (030.894.066-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1646/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.300/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Cristina de Vargas Bernardini (081.785.569-60); Alexandre Pereira (011.876.500-05); Aline Arrieche Freitas (018.502.930-23); Ana Paula de Carli Bertaioli (006.619.309-55); Augusto Cesar Prado Pomari Fernandes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(307.638.098-29); Bruno Zucuni Prina (021.805.120-40); Carolina Balbi Uchoa Brasil (693.303.792-49); Claudia Felisbino Souza (006.971.479-75); Cristina Zulmira Almeida de Campos (813.739.450-87); Daiane Farina (893.302.009-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1647/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.301/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daiane Maísa Patzlaff (052.136.519-84); Daniela Varnier (083.005.409-03); Davison José Bezerra de Oliveira Silva (070.282.284-10); Dayane Regina Lenz (058.749.199-02); Diego Stefano Junges (035.002.319-00); Edmilson José Kleinert (083.112.229-32); Eliton Paulo Novais (060.774.699-80); Evertom Licoviski (066.393.919-45); Felipe Diehl (986.315.430-04); Flávio Humberto Testa (008.640.639-62)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1648/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.315/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lidiane Alves de Deus (106.044.846-74); Renato Franca de Almeida (024.666.041-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1649/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.359/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Perez de Tassis (074.596.996-83); Camila Regina Carvalho (090.249.876-28); Carolina Helena Caldeira Silva (050.197.066-55); Cássia Regina Vieira Araujo (095.324.506-37); Emanuele de Oliveira Araujo (101.288.186-54); George Alberto Dias (080.665.166-06); Isadora Arinda de Souza Mendes (073.383.056-09); Ivana Perucci Esteves dos Santos (075.997.056-43); Jefferson Silva Gouveia (385.873.738-03); Luciana Couto Ribeiro (086.271.407-90)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1650/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.409/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brunella Dallorto Fantin (102.871.737-71); Driely Guidoni de Christo (122.051.217-66); Jaqueline Teixeira da Silva (111.235.687-82); Lívia Brandão de Brandão (124.645.407-65); Nildo de Narde Junior (118.914.817-03)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1651/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.420/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcones José da Silva (038.360.524-58); Neilla Carolina Farias de Carvalho Guedes (055.707.404-57); Paulo Igor Campos de Santana Verçosa (050.645.284-00); Vanessa de Almeida Aquino (077.076.434-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1652/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.425/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Fernandes de Rezende (030.870.619-64); Rosilene de Jesus Belo (115.835.738-95); Saimon Reckelberg (061.831.619-18); Sarita Locks de Souza (004.421.749-85); Tatiana Nanuncio Noszczyk (052.501.369-58); Valdir Nesi Junior (053.181.039-95)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1653/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.644/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Danilo Marcondes de Alcântara (050.822.289-35)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1654/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.707/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Enoc Lima do Rego (034.798.075-93); Flávio Santos Lopes (079.390.227-41); Gabriella Fernandes Magalhães (017.395.615-70); Paloma Oliveira Vidal (008.043.315-45); Sergio Rodrigo Oliveira Souza Lima (007.113.245-73)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1655/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.709/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Vieira Scharra Lapa (137.839.797-57); Cristiano Vieira Santana (934.115.105-87); Danilo Bastos da Cunha (022.074.555-21)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1656/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.736/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielle Cristina Barreto Honorato Ferreira (040.571.609-57); Denilson Fagundes Barbosa (008.602.179-65); Diego Bittencourt Machado (065.485.509-94); Diogo Bellé (057.769.959-81); Diogo Labiak Neves (036.573.269-95)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1657/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.741/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Janaína Antunes dos Santos (046.606.499-38); Janice Regina Gmach Bortoli (026.121.329-61); Jéssica Schneider (010.178.079-65); João Paulo Pereira Paes (123.483.237-29); Jorge Armindo Sell (005.059.230-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1658/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.751/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allan Erlikhman Medeiros Santos (092.904.746-02); Ana Alice dos Passos Gargioni (369.039.568-24); Ana Paula Marquez Belo (023.167.671-92); André Luiz Borges Machado (038.252.491-82); Aniela Pilar Campos de Melo (026.856.991-63)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1659/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.756/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Luíza da Cunha (065.054.976-76); Carlos Reis (712.485.286-20); Eloísa Jardim Barino Ferraz (072.786.926-44); Erlon Rodrigo Ozelin (950.056.256-15); Eron José Gaspar (531.582.889-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1660/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.764/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denis Santiago da Costa (350.827.588-45); Diego Saqui (359.443.768-05); Elisangela Santos de Carvalho (023.827.129-37); Elizete de Souza Bernardes (024.648.041-69); Erika Yurie Fujiwara (336.988.248-50)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1661/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.768/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kader Carvalho Assad (732.547.381-87); Kaio Ferreira Costa (102.982.646-33); Karolinne Finamor Couto (031.134.361-92); Laryssa Amaro Naumann Pereira Dias (123.264.947-33); Leandro Magalhães de Oliveira (030.501.701-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1662/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.773/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Vanzela (314.155.408-02); Maximilian Jaderson de Melo (390.296.838-99); Natalia Borges Marcelino (002.717.011-02); Nathalie Elias da Silva Cavalcante (032.817.231-60); Nicholas Eduardo Lopes dos Santos (029.251.879-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1663/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.778/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tomaz Leal Leite (003.869.781-58); Vladimir Piccolo Barcelos (060.651.036-24); Volmir Rabaioli (938.330.599-15); Wagner Cristiano Schmitzhaus (023.047.870-02); Wesley Tessaro Andrade (044.597.351-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1664/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.782/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Minieli Fim (117.932.497-84); Otavio Kaminski de Oliveira (043.974.649-36); Philipe Domingos (104.963.937-58); Wilson Pimenta da Silva Dávila (024.608.787-02); Ygor Franzotti de Barros Gomes (122.601.877-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1665/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.424/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Valéria de Carvalho Souza (574.296.696-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1666/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.450/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Neide Maria de Vasconcellos Couto (078.079.375-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1667/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.455/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ivaneide Rosa da Silva Cruz (154.210.154-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1668/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.565/2017-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cleusa Rosa Capilla Bonfim (089.853.577-86)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1669/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.594/2017-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Eugênia Fonseca de Miranda (456.517.796-04); Josefa Soares Marcelino (038.851.916-95); Mariana da Conceição de Faria (319.695.426-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1670/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.597/2017-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ernestina Barbosa da Silva (508.228.102-04); Samuel Francisco da Silva (017.155.504-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1671/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.640/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vanda Lúcia Siqueira de Andrade (045.779.616-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1672/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.647/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucas Henrique Cassiano Couto (149.140.596-14); Ludimila Cassiano Couto (143.616.666-79); Maicon Douglas Couto (158.695.616-71); Maria Aparecida de Freitas (572.551.566-49); Maria da Piedade Felisberto (014.238.016-44); Maria das Neves Ferreira Silva (877.657.056-87); Maria do Carmos Cassano Couto (029.097.096-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1673/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.589/2017-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Magdalena Ribeiro da Silva (557.376.256-72); Rute Neves Lanziotti (181.843.756-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1674/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 6º, I, e 19 da IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;

Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 93 da Lei 8.443/92, nos arts. 143, inciso V, "a", 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU e no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19, *caput*, da IN/TCU 71/2012, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o presente processo, dando-se ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério de Desenvolvimento Social, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.053/2016-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Vicente de Paula Barboza (472.305.176-72)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Raul Soares - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1675/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7.134/2015 - 1ª Câmara, prolatado na sessão de 10/11/2015, Ata nº 39/2015, relativamente ao subitem 9.5, onde se lê *"desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento"*; leia-se *"desde a data do presente acórdão condenatório até a do efetivo recolhimento"*; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.112/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amadeu Luiz Conti (851.200.818-00); Instituto de Acao Cultural e Ecologica (04.974.784/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1676/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, e 212, do Regimento Interno/TCU, em:

a) excluir desta relação processual o Município do Rio de Janeiro;

b) acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Cesar Epitácio Maia;

c) arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo; e

d) encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução elaborada pela unidade técnica e do parecer do representante do Ministério Público junto ao TCU, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Município do Rio de Janeiro/RJ e ao Sr. Cesar Epitácio Maia.

1. Processo TC-017.287/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cesar Epitácio Maia (372.955.277-53); Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (42.498.733/0001-48)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: Daniel Bucar Cervasio (104381/OAB-RJ), representando Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ; José Roberto de Albuquerque Sampaio (69747/OAB-RJ) e outros, representando Cesar Epitácio Maia.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1677/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6.855/2016 - 1ª Câmara, prolatado na sessão de 16/11/2016, Ata nº 40/2016, relativamente ao subitem 3.2:

Onde se lê:

3.1. Responsáveis: AJA - Ação Jovem de Apoio A Educação, Cultura e Pesquisa (05.304.030/0001- 05); Plínio Marcos Teixeira de Oliveira (156.013.098-92); Sullivan Marcos da Silva (155.473.688-90).

Leia-se:

3.1. Responsáveis: AJA - Ação Jovem de Apoio A Educação, Cultura e Pesquisa (05.304.030/0001- 05); Plínio Marcos Teixeira de Oliveira (156.013.098-92); Sulivan Marcos da Silva (155.473.688-90).

1. Processo TC-028.011/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aja - Ação Jovem de Apoio A Educação, Cultura e Pesquisa (05.304.030/0001-05); Plínio Marcos Teixeira de Oliveira (156.013.098-92); Sulivan Marcos da Silva (155.473.688-90)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1678/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.368/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Souza da Silva (249.712.192-34).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1679/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.384/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Luciane Mara de Oliveira Patrício (634.802.391-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1680/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.529/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mário Sérgio Marques Soares (086.761.351-34).

1.2. Órgão: Ministério Público Militar.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1681/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.568/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Telma Paiva de Amorim (051.416.992-34); Terezinha Ribeiro Moderno (113.953.622-20); Valdemir Rodrigues de Oliveira (152.056.142-34); Vivaldina Costa Lizardo (220.033.552-00).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1682/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.554/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Aderbal Aragao Filho (026.135.513-99); Jose Barbosa Oliveira Filho (014.345.253-33); Jose Carlos Luz de Oliveira Junior (043.094.351-22); Jose Luiz Galvao de Oliveira (097.459.654-05); Thais Ferreira Schneider (033.321.113-88).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1683/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.714/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abilio da Silva Gomes (826.190.771-68); Adam Alves Borges (029.916.141-29); Adauto Ribeiro de Lima (035.123.761-50); Alessandra D'avila Vieira (843.822.361-34); Aline de Sousa Ovides (048.921.201-89); Alisson Diniz Barrozo (019.126.691-45); Ana Paula Maciel Peixoto (055.900.836-80); Ana Paula de Aguiar Thome (042.706.951-37); Andre Luiz Fernandes Banker (005.266.151-25); Andrea de Oliveira Nascimento (266.700.648-88).

1.2. Órgão: Ministério das Cidades (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1684/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.735/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abel Lemos Pereira (978.461.042-68); Adolpho Nilson Prado (031.203.231-52); Adrian Zancanaro Rostirolla (002.137.370-19); Adriana Andrade de Araujo (791.530.382-15); Adriana Barros Neves (961.770.551-68); Adriane Coelho Barros (604.734.773-86); Adriane Russo Campos Nascimento (000.038.397-02); Adriano Deparis Sturm (024.307.260-09); Adriano Leite Sobrinho (055.700.473-01); Adriany Ramos Boneti (352.973.178-19).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1685/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.738/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcimara Cunha Oliveira (000.090.012-55); Alessandro Neumann (052.056.459-62); Alex Carvalho Coelho (602.256.093-47); Alex Ferreira Machado (014.308.361-99); Alex Vasconcelos de Oliveira (871.103.265-00); Alex da Anunciacao Silva (390.085.568-47); Alexandra do Nascimento (028.234.289-33); Alexandre Domingues Rolo (338.802.518-51); Alexandre Dumas Soares de Almeida (029.796.965-01); Alexandre de Aquino Martins Costa (137.785.777-86).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1686/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.745/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrei Berezowski (017.110.447-17); Andrellius de Sousa Queiroz (005.285.932-00); Andressa Lopes Aguiar (036.697.231-61); Andressa Rodrigues de Sousa (044.653.131-60); Andressa de Souza Nogueira (075.412.639-07); André Vinícius Rocha Pires (330.759.948-80); Andy Vinicyus Barbosa Alves dos Santos (436.283.198-38); Anelise Rizzardi (422.808.180-00); Angel Santos Fontes (050.378.495-86); Angela Brito Anes (049.022.081-99).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1687/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.750/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Malacarne Campos Ashidachi (019.329.230-04); Marcelo Manoel Mota de Castro (036.410.342-64); Marcelo Rodrigo Moreira da Silva (104.952.836-06); Marcelo Souza Nunes Siqueira (082.298.077-01); Marcelo Takashi Kashimoto (026.132.009-28); Marcelo Teixeira Silva (543.943.175-68); Marcelo Viana de Araujo (077.156.467-84); Marcelo Vinicius Silva Reis (024.149.283-10); Marcelo Medeiros Galvão (008.946.344-70); Marcia Camila Nascimento (081.614.474-54).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1688/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.757/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Mariana Rocha Sales (056.635.493-40); Mariana Vieira do Nascimento Souza (072.200.684-50); Marieli Vieira (046.803.339-44); Marilia Barros Lessa (026.805.623-48); Marilia Hauck Reichert (373.162.468-04); Marilia Isabela Cardoso Matos (015.549.875-47); Marilia Maria da Silva Morais (017.939.031-74); Marilia Ribeiro de Sousa (082.519.056-80); Marillia Gabriela Teles Tomaz (048.156.763-13); Marina Spaziani (301.322.228-09)

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1689/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.758/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mario Jose dos Santos (276.157.328-59); Maristela Chies (553.213.560-68); Marjana Gutterres Boniati (026.700.660-89); Markus Nachtigall (003.126.530-85); Marlen Lucia da Costa Andrade (105.443.746-73); Marli Marcon (395.703.710-72); Marlon Eduardo de Lima Neri (056.710.484-27); Marta de Oliveira Freitas (981.676.932-87); Mateus Bastian Barbosa Cordeiro (080.311.799-05).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1690/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.051/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson Jose da Silva Barroso Filho (945.082.832-68); Adina Maria Lima Beloni (589.166.602-20); Adriana Haase Butzke Almeida (818.625.712-87); Adriana Simoes da Silva Capote (005.109.482-78); Adriano Cunha dos Santos (013.635.322-35); Aerson Zamboni Maia Junior (035.413.534-14); Alan Barbosa (013.259.281-94); Alan Cordeiro Pereira (011.775.195-26); Alcides Jose do Nascimento Filho (055.834.255-80); Aldo Lopes da Silva (110.688.034-01); Alesandro Gomes da Silva (031.815.097-28); Alessandra Selent (026.775.450-71); Alex Negromonte dos Santos (399.686.148-66); Alexandre Fernandes Bina (144.303.228-05); Alexandre Gualberto Rodrigues da Silva (100.150.067-94); Alexandre Lima Gois (048.892.465-09); Aline Franciele Reway (048.182.849-47); Aline Santos da Silva (029.253.225-30); Aloisio Rodrigues do Nascimento Junior (043.510.425-08); Alvaro Nelson Soares Junior (997.780.922-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1691/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.052/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alzira Lima da Cruz (037.256.623-55); Amadyo Alesson Evangelista (037.506.173-84); Ana Beatriz Silva Almendra (042.289.625-05); Ana Carolina Santiago (361.961.588-80); Ana Cristina Mendes da Silva (026.561.114-80); Ana Cristina da Silva (851.271.834-04); Ana Marcia Ribeiro Soares (015.790.921-28); Anderson Jose de Oliveira (844.482.709-63); Andre Eduardo Barth (018.430.022-30); Andre Luis Nunes (024.996.625-57); Andrea de Farias Ferreira (080.118.367-73); Andressa Campos Alves (003.227.202-22); Andrey Magalhaes Moreira (029.235.881-42); Andreza Hulli Soares de Sousa (089.961.354-37); Madson Ivens Holanda Batista (017.664.933-60); Manuela Dias de Oliveira (037.865.291-59); Marcel Jefferson Alves de Morais (055.633.603-85); Marcel Meivs de Lima Frias (089.253.254-89); Marcela de Almeida Barra (084.624.836-03); Marcelo Brandao Mesquita (031.004.003-56)

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1692/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.053/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Paranhos Silva (056.230.246-88); Marcelo dos Santos Rios (036.583.673-77); Marcielly Daiane de Oliveira Junges dos Santos (878.142.002-10); Marcilio Antonio Camelo Farias Xavier (081.617.184-07); Marcio Eli Barbosa Junior (099.914.486-32); Marcos Nelson dos Santos (076.681.774-18); Marcos Paulo Ferreira Pereira (096.425.034-92); Marcos Sabino do Nascimento Araujo (050.874.991-39); Marcus Vinicius de Sousa do Nascimento (043.763.571-62); Maria Eunice Ferreira Quadros (028.485.045-44); Maria Jaciara Fernandes de Melo Silva (073.321.794-07); Mariana Ferreira Coelho (067.134.926-06); Mariana Marinho e Silva (108.330.757-64); Mariana Passos Luna (051.906.754-16); Marina Lima Maracaja Martins (089.924.304-50); Mario Jose Hortelao Mendes da Silva (218.965.798-92); Marlon Barbosa Dantas de Carvalho (063.341.324-07); Victor dos Santos Archanjo (124.578.717-94).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1693/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.318/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Sobolewski Prola (030.500.440-98); Gabriel Teixeira Barros (130.845.407-48); Gabriela de Carvalho Jasmilino (052.956.651-60); Gean Carlos Bueno de Oliveira (047.990.841-94); Genival Brambila (040.649.239-52); Geovana Ramos de Santana (045.567.883-90); Geraldo Parente da Silva Guimaraes (068.223.853-80); Gerson Gavazzi Filho (448.169.068-27); Gilda Domingos dos Santos (393.130.691-72); Gilmar de Sa Soares (096.494.264-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1694/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.326/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique Martins Godeny (077.332.459-31); Henrique Mota Manesco (351.986.558-05); Henrique de Paula Nascimento (103.911.986-70); Henrique de Souza Ajala Bregolin (059.315.731-19); Herbert Lee Taveira de Araujo (982.999.212-87); Hercules de Oliveira Nascimento (111.199.197-97); Hermogenes Rafael Cavalcanti (096.982.436-07); Higo Mariano Siqueira Costa (040.827.712-20); Hilder Moraes de Oliveira Filho (000.967.452-74); Hitalo de Sousa Tavora Costa (009.998.093-26).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1695/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:
a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos Srs. Matheus Rodrigues Desconzi e Mauricio Bittencourt Pimenta; e
b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo.

1. Processo TC-033.330/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Lobato Portella (066.873.946-06); Matheus Nogueira de Souza (457.907.188-33); Matheus Porto Lambert (066.810.844-43); Matheus Rabelo da Silva (043.331.911-90); Matheus Rodrigues Desconzi (024.248.100-01); Matheus Santana Silva (114.072.796-61); Matheus Souza Feitosa (055.762.651-06); Matheus Vilela Vargas (000.552.352-47); Mathews Henrique Marinho Gurgel (088.750.034-08); Mauricio Bittencourt Pimenta (119.840.527-99).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1696/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da Sra. Simone Lima de Souza e do Sr. Stanley Vicente Filho Machado, nos termos do art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU; e
b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo em epígrafe, com fundamento no art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-033.337/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Silvio Jose Florindo (036.863.128-16); Simone Lima de Souza (863.880.022-34); Simone Teresinha Kaiser dos Reis (010.446.240-00); Sofia Brioschi Caliman (108.814.557-41); Sonara Cavalcante de Medeiros (100.109.346-18); Sonia Lopes da Silva (336.506.164-91); Stanley Vicente Filho Machado (038.989.221-11); Stefanie Giulyane Vilela do Nascimento (072.345.594-50); Stefano Herkenhoff e Gama (124.643.027-40); Stefany Adriela Reboucas Freitas Brito (091.999.566-75).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1697/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:
a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão da Sra. Tatiane Silva Sousa e dos Srs. Tarssyo Rocha de Medeiros e Terencio Octavio Avelino da Rocha; e
b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo.

1. Processo TC-033.339/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Talysson Tulio Travassos Lopes de Paula (016.285.964-30); Tamillys Camilo Ponte (036.826.913-24); Tamiris Marques Nascimento (356.360.618-89); Tamiris Viana de Oliveira (378.470.338-01); Tarcísio Alves Teixeira (129.578.597-85); Tarsio Abranches de Albuquerque (111.066.537-77); Tarssyo Rocha de Medeiros (075.961.566-73); Tatiane Silva Sousa (025.476.202-60); Telmo Freitas Junior (074.386.319-40); Terencio Octavio Avelino da Rocha (013.282.256-31).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1698/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.346/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Bispo Dias (016.475.362-19); Vanessa Moura Nickel (055.173.887-10); Vanessa Neves Vilela (036.257.601-77); Vanessa Silva (054.406.131-45); Vanessa Silva Macedo (061.911.963-26); Vanessa Trindade Oliveira (041.604.611-82); Vanessa de Sousa Brito (955.033.822-34); Vania de Jesus Gomes (128.661.887-80); Vanlex Juneo Goncalves Maia (088.026.856-57); Vicktor de Aguiar Boff (100.160.009-60).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1699/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:
a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão da Sra. Viviane de Souza Netto e do Sr. Wagner de Negri Souza; e
b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo.

1. Processo TC-033.351/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vivian Martins Mendes de Sousa (085.643.544-97); Viviana Machado Fernandes (007.550.880-00); Viviane Souza Netto (008.996.489-67); Viviane Teixeira de Castro Neves (020.152.555-08); Wagner Martins dos Santos Monteiro (018.075.022-44); Wagner de Negri Souza (003.208.740-36); Waldi Santos Carvalho (051.072.951-77); Walisson Fernandes Alves de Sousa (037.087.013-13); Wallace Fonseca Carvalho (041.520.175-62); Wallace da Silva Cavalcanti (066.072.004-35).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1700/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.353/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wellington Felix Duarte dos Santos (022.540.552-08); Wellington Macedo Coutinho (041.353.591-67); Welson da Silva Alves (085.903.414-37); Wemeli Alana Torres de Freitas (025.812.112-29); Werner Rothemberger de Quadros Barbosa (060.752.629-70); Wesley Maia Leite (013.295.392-73); Wesley Pereira Sena (595.035.212-20); Wesley Santos de Souza (025.530.162-63); Wesley William Marin (010.173.280-56); Weslley Gomes Pinheiro (054.653.801-01).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1701/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.374/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marlene Felicia dos Santos (523.830.671-72); Márcio de Aguiar Ribeiro (013.914.465-00); Pablo Felipe da Rocha Ribeiro (794.247.832-72); Ricardo Roger Ribeiro Soares (650.606.873-68); Rogério de Almeida Pinto Guimarães (812.587.635-91); Sergio Fedato Batalha (368.233.328-24); Tamires Bandeira de Melo (007.208.511-81); Thiago Jose Araujo Paes (007.038.573-47); Valdiney Santos Ferreira (967.683.045-34).
1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1702/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.651/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Flavia Pinto de Azevedo Cruz (043.037.922-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1703/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.000/2008-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Fernanda Tatiana de Souza (015.215.096-03).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Janúaria.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1704/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.020/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ai Ren Tan (296.957.407-15); Alessandra Diniz Coelho (028.616.597-00); Alex de Lima e Silva (094.473.647-56); Alex de Oliveira e Oliveira (246.293.358-11); Aline Mara Barbosa Pires (051.314.366-13); Aline Santana Scotelari de Souza (038.111.487-29); Anderson Willian de Souza Baltazar (251.244.858-41); Andre Luiz Jeovanio da Silva (018.465.887-07); Bianca Medeiros Pires (122.887.117-52); Bruna Marques Mazoco (031.659.127-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1705/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.026/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Emanuel Del Boca Sogdu Martins (124.075.137-03); Christiam Felipe Silva Maciel (066.769.216-93); Danielle Fernandes Campista (134.108.507-40); Elaine Cristina Ruby (046.207.538-90); Elisete Aparecida Batista (003.898.559-44); Emmanuela Lopes de Oliveira (087.052.617-08); Flávia de Almeida Braggio (123.227.457-74); Frederico Massaud Conde (085.069.117-61); Fábio Vieira Batista de Nazaré (012.475.024-90); Gabriel Philippi Pereira Goulart (120.144.257-52)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1706/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.057/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Tibau Campos (111.897.137-05); Andrea dos Reis Collaco (090.761.757-30); Andressa de Souza Lopes (102.810.577-02); Angelo Santos Alves (009.828.775-36); Anicet Okinga (053.107.937-63); Beatriz Nascimento Castelo Branco (741.862.132-91); Bernardo Soares Teixeira Bemvindo (116.375.867-10); Bruno Leonardo Bozaquel Morais (090.537.957-82); Caio Carneiro Thales de Mileto (123.749.157-60); Camila Duarte Rodrigues Lopes (074.049.734-06)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1707/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.066/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helemberg Cubica de Souza Junior (135.907.877-08); Itamar Pereira Goncalves (053.125.937-45); Ive Luciana Coelho da Costa Resende (936.977.324-04); Joana do Vale Cordeiro da Silva (108.498.277-36); Joel Lemos Dias Monteiro (124.426.807-00); Jose Adolfo Linhares Pinto (078.019.676-74); Jose Americo de Azeredo Figueira (580.976.787-72); Juliana Rodrigues Abirached (107.126.217-33); Laura Costa Moreira Botti (089.316.686-35); Leticia Pedretti Ferreira (132.555.107-40)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1708/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.069/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marilia Sergio da Silva Beltrao (932.947.435-72); Matheus Souza Pinto Engel (126.677.697-40); Nadson Murilo Nascimento Lima (814.673.625-49); Natalia Cristina Candian Lobato (087.601.266-71); Paula Alves Pinna (124.153.067-03); Paula Renata Alves da Silva (057.654.447-76); Paula Teles Silveira (104.953.317-83); Pedro Augusto de Oliveira Botelho (075.397.499-11); Pedro Henrique Alvisi (078.713.576-38); Pedro Igor Veillard Farias (126.018.717-92)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1709/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.364/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Paulo Cançado Dias (013.589.186-86); Paulo Henrique Caetano Texeira (107.943.827-03); Pedro Leal de Lima Soares (014.417.307-70); Poliana Agata dos Santos Raimundo (114.134.707-50); Rafael Andrade da Cruz (053.049.567-88); Rafael Galvão de Oliveira (977.348.371-15); Rafael Marques Teixeira (111.628.267-46); Rafael Prendin Bott de Aquino (082.542.867-01); Rafael de Santanna Correa Nunes (042.777.517-50); Raphael Madureira Weyne (118.234.857-23)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1710/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.367/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wilson José Siqueira (900.201.387-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1711/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.372/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daniela Guelber de Mendonça (964.550.476-72)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1712/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.658/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Safe Maier Hage (109.895.847-04); Carla Maia Einsiedler (097.654.547-08); Pedro Henrique Portugal de Sousa (132.257.287-99); Rafael de Andrade Cappola (125.549.837-47); Ricardo Emilio da Silva (312.921.678-23); Tania Mara Lima da Fonseca (021.460.897-25); Tatiana dos Santos Ferreira de Carvalho (088.867.777-44); Thays dos Santos Silva (115.618.027-94); Thiago Barros de Sousa (118.287.637-48); Thiago da Silva Pereira Soares (087.424.337-89); Tiago Paulino Florentino (108.075.267-62)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1713/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.905/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Espíndola Rodrigues (516.337.447-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1714/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c a Súmula 145 da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em corrigir, por erro material, o Acórdão 282/2018 - TCU - 1ª Câmara, Sessão de 23/1/2018, Ata nº 1/2018, dando-se nova redação ao item 9.7 e incluindo o item 9.8 naquele *decisum,* nos seguintes termos:

"9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;"

"9.8. arquivar o presente processo."

1. Processo TC-011.152/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Rodolfo Barreto Santana (046.879.265-17); Valdemir de Jesus Mota (962.186.655-34)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1715/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Ipirá/BA, relacionadas ao Pregão Presencial 31/2016, destinado à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos, médico-hospitalares e maquinário das unidades de Saúde daquele município,

Considerando que, no item 9.4 do Acórdão 546/2018-1ª Câmara, de 30/1/2018, o nome do responsável foi grafado de maneira incorreta, deixando de constar seu último sobrenome;

Considerando os pareceres uniformes da Secex-BA e do MP/TCU nesse sentido,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em determinar, com fundamento na Súmula nº 145, o apostilamento do Acórdão 546/2018 - TCU - 1ª Câmara, de 30/1/2018, com vistas à correção de erro material, de maneira que, em seu item "9.4", onde consta: "Murilo Tadeu da Silva", passe a constar: "Murilo Tadeu da Silva Lima".

1. Processo TC-022.582/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Anibal Ramos Aragão (395.522.175-04); Murilo Tadeu da Silva Lima (185.508.195-49)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ipirá/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1716/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Solicitação (fl. 1, peça 1), da parte do Procurador da República Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes (Procuradoria da República no Rio Grande do Norte - MPF), referente aos autos 1.28.000.001095/2015-37, encaminhando documentos e arquivos relativos ao PRO-00089397/14, relativos ao Pregão Eletrônico 2/2015, do Crea/RN, "para fins de análise mais aprofundada nos autos do TC-026.441/2015-2, se for o caso, ou instauração de nova Tomada de Contas para apurar supostas irregularidades no mencionado certame", requisitando informar, em 30 dias, quais as providências adotadas,

Considerando os registros da Secex/RN (fl. 2, peça 7) de que o Ministério Público Federal possui legitimidade para encaminhar solicitações relacionadas ao Controle Externo, nos termos do inc. II do art. 8º da Lei complementar 75/1993 e do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, bem como de que os conselhos de fiscalização profissional se encontram submetidos ao controle jurisdicional deste Tribunal;

Considerando o registro de que o referido TC-026.441/2015-2 foi apreciado por intermédio do Acórdão 7569/2015 - TCU - 1ª Câmara, oportunidade em que este Tribunal conheceu da Representação apresentada pela unidade técnica (a partir de denúncia apócrifa) para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, arquivando os autos e dando ciência ao Crea/RN acerca da impropriedade de concessão, sem previsão legal, de licença não remunerada ao Sr. Silvano Maia Dantas, empregado de seu quadro de pessoal, única irregularidade então identificada, a partir dos elementos disponíveis até aquele momento (fls. 2, peça 7);

Considerando o apontamento da unidade instrutiva de que a constatação ora viável, à luz dos elementos encaminhados pelo solicitante, de que o Sr. Silvano Maia Dantas haveria passado, desde 1/12/2014, a ser sócio da empresa Tecnotech Sistemas Ltda. EPP, vencedora do Pregão Eletrônico 2/2015, não foi obtida quando da instrução de mérito do TC-026.441/2015-2, mesmo em consulta à base da Receita Federal promovida quase dois anos após referida data (26/10/2015 - vide peça 5), consignando-se que inexistiam motivos para que se enveredasse, à época, pela questão licitatória (fls. 2/3, peça 7);

Considerando a ponderação da unidade técnica quanto à impossibilidade de reexame da decisão definitiva proferida sobre o TC-026.441/2015-2, a fim de promover, naquele feito, "análise aprofundada" em relação à documentação encaminhada pelo solicitante, tendo em vista o tempo já decorrido desde a prolação do Acórdão 7569/2015 - TCU - 1ª Câmara (Sessão Ordinária de 24/11/2015) e o aspecto de tratar-se de tipo processual (Representação) não passível de Recurso de Revisão (fls. 6, peça 7);

Considerando a outra ponderação do órgão instrutivo quanto à ausência de elementos para instaurar-se, em relação ao caso, processo de tomada de contas, tendo em vista a documentação encaminhada pelo solicitante limitar-se a cópia do processo licitatório e da execução do subsequente contrato, sem indícios da ocorrência de prejuízo (o valor da contratação foi estimado em R$ 113.000,00 anual, vindo a ser homologado e contratado o valor de R$ 86.999,00), verificando-se, como única circunstância aparentemente suspeita, a questão de o funcionário licenciado integrar o quadro de sócios da empresa contratada, sendo que, neste caso, constata-se o aspecto de o seu licenciamento do Crea/RN coincidir, em data, com o seu ingresso na referida sociedade comercial (fls. 6/7, peça 7);

Considerando a arguição da unidade técnica quanto ao não cabimento de, em sede de solicitação, demandar-se a instauração de procedimentos de apuração, tendo em vista o gênero destinar-se à obtenção de informações acerca de eventuais procedimentos já existentes nesse sentido, em andamento ou encerrados (fls. 4/9, peça 7);

Considerando o acréscimo da Secex/RN quanto a não se configurar, no caso, a hipótese excepcional e supletiva de aquela unidade técnica adotar a iniciativa, como instrumento para viabilizar o atendimento da solicitação em tela, de apresentar representação de sua lavra, tendo em vista a prerrogativa expressamente atribuída a procuradores e magistrados de representar a esta Casa, caso entendam presentes elementos para tanto (fls. 4, peça 7);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Solicitação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade para tanto, em especial aqueles previstos no art. 62 da Resolução TCU 259/2014 e no inc. II do art. 8º da Lei Complementar 75/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

b) determinar o encaminhamento de cópia, em meio digital, deste processo e do TC-026.441/2015-2, ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, para a adoção das providências que aquela autarquia entender cabíveis;

c) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, e da instrução constante da peça 7:

c.1) ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia no Rio Grande do Norte - Crea/RN, para conhecimento;

c.2) à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, por intermédio do Procurador da República Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes, explicitando tratar-se de referente aos autos 1.28.000.001095/2015-37;

d) arquivar estes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-023.051/2017-5 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Rio Grande do Norte - MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Norte - Crea/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/RN.

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1717/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.943/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Pessin (207.735.790-87); Luiz Ernani Anadon Cardozo (125.418.770-72); Manoel Antonio de Farias (102.461.420-49); Maria Ines de Brito Canfield (273.426.460-91); Mauro Braga Freitas (154.723.109-20); Nara Lis Friedrich Martins (356.164.660-34); Osmar Ewaldt (109.327.470-00); Paulo Cesar Bonoto Comiran (147.385.970-00); Paulo Cesar Salgueiro Nunes (163.596.070-34); Paulo Rios Fernandes (131.199.230-87).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1718/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-031.164/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alemar Lourenço da Costa (216.013.136-91); Carlos Benedito de Aguiar (524.009.648-15); Celso Nespoli Antunes (401.055.988-87); Elizabete Maia Cordeiro Saglioni (134.609.866-20); Flavio Roberto Nunes Spinosa (274.466.978-49); Flavio de Azevedo Levy (730.767.758-04); Francisco Xavier de Souza Bartocci (980.301.838-87); José Aparecido Perosa (710.022.008-49); José Tadeu Rossi (677.167.848-20); João Bosco Pereira (789.711.878-91).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1719/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-033.499/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Auxiliadora de Lira Lopes Umeda (181.590.871-87).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1720/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.534/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria do Pilar Ribeiro Rego (568.377.716-04).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1721/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.544/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Vera Maria Trindade Machado (925.023.696-49).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1722/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.649/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria das Dores Costa da Silva (617.657.164-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1723/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-031.653/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Lourdes da Cruz (066.048.096-41).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1724/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.981/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Nivaldo Teixeira da Silva (020.340.287-16).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1725/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-008.141/2017-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jose Theogenes Cronemberger Guimaraes (101.052.474-72); Ângela de Oliveira Carneiro (360.518.375-15).
1.2. Entidade: Município de Juazeiro/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Pará (Secex-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), com fundamento no art. 16, III, da IN TCU 71/2012, a baixa da responsabilidade pelo débito da Sra. Angela de Oliveira Carneiro (CPF 360.518.375-15) e do Sr. José Theogenes Cronemberger Guimarães (CPF 101.052.474-72).

ACÓRDÃO Nº 1726/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 66), ao representante.

1. Processo TC-017.576/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado de São Paulo.
1.2. Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 008.911/2004-2, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. José Rollemberg Leite Neto apresentou sustentação oral em nome de Joelson Hora Costa.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 033.688/2015-0 (Atas de nºs 41 e 42/2017) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 1758. O Relator e os demais Ministros presentes anuíram à proposta apresentada pelo 2º Revisor, Ministro Benjamin Zymler. Vencido o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que votou na Sessão de 7/11/2017, quando estava convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº 025.176/2017-0 (Ata nº 43/2017) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 1744, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 010.047/2013-1, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, ante pedido de vista formulado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 016.451/2015-5, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 027.867/2015-3, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1727 a 1758, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1727/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.911/2004-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo (33.741.794/0001-01)
3.2. Responsáveis: Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia (14.737.522/0001-85); Daniel Badauê Passos (235.853.237-15); Francisco Nascimento Filho (438.595.425-91); Joelson Hora Costa (149.093.915-68); Lúcia Carlos da Silva (170.648.135-72); Maria da Conceição Vieira Nunes (116.606.435-20)
3.3. Recorrente: Joelson Hora Costa (149.093.915-68).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).
8. Representação legal:
8.1. Maria do Perpétuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo.
8.2. José Rollemberg Leite Neto (23656/OAB-DF) e outros, representando Joelson Hora Costa.
8.3. Eliseu Klein (23661/OAB-DF), representando Daniel Badauê Passos e Joelson Hora Costa.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que cuidam, nesta fase, de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Joelson Hora Costa contra o Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Joelson Hora Costa, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reformar os subitens 9.4 e 9.5 do Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara, conferindo-lhes a seguinte redação:

"9.4 julgar irregulares as contas do Sr. Joelson Hora Costa, Diretor-Presidente do DER/SE à época dos fatos, e da empresa Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia, empresa executora da obra, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do valor abaixo indicado, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, a partir da respectiva data, até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Embratur, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", 19, caput e 23, III, da Lei 8.443/1992, c/c artigos 202, § 6º; art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

9.4.1 Origem do débito: Superfaturamento no item estacas raiz 400 mm:

Débito (R$)	*Data*
326.655,25	*29.12.1997*

9.5 aplicar ao Sr. Joelson Hora Costa (149.093.915-68) e à empresa Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia, individualmente, a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. com fundamento no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, nos seguintes termos:

9.2.1. no item 3.2: onde se lê "Cobrate - Companhia Brasileira de Terraplanagem e Engenharia", leia-se "Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia", conforme CNPJ às peças 57, p. 4, e 79, p. 2;

9.2.2. conferir ao subitem 9.7 do Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara a seguinte redação:

"9.7. autorizar o pagamento das dívidas, caso solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista da legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, §2º, do Regimento Interno do TCU;"

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais responsáveis e interessados.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1727-06/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1728/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.078/2015-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Recorrente: Ramon Gonzalez Miranda (110.093.065-53)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mairi/BA
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR)
8. Advogados constituídos nos autos: Florivaldo Gil de Sousa (OAB-BA 10.485) e outros
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 4.929/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração;

9.2. quanto ao mérito, dar-lhe provimento parcial para reduzir do montante do débito imputado ao recorrente o valor de R$ 107.851,44, relativamente ao exercício de 1998, atribuindo-se a seguinte composição à dívida remanescente:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
27/2/1997	33.070,00	22/4/1997	30.238,00	11/9/1997	17.517,00
12/11/1997	26.942,00	28/11/1998	6.007,56	11/12/1998	12.510,00
23/12/1998	10.634,00	---	---	---	---

9.3. manter inalterados os demais termos do acórdão recorrido; e

9.4. dar ciência ao recorrente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Prefeitura Municipal de Mairi/BA acerca do teor desta deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1728-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1729/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.304/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Civil)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Bruno César da Silva Souza (049.565.821-96); Delvina Sousa da Silva (473.609.091-04); Isaias Philipe da Silva Rosa (036.833.781-23)

3.2. Responsável: Bruno Cesar da Silva Souza (049.565.821-96)

3.3. Recorrente: Bruno Cesar da Silva Souza (049.565.821-96).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Rodrigues Soares (9.741/OAB-DF) e outros, representando Bruno Cesar da Silva Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Bruno César da Silva Souza contra o Acórdão nº 397/2013-1ª Câmara, que manteve a decisão que considerou ilegal o ato de pensão civil instituído por Edwaldo Alves da Silva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes o Acórdão nº 397/2013-1ª Câmara e o item 9.1 do Acórdão nº 4.040/2012-1ª Câmara;

9.2. restituir os autos à Sefip para aplicar os procedimentos de controle da situação fática, relativamente à situação de efetiva dependência econômica do interessado, previamente a seu julgamento de legalidade e registro, os quais deixaram de ser efetuados após a edição do Acórdão nº 2.515/2011-Plenário, conforme determinado no subitem 9.1 dos Acórdãos nº 2.376, 2.377, 2.378, 2.379 e 2.380/2015 - Plenário;

9.3. dar conhecimento desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1729-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1730/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.541/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (51.169.555/0001-00); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); e Walter Barelli (008.056.888-20)

4. Entidades: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/Ministério do Trabalho) e a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino; e Ana Claudia Granato de Souza (118.100/OAB-SP) e outros, representando Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/Ministério do Trabalho), em razão de supostas irregularidades na execução do Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/1999-Sert/SP, especificados os utilizados no âmbito do Contrato Sert/Sine 23/1999, firmado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas dos Srs. Luís Antônio Paulino e Walter Barelli e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
35.664,21	22/9/1999
35.664,21	2/12/1999
35.664,21	30/12/1999
105.246,77	11/1/2000

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data das notificações, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia, acrescida dos encargos legais cabíveis, aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, aos Srs. Nassim Gabriel Mehedff e Pedro Paulo Martoni Branco, à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) e à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP);

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1730-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1731/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.393/2015-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsável: Euberto Luiz de Almeida Rocha (122.862.905-63)

3.3. Recorrente: Euberto Luiz de Almeida Rocha (122.862.905-63).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Inhambupe - BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal: Vagner Bispo da Cunha (OAB/BA 16.378).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo sr. Euberto Luiz de Almeida Rocha, ex-prefeito de Inhambupe/BA, em desfavor do Acórdão 7.583/2016-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. Euberto Luiz de Almeida Rocha para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1731-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1732/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.710/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (61.669.313/0001-21); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Paulo Fernandes Lucania (159.237.978-87); Walter Barelli (008.056.888-20)

3.2. Recorrente: Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (61.669.313/0001-21).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Maria de Fatima Moreira Silva Rueda (292438/OAB-SP) e outros, representando Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 11233/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelo art. 34, caput, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1732-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1733/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.307/2012-5.

1.1. Apenso: 017.909/2010-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - PR (76.206.606/0001-40), Paulo Mac Donald Ghisi (184.060.339-91) e Luis Fernando Boff Zarpelon (676.552.899-72).

4. Entidade: Município de Foz do Iguaçu - PR.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

8. Representação legal:

8.1. Elizeu Luciano de Almeida Furquim (OAB/PR 15.306) e outros, representando Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - PR.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento à determinação deste Tribunal, constante do Acórdão 579/2012-TCU-Plenário, relatoria do Ministro José Jorge (peça 1), em desfavor do Município de Foz de Iguaçu, em decorrência do desvio de finalidade na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do município de Foz do Iguaçu/PR e dos Srs. Paulo Mac Donald Ghisi (184.060.339-91), ex-prefeito de Foz do Iguaçu/PR, e de Luis Fernando Boff Zarpelon (676.552.899-72), ex-secretário municipal de saúde de Foz do Iguaçu/PR, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação;

9.2. dar ciência desta deliberação ao município de Foz do Iguaçu/PR e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1733-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1734/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.382/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial (TCE).

3. Responsável: Paulo César Santos Neves (506.640.936-04).

4. Entidade: Município de Guarani/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Paulo César Santos Neves, prefeito de Guarani/MG, em razão da não consecução dos objetivos pactuados quanto aos recursos repassados ao município, por força do Convênio 1.716/2005, celebrado com a Funasa, que teve por objeto a execução de sistema de abastecimento d'água naquele município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Paulo César Santos Neves, prefeito de Guarani/MG à época dos fatos, e fixar-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizadas monetariamente a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido, com fundamento no art. 12, §2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§2º e 3º, do Regimento Interno do TCU;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
64.000,00 (D)	27/3/2009
96.000,00 (D)	24/5/2010
96.000,00 (D)	4/7/2010
64.000,00 (D)	4/7/2010
228.410,74 (C)	12/11/2013

9.2. informar ao Sr. Paulo César Santos Neves que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU, ao passo que o não cumprimento dessa deliberação levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1734-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1735/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.230/2009-1.

1.1. Apensos: 009.474/2012-9; 009.475/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Atanagildo de Deus Matos (062.596.692-91).

4. Entidade: Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: Poliana da Silva Oliveira Souza (OAB/PA 13.875) e Marcone José Santos da Silva (OAB/PA 9.707).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Atanagildo de Deus Matos, ex-chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), em virtude de irregularidades administrativas consubstanciadas no emprego irregular de recursos financeiros recebidos pela Comunidade Europeia e pelo Ram Forest Trust Found (Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais), do Banco Mundial, no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, Projeto Reservas Extrativistas (Resex);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Atanagildo de Deus Matos, CPF 062.596.692-91, ex-chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já restituídas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.1. diárias nacionais favorecendo o Sr. Atanagildo de Deus Matos:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
846,71	31/12/2002

9.2.2. diárias, passagens e auxílio transporte aos colaboradores eventuais Pablo Leonardo Aguilar em viagem ao estado do Pará (período de 16 de junho a 13/agosto/2002) e Carla Verônica C. Aguilar, em viagem de 7 dias ao Rio de Janeiro (período 21 a 28 de junho/2002):

Pablo Leonardo Aguilar:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
865,88	12/06/2002
742,18	01/08/2002
1.006,06	15/07/2002

Carla Verônica C. Aguilar:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
920,88	25/06/2002

9.2.3. pagamento indevido, por serviços prestados ao CNPT, por colaboradores eventuais:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência	Colaborador
3.500,00	17/04/2002	Pablo Leonardo Aguilar
3.500,00	17/04/2002	Carla Verônica A Aguilar
3.500,00	17/04/2002	Fátima da Silva
2.300,00	26/4/2002	Paulo Bezerra da Silva
1.500,00	1/8/2002	Euclides Pereira
8.100,00	28/3/2002	Rubens C. Palacios

9.2.4. participação no evento 10ª Feira Internacional de Artesanato em Curitiba/PR:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
30.910,55	1/5/2002

9.2.5. serviços sem formalização de contrato e sem comprovação da execução da despesa:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência	Beneficiários
1.800,00	26/04/2002	José Lourdes S da Silva
2.600,00	11/07/2002	Nelson R Sales
2.000,00	01/07/2002	Dinara Souza de Oliveira
2.000,00	08/05/2002	Pedro V de Sena Rodrigues
3.000,00	27/06/2002	Vicente P. de Simões Melo
2.600,00	27/06/2002	Gilberto Ferreira Vieira
5.000,00	06/03/2002	Ricardo Seroa da Mota
5.000,00	09/03/2002	Ricardo Seroa da Mota
2.000,00	17/04/2002	Antonio Marreiro Sobrinho
3.500,00	17/04/2002	Pablo Leonardo Aguilar
3.700,00	26/10/2002	Carlos Chagastelis M Leal

9.2.6.pagamento com gasolina e óleo diesel:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
36.313,50	31/12/2002

9.2.7 pagamento de despesas não previstas no Programa do Projeto BRA 99/020, em exposição em Brasília/DF:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
26.059,93	1/8/2002

9.2.8. pagamento para viagem Internacional (Havana-Cuba):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência	Beneficiário
1.889,40	3/5/2002	Écio Rodrigues da Silva
1.889,40	3/5/2002	Oscar Heriberto P Borreani

9.2.9. repasse de recursos, na forma de adiantamento, aos coordenadores contratados pelo Projeto BRA 99/020:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência	Beneficiários
23.500,00	09/04/2002	Karla dos Santos Soares
17.735,00	09/04/2002	Marcelo Alessandro Nunes
10.000,00	02/05/2002	Adriana Nogueira
2.606,36	16/05/2002	Jefferson Bispo Pereira
3.368,25	16/05/2002	Jefferson Bispo Pereira
9.536,10	29/05/2002	Écio Rodrigues da Silva
8.853,51	10/06/2002	Erni Dombrowski
15.809,85	10/06/2002	Gilvandra Silva dos Santos
23.000,00	16/07/2002	Rivando da Silva Mota
19.072,20	18/07/2002	Jefferson Bispo Pereira
24.300,00	06/08/2002	Erni Dombrowski
13.070,00	15/08/2002	Rozildo Pereira da Cunha
23.200,00	19/08/2002	Ubiraildes Moreira R Oliveira
7.528,50	16/09/2002	Rubens Carlos P Soria
9.034,20	16/09/2002	Rubens Carlos P Soria
8.783,25	19/09/2002	Marcio Lima de Matos
4.316,34	23/09/2002	Marcio Lima de Matos

9.3.autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1735-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1736/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.823/2006-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antônio Carlos Pereira da Silva (148.217.453-72); Apolônio Santos de Souza (106.785.573-49); Ariovaldo Siqueira Freire (001.927.163-87); Carmem Maria Almeida Portela (079.804.263-04); Carmen Lúcia Vargas de Souza (036.428.105-78); Heitor Carlos Nogueira da Cruz (025.288.603-82); Jaciara Maria de Fatima Reis (089.604.293-68); José Carlos Ribeiro (043.780.323-68); José Cláudio Cabral Coaracy (020.248.533-15); José Nilton de Sousa Veloso (055.391.023-04); Júlio Araújo Aires (003.138.743-87); Maria Barbara Ribeiro Poitine (389.812.117-87); Maria Lúcia dos Santos Guimarães (075.389.603-68); Maria da Conceição Campos Araujo (137.739.843-91); Ronaldo Martins Nascimento Frazao (295.740.487-72); Teresa Maria Cerveira Valois (043.959.483-91); Vera Lucia Lobato Almeida (007.989.403-87); Yone Bastos Azevedo (012.242.633-91).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Ricardo Meneses Costa (CPF: 215.282.413-04) e Antônio Joaquim Souza Guimarães (CPF: 004.189.353-00).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Fundação Universidade Federal do Maranhão em favor de ex-servidores vinculados à entidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, §1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 5º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Antônio Carlos Pereira da Silva (148.217.453-72); Apolônio Santos de Souza (106.785.573-49), Jaciara Maria de Fatima Reis (089.604.293-68), Vera Lucia Lobato Almeida (007.989.403-87), Carmem Maria Almeida Portela (079.804.263-04) e Maria da Conceição Campos Araujo (137.739.843-91) em razão das referidas concessões não produzirem mais efeitos financeiros;

9.2. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Ariovaldo Siqueira Freire (001.927.163-87); Carmen Lúcia Vargas de Souza (036.428.105-78); José Carlos Ribeiro (043.780.323-68); José Cláudio Cabral Coaracy (020.248.533-15); José Nilton de Sousa Veloso (055.391.023-04); Júlio Araújo Aires (003.138.743-87); Maria Barbara Ribeiro Poitine (389.812.117-87); Ronaldo Martins Nascimento Frazão (295.740.487-72) e Yone Bastos Azevedo (012.242.633-91);

9.3. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Heitor Carlos Nogueira da Cruz (025.288.603-82); Maria Lucia dos Santos Guimarães (075.389.603-68) e Teresa Maria Cerveira Valois (043.959.483-91), recusando os respectivos registros;

9.3.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade Federal do Maranhão, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4.2. nos proventos do ex-servidor Heitor Carlos Nogueira da Cruz promova a imediata absorção das parcelas "URP" e "GAE" bem como ajuste a parcela quintos de FC percebida nos proventos do interessado de R$ 8.278,00 para R$ R$ 3.975,72;

9.4.3. emita ato de alteração para o interessado Heitor Carlos Nogueira da Cruz, contemplando a parcela que se refere à atualização da vantagem prevista no art. 193 da Lei 8.112/1990, no valor de R$ 14.396,85, para apreciação desta Corte de Contas;

9.4.4. nos proventos da ex-servidora Maria Lúcia dos Santos Guimarães ajuste a proporção da parcela referente à Retribuição por Titulação de R$ 2.370,19 (100%) para R$ 2.133,17 (90%);

9.4.5. nos proventos da ex-servidora Teresa Maria Cerveira Valois ajuste o valor da parcela "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" de R$ de R$ 639,55 para R$ 590,15;

9.4.6. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.7. comunique aos interessados cujos atos foram apreciados pela ilegalidade o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.4.8. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes deste julgamento;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.4 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1736-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1737/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.780/2008-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Ana Vitória Fernandes (016.214.966-27); Marildete Alves Fernandes (635.097.846-34); Rosalvo Félix Pereira (095.371.476-49).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais, em favor dos beneficiários ativos Marildete Alves Fernandes, Ana Vitória Fernandes Fernando e Rosalvo Félix Pereira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, §1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de pensão civil instituído por Emanoelito Fernandes Vieira (CPF: 157.080.806-63) em favor das beneficiárias Ana Vitória Fernandes (016.214.966-27) e Marildete Alves Fernandes (635.097.846-34), concedendo-lhe o respectivo registro;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Joanita da Silva Pereira (CPF: 267.766.006-78) em favor do beneficiário Rosalvo Felix Pereira (095.371.476-49), recusando o respectivo registro;

9.2.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. ajuste o valor do benefício decorrente da pensão instituída pela ex-servidora Joanita da Silva Pereira (CPF: 267.766.006-78), aplicando a sistemática de cálculo prevista no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c Medida Provisória 167, de 19/2/2004, e art. 2º, inciso I, da Lei 10.887, de 18/6/2004 (proventos do servidor falecido reajustados pelos índices do RGPS, sem a aplicação do redutor);

9.3.3. emita novo ato para a pensão civil considerada ilegal, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.4. comunique ao beneficiário cujo ato foi apreciado pela ilegalidade o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o beneficiário cujo ato foi apreciado pela ilegalidade tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1737-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1738/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.017/2008-2

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de declaração

3. Responsável: Magno Augusto Bacelar Nunes (595.771.267-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Fabyo Barros Lima, OAB/DF 40.955; Sebastião Baptista Affonso, OAB/DF 788.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, nos quais se aprecia embargos de declaração interpostos pelo responsável acima nominado contra o Acórdão nº 1838/2017-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32 e 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1738-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1739/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-021.050/2010-4.

1.1. Apenso: 023.540/2006-3

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: II - Tomada de contas Especial.

3. Responsáveis: Márcia Regina Serejo Marinho (CPF 334.233.343-04), Município de Caxias (MA) (CNPJ 06.082.820/0001-56), Raimundo Antonio da Luz Cantanhede (CPF 179.364.622-87), Construtora Sabiá Ltda. (CNPJ 05.417.943/0001-38), Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.027.998/0001-31), H. de Souza Filho & Cia. Ltda. (CNPJ 04.971.705/0001-07), Construtora Ciclóide Ltda. (CNPJ 05.322.117/0001-05), José Miguel Lopes Viana (CPF 044.987.203-34), Antonio Rodrigues Bezerra Sobrinho (CPF 077.038.483-87), Othon Luiz Machado Maranhão (CPF 907.687.103-59), Dalva Veras da Cunha Araújo (CPF 065.684.243-15), José Dometílio Braga (CPF 001.208.473-53), Arnaldo Bruno Coelho Gomes (CPF 937.543.453-20).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subporcurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Representantes legais: Leonardo Marques de Carvalho, Francisco Filgueiras Sampaio (OAB/MA 6108), Ubalda Maria de Freitas Miranda (OAB/MA 3756), James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6679), José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de processo de representação, por força do Acórdão 3.966/2010-TCU-2ª Câmara, relativamente a recursos do Fundef transferidos à Prefeitura de Caxias/MA na gestão 2002/2004 e aplicados com desvio de finalidade e outras irregularidades,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os fins Márcia Regina Serejo Marinho e a sociedade empresária Barros Construções e Empreendimentos Ltda., atual denominação Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda., dando-se prosseguimento ao processo, na forma do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, regulares as contas de Antônio Rodrigues Bezerra Sobrinho, Dalva Veras da Cunha Araújo, Othon Luiz Machado Maranhão e de José Dometílio Braga, dando-lhes quitação plena, em razão do acolhimento de suas razões de justificativa;

9.3. arquivar, com fundamento no art. 213 do Regimento Interno do TCU, o presente processo em relação a Raimundo Antônio da Luz Cantanhede, sem cancelamento do débito, no valor de R$ 3.318,51 (três mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, para que lhe possa ser dada quitação, devendo, para tanto, ser comprovado perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do Município de Caxias/MA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 31/8/2004 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. arquivar, com fundamento no art. 213 do Regimento Interno do TCU, o presente processo em relação à empresa H. de Souza Filho e Cia Ltda., sem cancelamento do débito, nos valores abaixo discriminados, a cujo pagamento continuará obrigado a responsável, para que lhe possa ser dada quitação, devendo, para tanto, ser comprovado perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do Município de Caxias/MA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data da ocorrência	Valor (R$)
26/3/2003	3.193,99
24/4/2003	8,64
28/5/2003	1.242,66
17/3/2003	221,14

9.5. arquivar, com fundamento no art. 213 do Regimento Interno do TCU, o presente processo em relação à Construtora Ciclóide Ltda., sem cancelamento do débito, nos valor de R$ 6.921,56, a cujo pagamento continuará obrigado a responsável, para que lhe possa ser dada quitação, devendo, para tanto, ser comprovado perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do Município de Caxias/MA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir 20/6/2003 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de Márcia Regina Serejo Marinho, Município de Caxias/MA, Construtora Sabiá Ltda. e Barros Construções e Empreendimentos Ltda. (atual Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.);

9.7. condenar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 os responsáveis abaixo indicados ao pagamento das quantias discriminadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do Município de Caxias/MA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.7.1. Márcia Regina Serejo Marinho:

Data da ocorrência	Valor (R$)
1/2/2002	39.655,13
8/2/2002	34.370,00
1/3/2002	345.616,65
2/4/2002	274.555,55
3/4/2002	335.513,10
6/5/2002	124.928,36
20/6/2002	46.464,03
8/7/2002	51.632,87
9/7/2002	82.755,93
10/7/2002	47.043,13
2/8/2002	47.045,04
7/8/2002	119.658,10
22/8/2002	20.346,45
30/8/2002	268.056,96
2/9/2002	285.620,72
5/9/2002	47.029,86
10/9/2002	61.356,08
19/9/2002	64.497,94
10/10/2002	45.932,72
11/10/2002	31.444,87
11/11/2002	105.150,11
22/11/2002	56.925,11
10/12/2002	31.185,00
11/12/2002	45.240,38
20/12/2002	270.125,00
30/12/2002	326.606,32
2/1/2003	421.929,06
14/1/2003	45.350,43
24/1/2003	41.535,00
30/1/2003	528.044,86
31/1/2003	44.120,92
14/2/2003	44.255,55
27/2/2003	44.866,37
12/3/2003	83.277,24
10/4/2003	119.515,09
12/5/2003	47.085,85
24/10/2003	37.684,40
22/3/2004	36.544,60
14/4/2004	38.215,47
22/4/2004	32.899,17
25/5/2004	66.520,00
21/9/2004	38.315,41
24/9/2004	142.010,84

9.7.2. Márcia Regina Serejo Marinho em solidariedade com o Município de Caxias/MA:

Data da ocorrência	Valor (R$)
11/1/2002	6.347,00
18/2/2002	2.500,00
28/2/2002	5.700,00
30/4/2002	4.799,99
24/9/2002	9,50
2/10/2002	2.090,00
16/10/2002	0,35
4/11/2002	1.706,00
27/11/2002	492,00
11/12/2002	61.350,10
24/12/2002	0,70
30/12/2002	161.865,00
2/1/2003	5.003,00
3/2/2003	2,00
20/2/2003	1.036,00
25/2/2003	504,00
27/2/2003	7.666,00
5/3/2003	3,00
1/4/2003	15.002,00
2/5/2003	2,00
2/6/2003	2,00
1/7/2003	8.282,00
1/8/2003	3,00
19/8/2003	6.531,30
1/9/2003	2,00
3/9/2003	7.218,00
1/10/2003	164,00
3/10/2003	3.068,00
10/10/2003	1.010,00
13/10/2003	186,00
23/10/2003	284,00
3/11/2003	3,00
14/2/2003	44.255,55
27/2/2003	44.866,37
12/3/2003	83.277,24
10/4/2003	119.515,09
12/5/2003	47.085,85
24/10/2003	37.684,40
22/3/2004	36.544,60
14/4/2004	38.215,47
22/4/2004	32.899,17
25/5/2004	66.520,00
21/9/2004	38.315,41
24/9/2004	142.010,84
4/11/2003	1.974,00
11/11/2003	1.372,00
28/11/2003	1.920,00
1/12/2003	2,00
11/12/2003	188,00
19/12/2003	3.106,00
22/12/2003	1.374,00
30/12/2003	2.024,00
1/6/2004	6.800,00
1/3/2004	9.600,00
1/9/2004	8.800,00
15/7/2004	15,00
2/8/2004	3,40
7/1/2004	86,00
9/1/2004	1.006,00
30/1/2004	1.218,00
2/1/2004	3,00

9.7.3.Márcia Regina Serejo Marinho em solidariedade com a Construtora Sabiá Ltda.:

Data da ocorrência	Valor (R$)
20/6/2003	58.659,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.7.4.Márcia Regina Serejo Marinho em solidariedade com a sociedade empresária Barros Construções e Empreendimentos Ltda. (atual Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.).

Data da ocorrência	Valor (R$)
29/6/2004	63.384,60
4/6/2004	151,95

9.8. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, multas nos valores indicados, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da Multa (R$)
Márcia Regina Serejo Marinho	2.400.000,00
Construtora Sabiá Ltda.	12,000,00
Barros Construções e Empreendimentos Ltda. (atual Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.)	14.000,00

9.9. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de José Miguel Lopes Viana;

9.10. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multas nos valores indicados, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da Multa (R$)
Márcia Regina Serejo Marinho	50.000,00
José Miguel Lopes Viana	10.000,00

9.11. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida as notificações;

9.12. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis; e

9.13. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1739-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1740/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-026.203/2015-4

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Aurino Oliveira Machado Filho (CPF 037.122.065-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cabaceiras do Paraguaçu/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: Anderson Seixas Filho (OAB/BA 40.030).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de Aurino Oliveira Machado, ex-Prefeito de Cabaceiras do Paraguaçu/BA, em decorrência da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos do Convênio 60473/1999, tendo por objeto a implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Aurino Oliveira Machado Filho, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data da ocorrência
254,07	09/12/1999
11.906,93	07/02/2000
52.735,85	05/07/2000
52.735,84	05/07/2000
52.735,85	20/12/2000
52.735,84	20/12/0000

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1740-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1741/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-030.164/2014-1

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde.

3.2. Responsáveis: Francisco Vagner de Santana Amorim (079.412.002-44); Terra Firme Construções Ltda. (04.961.362/0001-08).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rodrigues Alves/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Drª Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em face de inexecução parcial de melhorias sanitárias domiciliares objeto do Convênio 2249/06 (Siafi 581675), celebrado entre a Funasa e o Município de Rodrigues Alves /AC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, em:

9.1.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Vagner de Santana Amorim (CPF 079.412.002-44), na condição de ex-Prefeito de Rodrigues Alves/AC, e condená-lo, em solidariedade com a empresa Terra Firme Construções Ltda. (CNPJ 04.961.362/0001-08), contratada para executar as obras do Convênio 2249/06 (Siafi 581675), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito (R$)	Data
6.454,05	16/10/2007
10.000,00	16/09/2008
10.000,00	16/09/2008
26.000,00	17/09/2008
10.000,00	30/09/2008
10.000,00	30/09/2008
15.000,00	25/11/2008

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Francisco Vagner de Santana Amorim (CPF 079.412.002-44) e à empresa Terra Firme Construções Ltda. (CNPJ 04.961.362/0001-08, com fundamento no art. 19 da Lei 8.443/1992, a multa prevista no art. 57 da mesma lei, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da respectiva dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4.encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1741-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1742/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.294/2014-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde/BA (26.989.350/0017-83).
3.2. Responsáveis: Herbert Maia (486.274.025-15); João Alves dos Santos (014.582.908-16).
4. Entidade: Município de Jandaíra/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
8. Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (OAB/BA 48.522) e outros, representando Herbert Maia (peça 61).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Herbert Maia, ex-prefeito do município de Jandaíra/BA, relativa ao convênio 1026/2005, que teve como objeto a implantação do sistema de abastecimento de água na localidade de Mangue Seco, mediante a transferência do valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. João Alves dos Santos;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Herbert Maia;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III, 210 e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. João Alves dos Santos e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data da ocorrência	Valor R$
4/10/2006	72.000,00
10/11/2006	72.000,00

9.4. aplicar ao Sr. João Alves dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III, 210 e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Herbert Maia e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 36.000,00 (trinta e sei mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 28/2/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. aplicar ao Sr. Herbert Maia a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1742-06/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1743/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.674/2017-5.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
3.2. Responsável: José Domingos de Oliveira (238.387.522-87).
4. Entidade: Município de Beruri/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do senhor José Domingos de Oliveira, prefeito de Beruri/AM (gestão 2009-2012), em razão da omissão da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2012.

Data da Ocorrência	Valor (R$)
26/03/2012	R$ 32.196,00
30/03/2012	R$ 32.196,00
26/04/2012	R$ 32.196,00
31/05/2012	R$ 32.196,00
29/06/2012	R$ 33.496,00
31/07/2012	R$ 33.496,00
31/08/2012	R$ 33.496,00
28/09/2012	R$ 33.496,00
31/10/2012	R$ 33.496,00
30/11/2012	R$ 33.496,00

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. José Domingos de Oliveira;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III do RI/TCU, as contas do Sr. José Domingos de Oliveira e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. José Domingos de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Amazonas, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1743-06/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1744/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.176/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Arnoldo Goncalves de Araujo (110.966.409-53); Lavebras Gestão de Têxteis S.A. (06.272.575/0048-03).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
8. Representação legal:
8.1. Ricardo Barretto de Andrade (32136/OAB-DF) e outros, representando Lavebras Gestão de Têxteis S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Teczap Comércio e Distribuição Ltda., versando sobre possíveis irregularidades cometidas no Pregão Eletrônico 20/2017, realizado pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (HU-Univasf);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência à Receita Federal do Brasil de que, no Pregão Eletrônico 20/2017, realizado pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (HU-Univasf), a empresa Arnoldo Gonçalves de Araújo Eireli - EPP (CNPJ 01.083.417/0001-28) apresentou demonstrações contábeis indicando faturamento superior ao que consta do extrato do Simples Nacional e ao limite máximo estabelecido no art. 3º, II, da Lei Complementar 123/2006, para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), encaminhando-lhe cópia desta deliberação, do relatório e voto que lhe fundamentam, bem assim das peças 9, 38 e 42 destes autos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. dar ciência do teor desta deliberação à representante, ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco e à Arnoldo Gonçalves de Araújo Eireli - EPP; e

9.4. arquivar estes autos.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1744-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1745/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.361/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Dwagner Ranulfo Alves de Souza (959.859.801-20); Emerson Diniz Leme (974.488.501-72); Erivelton Goncalves de Souza (006.971.771-06); Geovane Lopes Alonso (927.925.101-53); Gilton Rodrigues Fernandes Domingos da Silva (038.445.261-29); Jacks Machado Braga (717.009.351-00); Jean Carlos Hideo Pedreira Chiyo (278.137.728-73).

3.2. Recorrente: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS (34.028.316/0009-60).

4. Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de pedido de reexame interposto pela Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul contra o Acórdão 6.027/2016-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48, c/c os artigos 32, inciso I, e art. 33, todos da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. considerar legais e promover o registro aos atos de admissão de Emerson Diniz Leme (974.488.501-72), Erivelton Goncalves de Souza (006.971.771-06), Geovane Lopes Alonso (927.925.101-53), Gilton Rodrigues Fernandes Domingos da Silva (038.445.261-29) e Jean Carlos Hideo Pedreira Chiyo (278.137.728-73);

9.3. tornar insubsistente o subitem 9.2.1 do Acórdão 6.027/2016-1ª Câmara;

9.4. determinar à Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça do Trabalho da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados Dwagner Ranulfo Alves de Souza (959.859.801-20) e Jacks Machado Braga (717.009.351-00), torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade, bem como providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.5. dar ciência desta deliberação à Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul e aos sete interessados indicados no subitem 9.2 supra.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1745-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1746/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.622/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Gilberto Tadeu Aleixo e Silva (000.562.351-00).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e os artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Gilberto Tadeu Aleixo e Silva (CPF 000.562.351-00), dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos de boa fé pelo interessado até a prolação da respectiva deliberação, consoante Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor do acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.2.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.2.4. cadastre no Sistema Sisac, no prazo de trinta dias, novo ato de aposentadoria do interessado escoimado da irregularidade verificada nos autos.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1746-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1747/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.268/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Petição em Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Filipe Gama Campos Silva (046.782.265-40); Gabriel Gama Campos Silva (046.782.295-66)

3.2. Responsáveis: Filipe Gama Campos Silva (046.782.265-40); Gabriel Gama Campos Silva (046.782.295-66).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal :

8.1. Pedro Mottin (20.051/OAB-BA) e outros, representando Filipe Gama Campos Silva.

8.2. Marlus Mont Alegre Ribeiro de Souza (18339/OAB-BA) e outros, representando Gabriel Gama Campos Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reanálise de ato de pensão civil instituída por Maria de Lourdes Franco da Gama Campos, em favor de Filipe Gama Campos Silva e Gabriel Gama Campos Silva, qualificados na condição de menores sob guarda, julgado ilegal por este Tribunal por meio do Acórdão 2.792/2012-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator:

9.1. declarar insubsistentes os acórdãos 2.792/2012, 7.590/2012 e 976/2013, todos da 1.ª Câmara, em obediência à determinação judicial exarada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede do Mandado de Segurança 32235/DF;

9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da pensão civil instituída por Maria de Lourdes Franco da Gama Campos, em favor de Felipe Gama Campos Silva e de Gabriel Gama Campos Silva, nos termos do artigo 260, § 5.º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, com fundamento no artigo 222, inciso IV, da Lei 8.112/90;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos interessados e ao Relator do Mandado de Segurança 32235, em curso perante o Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1747-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1748/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.751/2007-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Paula Marques Horta (217.728.648-46); Carla Rebeca Alves Alfano (006.779.275-84); Caroline Francisquiny (049.334.669-47); Naiara Neves de Andrade (063.080.816-39); Thayza Tayrine da Silva Monteiro (010.755.934-09).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de pensão civil instituídos por ex-servidores do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de concessão das pensões civis instituídas pelos ex-servidores Edgar Monteiro (CPF: 037.134.744-00), Irineu Marques Ferreira (CPF: 024.016.578-00), Joaquim Ribeiro de Andrade (CPF: 019.159.596-91), Jurema de Oliveira Alfano (CPF: 002.855.875-87) e Moacyr Francisquiny (CPF: 112.712.809-49).

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da pensão civil instituída em benefício de Caroline Francisquiny (049.334.669-47), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

9.3. com fulcro no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, esclarecer à unidade de origem que a concessão de pensão a Caroline Francisquiny (049.334.669-47) poderá prosperar mediante emissão e encaminhamento, a este Tribunal, de ato fundado no art. 217, inciso I, alínea "e", da Lei 8.112/1990, após confirmação de invalidez preexistente ao óbito de Moacyr Francisquiny (CPF: 112.712.809-49), ocorrido em 23/4/2002, bem assim da dependência econômica da beneficiária à época, em relação ao instituidor, ocasião em que deverá o órgão de origem levar em conta que, na data do óbito, seu genitor, Alcyr Francisquiny Filho (CPF: 338.906.259-91), era proprietário da empresa Alcyr Francisquiny Filho - ME (Eletro Star - CNPJ 78.468.113/0001-03) e sócio da empresa Valdir Vaz & Cia Ltda (CNPJ 00.501.105/0001-24), conforme evidenciam os documentos à peça 40, sendo, em princípio, capaz de prover a subsistência de sua filha.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1748-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1749/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.534/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Antônio de Siqueira Fontenele (132.276.611-87); Centro de Capacitação de Canudos (00.336.154/0001-59); Gileno Damascena Silva (609.988.305-34)

3.2. Recorrente: Gileno Damascena Silva (609.988.305-34).

4. Entidade: Centro de Capacitação de Canudos (00.336.154/0001-59).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Lucas Santos de Matos (OAB/SE 8.949) e José Airton Lima Santos Junior (OAB/SE 10.213), procuração à peça 84.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Gileno Damascena Silva contra o Acórdão 704/2017-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente e o condenou em débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Gileno Damascena Silva para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência ao recorrente, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Sergipe e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1749-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1750/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.774/2008-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Emanuelle de Aragão Arrais (661.741.043-20); Geórgia de Aragão Mourão (616.285.143-53); Iridan Marreiros de Carvalho (446.995.733-04); Lanna Isabelly Marreiros de Carvalho (844.782.503-59); Luzivan de Sousa e Silva (635.852.943-91); Thiago Leonardo Nunes Barbosa (635.853.243-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Piauí - DNIT/MT.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal :

8.1. Paulo Assis Moura (3.425/OAB-PI) e outros, representando Emanuelle de Aragão Arrais e Thiago Leonardo Nunes Barbosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores Superintendência Regional do Dnit no Estado do Piauí:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos instituídos por Luzia Maria de Sousa e Tomé Ribeiro de Carvalho em favor de Thiago Leonardo Nunes Barbosa e Iridan Marreiros de Carvalho, respectivamente;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato instituído por Gabriel de Aragão Mourão em favor de Emanuelle de Aragão Arrais;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007 e 15, *caput*, da Instrução Normativa 55/2007;

9.4.2. esclareça a que se referem as parcelas judiciais constantes dos benefícios de Thiago Leonardo Nunes Barbosa (CPF 635.853.243-04) e Iridan Marreiros de Carvalho (CPF 446.995.733-04), informando o número dos processos judiciais e encaminhando as respectivas memórias de cálculo ao TCU;

9.4.3. informe à Emanuelle de Aragão Arrais o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento deste.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1750-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1751/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.457/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensões Civis.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Alice Dias do Nascimento (277.262.314-91); Izabel Pinto da Silva (043.293.204-60).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensões civis instituídas por ex-servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensões civis instituídas por Antônio André do Nascimento e por Omar Barbosa da Silva em favor, respectivamente, de Alice Dias do Nascimento e de Izabel Pinto da Silva, e negar o seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das pensões consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique às beneficiárias dos atos de pensão considerados ilegais acerca da presente deliberação, alertando-as de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as beneficiárias das pensões consideradas ilegais tomaram conhecimento desta decisão;

9.3.4. emita novos atos livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1751-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1752/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.288/2006-0.

1.1. Apenso: 800.040/1996-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Albuquerque Engenharia Importação e Exportação Ltda. (34.696.955/0001-47); Alcério Antônio de Oliveira (217.683.072-53); Alexsander Menezes Mendes (580.761.583-20); Ana Cláudia Ramos da Cunha (207.281.072-87); Cassiano Figueira Marques de Oliveira (000.393.077-78); Elys Regina Vieira Lima (322.072.712-34); Emanoel Messias França (132.179.501-78); Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre (); Fábio Augusto Araújo Gallo (594.878.282-49); Gastao Wagner de Sousa Campos (116.419.161-68); Jailson Barbosa de Souza (634.443.722-72); Joy Polanco Ribeiro (217.144.872-53); Lourival da Silva Nolasco (461.535.002-34); Maria Jesuíta Arruda da Silva (128.889.072-91); Marluce Alves da Costa (078.731.902-34); Mav Construtora Ltda Me (14.294.656/0001-79); Mário Evangelista de Lima (021.913.182-15); Mário de Almeida Martins (045.463.422-68); Roberto de Araújo Gama (196.410.102-63); Rosimar Gomes de Moura (434.258.362-34); Suely de Souza Melo da Costa (079.243.212-68); Wolvenar Camargo Filho (964.212.158-15)

3.2. Recorrentes: Marluce Alves da Costa (078.731.902-34); Mário Evangelista de Lima (021.913.182-15).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Alessandro Callil de Castro (3.131/OAB-AC), João Paulo de Sousa Oliveira (4179/OAB-AC), Marcus Venicius Nunes da Silva (3.886/OAB-AC) e outros, representando Mário Evangelista de Lima.

8.2. Mariana Clara Stefenoni (31.814/PE/OAB-PE), Bruno Gomes Bahia (30.827/OAB-BA) e outros, representando Marluce Alves da Costa e Roberto de Araújo Gama;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.3. Thales Rocha Bordignon (2.160/OAB-AC) e outros, representando Albuquerque Engenharia Importação e Exportação Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos por Roberto de Araújo Gama, Mário Evangelista de Lima e Marluce Alves da Costa, contra o Acórdão 3.513/2016-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência da deliberação dos recorrentes.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1752-06/18-1.

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1753/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.609/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Adair Nunes (045.306.917-72); Antonio Carlos Gomes Placido (090.976.003-91); Antonio Carlos Gomes Placido (090.976.003-91).

4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de aposentadoria de ex-servidores do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, 45, da Lei 8.443/1992, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de aposentadoria de Adair Nunes e de Antonio Carlos Gomes Placido;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das aposentadorias consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique aos beneficiários dos atos de aposentadoria considerados ilegais acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1753-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1754/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.844/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Euler Costa Sampaio (078.640.274-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e os artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria de Euler Costa Sampaio (CPF 078.640.274-15), em razão da transposição indevida do regime celetista para o estatutário;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007 e 15, *caput*, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos; e

9.3.3 informe ao interessado o teor do acórdão prolatado, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1754-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1755/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.190/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: Francisco Lisboa da Silva (282.076.293-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Santo Amaro do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em desfavor do Sr. Francisco Lisboa da Silva, ex-prefeito, em razão da não apresentação da prestação de contas relativa ao Termo de Compromisso TC/PAC 293/09, firmado entre a Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão/MA e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revel o Sr. Francisco Lisboa da Silva, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Francisco Lisboa da Silva, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir elencada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data, até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
420.000,00	14/6/2012

9.3. aplicar a Francisco Lisboa da Silva multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. dar ciência ao interessado e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1755-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1756/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.987/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Concessão de Pensão Especial de Ex-combatente

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Eva Cristina Dias Leitão (671.692.607-00); Jandaira de Melo Scavelo (175.389.985-00); Nilta Dias Leitão (345.726.607-78).

4. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão especial de ex-combatente concedidos pelo Comando da Marinha do Brasil a Eva Cristina Dias Leitão, Jandaira de Melo Scavelo e Nilta Dias Leitão:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais e recusar o registro dos atos instituídos em favor de Eva Cristina Dias Leitão e de Jandaira de Melo Scavelo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Eva Cristina Dias Leitão e Jandaira de Melo Scavelo, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Eva Cristina Dias Leitão e Jandaira de Melo Scavelo tiveramve ciência desta deliberação;

9.4. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato instituído em favor de Nilta Dias Leitão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1756-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1757/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.049/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Defesa

3.2. Responsáveis: Ernesto Gomes da Rocha (035.094.942-53); Geneve Construções Ltda (09.012.289/0001-33); Sansuray Pereira Xavier (580.468.012-91)

3.3. Recorrente: Sansuray Pereira Xavier (580.468.012-91).

4. Órgão/Entidade: Município de Anori - AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Assis Carvalho Santos, representando Jamilson Ribeiro Carvalho.

8.2. Eurismar Matos da Silva (9.221/OAB-AM) e outros, representando Ernesto Gomes da Rocha.

8.3. Carlos Alberto Muniz Pantoja (2.121/OAB-AM), representando Geneve Construções Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pela Sra. Sansuray Pereira Xavier, contra o Acórdão 6.719/2015 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. conferir quitação à Sra. Sansuray Pereira Xavier tão somente em relação ao débito que lhe foi atribuído pelo Acórdão 6.719/2015 - TCU - 1ª Câmara;

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1757-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1758/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.688/2015-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. 1º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.2. 2º Revisor: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério do Turismo relativamente ao convênio 398/2009 (Siconv 703617), que teve por objeto o apoio à realização do "XX Casamento Caipira do Povoado de Brejo 2009", em Lagarto/SE, celebrado com a Associação Sergipana de Blocos de Trio,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo 2º Revisor, com as quais anuiu o Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Controle Externo de Sergipe, com a máxima celeridade, ante as razões expostas em cada voto revisor e na proposta de deliberação complementar, que:

9.1.1. proceda à citação das empresas Guguzinho Promoções e Eventos Ltda. e Forrozão Promoções Ltda. (na figura de seus representante legais), de Francisco José Leite Filho e Elizabete Pereira de Souza (músicos da Banda Mastruz com Leite) para responderem, em regime de solidariedade com a Associação Sergipana de Blocos de Trio e com Lourival Mendes de Oliveira Neto, pelo débito de R$ 70.000,00;

9.1.2. proceda à citação da empresa Guguzinho Promoções e Eventos Ltda., na figura de seu representante legal e do Sr. Ednaílson Guimarães Santos (empresário da banda Danielzinho e Forrozão Quarto de Milha), para responder solidariamente com a Associação Sergipana de Blocos de Trio e com Lourival Mendes de Oliveira Neto, pelo débito de R$ 28.000,00;

9.1.3. constitua processo apartado específico para identificar os servidores do Ministério do Turismo responsáveis pela avaliação e aprovação dos planos de trabalho, bem como pela assinatura de todos os convênios celebrados com a Associação Sergipana de Blocos de Trio no período de 2007 a 2010 (cerca de setenta), a fim de que sejam ouvidos em audiência em razão das irregularidades mencionadas nestes autos, além das seguintes e de outras eventualmente identificadas:

9.1.3.1. convênio aprovado por pareceres técnicos superficiais, que não contemplam o exame da viabilidade técnica do projeto, a verificação da compatibilidade de custos dos itens do projeto com os de mercado, a fundamentação do interesse recíproco entre as partes, a indicação do alinhamento do objeto às políticas públicas do Ministério do Turismo e a demonstração da potencial geração de fluxo turístico que o evento proporcionaria, em desacordo com o disposto nos arts. 22 e 31 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, nos arts. 13, §3º, e 27, 45 e 46 da Portaria 171/2008/MTur e nas determinações deste Tribunal constantes nos Acórdãos 980/2009 - Plenário (item 9.3.3), 2.668/2008 - Plenário (item 1.8.1) e 1.133/2009 - Plenário;

9.1.3.2. objeto do convênio com características de evento privado, comercial e lucrativo, ou de subvenção social, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo caput do art. 16 da Lei 4.320/1964, conforme entendimento do Acórdão 96/2008-Plenário, e afronta os princípios da legitimidade, da economicidade, da moralidade e da eficiência e a essência da natureza jurídica da entidade (organização de interesse público sem fins lucrativos);

9.1.3.3. cronogramas de execução e vigência, contidos no plano de trabalho, incompatíveis com o período de realização do evento, em desobediência à cláusula terceira, inciso I, do convênio. Cadastramento da proposta do convênio e parecer técnico na véspera do evento (9/6/2009); parecer jurídico, aprovação e assinatura do ajuste no dia do evento patrocinado (10/6/2009); publicação tardia do seu extrato no Diário Oficial da União (29/6/2009), contrariando o disposto no art. 33 da Portaria Interministerial 127/2008, e repasse dos recursos em data posterior à execução do objeto, em descumprimento ao estabelecido no art. 42, caput, da Portaria Interministerial 127/2008 e aos princípios da legitimidade, da economicidade;

9.1.4. encaminhe cópia integral desta deliberação, inclusive dos votos que a fundamentam, à Associação Sergipana de Blocos de Trio e ao sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto para, se assim o desejar, apresentar alegações adicionais de defesa;

9.2. encaminhar ao Departamento de Polícia Federal cópia integral destes autos, inclusive desta deliberação;

9.3. encaminhar cópia integral desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 6/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1758-06/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente e 1º Revisor), Benjamin Zymler (2º Revisor) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado com voto vencido, apresentado em 7/11/2017: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Weder de Oliveira (Relator).

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 43 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 14 de março de 2018.

(Assinado eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

ATA Nº 7, DE 13 DE MARÇO DE 2018
(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, por motivo de férias, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 014.452/2010-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 006.549/2017-9, 007.408/1996-0, 009.680/2001-3, 022.150/2012-9, 027.939/2014-6, 030.664/2012-8 e 036.528/2011-0, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e

- 008.875/2015-4, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1759 a 1969.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1759/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.269/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Samuel Neves Neto (308.801.901-59)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1760/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.599/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Leonidas Maciel da Silva (142.024.684-49); José Roberto Silva (181.039.014-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1761/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.647/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Francisco Paes (171.254.214-15)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1762/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.654/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcelo Henrique de Garcia Maia (206.552.747-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1763/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.657/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ellis Alindo D'arrigo Busnello (000.376.210-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1764/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.667/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Sousa Rodrigues (317.998.761-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1765/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.671/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Burlamaqui da Silva (001.463.403-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1766/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.751/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Helena Soares dos Santos (520.866.827-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1767/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.757/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmundo Machado Ferraz (000.037.944-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1768/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.762/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Claudia Gonçalves Borges (046.575.270-53); Diolinda Therezinha Comoretto Gall (303.169.520-87); Eliane Maria Souza de Souza (373.415.880-04); Irena Almeida de Souza (543.286.080-53); Odolmira Almeida Langendolff (243.452.450-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1769/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.942/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hilário Francisco da Silva (417.984.659-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que inclua o código de fundamento legal no ato em exame: "código: 1-1-9335-0; descrição: aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais com base no art. 40, § 1º, inciso I, da CF, de 1988, c/c EC nº 70, de 2012", calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria a servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003.

ACÓRDÃO Nº 1770/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.944/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio José Silva de Oliveira (378.313.806-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1771/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.959/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ivete Bellomo Machado (377.863.930-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1772/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.964/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Celso de Souza (128.463.416-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1773/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.971/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ailton Marques Couto (036.529.715-15); Breno Mário Mascarenhas de Castro (456.471.355-87); Carlos Henrique Souza Moreira (004.404.345-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento
legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1774/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.975/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aloma Maria Ferrari (089.479.534-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento
legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1775/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.991/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joana Nonato Costa (530.922.797-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1776/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.862/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aníbal Pedro Soares (155.289.529-72); Dario Antonio Lopes (463.991.949-20); Maria Manoelina Vieira (454.510.529-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1777/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.867/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cleunice Maria de Oliveira Santos (404.762.356-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1778/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.870/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldanir Barbosa da Silva (299.796.507-10); José Mário Bernabé (526.473.667-72); Neusa Maria Coradini Libardi (674.387.257-15); Norma Suely Nunes da Costa (911.154.347-72); Paulo Sergio Murari (525.912.717-04); Rubens Castro de Souza (528.998.027-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1779/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.914/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Claret de Rezende (443.032.386-00); Ezio Fernandes da Silva (263.792.366-00); Marcelo de Souza Andrade (345.671.356-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1780/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.921/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson Pinto Guimarães (054.418.202-25); Edilamar Rocha Lino da Silva (317.702.402-25); Elio Ferreira da Silva (058.334.932-34); Eurídice Batista de Oliveira (070.515.062-34); Josinei Matos Lopes (113.034.762-15); José Vicente Rego da Silva (052.494.902-63); Lúcia de Fátima Rodrigues Gomes (053.128.332-15); Maria Cristina Tavares da Costa (119.467.762-20); Maria de Fátima Barbosa (120.097.922-20); Maria de Oliveira Ramires (130.633.832-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1781/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.925/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Regina Jorge Dino Tavares (100.497.703-49); Rita Carreiro Neiva (178.794.003-97); Vicente Florentino Nazaré (067.397.173-20); Vilma Maria Carvalho de Melo (022.151.443-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1782/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.929/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Luiz Leon de Mello (187.817.800-87); Gasparina de Souza Ferreira (428.027.330-87); João Alcides de Souza da Cunha (194.850.340-91); Vera Maria dos Santos Reimers (242.660.600-25)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1783/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.936/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Norberto Martins (332.846.016-00); Graciliano Guilherme Ferreira (552.416.207-10); Ilton Adriano (210.621.966-00); Jesus Patrício da Silva (356.874.526-72); João Bosco de Souza (157.743.846-91); Joaquim Mauro dos Santos (381.705.906-04); Jorge Henrique Vasconcellos (506.647.357-20); José Braz Julio (284.329.086-49); José Gabriel Rodrigues (281.436.556-87); José Geraldo de Lana (209.913.396-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1784/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.967/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djanilton Vicente de Oliveira (190.484.914-87); Januacele Francisca da Costa (213.952.094-72); Maria José dos Santos (148.149.864-91); Maria Yolanda Pinheiro Lima (112.647.804-00); Pedro José do Nascimento (163.621.444-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1785/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.971/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albina Nete da Silva Carvalho (457.998.737-34); Aldineia do Nascimento (731.924.737-20); Carlito Viana (796.125.397-15); Elza Borgo dos Santos (742.656.877-68); Karla de Almeida Franco Corteletti (826.892.707-06); Lenir Viana Rodrigues (574.793.137-72); Lindinalva Fernandes dos Santos (776.829.717-20); Marcia Soares de Mendonça (616.695.047-00); Maria Alda Spadetto Galuppo (759.435.147-91); Maria José Soares dos Santos (726.998.507-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1786/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.987/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sílvia Eugênia Costa (578.000.069-72); Sônia Maria Cardoso (322.670.539-34); Udo Niemeyer (000.362.429-34); Vilma Maria Marcassa Barra (184.980.609-82); Wally Frida Seeger Teske (610.133.319-15); Zelinda Assme (185.500.889-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1787/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.990/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria do Carmo Silva (044.408.974-87); Mônica Regina Pinheiro Cabral (422.708.124-68); Rita de Cássia de Oliveira Alves (175.480.474-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1788/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.997/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antenor Bianchin Lima (142.861.300-53); Lira Juçara Brum de Oliveira Millani (447.744.940-20); Maria Beatriz Fernandez Gonçalves (285.139.910-15); Terezinha Fagundes Gabriel (169.720.070-20); Zuleika Serpa da Silva (195.133.050-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1789/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.069/2017-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosana Maria da Silva (570.972.759-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que exclua, no sistema SISAC, o código de fundamento legal do ato de aposentadoria de Rosana Maria da Silva (570.972.759-87): "1-1-0635-0 - Regra Geral da Emenda Constitucional nº 41/2003, para o caso específico de Professor".

ACÓRDÃO Nº 1790/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.129/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Roberto da Silva Menezes (041.427.802-04); José Neres Ferreira (000.762.948-62); Luciene Fátima de Oliveira Lopes (421.534.922-20); Maria dos Santos Guerreiro (135.971.162-72); Mark Clark Carvalho de Souza (018.166.402-04); Rubervan Souza de Magalhães (077.612.872-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que exclua, no sistema SISAC, o código de fundamento legal dos atos de aposentadoria de José Neres Ferreira (000.762.948-62) e de Rubervan Souza de Magalhães (077.612.872-87): "1-1-0635-0 - Regra Geral da Emenda Constitucional nº 41/2003, para o caso específico de Professor".

ACÓRDÃO Nº 1791/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.211/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zaira Machado Meneghello (303.641.080-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1792/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão relacionados no item 1.1, e em determinar o destaque e sobrestamento dos atos referentes às interessadas Marta Antônia Xavier (265.792.001-20) e Onofra dos Santos Pinto e Silva (222.438.601-04), para cumprimento da proposta oferecida pelo Ministério Público, nos termos constantes do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.440/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marlene Sena Santos (193.392.835-20); Maurício Martins Callado (014.283.667-25); Mirivan Lúcia de Sousa (334.184.891-68); Myriam Hatsue Hanai (279.589.811-04); Nilson Chaves Fernandes (153.798.501-97); Regina Alves de Andrade (305.257.051-04); Regina Célia de Lemos Rolo (220.500.601-06); Regina Lúcia Araújo Costa (149.642.951-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que priorize a análise dos atos de admissão das servidoras Marta Antônia Xavier (265.792.001-20) e Onofra dos Santos Pinto e Silva (222.438.601-04).

ACÓRDÃO Nº 1793/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.932/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vítor Picanço do Amaral (745.312.632-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1794/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.938/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Grangeiro de Albuquerque Neto (054.105.464-31); Emanuel da Silva Oliveira (047.791.754-29)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1795/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.940/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Camila Kellner (043.648.479-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1796/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.945/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Andrade Gomes (103.606.476-00); Deiane Rodrigues dos Reis (116.515.166-93); Helimácio Barbosa dos Santos (985.906.776-72); Hermann Walser de Martins Flores (900.749.126-15); Karine Andrade Fonseca (105.117.036-27); Manoel Messias Rodrigues de Abreu (573.760.506-04); Renato Harly Rodrigues da Silva (093.962.306-42); Thaís Viana Lopes (119.976.887-19)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1797/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.950/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Victor Phelipe Ferreira Santos (116.006.726-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1798/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.962/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Cesar de Oliveira (101.712.976-28); Samara Aparecida Resende Avelar (071.377.216-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1799/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.966/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Feitosa Ximenes (141.918.897-61); Alberto Arantes (055.062.877-04); Alexandre de Almeida Cezar (113.299.307-54); Aline Cavalcanti de Abreu (100.936.257-74); Aline Cristina Santos da Silva Gonçalves (130.838.397-58); Aline Maria de Oliveira (052.103.087-07); Aline Miranda Cardoso (117.115.117-90); Aline dos Santos Vilela (127.098.237-05); Álvaro da Conceição Pinto da Silva (115.986.827-17); Amanda Maciel (053.678.027-70)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1800/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.015/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pericles Vale Alves (528.370.502-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1801/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.055/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mayara de Fátima Rodrigues Cavalcante (055.745.633-98); Natália da Rocha Pires (026.929.053-26); Paula Hebster Nogueira Barrocas (820.380.743-72); Rafael Straus Timbo Vasconcelos (759.014.633-15); Rafael dos Santos Rocha (018.098.633-33); Samuel Ramon da Silva (929.213.453-15); Sarah David Nunes Rodrigues (044.333.673-38); Thiago Pinheiro Ramos de Oliveira (025.274.965-04); Wood Allen dos Reis da Silva (026.698.533-58)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1802/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.057/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Santana Silva (034.940.271-02); Anne Caroline Assis Silva (013.265.691-47); Arthur Ribeiro Rezende (035.428.191-74); Artur Christian Garcia da Silva (048.643.191-62); Bruno de Melo Queiroz (034.237.811-22); Deborah Lopes de Matos (028.514.671-82); Denys Fernandes Mesquita (022.598.531-45); Fernando Medeiros Mendonça (027.262.211-73); Frederico Netto Guerra (579.802.331-15); Gislei Lemes Marques (964.347.081-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1803/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.063/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cledson Santana Lopes Gonçalves (007.206.773-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1804/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.066/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ingrid Duarte Lemos de Lima (607.456.663-10); Jefferson Randre Mendonça Pereira (079.500.864-32); Jéssica Marinho Costa Sales (094.556.244-60); Karoline Henrique Mendonça (082.427.144-01); Karoline Rodrigues Ferreira Lima (087.849.234-82); Laís Emanuely Albuquerque dos Santos (083.693.874-70); Lea Adriana Figueiredo de Souza (853.461.014-20); Márcio de Santana Carvalho (043.370.885-98); Mariana Reys Nascimento da Silva (051.264.424-14); Ítalo Marinho Cunha (061.337.434-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1805/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.070/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Carmisin Piovesan (054.615.439-52); Juliana Novo Paccola Yukimura (080.369.759-71); Natan Gláuber Filippi (073.341.809-09); Nathalia Cirne Diniz Cruz (054.507.894-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1806/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.082/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Ricardo Norberto (140.059.258-55); Fabio Antonio da Silva Mota (347.423.938-48); Fabio Lucas Pimentel de Oliveira (010.457.034-27); John Andrew Sims (235.263.988-36); José Guilherme de Oliveira Brockington (037.247.986-36)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1807/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.091/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pamela Paola Leonardo (071.614.389-50); Tiago da Costa Guterres (002.532.730-56)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1808/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.098/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kaio Gonçalves de Lima Dias (078.464.136-60); Plinio Marcos Piccin Benedito (341.714.588-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1809/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.101/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Troczinski Storti (890.973.430-20); Ana Maria Mrás (019.767.300-74); Ana Paula de Souza Fortaleza Pardo (292.917.228-20); Danielle Santos Azevedo (014.542.070-19); Débora Tomasini (008.008.780-94)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1810/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.170/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Licursi Maia Cerqueira da Cunha (010.421.767-79); Aline Moraes da Costa Lins (080.867.087-56); Anderson Carlos Nogueira Oriente (047.931.197-86); Armando Staib (600.619.107-59); Beatriz Cantanhede Carrapatoso Souza (087.047.747-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1811/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.174/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celso Luis Evangelista de Oliveira (230.208.224-91); Fellipe José Silva Ferreira (118.395.877-33); Jennyffer Mayara Lima da Silva (080.184.444-47); Jerfson Pinto Torres (088.380.184-13)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1812/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.189/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sebastião Melo Campos (851.714.332-91); Tarciano Batista e Siqueira (071.971.334-08); Valmir Cesar Pozzetti (052.269.478-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1813/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.246/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natalia Sales Oliveira (084.613.806-90); Nayara Rodrigues Medrado (082.274.686-75); Priscila Figueiredo Campos (064.411.266-21); Rafael Henrique Teixeira da Silva (373.192.008-56); Rose Mara Ortega (269.091.218-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1814/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.249/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Iara Falleiros Braga (341.922.568-78); Izabela Souza Lopes Rangel (071.515.094-48); Jaqueline Queiroz de Macedo (066.127.704-65); João Claudio Carneiro de Carvalho (030.253.944-12); Jussara de Lourdes Ferreira Chaves (053.885.244-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1815/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.051/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelaide de Lima Martins (172.289.258-74); Alson Clebio Ferreira Santana (930.686.545-72); Anderson Fernandes Caple (121.890.637-52); Camila Andrade de Oliveira Dantas (033.576.565-31); Edna Regina Pereira Sorato (893.781.999-68); Marilia Almeida do Amaral Lins (044.456.394-60); Rachel Correa Rodrigues (116.654.287-40); Samuel Pereira (037.781.056-80); Silvana Coccheto Fernandes Quadra (075.436.607-33); Simara Claudia Michaelsen (043.615.269-07)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1816/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.055/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celso Luis Batista dos Santos (018.418.689-73); Daniele do Rocio Fernandes de Souza (085.666.309-39); Giana Maria Berger (033.510.789-35); Gislaine Lima Dantas Alves (085.259.839-42); Gislaine Venancio Ferreira (034.193.769-01); Josiana Rodrigues Gomes (057.106.683-62); Marian do Rocio Teixeira (510.698.309-68); Odete Muxfeldt dos Santos (023.153.989-40); Rosi Roxana Verastegui Santos (872.887.299-15); Silvia de Souza Marques (025.260.029-07)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1817/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.061/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Dias Tavares (981.007.187-68); André Luiz Alves de Sousa Nunes Torres (121.018.207-65); Carla Simone Medeiros Silva (024.841.144-60); Carla Vianna de Mattos (023.754.847-03); Daniela Morales (224.292.078-26); Fernando de Amorim Fernandes (005.595.560-63); Luciano da Silva Costa (088.266.157-48); Milena Moncao e Silva Cruz (102.880.137-86); Priscila Lima Silva (076.778.736-69); Renata Lia Lana Viggiano (018.369.539-92)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1818/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.066/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andiara Rodrigues Barros (017.515.695-60); Andrey Michel Pereira Machado (007.241.242-92); Angelica Felipe da Silva (226.623.148-00); Carolina Saliba de Freitas (050.457.526-00); Erika Duailibe Mascarenhas Fernandes (079.505.267-77); Fabiana Costa da Silva (023.998.865-50); Hermamblique Jesus de Carvalho (048.944.345-12); Ismanoelison Victor Torres Cordova Piauilino (025.656.423-00); Marza de Sousa Zaranza (017.060.573-69); Murilo Acacio Almeida dos Santos Junior (046.454.855-12)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1819/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.068/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaela Iglesias de Aguiar (117.388.507-22); Talita Gabriela Silva da Rocha (126.533.317-30); Vitor Nascimento de Carvalho Pinto (053.599.447-81)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1820/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.142/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Karoline Pinheiro Franca Protasio (025.210.495-14); Daisy Maria Santos Jesus (034.337.745-44); Erika Gonçalves dos Santos (033.986.615-21); Felipe Borsu de Salles (011.048.240-94); Francisco Pessoa da Cruz Junior (672.607.993-15); Gustavo Melo Benevides (724.711.663-34); Janaina Ferreira da Silva (082.735.694-38); Luciana Moraes Valentim da Silva (838.236.205-25); Regina Santos Pereira (085.917.837-43); Rivaney da Cruz Cerqueira (926.618.905-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1821/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.472/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Nepomuceno Sousa (805.147.073-72); Alana Neiva de Mesquita Brito (010.710.244-77); Alderise Sousa Monteiro (052.444.434-02); Alessandra Lucas Nunes Cabral (747.818.634-34); Aline Carvalho Rocha Schoenherr (075.308.057-54)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1822/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.475/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Leonardo Vanderlei de Carvalho (000.989.445-41); Maria Cristina Guimarães Zanetti (337.091.140-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1823/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.478/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raquel Santos de Souza (613.176.675-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1824/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.482/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Assis Farias Machado (756.107.522-72); Valdemar Correia Barbosa Neto (038.900.114-70)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1825/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.483/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marijara Oliveira da Rocha (618.780.733-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1826/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.485/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Emanuelli de Oliveira Ávila (053.906.899-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1827/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.491/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maria Rosa Santos Silva (469.274.252-68)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1828/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.495/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcone Silva da Costa (876.871.944-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1829/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.509/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Adriana Cláudia de Sousa Ribeiro (500.868.983-53); Tainá Veras de Sandes Freitas (695.144.373-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1830/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.511/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Heloisa Maria Almeida do Nascimento (053.182.094-75)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1831/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.513/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Manoel Victor da Costa Carvalho (019.529.593-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1832/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.514/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Júlio César Fernandes Vila Nova (799.968.414-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1833/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.718/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademildes Marques da Silva (805.175.875-72); Adilson Mendes de Souza (097.667.258-88); Adolfo Macedo Mesquita (046.016.124-54); Alan Cesar Teixeira (965.307.826-72); Alexandre Monteiro Pacheco (964.288.803-34); Aline de Oliveira Mano (044.539.016-66); Antonio Luiz Soares Moura Rezende Filho (008.698.324-50); Christine Farrah Martins de Aquino Moraes (660.291.983-00); Luciene Araújo (456.401.733-00); Ludmylla Cristina de Faria Pontes (728.067.961-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1834/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.815/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evilson Cutrim Santos (515.370.953-15); Fernando Antônio Madeira Marinho (647.888.063-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1835/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.850/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janayna Silva Cavalcante de Lima (784.903.834-72); Jorge Antonio Palma Carrasco (424.530.704-87); João Marcelo Xavier Natário Teixeira (046.275.524-08); Lara Colognese Helegda (731.234.120-91); Leila Brunet de Sá Beserra (052.802.544-95)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1836/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.035/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Almeida de Oliveira (951.342.470-72); Gisele Carla May (018.685.450-16); Juceleia Pertile Santi (970.336.420-91); Mayra Moreira (645.405.450-00); Ricardo Dutra Germani (644.567.300-72); Sandra Remedi Cordeiro (911.302.390-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1837/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.041/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kamylla Alexandre Leite dos Santos (076.090.074-47); Lauriene Quinelato (030.930.027-45); Monica Ramos Ribeiro França (099.051.847-75)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1838/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.046/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Regis Aquino Maciel (815.803.712-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1839/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.061/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Victor do Nascimento Martins (016.507.806-56)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1840/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.961/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Robson Cordeiro Ramos (016.399.295-92); Robson de Aragão Nunes (004.879.935-19); Rodrigo Sacramento de Britto Almeida (803.552.505-00); Rogério Barreto Martins (659.272.145-68); Rômulo Magno Oliveira de Freitas (061.371.784-80); Romária Pereira de Araújo (032.958.995-41); Rubem Pedreira de Souza (625.791.345-49); Samylle Bomfim Souza (035.097.495-02); Sandoval Sampaio da Silva (020.474.225-07); Sérgio Ricardo Matos Almeida (284.486.505-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1841/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.955/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alcinda Maria de Souza Oliveira (387.298.224-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1842/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.020/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rubens de Castro Pereira (370.474.851-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija, no SISAC, o cargo para o qual o servidor foi efetivamente admitido na UFG: "professor do magistério superior" (peça 5).

ACÓRDÃO Nº 1843/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.413/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Henrique Lyra de Assis (087.184.037-51); Gabriel de Castro Baião Brumano, (091.234.066-58); Gustavo Martins Rocha (086.220.746-09); Igor Garcia Santiago (078.457.006-06); Igor Hiroshi Terayama de Oliveira (089.731.246-50); João Victor Lopes de Oliveira (117.661.966-75); Julio Cesar de Carvalho Stoco (043.994.866-51); Livia Mara Silva (088.014.116-69); Lorena Rodrigues Riani (103.215.806-99); Luiz Felipe Zillmann da Silva (147.390.657-11)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1844/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão relacionados no item 1.1, e considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão de Moabe Breno Ferreira Costa (916.062.175-34), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.701/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Misaelle do Nascimento Oliveira (065.595.504-60); Pedro Nico de Medeiros Neto (065.371.554-44); Saulo Magalhães Barros da Nóbrega (051.434.884-43); Suamy Rafaely Soares (011.045.174-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1845/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão relacionados no item 1.1, e considerar prejudicados por perda de objeto os demais atos de admissão constantes do item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.717/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Lombardo Evangelista (032.473.784-05); Fabricio Cesar Dias (215.450.038-23)
1.2. Interessados: Everson Piermann (629.931.439-72); Fabiana Pereira Machado (035.630.379-90); Felipe de Castro Horta Hoffmann Martins (056.991.526-01)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1846/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.721/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaisson Bordignon (032.642.739-26); Jamille Santos da Silva (036.077.653-16); Jerffson Lucas Santos (091.600.286-10); Jonny Ivon Beckert (380.358.809-00); Jorge da Cunha Dutra (003.834.470-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1847/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1, e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.730/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tiago Luiz Moda (295.478.888-70); Vítor Teles Correia (978.370.243-20); Viviane Furtado Velho (049.817.119-13)
1.2. Interessada: Vânia Mara Pezzini Fracaro (005.838.490-16)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1848/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1, e em prejudicados, por perda de objeto, os atos relacionados no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.746/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Odivar Marcos Bonetti (594.024.079-87); Rafael Borges (063.576.709-01); Roberto Dutra Vargas (912.279.509-00)
1.2. Interessados: Monia Stremel Azevedo (927.953.900-00); Roberto Ângelo Pistorello (026.585.929-81)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1849/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.792/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Caldeira Bagni Moura (001.795.846-69); Rosalba Lopes (050.215.908-12); Samantha Cidaley de Oliveira Moreira (030.716.676-71); Thaís de Carvalho Felicori (092.418.226-19); Thiago Morais Parreiras (055.145.466-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1850/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.798/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Chaiane Bukowski (018.648.570-05); Claudia Andrea Rost Snichelotto (641.797.880-04); Claudia Camila Lara (009.149.510-50); Claudir Olipio Graf (056.646.199-45); Consuelo Cristine Piaia (662.527.680-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1851/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.804/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kenia Rodrigues de Andrade (037.449.009-08); Laura Cassol Mohr (080.304.169-11); Liria Angela Andrioli (981.353.090-15); Litiara Kohl Dors (049.428.069-76); Lucas Roisenberg Rodrigues (013.095.840-95)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1852/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.813/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pablo Souza de Villavicencio (285.965.058-06); Robson Aparecido Figueiredo (337.488.678-75); Yony Roman Ochoa (012.580.659-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1853/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.818/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elaiz Aparecida Mensch Buffon (070.129.019-69); Fernanda Nichterwitz (369.477.298-74); Flávia Renata Quintanilha (840.873.079-72); Franciele Leila Giopato Viell (066.214.879-75); Gabriel Nunes Maia Junior (371.280.338-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1854/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.824/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edilson de Oliveira Dantas (329.895.468-39); Elisabete Vasconcelos Sousa (039.368.104-19); Evandro Benedito Abate (221.124.708-33); Gabriela Pereira Vasters (314.175.918-97); Gilsinene Ferreira Cota (305.226.318-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1855/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.825/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Graziela Krohling Kunsch (269.843.488-03); Itaque Santana Barbosa (273.406.838-95); Juliana Dutra de Araujo Silva (051.616.969-66); Karina da Rocha Mariano (089.164.476-82); Leandro dos Santos Maciel (333.613.448-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1856/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.833/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everton Fagner Costa de Almeida (070.549.314-83); Francilene Pereira dos Santos Silva (030.429.394-64); Isaac Danilo Santos Batista (068.097.454-75); Karla Haryanna Santos Moura (033.443.454-86); Lana Viviane Linhares da Costa Silva (068.919.074-38)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1857/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.839/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauro Sergio Zakia Jabur Arruda (029.952.438-85); Maurício Tadeu Teixeira (033.990.868-81); Renan Guilherme Nespolo (230.474.258-09); Wender de Souza Rodrigues (404.463.758-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1858/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.848/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alyne Mendes Caldas (006.896.063-89); Amanda de Sousa Rego (010.352.213-14); Idinea Bezerra Correia (026.518.643-90); Patrícia Pinheiro Menegon (529.319.353-87); Sílvia Helena Muniz da Cunha (787.293.353-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1859/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.851/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Caroline Dallabrida (025.587.061-28); Anny Caroliny de Lima Rodrigues (004.616.941-58); Breno de Lima Silva (031.824.411-08); Caroline de Oliveira Santos Araújo (906.570.121-49); Celso Barini Neto (004.693.931-81)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1860/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.857/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michael Friedrich Otte (190.244.268-71); Milton Omar Córdova Neyra (235.344.728-70); Moisés Freitas Gomes Junior (038.747.621-06); Patrícia Roberta Santos Oliveira (733.881.901-78); Priscila Aline Rodrigues Silva (405.949.868-85)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1861/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.858/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaela Screnci da Costa Ribeiro (009.537.941-05); Rayane Thaynara Santos (034.620.731-25); Renata Lázara de Araujo (040.444.571-31); Rhafaela Marques Monteiro Salgado (728.136.101-78); Rhauan Ramagnolli Dias (022.021.721-14)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1862/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.860/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tamirez Martins Figueiredo (024.964.261-19); Tathiana Ferguson Motheo (220.775.098-13); Thalita Pavani Vargas de Castro (029.310.401-85); Valdir Pereira Gomes (549.916.841-53); Wesley Santana Correa de Arruda (041.436.541-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1863/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.861/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Willian José Bordin da Silva (038.637.641-70)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1864/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-033.872/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fahrenheit Barbosa Amarante (081.258.986-62); Fernando Conde Veiga (038.908.426-31); Joelson Antonio dos Santos (109.841.476-40); Maicom Douglas Varella Costa (100.293.686-18); Mariana Miziara Amui (091.456.546-03)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1865/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.875/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Victor Lana Gonçalves (105.874.426-70); Warley Silva Gandra (110.191.176-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1866/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.880/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natalia Moura Pacheco Cortez (050.146.486-73); Ricardo Pagliuso Regatieri (249.262.428-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1867/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.886/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Capellini Rigoni (036.827.809-39); Ana Cristina Borges de Aguiar (104.621.957-08); Ana Maria Justo (059.133.139-09); Hugo Ricardo Merlo (106.666.347-50); Josnei Antonio Novacoski (034.338.519-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1868/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.896/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Ferreira de Magalhães (494.141.861-15); Nivaldo Pereira de Morais Júnior (779.204.061-53); Norma Aparecida Costa dos Santos (245.496.142-34); Pedro Henrique Gonçalves (012.100.001-05); Poliana de Sousa Leite (978.759.613-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1869/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.908/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vivian Rotuno Moure Valdameri (993.421.031-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1870/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.912/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Girliani Silva de Sousa (019.666.213-37); Girllaynne Gleyka Bezerra dos Santos (089.120.634-56); Jamille Mineo Carvalho de Magalhães (041.759.444-51); José Nivaldo da Silva Junior (025.256.254-20); João Marcelo Pontes Ferraz (058.172.244-29)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1871/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.920/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Akiko Sato Cabral de Araújo (310.051.378-97); Elias Marques Ferreira de Oliveira (083.738.434-69); Hortência Cruz de Albuquerque (091.928.444-21); Héldon José Oliveira Albuquerque (050.140.284-54); Italo Roger Ferreira Moreno Pinheiro da Silva (014.449.984-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1872/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.581/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Vieira da Silva Neto (824.332.833-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1873/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.459/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: João Batista Dias de Paiva (131.836.304-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1874/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.813/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arminda de Melo Salvador (722.540.506-30); Carmem Soares da Silva (027.986.516-38)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1875/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.851/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Dominique Vilhena Valente (016.446.012-81)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1876/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.861/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cláudio de Jesus Lucas (117.047.210-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1877/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.898/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Carolina Oliveira (122.006.236-74); Carla Cristina Oliveira (124.390.206-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1878/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.901/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Natalice Fonseca Muniz (596.776.436-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1879/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.907/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Rita de Cássia Pio Fernandes Tato (101.614.227-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1880/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.911/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iolanda da Silva da Cunha (382.487.190-49); Lucas Pinheiro Poletto (023.775.251-48); Pedro Paulo dos Santos (351.904.690-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1881/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.653/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Capanema Barbosa Cançado (014.145.596-90); Maria Apparecida Passos Ferreira (746.315.606-06); Maria da Glória Câmara Couto (415.064.136-68); Priscila Euler Freire de Carvalho (577.055.186-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1882/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.348/2012-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Thamiris Diniz Leal de Almeida (120.595.907-60)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1883/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.810/2008-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alex Sandro Portella da Rosa (252.045.720-15); Joacir Renato da Rosa (243.713.860-91); Jonas Martins da Rosa (018.301.990-30)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: Nadir Pacheco Bertoia (4880/OAB-RS) e outros, representando Alex Sandro Portella da Rosa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1884/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.1 do Acórdão 1.035/2018-TCU - 1ª Câmara, para onde se lê: *"9.1. ..., o recolhimento, ao Tesouro Nacional, ..."*; leia-se: *"9.1. ..., o recolhimento, ao Fundo Nacional de Assistência Social, ...",* mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.313/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Daves Soares da Silva (212.921.161-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: Leonardo de Oliveira Pereira Batista (23188/OAB-GO) e outros, representando Daves Soares da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1885/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

a) acolher as alegações de defesa de Francisco Canindé Dias;

b) julgar regulares com ressalva as contas da Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes) e de Francisco Canindé Dias, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação;

c) dar ciência aos responsáveis que a não inserção da documentação comprobatória das despesas realizadas no Siconv, identificada na prestação de contas do Convênio 748302/2010, violou a Cláusula Terceira, II, "m", do Termo de Convênio, o art. 3º, *caput*, da Portaria Interministerial 127/2008 e o art. 37, caput, da Constituição Federal.

d) encerrar o presente processo e arquivar os autos.

1. Processo TC-016.915/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social - Codes (06.291.189/0001-03); Francisco Canindé Dias (149.741.261-72)

1.2. Entidade: Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento À Cultura

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1886/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os subitens 3.2 e 8.1 do Acórdão 2.427/2017-TCU-1ª Câmara, para onde se lê: *"3.2. Responsável: Eraldino Soares de Oliviera (416.473.276-87)." e "8.1. Lucas Lacerda Tanure (163.633/OAB-MG) e outros, representando Eraldino Soares de Oliviera*"; leia-se: *"3.2. Responsável: Eraldino Soares de Oliveira (416.473.276-87)."; "8.1. Lucas Lacerda Tanure (163.633/OAB-MG) e outros, representando Eraldino Soares de Oliveira"*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.160/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Eraldino Soares de Oliveira (416.473.276-87)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Japonvar - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: Juliana Costa Carvalhaes Ribeiro (94053/OAB-MG) e outros, representando Eraldino Soares de Oliveira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1887/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.193/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Construtora e Marmoraria Lasgran Ltda - Me (03.571.207/0001-04); Valdecy Jose de Souza (189.943.346-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1888/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, no mérito, considera-la improcedente, e consequentemente, indeferir o requerimento de medida cautelar e determinar o arquivamento dos autos, dando-se ciência ao representante e à representada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.897/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Provac Serviços Ltda. (50.400.407/0001-84)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1889/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.401/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (10.729.992/0001-46)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1890/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e das peças 1, 2 e 3 ao Comando da Flotilha do Amazonas e ao Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil, nos termos do inciso I do §3º do art. 106 da Resolução TCU 259/2014, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-036.052/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Depósito Naval de Manaus

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1891/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.253/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Lucia Alves Maykot (034.601.999-03); Crislene Gomes Custodio Padilha (915.286.901-68); Tatiane Fernandes Mendes da Silva Santos (721.609.771-87); Vanessa Paula Neves (742.059.192-04)
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1892/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.543/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Gambini Grechi (008.896.960-63)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1893/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.624/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jose Antonio de Oliveira (211.912.201-68)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1894/2018 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração, interposto pela Sra. Maria dos Anjos de Sousa Almeida contra o Acórdão nº 1.779/2007 - 1ª Câmara, retificado, em decorrência de erro material, pelo Acórdão nº 276/2017 - 1ª Câmara, por meio do qual esta Corte União, entre outras deliberações, julgou irregulares suas contas e lhe imputou débito, solidariamente com outro responsável, além de lhe cominar a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

Considerando que a data de início do prazo para apresentação de recursos é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal, nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU nº 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 11/09/2007;

Considerando que o referido prazo é de 15 dias, o que implica dizer que ele findou no dia 25/09/2007;

Considerando que o presente recurso foi interposto no dia 28/03/2017, de forma intempestiva;

Considerando que o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU dispunha, à época da notificação considerada na presente análise, que não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de um ano contado do término do prazo recursal;

Considerando que, no caso em exame, já transcorreu prazo superior a um ano em relação à data da notificação;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

1. não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Maria dos Anjos de Sousa Almeida, por restar intempestivo em período superior a cento e oitenta dias; e
2. dar ciência deste acórdão à recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC nº 014.899/2001-7 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC nº 010.141/2011-1 (SOLICITAÇÃO) e nº 029.837/2009-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Andréa Lacerda Martins Soares Branco (816.766.546-15); Deusdedith Alves Sampaio (089.566.855-68); Francisco das Chagas Pereira Vieira (236.919.133-34); Gilson Freire de Sant'anna (101.988.221-20); Gilson Freire de Santana (522.035.493-00); Gilzete Alves Sampaio Guimaraes (259.964.522-00); Ildemar Gonçalves dos Santos (032.612.393-87); Leonardo Lourenço de Queiroz (047.360.366-72); Maria dos Anjos de Sousa Almeida (840.011.944-49); Prefeitura Municipal de Açailândia - MA (07.000.268/0001-72); Silney de Oliveira Budal (208.646.479-72).
1.3. Recorrente: Maria dos Anjos de Sousa Almeida (840.011.944-49).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Açailândia - MA.
1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.8. Representação legal: Thiago Sebastiao Campelo Dantas (9.487/OAB-MA), representando Maria dos Anjos de Sousa Almeida; Sebastião Souza da Silva (598/OAB-MA), representando Leonardo Lourenço de Queiroz; Mauricio Tadeu Dias Pereira (7590/OAB-MA) e outros, representando Gilzete Alves Sampaio Guimaraes; Mario Cesar Fonseca da Conceição (5063/OAB-MA), representando Gilson Freire de Sant'anna.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1895/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, fazer as seguintes determinações e determinar o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.432/2017-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Maricleide Izidro da Silva (979.881.704-49)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra - PB
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).
1.6. Representação legal: Moizaniel Vitorio da Silva (11.435/OAB-PB) e outros, representando Humberto dos Santos; José Leonardo de Souza Lima Júnior (16.682/OAB-PB), representando Maricleide Izidro da Silva.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, no prazo de 90 dias, informe as providências adotadas, tendo em vista as irregularidades apontadas nestes autos relacionadas ao Termo de Compromisso PAC-2 4884/2013, celebrado com o Município de Algodão de Jandaíra/PB, instaurando inclusive tomada de contas especial, se ficar caracterizado débito superior ao limite previsto no art. 6º, inciso I, da IN TCU 71/2012, encaminhando o processo a esta Corte de Contas, no prazo legal de 180 dias, nos termos do arts. 4º, § 1º, combinado com o art. 11, da mesma instrução normativa;
1.7.2. encaminhar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação cópia dos presentes autos, a fim de subsidiar o acompanhamento da execução e do exame das contas do ajuste, alertando que os fatos noticiados pelo representante deverão fazer parte do escopo das análises internas naquela fundação, inclusive para apuração das responsabilidades pelo débito eventual que venha a ser caracterizado, se for o caso;
1.7.3. determinar à Secex-PB que monitore neste processo o cumprimento da determinação consignada no item precedente;
1.7.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e à Prefeitura Municipal de Algodão de Janaíra/PB.

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1896/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.606/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Asclepiades Vasconcellos de Abreu (000.482.671-04); Asclepíades Vasconcellos Abreu (000.482.671-04); Asclepíades Vasconcellos Abreu (000.482.671-04); Carlos Baldez de Carvalho (024.207.671-87); Carlos Baldez de Carvalho (024.207.671-87); Denise Richard Pontes (185.186.721-04)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1897/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.707/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ramos dos Santos (024.133.101-34); Francisca Maria Gomes de Oliveira (066.762.511-91); Juracy de Barros Monturil (068.084.501-10); Marcello Zamboni (000.508.901-82); Narciso Mori Júnior (144.001.971-15)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1898/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.855/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Dores de Carvalho Ferreira (004.274.706-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1899/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.791/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tania Steding Jessen (264.742.470-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1900/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.893/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Martins Gaiato (409.264.898-79)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1901/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.031/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adler de Castro Amorim (051.526.675-25); Alexandre Francisco dos Santos Junior (042.385.665-05); Bruno Moraes de Abreu (819.749.225-53); Pedro Cortes Andrade (025.034.435-16); Tatiana Pessanha Noel (858.342.775-51); Tatiana Rodrigues de Oliveira Santos (012.492.265-11); Thiago Nascimento Gomes (844.665.295-15)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1902/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.499/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Cruz Bandeira (800.765.565-49); Wagner Costa Guimarães (257.139.303-00)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1903/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.728/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Evandro Santos Lourenço (250.023.588-29)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1904/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.638/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Raimunda Pereira dos Santos (430.853.692-87)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Mec
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1905/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.796/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Claudia Batista de Freitas (024.145.942-76); Djanira Maria da Conceição (582.506.204-10); Emilia Gogola Neto (021.628.879-75); Francisca Batista de Freitas (305.265.742-91); Henrique Batista Freitas (024.146.042-55); Julia Teixeira de Sausa (464.837.723-00); Maria Ruth Freitas da Silva (296.341.132-49); Paulo Batista Freitas (024.146.162-61); Teresinha Virginio Linhares (102.824.684-63); Urania do Nascimento de Oliveira (097.343.175-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1906/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.815/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Arehy Honorato Fraga (055.274.651-72)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1907/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicada por perda de objeto a apreciação dos atos de Djalma Rocha de Oliveira e Mauro da Silva Gouvêa e legais para fins de registro os demais atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.839/2007-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cecilia Gouvêa Ferah (058.952.647-27); Andréa Carla de Sousa (823.660.801-82); Antonio Paulo Gouvêa Ferah (058.952.667-70); Diana Oliveira Souza (812.678.435-00); Elizabeth Dias Moretz-sohn (398.963.231-00); Elizabeth Dias Moretz-sohn Neta (030.501.641-58); Francisca de Moura Lima (150.825.711-68); João Carlos de Sousa (710.543.241-15); Margarida Maria Magalhães Freire (539.357.561-00); Maria Rafaella Lopes Felix (049.854.554-74); Nayana Freire Fernandes de Negreiros (993.821.051-15); Nádja Maria Lopes Felix (048.244.434-74); Perla Batista de Moura Lima (718.587.251-00); Philippi Moretz-sohn dos Santos (028.093.791-14); Rômulo Justino de Sousa (710.542.861-91); Thiago Silva Moretz-sohn (030.480.271-90)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1908/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.887/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Deolinda Rosario Funez (499.038.109-20); Raimunda Nonata Nogueira Viana (152.839.411-91)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1909/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.553/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adalgisa Ribeiro dos Santos (574.773.965-49); Aidea Ferreira Aresta (080.199.137-42); Anita Ferreira dos Santos (049.275.445-40); Eugracia Almeida de Miranda Sampaio (543.414.775-87); Preciosa Monteiro Silva (023.894.646-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1910/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.555/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Azenaide Silvano Pereira de Deus (884.422.688-04); Maria de Lourdes Pinto de Oliveira (026.615.457-35); Olindina Ana Lopes (295.659.953-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1911/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.616/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adorinda Almeida de Oliveira (123.662.897-74); Jairenice Feliciano Diogenes (391.809.053-15); Martinha Neres de Barros (620.080.722-15); Nilce Goes de Araujo (107.303.737-11); Zenit de Alcantara Enes (069.136.547-40)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1912/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.620/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Domingas Franca dos Santos Barbosa (707.521.095-53); Francisca Lucimar de Almeida Henrique (316.561.614-00); Joana Maria de Jesus Gomes (657.029.485-72); Lusia de Sousa Vieira (357.921.243-53); Maria Sherley Rodrigues Pires (020.041.010-59)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1913/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.621/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcina Moura de Souza (697.174.273-72); Lucia Maria de Oliveira (202.120.034-53); Maria das Graças Silva dos Santos (297.764.732-53); Maria de Assis Pimentel Galiza (361.650.263-20); Olgarina Carvalho de Almeida (771.426.162-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1914/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.624/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Maria Bastos Campelo (475.402.066-91); Elenir Maria Coutinho Tostes Moura (808.361.607-97); Maria Jose Arruda (029.398.298-88); Maria Oneide dos Santos Ferreira (565.248.383-00); Vilma Luiz dos Santos (774.165.031-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1915/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.625/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Avilia Maria Biasi Rodrigues (908.837.059-15); Maria Serja Cardoso (728.672.214-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1916/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.338/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisco José Ferreira da Costa (009.113.854-01); Mateus dos Santos Frazão (009.103.754-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Ivana Ludmilla Villar Maia (10466/OAB-PB) e outros, representando Mateus dos Santos Frazão.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1917/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.642/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jose Vanir Alves Cruz (319.798.749-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Valter Luiz de Almeida Junior OAB/PR 50.624
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1918/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.312/2017-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jurandy dos Santos Souza (449.909.877-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1919/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no item 1.1, dando-lhes quitação, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 9), à unidade jurisdicionada, sem prejuízo da medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.896/2017-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Luciana Alves Vieira (269.185.601-15); Marli Sorel de Araújo Gonçalves (154.624.201-53); Tereza Eugenia Maria Infante de Jesus Breves Beiler (753.607.567-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás sobre as seguintes ocorrências, com vistas à adoção de providências internas que previnam sua reincidência nas próximas prestações anuais de contas:
1.7.1. ausência de inclusão no rol de responsáveis dos dirigentes de todas as unidades organizacionais que compõem a estrutura regimental do órgão (SFCTI e DICON), considerando que as correspondentes atribuições, assim como as da SEAUD e da SEGAD, não guardam relação de subordinação entre si, a teor da Portaria GM/MS 3.965/2010, alterada pela Portaria GM/MS 1.891/2013, o que os tornaria integrados ao âmbito de responsabilidades sujeito ao julgamento de contas (art. 7º da Lei 8.443/1992; art. 8º, § 2º, da Resolução TCU 234/2010);
1.7.2. ausência de indicação, no rol de responsáveis, dos períodos integrais de gestão, dos atos formais de nomeação, dos endereços residenciais e de correio eletrônico (art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010 - III, IV, V e VI);
1.7.3. ausência de inclusão no relatório de gestão, na seção de informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro, conforme apontado no relatório de auditoria anual de contas 201700981, do detalhamento das despesas correspondentes às ações orçamentárias, com especificação dos valores empenhados, liquidados, pagos e de restos a pagar (Decisão Normativa TCU 154/2016 e Portaria TCU 59/2017);
1.7.4. ausência de inclusão no relatório de gestão, na seção relativa ao planejamento organizacional e resultados, de informação essencial ao exame de desempenho da unidade, a saber, quadro geral sintético dos convênios sob acompanhamento da DICON, discriminando-se, ao menos, o seu número SIAFI e SICONV, as partes conveniadas, os valores previstos e repassados, descrição do objeto conveniado e sua respectiva situação, vigência, as reformulações ocorridas, e se já foi alvo de fiscalização, sem prejuízo de ser informado, com relação aos convênios com vigência expirada, os que tiveram a prestação de contas apreciada e os que estão pendentes de análise (art. 8º, § 2º, da Resolução TCU 234/2010; Decisão Normativa TCU 154/2016 e Portaria TCU 59/2017);
1.7.5. deficiência no exercício da competência da DICON, conforme apuração constante do relatório de auditoria anual de contas 201700981, caracterizada pelas seguintes constatações:
1.7.5.1. aprovação de propostas de proponentes de convênios que se encontram na situação de inadimplência, considerando a evidência de que ao nível do NEMS/GO são realizados somente os cadastros da entidade e de dirigentes, cabendo ao nível central a análise técnica e jurídica (art. 222, incisos I, VI e XII do Anexo da Portaria GM/MS 3.965/2010);
1.7.5.2. aprovação de propostas de convenentes em desacordo com a real necessidade local, considerando a evidência que o correspondente controle é realizado em nível de órgão central (art. 222, incisos I e VI do Anexo da Portaria GM/MS 3.965/2010);
1.7.5.3. ineficiência ou intempestividade no acompanhamento da gestão do convênio levando à não execução da avença, considerando a evidência de que existem fragilidades no plano de visita técnica e nas ações de acompanhamento da situação técnico-administrativa (art. 222, incisos II, IV, IX e X do Anexo da Portaria GM/MS 3.965/2010);
1.7.5.4. inexistência de equipamentos suficientes e de pessoal qualificado para execução de atividades fiscalizatórias dos convênios e de sua respectiva supervisão, considerando a evidência de que faltam técnicos de áreas específicas (engenheiro, enfermeiro e agentes administrativos), adequado plano de capacitação técnica e de meios materiais suficientes (veículos, máquinas fotográficas, notebooks e aparelhos gps) - art. 222, incisos II, IV e X do Anexo da Portaria GM/MS 3.965/2010;
1.7.5.5. existência de erros e de atrasos no processamento de instrução de TCE's, considerando a evidência de que faltam recursos humanos (art. 222, incisos IX, X e XIII do Anexo da Portaria GM/MS 3.965/2010).

ACÓRDÃO Nº 1920/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva, em face das falhas apontadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

a.1)Adriano Massuda (030.349.659-23), Secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde (SCTIE/MS), no período de 10/8/2015 a 25/11/2015; Jarbas Barbosa da Silva Júnior (152.884.394-00), Secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde (SCTIE/MS), no período de 19/1/2015 a 19/7/2015; e Eduardo Azeredo Costa (004.745.335-49), Secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde (SCTIE/MS), no período de 1/12/2015 a 31/12/2015: pela ausência de cadastro informatizado do rol de responsáveis da Unidade com todas as informações descritas no caput do art. 11 da Instrução Normativa-TCU 63/2010, o que contraria o que dispõe o mesmo artigo, em seu § 1º; pela ausência de política corporativa de gestão de riscos na SCTIE, em descumprimento ao art. 29 do Decreto 8.065/2013, bem como em afronta ao Princípio da Eficiência, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988; assim como pela ausência de análise situacional, com o detalhamento suficiente, dos motivos que ensejaram o elevado percentual de inscrição em restos a pagar não processados e a relevante discrepância entre a realização da meta física e da meta financeira, consoante verificado no relatório de gestão de 2015, notadamente em relação às ações 8636, 20K4 e 20K7;

a.2)José Miguel do Nascimento Júnior (425.279.969-49), Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos), no período de 1/1/2015 a 31/12/2015: pela existência de lacunas na Portaria 1.554/GM/MS, de 30/7/2013, que regulamenta o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), especificamente quanto à operacionalização de algumas etapas realizadas atualmente no fluxo da política pública; pela não disponibilização de documentos comprobatórios acerca da entrega dos medicamentos 1A nos almoxarifados estaduais, no âmbito da Ação 4705 - "Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica"; pela ausência de monitoramento, pela SCTIE, do controle de estoques dos medicamentos 1A e 1B dos Estados e DF; e pela existência de pontos de fragilidade no acompanhamento a nível estadual da Ação 4705 - "Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica"; em descumprimento ao art. 30 do Decreto 8.065/2013, notadamente os incisos V e IX, vigente à época;

b)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c)dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 11), à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, sem prejuízo da medida a seguir.

1. Processo TC-028.590/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Responsáveis: Adriano Massuda (030.349.659-23); Antonio Carlos Campos de Carvalho (337.083.637-87); Carlos Augusto Grabois Gadelha (884.047.737-34); Clarice Alegre Petramale (790.748.808-78); Eduardo Jorge Valadares Oliveira (886.643.175-34); Eduardo de Azeredo Costa (004.745.335-49); Jarbas Barbosa da Silva Junior (152.884.394-00); Joselito Pedrosa (080.856.398-07); José Miguel do Nascimento Júnior (425.279.969-49); Kellen Santos Rezende (044.977.826-62); Leonardo Batista Paiva (068.367.997-00); Luiz Armando Erthal (496.188.229-15); Márcia Luz da Motta (359.529.201-44); Nadja Naira Valente Mayrink Bisinoti (884.123.771-68); Noemia Urruth Leao Tavares (805.070.000-30); Roberta Buarque Rabelo (008.792.654-77); Rodrigo Fernandes Alexandre (022.687.129-07); Vania Cristina Canuto Santos (083.169.087-94)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, dar ciência à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS) no sentido de que a ausência de análise situacional, com o detalhamento suficiente, dos motivos que ensejaram o elevado percentual de inscrição em restos a pagar não processados e a relevante discrepância entre a realização da meta física e da meta financeira, consoante verificado no relatório de gestão de 2015, notadamente em relação às ações 8636, 20K4 e 20K7, prejudica a adequada avaliação da execução orçamentária e financeira da unidade, assim como constitui não atendimento ao item 1.7.2 do Acórdão 1.152/2013-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro José Jorge, e ao item 1.7.3.1 do Acórdão 2.014/2016-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Nardes; bem como descumprimento dos princípios da Motivação e Publicidade, insculpidos, respectivamente, no art. 2º, da Lei 9.784/1999 e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

ACÓRDÃO Nº 1921/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 e no art. 218, caput, do Regimento Interno do TCU, em dar quitação a Wilson Chediek, ante o recolhimento integral da multa cominada pelo Acórdão 1.738/2017-TCU-1ª Câmara e revista pelo Acórdão 10566/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.431/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Marcelo Fortes Barbieri (022.782.708-26); Wilson Chediek (029.815.318-16)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araraquara - SP

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Ricardo Jose dos Santos (261788/OAB-SP), representando Marcelo Fortes Barbieri e Wilson Chediek.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1922/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando ser inequívoca a competência desta Corte para tratar da matéria (e.g., Acórdãos 7.417/2016-TCU-1ª Câmara e 1.072/2017-TCU-Plenário);

Considerando que os fatos narrados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realmente apresentam indícios de graves irregularidades, que precisam ser apuradas;

Considerando o entendimento desta Corte, no que concerne às ações de controle externo, no sentido de que a atuação do TCU não deve avançar sobre o espaço de atuação e responsabilidades das autoridades administrativas e seus órgãos de controle interno, os quais devem analisar as prestações de contas e, em caso de confirmação do débito e esgotadas as medidas administrativas, instaurar a devida tomada de contas especial (e.g., Acórdãos 4.771/2010-TCU-1ª Câmara e 2.323/2010-TCU-Plenário);

Considerando que não há, no atual momento, qualquer julgamento a ser feito pelo TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; adotar as medidas a seguir e em dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.056/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Penápolis - SP

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. com fulcro nos itens 9.3.5 e 9.4 do Acórdão 1.072/2017-TCU-Plenário, e tendo em vista as irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na execução da Estratégia Saúde da Família - Programa de Saúde da Família e Programa de Agente Comunitário, por parte da Prefeitura Municipal de Penápolis, nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, determinar ao Fundo Nacional de Saúde, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que avalie, no prazo de 90 dias, as prestações de contas e adote as medidas administrativas para recomposição do Erário, instaurando, se for o caso, as correspondentes Tomadas de Contas Especiais, caso configurada uma das ocorrências previstas no art. 8º da Lei 8.443/1992, dando ciência ao Tribunal acerca das medidas adotadas;

1.7. determinar à Secex-SP que monitore o cumprimento do item 1.6;

1.8. encaminhar ao Fundo Nacional de Saúde cópia integral dos autos, para ciência das irregularidades identificadas e com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação constante do item 1.6.

ACÓRDÃO Nº 1923/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a alegação da Universidade no sentido de que a elaboração do plano de ação determinado pelo o Acórdão 3.795/2015-TCU-1ª Câmara, ora monitorado, tornou-se inexequível diante da complexidade da matéria (elaboração de projeto e posterior execução das obras de adaptação para 434 prédios, cada um com características particulares, a fim de obter os Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - APPCI) e de outras dificuldades para sua execução (o quantitativo de pessoal disponível e orçamento/financeiro para custear os trabalhos);

Considerando que a determinação foi parcialmente cumprida em relação a 55 dos 434 prédios;

Considerando que o Ministério Público Federal, de onde se originou esta Representação, reconheceu os esforços empreendidos pela Universidade, estando ciente das dificuldades enfrentadas, e decidiu por arquivar os autos do Procedimento Preparatório PR/RS 1.29.000.003596/2016-00;

Considerando que o art. 55 da Lei Complementar Estadual 14.376/2013, que exigia a adaptação das edificações já existentes no prazo de até cinco anos, foi revogado pela Lei Complementar Estadual 14.924/2016;

Considerando que a Universidade, da mesma forma como em relação a todas as determinações e recomendações deste Tribunal, deverá informar nos relatórios de gestão vindouros o andamento dos trabalhos de regularização dos prédios;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em adotar as medidas a seguir e dar ciência desta deliberação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.528/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 013.688/2015-4 (SOLICITAÇÃO); 032.518/2014-5 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (92.969.856/0001-98)

1.3. Interessados: Carolina da Silveira Medeiros (632.303.300-30); Procuradoria da República/RS - MPF/MPU (26.989.715/0028-22)

1.4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. Considerar parcialmente cumprida a determinação contida no item 1.8 do Acórdão 3.795/2015-TCU-1ª Câmara, dispensando-se a continuidade do monitoramento, o que não desobriga a Universidade de dar continuidade às ações para a adequação dos prédios dos campi de sua responsabilidade, a fim de atender ao disposto nos normativos estaduais e municipais que regulam a prevenção e proteção contra incêndio.

1.9.2. Dar ciência à Universidade sobre a exigência do E-Contas acerca da obrigatoriedade de incluir nos seus Relatórios de Gestão informações sobre as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU que estejam pendentes de atendimento, especificando, em relação aos presentes autos, sobre o progresso dos trabalhos empreendidos pelo Setor de Orçamento e Prevenção contra Incêndios, indicando quantos prédios já receberam o APPCI, quantos estão em processo de obtenção, seja na fase de projeto, seja na fase de execução das obras, e qual o estágio, e a quantos falta dar início aos trâmites.

ACÓRDÃO Nº 1924/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que a responsabilidade primária pelo exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao órgão/entidade concedente;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade; adotar a medida a seguir e em dar ciência desta deliberação ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.446/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Ednacé Alves Silvestre Henrique (804.828.564-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monteiro - PB

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Com fulcro no art. 106, § 3°, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, encaminhar cópia dos autos à Fundação Nacional de Saúde e ao Ministério do Turismo para adoção das providências de sua alçada, no que se refere aos Termos de Compromisso PAC 47/2008 e 295/2008-Funasa e ao Contrato de Repasse 278230-44/2008-MTur, respectivamente, com cópia para o órgão de controle interno correspondente, e informar que as providências eventualmente adotadas em relação aos fatos comunicados, assim como os resultados dessas providências, deverão constar em registros analíticos no relatório de gestão a ser oportunamente encaminhado ao Tribunal para exame por ocasião da apreciação das contas (art. 106, §§ 4° a 6°, da Resolução-TCU 259/2014).

ACÓRDÃO Nº 1925/2018-TCU-1ª Câmara

Considerando que, como bem ressaltado pela unidade instrutora, não compete ao TCU, no exercício do controle externo da Administração Pública, fiscalizar diretamente as empresas delegatárias de serviço público, mas sim, examinar se o poder concedente está fiscalizando de forma adequada a execução dos contratos de concessão (na linha dos precedentes mencionados, quais sejam, Acórdãos 2.527/2015 e 2.840/2016, ambos do Plenário);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, sem prejuízo de informar ao representante que está em curso nesta Corte o TC 010.482/2016-4, que versa sobre fiscalização na Agência Nacional de Transportes Terrestres para examinar a conformidade do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, especialmente quanto ao atraso na execução dos investimentos previstos.

1. Processo TC-029.955/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - Dnit/MT

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

1.5. Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1926/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.264/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivan Santos de Melo (126.213.313-00); Luis Ricardo Santos (510.613.927-91); Maria da Conceição Pereira Franca (476.239.933-72); Maria das Graças Silva Bogea (146.553.573-04); Paulo Sergio de Ruiz Almeida (308.792.807-00); Ricardo Mota Pirotelli Reis e Silva (335.697.627-34); Virgilina da Silva Mendes Azevedo (270.928.523-15).

1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1927/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.763/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gilda Helena Walker Gusmão (089.635.090-87); Ildefonso Rodrigues de Sousa (015.231.472-53).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1928/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em favor dos ex-servidores Adão Marciano Vieira e Manuel Cavalcanti Pessoa.

Considerando que, ao analisar os atos em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade comum o pagamento da parcela judicial referente a Plano Econômico, no percentual de 26,05% (URP);

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que, não representa afronta à coisa julgada, a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeitos ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe que seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegais e recusar o registro aos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Adão Marciano Vieira (114.094.101-10) e Manuel Cavalcanti Pessoa (095.823.804-97), em decorrência da inclusão de parcela judicial, decorrente de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.062/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adão Marciano Vieira (114.094.101-10); Manuel Cavalcanti Pessoa (095.823.804-97).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, § 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe aos interessados o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados cujos atos foram impugnados estão cientes da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 1929/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.564/2013-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Januario Torres da Silva (058.511.814-00); Braulio Nunes Uchoa Neto (139.654.092-04); Donizete Alves de Sousa (250.859.644-20); Ilson Freire Lobo (075.149.642-15).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1930/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a)considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos ex-servidores Antonia Luiz de Carvalho (097.842.923-00); Aracy Lima da Silva (074.814.892-20); Ednir Vieira Sampaio (034.178.832-53); Etelvina Maia Carvalho (025.781.152-49); Eurides da Silva Cruz (035.387.702-63); Josias Soares da Silva (046.518.559-20); Maria Eunice Cabral da Silva (042.730.522-53); Maria da Conceição de Souza Marie (066.046.762-34); Maria das Graças de Freitas Breves (065.932.402-49); e

b)encerrar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso IV, do RITCU, sem prejuízo de fazer a determinação constante do item 1.7 do presente acórdão.

1. Processo TC-031.168/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonia Luiz de Carvalho (097.842.923-00); Aracy Lima da Silva (074.814.892-20); Ednir Vieira Sampaio (034.178.832-53); Etelvina Maia Carvalho (025.781.152-49); Eurides da Silva Cruz (035.387.702-63); Josias Soares da Silva (046.518.559-20); Maria Eunice Cabral da Silva (042.730.522-53); Maria da Conceição de Souza Marie (066.046.762-34); Maria das Graças de Freitas Breves (065.932.402-49); Maria do Socorro Freire Dourado (323.050.872-68).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, destaque dos presentes autos, o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria do Socorro Freire Dourado (Número de Controle 10714740-04-2005-000067-7), constituindo processo apartado para promover a diligência sugerida pelo MPTCU no parecer de peça 14.

ACÓRDÃO Nº 1931/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.976/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Amanda Fabia Dourado de Souza Ramos (049.947.891-69); Amanda Santos Silva (010.214.811-22); Amanda Suelem dos Santos Mendonca (011.456.832-40); Amelia Ferreira da Silva (053.133.191-16); Ana Flavia Cusman (066.182.149-80); Ana Flavia de Almeida Sales (363.257.388-37); Ana Luiza da Cunha Cruvinel (016.967.041-46); Ana Paula Alves de Moraes (107.385.956-83); Ana Paula Borelli David (128.569.377-99); Ana Paula Costa Aguiar (125.050.907-69)

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1932/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.978/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Ribeiro Cavalcante (059.368.671-37); Andre Vicente da Silva (057.897.229-89); Andressa Barbosa Silva (059.815.423-06); Andressa Souza dos Prazeres (364.270.198-13); Andressa da Rocha Monteiro (061.020.823-38); Andrey Fernandes Prestes (689.416.092-91); Anna Laura Rezende Santos (033.658.921-25); Anna Paula Brito Dutra (055.602.031-65); Antonio Gomes Rodrigues (895.151.961-91); Antonio Marcelino de Sousa Neto (751.220.491-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1933/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.984/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniella Miceli de Oliveira (858.489.545-00); Danielle Albano Silva (030.036.033-96); Danielle Flavia da Silva Santos (061.984.871-56); Danilo Morais Brito (074.014.224-09); Danilo Oliveira Santos (054.070.001-05); Danilo Quirino da Silva (732.703.851-53); Danilo Ribeiro Barbacena (043.505.941-67); Dauryellen Mendes Lima (036.311.493-95); Diego Bortolini (063.413.789-12); Diego de Matos Lautenchleger (014.096.090-22).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1934/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.988/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabio Tosi Di Donato (368.704.878-04); Fabio da Costa Batista Gomes (131.227.956-71); Felipe Afonso Rezende Vieira (132.682.246-28); Felipe Augusto Krebs (046.291.511-50); Felipe Campos Raimundo (126.290.236-30); Felipe da Silva Ribeiro (051.052.545-89); Felipe de Araujo Martins dos Santos (107.172.666-80); Fernanda Braga Silva (046.566.596-90); Fernanda Calice Santos (363.139.798-42); Fernanda Goncalves Martins (014.372.445-21).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1935/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-000.996/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Italo Antonio Silva Cordeiro (442.940.898-06); Italo Bruno Brito dos Santos (603.924.063-65); Italo Leite Ferreira Portinho (105.472.557-80); Italo Rafael Machado de Carvalho (059.303.864-98); Italo de Souza Silva (040.135.151-30); Itamar Rafhael Goncalves da Silva (095.063.714-90); Itamor Batista Filho (212.592.160-04); Itana Gomes Goes (054.426.225-59); Ittalo Nyxon Sousa Costa (062.364.793-13); Iuri Patrick Machado Goulart (310.889.398-05).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1936/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.000/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Janelson Lucas Dias Feitosa (112.702.784-01); Janine Barbosa de Souza Galindos (036.147.801-12); Janior de Souza Pereira (114.399.434-51); Janmson Sanmunielsen Alencar Alves dos Santos (013.796.515-06); Jaqueline da Silva Pereira (377.297.148-25); Jaquelline Barros de Oliveira (097.189.564-33); Jardel Alves Oliveira (062.518.473-44); Jarliane Souza Diniz Menezes (602.182.493-81); Jarson Brenner Borges Passos (013.531.393-79); Jaumi Dantas Freire (074.623.764-23).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1937/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.005/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Fernando Ramiro Arruda (090.115.556-00); Joao Guilherme Grandizoli Gomes dos Santos (059.773.686-31); Joao Henrique Monteiro da Silva (400.975.718-30); Joao Inacio de Matos Junior (041.805.655-28); Joao Italo dos Reis Queiroz (051.903.485-63); Joao Lucas Carneiro Ribeiro da Silva (086.246.714-42); Joao Lucas Hidalgo Dionisio (415.423.608-38); Joao Lucas de Santana Silva (103.281.554-03); João Eduardo Galvão Guimaraês (076.156.944-85); João Ferraz Junior (133.422.197-93).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1938/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.010/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Boanerges de Almeida Silva (078.723.074-05); Jorge Helson Pereira Braga (230.565.828-14); Joscimara Nunes Lemos (032.246.165-04); Jose Anselmo Morais Leite (093.654.124-55); Jose Aragao Felix (059.938.715-71); Jose Auto Araujo Neto (037.713.015-05); Jose Carlos Bahir de Andrade (560.499.868-00); Jose Celso Griebler Junior (978.223.530-04); Jose Eduardo Flores da Silva (040.525.329-02); Jose Erivanio dos Santos (993.838.295-91).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1939/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.013/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus de Moraes Rocha (177.763.277-35); Mayara Gabrielle dos Santos Lira (100.686.394-06); Neilza Nogueira da Silva (038.002.635-05); Pablo Leite Cunha (021.967.802-27); Paulo Ricardo Pereira Coelho (013.234.162-00); Paulo Roberto Giampietro Junior (331.136.018-43); Paulo Sergio da Silva Leite (087.681.637-54); Rafael Czekalski (895.511.410-91); Rafael Marim de Vasconcelos (018.262.542-77); Regiane de Almeida Griza (014.899.340-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1940/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.023/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabyelle Christinne Pucci do Nascimento (049.443.789-80); Felipe Wirth Quiney (119.161.187-63); Felippe Brum Costa (058.456.077-01); Gisele Monteiro da Silva Mattos (003.899.831-95); Iraciel Raimundo Costa (859.240.913-68); Israel José Barbosa (254.485.016-72); Leonardo Pires Moura (032.343.615-33); Lúcio Flávio Gomes de Lima (560.371.713-00); Marcela de Castro Reis (082.474.456-03); Mariana Grziwotz Scienza (025.497.830-42).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1941/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-001.856/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Edith Cararo Machado (019.223.159-66).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1942/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-002.052/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ezio Rodrigues (207.221.849-72).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução-TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1943/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-009.121/2012-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria Pinho de Bittencourt (952.117.219-34); Rosa Maria de Melo (469.975.129-68).

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1944/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)julgar regulares as contas dos responsáveis Nery Sá e Silva de Azambuja (CPF: 175.532.021-34); João de Deus Gomes de Souza (CPF: 533.245.527-53); Ricardo Geraldo Monteiro Zandona (CPF: 277.990.776-20); Andre Luis Moraes de Oliveira (CPF: 060.646.758-02); Amaury Rodrigues Pinto Júnior (CPF: 510.627.129-00); José Norberto Pinheiro de Oliveira (CPF: 224.925.421-49); Gerson Martins de Oliveira (CPF: 600.496.421-20); Helena Hikari Tominaga (CPF: 447.114.681-53); e Alencar Minoru Izumi (CPF: 366.038.721-53), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

b)dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; e

c)arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-000.641/2018-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)

1.1. Responsáveis: Alencar Minoru Izumi (366.038.721-53); Amaury Rodrigues Pinto Júnior (510.627.129-00); Andre Luis Moraes de Oliveira (060.646.758-02); Gerson Martins de Oliveira (600.496.421-20); Helena Hikari Tominaga (447.114.681-53); José Norberto Pinheiro de Oliveira (224.925.421-49); João de Deus Gomes de Souza (533.245.527-53); Nery Sá e Silva de Azambuja (175.532.021-34); Ricardo Geraldo Monteiro Zandona (277.990.776-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1945/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pela unidade técnica e com os ajustes propostos pelo MPTCU, em:

a)julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos (CPF 019.195.392-04) e do Sr. Flávio Pires Ferreira Clementino (CPF 595.459.847-91), dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b)julgar regulares as contas da Sra. Ana Maria Soares de Moraes (CPF 486.857.987-87) e do Sr. Luciano de Sousa Campos Pereira (CPF 038.094.797-80), dando-lhes quitação plena, nos termos dos arts. 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

c)dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

c.1) a existência de cessões de uso de espaço ao Banco do Brasil, em prédios do Tribunal, sem o correspondente pagamento pela cessão e pelo rateio dos gastos de manutenção, ou sem o devido procedimento licitatório, contraria o art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.666/93, o art. 18, §5º, da Lei 9.636/1998 e o art. 48, caput e parágrafo único, do Decreto 93.872/1986, bem como a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos acórdãos 902/2010 e 1.952/2011-TCU-Plenário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c.2) a não elaboração dos Planos de Trabalho previamente à confecção do Documento de Referência da contratação, conforme consignado no Relatório de Auditoria de gestão, contraria o art. 2º, incisos I a III, do Decreto 2.271/97;

c.3) a desconsideração de valores, da composição do preço estimado, obtidos no site Comprasnet, por serem inferiores aos apresentados por empresas, não está em conformidade com o previsto no art. 2º, incisos I e III, da IN SLTI/MP 5/2014 e jurisprudência do TCU, em especial o Acórdão 1.445/2015-TCU-Plenário;

c.4) a restrição da pesquisa de preços para futuras contratações de serviços tendo por base somente as propostas enviadas por potenciais licitantes, sem privilegiar a cotação de preços unitários para os insumos em diversas fontes, em especial aqueles praticados no âmbito da Administração Pública, contraria o art. 2º da IN SLTI/MP 5/2014 c/c o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993 e o Acórdão 2.816/2014-TCU-Plenário;

c.5) inobservância de procedimentos na apresentação das soluções disponíveis no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação e seus respectivos fornecedores no documento Análise da Viabilidade da Contratação, de modo a fortalecer a justificativa das escolhas de soluções de TI a serem adquiridas, por meio de análise comparativa, afronta os preceitos contidos na Resolução 182/2013 do CNJ;

d) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público, ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; e

e) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-023.375/2017-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Ana Maria Soares de Moraes (486.857.987-87); Flávio Pires Ferreira Clementino (595.459.847-91); Luciano de Sousa Campos Pereira (038.094.797-80); Maria das Gracas Cabral Viegas Paranhos (019.195.392-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1946/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis Carlos Alberto de Paula (CPF 125.528.988-07); Carlos Marne Dias Alves (CPF 843.986.807-30); Esdras Esnarriaga Júnior (CPF 527.967.011-15); Fabio Henrique de Sousa Coelho (CPF 891.161.861-68); José Maria Freire de Menezes Filho (CPF 236.888.157-34); José Roberto Ferreira (CPF 382.925.136-04); Maurício de Aguirre Nakata (CPF 272.391.028-82); Sergio Djundi Taniguchi (CPF 157.730.268-05), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-024.318/2016-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto de Paula (125.528.988-07); Carlos Marne Dias Alves (843.986.807-30); Esdras Esnarriaga Júnior (527.967.011-15); Fabio Henrique de Sousa Coelho (891.161.861-68); José Maria Freire de Menezes Filho (236.888.157-34); José Roberto Ferreira (382.925.136-04); Maurício de Aguirre Nakata (272.391.028-82); Sergio Djundi Taniguchi (157.730.268-05).

1.2. Entidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1947/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de processo prestação de contas anuais da Universidade Federal do Amazonas e do Hospital Universitário Getúlio Vargas, relativo ao exercício de 2012, elaborado em cumprimento às determinações contidas na Decisão Normativa-TCU 124/2012, bem como na Instrução Normativa-TCU 63/2010.

Considerando que serão considerados responsáveis pela gestão não apenas os titulares, mas também os seus substitutos, que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as naturezas de responsabilidade descritas no art. 10 da IN-TCU 63/2010;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a)julgar regulares as contas dos responsáveis Márcia Perales Mendes Silva (CPF 214.861.902-00), Rosana Cristina Pereira Parente (CPF 078.092.982-91), Albertino de Souza Carvalho (CPF 185.822.221-49), Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda (CPF 007.491.412-04), Valdelário Farias Cordeiro (CPF 342.953.302-30), Cícero Augusto Mota Cavalcante (CPF 192.763.112-20), Francisco Benedito Gaspar de Melo (CPF 070.170.902-25), Hedinaldo Narciso Lima (CPF 161.135.862-00), Rubem Alves da Silva Junior (CPF 130.697.212-49) e Lourivaldo Rodrigues de Souza (CPF 026.672.312-87), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do RITCU;

b)excluir do rol de responsáveis, em atendimento ao disposto no art. 10 da Instrução Normativa-TCU 63/2010, c/c o art. 2º, inciso I, da Decisão Normativa-TCU 124/2012, os demais responsáveis relacionados neste processo;

c)dar ciência à Universidade Federal do Amazonas sobre a inclusão de nomes e respectivas funções no rol de responsáveis desvinculados do exercício da gestão, afronta o disposto no art. 10, incisos I a III, da Instrução Normativa-TCU 63/2010 e no art. 5º, § 1º, da Decisão Normativa-TCU 124/201;

d)fazer a determinação constante do item 1.8; e

e)arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do RITCU.

1. Processo TC-024.507/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Apensos: 006.478/2012-3 (Representação).

1.2. Responsáveis: Afonso Celso Brandao Nina (070.473.042-15); Agno Nonato Serrao Acioli (323.977.472-00); Albertino de Souza Carvalho (185.822.221-49); Aloncio de Oliveira (076.133.502-15); Ana Grijo dos Santos (053.853.772-87); Antonio Jose Vale da Costa (022.364.512-53); Antonio Pereira de Oliveira (291.161.042-34); Arminda Rachel Botelho Mourão (152.598.462-49); Ayres Mardem Almeida do Nascimento (030.790.902-68); Camila Rocha dos Santos (994.321.612-34); Carlos Augusto Gomes de Almeida (036.846.792-91); Carlos Roberto Viana Pinto (239.660.922-04); Celina de Fatima Monte Botelho (031.467.582-53); Charles Antonio Amorim Vale (384.891.802-10); Cicero Augusto Mota Cavalcante (192.763.112-20); Claudio Cesar dos Santos Duarte (413.082.802-97); Clynio de Araujo Brandão (000.898.342-91); Cláudio Dantas Frota (070.473.802-30); David Lopes Neto (188.565.192-91); Dirceu Benedicto Ferreira (054.050.252-91); Edilamar Rocha Lino da Silva (317.702.402-25); Edilson da Costa Albarado (632.158.022-87); Edson de Oliveira (000.995.892-49); Edson de Oliveira Andrade (038.566.822-87); Elderlando Nicolino Lamarao (565.470.052-91); Flavia Nathalia Gondim Rosa (027.563.742-53); Francisco Benedito Gaspar de Melo (070.170.902-25); Francisco Chagas Parente de Araujo Junior (160.195.712-20); Geider Simoes de Lemos (034.219.102-00); Guiomar Ramos Mirandola (389.383.242-49); Hedinaldo Narciso Lima (161.135.862-00); Ilton da Silva Pereira (022.545.902-78); Iolete Ribeiro da Silva (364.539.351-04); Izete Rodrigues Rabelo (034.835.922-53); Jamal da Silva Chaar (332.447.902-91); Jardel Eric Silva Pimentel (496.162.342-34); Joao Bosco Nery de Oliveira (343.482.632-72); Joao da Silva Araujo (055.177.292-15); Jordana Luzia Barbosa Mota (900.205.962-00); Jose Alcimar de Oliveira (053.998.072-20); Jose Bezerra Maricaua (648.602.302-30); Jose Eduardo Gomes Domingues (546.741.934-00); Jose Ricardo de Sousa (476.039.094-49); Jose de Ribamar da Silva Nunes (758.944.752-87); José Roberto Tadros (001.844.462-87); Kenne Kayoly de Lima Yamaguchi (583.592.652-91); Lenise Socorro Benarros de Mesquita (284.834.802-04); Lourivaldo Rodrigues de Souza (026.672.312-87); Lucidio Rocha Santos (216.017.123-91); Luiz Carlos Bonates de Oliveira (041.267.772-53); Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda (007.491.412-04); Marcus Luiz Barroso Barros (001.332.802-68); Maria Augusta Bessa Rebelo (136.374.012-15); Maria Hermengarda de Oliveira Junqueira (068.507.232-00); Maria de Meneses Pereira (027.379.062-53); Marina das Graças de Paula Araújo (185.895.702-82); Mariomar de Sales Lima (445.705.892-00); Michele Cristina Lima de Oliveira (915.840.862-20); Milton Cesar Costa Campos (711.308.453-20); Márcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00); Nabor da Silveira Pio (193.337.732-15); Natanael Gadelha da Silva (338.211.942-00); Neliton Marques da Silva (052.830.862-91); Nelson Matos de Noronha (182.441.902-30); Newton da Silva (052.931.382-00); Nikeila Chacon de Oliveira Conde (464.716.422-53); Nilson Barroncas Maquiné (155.354.522-20); Odineia do Socorro Pamplona Freitas (154.407.292-91); Patricia Maria Melo Sampaio (182.421.032-91); Raimundo de Oliveira Lucena (074.551.782-04); Ricardo José Baptista Cavalcante (076.215.072-68); Roberto Luiz Bezerra (058.947.513-49); Ronaldo Vitoriano Bastos (811.632.742-91); Rubem Alves da Silva Junior (130.697.212-49); Rosana Cristina Pereira Parente (078.092.982-91); Sandra Helena da Silva (079.979.358-27); Sebastião Carlos Cabral (128.693.252-15); Sheila Furtado Farias (474.102.132-72); Silvia da Silva Mourão (193.640.322-68); Sonia Maria da Silva Carvalho (300.727.272-68); Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas (161.674.062-00); Valdejane Tavares Kawada (239.634.842-68); Valdelário Farias Cordeiro (342.953.302-30); Vicente Ferreira de Lucena Junior (224.642.472-00).

1.3. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.7. Representação legal: Não há.

1.8. Determinar, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União no Estado do Amazonas que, em seus próximos relatórios de auditoria de gestão na Fundação Universidade do Amazonas, noticie a situação das ocorrências, adiante relacionadas, registradas em seu Relatório de Auditoria de Gestão 201305999, referente à avaliação da gestão da UFAM no exercício de 2012:

1.8.1. situação do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado para apurar acumulação indevida de cargo público pelo servidor Raimundo Adelino Veloso Freire, Matrícula Siape 0399620, objeto da Portaria UFAM 0762/2012, de 21 de março de 2012; e

1.8.2. não ressarcimento de R$ 3.424,70 relativo à devolução de adiantamento de férias em valor inferior ao recebido, concernente ao servidor Anderson Borges Serra (Siape 1341184).

ACÓRDÃO Nº 1948/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)julgar regulares as contas dos responsáveis Cândida Alves Leão (006.874.168-50), Rosa Maria Zuccaro (000.572.258-69), Silvia Regina Pondé Galvão Devonald (444.994.778-91) e Wilson Fernandes (696.664.828- 00), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

b)dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; e

c)arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-030.125/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Cândida Alves Leão (006.874.168-50); Rosa Maria Zuccaro (000.572.258-69); Silvia Regina Pondé Galvão Devonald (444.994.778-91); Wilson Fernandes (696.664.828-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1949/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Instituto Xopotó de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, contra os itens 9.1, 9.2 e 9.3, do Acórdão 2.425/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa (peça 28).

Considerando que a oposição de embargos de declaração é causa de suspensão do prazo para interposição dos demais recursos;

Considerando que a suspensão que incidiu in casu, fez "paralisar" a contagem do prazo para a interposição dos demais recursos previstos no Regimento, a teor do art. 287, § 3º do RITCU;

Considerando que o prazo para interposição do Recurso de Reconsideração é de quinze dias, segundo art. 285 do RITCU;

Considerando que o lapso temporal decorrido entre a notificação da deliberação que julgou os embargos e a interposição do presente recurso foi de 24 dias, uma vez que o apelo foi protocolizado na data de 1/12/2017, restando, portanto, intempestivo;

Considerando que os documentos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do RITCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)não conhecer do recurso de reconsideração pelo Instituto Xopotó de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente.

1. Processo TC-019.243/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Xopoto de Desenvolvimento Social, Economico e Ambiental (03.922.221/0001-05); José Geraldo Rivelli Magalhães (135.252.206-34).

1.2. Recorrente: Instituto Xopoto de Desenvolvimento Social, Economico e Ambiental (03.922.221/0001-05).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1950/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, art. 143, inciso V, alínea "a", art. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU, c/c os art. 6º, inciso I, art. 7º, inciso III, 15, e 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 71/2012, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a)arquivar o presente processo, a título de racionalização administrativa e economia processual, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores para que lhes seja dada a quitação;

b)dar ciência à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de que o arquivamento da presente tomada de contas especial não exime a autoridade administrativa de adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso;

c)encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do MPTCU, à Finep e aos responsáveis.

1. Processo TC-022.995/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (04.204.636/0001-06); Jair Costa da Silva (038.964.299-14); Simone Cristina da Conceição Oliveira (061.232.209-26).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1951/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno do TCU, e art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos:

a)conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto;

b)dar ciência ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) das seguintes impropriedades verificadas no Pregão Eletrônico 39/2017, com vistas a evitar a ocorrência de outras semelhantes:

b.1) ausência de estudos técnicos que justifiquem as alegações de que as agências virtuais restringiriam o acesso dos estudantes às oportunidades de estágio devido às condições de acesso à internet, em sentido contrário a outras políticas, a exemplo do ENEM, cujas inscrições são realizadas exclusivamente online, assim como implicariam maiores custos aos estudantes em relação ao contato presencial, o que estaria em desacordo com o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

b.2) ausência de identificação, e respectiva fundamentação, das atividades a serem desenvolvidas pelo agente integrador que só poderiam ser realizadas a contento com infraestrutura de escritórios locais, presentes em cada unidade da federação, o que estaria em desacordo com o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

c)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante e ao MPDG; e

d)arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-002.365/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1952/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos:

a)em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU;

b)dar ciência à Prefeitura de Vespasiano que a exigência de apresentação de laudos de ensaios na fase de habilitação do certame (em especial, quanto ao item 7.4.3 do Edital do Pregão Eletrônico 11/2017) sem a devida justificativa, afronta ao disposto nas normas da ABNT e no Acórdão 1.225/2014-TCU-Plenário;

c)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, à Prefeitura de Vespasiano e à Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis quanto a possível irregularidade decorrente da exigência de apresentação de laudos de ensaio na fase de habilitação dos certames licitatórios objeto do contrato de repasse 838371/2016, firmado com a Prefeitura de Vespasiano/MG; e

d)arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-034.155/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

1.2. Órgãos: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1953/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.029/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gislaine Zulli (716.024.701-97); Iulla Naiff Rabelo de Souza Reis (749.061.602-63); Jose Carlos Guedes da Silva Junior (062.630.514-42); João Carlos Piedade Vannucci (013.062.098-03); Juliana D'avila Ferreira Viana Martha (277.274.228-86); Luis Alexandre Soares da Silva (023.481.967-78); Luiz Cláudio Teixeira Herig (308.151.427-49); Luiz Fernando Zmetek Granja (054.449.327-33); Magno Alves Martins da Costa (031.532.796-08)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1954/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.031/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto de Andrade Fernandes (043.010.927-06); Bruna Faraj de Andrade Lannia (055.698.587-76); Carmen Lucia Novis Cardoso (518.176.757-53); Cristal dos Santos Cerqueira Coutinho (117.304.407-89); Luciana Dalla Vechia Bastos (010.602.070-60); Manuela Fontana (080.742.197-98); Marla Mateus de Lima Chraim (021.171.791-69)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1955/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.058/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Goltz (072.568.749-52); Cassia de Souza Mota (011.189.755-61); Cid da Silva Garcia Monteiro (024.896.887-40); Clarissa Teixeira Araujo do Carmo (056.752.767-00); Daniel Drummond Dutra Luz Machado (056.998.917-57); Daniel Mello Pinho (112.040.767-23); Daniel de Sousa Matos (066.944.126-06); Daniele Pereira da Silva Dalto (096.222.537-17); Daniele Pires de Castro (100.272.907-60); Daniella Pingret de Sousa (002.778.811-37)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1956/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.065/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Souza Barradas (096.914.517-94); Flavia Alice Praca Nogueira (021.733.537-30); Flavia Silva Monteiro Martins (112.264.497-35); Flavio Alcantara Queiroz (012.481.336-41); Flavio Tulio Fernandes Vaz de Carvalhaes (003.635.146-60); Gabriel Barreto Magalhães (122.972.217-38); Gabriela de Franca Menezes (985.961.871-20); Gisele Lara de Almeida (032.490.437-10); Graziela Salvan Cerveira (003.027.060-03); Guilherme Moreira Marques (003.230.731-40)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1957/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.067/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Livia de Carvalho Freire (129.737.457-64); Luciana Portal da Silva (895.201.900-82); Marco Antonio Castelo Branco Samuel (126.017.127-24); Marcos Eduardo Pizetta Palomino (124.526.497-40); Maria Cecilia de Cerqueira Barbosa (053.627.317-00); Maria Marins de Castro Souza (003.446.319-40); Mariana Bertonceli Silva (116.900.517-95); Mariana Camargos de Paula (104.761.047-77); Mariana Coutinho Brum (076.684.827-25); Mariana Marinho e Silva (108.330.757-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1958/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.070/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Rodrigues da Silva Cardoso (128.889.547-02); Rafael de Carvalho Gomes (110.874.747-79); Rafael dos Santos Valente (099.561.097-54); Vinicio Coelho da Silva (053.852.577-02); Vinicio da Silva Lopes Avelino (119.282.317-64); Zaira Bruna Hoffmam (118.853.317-70)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1959/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.309/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jose Lucas de Araujo Barroca (054.705.374-63)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1960/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-033.365/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raquel Cristine de Paiva Moraes (048.278.157-20); Raul Flores da Fonseca (094.648.617-46); Rhodrigo da Venda Santana (082.368.747-37); Ricardo Neves da Motta (053.338.827-97); Rodrigo Carvalho Lamim Furtado (119.508.567-20); Rony do Espirito Santo Baptista (014.726.737-43); Solange Santolin (085.007.427-47); Soraya Sales dos Santos e Silva (066.231.194-93); Suelen Barboza Teixeira (099.101.427-83); Susana Muller (491.811.900-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1961/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.366/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thais Helena de Torres Bilek (066.538.469-62); Tiago Assis Mendes Ferreira (015.396.586-00); Tiana Gonçalves (101.729.297-33); Valmir Antonio Schneider Junior (111.299.707-52); Vicente de Santa Cruz Freitas (093.021.597-44); Virginia Riani Murdocco (104.385.797-47); Vitor Dantas Gama (055.300.454-99); Vitor Pitta de Souza (129.205.127-22); Vivian Iris Barcelos (103.477.167-17); Vivian Menezes Leandro (085.012.647-92)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1962/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.944/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Figueiredo Cima (012.987.677-17); Adriana Machado Froes (099.878.247-57); Cleyton Martins da Silva (097.895.597-80); Edgar Jose Garcia Neto Segundo (105.044.757-38); Henrique Apolinario Rody (082.061.667-26); Marcello Arrais Lima (830.238.791-68); Marcelo Rocha Lopes (007.607.727-62); Moises de Souza Gomes (028.069.547-03); Patricia Brito Sampaio (661.800.822-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1963/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.877/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Alves da Mota (090.372.097-34); Raimunda Maria de Oliveira (719.823.961-72); Suzanne Siegrist Denys (097.938.137-17)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1964/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.575/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Manoel Pereira de Sousa (023.477.331-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1965/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes, ante o recolhimento integral da multa, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), que lhe foi cominada mediante o item 9.2 do Acórdão 5447/2015-1ª Câmara, de acordo com o comprovante acostado à peça 105, conforme proposto pela Secex/CE, com endosso do MP/TCU (peças 110 e 111).

1. Processo TC-012.553/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 004.766/2011-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Francisco Rômulo Cruz Gomes (CPF 068.037.843-04); Mônica Maria Bezerra de Aquino (CPF 793.582.503-30); Município de Pacoti/CE

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pacoti/CE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Representação legal: José Abílio Pinheiro de Melo (14899/OAB-CE), representando Francisco Rômulo Cruz Gomes; Paula Cruz Oliveira (23514/OAB-CE), representando Prefeitura Municipal de Pacoti/CE.

ACÓRDÃO Nº 1966/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Pará do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SR-01), em desfavor do Sr. José Juraci Linhares de Lima, ex-Prefeito de Garrafão do Norte/PA, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos provenientes do Convênio 13000/2006 (Siafi 559888), tendo por objeto a execução de obras de infraestrutura destinada à implantação de um microssistema de abastecimento de água, com repasse de recursos no valor de R$ 100.000,00.

Considerando que os motivos apontados para a instauração da tomada de contas especial foram: (a) notas fiscais emitidas com prazo de validade vencido; (b) adiantamento de pagamento da prefeitura para a empresa contratada; (c) emissão de nota fiscal com discriminação genérica; (d) falta de depósito de parte da contrapartida (R$ 1.166,34); (e) ausência do Termo de Aceitação Definitivo da Obra emitido pelo Incra; e (f) assinatura do contrato com a empresa dois dias antes da adjudicação da licitação pela prefeitura;

Considerando que foram encaminhadas ao Incra novas notas fiscais emitidas dentro de seu prazo de validade (peça 2, p. 8, 10 e 12), bem como o comprovante de recolhimento em favor da União da parcela não aplicada da contrapartida (peça 1, p. 81), sendo que esses novos documentos não foram mencionados quando da instauração da tomada de contas especial, não sendo informados os motivos porque foram desconsiderados;

Considerando que o Termo de Aceitação Definitivo da Obra deveria ter sido emitido pelo próprio Incra, e que a exigência desse documento como parte da prestação de contas não constou do termo de convênio;

Considerando que a antecipação de pagamentos não resultou em dano ao erário, visto que a obra foi executada;

Considerando que as demais irregularidades apontadas não são ocasionadoras de débito;

Considerando que a vistoria *in loco* (peça 1, p. 61-65) constatou que as obras foram totalmente concluídas de acordo com as especificações técnicas constantes do projeto básico;

Considerando as propostas de encaminhamento uniformes da Secex/PA e do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RI/TCU;

b) dar ciência desta deliberação ao responsável, e, em obediência ao art. 18, § 6º, da Resolução-TCU 170/2004, à Superintendência Regional do Pará do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1. Processo TC-017.011/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Juraci Linhares de Lima (166.095.142-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1967/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/PA (peça 12), em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a republicação, pela prefeitura municipal de Paraopebas/PA, do edital da Concorrência Pública 03/2017-SEHAB, escoimado das irregularidades objeto da presente representação;

b) dar conhecimento deste acórdão ao representante;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.492/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda. (00.963.096/0001-93)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Parauapebas - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1968/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/PA (peça 8), em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante o acatamento, pelo pregoeiro do certame objeto da presente representação, do recurso interposto por parte do representante, afastando sua inabilitação;

b) dar conhecimento deste acórdão ao representante;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.823/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: BTM Comércio de Brindes Ltda. - ME (08.027.382/0001-59)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (NEPMV)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1969/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso V, alínea "b", 217, §§ 1º e 2º, todos do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar o parcelamento da multa, no valor original de R$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme formulado pelo Sr. Wilson Berger Costa, referente ao subitem 9.2 do Acórdão 10319/2017 - TCU - 1ª Câmara, em 24 parcelas mensais, atualizadas monetariamente, fazendo-se os esclarecimentos expostos adiante.

1. Processo TC-005.876/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Valcir Moreira Págio (CPF 005.344.357-85); Wilson Berger Costa (CPF 674.760.907-72)

1.2. Requerente: Wilson Berger Costa (674.760.907-72)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.7. Representação legal: Luciberia Pagotto Zorzal (OAB 10424/ES)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1 esclarecer ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor e na remessa da competente documentação à Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cobrança, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.8.2. alertar ao responsável que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, deverá ser comprovado, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, caberá comprovar o recolhimento das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 012.206/2014-8, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Dorival Salomé de Aquino apresentou sustentação oral em nome do Instituto Brasil Central e de Ricardo Barbosa de Lima.

Na apreciação do processo nº 044.005/2012-1, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Sr. Joel Bombardelli apresentou sustentação oral em nome próprio e o Dr. José de Almeida Júnior não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome de José Januário de Oliveira Amaral.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 004.365/2017-8, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1970 a 2011, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1970/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.206/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsáveis: Instituto Brasil Central Ibrace (02.042.513/0001-90); Ricardo Barbosa de Lima (440.581.951-34)

3.3. Recorrentes: Instituto Brasil Central Ibrace (02.042.513/0001-90); Ricardo Barbosa de Lima (440.581.951-34).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal:

8.1. Dorival Salomé de Aquino (17.635/OAB-GO) e outros, representando Instituto Brasil Central Ibrace e Ricardo Barbosa de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Instituto Brasil Central - Ibrace - e pelo sr. Ricardo Barbosa de Lima, presidente da entidade, em desfavor do Acórdão 3683/2016 -Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Instituto Brasil Central - Ibrace - e pelo sr. Ricardo Barbosa de Lima para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1970-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1971/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.005/2012-1.

1.1. Apensos: 018.960/2011-1; 007.462/2017-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir (04.418.943/0001-90).

3.2. Responsáveis: Adeilton Fernandes da Costa (218.592.804-04); Ademar Silva Scheidt Junior (420.993.822-04); Adilson Siqueira de Andrade (052.329.022-53); Adjalma Campos de Franca Neto (566.259.282-91); Aedjota Matos de Jesus (002.852.622-89); Alisson Dioni Gomes (948.561.502-78); Almeida Andrade Casseb (479.380.482-91); Ana Fanny Benzi de Oliveira Bastos (523.274.421-68); Ana Lucy Caproni (413.915.606-63); Ana Maria de Lima Souza (113.253.562-04); Anderson Moronha Soares (956.662.652-53); Antonio Claudio Barbosa Rabelo (856.356.937-68); Antonio Ferreira Neves Filho (080.228.283-00); Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91); Aparecida Augusta da Silva (572.295.111-00); Aparecida Luzia Alzira Zuin (025.879.688-01); Ariveltom Cosme da Silva (114.116.002-15); Beatriz Machado Gomes (480.585.726-91); Carlos Alberto Tenorio de Carvalho Júnior (510.929.482-87); Carlos Alberto de Lima Siqueira (035.734.002-72); Carlos Luís Ferreira da Silva (058.463.902-34); Carlos Pereira de Brito (113.207.882-20); Celio Jose Borges (124.299.021-68); Charles Carminati de Lima (619.891.772-04); Charles Dam Souza Silva (258.024.102-72); Claudemir da Silva Paula (479.040.032-87); Claudimir Catiari (628.414.088-68); Claudio Luiz do Amaral Santini (136.774.208-06); Cícero Hildenberg Lima de Oliveira (607.835.832-49); Dante Ribeiro da Fonseca (436.802.837-68); Denise Andrade (272.447.172-53); Djanilson Amorim da Silva (797.848.104-25); Dorisvalder Dias Nunes (469.512.024-00); Dorosnil Alves Moreira (002.008.728-42); Edna Maria Cordeiro (326.759.842-72); Eleonice de Fátima Dal Magro (313.094.612-87); Elizabeth Antônia Leonel de Moraes Martines (733.950.568-72); Eunice Luiza Johnson Batista (591.576.587-49); Fabricio Donizeti Ribeiro Silva (986.681.881-00); Fabricio Moraes de Almeida (791.621.931-04); Francisca Chagas Soares Neta (778.398.892-04); Francisco Estácio Neto (794.632.747-15); Francisco Fernandes Pereira (591.980.794-68); Fábio Ferreira da Silva (457.307.172-53); Fátima Aparecida de Souza Maia Queiroga (960.391.088-00); Geraldo da Silva Correia (016.378.009-91); Gerson Flores Nascimento (115.311.772-04); Gunther Brucha (162.283.978-18); Iracy Soares de Aguiar (311.206.015-68); Ivanda Soares da Silva (060.800.902-44); Ivete de Aquino Freire (084.531.602-87); Jair de Oliveira Pinheiro (238.102.382-87); Joel Bombardelli (373.027.360-49); Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (823.228.487-00); Jose Eduardo Martins de Barros Melo (284.309.564-68); Jose Juliano Cedaro (286.709.732-00); Jose Otavio Valiante (776.304.598-15); Jose Pereira Ramos (507.507.719-68); Josenildo de Souza e Silva (416.456.004-59); Josenir Lopes Dettoni (079.596.397-10); Josué da Costa Silva (152.112.072-20); José Ferreira Costa (240.819.223-49); José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34); José Lucas Pedreira Bueno (002.769.006-77); José Maria Lopes Júnior (050.395.536-17); José Roberto de Maio Godoi (004.729.228-82); João Gilberto de Souza Ribeiro (041.067.056-13); Julio Cesar Barreto Rocha (121.443.802-44); Juracy Machado Pacífico (348.580.402-91); Júlio Robson Azevedo Gambarra (122.950.434-68); Júlio Sancho Linhares Teixeira Militão (144.200.233-68); Karla Roberto Sartin (788.353.721-00); Lara Cristina Cioffi (351.784.262-15); Laércio do Carmo Rodrigues (703.567.852-20); Lenilson Sergio Candido (568.981.344-34); Leonardo Severo da Luz Neto (152.097.842-15); Loidi Lorenzzi da Silva (297.771.789-72); Luciana Fabiano dos Santos Uchoa (349.342.432-91); Luciene Batista da Silveira (632.924.911-34); Lucinda Maria Dutra de Souza Moreira (363.402.609-00); Luiz Guilherme Ferro Costa Veppo (736.850.201-10); Luã Silva Mendonça (890.917.102-25); Lúcia Rejane Gomes da Silva (166.069.904-59); Marcelo Vergotti (386.310.592-34); Marcos de Sousa (269.059.302-53); Marcus Fernando Fiori (220.574.392-91); Maria Bernadete Junkes (433.933.149-04); Maria Cristina Victorino de França (015.234.418-79); Maria Ivonete Barbosa Tamboril (261.877.953-34); Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos (876.589.684-04); Maria das Graças Silva Nascimento Silva (113.230.942-53); Maria do Carmo dos Santos (671.144.319-53); Maria do Socorro Pessoa (611.298.109-25); Marilsa Miranda de Souza (283.623.652-34); Mauro Márcio de Paula Rosa (485.256.186-91); Maurílio Galvão da Silva (012.272.111-04); Miguel Joaquim Sant Anna Filho (673.325.367-49); Naychê Tortato Vieira (006.988.289-41); Paulo Renato Vitória Calheiros (252.601.380-15); Paulo de Tarso Carvalho de Oliveira (236.372.852-15); Pedro Albino de Aguiar (016.485.603-00); Pedro Di Tarique Barreto Crispim (021.864.509-09); Petrus Luiz de Luna Pequeno (884.227.804-10); Raitany Costa de Almeida (788.535.911-53); Ricardo Gilson da Costa Silva (422.847.752-68); Ricardo Santos de Abreu (226.454.148-26); Samantha Sulamita Soares (000.258.152-37); Santina Rodrigues Santana (486.996.591-72); Sylviane Beck Ribeiro (575.116.590-04); Thallisson Lopes (935.619.462-91); Theophilo Alves de Souza Filho (006.389.002-04); Tiene Medeiros de Castro (081.189.812-15); Tânia Mara Monteiro Afonso Coelho (223.750.311-72); Tânia Suely Azevedo Brasileiro (281.873.506-87); Valdir Aparecido de Souza (059.255.868-16); Valdir Vegini (076.626.109-34); Valéria de Oliveira (763.535.247-49); Verônica Ortiz Alvarenga (942.446.001-59).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Representação legal:

8.1. José de Almeida Júnior (OAB/RO 1.370) e outros, representando José Januário de Oliveira Amaral.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais relativa ao exercício de 2011 da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos art. 71, inciso II, da Constituição Federal, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. José Januário de Oliveira Amaral (CPF 162.949.042-34), ex-reitor da Unir, e Joel Bombardelli (CPF 373.027.360-49), ex-pró-reitor de planejamento, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno;

9.2. condenar solidariamente, com fundamento nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, os responsáveis mencionados no subitem anterior, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Universidade Federal de Rondônia, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
36.333,86	5/4/2011
36.333,86	5/4/2011
36.333,86	5/4/2011
59.800,05	5/4/2011
59.800,05	5/4/2011
59.800,05	5/4/2011
62.226,19	11/4/2011
62.226,19	11/4/2011
62.226,19	11/4/2011
141.131,40	11/4/2011
141.131,40	11/4/2011
141.131,40	11/4/2011

9.3. aplicar aos Srs. José Januário de Oliveira Amaral (CPF 162.949.042-34) e Joel Bombardelli (CPF 373.027.360-49), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar aos Srs. José Januário de Oliveira Amaral (CPF 162.949.042-34) e Joel Bombardelli (CPF 373.027.360-49), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores respectivos de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o desconto das dívidas na remuneração dos servidores, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.6. caso a providência indicada no subitem anterior não venha surtir o efeito desejado, autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. julgar regulares as contas dos Srs. Adeiton Fernandes da Costa (CPF 218.592.804-04), Adilson Siqueira de Andrade (CPF 052.329.022-53), Aedjota Matos de Jesus (CPF 002.852.622-89), Alisson Dioni Gomes (CPF 948.561.502-78), Almeida Andrade Casseb (CPF 479.380.482-91), Ana Fanny Benzi de Oliveira (CPF 523.274.421-68), Ana Lucy Caproni (CPF 413.915.606-63), Ana Maria de Lima Souza (CPF 113.253.562-04), Anderson Moronha Soares (CPF 956.662.652-53), Antônio Cláudio Barbosa Rabello (CPF 856.356.937-68), Antônio Ferreira Neves Filho (CPF 080.228.283-00), Aparecida Luzia Alzira Zuin (CPF 025.879.688-01), Ariveltom Cosme da Silva (CPF 114.116.002-15), Beatriz Machado Gomes (CPF 480.585.726-91), Carlos Alberto de Lima Siqueira (CPF 035.734.002-72), Carlos Luís Ferreira da Silva (CPF 058.463.902-34), Carlos Pereira de Brito (CPF 113.207.882-20), Célio José Borges (CPF 124.299.021-68), Charles Carminati de Lima (CPF 619.891.772-04), Charles Dam Souza Silva (CPF 258.024.102-72), Claudemir da Silva Paula (CPF 479.040.032-87), Claudimir Catiari (CPF 628.414.088-68), Denise Andrade (CPF 272.447.172-53), Djanilson Amorim da Silva (CPF 797.848.104-25), Dorisvalder Dias Nunes (CPF 469.512.024-00), Elizabeth Antônia Leonel de Moraes Martinez (CPF 733.950.568-72), Eunice Luiza Johnson Batista (CPF 591.576.587-49), Fabrício de Moraes de Almeida (CPF 791.621.931-04), Fabrício Donizeti Ribeiro Silva (CPF 986.681.881-00), Fátima Aparecida de Souza Maia Queiroga (CPF 960.391.088-00), Francisco Estácio Neto (CPF 794.632.747-15), Francisco Fernandes Pereira (CPF 591.980.794-68), Iracy Soares de Aguiar (CPF 311.206.015-68), Ivanda Soares da Silva (CPF 060.800.902-44), Jair de Oliveira Pinheiro (CPF 238.102.382-87), João Gilberto de Souza Ribeiro (CPF 041.067.056-13), Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (CPF 823.228.487-00), José Eduardo Martins de Barros Melo (CPF 284.309.564-68), José Ferreira Costa (CPF 240.819.223-49), José Lucas Pedreira Bueno (CPF 002.769.006-77), José Maria Lopes Júnior (CPF 050.395.536-17), José Otávio Valiante (CPF 776.304.598-15), José Pereira Ramos (CPF 507.507.719-

68), José Roberto de Maio Godoi (CPF 004.729.228-82), Josenildo de Souza e Silva (CPF 416.456.004-59), Josenir Lopes Detoni (CPF 079.596.397-10), Josue da Costa Silva (CPF 152.112.072-20), Julio Robson Azevedo Gambarra (CPF 122.950.434-68), Juracy Machado Pacífico (CPF 348.580.402-91), Karla Roberto Sartin (CPF 788.353.721-00), Laércio do Carmo Rodrigues (CPF 703.567.852-20), Lara Cristina Cioffi (CPF 351.784.262-15), Lenilson Sergio Candido (CPF 568.981.344-34), Leonardo Severo da Luz Neto (CPF 152.097.842-15), Luã Silva Mendonça (CPF 890.917.102-25), Lúcia Rejane Gomes Silva (CPF 166.069.904-59), Luciana Fabiano dos Santos Uchoa (CPF 349.342.432-91), Luciene Batista da Silveira (CPF 632.924.911-34), Luiz Guilherme Ferro Costa Veppo (CPF 736.850.201-10), Marcos de Sousa (CPF 269.059.302-53), Marcus Fernando Fiori (CPF 220.574.392-91), Maria Bernadete Junkes (CPF 433.933.149-04), Maria Cristina Victorino de França (CPF 015.234.418-79), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (CPF 113.230.942-53), Maria do Carmo Santos (CPF 671.144.319-53), Maria Ivonete Barbosa Tamboril (CPF 261.877.953-34), Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos (CPF 876.589.684-04), Marilsa Miranda de Souza (CPF 283.623.652-34), Maurílio Galvão da Silva (CPF 012.272.111-04), Mauro Márcio de Paula Rosa (CPF 485.256.186-91), Miguel Joaquim Sant'ana Filho (CPF 673.325.367-49), Naychê Tortato Vieira (CPF 006.988.289-41), Paulo de Tarso Carvalho de Oliveira (CPF 236.372.852-15), Pedro Albino de Aguiar (CPF 016.485.603-00), Pedro Di Tarique Barreto Crispim (CPF 021.864.509-09), Petrus Luiz de Luna Pequeno (CPF 884.227.804-10), Raitany Costa de Almeida (CPF 788.535.911-53), Ricardo Gilson da Costa Silva (CPF 422.847.752-68), Ricardo Santos de Abreu (CPF 226.454.148-26), Samantha Sulameta Soares (CPF 000.258.152-37), Santina Rodrigues Santana (CPF 486.996.591-72), Sylviane Beck Ribeiro (CPF 575.116.590-04), Tania Mara Monteiro Afonso Coelho (CPF 223.750.311-72), Tânia Suely Azevedo Brasileiro (CPF 281.873.506-87), Thalisson Lopes (CPF 935.619.462-91), Tiene Medeiros de Castro (CPF 081.189.812-15), Valdir Aparecido de Souza (CPF 059.255.868-16), Valdir Vegini (CPF 076.626.109-34), Valéria de Oliveira (CPF 763.535.247-49) e Veronica Ortiz Alvarenga (CPF 942.446.001-59), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

9.9. excluir da relação processual os Srs. Ademar Silva Scheidt Junior (CPF 420.993.822-04), Adjalma Campos de Franca Neto (CPF 566.259.282-91), Antônio Carlos Maciel (CPF 100.141.952-91), Aparecida Augusta da Silva (CPF 572.295.111-00), Carlos Alberto Tenório de Carvalho Junior (CPF 510.929.482-87), Cícero Hildenberg Lima de Oliveira (CPF 607.835.832-49), Cláudio Luiz do Amaral Santini (CPF 136.774.208-06), Dante Ribeiro da Fonseca (CPF 436.802.837-68), Dorosnil Alves Moreira (CPF 002.008.728-42), Edna Maria Cordeiro (CPF 326.759.842-72), Eleonice de Fátima Dal Magro (CPF 313.094.612-87), Fábio Ferreira da Silva (CPF 457.307.172-53), Francisca Chagas Soares Neta (CPF 778.398.892-04), Geraldo da Silva Correira (CPF 016.378.009-91), Gerson Flores Nascimento (CPF 115.311.772-04), Gunther Brucha (CPF 162.283.978-18), Ivete de Aquino Freire (CPF 084.531.602-87), José Juliano Cedaro (CPF 286.709.732-00), Júlio Cesar Barreto Rocha (CPF 121.443.802-44), Julio Sancho Linhares Teixeira Militão (CPF 144.200.233-68), Loidi Lorenzzi da Silva (CPF 297.771.789-72), Lucinda Maria Dutra de Souza Moreira (CPF 363.402.609-00), Marcelo Vergotti (CPF 386.310.592-34), Maria do Socorro Pessoa (CPF 611.298.109-25), Paulo Renato Vitória Calheiros (CPF 252.601.380-15) e Theophilo Alves de Souza Filho (CPF 006.389.002-04);

9.10. dar ciência à Universidade Federal de Rondônia sobre a ausência de controle da entrega da declaração de bens e rendas, ou da autorização para acesso eletrônico da declaração, de alguns servidores da universidade, o que afronta o disposto no art. 1º da Lei 8.730/1993, com vistas à adoção de providências internas que previnam sua ocorrência;

9.11. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que promova a revisão de ofício do Acórdão 9.044/2011-TCU-2ª Câmara, que apreciou pela legalidade o ato de admissão do Sr. Daniel Delani, CPF 890.067.042-53;

9.12. negar o requerimento formulado pelo responsável, Sr. Joel Bombardelli, para produção de prova testemunhal ante a inexistência de previsão regimental;

9.13. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Rondônia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1971-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1972/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.078/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. 1. Recorrente: Luiz Gustavo Souza Moura (026.328.556-16).

4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal: Polyana Motta Zeller Ferrari (OAB/SP 174.022); Magno Israel Miranda Silva (OAB/DF 32.898), Cláudia Sayuri Shigekiyo Miranda Silva (OAB/DF 33.039) e Keytiane de Jesus Bragança (OAB/DF 42.191)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 10.881/2017-1ª Câmara, proferido em recurso de reconsideração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, não acolhê-los;

9.2. dar ciência ao recorrente do teor desta deliberação.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1972-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1973/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.367/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrentes: Altemir Antônio Tortelli (402.036.700-00) e Federação dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar da Região Sul (05.684.806/0001-60).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal:

8.1. Maria Loiva de Andrade (8.264/OAB-SC), representando Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar da Região Sul.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 11.228/2017- 1ª Câmara, proferido em recurso de reconsideração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, não acolhê-los;

9.2. dar ciência aos recorrentes do teor desta deliberação.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1973-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1974/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.606/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsáveis: Flavio Daltro Filho (072.306.051-72); Gilberto Schwarz de Mello (523.182.651-00)

3.3. Recorrente: Gilberto Schwarz de Mello (523.182.651-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Arruda de Carli (14691/OAB-MT), representando Flavio Daltro Filho.

8.2. Fábio Luiz Palhari (19.255-O/OAB-MT), representando Gilberto Schwarz de Mello.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 9789/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelo art. 34, caput, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1974-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1975/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.996/2015-0

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Antônio Pompeo (337.853.177-00), falecido, e Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro - Cidan (03.877.143/0001-74)

4. Órgão: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ)

8. Advogado constituído nos autos: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por intermédio do Convênio 717883/2009,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir o sr. Antônio Pompeo da presente relação processual devido à ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, arquivando-se o processo quanto a este responsável, nos termos do art. 212 do RITCU;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro - Cidan (03.877.143/0001-74), condenando-o ao pagamento da importância abaixo descrita, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, corrigida monetariamente e acrescida dos encargos legais pertinentes, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
117.245,00	28/12/2009

9.3. aplicar ao Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro - Cidan (03.877.143/0001-74) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RITCU, no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o art. 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis; e

9.8. dar ciência e remeter cópia do presente acórdão aos responsáveis e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1975-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1976/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.272/2012-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Margaret de Lucena Martins Lima (068.025.593-15).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal do Piauí em favor da ex-servidora Margaret de Lucena Martins Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, §1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Margaret de Lucena Martins Lima (068.025.593-15), nos termos do art. 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007;

9.2. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal do Piauí e à interessada.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1976-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1977/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.025/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrentes: Luiz Carlos Zanon da Silva Júnior (017.165.297-51).

4. Entidades: Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Luiz Carlos Zanon da Silva Júnior, contra o Acórdão 7.449/2016-TCU-1ª Câmara, cuja deliberação foi no sentido de aplicar-lhe multa no valor de R$ 3.000,00, por irregularidade ocorridas no Pregão 16/2014 realizado pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286 do RITCU;

9.2. no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do Acórdão 7.449/2016-TCU-1ª Câmara; e

9.3. comunicar o teor desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1977-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1978/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.576/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Moris Arditti (034.407.378-53).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Leonardo Lima Cordeiro (OAB/SP 221.676) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Moris Arditti contra o Acórdão 7.436/2016-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, por atender os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1978-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1979/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 017.006/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Leila Silva do Prado Miranda (025.783.198-39).

4. Entidade: Município de Irapuã - SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em tomada de contas especial interposto pela Sra. Leila Silva do Prado Miranda (025.783.198-39), ex-prefeita de Irapuã-SP, em face do Acórdão 6.216/2016-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, uma vez presentes os requisitos previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1979-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1980/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.020/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Maria Solony Barbosa de Medeiros (067.455.394-20).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Karinna Coeli Dantas de Oliveira Martins (OAB/RN 4.027) e outros, representando Maria Solony Barbosa de Medeiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Maria Solony Barbosa de Medeiros contra o Acórdão 6.103/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente em virtude do cômputo ponderado de tempo de serviço prestado em condições insalubres sem que houvesse laudo pericial a justificar tal averbação;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1980-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1981/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.061/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Paulo Augusto Verney Ramos (001.163.600-97).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Douglas dos Santos da Motta (OAB/RS 84.973) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Paulo Augusto Verney Ramos contra o Acórdão 4.985/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente em virtude da percepção de quintos em desacordo com o Acórdão 835/2012-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1981-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1982/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.377/2012-4.

1.1. Apenso: 035.186/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3.Responsáveis: Antônio César Gonçalves Borges (113.076.840-68); Manoel Luiz Brenner de Moraes (256.874.090-68), Farid Butros Iunan Nader (066.788.660-53), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), Tânia Marisa Rocha Bachilli (207.389.860-20), Eugênio Sousa Nunes (301.532.470-53), Fernando Luiz Campelo Caldas (269.996.840-49), Rogério Daltro Knuth (579.164.890-15), Vinicius Cardoso Meirelles (004.125.140-79), Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento (224.609.930-72), Anna Lúcia Rodrigues Pereira (432.279.880-20), Vanessa da Silva de Almeida (001.465.450-44), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), João Nelci Brandalise (194.822.210-87), Roberta Rodrigues Trierweiler (617.119.000-44), Luiz Carlos Dutra Teixeira (229.801.990-87), Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (314.933.510-87), Roberto Heiden (961.873.440-49), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), Sandra Souza Franco (207.507.140-34), Maria Teresa Duarte Nogueira (379.871.940-34), Manoel de Souza Maia (117.044.460-15), Orlando Antônio Lucca Filho (243.722.930-20), Mário Renato Cardoso Amaral (117.054.500-91), Clóvis Rosler de Souza (214.216.920-15) e Renato Brasil Kourrowski (919.359.200-06).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas e Hospital Escola - UFPel.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

8. Representação legal: Carlos Antônio Vecchi (OAB/RS 30.958).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este autos de contas anuais da Fundação Universidade Federal de Pelotas e de sua unidade jurisdicionada agregada, Hospital Escola - UFPel, relativo ao exercício de 2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. extinguir o processo, sem julgamento de mérito, em relação ao Sr. Élio Paulo Zonta, em face do seu falecimento, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar regulares as contas dos Srs. Manoel Luiz Brenner de Moraes (256.874.090-68), Farid Butros Iunan Nader (066.788.660-53), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), Tânia Marisa Rocha Bachilli (207.389.860-20), Eugênio Sousa Nunes (301.532.470-53), Fernando Luiz Campelo Caldas (269.996.840-49), Rogério Daltro Knuth (579.164.890-15), Vinicius Cardoso Meirelles (004.125.140-79), Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento (224.609.930-72), Anna Lúcia Rodrigues Pereira (432.279.880-20), Vanessa da Silva de Almeida (001.465.450-44), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), João Nelci Brandalise (194.822.210-87), Roberta Rodrigues Trierweiler (617.119.000-44), Luiz Carlos Dutra Teixeira (229.801.990-87), Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (314.933.510-87), Roberto Heiden (961.873.440-49), Luiz Ernani Gonçalves Ávila (229.764.930-49), Sandra Souza Franco (207.507.140-34), Maria Teresa Duarte Nogueira (379.871.940-34), Manoel de Souza Maia (117.044.460-15), Orlando Antônio Lucca Filho (243.722.930-20), Mário Renato Cardoso Amaral (117.054.500-91), Clóvis Rosler de Souza (214.216.920-15) e Renato Brasil Kourrowski (919.359.200-06), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio César Gonçalves Borges (113.076.840-68), ex-reitor da UFPel, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.4. aplicar ao Sr. Antônio César Gonçalves Borges (113.076.840-68) a multa prevista no art. 58, inciso I e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, incisos I e VII, do Regimento Interno deste Tribunal, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o desconto da dívida na remuneração do servidor, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.6. autorizar desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não seja possível o desconto em folha e não seja atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Fundação Universidade Federal de Pelotas e ao Hospital Escola - UFPel;

9.9. arquivar a presente prestação de contas.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1982-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1983/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.373/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Rildo Carvalho da Cunha (566.094.776-04).

4. Entidade: Município de Santa Efigênia de Minas - MG.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: Geraldo de Souza Moraes (480.430.366-91), representando Rildo Carvalho da Cunha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Rildo Carvalho da Cunha em face do Acórdão 7.496/2015-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito de R$ 200.000,00 e lhe aplicou multa de R$ 50.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 7.496/2015-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1983-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1984/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.838/2008-0

1.1. Apenso: TC 007.456/2017-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3.Responsáveis: Enildo Alves (090.615.094-91) e Município de Natal/RN (08.241.747/0001-43)

4. Entidade: Município de Natal/RN

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN)

8. Representação legal:

8.1. Fernando Pinheiro de Sá e Benevides (785.904.344-00), representando Município de Natal/RN

8.2. André Augusto de Castro (3898/OAB-RN), representando Enildo Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em fase de monitoramento, na qual o Município de Natal/RN foi condenado ao recolhimento de débito em decorrência do uso indevido de recursos recebidos da União, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme Acórdão 5.961/2012 - TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar, excepcionalmente, que o Município de Natal/RN retome os pagamentos interrompidos relativamente às 8 (oito) parcelas mensais, consecutivas e remanescentes do débito constituído pelo Acórdão 5.961/2012-TCU- Primeira Câmara, fixando o vencimento da próxima parcela em aberto (29ª parcela) em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais em periodicidade mensal subsequente, com incidência, sobre as parcelas, dos encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sob pena de incidirem, automaticamente, em caso de inadimplência, os comandos insculpidos nos subitens 9.4 e 9.5 do citado acórdão condenatório;

9.2 orientar o Município de Natal/RN que, ao efetuar os recolhimentos pertinentes, atente para o correto lançamento do código da UG arrecadadora nas guias de GRU, uma vez que os cofres destinatários são os do Fundo Nacional de Saúde (FNS), código 257001;

9.3. determinar à Secex-RN que:

9.3.1. monitore a realização dos pagamentos das parcelas remanescentes do débito por parte do Município de Natal/RN, e, em caso de inadimplência, encaminhe os autos de cobrança executiva ao Ministério Público junto ao TCU, para fins da cobrança judicial da dívida, conforme já autorizado no subitem 9.5 do Acórdão 5.961/2012-TCU- Primeira Câmara;

9.3.2. autue processo administrativo, nos termos da Portaria-Segedam 1/2014, de modo a promover a retificação das 21 GRU recolhidas pelo Município de Natal/RN tendo como UG Arrecadadora o TCU (Código 030001), quando os cofres credores corretos eram os do Fundo Nacional de Saúde - FNS (Código 257001);

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria-Geral do Município de Natal, à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, ao Ministério da Saúde e à Câmara Municipal de Natal.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1984-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1985/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.644/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Maria Amélia Trevizam Gaspar (361.156.819-87) e Maria Castora Ribeiro (437.737.969-00).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095), João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510) e outros, representando Maria Amélia Trevizam Gaspar e Maria Castora Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Maria Amélia Trevizam Gaspar e Maria Castora Ribeiro contra o Acórdão 2.525/2016-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conhecer e negar provimento aos presentes pedidos de reexame;

9.2. dar ciência deste acórdão às recorrentes e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1985-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1986/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.658/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Marco José Guilherme de Pontes (089.566.264-72).

4. Entidade: Município de Bezerros/PE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (29.702/OAB-PE) e outros, representando Marco José Guilherme de Pontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Marco José Guilherme de Pontes contra o Acórdão 6.678/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas e imputou-lhe débito.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República em Pernambuco.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1986-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1987/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.909/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Acilon Gonçalves Pinto Júnior (091.881.853-20); Egeiros Educacional Ltda. (05.141.728/0001-57); Francisca Maurineide Carvalho de Araujo (057.559.923-55); Jennie Henriette Ulrike Coutinho Gama (220.537.783-34); M & C Comércio de Alimentos Ltda. (41.321.175/0001-88); Marcos Antonio Pontes (277.370.713-34); Maria Celina Oliveira da Paz-ME (23.664.142/0001-59); Maria Elizabete Magalhaes (549.125.983-72); Maria Francilene Bezerra da Silva-ME (19.530.622/0001-50); Maria Goretti Martins Frota (046.013.193-15); Monica Gomes Aguiar (621.004.913-34); Quallyty Empreendimentos Alimentícios Ltda.-ME (02.906.039/0001-06); Tania Cavalcante da Silva (797.876.223-87); e Valdeglacio Pereira Loiola (167.453.533-34).

4. Entidades: Município de Camocim/CE; Município de Eusébio/CE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria em que se examinou a aplicação de recursos repassados em 2016 e 2017 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), aos municípios de Eusébio/CE e Camocim/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência deste acordão, acompanhado do Relatório de Fiscalização 192/2017 (peça 68), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Prefeitura de Camocim/CE, à Secretaria de Educação de Camocim/CE, à Prefeitura de Eusébio/CE, à Secretaria de Educação de Eusébio/CE, à Câmara Municipal de Camocim/CE, à Câmara Municipal de Eusébio/CE, ao Conselho de Alimentação Escolar de Camocim/CE, ao Conselho de Alimentação Escolar de Eusébio/CE, ao Ministério Público do Estado do Ceará e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, para providências de suas alçadas acerca dos achados desta auditoria.

9.2. arquivar os autos após as devidas comunicações.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1987-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1988/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.056/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Raimundo de Souza Barra (062.965.564-20).

4. Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido/RN.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Vinícius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito da Universidade Federal Rural do Semiárido/RN.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 6º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Raimundo de Souza Barra (062.965.564-20), negando o registro ao ato correspondente, em razão da inclusão, na base de cálculo dos proventos, de parcelas judiciais que já deveriam ter sido excluídas;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à Universidade Federal Rural do Semiárido/RN que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem 9.3.2 *supra*;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU um novo ato de aposentadoria em favor de Raimundo de Souza Barra, livre das impropriedades identificadas;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal Rural do Semiárido/RN;

9.5. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal Rural do Semiárido/RN e ao interessado, na pessoa de seu representante legal.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1988-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1989/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.556/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Arlindo Ornelas Figueira Neto (007.623.688-96); Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco (04.887.267/0001-01); Luiz Augusto Milanesi (377.688.678-15).

4. Entidade: Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco (04.887.267/0001-01)

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Sebastião Botto de Barros Tojal (66.905/OAB-SP) e outros, representando Luiz Augusto Milanesi, Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco e Arlindo Ornelas Figueira Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos captados para execução do Projeto Galeria Olido (Pronac 04-0528).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Arco - Associação de Apoio a Arte e Comunicação (CNPJ 04.887.267/0001-01) e de seus diretores executivos, Arlindo Ornelas Figueira Neto (CPF 007.623.688-96) e Luiz Augusto Milanesi (CPF 377.688.678/15), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	26/9/2005
34.286,48	30/6/2005

9.2. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Cultura e aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1989-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1990/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.921/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Rubens Antônio Rodrigues (072.848.371-87).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Rubens Antônio Rodrigues contra o Acórdão 1.621/2015-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conhecer e dar provimento ao presente pedido de reexame;

9.2. reformar o Acórdão 1.621/2015-TCU-1ª Câmara a fim de considerar legal a aposentadoria de Rubens Antônio Rodrigues (072.848.371-87), concedendo o registro ao ato correspondente;

9.3. dar ciência deste acórdão à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal e ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1990-07/18-1.

ACÓRDÃO Nº 1992/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.949/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira (203.996.854-72); Fundação José Américo (08.667.750/0001-23); Marisete Fernandes de Lima (109.541.474-72); Otávio Machado Lopes de Mendonça (160.462.344-68); Roberto Maia Cavalcanti (007.812.684-35).

4. Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: Fábio Vinícius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027), representando Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em desfavor da Fundação José Américo - FJA e de Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Marisete Fernandes de Lima, Roberto Maia Cavalcanti e Otávio Machado Lopes de Mendonça, em razão da impugnação parcial de despesas do Contrato 04/2010, celebrado entre a UFPB e a FJA, tendo por objeto a prestação de serviços de apoio na gestão administrativa e financeira com vistas à execução de "Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Fundação José Américo-FJA e de Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Marisete Fernandes de Lima, Roberto Maia Cavalcanti e Otávio Machado Lopes de Mendonça, condenando-os ao pagamento dos débitos discriminados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, calculado desde as datas de ocorrência indicadas até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data para atualização	Valor original	Origem do débito	Responsáveis solidários
14/08/2012	R$ 48.003,36	Transferências irregulares de recursos (triangulação)	Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Roberto Maia Cavalcanti e Fundação José Américo
01/03/2013	R$ 2.082,31	Não devolução do saldo de rendimento de aplicação dos recursos no mercado financeiro	
24/04/2012	R$ 173,04	Pagamentos de multa/juros por atraso no recolhimento do INSS	Fundação José Américo
10/12/2012	R$ 1.626,95	Despesas com bloqueios judiciais	
18/04/2011	R$ 1.888,50	Pagamento irregular de diárias	Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Roberto Maia Cavalcanti, Otávio Machado Lopes, Marisete Fernandes de Lima e Fundação José Américo
26/04/2011	R$ 973,50	Idem	
26/10/2011	R$ 1.311,00	Idem	
01/12/2011	R$ 6.195,00	Idem	
02/12/2011	R$ 619,50	Idem	
13/12/2011	R$ 8.053,50	Idem	
22/12/2011	R$ 619,50	Idem	
12/03/2012	R$ 4.425,00	Idem	
02/04/2012	R$ 1.239,00	Idem	
03/04/2012	R$ 1.593,00	Idem	
11/04/2012	R$ 2.389,50	Idem	
17/05/2012	R$ 2.035,50	Idem	
30/05/2012	R$ 5.398,50	Idem	
28/06/2012	R$ 442,50	Idem	
05/07/2012	R$ 442,50	Idem	
29/02/2012	R$ 424,00	Pagamento irregular de auxílio financeiro a estudantes	
02/04/2012	R$ 1.448,00	Idem	
04/05/2012	R$ 424,00	Idem	
30/05/2012	R$ 2.472,00	Idem	
05/07/2012	R$ 1.448,00	Idem	

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, multa aos responsáveis indicados no item anterior, nos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagos após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsável	Valor da multa
Otávio Machado Lopes	R$ 6.350,00
Marisete Fernandes de Lima	R$ 6.350,00
Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira	R$ 13.000,00
Roberto Maia Cavalcanti	R$ 13.000,00
Fundação José Américo	R$ 13.600,00

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1991/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.647/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Iracema do Vale Silva (217.555.902-53).

4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Odasir Piacini Neto (OAB/DF 35.273) e outros, representando Iracema do Vale Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto por Iracema do Vale Silva contra o Acórdão 6.310/2016-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que, quando da emissão de um novo ato em favor da recorrente, deve ser observada a exclusão das parcelas judiciais já impugnadas, não havendo o que ser corrigido em relação ao tempo de serviço público, que já foi devidamente cumprido;

9.3. dar ciência deste acórdão ao Departamento de Polícia Federal e à recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1991-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar à UFPB que, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8443/1992 e observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990, realize o desconto das dívidas de que trata o presente acórdão na remuneração ou proventos de aposentadoria de Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Marisete Fernandes de Lima, Roberto Maia Cavalcanti e Otávio Machado Lopes de Mendonça;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República na Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal da Paraíba e aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1992-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1993/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.974/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Jean Ronald Machado da Conceição (649.762.625-53); Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - EPP (04.906.041/0001-00).

4. Órgão: Ministério da Cultura (MinC).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Ailson Santana Freire Filho (38.472/OAB-BA) e outros, representando Fernando Januário de Jesus Neto, Jean Ronald Machado da Conceição e Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Jean Ronald Machado da Conceição e Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - EPP em face do Acórdão 6.686/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas de Jean Ronald Machado da Conceição, imputou-lhes débito solidário de R$ 100.000,00 e aplicou-lhes, individualmente, multa de R$ 53.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 6686/2016-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1993-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1994/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.802/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Carlos Magno Ronconi (077.342.348-60).

4. Unidade jurisdicionada: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados na forma de doações ou patrocínios (mecenato), conforme estipulado na Lei 8.313/1991 (Lei de Incentivo à Cultura), destinados à realização do projeto "Saindo das Ruas - Dança".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Carlos Magno Ronconi revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Carlos Magno Ronconi, condenando-o ao pagamento do débito no valor de R$ 181.638,60 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), na data de 21/12/2009, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Carlos Magno Ronconi multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Cultura e ao responsável.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1994-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1995/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.638/2016-5.

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Gilberto Pires Fernandes (CPF 175.787.444-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso - SR/13.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso/SR-13, por força do Acórdão 208/2008 - Plenário, para apuração de possíveis prejuízos causados em decorrência de superfaturamento na desapropriação de fazendas, entre as quais a denominada Primavera de Santo Antônio, tratada nos presentes autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência deste acórdão ao responsável e à Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso - SR/13.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1995-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1996/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-006.937/2016-0

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Elbson Dias Soares (CPF 021.375.505-04) e Município de Anagé/BA (CNPJ 13.906.409/0001-13).

4. Unidade: Município de Anagé/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Julio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Elbson Dias Soares, ex-Prefeito de Anagé/BA, em razão de impugnação parcial das despesas realizadas no exercício de 2010 à conta dos recursos destinados aos Serviços de Proteção Social Básica e Especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 19 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, regulares com ressalva as contas do Município de Anagé/BA, dando-lhe quitação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas de Elbson Dias Soares, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	Data da ocorrência
28.697,79	13/01/2010
380,00	18/3/2010

9.3. aplicar ao Sr. Elbson Dias Soares, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1996-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1997/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.242/2015-9.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Adailton Silva Luz Sobrinho (CPF 354.895.455-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jussiape/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Adailton Silva Luz Sobrinho, ex-prefeito do Município de Jussiape/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio 3650/2001 (Siafi 440075), tendo por objeto a implantação de sistema de abastecimento de água no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas de Adailton Silva Luz Sobrinho, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
167.500,00	1º/11/2002
1.775,48	5/12/2002

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.3. com fundamento no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º, *in fine*, do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia para o ajuizamento das ações cabíveis; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1997-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1998/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.250/2017-3.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Ernandes Raiol da Silva (CPF 141.744.802-49) e Maria Rosinete Franco Dias (CPF 255.998.362-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará - Sescoop/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representante Legal: Nelian Aparecida Rossafa (OAB/SP 227031, OAB/PA 13468A) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela Secex/PA a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Processo Seletivo 1/2013 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará - Sescoop/PA, relacionadas ao não atendimento aos princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e transparência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos para a espécie, com fundamento no art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Ernandes Raiol da Silva (CPF 141.744.802-49) e Maria Rosinete Franco Dias (CPF 255.998.362-15);

9.3. aplicar ao Srs. Ernandes Raiol da Silva (CPF 141.744.802-49) e Maria Rosinete Franco Dias (CPF 255.998.362-15), individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, ao Sescoop/PA e ao Conselho Nacional do Sescoop.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1998-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1999/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-021.092/2010-9

2. Grupo II - Classe: VI - Assunto: Representação.

3. Responsável: Júlio César Paixão Lopes, ex-Superintendente Nacional de Transferências de Recursos Públicos da Caixa Econômica Federal (CPF 761.700.806-63).

3.1. Representante: Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC/Superintendência Regional em Santa Catarina/Departamento de Polícia Federa.

4. Unidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal:

8.1. Murilo Oliveira Leitão (17611/OAB/DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal;

8.2. Geferson Luís Chetsco (45.333/OAB/PR) e outros, representando Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formalizada a partir do Ofício 1160/2010-IPL 0068/2007-4 - DPFXAP/SC, encaminhado pela Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC juntamente com a cópia de relatórios elaborados no âmbito de procedimento investigatório referente à execução de 17 convênios/contratos de repasse celebrados entre a União e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), apresentando diversas ocorrências irregulares, como pagamentos indevidos, pagamentos à própria entidade convenente, inconsistências em datas de bilhetes de passagens, assim como listas de presença de eventos de capacitação realizados em cidades distintas, na mesma data, assinadas pelos mesmos capacitandos, entre outras,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex/SC que faça o confronto dos relatórios encaminhados pela Polícia Federal com a documentação relativa aos Contratos de Repasse 156.339-63, 171.328-44, 177.176-47 e 184.088-13 constante deste processo, e outros elementos que venham a ser obtidos mediante diligência ou cópia de peças de processos autuados nesta Corte, e, caso constatados indícios de débito, formalize proposta de conversão em tomadas de contas especiais a serem autuadas em processos apartados, incluindo a co-responsabilização dos agentes públicos lotados na Gerência Executiva de Governo em Chapecó/SC que atestaram a conformidade das respectivas prestações de contas em atendimento ao Acórdão 651/2016-1ª Câmara; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao representante.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1999-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

ACÓRDÃO Nº 2000/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-023.548/2016-9

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde - BA (26.989.350/0017-83).

3.2. Responsável: Grinaldo Andrade Nunes (017.120.805-63).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itatim/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. Grinaldo Andrade Nunes, ex-Prefeito do Município de Itatim/BA (gestões 2001-2004 e 2005-2008), em razão da não apresentação da prestação de contas do Convênio 310/2002 (Siafi 478370), que teve por objeto a execução de sistema de abastecimento de água nas localidades de Ponta Aguda, Morro do Tigre, Entre Morros e Traíras,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Grinaldo Andrade Nunes, (CPF 017.120.805-63), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Grinaldo Andrade Nunes (CPF 017.120.805-63), ex-Prefeito do Município de Itatim/BA, e condená-lo, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
72.727,00	23/4/2004
54.545,00	24/5/2004

9.3. aplicar ao Sr. Grinaldo Andrade Nunes (CPF 017.120.805-63) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, à Funasa e à Prefeitura Municipal de Itatim/BA; e

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, nos termos do art. 16, §3º, da Lei 8.443/1992, c/c o §7º do art. 209 do Regimento Interno.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2000-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2001/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-027.355/2016-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Fundação Cultural Palmares (32.901.688/0001-77).

3.2. Responsáveis: Instituto Oya (03.910.172/0001-90) e Maria Antônia Pita e Silva (346.262.715-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Cultural Palmares em desfavor da Srª Maria Antônia Pita e Silva, presidente do Instituto Oyá, em face da não aprovação da prestação de contas referente ao Convênio 36/2006, Siafi 574423, celebrado entre a Fundação e o Instituto,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Srª Maria Antônia Pita e Silva e o Instituto Oyá;

9.2. julgar irregulares as contas do Instituto Oyá e da Srª Maria Antônia Pita e Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e § 2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir discriminada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Cultural Palmares, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
164.950,00	5/12/2006

9.3. aplicar, individualmente, à Srª Maria Antônia Pita e Silva e ao Instituto Oyá, com fundamento no art. 19 da Lei 8.443/1992, a multa prevista no art. 57 da mesma lei, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência deste acórdão ao concedente; e

9.6. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis (art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU).

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2001-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2002/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.273/2015-3.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Bionô Roque das Chagas (309.961.207-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Wanderley/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Bionô Roque das Chagas, ex-Prefeito do Município de Wanderley/BA no período de 2009-2012, em razão da impugnação das despesas decorrente de irregularidade detectada na prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate, exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar, para todos os efeitos, revel o Sr. Bionô Roque das Chagas, CPF 309.961.207-34, dando-se prosseguimento ao processo, conforme preceitua o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Bionô Roque das Chagas, CPF 309.961.207-34, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

9.2.1. Pnate-Médio:

ATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
5/4/2010	3.341,83
11/5/2010	3.341,83
4/6/2010	3.341,83
5/7/2010	3.341,83
3/8/2010	3.341,83
2/9/2010	3.341,83
5/10/2010	3.341,83
17/11/2010	3.341,83
9/12/2010	3.341,84

9.2.2. Pnate-Fundamental:

ATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
5/4/2010	9.416,38
5/5/2010	9.416,38
4/6/2010	9.416,38
5/7/2010	9.416,38
3/8/2010	9.416,38
2/9/2010	9.416,38
5/10/2010	9.416,38
4/11/2010	9.416,38
9/12/2010	9.416,48

9.2.3. Pnate-Infantil

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
5/4/2010	246,93
5/5/2010	246,93
4/6/2010	246,93
5/7/2010	246,93
3/8/2010	246,93
2/9/2010	246,93
7/10/2010	246,93
17/11/2010	246,93
9/12/2010	246,96

9.3. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, multa ao Sr. Bionô Roque das Chagas, CPF 309.961.207-34, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação; e

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2002-07/18-1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2003/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.454/2016-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Givaldo da Paixão Santos (240.692.995-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ouriçangas - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal: Caroline Ayres Moreira (OAB/BA 29.557).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor do Sr. Givaldo da Paixão Santos, prefeito de Ouriçangas/BA nas gestões 2001-2004, 2005-2008 e 2013-2016, em face de glosa técnica na execução do Convênio 2427/2001 (Siafi 454.938), cujo objeto foi concluído com dimensões e características diferentes do pactuado no plano de trabalho aprovado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Integração Nacional e ao responsável.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2003-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2004/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.759/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Neo Consultoria e Administração de Benefícios (25.165.749/0001-10).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, formulada pela empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI - ME, noticiando irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 2/2018, promovido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Naviraí;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul de que proibição do oferecimento de proposta com taxa de administração zero ou negativa contida nos itens 8.3.1 do Pregão Eletrônico 2/2018 e 2.3 do respectivo termo de referência contraria o entendimento desta Corte de Contas de que, em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital (Decisão 38/1996 - Plenário e Acórdão 1556/2014 - Segunda Câmara);

9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul;

9.4. arquivar estes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2004-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2005/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.060/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo

3.2. Responsável: Sindicato Rural de Santa Vitoria (24.530.446/0001-96).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal: Rogério de Oliveria (OAB/MG 91.403)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra Sindicato Rural de Santa Vitória/MG, em razão de irregularidade na celebração do Contrato de Repasse 178.661-47/2005, destinado à reforma e ampliação do Parque de Exposição no Município de Santa Vitória/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 . rejeitar as alegações de defesa do Sindicato Rural de Santa Vitória/MG;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Sindicato Rural de Santa Vitória/MG efetue e comprove perante este Tribunal o recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias abaixo, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor original (R$)
3/5/2007	40.756,13 D
7/8/2007	29.958,78 D
3/10/2007	29.285,09 D
6/2/2008	(9.671,26) C

9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo, à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2005-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2006/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.794/2013-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Ernandi Sampaio Lins (008.333.205-72); Orlando de Oliveira Filho (152.130.305-30)

3.3. Recorrente: Orlando de Oliveira Filho (152.130.305-30).

4. Órgão/Entidade: Município de Buerarema - BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal:

8.1. Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira (33494/OAB-BA).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Orlando de Oliveira Filho contra o Acórdão 2.212/2016 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2006-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2007/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.773/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Assis Ribeiro de Matos (146.118.806-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Luislândia - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Assis Ribeiro de Matos, ex-prefeito do Município de Luislândia/MG no período compreendido entre 1997 e 2004, em vista de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2001 e 2002, e do Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço-EJA), nos exercícios de 2001 a 2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Assis Ribeiro de Matos para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. julgar irregulares as contas de Assis Ribeiro de Matos, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
1.470,75	12/11/2001
1.495,10	13/5/2002

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2007-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2008/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.408/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial de Direitos Humanos (05.478.625/0001-87)

3.2. Responsáveis: Armindo da Silva Dinis (126.109.413-15); Associação Daniel Comboni (07.432.674/0001-04).

4. Entidade: Associação Daniel Comboni (07.432.674/0001-04).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República contra a Associação Daniel Comboni e Armindo da Silva Dinis em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Convênio Siconv 756269/2011- SDR/PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revéis a Associação Daniel Comboni e Armindo da Silva Dinis para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas da Associação Daniel Comboni e de Armindo da Silva Dinis, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
197.931,96	6/12/2012
242.835,20	14/3/2013

9.3. aplicar a multa individual de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à Associação Daniel Comboni e a Armindo da Silva Dinis, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. nos termos do art. 16, § 3º, da lei 8.443/1993, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2008-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2009/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.992/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Benedito Barbosa Moreira (062.715.373-91).

4. Entidade: Município de Estreito - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Projeto TCE Estados (PJ-TCE-Est).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Benedito Barbosa Moreira, em vista da impugnação total das despesas realizadas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no exercício de 2004;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Benedito Barbosa Moreira para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Benedito Barbosa Moreira, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora desde as datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Pnae/Fundamental:

Valor (R$)	Data do repasse
18.363,80	27/02/2004
18.363,80	23/03/2004
18.363,80	27/04/2004
18.363,80	25/05/2004
18.363,80	25/06/2004
18.363,80	23/07/2004
21.189,00	31/08/2004
21.189,00	23/09/2004
21.189,00	29/10/2004
21.189,00	26/11/2004

Pnae/Creche:

Valor (R$)	Data do repasse
914,76	25/02/2004
914,76	23/03/2004
914,76	27/04/2004
914,76	25/05/2004
498,96	26/05/2004
1.039,50	25/06/2004
1.039,50	23/07/2004
498,96	31/08/2004
540,54	10/09/2004
1.039,50	23/09/2004
1.039,50	29/10/2004
1.039,50	26/11/2004

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2009-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2010/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.335/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsável: Irã Monteiro Costa (351.477.843-49).

4. Entidade: Prefeitura de Central do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal: Luiz Carlos Albuquerque (CPF 033.131.901-20)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos, no exercício de 2010, ao Município de Central do Maranhão/MA, para execução dos serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, *caput*, e 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Irã Monteiro Costa, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92;

9.2. julgar irregulares as contas de Irã Monteiro Costa, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor original (R$)	Data do repasse
4.500,00	19/1/2010
4.500,00	4/3/2010
4.500,00	16/3/2010
4.500,00	22/4/2010
4.500,00	19/5/2010
4.500,00	17/6/2010
4.500,00	15/7/2010
4.500,00	27/8/2010
4.500,00	17/9/2010
4.500,00	25/10/2010
4.500,00	12/11/2010
4.500,00	30/12/2010
5.025,00	28/6/2010
5.025,00	23/8/2010
5.025,00	20/9/2010

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.025,00	25/10/2010
5.025,00	2/12/2010
5.025,00	30/12/2010
3.000,00	23/9/2010
3.000,00	14/10/2010
3.000,00	17/11/2010
3.000,00	30/12/2010
96.150,00	Total

9.3. aplicar a Irã Monteiro Costa a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, ao Fundo Nacional de Assistência Social e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2010-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2011/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.042/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Município de Palmares Paulista/SP (45.126.992/0001-36); Rosinei Perpétua Garcia Pereira Coltri (307.235.518-55)

3.2. Recorrente: Município de Palmares Paulista/SP (45.126.992/0001-36).

4. Entidade: Município de Palmares Paulista/SP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Vicente Augusto Baiochi (147865/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Município de Palmares Paulista/SP contra o Acórdão 7.420/2016-TCU-Primeira Câmara, alterado para correção de erro material pelo Acórdão 920/2017-TCU-Plenário, que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e ordenou o recolhimento dos valores devidos ao Fundo Municipal de Saúde;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Município de Palmares Paulista/SP para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência ao recorrente e à Procuradoria da República em São Paulo.

10. Ata n° 7/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2011-07/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 18 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 15 de março de 2018.

(Assinado eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Processo Administrativo ético-disciplinar nº 17.529/2016. Condenar o Economista Neuler André Soares de Almeida, inscrito no Corecon-AM sob o registro nº 2249 à pena de censura pública cumulada com multa no importe de 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o valor da anuidade vigente, por ter transgredido o disposto na alínea "c", subitem 4.1, e nas alíneas "d", "e", "m", "n" do item 5, todos do Código de Ética Profissional do Economista, inserido no Capítulo 3.1 do Título III da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O SUPERIOR TRIBUNAL DE ÉTICA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, regimentais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta do Processo Ético nº 17.529/2016, apreciado na 1ª Sessão do Superior Tribunal de Ética do Conselho Federal de Economia, realizada em 1º de dezembro de 2017; CONSIDERANDO que o voto do Conselheiro Relator foi adotado integralmente pelo Plenário do Cofecon, investido como Superior Tribunal de Ética; CONSIDERANDO que as decisões do Tribunal de Ética são formalizadas em Deliberações, resolve:

Art. 1º Condenar o Economista Neuler André Soares de Almeida, inscrito no Corecon-AM sob o registro nº 2249, à pena de censura pública cumulada com multa no importe de 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o valor da anuidade vigente, por ter transgredido o disposto na alínea "c", subitem 4.1, e nas alíneas "d", "e", "m", "n" do item 5, todos do Código de Ética Profissional do Economista. § 1º As penalidades de censura pública e de multa serão processadas pelo Corecon-AM, inclusive mediante anotação nos assentos do profissional. §º 2 A pena de censura pública será efetivada por meio de fixação de aviso específico no mural de informações do aludido conselho regional, bem como divulgada em sua página eletrônica ou publicada, única vez, em jornal de circulação na jurisdição ou no diário oficial do estado, ou em outro meio, economicamente aceitável, que amplie as possibilidades de conhecimento da sociedade. § 3º O tempo de permanência do aviso da penalidade no mural de informações do Conselho Regional, bem como de divulgação em sua página eletrônica será de no máximo 15 (quinze) dias corridos. § 4º A penalidade de multa será processada à luz da normatização aplicada ao Sistema Cofecon/Corecons. Art. 2º Encaminhar cópia do presente processo ético ao Ministério Público Federal no Estado do Amazonas, para conhecimento e adoção das medidas eventualmente cabíveis. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua assinatura.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 3, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Processo Administrativo Ético-disciplinar nº 17.812/2016. Arquivar o processo envolvendo a Economista Suely da Costa Campos, inscrita no Corecon-MT sob o registro nº 1154, ante a não caracterização de ato atentatório ao código de ética da profissão de economista que ensejasse qualquer tipo de penalidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

O SUPERIOR TRIBUNAL DE ÉTICA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, regimentais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta do Processo Ético nº 17.529/2016, apreciado na 1ª Sessão do Superior Tribunal de Ética do Conselho Federal de Economia, realizada em 1º de dezembro de 2017; CONSIDERANDO que o voto do Conselheiro Relator foi adotado integralmente pelo Plenário do Cofecon, investido como Superior Tribunal de Ética; CONSIDERANDO que as decisões do Tribunal de Ética são formalizadas em Deliberações, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo relativo à Conselheira Suely da Costa Campos, inscrita no Corecon-MT sob o nº 1.154, em razão da não caracterização de ato atentatório ao Código de Ética da profissão de economista, que ensejasse qualquer das penalidades nele previstas. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua assinatura

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a criação da atividade de Delegado e suas respectivas atribuições.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe;

CONSIDERANDO o disposto no art. 23 em seus incisos VII e IX da Resolução CREF4/SP 060/2011;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação do Plenário do CREF4/SP na 214ª Reunião Plenária Ordinária de 17 de março de 2018; resolve:

Art.1º Estabelecer a criação da atividade de Delegado, de acordo com a necessidade local e ou regional no Estado de São Paulo, abrangendo as regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Sorocaba.

Art. 2º Os Delegados serão indicados pela Presidência, por um ou mais conselheiros, devendo ser aprovados em plenária.

Parágrafo Único: serão nomeados até 5 (cinco) Delegados em cada uma das regiões elencadas no artigo anterior.

Art. 3º Os Delegados exercerão suas atividades de forma honorífica, pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido uma ou mais vezes por igual prazo, a critério do CREF4/SP;

Parágrafo Único: O delegado a qualquer momento, a critério da presidência, homologado pela plenária, poderá ser destituído da atividade.

Art. 4º Os Delegados exercerão suas atividades de forma voluntária, sem o recebimento de honorários e sem a criação de vínculo empregatício.

Parágrafo único: aos mesmos, na qualidade de representantes/colaboradores eventuais, caberá auxílio representação, conforme estabelecido em resolução vigente, desde que em atividades previamente autorizadas pela Presidência e/ou Diretoria, e quando estas ocorrerem a serviço do CREF4/SP.

Art.5º Somente poderá ser nomeado Delegado, o Profissional que preencher os seguintes requisitos e condições básicas, desde que:

I. Convidados pela presidência e aprovados em reunião plenária;

II. Ser cidadão brasileiro ou naturalizado;

III. Ser profissional de Educação Física;

IV. Possuir registro profissional no CREF4/SP por no mínimo um ano;

V. Estar em pleno gozo dos direitos profissionais e estatutários.

Art. 6º Das atribuições do Delegado:

I - Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei Federal nº 9696 de 1º de setembro de 1998, das Resoluções e demais normas emanadas pelo sistema CONFEF/CREFs;

II - Assessorar os Conselheiros da cidade ou região nas ações do CREF4/SP;

III - Incentivar os Profissionais de Educação Física a participarem das ações do sistema CONFEF/CREFs;

IV - Participar quando convocado de reuniões das diversas comissões do CREF4/SP;

V - Participar quando convocado das reuniões do plenário e ou da diretoria do CREF4/SP, podendo manifestar-se, mas sem direito de voto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 7º Deixará de exercer suas atividades de Delegado o Profissional que:

I. Tiver realizado administração danosa no CREF4/SP, segundo apuração em Processo Ético Disciplinar, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa

II. For condenado por crime doloso ao qual se aplica a pena de reclusão transitado em julgado;

III. For condenado e ou estar cumprindo pena imposta pelo sistema CONFEF/CREF;

IV. Tiver seu registro profissional cassado;

V. For considerado inabilitado para exercício da profissão;

VI. Ausentar-se por duas reuniões consecutivas ou três alternadas para às quais for convocado pela presidência.

Art. 8º O inicio e fim da atividade de Delegado se dará a partir da expedição da convocação após aprovação da Plenária do nome indicado, por tempo indeterminado a critério da Presidência.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

RESOLUÇÃO Nº 103, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a criação de cargos para as Seccionais do CREF4/SP

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do PCCS do CREF4/SP de acordo com o Projeto de Seccionais aprovados pelo Plenário na 206ª Reunião Ordinária realizada em 19/07/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os cargos das seccionais;

CONSIDERANDO a defasagem de empregados;

CONSIDERANDO as prerrogativas previstas no art. 30 do Estatuto do CREF4/SP (Resolução CREF4/SP nº 60/2001); resolve:

Art. 1º - Alterar o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, aprovado pela Resolução CREF4/SP 095/2017, publicada no D.O.U. nº 47 em 09 de Março de 2017, Seção1, págs. 213,214,215 e 216;

Art. 2º - Revogar o inciso II do § 4º do art. 8º da Resolução CREF4/SP 095/2017;

Art. 3º - Criar dezoito cargos de oficial administrativo e doze cargos de operador de tele atendimento que serão lotados nas novas seccionais;

Art. 4º - Criar dez cargos de oficial administrativo para a sede do CREF4/SP;

Art. 5º - Ficam alterados os anexos da Resolução CREF4/SP 095/2017 com a redação dada por esta Resolução;

Art. 6º - O quadro de lotação das seccionais obedecerá ao disposto no Anexo I desta Resolução;

Art. 7º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

ANEXO I

Seccional	Quadro de Lotação
Campinas	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 05 - Oficial Administrativo 01 - Técnico em Informática 02 - Operador de Tele Atendimento
Ribeirão Preto	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento
Presidente Prudente	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento
Santos	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento
Sorocaba	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento
São José do Rio Preto	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento
São José dos Campos	01 - Chefe de Seccional 01 - Chefe de Fiscalização 02 - Agentes de Orientação e Fiscalização 03 - Oficial Administrativo 02 - Operador de Tele Atendimento

RESOLUÇÃO Nº 104, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o cadastro de profissionais de Educação Física voluntários, para atuar como defensores dativos no âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP.

O Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao parágrafo único do artigo 16 da Resolução CONFEF nº 264/2013, de 16 de dezembro de 2013,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os serviços de defensoria dativa em Processos Éticos Disciplinares, prestados por Profissionais de Educação Física voluntários, no âmbito da Comissão de Ética Profissional e Tribunal Regional de Ética do CREF4/SP,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF4/SP, na 214ª Reunião Ordinária realizada em 17 de março de 2018, resolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região implantará o cadastro de Profissionais de Educação Física voluntários, interessados no desenvolvimento dos trabalhos de defensor dativo, de forma gratuita, cuja prestação de serviços atenderá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º - Para os efeitos desta Resolução considera-se Defensor Dativo o Profissional de Educação Física voluntário, com inscrição regular e ativa no CREF4/SP há pelo menos um ano ininterrupto, em dia com suas obrigações estatutárias, interessado em atuar em favor do assistido sem qualquer contraprestação pecuniária.

Art. 3º - A assistência dos Defensores Dativos será gratuita, nos termos desta Resolução, e será prestada exclusivamente em Processos Éticos Disciplinares instaurados pelo CREF4/SP em face dos Profissionais de Educação Física, nos casos em que restar configurada a revelia dos denunciados.

Parágrafo Único: A designação e nomeação do Defensor Dativo serão promovidas pelo Presidente da Comissão de Ética Profissional do CREF4/SP, dentre os Profissionais de Educação Física voluntários que integrarem o cadastro.

CAPÍTULO II - DO CADASTRO DE DEFENSORES DATIVOS

Art. 4º - O cadastro de Defensores Dativos do CREF4/SP é o banco de dados constituído mediante o processo de inscrição descrito nesta Resolução, com vistas a viabilizar de maneira organizada e por critérios objetivos a nomeação gratuita de defesa dativa aos denunciados junto à Comissão de Ética Profissional, que se encontrarem em situação de revelia.

Art. 5º - O cadastro de Defensores Dativos compreenderá os nomes de todos os Profissionais de Educação Física voluntários inscritos, na forma desta Resolução, em ordem alfabética a qual deverá ser obedecida pela Secretaria das Comissões e pelo Presidente da Comissão de Ética Profissional para fins de designações e nomeações nos Processos Éticos Disciplinares.

Art. 6º - A gestão do cadastro de Profissionais de Educação Física voluntários é de competência da Secretaria das Comissões do CREF4/SP.

Art. 7º - São requisitos obrigatórios para o cadastro de Profissionais de Educação Física voluntários como Defensores Dativos neste CREF4/SP:

I - inscrição ativa junto ao CREF4/SP, na categoria graduado, há pelo menos um ano ininterrupto;

II - ausência de sanção disciplinar prevista no Estatuto do CREF4/SP;

III - preenchimento do formulário constante no Anexo I, e protocolo junto à Secretaria das Comissões do CREF4/SP.

§ 1º Fica vedado o cadastramento de Conselheiros e funcionários do Sistema CONFEF/CREFs para atuarem como Defensores Dativos no âmbito do CREF4/SP.

§ 2º É dever do Defensor Dativo manter atualizados os seus dados cadastrais junto ao CREF4/SP.

§ 3º A confirmação de qualquer irregularidade cadastral, ou ainda a perda de quaisquer das condições previstas no caput deste artigo, ensejarão o cancelamento e/ou o indeferimento da inscrição do interessado.

CAPÍTULO III - DAS INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE DEFENSORES DATIVOS

Art. 8º - As inscrições para o cadastro de Profissionais de Educação Física voluntários como Defensores Dativos estarão abertas no período de 02 a 28 de abril de 2018, e serão recebidas exclusivamente na sede do CREF4/SP, à Rua Líbero Badaró, 377 - 16º andar - Centro - São Paulo/SP.

§ 1º Não serão processados pedidos de inscrições apresentados fora do prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Encerradas as inscrições, a lista de inscritos será constituída em ordem alfabética pelo CREF4/SP, a ser obedecida para fins de nomeação dos defensores dativos nos Processos Éticos Disciplinares.

§ 3º A cada processo de inscrições realizado pelo CREF4/SP será elaborada nova lista, na forma do parágrafo anterior, sendo as inscrições anteriores e não canceladas mantidas, inserindo-se os nomes dos novos inscritos.

Art. 9º - Os Profissionais de Educação Física que estiverem impossibilitados de comparecer pessoalmente ao local indicado no momento da inscrição poderão inscrever-se por intermédio de terceiros, através de procuração com firma reconhecida e poderes expressos e específicos para efetivar a inscrição.

CAPÍTULO IV - DA DEFENSORIA DATIVA NOS PROCESSOS ÉTICOS DISCIPLINARES

Art. 10 - O Defensor Dativo será intimado dos atos processuais nos Processos Éticos Disciplinares por carta com aviso de recebimento, ou pessoalmente, quando presente nas dependências do CREF4/SP.

Art. 11 - O defensor dativo voluntário promoverá todos os esforços necessários à defesa dos interesses do assistido, sempre em obediência ao Código de Ética e ao Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs, zelando pela reunião da documentação necessária para comprovar o que por ele for alegado, pelo encaminhamento da demanda no prazo legal e pelo acompanhamento integral do processo, desde sua nomeação até o trânsito em julgado da decisão.

Art. 12 - É vedado ao Defensor Dativo:

I - recusar a indicação ou renunciar à nomeação, salvo se houver motivo justificado a ser submetido à apreciação da Comissão de Ética Profissional do CREF4/SP, vedada a renúncia por mero motivo de foro íntimo;

II - substabelecer os poderes recebidos para quaisquer atos do Processo Ético Disciplinar;

III - deixar de atender a qualquer intimação, sem motivo justificado;

IV - atuar como Defensor Dativo de Profissional em ato processual juntamente com o próprio Profissional assistido no Processo Ético Disciplinar;

V - divulgar, repassar ou compartilhar a terceiros, de qualquer forma, informação, dado, fato, ou notícia da qual tenha tido acesso em razão da atuação no processo ético disciplinar por ele patrocinado.

§ 1º. O desrespeito a qualquer das vedações expressas neste artigo implicará no cancelamento sumário da nomeação, bem como, na exclusão do cadastro do defensor dativo, sem prejuízo de ser denunciado à Comissão de Ética Profissional do CREF4/SP.

§ 2º. Caberá ao Relator do processo exercer o controle sobre a assistência prestada pelo Defensor Dativo, podendo, fundamentadamente, recomendar ao Presidente da Comissão de Ética Profissional a sua substituição, no caso em que restar comprovada a sua flagrante incapacidade técnica para promover a defesa do assistido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 13 - O Defensor Dativo fará jus à percepção de diárias ou auxílio de representação, nas datas em que houver a necessidade de comparecimento em audiências, segundo as disposições da Resolução CREF4/SP nº 98/2016.

Art. 14 - O Defensor Dativo voluntário que exercer efetivamente tal função poderá requerer junto ao CREF4/SP certidão comprobatória dos processos em que atua ou atuou.

Parágrafo Único. A certidão a que se refere o caput será expedida pela Secretaria das Comissões do CREF4/SP.

Art. 15 - O requerimento de exclusão do nome do cadastro, formulado fundamentadamente pelo Defensor Dativo, deve ser apresentado à Secretaria das Comissões, que o remeterá imediatamente ao Presidente da Comissão de Ética, não ficando aquele desonerado de seus deveres para com os assistidos que já lhe tenham sido designados, devendo prosseguir atuando nos feitos correspondentes, enquanto eventual renúncia não produzir efeitos.

§ 1º Os efeitos da renúncia iniciar-se-ão a partir de notificação específica do CREF4/SP ao defensor dativo renunciante.

§ 2º Na hipótese de requerimento de exclusão cumulado com a renúncia de mandato em Processo(s) Ético(s) no(s) qual(is) encontrar-se o Defensor Dativo atuando, a Secretaria das Comissões comunicará ao Presidente da Comissão de Ética, juntamente com a indicação de Defensor(es) Dativo(s) substituto(s).

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - O processo de cadastramento encerrar-se-á na data da publicação da Homologação da lista pelo Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, oportunidade em que as nomeações dos defensores dativos estarão imediatamente autorizadas.

Art. 17 - O cadastramento ou a atuação como Defensor Dativo no âmbito do CREF4/SP não cria vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o Profissional de Educação Física e esta Autarquia.

Art. 18 - A nomeação de Profissionais de Educação Física voluntários como Defensores Dativos é ato exclusivo do Presidente da Comissão de Ética.

Parágrafo Único: Compete à Secretaria das Comissões indicar ao Presidente da Comissão de Ética a lista dos Defensores Dativos cadastrados para fins de nomeação.

Art. 19 - O CREF4/SP deverá adotar as medidas necessárias à ampla divulgação do processo de cadastramento a que se refere esta Resolução junto às entidades de classe, instituições de ensino, página eletrônica da entidade, boletim informativo, sem prejuízo da publicação na imprensa oficial.

Art. 20 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CREF4/SP 082/2015, publicada no D.O.U. Caderno Executivo - Seção 1 - página nº 74, quarta-feira, 22 de julho de 2015.

É parte integrante dessa Resolução o Anexo I, disponível na íntegra no site do Conselho (www.crefsp.gov.br).

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 340, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital UNIMED - Resende.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, COREN-RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/1973, juntamente com o Primeiro Secretário desta Autarquia; DECIDE:

Art. 1º. Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital UNIMED - Resende: 1) Enfermeiras - membros efetivos: Angélica Curvelo Ferreira - Coren/RJ 146359 - 10 votos; Aline Cruz Pereira - Coren/RJ 146392 - 08 votos; Kátia Nogueira Borges - Coren/RJ 354535 - 05 votos. Enfermeiro - membro suplente: Fábio Henrique Costa - Coren/RJ 47472 - 03 votos. 2) Técnicas de Enfermagem - membros efetivos: Luciana Barbosa Lyrio Costa - Coren/RJ 729895 - 49 votos; Valmira G. de Oliveira - Coren/RJ 738653 - 33 votos. Técnicos de Enfermagem - membros suplentes: Amanda Silva Pinto - Freitas Coren/RJ 364939 - 17 votos; Ana Paula Dias de Azevedo - Coren/RJ 1060428 - 07 votos. Art. 2º. O mandato dos Membros desta Comissão tem o prazo de 36 meses conforme o artigo 7º, da Decisão COREN-RJ nº 1821/12, vigorando a partir da data desta publicação.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ACRE

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 58, 20 DE MARÇO DE 2018

A Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com redação dada pela Resolução COFFITO nº 473/2016, resolve:

Art. 1º Tendo em vista que a Portaria n. 52/2018 de 15/02/2018 mesmo que enviada ao DOU na mesma data, apenas foi publicada pelo DOU em 09/03/2018 e no que determina a nova redação da resolução 473/2016 (prazo mínimo de 30 dias), REDESIGNAR a data de sorteio da comissão eleitoral que seria realizada no dia 28/03/2018 as 15:00.

Art. 2º Designar para o dia 04 de maio de 2018, às 15:00h, no Plenário do CREFITO-15, à Rua Misael Pedreira da Silva, n. 98, Ed. Empire Center, sala 307, Santa Lucia, Vitória-ES, CEP.: 29.056-230, a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do Conselho Regional, visando à formação da comissão eleitoral local e eventual cadastro de reserva.

Art. 3º Referido sorteio será realizado nos moldes definidos pelo §1º do art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com as alterações da Resolução COFFITO nº 473/2016.

Art. 4º O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) será oficiado da presente portaria no primeiro dia útil subsequente à publicação desta portaria.

Art. 5º Publique-se no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE DA ENCARNAÇÃO GARCIA DA SILVA E SOUSA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 9, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 27/2017
EMENTA: DENÚNCIA. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS ASSISTENCIAIS. VIOLAÇÃO DA RESOLUÇÃO COFFITO 444/14. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. M. V.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 27/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. de P. G., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

" ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria dos votos, pela penalidade de advertência, considerando que a profissional representada infringiu o anexo II da Resolução COFFITO 444/14 que aborda os parâmetros de assistência fisioterapêutica ambulatorial. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Revisor, Dr. Eduardo Filoni. "

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. EduardoFiloni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, os Conselheiros Efetivos, Dr.Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e a Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina da Rocha.

São Paulo,9 de novembro de 2017.
EDUARDO FILONI
Relator

ACÓRDÃO Nº 11, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 43/2017
EMENTA: DENÚNCIA. POSSÍVEL INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA. DENÚNCIA FRÁGIL E POUCO CONSUBSTANCIADA. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO E ABSOLVIÇÃO DA REPRESENTADA. V. U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 43/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. B. de A., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela improcedência da representação e consequente absolvição da representada.Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni."

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. EduardoFiloni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, os Conselheiros Efetivos, Dr.Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e a Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina da Rocha.

São Paulo,9 de novembro de 2017.
EDUARDO FILONI
Relator

ACÓRDÃO Nº 12, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 45/2017
EMENTA: DA DIVULGAÇÃO PROFISSIONAL. INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA. ART. 48. INFRAÇÃO AO ART. 28 DA RESOLUÇÃO COFFITO 37/84. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E MULTA DE MEIA ANUIDADE VIGENTE. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 45/2017, em que são representados os profissionais fisioterapeutas Dr. G. de A. e Dra. J. M. P., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de advertência cumulada com multa de meia anuidade vigente para cada um dos representados, visto que foram infringidos os artigos 48 da Resolução COFFITO 424/13 e 28 da Resolução COFFITO 37/84. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni."

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. EduardoFiloni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, os Conselheiros Efetivos, Dr.Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e a Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina da Rocha.

São Paulo, 9 de novembro de 2017.
EDUARDO FILONI
Relator

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 69, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - 20ª REGIÃO - CRQ-XX, no uso das atribuições do art. 17 da Lei nº 2.800/56 e do art. 5º da Resolução Ordinária nº 15.508/2008, Resolve:

Art. 1º Retifica o quadro "a" do Anexo - IV da PORTARIA CRQ-XX Nº 67, DE 29 DE JANEIRO DE 2018, passa a vigorar com a seguinte redação de acordo com o constante do Anexo - IV desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EVANDER LUIZ FERREIRA

ANEXO

ANEXO - IV
a)Cargos do grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS

Cargos	Nível
Assessor Contábil	DAS 102.1
Gerente de Administração, Arrecadação e Fiscalização	DAS 101.4
Procurador Jurídico Autárquico	DAS 102.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032200190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.